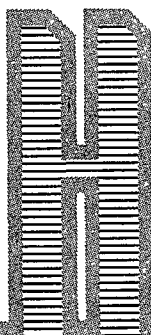




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO L - SUPLEMENTO "F" AO Nº 4

QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

ANEXOS ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE INSTALAÇÃO (1ª REUNIÃO), E DE OITIVAS E DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ENCERRAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR OS FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

DEPOIMENTOS E REUNIÕES

- 06/01/94 - Depoimento do Sr. Senador Dario Pereira;
- 06/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Eraldo Tinoco;
- 07/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado José Carlos Aleluia;
- 07/01/94 - Depoimento do Sr. Senador Rachid Saldanha Derzi;
- 07/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Valdomiro Lima;
- 07/01/94 - Depoimento da Sr^a. Deputada Raquel Cândido;
- 07/01/94 - Depoimento do Sr. Senador Alexandre Costa;
- 07/01/94 - Depoimento do Sr. Jorge Tadeu Mudalem;
- 08/01/94 - Depoimento do Sr. Senador Édison Lobão.

Depoimento do Sr. Senador Dário Pereira

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião desta tarde - pontualmente atrasada 40 minutos -, para ouvirmos o nobre Senador Dário Pereira.

Antes, eu gostaria de fazer um comentário com os ilustres Colegas que aqui se encontram presentes. A Mesa tem tido extremo cuidado de cumprir as decisões de Plenário. Rememorando um pouco a última reunião de coordenadores, dela surgiu exatamente aquilo que depois discutimos aqui sobre turma "a" e turma "b", ou não. De qualquer maneira, na turma "a" e na turma "b" eu recebi na Comissão de Coordenação, com o Dr. Roberto e o Dr. Klein, uma lista de nomes, na qual nos baseamos para fazer o calendário.

De acordo com a imprensa - e há mais amigos da imprensa em relação a certas pessoas do que certas pessoas em relação a nós -, pode ser uma farsa, que estamos ouvindo as pessoas as quais não há como fazer-lhe perguntas e que vão sentar aí e sair brilhantemente - o que trai um desejo, desde logo, de que eles se saiam mal. Só satisfaria se saíssem mal.

Por outro lado, não foi dito - peço o testemunho de V. Ex^{as} se não foi dito, em nenhum momento aqui, que esse calendário devia ser impugnado por essas razões. Como dentro da minha tese nós tínhamos até o dia 8 para fazer as oitivas, eu ainda me resguardava, numa reserva de contingência de datas, que a qualquer momento que uma pessoa tivesse vindo aqui para dar o seu testemunho e posteriormente sobre ela chegasse, ainda em tempo hábil, qualquer tipo de informação mais séria que precisasse ser esclarecida, voltaria a ser chamada para esclarecer, ou em subcomissão, ou no plenário. Então, não estaria perdido o objetivo da CPI.

O que não me parece justo é que esses recados surjam através da imprensa. Por que não se diz aqui claramente?

Por exemplo, acabo de saber, neste momento, por uma jornalista - ainda vou verificar se é fato - que as Comissões de Patrimônio e de Banco dizem que o Dr. Osmário não pode ser ouvido amanhã, pois eles não completaram ainda o trabalho sobre o Deputado, o que nos levará, evidentemente, a dizer que, nesse caso, não posso fazer a oitiva. Mas não recebi pessoalmente a informação, tampouco nenhum membro da Mesa.

É isso que seguramente nós vamos fazer, tendo tempo, na famosa reunião interna supostamente secreta.

Já chega de eu ser atacado, no momento em que me dirijo para cá, por pessoas muito simpáticas, as jornalistas sobretudo, e rapazes, às vezes, que são simpáticos também. Eu fico em dificuldade de responder, porque passa uma idéia subliminar - e essa é a que fica - de que nós podemos estar fazendo aqui uma farsa. Ora! Com Oitenta e poucos dias de trabalho! É agora que nós vamos fazer farsa?

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, no mérito, vou-me reservar para a reunião administrativa, mas quero dizer de público, para que todos ouçam, inclusive os nossos amigos da imprensa, que as pessoas de bom senso, aquelas que estão trabalhando nesta Comissão, sabendo da grave responsabilidade que temos sobre os ombros, estão intransigentemente apoiando a Mesa. V. Ex^a, em nenhum momento, deixou de ressaltar, desde a primeira reunião, a responsabilidade que temos sobre os nossos ombros. Não temos o sentido individual de colocações dentro desta Comissão, mas um sentido de colegiado. No momento em que alguém faz uma crítica, que atinge não só a Mesa, mas todo o Colegiado, não está trabalhando em favor desta Comissão, nem a favor do Congresso e nem a favor do País.

Portanto, neste momento, é preciso que todos ouçam que os membros integrantes desta Comissão, que são serenos, têm bom senso, responsabilidade, sabem do papel que assumiram perante a Nação e a nossa Casa, estão solidários com a Mesa e com a própria Comissão.

Reservo-me para comentar os outros assuntos na reunião reservada. Mas quero deixar registrado que não tenho dúvida nenhuma de que é o pensamento da absoluta maioria desta Comissão, de inteiro prestígio a Mesa, principalmente a V. Ex^a, ao nobre Relator, Roberto Magalhães, que vai ter uma tarefa muito difícil para fechar esse relatório.

Então, todos ouçam isto: a opinião isolada de um ou de dois não representa o pensamento desta Casa que está confiante neste trabalho, que não vai abrir exceções, que sabe das suas responsabilidades. E, se alguma culpa alguém tiver, vai ter de responder por esta culpa. Agora, vamos ter a dignidade de inocentar os inocentes, conforme foi falado aqui perante este depoimento.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que, neste momento, a Mesa recebe de todos o apoio irrestrito, na certeza de que não houve um ato sequer, por parte de V. Ex^a e dos dignos integrantes da direção dos nossos trabalhos, que pudesse macular ou colocar em dúvida qualquer procedimento nesse sentido até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa manifestação é da maior importância. E eu lhe agradeço.

Peço que não me interrompam, quando tento dar a palavra em sequência.

Vejo nos jornais que a esquerda está fazendo isso, que a direita está fazendo aquilo. Realmente, existe esquerda e direita aqui para mim: direita é o Odacir Klein, que senta-se a minha direita; esquerda é o Dr. Roberto Magalhães, que senta-se a minha esquerda. Não estou atuando ideologicamente aqui, nenhum de nós deve estar, é claro.

Entretanto, a partir do momento em que temos a informação de que o cronograma que estamos seguindo dentro do calendário, deve ser alterado, temos toda a flexibilidade para fazer alterações. Não há problema.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro: depois, ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. JONAS PINHEIRO - Réqueiro a V. Ex^a que não conceda a palavra a nenhum dos integrantes da CPI neste instante, antes da oitiva, e deixe toda e qualquer colocação para a reunião administrativa que acontecerá em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fico muito alegre pela minha formação militar de ser menos autoritário do que os civis. Creio que essa, realmente, é uma boa posição. É uma questão de ordem oportuna: todavia, já havia concedido a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, disse ontem aqui durante o depoimento do Senador Teótonio Vilela, informei ao nobre Deputado Geddel Vieira Lima e o faço de novo aqui perante o depoimento do Senador Dario Pereira que não vejo que esses depoimentos sejam compatíveis com toda a trajetória que a CPI teve até agora.

A pré-condição para os depoimentos é que quem fosse ouvido não teria acesso às informações bancárias e patrimoniais. E mais, que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seguramente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...que as Subcomissões concluiriam os seus pareceres antes das oitivas, analisando a vida bancária, a vida patrimonial, as verbas de subvenção e as emendas no Orçamento. Aí, sim, confrontaríamos o depoimento com a análise e os documentos da Subcomissão. Esse é o verdadeiro papel do depoimento: seria o momento de o parlamentar ter a chance de se defender, de explicar, de resolver ou não os documentos que a CPI tivesse apurado. Não foi isso que aconteceu ontem, não é isso que vai acontecer hoje porque as Subcomissões não concluíram seus trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Deputado, desculpe-me: por que a Subcomissão não informa isso?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só quero concluir. As Subcomissões não concluíram os trabalhos, entre outras coisas, porque as informações do sistema bancário sobre esses parlamentares que apareceram na lista da ODEBRECHT - são vinte mil agências - demoram quinze dias, estão chegando somente agora e nem todas as informações chegaram.

Na lista do José Carlos Alves dos Santos haviam 10 parlamentares pendentes, 10 parlamentares que foram citados da mesma forma que os outros que vieram depor aqui; enquanto que há outros cuja documentação bancária patrimonial está pronta e não estão sendo chamados para deporem no plenário.

Divergi disso na reunião reservada. Fiz uma proposta para que todos fossem ouvidos e que o critério a ser utilizado fosse ouvir primeiro quem estivesse a documentação pronta. Perdi a votação. É verdade, perdi. A responsabilidade não é da Mesa - se a imprensa publicou como Mesa, afirmo que não é da Mesa, ainda que a Mesa tenha defendido a outra proposta -, é do Plenário da CPI.

Divergi dessa decisão porque não vejo sentido nessas arguições. Vejo-me numa posição incômoda de não ter o que arguir, porque não tenho sequer um cheque, a movimentação bancária e da minha Subcomissão não tenho informações para poder chegar e confrontar com o depoimento.

A CPI está dando um tratamento diferenciado para os que estavam lista do José Carlos Alves dos Santos. Alguns serão ouvidos em diligências e não em plenário na frente de todos, com possibilidade plena de pergunta, de esclarecimento. Creio que com isso estamos quebrando uma trajetória de setenta e seis dias de trabalho e, definitivamente, impedindo que esse momento da audiência seja de fato um momento de investigação e de confronto entre os testemunhos e as provas documentais.

Queria perguntar o seguinte: se o Deputado Ibsen Pinheiro tivesse a chance que estão tendo alguns parlamentares, de depor sem que a sua conta bancária tivesse sido analisada, o resultado do depoimento dele teria sido o mesmo? Não seria. Esta CPI tem que dar tratamento isonômico, tratar todos da mesma forma, e infelizmente não está fazendo isso.

O SR. JONAS PINHEIRO - Isso não é verdade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Esta é a razão da minha divergência e é por isso que tenho vindo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos evitar apartes, eu vou dar a resposta ao Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... eu tenho vindo, vou acompanhar a todas as audiências, espero sinceramente que as provas documentais não se confrontem com os depoimentos, porque podemos ter a surpresa de amanhã, ao abrirmos uma conta

bancária, verificarmos não ter qualquer relação com o que está sendo dito, porque sequer foi perguntado. Aí teremos que refazer o depoimento ou colocarmos no relatório o depoimento ou a análise documental que vamos fazer.

Enquanto que, com os outros parlamentares, não foi assim. Como os chamamos depois dos documentos analisados, podemos colocar no relatório uma avaliação final do Relator e do Plenário da CPI.

Por tudo isso, vou ouvir o depoimento. O meu questionamento não é ao Senador, não é ao Deputado que já depôs ou ao outro Deputado que deporá hoje; e, sim, em relação a um erro estratégico, no sentido das oitivas, que a CPI está cometendo e que quebra toda a trajetória que a CPI fez até agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem. Agora cabe-me a resposta ao Deputado Mercadante.

Quando, em que momento, em que circunstância, foi dito à Mesa - agora é a Mesa que é colocada em problema - que dez pessoas que estavam caracterizadas no outro critério já tinham suas contas analisadas, seu patrimônio analisado? Em nenhum momento, em nenhum momento. O que fizemos com dois critérios foi a angústia nossa em relação ao tempo. Não podíamos. Quero ver qual é o gênio que senta aqui e que manda ouvirem 28 pessoas em seis dias e mais três governadores. Por isso é que fizemos.

Qual foi o critério adotado e o que é que o Plenário aprovou, antes desta última votação a que se refere o nobre Deputado Mercadante? Era o critério de que ficariam fora dessa oportunidade de Plenário aquelas pessoas que tivessem uma única referência. Essa referência era de José Carlos Alves dos Santos.

As outras que tinham referência múltipla, ou - depois indicou-se também um critério como prioritário - aquelas cujos nomes constavam da relação da ODEBRECHT com referência a percentual deveriam, então, ter a prioridade para ouvir.

Lembro-me de uma vez, sim, o Deputado Mercadante ter dito a mim que a relação de nomes não era a ideal; não era aquela que, entretanto, o Deputado Benito confirmou aqui, nesta sala, que me foi entregue depois da reunião de coordenação.

De modo que eu dispunha de dados aqui de tempo - e espero que isso jamais aconteça com o Senador Dario - mas se eu dispunha de tempo... Por exemplo, o Senador Dario presta hoje uma informação. Primeiro: se me tivessem dito que em lugar dele deveria entrar aqui qualquer um dos outros dez nomes sobre os quais já há novas incidências, eu teria imediatamente proposto ao Plenário que se modificasse. Tera! E é esse apelo que faço aos quatro coordenadores de comissões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu queria lembrar que, dada justamente essa angústia de chegar aqui e ter que dar asas à imaginação para poder questionar algum parlamentar, muito tempo atrás, há um mês, eu propus que só fossem convocados a depor aqueles em relação aos quais houvesse apuração de algum elemento por parte das Subcomissões.

Discutimos aqui uma hora e meia. E depois, por unanimidade, esse critério foi adotado. E por que esse critério não prevaleceu? Não prevaleceu exatamente porque veio uma outra tese: a de que mais importante era ouvir todos.

Então, foi a tese da ouvida de todos que quebrou o critério que eu havia estabelecido e que era exatamente harmônico com o que V. Ex^a defende agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Relator, essa discussão foi feita na reunião reservada de anteontem. E os dois argumentos... Qual foi o critério aprovado, infelizmente? O critério de que seriam ouvidos os que estavam na lista da ODEBRECHT em plenário, e os dez nomes que estavam na lista do José Carlos Alves dos Santos não seriam ouvidos em plenário.

Eu disse aqui naquela oportunidade - e repito agora - que não entendo essa quebra, essa mudança de critério. O argumento maior era de que não havia tempo. Na hora falei: mas nós vamos, amanhã, pedir a prorrogação de prazo. A prorrogação foi dada. Se temos mais 7 dias para concluir o relatório - de hoje até o dia 17 - contaremos, tranquilamente, com 10 dias para fazer dois depoimentos por dia e encerrar a lista. Temos condições de fazer dois depoimentos e encerrar a lista. Basta inverter a ordem. O Deputado Ezio Ferreira já tem a movimentação bancária e patrimonial toda pronta. O Deputado Annibal Teixeira já tem: o Senador Saldanha Derzi; o Senador Alexandre Costa... Entim, toda aquela lista dos nomes pendentes poderiam ser arguidos, enquanto terminamos e concluímos os trabalhos em relação à lista da ODEBRECHT. Sem isso, as oitivas não tem sentido.

O que estamos passando para a opinião pública é que aqueles que aqui estão depondo estão absolutamente isentos, inocentes: a CPI não fez sequer perguntas. Isso não procede. Não fez perguntas porque a documentação não foi analisada. E temos que confrontar o depoimento com informações consistentes, sólidas. Podemos até concluir, depois da análise, que não há perguntas a serem feitas. Há Parlamentares que não têm...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, sem querer polemizar...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nessas condições, as oitivas não são um momento de investigação...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, sem pretender polemizar, V. Exª pode ter razão em parte. Totalmente, não tem, porque, hoje, pela manhã, eu tive toda a documentação do Sr. Pedro Irujo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque está na primeira lista. É o único nome da primeira lista que foi incluído nesta fase, e não sei por que. Todos os outros foram excluídos e estão sendo ouvidos em diligência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E, agora, com relação ao Senador, eu, também, tenho documentos aqui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quebrando isonomia...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tenho documentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª pode ter de alguma Subcomissão.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, para um esclarecimento.

É preciso que seja dado um esclarecimento ao público, porque, pela observação do Deputado Aloizio Mercadante, isoladamente, como S.Exª está fazendo, parece que a Comissão não teve esse cuidado. Lembro-me de que S.Exª participou da decisão em tela: se houvesse alguma coisa no curso desses dias, o cidadão retornaria a essa cadeira para depor. Então, não procede, de maneira nenhuma. Todos são responsáveis. O critério de investigação é o mais correto e honesto possível. Então, não tem cabimento porque ficou determinado que, se nesse período de 7 dias, surgir qualquer coisa, em qualquer Subcomissão, nada impede que o depoente venha a depor novamente. Essa observação não procede.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Jonas Pinheiro tem razão. Essa matéria tem que passar para nosso encontro particular aqui.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas é bom dizer, de logo, porque a colocação do Deputado Aloizio Mercadante faz entender que nós revogamos uma decisão, e é preciso dizer que não foi assim. Foi discutido democraticamente, e eu não posso aceitar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo, sem dúvida. Vamos ter calma, todos nós.

Deputado Aloizio Mercadante há dois equívocos, aí, ou pelo menos um.

Primeiro, não tenho, ainda, certeza da prorrogação. Fui falar com o Presidente do Congresso, entreguei-lhe o documento, e S. Exª se comprometeu comigo a fazer a leitura hoje. Não tem havido **quorum**, e há quem queira pedir a verificação de **quorum**. S. Exª acredita que, na melhor das hipóteses, na terça-feira poderá votar isso no Congresso. Entrementes, estamos fazendo contato com o Senado, que se sentiu um pouco terido pelo fato de a Comissão se restringir a uma conversa primacialmente com a Câmara.

Segundo, quanto aos três nomes a que o Deputado Aloizio Mercadante acaba de se referir, não tive nenhum conhecimento prévio de que sobre os três havia complementação de trabalho. Eu não tive. Falou-me o Sr. Benito Gama sobre um nome - não quero nem insistir -, dizendo que, entretanto, não poderia dizer de público - um nome.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, é uma lista da Veja. Esses nomes começaram a ser analisados há 76 dias. Já faz tempo que toda a documentação está pronta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante, nós estamos com 80 e tantos dias.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Oitenta dias. A documentação está toda pronta. No caso desses nomes da lista da ODEBRECHT é que não tem sentido inverter-se as prioridades. Agora, eu pergunto por que o Senador vai ser ouvido na sala ao lado, sem nenhuma condição de arguir, enquanto a documentação está pronta e todas as gravações?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, a Mesa não sabia que há documentação sobre ele. Preste bem atenção a isto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas 80 dias de investigação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa não sabia. Ninguém informou que tinha, senão que ele recebera uma única referência, que era a do economista. É preciso levar isso em consideração. E, mais ainda: por que indicar o Senador Rachid Saldanha Derzi, que me procurou e disse que teve um problema de saúde? Pedi ao Deputado Zaire Rezende, que é médico, que fosse conversar com ele. O Senador teve uma ameaça de edema pulmonar e, como quer hospitalizar-se, manifestou seu desejo de ser ouvido. Então, não fiquei sabendo, em nenhum momento, que, sobre ele, há outra referência, que não a palavra inicial do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Isso, sim, é muito importante ficar claro quando nós estamos falando numa reunião pública.

Eu pediria desculpas ao Senador Dario Pinheiro.

O SR. DARIO PEREIRA - Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dario Pereira.

O SR. DARIO PEREIRA - Honra-me...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Vice-Presidente que faça as perguntas a S. Exª.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. DARIO PEREIRA - Dario Pereira de Macedo.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. DARIO PEREIRA - Cinquenta e seis anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. DARIO PEREIRA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. DARIO PEREIRA - SQS 309, Bloco G, 103, Brasília, Distrito

Federal.

ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. DARIO PEREIRA - Economista.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. DARIO PEREIRA - Atividade no Congresso Nacional, em Brasília, e atividade empresarial, no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de V. Ex^a prestar o compromisso, eu vou tomar uma atitude aqui.

Os Deputados Aloizio Mercadante e Fernando Freire e o Senador Jutany Magalhães pertencem à Subcomissão de Bancos.

A Subcomissão entende que o Senador Rachid Saldanha Derzi não deve ser ouvido porque não completou o trabalho sobre ele? Haverá necessidade?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa informação tem de ser dada pelo Coordenador, que não sei se S. Ex^a está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - S. Ex^a não está presente, e eu estou perguntando a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu solicitei aos assessores que dessem prioridade a esse depoimento, e eles disseram-me que iam tentar, até a tarde, concluir um relatório parcial.

Quero lembrar que, no caso do Deputado Ibsen Pinheiro, a primeira totalização era de 900 mil dólares; terminou com 2 milhões e 100. Então, a primeira totalização eles iam fazer hoje e está entregue ao Relator para ser utilizada na arguição, mas não há análise nem da origem dos documentos nem do destino dos cheques. É simplesmente uma totalização parcial da movimentação bancária, confrontada com o gráfico da remuneração salarial.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma pergunta que eu faço pessoalmente ao Deputado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E não há confronto dessas informações com a análise patrimonial, porque a análise patrimonial requer a declaração de Imposto de Renda, o levantamento junto ao INCRA das propriedades rurais, onde nós encontramos a fazenda do Deputado José Geraldo, o levantamento junto aos cartórios, onde achamos apartamentos e imóveis que não estavam no Imposto de Renda; o levantamento de radiodifusão dos meios de comunicação. Enfim, são 7 quesitos, que depois são cruzados com o trabalho da Comissão de Bancos. Essa análise não está feita para o Senador Dario Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em quanto tempo essa análise poderia ser feita?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não sei, Senador. Com certeza, a documentação da parte de bancos está chegando: ontem chegou, hoje chegou, e está sendo incorporada e processada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas seguramente pode ser feita até o dia 12, numa hipótese, e até o dia 17, em outra hipótese?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não. Eu acredito que possa ser feita uma análise parcial antes disso. É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes desse período?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Antes desse período. Porque o que quebrou o ritmo foram o Natal e o Ano Novo, que atrasou trabalho do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Presidente, eu perguntaria ao Senador Dario Pereira se ele poderia, por gentileza, declarar os bancos em que tem conta.

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho conta no Banco do Brasil, em Brasília; no Banco do Brasil, em Natal, em conjunto com minha esposa; no Banco do Brasil, em Parelhas, no Rio Grande do Norte, que é uma cidade onde tenho minhas atividades. Acho que só... Talvez no Banco ITAÚ: eu movimentava conta quando vivia lá; quando vim para cá, parei. Praticamente só tenho dois bancos, Banco do Brasil, em Brasília, e Banco do Brasil, em Natal, onde tenho uma conta conjunta com minha senhora.

O SR. FERNANDO FREIRE - A Subcomissão de Bancos, Sr. Presidente, recebeu até a data de ontem, e está refletindo nessa totalização, um somatório de 1 milhão e 38 mil dólares, distribuídos em 1989, 448 mil dólares; 1990, 213 mil dólares; 1991, 171 mil dólares; 1992, 136 mil dólares; e, finalmente, 1993, 67 mil dólares, totalizando uma movimentação de 1 milhão e 38, isso distribuído no Banco do Brasil, Brasília, Parelhas, Natal; no Banco ITAÚ, onde S. Ex^a o Senador Dario Pereira tem conta, no Rio Grande do Norte, e no Banco Progresso. São essas as informações...

O SR. DARIO PEREIRA - No Banco Progresso eu tinha antes de ser parlamentar.

O SR. FERNANDO FREIRE - Na Agência Natal também, no Rio Grande do Norte. Essas informações chegaram à Comissão de Bancos até segunda ou terça-feira desta semana. Foi feito um esforço, no âmbito da subcomissão. Os técnicos trabalharam toda a noite de ontem para fazer essa totalização para que a subcomissão pudesse oferecer ao Relator esses elementos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jutahy, da Comissão de Bancos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, a informação que tenho é das dificuldades que a subcomissão tem, e vai ter, continuar tendo para fazer o levantamento dessas contas bancárias. Todas as informações, segundo declarações dos técnicos que estão ajudando o trabalho, estão levando no mínimo 15 a 20 dias para chegar, depois de abrirem as contas. Então, sobre esses Parlamentares que foram citados posteriormente, essa relação de 11 ou 12, não havia informação correta e completa para fazer qualquer levantamento.

Se o Deputado Benito Gama estivesse aqui presente poderia confirmar, porque pelo menos essa é a informação dos técnicos: que não vai haver tempo para se fazer um levantamento perfeito sobre essa situação. A dificuldade é grande. Infelizmente, a dificuldade é grande.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a informou que leva vinte ou vinte e poucos dias, não é?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Ex^a pode se lembrar que cheguei até, numa das nossas reuniões, a levantar uma dúvida sobre a conveniência de se abrir novos sigilos bancários, porque não chegariam a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No que, também, foi vencido V. Ex^a.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Fui vencido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o nome do Senador Dario Pereira está com o sigilo quebrado desde quando?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não me lembro desde quando. Agora, não é o caso do Senador Dario Pereira, não estou falando sobre o caso específico do Senador Dario Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está duas vezes vinte dias, duas vezes vinte e cinco dias.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas não estou falando sobre o caso Dario Pereira, estou falando sobre as situações...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas estou perguntando especificamente sobre o caso dele, agora.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sobre o caso dele há um levantamento incompleto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não há um levantamento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois bem, e a pergunta que

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Para não naver qualquer dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando fiz a pergunta sobre a área de bancos, foi exatamente para isso. Se é incompleto, vai haver oportunidade de chegar ao final do nosso trabalho incompleto também.

Para não chegar incompleto, teremos a possibilidade, nestes dias que nos restam aqui, de, a qualquer momento, se se completar diferentemente disso, chamar o Senador - que vai ser molestado - para voltar a falar sobre o assunto, e não se prejudicará.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, só para outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ia falar outras comissões, mas não há mais necessidade.

O SR. ELCIO ALVARES - Só outro adendo, em resguardo da dignidade da Comissão: se surgir alguma coisa, Sr. Presidente, tendo terminado a CPI, vamos remeter para o Ministério Público, que é o canal competente para verificar enriquecimento ilícito e outros fatos delituosos.

Então, fica claro que esta Comissão não tem o escopo, mesmo por que ela não tem o condão de esconder, e aquelas investigações que se iniciaram, se não se concluírem até o dia 17, Sr. Presidente, vamos remeter, com o relatório do Deputado Roberto Magalhães, para o Ministério Público, e lá, no estuário imenso do Judiciário, garantido o direito de contraditório e todas as práticas de direito democrático, o cidadão vai ter de responder perante a Justiça e o País por possíveis faltas que tenha cometido.

Então, fica claro, Sr. Presidente, não há nenhum escopo de subtrair a verdade. Se alguém que já depôs aqui omitiu fato, mentiu, vai responder perante o Judiciário, porque é uma proposta minha, e já tive oportunidade de falar ao Sr. Relator Roberto Magalhães sobre ela. Se alguma diligência não puder ser concluída até o dia 17, nós a remetemos, como está, para o Ministério Público, para prosseguir através da tramitação legal e competente, a fim de objetivar a verdade.

Então, quero deixar isso claro. Ninguém aqui, Sr. Presidente, é mais dono ou menos dono da verdade. Todos somos iguais no sentido de prestarmos esclarecimento a esta Nação, e V. Ex^a tem sido o porta-voz permanente. Desde o primeiro dia, Sr. Presidente, não me esqueço da fala de V. Ex^a convocando todos nós para a grave responsabilidade, e advertia mais ainda que temos que nos manter unidos para que esta Comissão dê a resposta que o Congresso e o País estão esperando. Fica claro que ninguém vai subtrair a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A única condição de chegarmos ao fim disso é havendo união entre nós. Podemos ter divergências, mas uma coisa é absolutamente racional: se eu já tiver condições completas para ouvir, pessoas

que não foram ouvidas passam a ter prioridade, devem ter, mas as comissões têm que me dizer isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou ouvir o Deputado Aloizio Mercadante e, em seguida, vou passar, porque o depoente está se sentindo... Pela Comissão de Emendas - já ouvi a de Bancos...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não, não vou falar pela Comissão de Emendas. Fui convidado para...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pensei que era.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - ... ouvir os Senadores Rachid Saldanha Derzi e Alexandre Costa. A oitiva do Senador Rachid Saldanha Derzi foi suspensa pelos mesmos motivos que o Deputado Aloizio Mercadante expôs e pelos mesmos motivos de contradita que o Senador Elcio Alvares colocou. Pergunto a V. Ex^a se a oitiva não é o fator primordial, não é o cerne, não é o mais importante numa comissão, numa CPI, se essa oitiva vai ser, depois, analisada, conjugada com o material que foi encontrado nas 4 subcomissões. Já suspendemos a oitiva do nosso companheiro Saldanha Derzi. O Senador Alexandre Costa também teve suspensão a sua oitiva partindo dessa premissa?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que se passou, Senador....

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu estava fora, também, estava na outra...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que se passou é que estou querendo continuar aquilo que foi vitorioso, no princípio, de fazer as chamadas para o Plenário e ter um outro critério dos que devem ser ouvidos por grupos menores. Isso foi vitorioso, e eu cumpro o que foi vitorioso. O primeiro que foi ouvido foi o Deputado Uldurico Pinto. Quando ele estava terminando o seu depoimento, o Senador José Paulo Bisol declarou que havia recentemente recebido dados novos: em consequência, ficou o Deputado avisado que vai ser chamado novamente. Essa é a regra geral.

Como o Senador Rachid Saldanha Derzi, conforme falou o Deputado Nelson Trad - que lastimo não ver aqui...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - S. Ex^a está aqui ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...que é adversário político tradicional do Senador Rachid Saldanha Derzi - falou-me da situação pessoal dele, situação física e como soube que S. Ex^a havia sido hospitalizado em condições confirmadas por V. Ex^a que é médico, ele gostaria de ser ouvido desde logo para poder tomar a decisão de hospitalizar-se.

Aproveitando isso é que eu perguntei: já que não existe nenhuma informação igual sobre o Senador Alexandre Costa, liguei para o Senador José Paulo Bisol para ver se S. Ex^a queria ir pessoalmente fazer a oitiva. E S. Ex^a respondeu: "Em princípio, não gostaria de participar, mas, se V. Ex^a quiser, eu vou." Então, pedi a S. Ex^a que combinasse, se quisesse, porque S. Ex^a, sim, tem dados. S. Ex^a me mostrou um papel em que apareceu o nome do Senador Alexandre Costa numa relação. Então, por isso, pedi ao Senador José Paulo Bisol.

Agora, isso passa para a nossa discussão em seguida. Vamos agora deixar de molestar o depoente e vamos ouvi-lo na condição em que todos os outros são ouvidos.

Peço ao Sr. depoente para prestar o compromisso. Fiquemos todos de pé.

O SR. DARIO PEREIRA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Nobre Senador Dario Pereira, a nossa prática aqui tem sido sempre de proporcionar ao depoente um tempo máximo de uma hora, se assim o desejar, para fazer uma explanação original.

A palavra é de V. Ex^a, se assim o quiser.

O SR. DARIO PEREIRA - Agradeço, Sr. Presidente. Serei breve.

Sr. Presidente. Senador Jarbas Passarinho: Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein: Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães e demais Srs. Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito:

Aceito, Sr. Presidente, a oportunidade que V. Ex^a me faculta para uma exposição inicial, que garanto será breve.

Com efeito, desejo apresentar aos Srs. integrantes da CPI um conjunto de informações que considero oportunas e necessárias como introdutórias do meu depoimento.

Começo esta intervenção inicial, informando que me investi como titular do mandato de Senador em março de 1991, mais precisamente no dia 13 de março daquele ano. A investidura nesse mandato não me impediu de continuar as atividades empresariais que antes desenvolvia, embora, a partir de então, tenha transferido sua administração para meus filhos.

Sr. Presidente, aqui compareço para atender à convocação desta Comissão. E o raço com o propósito de poder contribuir, a partir das informações prestadas, para a elucidação de fatos sob investigação.

Como é sabido, no processo de elaboração legislativa, a relatoria de matéria objeto de análise e votação pelo Congresso é atribuição privativa de parlamentar. Nesse contexto, fui eu designado relator parcial da Proposta Orçamentária da União para 1993, nas partes referentes à CODEVASF e DNOCS.

Diante disso, considero importante e necessário oferecer algumas informações de ordem geral relacionadas com a minha atuação naquela relatoria.

A minha designação, a exemplo dos demais relatores parciais, deu-se por ato do então Presidente da Comissão do Orçamento, em novembro de 1992.

Os resultados da análise e discussão da matéria tornaram-se objeto do Parecer Parcial nº 22 de 1992, o qual, aprovado pela correspondente Subcomissão, foi encaminhado à apreciação da Comissão de Orçamento.

A proposta do Executivo, referente aos dois órgãos - DNOCS e CODEVASF - alocava recursos (a preços de abril de 1992) da ordem de 800 bilhões de cruzeiros, em números arredondados.

No âmbito da Relatoria parcial, a proposta recebeu um total de 249 emendas, entre coletivas, prioritárias e ordinárias. O seu atendimento integral, para ocorrer, exigiria um aporte orçamentário adicional de 2,9 trilhões de cruzeiros, hipótese inteiramente inviável pela evidente insuficiência de recursos.

O resultado da apreciação desses pleitos, inclusive o demonstrativo dos atendimentos aprovados, consta de relatório processado no PRODASEN e que acompanha o citado parecer parcial.

Prestadas essas rápidas e genéricas informações sobre a Relatoria a mim atribuída, permito-me, desde logo, acrescentar outras informações sobre o mesmo tema, também rápidas, mas relacionadas especificamente com as proposições vinculadas à área do DNOCS:

A Bancada do Rio Grande do Norte, objetivando reforçar dotação já consignada na Proposta Orçamentária do Executivo para duas obras no Estado, apresentou as seguintes emendas:

a) Emenda Coletiva 00026-5, propondo 24 bilhões de cruzeiros para a construção da Barragem de Oiticica;

b) Emenda Coletiva 00025-5, propondo 9,6 bilhões de cruzeiros para o Perímetro de Irrigação do Baixo Açu.

Quanto ao mérito, ou seja, quanto aos benefícios sociais esperados, trata-se de dois empreendimentos importantes para a economia do Estado, tanto mais importante pela contribuição que oferecerão em termos de combate aos efeitos da seca.

Como se vê, a este Relator parcial, Parlamentar norte-rio-grandense, não faltariam argumentos consistentes para acolher, integralmente, as duas referidas emendas.

Entretanto, como Relator, propus o seu atendimento em parte, mas com significativa redução dos seus valores, no caso da Barragem Oiticica, de 24 para 7 bilhões, e no caso do Baixo Açu, de 9,6 para 1 bilhão de cruzeiros. Em consequência disso, os 33,6 bilhões solicitados nas duas emendas sofreram um corte total de 25,6 bilhões, resultando o atendimento em apenas 8 bilhões de cruzeiros.

Por último, uma palavra sobre a documentação encontrada na casa de funcionário da Construtora Norberto Odebrecht e que, examinada por esta Comissão, foi objeto de Relatoria produzida pela Subcomissão de Assuntos Patrimonial e Fiscal.

Esta palavra corresponde não a uma mera impressão de minha parte, mas traduz o meu entendimento consciente, definitivo e imutável sobre as referências que, naquela documentação, possam ser atribuídas ao meu nome.

Não me responsabilizo por tais referências. Contesto qualquer interpretação que se queira dar no sentido de comprometê-las com a minha conduta parlamentar. Em momento nenhum, as indicações ali manuscritas tiveram qualquer vinculação, em termos de concordância, aceitação ou participação minha.

A lógica indica que alguém que pretendesse auferir vantagens pessoais sobre determinados valores, com certeza, não teria contribuído para reduzir a tanto esses mesmos valores.

Concluo ressaltando que, durante todo o meu mandato, as emendas de minha autoria individual jamais propuseram recursos para obras previamente conhecidas como vinculadas à Construtora Norberto Odebrecht.

Ao contrário, em algumas oportunidades, cheguei a propor o cancelamento de dotações destinadas a obras em execução pela referida construtora.

Só para exemplificar, cito o caso da Emenda nº 23296-3, com a qual, em 1991, propus recursos para a construção de um açude no Município de Carnaúba dos Dantas - RN, tendo indicado como fonte para cancelamento dotação destinada à própria Barragem de Oiticica.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, encerro aqui minhas informações preliminares, pondo-me à disposição para oferecer esclarecimentos adicionais, os quais, sendo do meu conhecimento e relacionados com o objeto desta CPI, venham a ser solicitados por V. Ex^{as}. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eminentíssimo Senador Dário Pereira, V. Ex^a pertenceu à Comissão Mista de Orçamento de 22 de maio de 1991 a 15 de março de 1993. Certo?

O SR. DÁRIO PEREIRA - Certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Participou, portanto, da elaboração dos projetos orçamentários para os exercícios de 1992 e 1993. Pergunto a V. Ex^a, durante o período em que esteve integrando a Comissão de Orçamento, sentiu ou

pressentiu de alguma forma que, naquela Comissão, houvesse um esquema, ou melhor ainda, um núcleo de poder em que um reduzido número de Parlamentares falavam, inclusive, perante o Palácio do Planalto em nome do Congresso, mas à revelia deste?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Sr. Relator, porque eu, com a minha modéstia, apenas fui relator em 1992: em 1991, participei só das votações da Comissão. Isso ocorreu quando cheguei a Brasília e não tinha ainda os conhecimentos que temos hoje dos nossos Parlamentares. Nunca presenciei nada de anormal. Apenas os trabalhos se estendiam por madrugadas inteiras.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em relação às subvenções sociais por conta de dotações globais. V. Ex^a nunca percebeu que alguns Parlamentares da Comissão obtinham liberação de recursos vultosos, às vezes, superiores a um milhão de dólares para um único Município? Nunca chegou a perceber isso?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, porque eu não acompanhava, Sr. Relator, o desenrolar da Comissão; apenas votava. No DNOCS, sim, acompanhei todo o desenrolar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Já que V. Ex^a mencionou o DNOCS, gostaria de perguntar a respeito da Barragem de Oiticica, no Estado do Rio Grande do Norte. V. Ex^a chegou a tratar, como relator parcial, de verba orçamentária para aquela Barragem?

O SR. DARIO PEREIRA - Como relator parcial - em minha exposição inicial falei a esse respeito -, acolhi essas duas emendas, inclusive, a da Barragem de Oiticica, que era 24 bilhões de cruzeiros, baixei para 7 bilhões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tinha ouvido V. Ex^a dizer isso. Pode ser que tenha havido também uma superestimação muito grande por parte dos autores das emendas, porque, embora V. Ex^a tenha reduzido tanto essa verba, a auditoria do Tribunal de Contas, feita no DNOCS, informa que essa barragem de Oiticica teve o seu preço superfaturado em mais de 130 milhões de dólares. Fica no perímetro irrigado do Baixo Açu, não é isso?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, ela fica antes disso: fica mais na região do Seridó.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou lembrar para V. Ex^a um trecho da auditoria, transcrito no documento da Subcomissão de Emendas, ao qual V. Ex^a terá todo o acesso, a partir de hoje, se assim o desejar:

"Na barragem de Oiticica, o pagamento de propinas atinge 13%, se totalizados todos os percentuais consignados no documento, para todas as esferas de tramitação orçamentária e financeira.

Vale salientar que o pagamento de propinas é amplamente facilitado pelas condições de superfaturamento apontadas pelo TCU."

Em que Estado se encontra essa barragem atualmente, Senador?

O SR. DARIO PEREIRA - Eu conheço essa barragem, porque, em uma ocasião, passei na estrada e vi uma placa, mas nunca fui lá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é a capacidade de armazenamento?

O SR. DARIO PEREIRA - Também não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é a empreiteira que está fazendo a obra?

O SR. DARIO PEREIRA - Acredito que seja a ODEBRECHT, porque, se não fosse ela, não tinham colocado o nome de muitos Deputados e Senadores indevidamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pelo que está aqui, indiretamente, pode-se inferir, porque diz que houve documentos apreendidos na Norberto Odebrecht, relacionados com essa barragem, mas não diz expressamente, pode ser um consórcio, que é muito comum no Nordeste. No meu Estado é assim, certamente será no Estado de V. Ex^a. O cartel das empreiteiras hoje opera, na minha opinião - essa é a minha convicção -, primordialmente no Nordeste.

Pois bem, V. Ex^a não conhece bem, não sabe a capacidade, passou por longe e, no entanto, neste papel da ODEBRECHT aparece: emenda parcial DP - 3% sobre tanto; 0,9... Aí vem um percentual.

V. Ex^a tem conhecimento desse registro?

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho conhecimento desse registro, que, inclusive, achei unilateral. Vi aqui o depoimento de um funcionário da ODEBRECHT, que considero um irresponsável, porque, quando se bota o nome de parlamentares, sem acertar, sem fazer nada com ele, isso é uma irresponsabilidade. Não conheço esse indivíduo. Ele fez isso e acho que tem de pagar, algum dia, pelo que fez.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em relação à barragem de Santa Cruz do Apodi, V. Ex^a também relatou?

O SR. DARIO PEREIRA - Relatei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dotação para essa barragem?

O SR. DARIO PEREIRA - Relatei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sabe qual é a capacidade da barragem e qual a empreiteira que a está construindo?

O SR. DARIO PEREIRA - A capacidade da barragem eu não sei: a empreiteira...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a sabe que o preço é função, em grande parte, da capacidade e também do terreno, da obra de engenharia em si?

O SR. DARIO PEREIRA - É a barragem de Santa Cruz do Apodi?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Santa Cruz do Apodi.

O SR. DARIO PEREIRA - Essa é uma barragem muito importante para o Rio Grande do Norte, inclusive para fazer o abastecimento de água da cidade de Moçoro, que é a segunda cidade do Estado, onde as águas são tiradas de poços profundos, e para irrigar a Chapada do Apodi.

Para mim essa barragem deveria primeiramente ser terminada, para se fazer outra. O que acontece é que, no Nordeste, no Brasil, as coisas são começadas e não são acabadas, porque se começa tudo de uma vez. Acho que primeiro deveria fazer-se uma, para depois fazer outra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas é obra do DNOCS, não é isso?

O SR. DARIO PEREIRA - Obra do DNOCS.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Toda obra do 'DNOCS é interminável. Não conheço nenhuma que tenha sido construída no prazo contratual.

Aliás, já citei aqui e vou repetir, permitam-me: fiz um acordo com o DNOCS. Assumi, quando Governador, a construção da barragem do Chapéu, com 200 milhões de metros cúbicos de capacidade, e o DNOCS assumiu, ao mesmo tempo, a licitação de uma barragem em Serra Talhada, um pouco maior, no Pajeú. Em dez meses inaugurei a minha. Até hoje o DNOCS não terminou a Barragem de Serrinha, lá no Pajeú. Vou dar a V. Ex^a os termos da auditoria em relação a essa segunda Barragem de Santa Cruz do Apodi, muito mais contundentes do que a outra. O Tribunal de Contas diz:

"Irregularidades apontadas:

Fraude na licitação, envolvendo desde a falta de publicidade a publicação prévia do seu resultado em mensagem cifrada nos classificados, no Jornal O Estado de S. Paulo, três dias antes da abertura das propostas, informando não apenas vencedores, mas também a forma como eles iriam se apresentar: em consórcio."

V. Ex^a não tem conhecimento de que houve essa denúncia, nem sabe qual o consórcio?

O SR. DARIO PEREIRA - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O consórcio é OAS EIT.

O SR. DARIO PEREIRA - V. Ex^a está falando da Barragem...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou agora na Barragem de Santa Cruz do Apodi. Deixei para trás a outra.

Como V. Ex^a estava como Relator-Parcial e tinha o poder de elevar, reduzir, ou até cortar essa verba, nunca foi procurado por ninguém da OAS ou da EIT?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Não fui procurado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nenhum intermediário?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Relatei, achando que esta barragem era importante para o Estado, conforme expliquei a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esse superfaturamento e estimado em 107 milhões de dólares, considerado os preços de tabela do DNOCS.

V. Ex^a confirma, simplesmente, que deu parecer favorável à concessão de verbas para as duas barragens?

O SR. DARIO PEREIRA - Dei. Inclusive todas as duas foram emendas coletivas de toda a bancada do Rio Grande do Norte.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas, nega que tenha havido qualquer interferência dessas empresas? A ODEBRECHT, no primeiro caso, e EIT e OAS no segundo caso?

O SR. DARIO PEREIRA - Nego. Apenas fiz o relatório, achando que a Barragem de Santa Cruz é importante. A Barragem de Oiticica, de 24 bilhões, baixei para 7 bilhões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sabemos, e V. Ex^a confirma, que a ODEBRECHT é a empreiteira da Barragem Oiticica. As iniciais de V. Ex^a estão aqui, e, mesmo assim, V. Ex^a nunca recebeu um telefonema que seja, nada, nenhum aceno da empresa interessada nessa verba?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Não conheço nenhum diretor da ODEBRECHT.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a tem alguma atividade profissional além da atividade de Senador?

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é?

O SR. DARIO PEREIRA - Sou agropecuarista no Rio Grande do Norte e tenho uma pequena cerâmica. Trabalhei sempre com mineração no meu Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a estima que terá recebido, nesses três anos e meio, como Senador uma relação, talvez, de meio a meio: subsídios mais remunerações outras.

O SR. DARIO PEREIRA - Mais ou menos isso. Pelos meus levantamentos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pelos seus levantamentos, nas contas bancárias de V. Ex^a os créditos chegaram a quanto nesses três anos e meio?

O SR. DARIO PEREIRA - A média anual de depósito bancário no período foi 13.03.1991 a 30.11.1993 foram 111 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tenho condições de checar, porque tenho o total para o período de 1989 a 1993. A não ser que eu pare para somar.

O SR. DARIO PEREIRA - V. Ex^a tem dos cinco anos, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim.

O SR. DARIO PEREIRA - Fui Parlamentar de 1971 a 1993.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quanto deu nos cálculos de V.

Ex^a?

O SR. DARIO PEREIRA - Uma média anual de 111 milhões. 544 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em 91, 92 e 93?

O SR. DARIO PEREIRA - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho aqui: para 91, 171 mil dólares; para 92, 176 mil dólares; para 93, US\$67 mil dólares.

O SR. DARIO PEREIRA - É a média.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente. Senador Odacir Klein. Senador Dario Pereira, relacionado ao que o Deputado Roberto Magalhães lhe estava indagando, peço-lhe algumas explicações. O período de setembro a dezembro de 91 e de janeiro a março de 92 coincide com a tramitação, votação e publicação do Orçamento de 92. Lembramos que o Orçamento é encaminhado em 31 de agosto; portanto, de setembro a dezembro tramita. Em verdade, ele acabou sendo publicado no dia 28 de fevereiro, portanto...

O SR. DARIO PEREIRA - Quando?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Estou falando do último trimestre de 91 e primeiro trimestre de 92.

O SR. DARIO PEREIRA - O senhor fala...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - De setembro de 91 a março de 92. Nesse período houve um aumento tão significativo de seus créditos bancários... Pediria a gentileza do Deputado Roberto Magalhães... Veja bem, o normal, logo antes, eram créditos bancários que variavam de 3 a 10 mil dólares aproximadamente. Vou citar: setembro, 24 mil dólares; outubro, 11 mil dólares; novembro 20 mil dólares; dezembro 58 mil dólares - justamente a data em que é votado o Orçamento: janeiro, 19 mil dólares; fevereiro, 17 mil dólares; março, 10 mil dólares. Ou seja, exatamente nesse período, se examinarmos o gráfico dos depósitos, verificaremos que há um acentuado aumento.

Ora, é natural para quem examina as emendas propostas por V. Ex^a - que acaba de mencionar - que observe uma coincidência. Senador Dario Pereira: justamente nesse período apresentou as emendas para as obras que acaba de citar como, por exemplo, para a barragem de Santa Cruz do Apodi, para abastecimento de água de Mossoró.

O SR. DARIO PEREIRA - Não apresentei emenda.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Mas empenhou-se por ela, como está...

O SR. DARIO PEREIRA - Não, não me empenhei por ela. O senhor me desculpe mas... fui o Relator, baixei as emendas de 24 para 7.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sim, mas exatamente para o açude de Santa Cruz do Apodi foram destinados 10,7 milhões de dólares.

O SR. DARIO PEREIRA - Acho que dez ... não tenho esse número aqui.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Na verdade, acabaram sendo liberados aproximadamente 11 milhões de dólares: em 93, mais 500 mil dólares. Também houve outras emendas. Mas é uma coincidência. Senador Dario Pereira, porque exatamente esta obra que foi caracterizada por irregularidades, além da outra mencionada pelo Sr. Relator, existe este aumento tão acentuado nos depósitos bancários. A Subcomissão de Bancos...

O SR. DARIO PEREIRA - O senhor fala em 91?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Último trimestre de 91 e primeiro... se V. Ex^a desejar ver o mapa feito pela Subcomissão de Emendas, isso poderá ser mostrado.

O SR. DARIO PEREIRA - Eu gostaria, mas em 91 não fui Relator e não tinha nenhuma emenda para essas duas barragens, como já citei.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Senador Dario Pereira, por que nesse período houve acréscimo tão significativo de suas outras remunerações em relação à de Senador?

O SR. DARIO PEREIRA - V. Ex^a se refere a 1991?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Sim, aos últimos quatro meses de 1991 e aos primeiros meses de 1992. Se puder apenas explicar...

O SR. DARIO PEREIRA - Pois não. Eu posso explicar. Eu não fui Relator em 1991, mas em 1992. Em 1991 eu não era Relator e não tinha emenda para essas barragens. V. Ex^a pode olhar, eu posso depois mostrar que não tenho emenda para elas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas quando se fala no destaque para açude de Santa Cruz do Apodi, em 1992, refere-se ao Orçamento de 1992, feito em 1991, não é isso?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, em 1993. Eu não era Relator em 1991. V. Exª me desculpe, mas acho que está havendo um certo engano.

O SR. EDUARDO SUPLICY - De qualquer maneira, em 1992, V. Exª apresentou 47 emendas. Destas, 14 foram aprovadas e liquidadas, num total de 25,7 milhões de dólares.

Então, Senador Dario Pereira, por que nesse período em especial - últimos meses de 1991 e primeiros meses de 1992 - houve um aumento tão significativo dos depósitos? Para quem examina em primeira instância, significa um aumento de 3 até 8, 10 vezes o normal. V. Exª poderia apenas explicar então?

O SR. DARIO PEREIRA - Eu posso explicar isso. V. Exª falou em emendas, que apresentei emendas. As minhas emendas são muito pequenas. São emendas, como se diz aqui no Congresso, paroquiais. São emendas para prefeituras, emendas pequenas, inclusive para esgoto, combate à seca, coisas dessa natureza. V. Exª falou em emendas. Eu não apresentei emendas para essas duas, como V. Exª citou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foram liquidadas emendas apresentadas por V. Exª, ainda que diga terem sido paroquiais. Em termos de apresentação elas equivaliam a 326 milhões de dólares. De aprovação, 36 milhões de dólares. Liquidadas, 25,7 milhões de dólares. Então, ainda que na sua qualificação "paroquiais", elas tinham valor significativo.

Já que V. Exª explicou que tem outras fontes de remuneração, poderia explicar por que exatamente nesse período, que é o de tramitação, votação e publicação...

O SR. DARIO PEREIRA - V. Exª fala em 1991?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Final de 1991 e início de 1992.

O SR. DARIO PEREIRA - Em 1991, eu tive empréstimos bancários, custeio agrícola pelo Banco do Brasil, mil dólares. Liberação de cruzados do Banco do Brasil, liberação de cruzados do Banco ITAÚ, liberação de cruzados do Banco do Brasil, vencimento de seguros no Banco ITAÚ e minhas rendas de atividades empresariais e empréstimos pessoais que fiz. Encaminho tudo isso para a Comissão de Bancos. Posteriormente, vou encaminhar toda a minha documentação que levantei dos meus proventos, das minhas atividades empresariais, para a Comissão de Bancos, como é de praxe, como os nobres depoentes estão fazendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, faço as seguintes perguntas ao depoente: gostaria de saber, quando S. Exª reduziu a Emenda nº 0026-5, de 24 bilhões de cruzeiros para 7 bilhões de cruzeiros, quem reclamou da redução.

O SR. DARIO PEREIRA - Creio que foram os Parlamentares, porque a emenda deles era de 24 bilhões de cruzeiros, para uma obra considerada importante para o Rio Grande do Norte. Não houve, todavia, muitas reclamações.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Exª foi Relator no período em que foi Presidente da Comissão o Senador Ronaldo Aragão?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Fui Relator quando era Presidente o Deputado Messias Góis.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nessa oportunidade, V. Exª testemunhou algum acordo de relatores, dirigentes da Comissão com o Governo Federal?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, não testemunhei. Senador, penso que eu era muito pequeno para estar nesses acordos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas V. Exª soube, pelo menos, de comentários, que teria havido um acordo com o Governo Federal, envolvendo Ricardo Fiúza, João Alves, Ronaldo Aragão ou quaisquer Parlamentares, exatamente nesse período em que V. Exª assumiu o Senado Federal?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Vim saber disso agora, pelos jornais, pela televisão, quando alguém falou aqui na Comissão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Exª, quando Relator, recebeu alguma proposta escusa de qualquer Parlamentar que pudesse nominá-lo agora?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Nunca recebi nenhuma proposta escusa.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O Relator falou que essa Barragem de Oiticica foi dada pelo Tribunal de Contas como sendo superfaturada e fonte, exatamente, de desvio de recursos. V. Exª tinha conhecimento de fatos atinentes a isso, antes dessa revelação do Relator?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, não tinha, porque essa barragem está praticamente parada há muito tempo. Inclusive este ano não - como diz a gíria lá da minha terra -, não se colocou uma pá de terra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto mais a V. Exª: quais outras emendas fundamentais toram de interesse coletivo da Bancada do Rio Grande do Norte?

O SR. DARIO PEREIRA - Para Baixo Açu, a Bancada pediu 9,6 bilhões de cruzeiros e eu rebaixei para 6 bilhões de cruzeiros. Inclusive está aí nesse documento, nesse pedaço de papel da ODEBRECHT.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a apresentou alguma emenda que dissesse respeito a outro Estado que não o Rio Grande do Norte?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Todas as minhas emendas foram para o Rio Grande do Norte.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Aí eu já estou falando não no período em que V. Ex^a foi Relator, mas no período em que foi meramente membro da Comissão.

O SR. DARIO PEREIRA - Membro da Comissão. Até hoje nunca apresentei uma emenda para outro Estado que não fosse o Rio Grande do Norte.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Alguém solicitou e V. Ex^a não atendeu que assim procedesse?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, nunca me pediram.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nunca ninguém solicitou emenda de V. Ex^a, por exemplo, para a PETROBRÁS, em relação à compra de navio, por exemplo?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Nunca me pediram.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não há emenda de V. Ex^a para a Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Só para o Rio Grande do Norte. Pelo menos tenho todas as emendas aqui, e nunca teve para nenhum outro Estado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a, quando acolheu essas emendas pletivas do Rio Grande do Norte, sabia quais as construtoras, quais as empreiteiras interessadas na obra?

O SR. DARIO PEREIRA - O nobre Deputado Roberto Magalhães já fez essa pergunta e eu respondi que...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a não precisa responder, se já o fez.

O SR. DARIO PEREIRA - Já respondi.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então não precisa responder de novo.

V. Ex^a também já disse que não tinha conhecimento com alguém da ODEBRECHT?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, nunca conheci ninguém da ODEBRECHT.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a já falou a que atribui as iniciais de seu nome em documentos da ODEBRECHT que foram apreendidos?

O SR. DARIO PEREIRA - Tendo as iniciais do meu nome, DP, eu não sei não. Acho que é o tipo do negócio de um indivíduo desqualificado; coloca iniciais de nomes e de pessoas, de parlamentares, com percentuais. Acho que ele devia ir parar na Justiça.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a, ao assumir a cadeira no Senado da República, acresceu a sua vida econômico-financeira, ou a reduziu?

O SR. DARIO PEREIRA - Eu acredito que a reduzi um pouco.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Antes de ser Senador da República, V. Ex^a era somente empresário?

O SR. DARIO PEREIRA - Sempre fui empresário, dos ramos que já citei: pecuária, cerâmica e mineração.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a, ao iniciar o depoimento, disse que era formado em economia, se não estou enganado.

O SR. DARIO PEREIRA - Sou formado em economia.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nunca exerceu sua profissão?

O SR. DARIO PEREIRA - Eu exerci a profissão de economista, durante um ano, talvez, ou oito meses, não me lembro bem, na SUDENE. Logo quando terminei meu curso, eu estagiei na SUDENE.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Quando surgiu o Plano Collor I, em que houve a apreensão do dinheiro em investimentos, cadernetas de poupança, contas bancárias etc, V. Ex^a ficou em dificuldade financeira, ou conseguiu, por outros meios, manter os seus negócios?

O SR. DARIO PEREIRA - Todos nós ficamos em dificuldade financeira durante aquele Plano Collor I - os cruzados; inclusive já citei aqui que tinha uma série de cruzados que ficaram presos, tanto meus como das minhas empresas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Ex^a sabe quanto o plano Collor reteve de suas empresas e de sua pessoa natural?

O SR. DARIO PEREIRA - Senador, não tenho idéia de quanto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Esse dinheiro, que foi sendo devolvido, após 18 meses, exatamente - a liberação desses cruzados -, V. Ex^a reinvestiu em suas empresas? O que fez desse dinheiro?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, nas minhas empresas eu acredito que sim. A liberação de meus cruzados foi pelo Banco ITAU e pelo Banco do Brasil; mais ou menos 15 mil dólares. Nas minhas empresas, eu acredito que nós reinvestimos,

principalmente para pagamento de pessoal, porque as empresas ticaram sem ter nem como pagar o pessoal; depois e que o plano Collor liberou para pagar pessoal.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Eu pergunto: V. Ex^a teve por hábito, como Relator, sempre reduzir a proporção das emendas apresentadas. Isso desgostou, evidentemente, as pessoas que, com muita justiça, é claro, queriam mais dinheiro para o seu estado. Houve empresários que procurassem V. Ex^a exatamente para discordar dessa redução?

O SR. DARIO PEREIRA - Eu já disse ao nobre Relator que não conheço empresários dessas empresas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Senador Daria

Pereira:

Tenho por hábito procurar evitar fazer muitas perguntas, principalmente quando são baianos os que aqui comparecem; e como ultimamente está sendo difícil evitar que baianos compareçam aqui para depor, quero aproveitar a presença de V. Ex^a para fazer alguns questionamentos.

V. Ex^a entrou no Senado em 1991, substituindo o Governador José Agripino; em 1991, V. Ex^a foi para a Comissão de Orçamento; em 1992, ficou como relator, na área do DNOCS. Eu pergunto: Em primeiro lugar, se foi indicado ou solicitou a sua ida para a Comissão de Orçamento é, principalmente, para Relator? Se foi indicado pelo Líder do seu Partido ou se foi um pleito feito por V. Ex^a a alguém.

O SR. DARIO PEREIRA - Não, foi indicação. Geralmente o Líder indica, como nas outras comissões. Eu sou o Presidente da Comissão de...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essa é a indicação para a Comissão. Quero saber para a Relatoria. Foi um pleito de V. Ex^a a alguém ou foi um entendimento entre as Lideranças e V. Ex^a foi indicado?

O SR. DARIO PEREIRA - Fui indicado, eu não pedi para ir.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Ex^a não solicitou ser Relator?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, de maneira nenhuma.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Implicitamente não escolheu a área para ser Relator?

O SR. DARIO PEREIRA - Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Ex^a já deu várias respostas para o problema desses dois açudes no Rio Grande Norte. Tenho conhecimento pessoal, por informações que recebi, num determinado momento, de que estava havendo superfaturamento, não apenas nesses dois açudes, no Rio Grande do Norte, mas também em vários outros Estados na parte do DNOCS. E algumas providências foram tomadas para tentar evitar que se concretizassem esses absurdos que estavam sendo cometidos na área administrativa.

Senador Dario Pereira, como Relator da parte do DNOCS, nos últimos Estados, V. Ex^a reduziu os recursos que estavam previstos para diversos açudes, tendo o mesmo comportamento em relação aos dois casos no Rio Grande do Norte ou não houve recursos estabelecidos para as outras obras do DNOCS nos diversos Estados do Nordeste?

O SR. DARIO PEREIRA - Senador, acredito que os baianos não vão gostar, mas reduzi a Irrigação Formoso A, que depois vim a saber que era da ODEBRECHT, em 44 bilhões de cruzeiros. Não reduzi 7, reduzi 44, para fazer uma cesta - como se diz - para poder acolher todas as emendas pequenas dos Parlamentares: pequenas, mas acolhi muitas emendas. Retirei da Irrigação de Formoso A. Perdoem-me os baianos, mas tive que fazer isso. E vim a saber que a ODEBRECHT executa a obra de Irrigação Formoso.

Por isso e que digo: não tenho conhecimento com esse povo, porque, se eu tivesse, eles teriam vindo a mim para não tirar. Porque se eles têm a ousadia de colocar nomes de pessoas, eles teriam ousadia de me procurar para fazer isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas, esses açudes que estavam superfaturados, que comprovadamente estavam superfaturados em diversos Estados do Nordeste, como foram alocados os recursos? V. Ex^a não se lembra, como Relator, se foram emendas pessoais, se foram emendas coletivas também de outros Estados e se o comportamento de V. Ex^a teve o mesmo sentido do Rio Grande do Norte de avaliar por baixo os recursos necessários para aquelas obras? V. Ex^a cortou os recursos que estavam alocados nas emendas? V. Ex^a se recorda do que aconteceu com essas propostas? São emendas do Orçamento para obras dos diversos açudes do DNOCS e essas obras estavam sendo superfaturadas e o Ministro da Integração Regional tomou providências para evitar esse superfaturamento.

O SR. DARIO PEREIRA - Não estou entendendo bem a pergunta de V. Ex^a. V. Ex^a fala de todas as emendas?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não, das emendas para açudes. Por exemplo, no Estado do Ceará, Estado do Piauí, Estado da Paraíba, gostaria de saber se foram emendas coletivas e se V. Ex^a também reduziu os recursos que estavam sendo previstos na proposta das emendas? A pergunta é essa.

O SR. DARIO PEREIRA - Reduzi. No início, disse que o DNOCS não tinha, dentro do Orçamento, recursos suficientes para aquelas emendas. Todos os Parlamentares - se não me engano -, falei aqui no início, dois - deixe-me olhar - exigiriam

um aporte orçamentário adicional de 2,9 trilhões de cruzeiros. E o DNOCS tinha só 800 bilhões de cruzeiros." Tive que fazer um corte lateral.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Para avaliar os recursos necessários a essas obras, houve algum entendimento com a direção do DNOCS, no sentido de saber quais os recursos que seriam necessários para a conclusão da obra?

O SR. DARIO PEREIRA - O Presidente do DNOCS e o Presidente da CODEVASF estiveram no meu gabinete, dizendo quais as prioridades, dentro do contexto de todo o Nordeste.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas eles estabeleceram os quantitativos necessários para a obra?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. A mim não entregaram isso, apenas disseram que as obras tais e tais, dentro do DNOCS, eram prioridade, e, dentro da CODEVASF, a mesma coisa. Inclusive, eu achava que devia alocar os recursos onde essas obras tivessem continuidade, e não iniciar obras. Procurei fazer isso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - A minha preocupação não é o caso específico de V. Ex^a, porque o conheço demais, da convivência que temos. Minha preocupação é tentar estabelecer aqui como é que são feitas essas emendas e como são alocados esses recursos. Na realidade, os recursos, mesmo reduzidos por V. Ex^a, como Relator do DNOCS, foram utilizados na construção desses açudes com obras altamente superaturadas: os recursos alocados eram muito superiores aos necessários para a conclusão dessas obras.

Por isso, pergunto a V. Ex^a se houve algum entendimento com técnicos para afirmarem o quanto seria necessário para a execução dessas obras. O que estamos vendo é que foram alocados recursos acima do necessário. V. Ex^a não tem obrigação de conhecer o quantitativo, pois não é um técnico para saber a quantidade de recurso que é necessária. Mas se não houve esse assessoramento, então houve uma falha e, em razão disso, houve condições de se estabelecer esse superaturamento. Se houve assessoramento, aí seria mais sério por parte de quem assessorou V. Ex^a.

Esta é minha preocupação: procurar buscar a informação, para saber se houve algum responsável por esta questão.

O SR. DARIO PEREIRA - Se houve superaturamento, foi lá no DNOCS.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Ex^a não tem nada a ver com isso. O problema não é seu. O problema é apenas conseguirmos estabelecer como foram encontrados esses quantitativos, porque uma das nossas grandes falhas na confecção do Orçamento é que alocamos recursos sem saber, necessariamente, se serão suficientes ou não. Muitas vezes, são colocados recursos que não são suficientes e, outras vezes, ocorre o oposto, alocamos recursos muito além das necessidades, o que permite...

O SR. DARIO PEREIRA - V. Ex^a tem razão, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Esse é um dos grandes erros que ocorrem aqui no Congresso Nacional.

O SR. DARIO PEREIRA - O que deveria acontecer seria a vinda de estudos técnicos, principalmente para os Relatores, estudos técnicos bem feitos, do próprio Governo; mas não isso não acontece. Cabe aos parlamentares fazerem adivinhações: porque entendo que o que fazemos dentro do Orçamento é adivinhação. Desculpe-me dizer isso, mas acredito que seja assim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pelas informações que V. Ex^a prestou quanto à movimentação bancária, no meu entendimento, não existe questionamento a ser feito, conforme verifiquei através das perguntas que já foram feitas a V. Ex^a. Creio que o problema da CPI é termos que fazer esses questionamentos sem as informações totais; é muito fácil perguntar a V. Ex^a de onde vem os recursos além dos relativos aos seus subsídios. Então, V. Ex^a precisa comprovar que vieram através da venda de um imóvel, através de recursos de agropecuária e outras coisas, porque não temos aqui as informações para sabermos o que realmente está errado. Então, por esse problema é que levantei a questão antes do questionamento de V. Ex^a, porque acho que estamos com essa falha, com essa dificuldade, pela premência de tempo que estamos tendo para fazer essas averiguações. Existem razões políticas, existem razões da própria instituição que levam a que isso ocorra. Não quero questionar isso.

Tenho um ponto de vista que é minoritário, e tenho de me curvar à vontade da maioria. Todavia, acho que esses problemas estão existindo: não podemos fazer um questionamento a V. Ex^a sobre esse patrimônio, porque não temos as informações: e não teríamos condições de chegar e dizer que é V. Ex^a quem tem de comprovar, e não nós que temos de fazê-lo, em situação inversa.

O SR. DARIO PEREIRA - Prometi ao Senador Eduardo Suplicy que enviaria essas informações para a Subcomissão de Bancos, o que farei, porque acredito que é uma obrigação nossa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Termos isso seria conveniente, porque tivemos colegas aqui que apresentaram todas as informações. O Senador Teotônio Vilela Filho, por exemplo, apresentou todas as informações: o próprio Deputado Pedro Irujo, hoje pela manhã, apresentou toda a documentação. E como estamos em uma situação em que quem levanta alguma dúvida é que tem que comprovar que não existe nada, eu até me atreveria a sugerir a V. Ex^a que fizesse isso o mais rapidamente possível.

O SR. DARIO PEREIRA - Prometi ao Senador Eduardo Suplicy e farei isso. Prometo também a V. Ex^a.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Senador Dario Pereira, vejam V. Ex^{as}: eu estava ao telefone para atender o meu Governador quando me foi passada a palavra. Confesso que isso me fez perder um pouco o ritmo que pretendia dar a arguição que farei a V. Ex^a nesta tarde; portanto, permita-me que, num arremedo de arguição, eu faça algumas considerações.

V. Ex^a, Senador Dario Pereira, tem sido estudado, analisado, citado, porque há um documento, que mereceu, da parte do Senador José Paulo Bisol e de minha parte também uma análise percutiente, documento esse que foi apreendido na empresa ODEBRECHT, onde aparece uma discriminação de percentuais.

É interessante. Sr. Senador, que há uma preocupação, nessa discriminação de percentuais, que é manuscrita, de se referir sempre a emenda parcial, a Relator-Geral, a liquidez no Estado, e por aí vai. E temos encontrado uma série de siglas; e essas siglas, esses nomes, essas iniciais foram exaustivamente postos à perquirição do Dr. Reis, então Diretor de Planejamento da ODEBRECHT, e S. S^a, naquela ocasião, dizia que essas siglas eram de inteira responsabilidade dele e, no mais das vezes, representavam elucubrações suas, iniciais de pessoas da sua empresa. Ele cita aqui uma série de nomes. Inclusive, quando interrogado pelo Deputado Dirceu a respeito de um RC, S. S^a disse tratar-se de Roberto Campos, o que causou um certo frisson. Posteriormente, verificou-se que o Roberto Campos citado era um funcionário daquela empresa. Assim, Roberto Campos, como RV, Vilar, como vem também o Luiz Reis, outro funcionário, e coisas que tais.

Veja V. Ex^a como a coisa então é complexa. Argüido aqui o Deputado José Luiz Maia, do Estado do Piauí, eu perguntava a ele o seguinte: Há uma emenda parcial, não há referência às iniciais de José Luiz Maia, mas ele cita que no Estado dele havia um J Pádua. Pelo que eu sei, os piauienses não sabem quem é J Pádua e este também não foi citado, não foi lembrado pelo Dr. Reis, quando ele aqui esteve.

Há uma interpelação, feita aqui por um colega nosso, cujas iniciais coincidiam também com o seu próprio nome, e ele dizia: - "Não, eu estou despreocupado porque não sou nem do Piauí e não tenho nada a ver com isso."

Eu tive o cuidado de ver, de uma maneira rápida e gostaria de ter feito com mais cuidado. Mas eu tinha sido designado para arguir o Senador Saldanha Derzi. Então já não iria argüí-lo e não tive essa preocupação.

Vejo aqui, Sr. Senador Dario Pereira, que, quando diz respeito ao Estado Natal, diz: Esgoto em Natal, Relator-Geral, 3%, liquidez... e não, Estado - 3%, a definir provisões, Ministro, 3%. Min será que é Ministro? Não sei. Porto de Natal, emenda parcial VA 3%; Relator-Geral, 3%; liquidez interrogada, a definir provisões.

As coisas caminham dessa maneira, até que chegam em meu Estado, na Barragem de Oiticica. Então vem emenda parcial DP, mas verifiquei, aqui, que DP pode ser Diretor de Planejamento e pode ser Dario Pereira. Confesso que prefiro acreditar que esse DP possa ser Diretor-Presidente, Diretor de Planejamento e não o Dario Pereira, porque, senão, eu seria obrigado a entender que, quando vem DNOCS-LM, quem seria o LM? Isso causou um certo frisson aqui.

O Senador Passarinho, então, naquela ocasião, perguntava a um certo colega nosso se não seria ele. Quando ele respondeu que nem piauiense era e, portanto, o LM não era dele... G 0,5, estado, vem baixo Açu, novamente aparece DP. Ora, no que me concerne, dentro de uma visão de quem analisou os documentos apreendidos na Odebrecht, de quem analisou os documentos apreendidos na casa do Deputado João Alves e como homem que tem participado de todas essas reuniões, ouvindo esses depoimentos - não estou aqui para inocentá-lo, não há corporativismo, nem o fato de V. Ex^a ser Senador -, não posso acreditar que, no meio dessas anotações, somente V. Ex^a, por uma coincidência de iniciais, possa ser condenado.

Portanto, eu começaria uma interpelação, fazendo algumas perguntas que até já foram respondidas por V. Ex^a.

V. Ex^a, ao chegar a esta Casa, foi Deputado Estadual?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, eu não era político.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não era político. Era tão-somente empresário?

O SR. DARIO PEREIRA - Só empresário.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Na área de mineração, cerâmica e...

O SR. DARIO PEREIRA - Agropecuária.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Ex^a era um homem de posses: foi indicado para a Comissão de Orçamento, e sou testemunha disso, pelo Líder de nosso Partido. Lá, coube a V. Ex^a uma relatoria, ou algo desse tipo? V. Ex^a declarou que não a pleteou.

O SR. DARIO PEREIRA - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Recordo-me bem que estive com V. Ex^a e até lhe disse que não tinha nenhum pleito na área específica. Ele disse: - E, Rollemberg, estamos tendo muitas dificuldades, porque vamos fazer um corte imenso e não sabemos como vamos compor com os colegas, porque as reduções serão muito

grandes, e estou tendo um problema monumental, não sei até como me sair desse tipo de coisa.

Então, V. Exª fez uma série de cortes que eu gostaria que repetisse para mim. Na Barragem de Oiticica, inicialmente, qual era o previsto? (Pausa.)

O SR. DARIO PEREIRA - Na Barragem de Oiticica, o proposto pelo Poder Executivo era de 500 milhões.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E V. Exª, ao relatar...

O SR. DARIO PEREIRA - Quinhentos milhões pelo Executivo.

Houve uma emenda da bancada coletiva, de toda a Bancada do Rio Grande do Norte pedindo 24 bilhões de cruzeiros.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas V. Exª foi o Relator-Geral ou apresentou uma emenda parcial?

O SR. DARIO PEREIRA - Não, eu era o Relator-Parcial do DNOCS-CODEVASF.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Era o Relator-Parcial?

O SR. DARIO PEREIRA - Parcial. Houve uma emenda coletiva de toda a Bancada do Rio Grande do Norte, que reduziu de 24 para 7?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem. Na irrigação do Baixo Açu - isso era o DNOCS - V. Exª também era o Relator-Parcial. Muito bem. Qual era o valor inicial?

O SR. DARIO PEREIRA - O proposto pelo Executivo era de 1 bilhão e 752 milhões.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E foi reduzido para quanto?

O SR. DARIO PEREIRA - Houve uma emenda coletiva de toda a Bancada do Rio do Norte e eu baixei 9.600 para ...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Baixou para quanto?

O SR. DARIO PEREIRA - Um bilhão.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Veja V. Exª o seguinte: "Emenda Parcial DP - 3%; Relator Geral - 3%; DNOCS - 0.2%; G, - 0.5%; ESTADO - 1%; BSB-CW - 3%; MR - 0.5%; MIN - 3.0% ...

Sr. Senador, analisando o depoimento do Dr. Reis, em que ele reafirma reiteradamente, às páginas - se não me engano - 24 e 25, que essas siglas, essas iniciais nada significam, eu considero também, ao ver a citação do DP, que poderia ser FGR, poderia ser as minúsculas iniciais - graças a Deus não foi - o que teria por certo complicado este que lhe interpele neste instante.

No dia 6/12, o Sr. Zaire Rezende faz uma interperlação a Sr. Ailton Reis e diz o seguinte: "temos outro documento - reunião de Coordenação-Geral do DP, reunião de Coordenação-Geral do DP. Data - 04/5/92. Assunto - avaliação de 91 e planejamento de 92.

Notas para o diálogo. Conclusão ... de 91. PA/92. DP apreciado em 30 dias no CA, cópias enviadas."

Mais embaixo tem escrito: "providências com LSE" que V. Sª diz serem líderes de empresas...representante de autarquias e instituições ou responsáveis pelas áreas de investimentos. Diz o seguinte:

"Praticamente concluído o processo de comunicação referente às equipes. Pagamento - RDS remuneração - era iniciado conjuntamente com as negociações. Pagou o ano e começaram as negociações em 92".

Ora, o que diz o Sr. Reis aqui, até onde merece crédito?

Diz que é uma reunião interna da **ODEBRECHT** na qual os seus funcionários, os seus vários membros, faziam - vejam o termo que ele usava - a partilha daquilo que lhes cabia dentro do que foi conseguido em obras, quase todas no Estado, através do Orçamento da União.

Mas isso não quer dizer...não estou sendo seu advogado, nem é meu propósito, somente estou querendo entender, porque mais á frente vem o nobre Sr. Salomão e diz o seguinte:

"O nobre Relator indagou sobre as abreviaturas LM; G; ESTADO; CW. Essas siglas não estão encabeçadas pelo Rio Grande do Norte?

Pode V.Sª fazer um esforço enorme para dizer que é LM?"

O Sr. Sr. Manoel Ailton Reis diz: "infelizmente, Deputado, não posso."

O Sr. Luiz Salomão diz: "Se V. Sª disse que seria um político do Rio Grande do Norte, seria o Senador Lavoisier Maia?"

O Sr. Manoel Ailton Reis: "eu disse a V. Exª que é intenção futura de apoio externo na linha política, mas não me referindo ao alinhamento que V. Exª mencionou. Ele insistiu se seria o Sr. Aloízio. Ele respondeu que não sabia. Ele indagou: "O senhor não sabe? A letra e sua?"

Finalmente, chega à Casa o Senador Lavoisier Maia, que pergunta ao Sr. Manoel Ailton Reis: "O senhor sabe quem eu sou? Já me viu?" Ele responde: "Não sei quem é o senhor". O Senador, então, se apresenta.

Ora, Sr. Senador, com estas dúvidas todas que ocupam a minha mente, o meu raciocínio e os meus cuidados, confesso que, em ver uma referência na página 46 do relatório do Senador José Paulo Bisol, que teve o mesmo número, já que usei esse material também no meu relatório, não posso implicar V. Exª em coisa alguma. Só poderia fazê-lo se V. Exª declarasse, V. Exª sabe o que significa DP? O Sr. Manoel Ailton Reis não soube dizer.

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho uns documentos aqui, inclusive do relatório do Senador José Paulo Bisol, do qual eu gostaria de ler duas frases:

"Qualquer exceção em relação aos limites superiores das referências do planejamento dos RVS - que não sei o que é - deve ser acordada previamente com o DP".

Será que era comigo?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador. Tem a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente. Senador Dario Pereira, pelo que pude observar, às inquirições feitas até agora V. Ex.^a respondeu que nunca foi político, nunca teve um mandato popular e assumiu o Senado da República em substituição ao nobre Governador do Rio Grande do Norte. Quando V. Ex.^a assumiu, o seu Partido - se eu estiver errado, V. Ex.^a me corrija - indicou V. Ex.^a, sem a sua solicitação, para a relatoria do DNOCS.

Em primeiro lugar, Senador, V. Ex.^a, com sua boa-fé, como homem de bem que reconhecemos logo que o vemos, assumiu um cargo que, como se diz no Nordeste, é "casa de maribondo-tatu": quando mole, tem trio, febre e dor de cabeça. Tentaram morder V. Ex.^a nessa relatoria. Todavia, na minha concepção, quanto ao problema do percentual, vejo que V. Ex.^a diminui as dotações dessa barragem. Pela lógica, se V. Ex.^a tivesse algum interesse em percentual, iria fazer força para aumentá-las e não diminuí-las.

O SR. DARIO PEREIRA - Com certeza, Senador.

O SR. NEY MARANHÃO - Também V. Ex.^a respondeu ao Senador Francisco Rollemberg, que, com muita propriedade, acabou de inquirir-lo, que não sabe por que esse percentual tem essa sigla.

V. Ex.^a já agilizou junto à Justiça no sentido de forçar esse cidadão ou a empresa a dar uma explicação convincente com respeito a esse documento?

O SR. DARIO PEREIRA - Nobre Senador, quando a Justiça sai em férias forenses... vou agilizar a Justiça para que ele diga se DP é Dario Pereira, Diretor-Presidente ou seja o que for.

Senador, o meu nome é Dario Pereira de Macedo. Assino Dario P. Macedo. Quando cheguei no Senado eu ia ser Dario Macedo porque no Rio Grande do Norte me conhecem como Dario Macedo. Quando cheguei no Senado, havia um Dario Macedo aqui em Brasília, se não me engano, um jornalista cearense que faleceu. Houve um pandemônio nesse dia, porque achavam que havia sido eu que falecera. No Rio Grande do Norte chegou: Faleceu Dario Macedo.

Será que se estivesse o DM ao invés do DP eu estaria sentado aqui? Talvez não. Talvez se não houvesse um irresponsável como esse diretor ou outra pessoa dessa empresa, eu não estaria sentado aqui, como nobres Deputados e Senadores vieram a sentar-se aqui pela irresponsabilidade de um indivíduo.

O SR. NEY MARANHÃO - É lógico, Senador. O caso de sigla é uma coisa muito relativa. Por exemplo, eu me chamo Ney Albuquerque Maranhão, mas me chamam, no meu Estado e no Brasil inteiro, de Ney Maranhão, como poderiam-me chamar de Ney Albuquerque. O Senador Eduardo Suplicy Matarazzo poderia ser chamado de Senador Eduardo Matarazzo. Chamam-no de Senador Suplicy.

Neste ponto, conselho V. Ex.^a a ir às últimas consequências para que a Justiça mostre a sua inocência.

Outra pergunta, Senador: quantas emendas V. Ex.^a aprovou no Orçamento?

O SR. DARIO PEREIRA - Emendas minhas?

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho este documento aqui. Está muito embaralhado, mas acharemos.

O SR. NEY MARANHÃO - Mais ou menos, Senador. Não precisa dizer exatamente.

O SR. DARIO PEREIRA - Foram apresentadas 30, aprovadas 22 e rejeitadas 8.

O SR. NEY MARANHÃO - Destas emendas, quantas V. Ex.^a conseguiu liberar?

O SR. DARIO PEREIRA - Senador, não sei, não.

O SR. NEY MARANHÃO - É uma prova de que V. Ex.^a, como disse anteriormente, é um marinheiro de primeira viagem.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Conheço V. Ex.^a só pelo nome parlamentar, não sabia que era Albuquerque também. Ainda no tempo dos colonizadores, não é?

O SR. NEY MARANHÃO - Parente de Dom Duarte Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) - Como não está presente o Deputado Zaire Rezende, então passo a palavra ao Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, nobre Senador, compreendo a indignação de V. Ex.^a quando se referiu, nestas últimas frases, a um irresponsável que o colocou na posição de estar sendo ouvido hoje aqui.

Efetivamente, pelo que deduzi, no nosso relatório consta especificamente que V. Ex^a apresentou uma emenda para a Barragem de Oiticica.

O SR. DARIO PEREIRA - Deputado, não apresentei emenda. A emenda é coletiva da bancada do Rio Grande do Norte e não assinei essa emenda. Não fui eu que apresentei, apenas relatei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a era Relator e adotou esta emenda. Confere?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra como Relator.

Este assunto está ressurgindo a todo momento. Na realidade, o Senador já me havia informado, quando da minha inquirição. Recebi do PRODASEN um memorando, em relação à Barragem de Santa Cruz do Apodi, obra em que o Tribunal de Contas da União apontou irregularidades, informando que havia acatado emenda de bancada. No entanto, no Sistema de Orçamento do PRODASEN, dão conta de que as emendas em questão não foram de bancada e, sim, do próprio parlamentar. E mandaram-me estes dois papéis

V. Ex^a, em sendo Senador, conhece melhor.

O SR. DARIO PEREIRA - Deputado, por favor, tenho emenda aqui e posso apresentar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De bancada.

O SR. DARIO PEREIRA - De bancada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. DARIO PEREIRA - Inclusive, há uns Deputados do Rio Grande do Norte que assinaram essa emenda, e tenho a emenda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem.

O SR. ELCIO ALVARES - Permite-me o Relator um esclarecimento?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. ELCIO ALVARES - Outro dia, apontaram-me como autor de uma única emenda para o Espírito Santo. Não apresentei emenda nenhuma; empreiteira que nunca conheci; o PRODASEN deu meu nome como autor da emenda, que era coletiva, porque meu nome figurava em primeiro lugar e era uma emenda de bancada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Não estou empenhado em contestar o Senador. Quero apenas buscar a verdade. Se me chega um memorando de um órgão do Senado, e juntando essas informações, então, recebo as emendas dele e passo as do PRODASEN, não é?

O SR. ELCIO ALVARES - Esse não é o primeiro caso e nem será o último.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Um exemplo: emenda à despesa: situação: aprovada parcialmente: autor: Dario Pereira, PFL, Rio Grande do Norte. Do que se trata? De Santa Cruz, Rio Grande do Norte, barragem e açude.

O SR. DARIO PEREIRA - Sobre a Barragem de Oiticica tem aí, nobre Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Um minuto só. Estou tentando ver o número. O outro exemplo é o seguinte: Emenda nº 007219.

Vamos ver aqui. V. Ex^a deu o número das emendas coletivas? Modalidade, sequencial, emenda à despesa...

O SR. DARIO PEREIRA - Se é de Apodi, veja se é 007219-2.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É.

O SR. DARIO PEREIRA - Essa é de um valor de 10 milhões de dólares, mais ou menos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sei. Está em cruzeiros.

O SR. DARIO PEREIRA - Ano de 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vinte e cinco milhões e oitocentos mil cruzeiros.

O SR. DARIO PEREIRA - Açude de Santa Cruz do Apodi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente. Rio Grande do Norte.

O SR. DARIO PEREIRA - Essa aqui...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, não considero isso relevante. O problema é que está havendo um conflito entre a informação do PRODASEN e...

O SR. DARIO PEREIRA - Eu posso explicar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pela quinta vez, ouço essa discussão. Então, resolvi entrar para tentar resolver.

O SR. DARIO PEREIRA - As emendas estão aí. Se V. Ex^a quiser olhar...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. E V. Ex^a fica com as do PRODASEN.

O SR. DARIO PEREIRA - Pois não. Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Posso prosseguir, Sr. Presidente?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dar uma informação, como já fez o Senador Elcio Alvares. São duas as hipóteses de essa informação ser dada pelo PRODASEN: primeiro, por ser o primeiro signatário; segundo, por ser o Relator e ter feita a substituição da emenda por um outro valor. Então, nesses casos, pode ser dada a autoria... São duas as hipóteses prováveis.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É provável. Essa é, aliás, uma distorção grave. Toda vez que o Relator-Geral altera uma emenda, por menor que seja a alteração, desaparece o nome do autor e aparece o do Relator-Geral. Resultado: emendas que fiz para municípios de minha área, o Senador Mansueto de Lavor aumentou o valor e passaram a ser dele. Não posso provar aos meus eleitores que fiz nenhuma emenda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu indagava a V. Ex^a, nobre Senador, sobre a Barragem de Oiticica. V. Ex^a era o Relator-Parcial, adotou a emenda coletiva e consignou no Orçamento uma importância equivalente a 7 bilhões de cruzeiros. Certo? Essa obra da Barragem de Oiticica - parece-me - ficou claro que estava, ou está sendo construída pela ODEBRECHT. Essa emenda, nobre Senador - e daí a razão de o nosso Relator ter estranhado que todos indagam sobre ela -, é a única referência existente contra V. Ex^a, porque V. Ex^a, realmente, não é citado por José Carlos, nem no seu depoimento nem na revista Veja nem na relação que ele forneceu posteriormente.

O que faz com que esta Comissão tenha optado pela vinda de V. Ex^a é exatamente porque tudo conduz à idéia de que nesses papéis da ODEBRECHT, apreendidos na casa do Sr. Alton, a expressão "emenda parcial - DP" reíra-se a V. Ex^a; isso nós podemos presumir. Em relação às demais, as iniciais constantes nas emendas do DNOCS são de Deputados ou Senadores e não de Diretores; e as iniciais DP foram consideradas como sendo do Senador Dario Pereira: o percentual de 3% e mais uma conta aritmética - estou com uma xerox do original, onde constam 7 bilhões -, consignado por V. Ex^a, dividido por 23,5 bilhões, que é o total da verba consignada para essa barragem, chegando ao final a um percentual de 0,89%.

Não que eu queira fazer defesa da Comissão e da razão da convocação de V. Ex^a, mas apesar de ser a única referência a V. Ex^a, esses são elementos que geram, se não a prova, pelo menos a presunção ou o indício que, por si só, pode não se constituir prova suficiente, robusta, mas que deverá ou não ser somado a outras presunções ou outros indícios que esta Comissão está averiguando.

Daí porque V. Ex^a presenciou, no início do nosso trabalho, a grande preocupação da Mesa Diretora e dos parlamentares de que o sistema investigatório adotado por esta Comissão esteja assentado num tripé; e estamos nos baseando apenas nesses papéis da ODEBRECHT, por ausência absoluta ou total da movimentação bancária de V. Ex^a, que seria o segundo pé; ou sua movimentação do patrimônio, que seria o terceiro pé, constituindo então o tripé.

Na ausência dos outros elementos, contando apenas com esse, decorre a razão de tantas indagações sobre esta verba, principalmente se levarmos em conta que o Tribunal de Contas da União foi até essa obra, no Rio Grande do Norte, e constatou que só essa barragem está superfaturada em mais de 130 milhões de dólares! São 130 milhões de dólares de superfaturamento acima dos preços do próprio DNOCS e que nós já sabemos que são preços altamente generosos.

Se porventura fosse idéia da ODEBRECHT realmente entregar como propina esses 13% que constam aqui - seriam 3% para o Relator-Geral, mais um tanto para o Ministério, mais um tanto para Brasília, mais um tanto para o DNOCS, formalizando 13% -, entendemos que uma obra tão superfaturada justificaria essa generosa propina: se é que isso é propina.

Então, nobre Senador, não é uma indagação nem uma acusação frontal a V. Ex^a, mas é uma explicação do porquê V. Ex^a está hoje aqui: esta Comissão não foi leviana, mas se baseou em dados, em papéis e ainda vai prosseguir nos dados que restam para chegar a esta Comissão.

Se chegarmos à conclusão da inocência de V. Ex^a, tantas vezes será proclamada; e se houver eventual responsabilidade não tenha dúvida - sinto isso como o pensamento geral desta Comissão -, haverá de ser responsabilizado.

Não é bem uma indagação, a não ser se V. Ex^a admita como tal: essa obra continua em andamento, está paralisada, qual é a fase dessa obra neste momento?

O SR. DARIO PEREIRA - Não tenho informações. Pedi um documento ao DNOCS, quando surgiu o nome, tenho um documento aqui, ele diz o seguinte - inclusive posso até passar para V. Ex^a: Passo a ler o documento do DNOCS que recebi no dia 03-12:

Barragem de Oiticica. Como demonstra o saldo disponível até a presente data, o DNOCS nada empenhou nem pagou ao Estado do Rio Grande do Norte no corrente exercício.

Porque nessa barragem, segundo aqui aparece, parece que existe um convênio entre Rio Grande do Norte e DNOCS. Por isso que está dizendo aqui: "como demonstra o saldo disponível até a presente..."

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas, V. Ex^a não tem elementos para saber se as obras estão paralisadas ou não?

O SR. DARIO PEREIRA - Acreito que estejam paralisadas, porque aqui está dizendo que não foi repassado dinheiro, recurso nenhum.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Qual é a data desse documento?

O SR. DARIO PEREIRA - Esse documento é do dia 03-12-93.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E a Barragem de Santa Cruz do Apodi está em andamento?

O SR. DARIO PEREIRA - Não sei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço a V. Ex^a. Ouço referência de que apenas 12% dessa obra foi realizada. Eu me dirijo à Presidência, nobre Senador, e dou por encerrada a minha intervenção com relação a V. Ex^a.

Gostaria, Sr. Presidente, só nessas duas emendas, ou melhor, só nessas duas obras: a obra do Rio Grande do Norte que se refere à Barragem de Oiticica e à Barragem de Santa Cruz de Apodi. Na Barragem de Oiticica o Tribunal de Contas já constatou um superfaturamento de 130 milhões de dólares: na Barragem do Apodi, também no Rio Grande do Norte, já se constatou um superfaturamento de 107 milhões de dólares, 142,8% a mais em relação aos preços constantes da própria tabela do DNOCS. Temo, Sr. Presidente, que essas obras, a qualquer momento, possam ter prosseguimento.

Gostaria de fazer uma solicitação à Mesa ou ao Relator, não sei se pertine ou não, de que em casos dessa natureza - comprovado pelo Tribunal de Contas superfaturamento desse montante - essas licitações sejam imediatamente anuladas, na salvaguarda de recursos públicos. Temo que com o final desta CPI, até o nosso Plenário deliberar, essas obras poderão ter prosseguimento com altíssimos danos ao Erário público.

Se for pertinente, nobre Presidente, gostaria que esta Comissão, no decorrer dos seus trabalhos, solicitasse ao Tribunal de Contas ou ao DNOCS que anulasse essas concorrências porque já comprovadamente superfaturadas, comprovadamente fraudulentas, a tal ponto que o jornal *O Estado de S. Paulo*, dias antes da licitação, já dizia quem ia vencer e qual o consórcio que ia vencer.

Para se ter idéia da extensão dessa fraude e para que não fique em pé um contrato baseado numa licitação espúria e nula, pedira que esta Comissão intercedesse para que imediatamente fosse sustado e anulado esse procedimento.

Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que é pertinente ao que V. Ex^a se refere. Solicito que V. Ex^a formalize seu pedido através de um requerimento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, formalizarei ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa receberá o requerimento com prazer.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida, é matéria pertinente, embora não o seja aqui diretamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas é no interesse da preservação do patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a V. Ex^a. Formalizarei o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Senador Dario Pereira, nos documentos da ODEBRECHT apreendidos pela Polícia Federal, foi constatada a existência das iniciais DP, que estariam sendo admitidas como as iniciais do seu nome. Ao lado dessas iniciais, havia um percentual, que vem sendo interpretado como recompensa a V. Ex^a pelo ingente esforço na aprovação de emendas do interesse da ODEBRECHT. Gostaria de saber qual a explicação, por parte de V. Ex^a, para esse fato.

O SR. DARIO PEREIRA - Prezado Deputado Costa Ferreira, eu já respondi a essa pergunta, mas volto a responder: não sei quem colocou esse DP; não conheço quem o colocou. Não tenho nada a ver com essa empresa. Já disse que tinha 24 bilhões, e eu baixe valor para 7. Essa é a única resposta que tenho a dar a V. Ex^a.

O SR. COSTA FERREIRA - Muito obrigado.

Qual foi a providência tomada por V. Ex^a, junto à Diretoria da ODEBRECHT, logo que chegou a seu conhecimento um fato tão estranho e constrangedor como esse, que macula a conduta de um cidadão de bem?

O SR. DARIO PEREIRA - Não conheço ninguém da diretoria da ODEBRECHT para tomar providências. O que eu posso fazer? A única coisa que posso fazer é levá-los à Justiça, ou uma coisa assim. Outra coisa, não posso fazer, porque somos do Nordeste, temos fama de sermos valentes, mas somos racionais.

O SR. COSTA FERREIRA - Como V. Ex^a interpreta o empenho de determinados Parlamentares de se manterem como membros da Comissão Mista do Orçamento, sem quererem dela se retirar e o porquê de tamanho interesse? Seria o de, tão-somente, colaborar com o País, ou por se sentirem conhecedores profundos de assuntos orçamentários, o que não aconteceria com outros Parlamentares?

O SR. DARIO PEREIRA - Não posso responder pelos outros. Fui indicado pela Liderança do meu Partido e fiz parte da Comissão do Orçamento - muito modestamente, mas fiz parte.

O SR. COSTA FERREIRA - Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

O SR. DARIO PEREIRA - Pois não, Deputado Costa Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SERGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Senador Dario Pereira, primeiro, gostaria de falar sobre a observação feita pelo Senador Francisco Rollemberg

sobre as dúvidas que pudessem pairar em relação às iniciais "DP", para nós, membros da CPI, como um todo, porque poderia parecer um ato irresponsável convocar V. Ex^a. para depor, se houvesse dúvidas de que essas iniciais se referiam a Dario Pereira. Para nós, é evidente. Não estamos afirmando que existe alguma ligação ilícita e irresponsável entre V. Ex^a e o percentual, mas as iniciais "DP", ligadas à emenda parcial, são, de fato, referentes a Dario Pereira, porque, na outra página de anotações, fala-se das emendas: o "P" e "G" - emenda parcial -, fixando um percentual de 0,89%, que se repete. Esse foi um borrador, e a cópia feita pelo Sr. Alton Reis define claramente.

Fiz questão de fazer essa introdução, para que não pairasse, perante a opinião pública, a suspeita de que a CPI foi irresponsável ao convidar V. Ex^a para prestar o depoimento.

O SR. DARIO PEREIRA - Eu nunca disse isso, Deputado Sérgio Miranda. Esta Comissão é séria.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Deputado Sérgio Miranda, permita-me V. Ex^a fazer uma interrupção?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Deputado Sérgio Miranda, quanto à citação feita por V. Ex^a., gostaria de dizer que, em nenhum momento, eu quis dizer que há falta de seriedade da Comissão, porque, se eu achasse que a Comissão não é séria, eu não estaria aqui. A minha posição é de total isenção.

Lendo o organograma, ou seja, a maneira de funcionar da ODEBRECHT, encontramos "DP", "DGS" e uma série de siglas e iniciais, que nos deixam a todos de sobressalto.

Isso foi motivo de perguntas ao próprio Dr. Luís, quando aqui veio, representando a ODEBRECHT. Não quis, de maneira alguma, colocar a Comissão em dúvida. A Comissão é séria, merece o meu respeito profundo e por isso faço parte dela.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O DP que está aqui entre aspas não pode ser diretor-presidente; o DP se relaciona com quem foi o Relator-Parcial, quem apresentou a emenda parcial. Mas isso foi apenas uma questão de preâmbulo.

Eu queria, nobre Senador, dando prosseguimento à intervenção do Senador Jutahy Magalhães, que V. Ex^a nos obsequiasse com explicações mais detalhadas em relação à forma como V. Ex^a foi conduzido à relatoria parcial do DNOCS.

Existem algumas relatorias parciais na Comissão de Orçamento, que eram disputadas. Essas informações temos desde o primeiro depoimento - do Sr. José Carlos Alves dos Santos - e foram afirmadas não por esse Deputado; alguns Deputados, quando fizeram perguntas ao Sr. José Carlos dos Santos, citaram esse fato. Algumas relatorias na Comissão de Orçamento eram disputadas, outras eram desprezadas. O Itamaraty quase ninguém queria pegar, e, entre as que foram citadas como relatorias disputadas, estava o DNOCS.

V. Ex^a pode dar essa informação? Foi apenas uma mera indicação? Que informações V. Ex^a pode agregar? Houve alguma disputa, outro parlamentar, outro Partido? Nesse ano, especificamente, não houve nenhuma controvérsia em relação a quem iria fazer o relatório, o sub-relatório do DNOCS?

O SR. DARIO PEREIRA - Algum conhecimento que eu tenha, não. Fui indicado e fui para lá trabalhar. Não tenho conhecimento de que houve disputa. Se houve, não tomei parte dela.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Senador, as perguntas da nossa Subcomissão, no que diz respeito a emendas de Relator-Geral, já foram esclarecidas.

Queria esclarecer uma outra questão: V. Ex^a conhece a cidade de Parelhas, no Rio Grande do Norte?

O SR. DARIO PEREIRA - Sou filho de lá, com muito honra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. V. Ex^a enviou para a cidade de Parelhas, não só no ano de 1992, mas também de 1993, emendas ligadas à ação social.

O que me impressionou, nobre Senador, é que não se trata de uma emenda para abastecimento de água em Parelhas, que considero a cargo da Prefeitura, do Governo do Estado, que foi liquidada, mas de uma emenda de V. Ex^a, liberada neste ano, para a Sociedade dos Amigos de Parelhas, uma entidade beneficente.

Pelo que posso prever aqui, esta entidade é de ação social e recebeu, pelo dólar do dia, de acordo com a liberação do SIAFI, 197 mil dólares, mais precisamente, duas liberações, já em cruzeiro novo: uma de 25 milhões, 975 mil, 761 cruzeiros reais, o que daria 156,5 mil dólares, e outra de 6 milhões, o que daria 40 milhões. Se for pelo dólar médio, a soma total daria 166 mil.

Impressionou-me o volume de recursos para uma entidade de assistência social, por duas razões, nobre Senador Dario Pereira: essa entidade, nos parâmetros da Subcomissão de Subvenção Social, deveria ter sido investigada, porque o foram todas as entidades que receberam mais de 100 mil dólares. Fiquei curioso em saber por que uma entidade que recebeu 200 mil dólares praticamente não foi investigada. Mas fui informado do motivo: a Subcomissão de Subvenção Social só investigou as entidades de assistência social que receberam as subvenções. E esses recursos devem ter ido para a entidade por convenio, auxílio ou outros tipos de transferências.

Nesse sentido, faria um requerimento a Mesa para que providenciasse - porque está dentro dos critérios definidos - uma investigação do Tribunal de Contas da União em relação a essa entidade. Espero que a Mesa concorde porque está dentro dos parâmetros.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Exª fizer por escrito, darei o parecer favorável.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, nobre Relator. A segunda questão é se V. Exª pode dar informações sobre essa entidade, que foi contemplada por uma emenda de V. Exª - "Apoio financeiro à Sociedade dos Amigos de Parelhas" - e, no mesmo ano, apoio financeiro a núcleos de profissionalização da Sociedade dos Amigos de Parelha, além de outras emendas mais sobre sistema de abastecimento de água.

Estou à disposição de V. Exª.

O SR. DARIO PEREIRA - Pois não. V. Exª disse que inclusive iria fazer um pedido à Mesa, ao Relator...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Para o Tribunal de Contas.

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho aqui os documentos que, depois, passarei às mãos de V. Exª. Essa entidade, desde 7 de novembro de 1956, acha-se registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Desde que ano?

O SR. DARIO PEREIRA - Desde 7 de novembro de 1956. Está com a situação regularizada perante esse Conselho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quanto ao funcionamento efetivo?

O SR. DARIO PEREIRA - Quero passar para o problema do Orçamento. V. Exª falou em dólares e tenho em cruzeiros. Essas emendas são minhas. Foram liberados 25 milhões, 975 mil cruzeiros, destinados à aquisição e manutenção de uma unidade odonto-médica a ser utilizada na prestação de serviço à saúde da população de comunidades rurais.

Tenho um documento de toda a sociedade dos Amigos de Parelhas, o registro, a emenda aprovada e, inclusive, a movimentação bancária que pedi ao Presidente dessa entidade. Houve uma licitação - a qual não havia necessidade de ser feita - para a compra desse ônibus hospitalar. Porque acho necessário existir um ônibus hospitalar numa cidade do interior, pois como V. Exªs sabem a saúde neste País está muito precária. Há um médico e uma dentista trabalhando nesta unidade hospitalar, segundo informações que recebi.

O Tribunal de Contas deve fazer fiscalização nessa entidade, como em todas as entidades do País.

V. Exª falou em dólar, mas eu raciocino muito em cruzeiros. Tenho aqui 6 milhões, 804 mil...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - São os números que tenho também, nobre Senador.

O SR. DARIO PEREIRA - Exatamente. "Destinados à realização de experiências agrícolas por parte de jovens oriundos de família de baixa renda; futuros irrigantes." Existe um núcleo de futuros irrigantes nessa cidade de Parelhas, na região do Sertão, onde chove muito pouco. Mas lá existe um açude e precisa-se ensinar os jovens a irrigar porque, do contrário, não adianta. Os homens de idade não sabem ainda fazer a irrigação porque sempre trabalharam sem a irrigação, sabem plantar algodão, mas é preciso ensinar aos jovens, aos futuros irrigantes.

Acredito que inclusive o Tribunal de Contas deve também fiscalizar. Porque eu, como parlamentar, não posso fazê-lo. Posso até, como filho da terra, ir lá e visitar. Mas fiscalizar, não posso. O Tribunal de Contas tem que fiscalizar é quem tem que fiscalizar, e se houver alguma coisa errada, que reprima as pessoas que estão erradas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. O que nos chamou a atenção apenas, Senador, foi o fato de que, pelo critério adotado, a Sociedade dos Amigos de Parelhas não foi investigada pelo TCU, porque não foi fruto de dotação global, mas fruto de uma emenda. Então, por ter sido um valor alto - porque é importante que tenhamos a visão em cruzeiros, embora fique distorcida por causa do processo inflacionário: o valor em dólar nos dá uma medida mais precisa -, mereceria, por parte do Tribunal de Contas, uma investigação. Não estou fazendo nenhuma acusação a V. Exª.

O SR. DARIO PEREIRA - Acho que ele deve fazer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Acho que deve haver a investigação do Tribunal de Contas da União.

E isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Senador Dario Pereira, a Subcomissão de Emendas fez um estudo detalhado e as questões foram já apresentadas a V. Exª. Farei uma pergunta a V. Exª. No estudo que fizemos do DNER foi muito importante o levantamento da situação daquele órgão. A partir disso cheguei à conclusão de que alguns órgãos da administração direta necessitam de uma investigação criteriosa. Como V. Exª, Relator para setores da CODEVASF e do DNOCS, na preparação do seu relatório, considerando o que foi dito aqui por um Relator-Parcial, o Deputado Sérgio Guerra, da relação com o DNER, se relacionou com o corpo técnico da CODEVASF e do DNOCS para preparar o relatório parcial? Se teve relacionamento, qual foi?

O SR. DARIO PEREIRA - Já respondi a essa pergunta de início, pois um Deputado ou um Senador me apresentou essa questão, mas repetirei. Vieram a Brasília, ao meu gabinete, diretores e técnicos do DNOCS, como também da CODEVASF. Não para informar números, valores, e sim para dizer as prioridades. Mas, Sr. Deputado, era tão pouco dinheiro no Orçamento que não deu para atendê-los.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nessês órgãos, nobre Senador, a assessoria junto ao Orçamento em outras áreas - não especificamente nessa, é por isso que pergunto a V. Ex^a -, geralmente aconteceria junto com as empreiteiras encarregadas de certas obras. Nesses contatos que V. Ex^a teve com representantes da CODEVASF e do DNOCS existiram também contatos com as empresas mais responsáveis por obras nessa área?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. O pessoal do DNOCS esteve no meu gabinete só. Inclusive do DNOCS e da CODEVASF. Não conheço diretor de empresa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A última pergunta, nobre Senador. Considerando que está evidente que existia relacionamento das empresas com o Orçamento, tanto pelos documentos da ODEBRECHT quanto pelo que víamos nesta Casa - as empreiteiras estabeleciam relacionamento com representantes daqueles setores que eram de importância para elas, com os seus lobistas ali na Comissão de Orçamento - com V. Ex^a, como relator de uma área que naturalmente tem obras dessas empreiteiras, que tipo de contato - se houve - mantiveram? Porque deve ter havido contato!

O SR. DARIO PEREIRA - Tenho contato com todas as pessoas que vêm ao meu gabinete, mas nunca recebi nenhum lobista, como V. Ex^a falou, ou diretor de empreiteira nenhuma e não os conheço. Se houve, comigo, passou despercebido. Porque se tivesse havido, eles teriam vindo brigar por recursos, e tirei muito recurso da empreiteira de que V. Ex^a está falando, muito: inclusive da barragem de Oiticica, que foi citada, para a irrigação de Formoso, na Bahia - que me desculpem os baianos - tirei muito dinheiro.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Ex^a.

Último inscrito, Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente. Sr. Depoente: V. Ex^a já fez vários esclarecimentos acerca, inclusive, desse papel que contém porcentagem e, coincidentemente, as suas iniciais. Eu queria saber, em primeiro lugar, se alguém do DNOCS o ajudou a fazer o relatório parcial.

O SR. DARIO PEREIRA - Não, eu disse apenas que estiveram técnicos do DNOCS no meu gabinete.

O SR. MORONI TORGAN - Não, o senhor informou que estiveram lá informando as prioridades. Mas houve um auxílio de técnicos para a feitura do relatório?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Não houve nenhum auxílio nesse sentido.

O SR. MORONI TORGAN - Sabemos que o Tribunal de Contas da União já identificou várias irregularidades em obras do DNOCS. V. Ex^a poderia citar quais eram as prioridades que o DNOCS propunha no Orçamento? Porque não deveriam ser muitas; deveriam ser meia dúzia, alguma coisa assim.

O SR. DARIO PEREIRA - Assim de cabeça... No relatório de emendas podemos... Não sei. Assim de cabeça, não. Porque tem umas obras no Ceará... Eles me disseram o seguinte: É que no caso de obras devia-se colocar, fazer a alocação para obras que já tivessem sido iniciadas ou prioritárias para a região do Nordeste.

O SR. MORONI TORGAN - Foi o que me disseram. Aquelas que já estivessem iniciadas. Mas apresentaram, certamente, um rol de obras. Talvez o senhor não possa se lembrar agora, mas poderá informar à CPI posteriormente.

O SR. DARIO PEREIRA - Se eu tiver algum documento a esse respeito, mandarei para a CPI. Não tenha dúvida.

O SR. MORONI TORGAN - Muito bem. Quais os parlamentares que eram mais interessados nessas obras? Sabemos que o Relator-Parcial sempre recebe o assédio de parlamentares, que muitas vezes têm, legitimamente, interesses que venham prestar benefícios à sociedade que representam. Mas quais eram os parlamentares que mais lhe assediavam, nesse problema do DNOCS?

O SR. DARIO PEREIRA - No relatório parcial do DNOCS há nomes de parlamentares... Eu posso passar isso para a Comissão de...

O SR. MORONI TORGAN - Não seria, necessariamente, o nome dos parlamentares aquinhoados. Seriam aqueles que mais se demonstravam interessados nas obras que defendiam.

O SR. DARIO PEREIRA - Os autores de emendas me procuravam porque... Mas eu não tenho assim... Parlamentar que foi me pedir, que foi forçar...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor sabe que houve um relatório do TCU nessa barragem, nesse açude do Apodi, informando de um superfaturamento quase duplicando o valor da obra, não é?

O SR. DARIO PEREIRA - O Relator falou isso.

O SR. MORONI TORGAN - Isso foi informado. Os técnicos do DNOCS, quando fizeram aquelas abordagens anteriores à feitura do relatório, informaram a V. Ex^a qualquer coisa sobre isso?

O SR. DARIO PEREIRA - Não.

O SR. MORONI TORGAN - Ou como eram feitas essas fiscalizações? Se as obras eram consideradas todas regulares?

O SR. DARIO PEREIRA - Não. Não me fizeram nem perguntei, porque não sabia que estava havendo isso lá: porque, se soubesse, não tinha colocado nenhum tostão.

O SR. MORONI TORGAN - Porque, veja bem, este senhor da Construtora Odebrecht, não sei a razão dele fazer isso, mas certamente ele tinha conhecimento dos fatos. Porque quando coloca emenda parcial e aí põe as suas iniciais - como foi bem dito aqui, necessariamente não são as suas iniciais -, mas coloca exatamente os 7 bilhões, que foi o valor do Relator-Parcial. Depois, ele coloca sobre o valor daquilo que seria o liberado para a obra, caso houvesse a liberação total.

No Relator-Geral, também houve a inclusão de 15,3 bilhões, e ele colocou a mesma coisa aqui. E quando se refere a iniciais, também se refere, por exemplo, a LM. Nós sabemos que o Diretor do DNOCS, coincidentemente é Luiz Marques. Era o Luiz Marques que era o LM.

Sabemos que "G" era um senhor que era chefe do departamento financeiro, do DNOCS de nome Geraldo, que coincidentemente é "G" "CW", sabemos também que havia um senhor que era Secretário da Irrigação, cujo nome era Carlos Wilson. "MR", havia um senhor, Márcio Reinaldo, que era Secretário-Geral. Então, é só para mostrar que a pessoa que fez isso não o fez gratuitamente. Ele tinha informações acerca do que acontecia nesse rol, porque as coincidências de iniciais são muito grandes. Talvez até eu possa pensar que isso se referisse a uma abordagem futura que talvez viessem a fazer a V. Ex^a.

O SR. DARIO PEREIRA - Ele falou nisso aqui. Disse que ia preparando alguma coisa para futuras campanhas políticas. Quero dizer, Deputado, que não sou candidato a nada, não. Vou voltar à minha vida, para tratar das minhas empresas.

O SR. MORONI TORGAN - Por isso é que estou ressaltando V. Ex^a, mas inclusive mostrando que nessa folha, sempre nos dois projetos, da Barragem Oiticica e da irrigação Baixo Açu, a soma das percentagens sempre dá 15%, quer dizer, como se calculassem 15%, para que isso saísse para um percentual. Ligando isso ao superfaturamento constatado pelo Tribunal de Contas da União, ligando essas peças, vê-se de onde sairia esses 15%. Certamente seria de um superfaturamento.

Gostaria de fazer uma denúncia aqui, Sr. Presidente, aproveitando esse tema. A denúncia que me chegou é a de que o DNOCS teria faturado obras que nem mesmo as empreiteiras receberam o dinheiro. Tinha faturado obras em que a própria empreiteira não recebeu esse dinheiro. Era interessante, então, verificarmos a veracidade dessa denúncia. Se o empreiteiro realmente confirmar que não recebeu o dinheiro que está lá no orçamento do DNOCS dado a ele, seria interessante investigarmos, para sabermos quem recebeu esse dinheiro.

Com isso, encerro a minha exposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Se V. Ex^a pudesse complementar a observação, seria melhor ainda, porque, nesse caso, só nos restaria uma possibilidade: uma vez confirmada a desonestidade - porque não há outra palavra para isso -, ao Relator caberia colocar no seu relatório: "Com vistas ao Ministério Público."

O SR. MORONI TORGAN - Sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Ex^a.

Pergunto ao Relator se ainda deseja inquirir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja inquirir?

O SR. ODACIR KLEIN - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Dario Pereira, a palavra está à sua disposição.

O SR. DARIO PEREIRA - Sr. Presidente, quero só agradecer a paciência da Mesa, agradecer a paciência dos nobres companheiros, Deputados e Senadores, por essas mal ditas palavras aqui. Infelizmente não sou um bom orador, mas estou à disposição, sempre, para qualquer indagação.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de encerrar a reunião, quero convidar os meus prezados colegas para, dentro de 10 ou 15 minutos, uma reunião interna. Há motivos para fazê-la.

Já pedi ao próximo Depcente que se preparasse para a possibilidade de atraso, no início do seu depoimento, de uma hora. Está previsto para às 19h e passaria para às 20h.

Faremos uma reunião interna para discutir matéria que me parece muito importante.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MÁRIO COVAS - Queria ver se eu obtinha de V. Ex^a uma informação, antes mesmo de encerrar a reunião, até porque a posterior será uma reunião interna; portanto inacessível à imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência solicita silêncio aos que estão apressados para abraços e despedidas.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Ex^a tem lembrança se o Senador Teotônio Vilela Filho entregou a V. Ex^a a relação das declarações de Imposto de Renda dele?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho lembrança.

O SR. MÁRIO COVAS - Isso aconteceu há cerca de vinte dias?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não me engano, na presença de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COVAS - S. Ex^a entregou também a V. Ex^a todos os extratos bancários da sua conta?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho quase certeza que sim, também.

O SR. MÁRIO COVAS - E certamente V. Ex^a encaminhou isso às respectivas Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - À Subcomissão própria.

O SR. MÁRIO COVAS - Ao Relator também foi dito que a Comissão nada tinha encontrado nesses documentos, ou pelo menos nos documentos dos bancos. Portanto, quando aqui esteve o Senador Teotônio Vilela, não faltavam documentos seus para efeito de exame. Estou correto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Correto. Eu agradeço. E mais ainda: S. Ex^a levou também, junto com ele, um pedido prévio de quebra de sigilo bancário fiscal.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu só estou falando no assunto porque ontem, junto às notícias do depoimento dele, apareceram notícias, até mesmo propagadas pelos membros da Comissão, de que não havia documentos necessários para que ele pudesse ser ouvido. Ele próprio tratou de trazer esses documentos. Eu queria deixar isso bem claro, na presença inclusive da imprensa, porque, na minha convicção, Sr. Presidente, a pessoa que aqui vem vem sob uma dupla presunção: pode ser culpado, ou pode ser inocente. Pressupõe-se que passar por aqui não condena. O pressuposto de que passe por aqui é o pressuposto que está procurando a verdade. No caso específico do Senador - e estou me referindo a ele porque fui testemunha visual do fato - não há razão para se dizer que a sua oitiva foi feita e quem não lhe perguntou ou não lhe fez perguntas não o fez, ou porque não quis, ou porque não teve o trabalho de se informar. Mas os documentos relativos a ele estavam todos aí, trazidos por ele próprio, que não esperou que órgão nenhum oficial fornecesse; ele próprio os forneceu.

Era só o que eu queria consignar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, nós faremos essa reunião próxima, entre 10 e 15 minutos no máximo, e vamos discutir matérias que podem levar à modificação do calendário.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h21min.)

Depoimento do Sr. Deputado Eraldo Tinoco

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a nossa reunião.

Peço, primeiramente, desculpas ao Deputado Eraldo Tinoco, porque esta reunião estava marcada para as 19 horas, mas problemas de urgência interna da Comissão Parlamentar de Inquérito fizeram com que ela começasse hoje, às 22 horas.

O objetivo é ouvir S. Ex^a, convocado que foi.

Peço ao Vice-Presidente que faça as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. ERALDO TINOCO MELO - Eraldo Tinoco Melo.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. ERALDO TINOCO MELO - 50 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. ERALDO TINOCO MELO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. ERALDO TINOCO MELO - SQN 302, Bloco "H", Ap. 302, em Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. ERALDO TINOCO MELO - Bacharel em Administração Pública.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a atividade?

O SR. ERALDO TINOCO MELO - Atualmente, exerço um mandato parlamentar na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que fiquemos todos de pé, para ouvir o compromisso que S. Ex^a lerá.

O SR. ERALDO TINOCO MELO - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Deputado Eraldo Tinoco, temos feito, até agora, uma conduta que se reproduz em cada caso. Tem V. Ex^a, assim querendo, o prazo máximo de uma hora para fazer uma explanação. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. ERALDO TINOCO MELO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Compareço perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito com o espírito dos que têm a consciência tranquila e a serenidade de quem pode tudo explicar, por jamais ter praticado qualquer ato que possa confundir-me com aqueles que não sabem cumprir com os seus deveres.

Tão logo tomei conhecimento de uma lista de nomes, anexada a uma carta feita por alguém desesperado, que relacionava o meu nome entre as pessoas que poderiam ser investigadas por esta CPI, e de uma alusão à sigla ET, nos documentos de um Diretor da Construtora Norberto Odebrecht, que estaria sendo relacionada com as iniciais do meu nome parlamentar, tomei a iniciativa de enviar dos Estados Unidos, onde me encontrava em missão oficial, via fax, expediente ao ilustre Presidente desta Comissão, autorizando a quebra do meu sigilo bancário e fiscal.

Mesmo não dando crédito à aludida lista de nomes e entendendo que a referida sigla não tem qualquer vinculação a qualquer ato por mim praticado, no intuito de beneficiar a referida empreiteira, logo que regressei ao País, enviei novo expediente ao Senador Jarbas Passarinho, mostrando os critérios por mim usados, quando Relator setorial da educação, inclusive em relação à emenda que visava alocar recursos para as obras do hospital universitário da Universidade Federal do Piauí.

Não dou crédito à lista anexa à carta do Sr. José Carlos Alves dos Santos, porque este próprio senhor, em cinco oportunidades públicas em que fora instado a avaliar o meu comportamento, disse nada ter de que me acusar, pois, a minha atuação sempre tinha sido em relação aos aspectos técnicos do Orçamento.

Na sua entrevista à famosa revista *Veja*, não fez referência ao meu nome. Por ocasião do seu depoimento perante esta Comissão, indagado especificamente a meu respeito, disse que a minha atuação foi apenas voltada para os aspectos técnicos. Perante a Polícia Federal, também nenhuma acusação fez à minha pessoa. No programa de entrevistas *Cara a Cara*, indagado sobre a equipe que auxiliou o Relator-Geral em 1991, também nada disse que pudesse incriminar-me. Também em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, nada falou que pudesse colocar dúvidas sobre o meu comportamento. Por tudo isso, não posso aceitar que se dê credibilidade ao seu gesto de incluir o meu nome, na relação por ele anexada, à sua carta de pré-suicida.

Quanto à correlação entre o meu nome e a sigla ET, nos documentos do Sr. Ailton Reis, considero tão fora de propósito que interpelei judicialmente aquele senhor, perante o Juiz da Vara Criminal de Brasília, para que esclareça o que pretendeu com suas anotações desde quando não tenho, nem nunca tive, qualquer ligação com aquela empresa ou qualquer empreiteira.

Srs. Parlamentares, tenho aqui a peça que ingressei perante o Juiz Criminal de Brasília. Apesar de tudo isso, aqui estou para prestar todos os esclarecimentos solicitados com a certeza de que, ao final, terei demonstrado aos senhores e ao povo brasileiro que a minha atuação parlamentar sempre foi correta e digna, nada existindo na minha vida que possa envergonhar-me perante os meus concidadãos.

Razões da minha participação na Comissão Mista de Orçamento:

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia. Graduado em 1969, tive a minha primeira atividade profissional justamente na área orçamentária, exercendo a função de Assessor-chefe da Assessoria de Programação e Orçamento do Instituto de Urbanismo e Administração Municipal, órgão ligado ao Governo Estadual.

Em seguida, exerci a função de Assessor de Orçamento da Reitoria da Universidade Federal da Bahia onde trabalhei por dois anos.

Minha terceira atividade profissional foi a de Chefe da Assessoria de Programação e Orçamento da Secretaria da Educação e Cultura, do Estado da Bahia, a qual exerci no período de 1971 a 1974, quando era Ministro da Educação o Senador Jarbas Passarinho. É lembro-me de memoráveis reuniões tidas naquele período entre as equipes das Secretarias e a equipe do seu Ministério.

Naquela época, fiz concurso para professor da Escola de Administração da UFBA onde ensinei a Cadeira de Orçamento Governamental. Com toda essa experiência profissional na área, era natural que no Congresso Nacional viesse a integrar a Comissão Mista de Orçamento, o que fiz no período de 1988 a 1992, com breve intervalo nesse último ano.

Nas diversas oportunidades em que fui designado para relatar matérias naquela Comissão, procurei sempre adotar critérios técnicos e sérios para julgar todas as questões que dependiam da minha apreciação, como podem ser vistos nos diversos pareceres, que analisarei sucintamente. E, também, sempre usei critérios adequados para a apresentação de emendas, levando em consideração a importância de um determinado projeto para a população das regiões que represento ou para o Estado da Bahia como um todo.

Este comportamento levou-me também a adotar, como norma de atuação, recorrer o mínimo possível às emendas de relator, exatamente por entender que essas emendas só devem existir para possibilitar a correção de eventuais erros ou omissões existentes na proposta orçamentária. Por isso, os meus pareceres são quase que totalmente desprovidos dessas emendas, exceto no de 1989, como Relator-Geral, face ao problema específico do Poder Judiciário, que detalharei a seguir.

Atuação como Relator-Geral:

Designado Relator-Geral em 1989, procurei imprimir ao trabalho todos os conceitos técnicos e critérios transparentes, inclusive democratizando as decisões da

Comissão. Pois, foi atendendo às minhas sugestões, que o trabalho foi dividido em várias etapas, facilitando o seu acompanhamento por todos os interessados.

Foram inovações adotadas naquele ano:

O relatório preliminar, etapa em que o Relator-Geral poderia receber indicações dos seus Pares e, a partir daí, apresentar uma visão geral da proposta contendo a distribuição dos recursos pelos diversos setores, a análise da receita estimada e, finalmente, os limites para atuação dos relatores setoriais com a definição dos recursos globais, que poderiam ser utilizados para aproveitamento das emendas ou dos cortes que deveriam ser feitos para permitir adequação da proposta.

Decisão da Comissão sobre os pareceres setoriais. Até aquele ano o papel do Relator Setorial era secundário, podendo ou não ser acatado pelo Relator-Geral, pois a Comissão só era chamada a votar por apreciação do parecer do Relator-Geral.

Na nova sistemática os pareceres setoriais foram submetidos à deliberação da Comissão, que assim tinha oportunidade de refletir mais profundamente sobre a matéria que, a partir daquele instante, passava a ser uma decisão, só modificável se o Relator-Geral apresentasse razões capazes de convencer toda a Comissão.

Seminários setoriais.

Com a nova sistemática, sugeri que se realizassem seminários envolvendo as Comissões Técnicas das duas Casas do Congresso Nacional, os responsáveis pelo setor no Poder Executivo, especialistas no assunto e todos aqueles que desejassem participar dos debates. Tais seminários deveriam resultar no conhecimento profundo de cada área, seus problemas, suas metas, os projetos em andamento, o estágio de execução de cada projeto, enfim, um diagnóstico capaz de embasar as decisões tanto dos relatores como da Comissão em geral. Seria, na prática, o que se costuma chamar de planejamento participativo.

Alguns desses seminários foram realizados com excelentes resultados, mas a idéia não teve maior repercussão, inclusive pelos prazos exíguos para apreciação de matéria tão complexa, como o Orçamento-Geral da União.

Por ocasião da apreciação do projeto, enfrentamos algumas dificuldades específicas que foram resolvidas de forma satisfatória, a saber:

1 - O problema do Judiciário. Não houve concordância entre o Executivo e o Judiciário quanto aos valores que deveriam ser alocados ao conjunto dos tribunais. Não se chegando a denominador comum, o Executivo não incluiu o Judiciário no projeto de lei, determinando um valor que ao seu juízo deveria caber àquele Poder e incluindo essa parcela na reserva de contingência. Anexou ao projeto a proposta emanada dos tribunais e deixou que o Poder Legislativo resolvesse a pendência, aliás, de grande vulto, por tratar-se de conflito entre dois Poderes da República que veio para ser arbitrado pelo terceiro Poder.

Lembro-me que a proposta dos tribunais era de 3 bilhões e 200 milhões ou 3 trilhões e 200 bilhões - a moeda muda tanto de nome que se perde no tempo essa noção - e o Executivo incluiu na reserva de contingência para os tribunais apenas a metade: 1 e 600.

Convoquei todos os tribunais ao PRODASEN, local onde realizei todo o meu trabalho, ouvi as ponderações de cada um, fiz cortes em muitas das suas propostas, especialmente investimentos, chegando finalmente a um montante que, se não alcançava aquilo que o Judiciário defendia, era muito acima dos valores reservados pelo Executivo.

Todas essas decisões, entretanto, levaram a uma questão técnica: como incluir todos os subprojetos na lei, uma vez que nada pode ser acrescentado sem existir emenda que trate do assunto. É questão regimental que não pode ser contornada, desde que o sistema de processamento já é montado, levando em conta essa peculiaridade. Só existe uma alternativa, que é emenda de relator, figura prevista exatamente para permitir a solução de matérias dessa natureza.

Esta foi a razão, Sr. Presidente, que me obrigou a apresentar, naquele ano, elevado número dessas emendas que, no caso específico do Judiciário, totalizaram 674, todas numeradas a partir do número 5.000, exatamente para facilitar a análise do problema em qualquer ocasião.

A correção dos valores orçamentários.

O ponto de maior polêmica naquele momento foi, sem dúvida, a criação de um indexador denominado Unidade de Referência Orçamentária - URO, que, baseada numa fórmula matemática, deveria corrigir, mês a mês, os valores fixados para as despesas durante a execução orçamentária. Alguns setores respeitáveis da comissão não aceitavam a idéia, especialmente pela existência de um redutor que, na opinião do relator-geral, conduziria a uma sobra elevada dos recursos arrecadados que propunha-se fosse relacionada numa programação especial que só seria executada se houvesse comprovação da sobra de recursos. A minha proposta foi aprovada quase que unanimemente. Inclusive no Plenário do Congresso, quando foi destacada.

3. A negociação entre os partidos.

Como a eleição presidencial de 1989 foi decidida no segundo turno, realizado em 17 de dezembro, criou-se um impasse político para a aprovação do orçamento no prazo regimental. Pois os partidos envolvidos diretamente na disputa final tinham desconfianças em relação ao que poderia fazer o governo em final de mandato nos 75 dias iniciais de exercício financeiro e que pudesse trazer dificuldades para o novo governo. Compreendendo a complexidade do problema, sugeri uma série de dispositivos no texto da lei que foram pacientemente negociados com os partidos interessados em reuniões conjuntas, levando a um consenso que viabilizou a aprovação do orçamento no prazo normal.

Foi mais uma demonstração prática da seriedade e transparência do trabalho que realizei, pois se houvesse qualquer falha, por menor que fosse, não teria sido aprovado

em circunstâncias políticas tão peculiares. Uma dessas salvaguardas foi a inclusão de artigo permitindo que o novo governo enviasse, até 31 de julho, projeto de revisão total do orçamento.

Como relator parcial da Previdência Social em 1990.

Atuando como relator setorial do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, inclusive do INSS, pude mais uma vez desenvolver um trabalho centrado exclusivamente em preocupações técnicas, aprovando um número reduzido de emendas. Foram apenas 30. Tendo apresentado apenas duas emendas de relator, atendendo solicitação do próprio ministério, visando corrigir lapso existente na proposta orçamentária daquela Pasta.

Antes de elaborar o parecer realizei várias reuniões com os dirigentes do ministério procurando informar-me sobre a importância de cada ação proposta, obtendo dados sobre os projetos que foram emendados, verificando onde os cortes poderiam ser efetivados sem causar maiores dificuldades à ação do órgão. Enfim, buscando todos os elementos para realizar um trabalho criterioso que mereceu a aprovação unânime da Comissão.

Relator parcial da Infra-Estrutura em 1991. Designado relator parcial do Ministério da Infra-Estrutura referente à proposta orçamentária para 1992, exarei o Parecer nº 31, do qual destaco o Item 2 das emendas abaixo transcrito:

"Foram apresentadas 980 emendas cujos registros de parecer encontram-se anexos. (Aqui estou transcrevendo um trecho do meu parecer àquela época.) As peculiaridades dos subprojetos e subatividades constantes do setor tornam os remanejamentos autorizados pelo parecer preliminar muito restritos, o que gerou fator limitador para o acolhimento de emendas. Analisemos alguns desses fatores:

1. Outras despesas correntes.

Sendo o Ministério da Infra-Estrutura possuidor de uma estrutura central muito reduzida, pois a sua atuação é fortemente concentrada nas empresas ou órgãos autônomos, poucos recursos puderam ser remanejados pelo corte de 3% autorizado no parecer preliminar para outras despesas correntes.

2. Setor elétrico.

Na área elétrica, a responsabilidade da ELETROBRÁS, a proposta mandada do Executivo contemplou apenas três subprojetos: Usina Hidrelétrica de Xingó, Usina Hidrelétrica de Samuel e reassentamento rural Borda do Lago. Todos são projetos da maior importância para o setor e que já vieram com recursos apenas suficientes para a sua continuidade. Qualquer corte causaria sérios prejuízos ao País pelo descumprimento dos cronogramas das obras.

3 - Setor Ferroviário

Foram contemplados na proposta do Governo apenas dois subprojetos: Ferrovia Transnordestina, trecho Petrolina/ Salgueiro, e Rede Ferroviária Federal, com o subprojeto de caráter geral, para oferecer contrapartida aos empréstimos externos. São subprojetos que estão em andamento e que sofrerão sérios prejuízos se forem cortados os 15% autorizados pelo parecer preliminar.

4 - Fundo de Marinha Mercante

Os recursos para esses subprojetos são todos originários da Fonte 135, recursos específicos do Fundo, que não podem legalmente ser remanejados para outras finalidades.

5 - Setor Portuário

Todos os subprojetos propostos pelo Executivo nesse setor são financiados pela Fonte 134, Adicional de Tarifa Portuária - ATP, que não pode ser utilizado para essa finalidade. Qualquer remanejamento só poderia ser feito entre um projeto e outro, mas, como a distribuição da ATP deve seguir a proporcionalidade da arrecadação, a proposta original não deve ser alterada, exceto internamente entre os subprojetos de uma mesma companhia.

Considerando essa análise e face a existência de emendas de alta relevância e que por isso merecem ser acolhidas, sugerimos ao nobre Relator-Geral a aprovação das emendas relacionadas em anexo, que não puderam ser atendidas nesta fase do trabalho, em virtude das dificuldades acima apresentadas.

Como pode ser visto, senhores integrantes da CPI, na qualidade de Relator parcial, não aprovei uma única emenda, exatamente por compreender que não deveria privilegiar este ou aquele projeto em detrimento dos outros que já vieram contemplados na proposta do Executivo. Uns e outros, no meu entendimento, eram projetos da maior importância para o setor, não sendo justificável tentar resolver alguns problemas criando outros. Mas o fato concreto é que poderia remanejar recursos para aprovar emendas e não fiz.

Como recebi de vários autores de emendas argumentos e justificativas sobre cada projeto, não quis que esse esforço se perdesse nas palavras. Por isso, apresentei ao Relator-Geral um quadro de sugestões anexo ao parecer que serviria apenas de recomendação para o seu trabalho, caso pudesse remanejar recursos de outros setores para atender aos projetos de infra-estrutura. Mesmo assim, como aliás sempre fiz em todos os meus pareceres, procurei usar critérios objetivos e justos, sem privilegiar um projeto ou Estado em detrimento

dos outros, por entender que todas as ações são importantes e que os recursos são sempre insuficientes para atender a todos os objetivos.

Dessa forma, sugeri uma faixa de 2 bilhões para as obras de usinas hidrelétricas. Havia emendas para Itá, Tucuruí, com dois projetos, e Cachoeira Dourada, com exceção de Salto da Divisa, que foi sugerido com 100 milhões, pois a justificativa dessa emenda esclarecia tratar-se de elaboração de projeto técnico detalhado.

No caso das obras portuárias, o valor sugerido variava em torno de 1 bilhão, como podem ser vistos nos casos de Suape, Praia Mole, Maceió, Cabedelo, Santos, Paranaguá, Rio Grande, com dois projetos, e Salvador, somado com Porto de Aratu.

Em outro patamar, com faixa de 500 milhões, foram sugeridos os portos de Recife, Juazeiro, São Francisco do Sul, Itaquí, Imbituba, Natal e Mucuripe.

Alguns portos fluviais foram sugeridos com valores menores para a elaboração de projetos.

O segmento transporte de massa para várias capitais, mereceu sugestão da ordem de 500 milhões para cada uma, como Vitória, São Luiz, Natal, João Pessoa, Florianópolis, Belo Horizonte e Salvador, sem discriminar quaisquer das capitais que contavam com emendas para esse setor.

No setor ferroviário, sugeri alguns projetos, levando em conta a sua respectiva importância e o fato de já contarem, ou não, com recursos do Executivo, sempre atendendo às ponderações que me foram trazidas por técnicos da área, que debateram comigo todas as deficiências do setor, inclusive naquelas áreas com serviços antieconômicos, mas socialmente justos.

Relator-Parcial do Ministério da Educação e do Desporto, em 1992.

Na proposta orçamentária para o exercício de 1993, fui designado Relator-Parcial do setor 15, referente ao Ministério da Educação e do Desporto, sem a parte mais substancial, que é o FNDE. Como em todos os meus pareceres adotei critérios claros e objetivos, descrito à fls. 11 e 12 do referido documento, o primeiro critério foi o de não retirar recursos da manutenção das universidades e das escolas técnicas federais, que atravessavam sérias dificuldades para o desenvolvimento dos seus cursos. Destaco, no primeiro parágrafo da fl. 11, que poderia remanejar 382 bilhões de cruzeiros, naquela época, para o atendimento das emendas, segundo as diretrizes contidas no parecer preliminar do Relator-Geral; mas que remanejei apenas 245 bilhões, deixando 137 bilhões, isto é, 35,86% do que poderia remanejar, sem serem utilizados.

O segundo critério estava relacionado com o restabelecimento dos valores propostos pelo Executivo para a construção de escolas técnicas e agrotécnicas federais, que tiveram seus valores zerados pela aplicação do item 2.6 do parecer preliminar. Para o restabelecimento desses valores apoiei-me em emendas apresentadas por diversos parlamentares, somente recorrendo a emenda de relator quando não existia emenda ao subprojeto específico, ou quando o valor da emenda existente era inferior ao valor da proposta.

Transcrevo o que consta do 2º §, da fl. 12, do Parecer, que descreve o tratamento dispensado às emendas coletivas, e chamo a atenção, se me permitem os senhores, porque este item é muito importante para a análise que vem a seguir. Digo no Parecer que está aqui à disposição dos senhores:

"A terceira diretriz adotada foi a de dar tratamento preferencial às emendas coletivas, entendendo que este tipo de emenda trata de projetos que transcendem ao chamado interesse paroquial. Esta Relatoria as examinou, levando em conta o mérito e a abrangência de cada propositura, oferecendo parecer de acordo com as possibilidades de remanejamento de recursos."

Não transcrevo aqui, mas usei um quarto critério, que foi aprovar emendas prioritárias, tão-somente prioritárias, num valor de 250 milhões para cada parlamentar que apresentou emendas prioritárias. Ninguém foi discriminado. Todos tiveram este valor específico aprovado para suas emendas prioritárias.

"...De acordo com esta orientação das emendas coletivas, aprovei todas as emendas coletivas que foram apresentadas pelas Bancadas ou pelas comissões técnicas, conforme detalhamento contido à pp. 16 e 17 do parecer, sempre em valores inferiores ao solicitado.

O Parecer foi submetido aos representantes dos partidos na Comissão, - havia ali uma espécie de colegiado de líderes, de acordo com a sistemática que havia sido estabelecida - tendo sido aceito integralmente; e os destaques apresentados foram analisados e acatados, conforme adendo ao parecer. Quando o parecer foi a voto, inclusive já havia um adendo com relação aos destaques apresentados.

Neste ponto, Sr. Presidente, quero fazer comentários específicos sobre o documento autuado com o Nº 44, encontrado na residência do Sr. Ailton Reis, constando a sigla E.T., ao lado do projeto de construção do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí, que motivou a minha convocação a esta CPI.

Dentre as 51 emendas coletivas apresentadas ao setor - todas aprovadas -, encontrava-se a de Nº C-00984-0, da Bancada do Piauí, com a assinatura de nove Parlamentares - e me parece que a Bancada do Piauí tem quinze Parlamentares...

O SR. DEPUTADO - Treze.

O SR. ERALDO TINOCO - Treze? Nove assinaram, propondo o valor de 30 bilhões para aquele projeto.

Encaminhei esse documento ao Presidente, no ofício a que já me referi, mas aqui está a emenda da Bancada do Piauí, com as assinaturas de nove Parlamentares daquele

Estado, que propunham 30 bilhões de cruzeiros para o Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí.

Recebi de alguns dos signatários argumentos convincentes sobre a importância daquele projeto, uma vez que a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Piauí vinha enfrentando sérias dificuldades para desenvolver os seus trabalhos, pela inexistência do seu hospital-escola.

Teria o Relator motivo para excluir a emenda do critério adotado? Se adotara o critério de acolher prioritariamente as emendas coletivas, teria razão para rejeitar essa emenda? Seria essa obra desnecessária? É a única Faculdade de Medicina, das que tenho conhecimento, que não tem hospital universitário. Seria essa emenda para uma obra desnecessária? Não, senhores. Nenhuma razão objetiva justificaria a rejeição da emenda, mas também nenhum interesse subalterno pode ser identificado na sua aprovação.

Como já foi lido - está no primeiro parágrafo da folha 11 do meu parecer -, poderia remanejar 382 bilhões para o atendimento de emendas, e remanejei apenas 245 bilhões. Caso tivesse interesse de aprovar emendas para usufruir benefícios percentuais, não teria qualquer dificuldade em ampliar o montante aprovado para o referido projeto, cujo valor proposto na emenda era de 30 bilhões, e foi por mim contemplado com apenas 4, ou seja, 13,33% do valor proposto.

Enfatizo que, se quisesse aprovar valor elevado para essa emenda, além de a sua propositura permitir, disporia de 137 bilhões para remanejar, e deixei esses valores intactos.

Devo esclarecer que tenho aqui, nas minhas mãos, o parecer sobre as emendas, emitido pelo PRODASEN, onde está aqui, com muita clareza, que a nível do Relator setorial, foram aprovados 4 bilhões. Como o pleito era muito justo, e como o Relator-Geral sempre tem maiores recursos para remanejar, foram acrescentados mais 15 bilhões, a nível do Relator-Geral.

Interessado em aprofundar os esclarecimentos, solicitei ao PRODASEN a relação das emendas coletivas da Bancada do Piauí e verifiquei nada constar sobre a liberação de recursos para o citado projeto.

Aqui está o parecer, ou o relatório do PRODASEN sobre todas as emendas coletivas da Bancada do Piauí, relatório emitido no dia 16 de dezembro de 1993, às 16h06min - passo às mãos do Sr. Relator -, onde esta emenda não aparece com nenhuma liberação de recursos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Membros desta CPI, minha indignação com relação à inclusão de uma sigla que é relacionada ao meu nome como possível beneficiário de apoio, de percentuais ou qualquer nome que se queira dar. Por isso que, assim que regresssei de minha viagem, entrei na Justiça Criminal do Distrito Federal para que esse Diretor diga, perante a Justiça, qual seu objetivo em colocar uma sigla, se essa sigla tem alguma referência com meu nome, o que ela quer dizer com algum percentual que tenha sido relacionado.

Colaboração com o Relator-Geral em 1991.

Não se preocupe, Sr. Presidente, que concluirei em breve.

Quando o Deputado Ricardo Fiúza assumiu a Relatoria-Geral, solicitou a vários Deputados, com experiência na área orçamentária, inclusive a mim, que colaborassem com seu trabalho, especialmente pelas condições nas quais tinha recebido aquela incumbência. Da minha parte, estabeleci duas condições: primeiro, só poderia colaborar na parte técnica, junto ao PRODASEN, por já conhecer a sistemática de trabalho e confiar na competência de seus técnicos; segundo, não aceitaria, em nenhuma hipótese, participar das discussões ou deliberações sobre o acolhimento de emendas, pois já conhecia os enormes transtornos por que passa um Relator-Geral diante de tantas demandas e sempre com tão poucos recursos a remanejar.

Aceitas minhas condições, passei a trabalhar nas dependências do PRODASEN, lado a lado com os técnicos daquele órgão, recebendo as decisões do Relator, detalhando os aspectos técnicos que deveriam ser acrescentados, de onde remanejar os recursos, qual a fonte que deveria ser utilizada e, finalmente, encaminhando para o processamento.

Fazia, também, a análise dos relatórios emitidos, buscando corrigir erros ou propondo outras alternativas que enquadrassem a melhor emenda no contexto geral do trabalho. Preocupação adicional dizia respeito à utilização das fontes, uma vez que o mesmo projeto pode, muitas vezes, ser financiado por diferentes fontes, enquanto muitos recursos têm destinação específica, só podendo ser usados em projetos compatíveis.

Devo mencionar que só aceitava decisões devidamente rubricadas pelo Relator-Geral e, após o tratamento técnico, também as rubricava para encaminhá-las ao processamento, providência esta solicitada pelos técnicos do PRODASEN para assegurar a absoluta lisura dos trabalhos.

Como é sabido, o Orçamento para 92 foi aprovado pelo Congresso Nacional, na noite de 19 para 20 de dezembro de 1991, e afirmo que todos os elementos decisórios estavam à disposição da Mesa. Depois de aprovado, passei todos os documentos ao Relator-Geral e afastei-me de Brasília, não tendo acompanhado o trabalho até o momento da remessa do Projeto de Lei ao Poder Executivo.

Portanto, quero aqui deixar bem enfatizado que o meu trabalho foi até a aprovação do Projeto no Plenário do Congresso Nacional.

Concluindo, Sr. Presidente, em síntese, nada melhor para demonstrar o que é o indivíduo do que a exposição da sua própria vida. A minha trajetória, o meu patrimônio, a

minha movimentação bancária são os maiores testemunhos da minha conduta ilibada. Por isso, não tergiversei em colocar-me à disposição desta Comissão para prestar, como testemunha, este depoimento e para responder as inquirições de V. Ex^{as} que forem julgadas pertinentes, o que faço neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Eraldo Tinoco.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eminentíssimo Deputado Eraldo Tinoco, V. Ex^a já nos esclareceu a respeito de sua vocação pela matéria orçamentária, pois iniciou suas atividades profissionais nesta área, como professor da Universidade da Bahia. O que se verifica é que V. Ex^a construiu um currículo muito rico na Câmara dos Deputados, pois, de 1988 a 1993, sempre desempenhou funções na Comissão de Orçamento.

Creio que não seja necessário repetir, mas, em 1989, Relator parcial do MME; em 1991, *idem*; em 1991, ainda Relator parcial do Ministério dos Transportes; em 1992, Ministério dos Transportes, ferrovias e navegação; em 1993, Relator parcial do MEC para o Orçamento Geral; em 1990, Relator parcial do Poder Judiciário; em 1991, V. Ex^a chega ao mais importante cargo naquela Comissão, que, na minha opinião, não é o de Presidente, mas sim o de Relator-Geral; e, em 1992, V. Ex^a fica sendo apenas colaborador do Relator-Geral do Orçamento de 1992.

Além dessa permanente convocação para cargos de relevo na Comissão de Orçamento, V. Ex^a, segundo a Subcomissão de Emendas, conseguiu uma **performance** bem acima da média dos Parlamentares, quer quanto à aprovação de emendas - dez vezes acima da média dos Parlamentares -, quer em relação à liberação de dotações, onde a Subcomissão indica que V. Ex^a teve um índice de 600% superior à média das aprovações.

Pergunto a V. Ex^a: como participante tão qualificado da Comissão de Orçamento e por tanto tempo, V. Ex^a considera que a Comissão de Orçamento desempenhou, ainda que precariamente, as funções que lhe foram deferidas pela Constituição de 1988?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães, realmente participei de várias funções na Comissão, mas não na sua direção. Não ocupei nenhum cargo diretivo daquela Comissão, mas relatando projetos dentro do processo normal de rodízio, que deveria ser recomendado naquela ou em qualquer comissão desta Casa.

Há uma pequena duplicação nessa relação de funções. Digo no meu pronunciamento inaugural, mas posso aqui recapitular: em 1989 - e não 1991 -, fui o Relator-Geral. E poderia isso até criar alguma surpresa, pois ingresso na Comissão em 1988 e, em 1989, sou designado Relator-Geral. Muitas pessoas estranharam, porque conheciam, desde 1983, quando cheguei à Casa, a minha atuação no setor educacional. Poucas pessoas sabiam que entrei para ter uma vinculação no setor educacional exatamente pela via orçamentária, porque fui Assessor de Orçamento da Universidade, fui Assessor Chefe de Orçamento da Secretaria da Educação e, depois, exerci no Ministério da Educação funções diretivas, que não de assessoria de orçamento, mas que executava o orçamento. Levei até uma surpresa: quem é esse que chega assim já vai sendo Relator-Geral. É que o líder do meu Partido conhecia a minha trajetória profissional...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quem era ele?

O SR. ERALDO TINOCO - O Deputado José Lourenço.

Então, como coube ao Partido indicar o Relator-Geral, dentro de um critério que acredito tenha sido o de examinar os currículos dos integrantes da bancada, recebi essa incumbência.

Em 1990, sou relator da Previdência e Trabalho, não a integralidade desses dois Ministérios. A parte central do Ministério e o INSS. Em 1991, sou relator de uma parte da Infra-estrutura, era na época Ministério da Infra-estrutura, fui encarregado da parte central do Ministério e mais algumas pequenas empresas ligadas aquele Ministério. O setor de transporte ficou com outro relator. O setor portuário, as empresas portuárias, com outro relator e assim sucessivamente.

Em 1991, quando o Deputado Ricardo Fiúza assume, sou convidado para auxiliá-lo nesse trabalho. Finalmente em 1992, sou designado relator setorial da educação.

Veja que sempre em setores diferentes, que era uma recomendação, inclusive, para não se criar feudos. Mas com toda essa passagem, Sr. Relator, na minha ótica, a Comissão não cumpriu, não desempenhou e nem desempenha bem as suas funções. Por várias razões, a primeira delas é que normalmente o Orçamento é submetido a processos e a prazos altamente tumultuados, que impedem um tratamento técnico mais adequado da matéria. Só quero citar exemplo dos dois últimos exercícios.

Em 1992, o Governo que assume pede de volta o Orçamento. O Congresso Nacional abrindo mão, inclusive, de um dispositivo constitucional devolve a proposta ao Executivo, como se a Constituição não tivesse prazo para receber a proposta e examiná-la. Finalmente, o orçamento é votado no final do ano às pressas ou talvez no início do exercício seguinte.

Em 1993, acontece exatamente a mesma coisa. O Governo encaminha uma proposta. Tempos depois o Governo diz: A proposta é deficitária. Tem déficit enormes. Como se não fosse ele o autor da proposta. Toma de volta essa proposta e leva o resto do ano revisando e revisando, e o Orçamento chega ao Congresso nos últimos dias do exercício financeiro; a essa altura, não se tem nem a discussão da proposta, quanto mais um Orçamento aprovado para o exercício financeiro de 1993.

Face a esses atropelos, a essas dificuldades, substituição de relator, em 1991, que também a proposta ficou sendo postergada, não se faz no Congresso uma discussão aprofundada do que entendendo fossem as verdadeiras funções de uma comissão do Congresso: discutir as grandes prioridades nacionais. Não se discutem os aspectos do recurso que é encaminhado para um setor ou outro, para a educação, para a saúde, para a infra-estrutura. Não se analisa o quadro geral, não se faz uma comparação com o Orçamento Plurianual de Investimentos.

O Orçamento Plurianual de Investimentos, por exigência da Constituição, é deixado de lado no exame da proposta anual, quando a proposta anual deveria ser um reflexo do orçamento plurianual de investimentos. Então, evidente que, na apreciação da proposta orçamentária, isso não acontece.

Quando fui Relator-Geral propus alguns desses mecanismos que mencionei, inclusive a apreciação das matérias em seminários setoriais onde as comissões técnicas do Congresso seriam chamadas para debater a proposta e quando se poderia estabelecer, pelo menos, uma comparação e uma discussão mais profunda dos objetivos dos investimentos públicos.

Posteriormente, num trabalho que tive a honra de encaminhar por solicitação do Líder do meu partido, já então, o Deputado Luiz Eduardo Magalhães, enviei uma série de sugestões que tenho conhecimento que ele levou, inclusive, à discussão do Colégio de Líderes em que eu propunha duas medidas que considero da maior importância: a proibição de emendas de Relator setorial ou de Relator-Geral para os chamados projetos paroquiais.

Também para alegria e contentamento meu verifiquei, num desses debates que acompanhei na televisão, V. Exa. ter uma opinião bem próxima daquilo que defendia - quando eu propunha e sugeria nesse trabalho, que os pareceres setoriais fossem, pelos seus respectivos relatores, submetidos ao debate ao voto do conjunto das comissões técnicas da Câmara e do Senado.

Então, é evidente que sobre esse aspecto, no meu entendimento, não funcionou a contento a Comissão na sua função de aprovar o orçamento. Mas, tem a outra função que também, não sei exatamente as razões, nunca foi aprofundada, que é o problema do acompanhamento da execução orçamentária.

Participei de um grupo de trabalho presidido pelo Sr. Deputado Sérgio Gaudenzi, o então Vice-Presidente da Comissão, em que uma série de sugestões foi debatida. O Relator do grupo era o Senador Almir Gabriel que também tinha experiência de ter sido Relator-Geral.

Várias medidas foram propostas e votadas na Comissão, mas sempre encontraram dificuldades até de ordem técnica. Lembro-me, por exemplo, da questão da informatização da Comissão naquele período em que foi pedido, não era possível de ser efetivada por um detalhe técnico, talvez e aparentemente, insignificante.

Ocorre que os dutos existentes entre a parte central das casas do Congresso e as dependências da Comissão não cabiam, não permitiam mais a passagem de nenhuma fiação. Então, não se podia implantar um sistema que fosse, por exemplo, a projeção do PRODASEN dentro da própria Comissão.

Depois, mais adiante, encontraram a solução e foram incluídos os terminais na Comissão. Mas nunca se chegou à informatização da Comissão para permitir e possibilitar o acompanhamento da execução orçamentária.

Sr. Relator, somente para concluir essa resposta: com um regime inflacionário em que as dotações são votadas e aprovadas mesmo sendo corrigidas por índices que, às vezes, são projetados, o Orçamento entra em execução - e ouvi também esse depoimento, se não me engano, do ex-chefe de Assessoria - quatro meses depois aparecem créditos suplementares.

A Comissão não tem como, pelo menos, não tinha como acompanhar a execução orçamentária dos créditos aprovados.

Foi por essa razão que, como Relator-Geral, defendi a existência de um fator de correção das dotações orçamentárias mês a mês.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, quando, em 1991, estando em elaboração o projeto do Orçamento de 1992, V. Exa. assumiu a função informal, que me parece que não é uma função formal da Comissão, de Relator-Geral, colaborador do Relator-Geral, que, ao que me parece, era o Deputado Ricardo Fiuza para o Orçamento da União, V. Exa. se considerou promovido ou despromovido?

O SR. ERALDO TINOCO - Nem promovido nem despromovido, Sr. Presidente.

Adoto nesta Casa e sempre adotei um comportamento colaborativo. Embora Parlamentar há onze anos, por exemplo, nunca reivindiquei ou lutei sequer por Presidência de comissão técnica.

Nunca exige uma Presidência de comissão técnica nesta Casa. E nunca me furtei de colaborar com o meu conhecimento, que não é tão amplo e abrangente, mas especialmente nos setores da Educação e do Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, em que consistia realmente essa função de colaborador?

O SR. ERALDO TINOCO - Eu me coloquei no PRODASEN; recebia do Relator-Geral as determinações, inclusive rubricadas por ele, a respeito do acolhimento de emendas. Muitas vezes isso era numa própria cópia da emenda do Parlamentar; muitas vezes num papel endereçado ao Relator-Geral que determinava o valor que aquela emenda deveria ser acolhida; rubricava esse papel. Eu fazia análise técnica; fazia o enquadramento técnico e também rubricava para o chefe do Setor de Processamento do PRODASEN.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa atividade V. Ex^a exerceu antes ou depois de 19 de dezembro de 1991?

O SR. ERALDO TINOCO - Antes de 19 de dezembro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Depois, mais não?

O SR. ERALDO TINOCO - O meu papel termina com a aprovação do Orçamento. O Orçamento foi aprovado, salvo engano, na madrugada do dia 20, por volta das 5 horas da manhã. Os técnicos extenuados; toda a equipe da Assessoria absolutamente estourada. Até porque, Sr. Relator, houve uma medida até desumana, que foi a Comissão terminar uma votação às 5 horas da manhã do dia 19, ter mil e duzentos destaques e exigir que esses destaques estivessem devidamente equacionados numa votação que estava marcada para às 9 horas da manhã. Fez-se depois um apelo ao Presidente do Congresso para que a reunião passasse para a tarde. Finalmente, essa reunião deve ter começado pelas 11 da noite e terminou pelas 5 da manhã.

É evidente que, a partir daquele momento, ninguém tinha condições de continuar trabalhando. Houve um intervalo de descanso. Na parte da tarde, passei os papéis ao Relator-Geral e viajei para o meu Estado.

Talvez aí, no dia 27 de dezembro, estive novamente por um turno no PRODASEN, complementando algumas informações. E, logo adiante, viajei.

Sr. Presidente, permita-me, quero exibir aqui o meu passaporte. A Imigração americana, até onde sei, é um órgão bastante rigoroso. V. Ex^a pode ver aqui o carimbo, no dia 30 de dezembro de 91, da minha chegada dos Estados Unidos. Está aí assinalado com lápis, no canto do passaporte. Saí daqui, portanto, no dia 29 de dezembro. E não fui a passeio. Fui fazer um curso na Universidade de San Thomas, em Huston. E lá passei 45 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ok.

O SR. ERALDO TINOCO - Inclusive, não pude comparecer à convocação extraordinária do Congresso Nacional, porque estaria prejudicando uma tarefa que tinha planejado há muito tempo. Não compareci. Os senhores podem tanto ver à data do meu regresso ao Brasil, não no passaporte porque a Imigração não carimba, mas a Imigração americana guarda aqueles papéis quando a pessoa deixa o País, como podem verificar nos registros da Câmara dos Deputados que não pude - e comuniquei isso - comparecer à convocação extraordinária, tendo tido inclusive um prejuízo porque não me habilitei a receber ajuda de custo. Então, meu trabalho se encerrou exatamente com a votação do projeto no Plenário do Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E nessa função, Deputado, V. Ex^a teve a colaboração de algum outro parlamentar?

O SR. ERALDO TINOCO - O Deputado Ricardo Fiuza organizou uma espécie de grupo em que tarefas foram delegadas. Alguns tiveram um trabalho hercúleo de examinar os pareceres setoriais, de verificar erros, omissões, classificações inadequadas, discutir critérios para aprovação de emendas. Esse trabalho foi um trabalho realizado com muito empenho por essas pessoas.

Mas, sob o ponto de vista técnico, no PRODASEN, essa parte do processamento, foi apenas a minha colaboração, pelo menos, até esse dia a que me referi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em depoimento muito recente, o Sr. José Alves do Santos disse que ajudava o Deputado Fiuza no PRODASEN, o Deputado Tinoco, supervisionando diretamente em nome do Diretor-Geral, principalmente ele e o Deputado Sérgio Guerra.

O SR. ERALDO TINOCO - Não, não posso, pelo menos até essa data, testemunhar que o Deputado Sérgio Guerra tenha participado desse trabalho no PRODASEN; S.S^a, naquela ocasião, foi Relator, se não me engano, da parte de transportes, e o seu trabalho, até onde eu sei, foi única e exclusivamente no PRODASEN, em relação ao seu próprio parecer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, mesmo tendo se afastado do País para o exterior, V. Ex^a tomou conhecimento de que há uma acusação, inclusive, há um estudo do PRODASEN, no sentido de que, após aquela reunião do Congresso, de 19 ou 20, 19, não é?

O SR. ERALDO TINOCO - 19 para 20, terminou às 5h da manhã do dia 20.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, terminou às 5h a reunião da Comissão.

O SR. ERALDO TINOCO - Também, no Congresso, terminou pela madrugada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pela madrugada.

O SR. ERALDO TINOCO - Do dia 20, não sei exatamente a hora, mas foi pela madrugada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a tem notícia se algumas emendas foram inseridas após, se outras foram aumentadas no seu valor e assim por diante?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Relator, eu tenho ouvido falar dessa matéria, inclusive, em ocasiões anteriores e nesta Comissão, e, parece-me, sinceramente, que o que existe é uma certa incompreensão no processamento dessas informações. Como eu já disse, há pouco, a reunião da Comissão, terminou às 5h da manhã, existiam 1.200 destaques, o Relator-Geral se comprometeu a levar para o Plenário decisão desses destaques, e era impossível, humanamente impossível, fazer o processamento normal desses destaques dentro do programa do PRODASEN, porque são dezenas de registros em cada emenda, registros numéricos de unidade orçamentária, código funcional programático, o código da fonte, o código do elemento de despesa, até a localização do projeto era por um código numérico, que era usado o código do CEP para definir a localização do projeto. Imaginem o que é isso, uma

equipe trabalhando, há dias, em cima de números, fazendo digitação e conferência dos mesmos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, não discuto nenhuma alteração para corrigir erro de fato.

O SR. ERALDO TINOCO - Não, mas não foi...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Código, numeração, aí, não estou discutindo...

O SR. ERALDO TINOCO - Não, mas vou chegar ao que aconteceu, se V.Exª me permitir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Permito, é porque imaginei que V.Exª não teria, talvez ...

O SR. ERALDO TINOCO - O que aconteceu foi o seguinte: sendo impossível esse processamento nesse prazo, optou-se por uma listagem no microcomputador em que aparecia o número da emenda, o autor da emenda, a finalidade da emenda e o valor aprovado. Essa relação de microcomputador, evidente, que ela era uma coisa dinâmica que pôde ser trabalhada até minutos antes de ir para o Plenário, mas, quando o parecer foi para o Plenário, esta relação de microcomputador estava fechada e estava à disposição da Mesa do Congresso Nacional. O que aconteceu depois foi pegar cada uma dessas emendas com a finalidade do projeto, o valor do projeto, etc, que teve a aprovação formal no Plenário e fazer o detalhamento do processamento no PRODASEN. Entretanto, Sr. Relator, não posso acrescentar mais detalhes além desses, porque não estava nem em Brasília, nem no Brasil, então, não posso explicar, tecnicamente, quanto tempo levou, quantos relatórios foram emitidos, pois emitia-se quase dois por dia, para as conferências. A impressora do PRODASEN levava quatro horas para emitir um relatório. Era natural que houvesse emissão, conferências, depois outras emissões. O fato é que já tive oportunidade de ver em ocasiões diversas relatórios desses, com datas diferentes, referindo-se ao mesmo problema e é evidente que um não pode bater com outro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mudando um pouco de assunto, Deputado. Tivemos algumas sessões em que muito se tratou e se discutiu a respeito de uma empreiteira chamada Servaz S.A., do seu acionista principal e de algumas obras realizadas, sobretudo, no Nordeste. Chega às minhas mãos, não sei a propósito de que, uma emenda para o açude Genipapo, no Piauí, no valor de três bilhões de cruzeiros, dos quais foram liquidados 45 milhões de cruzeiros, embora tenha restado saldo de 758.808 dólares. V.Exª aprovou ou relatou esta emenda?

O SR. ERALDO TINOCO - Qual foi o exercício, nobre Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi 92 para 93.

O SR. ERALDO TINOCO - Não fui Relator dessa área em 92; fui Relator da Educação e não me consta que o Ministério da Educação tenha obra de açude.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não foi V.Exª que passou este papel para a Mesa?

O SR. ERALDO TINOCO - Não, não passei nenhum... Ah, sim, passei. Estas são as emendas coletivas da Bancada do Piauí. O que quis mostrar é que, neste relatório do dia 16.12.93, não há nenhuma liberação para a emenda coletiva referente ao Hospital Universitário da Universidade Federal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está citado nos papéis da Odebrecht.

O SR. ERALDO TINOCO - Está citado nos papéis da Odebrecht. Neste relatório do PRODASEN, do dia 16 de dezembro, estão todas as emendas coletivas da Bancada do Piauí.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª, pelo que vejo de suas contas bancárias, não tem outra remuneração senão a de Deputado.

O SR. ERALDO TINOCO - Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Somente a de Deputado?

O SR. ERALDO TINOCO - Só a de Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Sr. Relator.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho.

Deputado Eraldo Tinoco, nos últimos cinco anos, conforme acaba de relatar, além do Deputado João Alves, V.Exª foi o parlamentar que mais cargos-chave ocupou na Comissão Mista do Orçamento, como Relator de Minas e Energia, Relator-Geral, Setorial, das áreas do Ministério da Previdência, da Infra-Estrutura, da Educação. Nesse mesmo período, o principal assessor da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional foi o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Quais foram as principais atividades as quais o Sr. José Carlos Alves dos Santos desenvolveu com V.Exª ou o assessorou?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, exerci apenas um cargo-chave nesses cinco anos na Comissão, o de Relator-Geral. Relatoria setorial, principalmente depois que fui Relator-Geral e que propus essa democratização dos trabalhos da Comissão, é uma função exercida, a cada ano, parece-me, por 60 parlamentares, porque o trabalho é dividido em cerca de 60 sub-relatorias. Então, era natural que, tendo conhecimento técnico na área de Orçamento, eu exercesse relatorias setoriais. E os meus pareceres, conforme pude ler no meu depoimento e estão à mesa, são todos baseados em critérios absolutamente técnicos e transparentes. Mas respondendo especificamente à inquirição de V.Exª, quero dizer que o Sr. José Carlos Alves dos Santos participou comigo apenas de um trabalho quando fui Relator-Geral. Ele era o chefe da

Assessoria e apresentou-se a mim, naquela oportunidade, para colaborar com o trabalho; dei-lhe algumas missões de estudos, principalmente para fazer, mas ele não teve nenhuma participação mais saliente no trabalho, porque, como eu me considero um técnico de orçamento, não precisava de um assessoramento tão direto, tão acompanhativo. Usei-o, realmente, da maneira como se usa um assessor.

Por exemplo, lembro-me que, naquela época, havia uma questão relacionada ao Fundo de Marinha Mercante ou um desses outros fundos, e pedi um trabalho técnico, como pedi trabalhos técnicos a outros assessores. Ele não teve uma presença mais assídua junto ao PRODASEN. Não teve, portanto, uma participação maior. Era o chefe da assessoria e, naturalmente, a pessoa a quem me reportava, especialmente quando precisava do apoio de outros assessores.

Devo mencionar que identifiquei, no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, excelentes assessores na área de orçamento que colaboraram comigo com um entusiasmo muito grande, e esta participação foi tão rica para mim que, um ou dois anos depois que ter sido Relator, fui agraciado com um convite do setor específico do Senado para proferir uma palestra num curso de treinamento, num seminário de treinamento sobre orçamento.

Depois procurei saber por que e tive a notícia de que fui convidado pela referência que os assessores fizeram ao meu trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - V. Ex.^a mencionou que esta colaboração do Sr. José Carlos Alves foi no ano em que V. Ex.^a foi Relator-Geral, em 1989, referente ao Orçamento de 1990. Houve mais um trabalho importante que V. Ex.^a desenvolveu com ele?

O SR. ERALDO TINOCO - Não. Que tenha desenvolvido com ele, trabalho...

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Trabalhado junto?

O SR. ERALDO TINOCO - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Pelo menos o Sr. José Carlos Alves dos Santos informou a esta CPI, quando identificou o documento que pediria fosse passado às mãos de V. Ex.^a, dizendo: é o parecer elaborado pelo Ministro Eraldo Tinoco com o meu auxílio e que foi possivelmente assinado pelo Senador Magno Bacelar. Seus rascunhos, suas minutas, algumas inclusive na contracapa, com a letra do Deputado Eraldo Tinoco, minha letra e com letra, se não me engano, do Ministro Ricardo Fiúza.

Pergunto: V. Ex.^a confirma que colaborou na elaboração desse parecer?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Senador, veja que o Sr. José Carlos faz uma anotação pelo Ministro Eraldo Tinoco e não pelo Deputado Eraldo Tinoco.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - V. Ex.^a era Ministro então.

O SR. ERALDO TINOCO - Quando eu estava no Ministério da Educação, recebi uma solicitação do meu colega de Ministério, Deputado Ricardo Fiúza, que era Ministério da Ação Social, pedindo que rememorasse alguns fatos relacionados com a aprovação do Orçamento.

Mencionei a ele a dificuldade que teria em função das minhas incumbências. Ele me disse que mandaria a ata da reunião e a publicação no Congresso Nacional. E pedia-me para rememorar alguns desses fatos, e eu fiz esse rememoração. Fiz algumas notas relembando alguns pontos. E foi exatamente isso que mencionei aqui há pouco, respondendo à indagação do Relator Roberto Magalhães.

Não participei da elaboração de um parecer, e vejo aqui que é um parecer de um Senador da República, até porque não teria nem tempo para deixar as minhas funções de Ministro para auxiliar alguém na elaboração de um documento. Entretanto, por uma questão de justiça, jamais poderia me furtar a colocar algumas observações, encaminhar ao Ministro Ricardo Fiúza, como faria se fosse com relação a V. Ex.^a, se me pedisse o mesmo tipo de colaboração.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Mas V. Ex.^a trabalhou como auxiliar principal do Deputado Ricardo Fiúza na elaboração do Orçamento até o final de dezembro, inclusive, voltando - conforme relatou - no dia 27 para...

O SR. ERALDO TINOCO - Apenas para lhe passar os papéis.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Nesse tempo todo, embora Diretor do Departamento de Orçamento da União, também no PRODASEN colaborou o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Não é verdade?

O SR. ERALDO TINOCO - Colaborar, eu não diria.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Muito presente esteve lá - pelo menos disse assim.

O SR. ERALDO TINOCO - Não sei se muito presente. Vi presença constante no PRODASEN de outros assessores.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - O testemunho pessoal do Sr. José Carlos Alves dos Santos é de que ele colaborou intensamente, embora fosse Diretor do DOU.

O SR. ERALDO TINOCO - No período em que eu estava no PRODASEN, não coloco como colaboração intensa.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - V. Ex.^a acaba de afirmar que, então, pelo menos, acompanhou o trabalho que o Sr. José Carlos Alves dos Santos estava fazendo, ao elaborar esse parecer assinado pelo...

O SR. ERALDO TINOCO - Não acompanhei, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICÝ - Mas V. Ex.^a enumerou fatos, dialogou com ele sobre o assunto.

O SR. ERALDO TINOCO - Não. Estou dizendo a V. Exª que o Ministro Ricardo Fiúza pediu-me algumas lembranças, que rememorasse alguns fatos...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Que foram feitos junto com...

O SR. ERALDO TINOCO - Não, eu não disse isso a V. Exª. Junto? Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas V. Exª não se encontrou com o Sr. José Carlos Alves dos Santos para rememorar tais fatos?

O SR. ERALDO TINOCO - Ele pode ter ido ao Ministério levar esses documentos aos quais me referi, a ata da reunião e tal; mas se encontrar comigo para elaborar trabalho, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não. Estou falando para opinar.

O SR. ERALDO TINOCO - Nem para opinar. Fiz para o Ministro Ricardo Fiúza algumas anotações, rememorando os fatos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pergunto-lhe: V. Exª considera ético que, tendo V. Exª colaborado tão proximamente do Deputado Ricardo Fiúza, tenha sido alguém que, mesmo que rememorando tais fatos, estivesse colaborando para a redação de um parecer feito, segundo o Sr. José Carlos Alves dos Santos, por ele próprio, que participou também no PRODASEN - e ele descreve detalhes do que ali ocorreu -, para que um outro Parlamentar, no caso o Senador Magno Bacelar, que assinou isso?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Senador, a questão está formulada quanto a se considero isso ético. Direi a V. Exª que não colaborei com o Senador Magno Bacelar e nem com o Sr. José Carlos Alves dos Santos. O Ministro Ricardo Fiúza pediu-me para rememorar alguns fatos e rememorei, e não vejo nenhum impedimento ético a esse comportamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Alguma das caligrafias nesse parecer é de V. Exª? Uma delas é do Sr. José Carlos Alves dos Santos, outra do Sr. Deputado Ricardo Fiúza. Em nenhum dos lugares há a caligrafia de V. Exª?

O SR. ERALDO TINOCO - Não. Não há, em nenhum lugar, caligrafia minha.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, com relação a isso, temos apenas o testemunho do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ERALDO TINOCO - Posso escrever para V. Exª comparar a minha caligrafia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª poderia, apenas, ler as duas linhas escritas à mão pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. ERALDO TINOCO - "Parecer elaborado pelo Ministro Eraldo Tinoco, com o meu auxílio, em 25/10/93".

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. ERALDO TINOCO - Está escrito aqui e assinado não sei por quem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por ele mesmo, pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, perante a Comissão do Orçamento.

O SR. ERALDO TINOCO - Não elaborei parecer nenhum, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O mais grave de todo esse episódio de acréscimo de emendas foram as emendas do Relator-Geral. Repito: as emendas do próprio Relator-Geral que foram incluídas após a votação da Lei Orçamentária de 1992. Sobre essas emendas, Deputado Eraldo Tinoco, o Sr. José Carlos Alves dos Santos declarou antontem, na Polícia Federal para a subcomissão da CPI que lá esteve. Quer dizer que o que aqui está como do Deputado Ricardo Fiúza, na realidade, é do Deputado Ricardo Fiúza como Relator-Geral; como não existiam emendas apresentadas sobre determinado assunto, ele aprovava na hora. Isso distorce mais o processo, porque não eram nem emendas apresentadas no prazo regimental, eram emendas colocadas posteriormente. Por isso é que surgiram naquele momento as emendas do Relator. Ele está se referindo ao período posterior a 19 de dezembro a 4 de fevereiro de 1992, quando estão registradas pelo PRODASEN.

Não existe nenhum amparo regimental, Deputado Eraldo Tinoco, que permita a situação absurda de o Relator-Geral pedir destaque para si mesmo. V. Exª já foi Relator-Geral e sabe disso. Entretanto, agora se pode entender melhor a razão da inclusão de mais de 150 emendas do Relator-Geral, sendo que 94, aproximadamente, foram executadas. Agora temos todas as alterações especificadas em dia e hora.

Deputado Eraldo Tinoco, quando antontem mostrei ao Sr. José Carlos Alves dos Santos esta relação das emendas incluídas e/ou alteradas, ele disse: "Bem, agora é que estou percebendo que há, em boa hora, o registro, a data e horário em que ocorreu a inserção".

Talvez V. Exª queira dizer que isso esteja registrado no microcomputador. Seria importante demonstrá-lo com o microcomputador.

O SR. ERALDO TINOCO - Senador, eu não posso lhe dizer nada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Eraldo Tinoco, eu apenas gostaria de fazer uma retificação sobre a informação dada há pouco por V. Exª; certamente houve um engano ou lapso de memória, porque, pelo menos o registro do **Diário do Congresso Nacional** diz que a sessão conjunta marcada para iniciar-se às 17 horas, para votação da proposta orçamentária para o ano de 1992 - PL 26/91, iniciou-se às 19 horas, com duas horas de atraso, sem que até aquele momento o Deputado Ricardo Fiúza tivesse apresentado a relação dos destaques aprovados; como pode ser constatado pela fala do Deputado Alberto Goldman, o Relator-Geral estava ausente no início da reunião. Ele diz o seguinte: "Nosso papel é discutir a matéria e vou aproveitar estes momentos em que o Relator do Orçamento não está presente ainda para entrar no processo de discussão".

Mais adiante há diversos registros, mas por volta das 21 horas ainda há um registro do Deputado José Genoíno: "Com estas críticas, Sr. Presidente, manifesto nosso voto contrário ao parecer do Relator, apresentado na Comissão de Orçamento, com relação às indicações apresentadas ontem à noite pelos Srs. Deputados, quando o Relator apresentou o seu parecer, poderemos nos pronunciar sobre elas após a palavra de S. Ex^a". Ainda não tinha concluído. Apenas é um registro de que a reunião, pelo menos, iniciou-se às 19 horas.

O SR. ERALDO TINOCO - Mas eu não disse que iniciou...

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Que tinha iniciado por volta das 10 horas da noite.

O SR. ERALDO TINOCO - A presença do Relator deve ter sido depois desse horário, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Depois das 21 horas.

O SR. ERALDO TINOCO - Pois é; é o que eu disse.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Não; V. Ex^a disse... Bom...

O SR. ERALDO TINOCO - Senador, eu não estava aqui.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Não é o mais importante aqui.

O SR. ERALDO TINOCO - Pois é; o que eu quero dizer a V. Ex^a é que eu não estava na sessão do Congresso Nacional; eu estava no PRODASEN e sei que o Deputado Ricardo Fiúza se dirigiu para o plenário com a listagem do microcomputador depois das 21 horas. E a sessão só terminou depois da meia-noite, portanto já no dia 20 de dezembro.

Quanto à observação sobre emendas de Relator, sobre inclusão ou não-inclusão de emendas, não posso responder absolutamente nada a V. Ex^a, não posso matar a sua curiosidade, porque não tenho a capacidade da onipresença. Eu estava fora do País, e não posso opinar sobre fatos que aconteciam em Brasília, quando eu estava em Houston.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Mas para ajudar o Deputado Magno Bacelar, V. Ex^a teve competência, teve disposição de fazê-lo.

O SR. ERALDO TINOCO - As minhas observações...

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Eu pergunto a V. Ex^a como explicar que o Relator-Geral poderia ainda registrar, no PRODASEN, no dia 25 de janeiro de 1992, a Emenda nº 044053, no dia 04 de fevereiro de 1992 ainda sete emendas. Há testemunho de pessoas. Aliás, Deputado Eraldo Tinoco, qual era o chefe da equipe do PRODASEN testemunha da presença de V. Ex^a e de todos os que colaboraram na feitura do Orçamento na época?

O SR. ERALDO TINOCO - Havia vários técnicos do PRODASEN.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Mas V. Ex^a mencionou o responsável principal.

O SR. ERALDO TINOCO - Posso lhe dizer que havia três assessores principais do PRODASEN. Não sei o nome desse rapaz. Não sei o nome dele.

Agora, posso lhe dizer que havia um assessor, que também tinha responsabilidade lá, que eu ouvia chamá-lo de Toninho, não sei qual o nome, e havia um outro que era o responsável pela parte, principalmente, da nomenclatura funcional programática que, salvo engano, chamava-se Sanches. Esses eram os técnicos do PRODASEN. Havia um outro, mas não recordo seu nome, por sinal um rapaz muito competente; conversei com ele algumas vezes, inclusive sei que ele tem pós-graduação nessa área no exterior, mas não consigo lembrar do seu nome.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Senador, V. Ex^a interpelou, e muito bem, por vinte minutos, o que ajudou a Mesa a comprovar que o Parlamentar que deseja interpelar os depoentes desta sequência de depoimentos, se deseja fazê-lo tem todas as condições. V. Ex^a colaborou com a Mesa nesse sentido.

Consulto o nobre Deputado Vivaldo Barbosa se deseja interpelar agora ou se deseja interpelar posteriormente? (Pausa)

Senador Cid Sabóia de Carvalho não está presente.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - A necessidade de esclarecer esse ponto fez-me sentir mais entusiasmado no cumprimento do dever, Sr. Presidente. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não, agradeço a V. Ex^a. Agradeço a V. Ex^a porque V. Ex^a em tendo interpelado, e bem, durante vinte minutos, ajudou a Mesa a demonstrar que o Parlamentar que deseja tem elementos suficientes para interpelar os depoentes desta sequência. Agradeço a V. Ex^a porque ajudou a Mesa nesse sentido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator:

Deputado Eraldo Tinoco, V. Ex^a, ao que me consta, ou consta na nossa Subcomissão, não é um campeão de subvenções. Pelo contrário, há aqui uma relação, um boletim de subvenções sociais para o exercício de 1992, no qual estão listadas entidades da Bahia com valores bem modestos: Hospital Manoel Martins, 4.361 dólares; Santa Casa de Misericórdia, 7.930; Hospital Evangélico da Bahia, 7.930; Colégio Padre Manoel Olímpio, 1.982 dólares... e por aí vai a lista, contendo outras entidades com outros valores.

V. Ex^a é, realmente, o responsável por esta relação?

O SR. ERALDO TINOCO - Posso ter acesso ao documento?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - É apenas a relação.

O SR. ERALDO TINOCO - Posso lhe dizer que todas essas entidades são em municípios que represento e são entidades para as quais tenho prestado apoio ao longo da minha atividade parlamentar. Todas são entidades em municípios que represento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Eraldo Tinoco, quero apenas perguntar no sentido de desvendar essa questão das relações globais das subvenções sociais. Qual a contribuição que V. Exª poderia nos dar com relação a isso? Como era realmente feito esse processo de solicitação das relações globais das subvenções sociais? Porque, dentro do que sabemos, essas relações, inclusive na sua grande maioria, chegavam ao ministério, no caso aqui ao Ministério do Bem-Estar Social, simplesmente através de uma listagem, de um pedido das próprias entidades, algumas vezes, contando com a participação de Parlamentares.

V. Exª poderia esclarecer alguma coisa sobre isso?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, realmente, não tenho condições de detalhar sobre esse assunto. O que conheço a respeito de subvenções sociais é o processo normal dos Parlamentares de apresentarem, junto com as suas emendas, relações de entidades a serem beneficiadas e que essas relações constam do adendo do projeto de lei com relação às entidades beneficiadas. Ou seja, a parte que os Parlamentares indicam no momento próprio, que é o momento da discussão do Orçamento, é, obrigatoriamente, relacionada num adendo junto com a lei. Agora, não tenho conhecimento da existência de dotação global ou dos critérios para a distribuição dessas dotações globais; não tenho conhecimento da existência dessas dotações globais - nunca fui Relator desses segmentos "ação social" ou "subvenção social" - e também não posso lhe dizer nada a respeito de liberações dessas dotações globais nos ministérios.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Exª, então, não tinha conhecimento desse processo?

O SR. ERALDO TINOCO - Não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mesmo, ao longo dos anos, tendo ocupado esses postos com relação ao Orçamento da União, V. Exª não tinha conhecimento desse processo?

O SR. ERALDO TINOCO - Em absoluto. No ano em que fui Relator-Geral, isso não me constou, pelo menos não foi do meu conhecimento. Sou uma pessoa que tem facilidade para tratar com números e não identifiquei esse tipo de dotação global. Nos outros anos, não tendo sido Relator dessa área, também não tive conhecimento dessas dotações globais.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quando V. Exª foi Relator do Ministério da Educação, no ano de 1992, houve dotações globais?

O SR. ERALDO TINOCO - Não. No Ministério da Educação, não havia mais dotação de subvenções sociais nessa época.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Naquele ano, não havia; só havia nos anos anteriores.

O SR. ERALDO TINOCO - Talvez, bem antes. O que acontece é o seguinte. O Conselho Nacional de Serviço Social pertencia ao Ministério da Educação, e, numa dessas inúmeras reformas administrativas, tal Conselho mudou de Ministério. Então, essa dotação ou essa função de administrar subvenções sociais, mesmo aquelas permitidas por lei para bolsas de estudos, deixaram de ser tratadas no Ministério da Educação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas esta relação aqui era de dotação global.

O SR. ERALDO TINOCO - Não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Destas entidades, não?

O SR. ERALDO TINOCO - Não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Exª não a reconhece?

O SR. ERALDO TINOCO - Não. Essa relação não é minha e não foi encaminhada para lugar nenhum como dotação global ou como pedido de dotação global feito por este Parlamentar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Exª, então, credita esta relação às dotações do Adendo 2º?

O SR. ERALDO TINOCO - Com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Não era de dotação global?

O SR. ERALDO TINOCO - Não era.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Eraldo Tinoco, sou um Parlamentar com pouca experiência na Casa; entrei na Câmara dos Deputados no início do ano. Não tenho experiência na área de Orçamento. Mas, a partir da minha indicação para participar desta CPI, tenho me esforçado para compreender os mecanismos do funcionamento da Comissão de Orçamento.

Ouvi, de Colegas meus - estas palavras não saíram da minha boca -, expressões fortes, que se referiam, inclusive, à "máfia de Orçamento". Ouvi, de Colegas que conviveram com a experiência do Congresso elaborando o Orçamento a partir de 1988, que havia esquemas na Comissão de Orçamento. Principalmente, após estudar um pouco esse processo, ouvindo técnicos da Casa, identificaram-se - vou ler para V. Exª - alguns processos distorcidos que ocorreram na Comissão de Orçamento, do ponto de vista meramente técnico. Isso não implica nenhuma acusação.

O período pós 88 - porque o chamado "esquema da Comissão de Orçamento" se inicia antes que o Congresso tenha o poder que lhe foi delegado pela Constituição de 1988 - se inicia o que se chama o processo das subvenções globais, ou seja, das subvenções sociais

através das dotações globais dos ministérios. As entidades tradicionalmente reconhecidas receberam, durante esse período, quantias elevadas - isso desde o início da década de 80.

Mas o segundo período é marcado pelas seguintes distorções - e V. Ex^a, que domina a questão do Orçamento, poderia analisar conosco se são corretas ou não estas observações: o segundo período, pós 88, é marcado pela euforia do "agora quem define o conteúdo do Orçamento é a Comissão Mista do Orçamento".

Tenho chamado esse período como o período do deslumbramento. Houve um certo deslumbramento com o potencial de mudanças que os Parlamentares tinham para alterar o Orçamento, tanto é que a variação do número de emendas, nesse período, é significativa: passou de 3.500 emendas, em 1988 e 13.000, em 1989, para 73.000 emendas, em 1991. Antes de 1964, o máximo de emendas que ocorreu é algo em torno de 30.000. No período posterior a 1991, acho que ocorreu um número mais expressivo de emendas.

Mas técnicos chamaram a atenção para três distorções que propiciaram a manipulação do Orçamento: a primeira, a alocação de recursos adicionais às dotações globais de caráter tradicional; a segunda, a criação de projetos de conteúdo genérico, como, por exemplo, apoio a projetos prioritários, infra-estrutura social e urbana, sem detalhamento e alocações específicas; a ampliação das transferências voluntárias a Estados e Municípios e a flexibilidade na aplicação dessas; e remanejamento de programas para órgãos cuja sistemática operacional facilitasse o controle das liberações.

Fiquei pelo menos contente quando, no depoimento do Dr. Roberval, tomamos conhecimento disso; e isso aconteceu apenas ali. Essas críticas foram feitas em 1991, através de um documento de técnicos da Comissão de Orçamento, que foi considerado uma nota técnica à LDO de 1991, que estava sendo discutida em 1991.

Se V. Ex^a permite abusar um pouco da sua paciência, o documento se refere às seguintes questões, que são muito semelhantes a esses problemas apontados:

O SR. ERALDO TINOCO - Pois não, nobre Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - "A redação final do substitutivo aprovado amplia a possibilidade de transferências voluntárias da União a Estados e Municípios, para atendimento de outros setores.

Ausência de restrições. Também não consta, no texto aprovado, a proibição para contratação de projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovadas.

Segundo a avaliação dos técnicos do Congresso, a falta dessa garantia permitirá a Prefeitos e Governadores incluírem, no Orçamento, a previsão de verba para as obras que não tenham passado pela necessária avaliação.

A garantia de liberações mediante simples requerimento e apresentações de planos de aplicação, sem projetos."

V. Ex^a, com a sua experiência, concorda com essas críticas feitas pela Subcomissão de Emendas, amparadas em pareceres técnicos, a essas distorções no processo de elaboração do Orçamento, que caracterizei há pouco, que permitiam a manipulação - e falo no sentido pejorativo - por determinados grupos de Parlamentares, que se locupletaram, sem o conhecimento da Casa, com o Orçamento da União?

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Deputado Sérgio Miranda, alguns desses pontos a que V. Ex^a se refere são pontos contra os quais também sempre me coloquei.

Por exemplo, faço a seguinte distinção com relação a esses recursos globais - que são, muitas vezes, aumentados -, dentro de uma análise política: a Constituição de 1988 devolveu ao Parlamento a possibilidade de remanejar o Orçamento. Os Parlamentares apresentam emendas. Esse processo foi crescendo e a análise aí feita é correta. No ano em que fui Relator parece que foram treze mil emendas. No ano seguinte foi para cinquenta mil. E esse número chegaria ao infinito se não tivesse ocorrido uma série de providências nos dois últimos anos de limitar o número de emendas por Parlamentar. Por exemplo, no ano em que fui Relator identifiquei pelo menos dois Parlamentares - não irei citar os nomes aqui porque não vejo nenhum mal nisso - que apresentaram emendas para todos os Municípios dos seus respectivos Estados. Uma no setor de educação, outra no setor de saúde. Eram centenas de emendas apresentadas. É uma opção política do Parlamentar de apresentar emendas para dizer no seu Município: apresentei emenda, infelizmente não foi aprovada. Esse número chegaria ao infinito. Em boa hora o Congresso Nacional resolveu limitar o número de emendas.

Existe uma outra questão nisso com as verbas globais. A verba global é aquela em que o Parlamento, os representantes não definem os seus subprojetos. Mas a discriminação, o poder discricionário fica com o Ministro da Pasta. Ele tem uma dotação global de infra-estrutura ou de construção de escolas e começa a atender aos projetos daqueles Municípios que politicamente lhe interessam ou para agradar aos Parlamentares que lhe interessam. Uma e outra são posições, ao meu ver, tecnicamente inadequadas. O que deveria ocorrer - e não sei se isso poderia ser, talvez, uma sugestão para o trabalho desta Comissão - e em diversas ocasiões tive a oportunidade de mencionar uma providência que, ao meu ver, seria saneadora por completo de um e outro mal: seria a proibição de transferências voluntárias para Estados e Municípios. Proibir! Nos recursos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ERALDO TINOCO - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a sempre pensou assim ou andou lendo nos jornais que... (Risos)

O SR. ERALDO TINOCO - Não. Sempre pensei assim. Não é em absoluto, nobre Relator, nenhum desdouro para mim. Pelo contrário, é uma honra ter posições coincidentes com as de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou muito feliz por isso.

O SR. ERALDO TINOCO - Há pouco mencionei uma outra coincidência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente.

O SR. ERALDO TINOCO - Aliás, com a nossa trajetória conheci V. Ex^a como ilustre Secretário de Educação do Estado de Pernambuco...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pré-história.

O SR. ERALDO TINOCO - Depois, o conheci como Vice-Governador e, após, como Governador daquele Estado. Sempre tive um acompanhamento e uma admiração muito grande pelo trabalho de V. Ex^a. E honra-me. Por que a sua sugestão que ouvi aqui num dos depoimentos das Comissões Técnicas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a já falou aqui hoje que concorda.

O SR. ERALDO TINOCO - Exatamente. É uma providência das mais importantes para...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E nos Estados Unidos é assim também.

O SR. ERALDO TINOCO - E talvez até inspirado nessa experiência...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permita V. Ex^a uma intervenção.

O SR. ERALDO TINOCO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a foi Secretário de Educação. O ilustre Relator foi Secretário de Educação. S. Ex^a disse que foi pré-história. Imagine eu que fui Ministro. (Risos)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V. Ex^a, mesmo tendo sido Ministro há tanto tempo, tem a sua marca ainda indelével na educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. ERALDO TINOCO - De sorte, nobre Deputado, que defendo essa tese. Há um outro detalhe. Existem verbas que devem ser transferidas obrigatoriamente para Estados e Municípios. Vou dar um exemplo, conhecido nesta Mesa até por esta intervenção do Senador Jarbas Passarinho: os recursos do salário-educação. Desde 1983 fui Relator de matéria a esse respeito na Comissão de Educação, que apresentei um substitutivo, propondo que o salário-educação tivesse uma parcela distribuída, automaticamente, para os Municípios dentro dos mesmos critérios do Fundo de Participação.

Se isso acontecer não precisa o Deputado, que deseja representar bem os seus Municípios, estar apresentando emendas para construir escolas ou estar correndo atrás de ministros, pedindo para liberar esse ou aquele projeto. O recurso já vai automaticamente, e posso lhe garantir que com o município e com a fiscalização local esta pronta aplicação dos recursos trarão muito maior rendimento para a educação brasileira.

Ontem tive uma informação - não posso confirmá-la - que ontem, portanto começando o ano, o Ministério da Educação tem em caixa, salvo engano, 700 bilhões de cruzeiros reais do salário-educação e a educação brasileira na penúria, que existe principalmente em nível dos Municípios.

Se tivermos então a proibição dessas transferências voluntárias com os recursos que são de direito dos Estados e Municípios sendo transferidos automaticamente, eliminaremos com certeza um e outro problema.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que a explicação de V. Ex^a contribui para o relatório, mas o que me espanta é que essas teses foram levantadas em 91. Esse processo de denúncia do que ocorria na Comissão de Orçamento também se realizou em 91 pela imprensa e o ano de 91 foi um ano profundamente atípico em nível de Congresso em relação à Comissão de Orçamento. Foi o ano da demissão do Dr. Roberval, foi a crise do relatório preliminar, quando a mudança do relator, ou seja, do Deputado João Alves para o Deputado Ricardo Fiúza, ano em que há o pedido de CPI, no ano de 92, como consequência desses fatos, e que apuramos aqui no nosso trabalho e ficamos com essa consciência de que estamos há dois anos atrasados. Esses fatos todos, inclusive esses mecanismos que possibilitam distorções tinham sido denunciados. Fico impressionado, nobre Deputado, é que essas medidas só tenham sido levantadas agora, que essas soluções, que esse clima dentro de um processo de crise que surgiu com as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Mas queria me referir a outros assuntos, Deputado.

(Soa a campanha)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Senador, só um pouquinho de paciência. Deputado Odacir Klein, antes de V. Ex^a assumir a Presidência, fez uma concessão para os Deputados que tivessem mais perguntas a fazer, ampliando um pouco o tempo. Espero que V. Ex^a mantenha a orientação do seu Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou manter...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Senão vai haver uma divergência na Mesa que nunca houve até agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por outro lado, ainda que constrangido, darei os vinte minutos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só que quero chegar antes de meia-noite.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Vou, então, ser bastante objetivo, Deputado. Espero que V. Ex^a não considere agressivas as minhas perguntas. É uma obrigação que tenho como membro da CPI. O nome de V. Ex^a, as iniciais ET que identificamos como sendo de V. Ex^a, foram encontradas profusamente nos materiais apreendidos na casa do Sr. Ailton Reis, e alguns com características muito peculiares.

Vou ler um relatório que fizemos sobre uma característica que é diferente das outras. Por exemplo, nas listas das emendas de interesse da construtora Norberto Odebrecht tem:

a) Eraldo Tinoco - Hospital de Piauí, Bahia - 22084-1 - Fundo Nacional de Saúde. Valor a emendar: 5 milhões.

O que nos chamou a atenção foi essa expressão "valor a emendar", porque as outras anotações têm valor da emenda e fizemos o seguinte raciocínio que V. Exª pode confirmar ou não. Em relação à primeira situação aqui a ressaltar, que a companhia Norberto Odebrecht tinha conhecimento da emenda antes da sua apresentação, uma vez constar ao lado da proposta a expressão "valor a emendar". Duas são as possibilidades que permitiram tal conhecimento: ou a própria empresa elaborou a emenda e ofereceu-a ao parlamentar para apresentação ou o parlamentar, após elaborar a emenda, antes de apresentá-la e/ou aprová-la, deu conhecimento à empresa. Vale destacar que seria impossível à empresa rastrear mais de 70 mil emendas apresentadas para listar aquelas que lhes seriam importantes, de seu interesse.

Este fato nos chamou à atenção, porque em outras anotações tinha: "valor da emenda." Mas essa anotação tinha "valor a emendar." Esse nosso raciocínio é correto ou incorreto?

O SR. ERALDO TINOCO - No caso específico, é incorreto, nobre Deputado. Eu posso lhe dizer...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Como V. Exª pode explicar esse valor a emendar?

O SR. ERALDO TINOCO - Não posso explicar. O que posso lhe explicar é o seguinte: Ipiatã é minha terra natal. Eu nasci em Ipiatã. Então apresentei uma emenda para o hospital de Ipiatã, por solicitação do seu então prefeito. Eu não tenho absolutamente... E a emenda, por sinal, acho que não foi aprovada. Se foi aprovada, não foi executada. Então, não posso absolutamente ter qualquer opinião a respeito dessa anotação do Sr. Afilton Reis. Como não tenho das outras. E tanto não tenho que entrei na Justiça, conforme mencionei, com uma interpelação judicial em que faço indagações muito claras. Sr. Presidente, se achar oportuno eu posso ler quais as indagações que fiz nessa interpelação judicial.

A. Qual - ele tem que responder perante a Justiça isso - o significado das iniciais ET, seguidas do percentual 0,4 encontradas nas anotações apreendidas? Porque as iniciais ET, seguidas de percentual, tem qualquer relação com o notificante principalmente no que se refere a gratificação, propina ou qualquer outra vantagem a ele concedida ou a conceder. E se em qualquer época já manteve contato com o notificante no sentido de solicitar sua intervenção no Legislativo Nacional ou na Comissão de Orçamento, em assuntos do interesse da Odebrecht ou do interesse de qualquer outra pessoa física ou jurídica. Se sabe se o solicitante já solicitou apoio financeiro para a campanha política da Odebrecht ou de qualquer outra empresa. Se o notificante alguma vez solicitou apoio financeiro para a campanha política ou para qualquer outra finalidade do notificado. Se o notificado, alguma vez, em seu nome ou em nome da Odebrecht, solicitou intervenção do notificante em qualquer assunto pertinente ou emenda do orçamento. Se espontaneamente a Odebrecht já concedeu algum auxílio financeiro ao notificante que seja do conhecimento do notificado.

São indagações que fiz perante a Justiça. Porque eu não temo essas respostas. Então eu não posso...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Isso nos chamou a atenção porque junto a esta proposta de valor a emendar tem outra emenda: FNS 0428 Assistência Médica e Sanitária, Hospital de Ipiatã, Bahia. Valor da emenda e não valor a emendar: 3 milhões. Eraldo Tinoco, 22084-1. Valor a aprovar: 3 milhões.

Então há diferenças. Mas vamos chegar a outro assunto. Deputado Eraldo Tinoco, na parte do documento que está vinculado a percentagem, algo nos chamou a atenção. Várias emendas do MINFRA - Ministério da Infra-Estrutura... V. Exª não foi relator da Infra-Estrutura nesse ano?

O SR. ERALDO TINOCO - Fui.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, no ano de 1992?

O SR. ERALDO TINOCO - Não. Fui em 1991.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por que não está vinculado a percentual? Talvez V. Exª também possa argumentar que não tem conhecimento, mas MINFRA, Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, Furnas, Usina Hidrelétrica de Corumbá, Usina Hidrelétrica de Igarapava, em Minas Gerais, no meu estado, transporte de massa em Salvador, transporte de massa em Salvador, participação societária. Várias outras emendas que editei em BH. Todas constando o nome de V. Exª.

O que mais me chamou a atenção foi que ontem soubemos, através do depoimento do Senador Teotônio Vilela Filho, que nas emendas propostas para ele, para serem incluídas no FND, ele disse que duas dessas emendas não estavam na sua proposta original. A emenda para Goiás, para a Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada e a emenda para Igarapava. E nessas duas emendas um fato singular consta "TV", que achamos que deve ser Teotônio Vilela, e "SM + ET". TV, SM + ET. Justamente nas duas emendas que não são da autoria original do Senador Teotônio Vilela Filho.

Esses fatos em relação ao MINFRA e constantes o nome de V. Exª também chamaram a atenção da nossa subcomissão. V. Exª não pode esclarecer nada sobre isso. Nem a possibilidade de quem seria esse SM. Sérgio Miranda não é porque Sérgio Miranda assumiu o mandato em janeiro de 1993.

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Deputado Sérgio Miranda, em primeiro lugar acho que nesses documentos da Odebrecht V. Exª está se referindo ao exercício de

1992. Já tive oportunidade de analisar esse documento. Primeiro, não há uma relação, uma menção a Eraldo Tinoco, há sempre um ET.

Pude verificar que, exceto em relação a esse hospital do Piauí, que foi de 1992 para o orçamento de 1993, os outros documentos são emendas referentes a 1991 para o orçamento de 1992, onde não aprovei nenhuma emenda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O que é isso! É mais estranho ainda.

O SR. ERALDO TINOCO - Veja, tão estranho como V. Ex^a está achando mais estranho acho eu, por isso interpelei judicialmente.

Fui Relator da infra-estrutura em 1991. Embora apareçam em vários lugares, em várias emendas, de ilustres Parlamentares inclusive, Parlamentares da maior respeitabilidade que aparecem naquela relação com emendas de suas autorias, e aparece ET ao lado, eram em relação ao orçamento de 1991, a proposta de 1991 para 1992, onde não aprovei nenhuma emenda. Então, é evidente que isso não tem nenhum significado, nenhuma importância e esta, aliás, é a razão pela qual eu mais me indaguei nesses dias. Por que esta anotação em relação ao meu nome, inclusive me conduzindo a esta oportunidade de vir aqui prestar um depoimento, quando não tenho absolutamente qualquer relação, nem conheço esse Sr. Airton Reis? Nunca o cumprimentei sequer, porque não o conheço. Vi a sua fotografia no jornal e pela televisão, aqui no seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, V. Ex^a está com 25 minutos de interpelação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Só mais uma pergunta, a última, que é também para esclarecimento. Os depoentes vêm aqui também com a função de esclarecer, de dar informações.

Nobre Deputado, em documentos apreendidos no arquivo da Verax, uma empresa de propriedade do Sr. PC Farias, onde há uma descrição detalhada do chamado funcionamento do esquema PC, a Polícia Federal só conseguiu resgatar daquele Winchester as obras e os esquemas envolvendo a Construtora OAS. Dentre o esquema da OAS, onde havia uma dotação fixa para o esquema PC, lá se refere à construção de escolas técnicas federais. Era um esquema que a OAS dominava.

V. Ex^a fez emendas para escolas técnicas federais. Nesse processo, alguém da OAS procurou V. Ex^a?

O SR. ERALDO TINOCO - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não houve nenhum contato da empresa?

O SR. ERALDO TINOCO - O problema das escolas técnicas, nobre Deputado, posso lhe fazer um relato.

Esse programa começou talvez aí em 1987. Verifiquei que todas as escolas que estão em andamento tiveram suas obras iniciadas em 1989 ou no primeiro trimestre de 1990. Portanto, anterior ao processo, ao chamado esquema PC.

Essas escolas vêm se arrastando na sua construção e vêm sendo objeto de preocupações daqueles que têm um compromisso com a educação, porque, a essa altura, o Congresso já aprovou inclusive quadro de pessoal para essas escolas. Não tenho conhecimento de que uma sequer tenha entrado ainda em funcionamento, porque os recursos destinados às construções são sempre muito abaixo.

Estive verificando vários pareceres anteriores ao meu período e constatei que, desde 1991, quer dizer, 1990 para o orçamento de 1991, isso já é uma preocupação do Relator-Geral. O Relator naquela ocasião, foi o nobre Senador João Calmon, uma figura das mais empenhadas pela educação brasileira. No seu Parecer ele já alerta para esse problema, quando diz:

"Nessa forma...etc, como é possível verificar, o atendimento às emendas visou: 1) Reforçar as verbas das universidades; 2) Tornar a dotação do programa de expansão e melhoria do ensino técnico menos distante de suas metas.

"Menos distante". Em 1991, no orçamento para 1992, houve um impasse na Comissão, porque o Senador João Calmon não aprovou emendas, e os parlamentares que representam regiões que têm essas escolas não aceitavam. O chamado Colégio dos Líderes da Comissão exigia que o Senador João Calmon modificasse o seu Parecer para colocar uma recomendação específica ao Relator-Geral para alocar recursos para a conclusão das obras e aquisição dos equipamentos das escolas técnicas e agrotécnicas.

Todo mundo que milita no setor de educação já está acostumado a ver que essas escolas não funcionam, que nunca concluem; e veja, o Relator-Setorial ainda colocou:

"...cujos projetos estão em andamento, proporcionalmente ao cronograma fornecido pelo MEC, conforme relação anexa."

E ainda colocou anexos os projetos. Muito bem. Em 1992, eu passo 60 dias no Ministério da Educação e verifico que os recursos praticamente não foram liberados no primeiro semestre daquele ano e que o projeto das escolas estava praticamente paralisado. Chamei os técnicos e disse: "Considero isso um absurdo. Tragam-me um relatório sobre essas escolas." Trouxeram-me um relatório e eu selecionei nove que já tinham mais de 90% executadas. Eu lhes disse: "A ênfase terá que ser a conclusão dessas 9, para que entrem em funcionamento no exercício de 1993."

Passei apenas 60 dias no Ministério, depois não sei qual foi o desdobramento, mas o fato é que nenhuma dessas escolas foi inaugurada naquele período. Voltei como Relator e apenas restabeleci os valores que vieram da proposta orçamentária do Executivo. É porque, pelo Relator-Geral, no item 2.6, eram zerados todos os projetos que mencionavam Municípios ou Distritos; e é evidente que, quando se fala em escola técnica, se diz escola

técnica de tal lugar. Então, foram zerados esses valores. Para evitar que mais uma vez o programa ficasse paralisado, apenas restabeleci os valores que vieram da proposta.

Então não posso lhe dar nenhuma informação além dessas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Encerrei, Sr. Presidente. Apenas eu quero pegar a confirmação do Deputado, e depois ele pode me fornecer, quanto ao nome dessas nove escolas que V.Exª priorizou quando foi Ministro.

O SR. ERALDO TINOCO - Eu me lembro que era uma em cada Estado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, não precisa. Posteriormente V.Exª pode me fornecer.

O SR. ERALDO TINOCO - Vou verificar se tenho algum documento ainda que possa satisfazer isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Peço a indulgência do Presidente, porque falei em nome da Comissão, então divida o meu tempo por quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida. Muito obrigado.

O nobre Relator ainda deseja perguntar?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu não teria mais nenhuma pergunta, todavia, como tem sido praxe aqui, deputados que já falaram solicitar que o Relator faça por eles alguma pergunta, então eu queria endereçar ao nobre Deputado Eraldo Tinoco uma pergunta do Senador Suplicy, que é a seguinte: Se, como salientou V.Exª, tudo ficou pronto, em relação ao projeto de orçamento de 1992, na madrugada do dia 20/12/91, por que razão a redação final do PL OR-92, nº 26/91-CN, só foi entregue pelo Relator-Geral ao Presidente do Congresso Nacional, no dia 7 de fevereiro de 1992. E, na publicação, do mesmo projeto, já com rito de lei, sido feita em 28 de fevereiro de 1992.

O SR. ERALDO TINOCO - Nobre Relator, o Senador Suplicy está se baseando, na sua pergunta, numa premissa que não afirmei. Eu não disse que estava pronto. O que eu disse é que toda matéria decisória estava sobre a mesa. Eu me referi aqui a uma listagem de microcomputador, dizendo os projetos, as emendas e os valores. É evidente que, do ponto de vista técnico, isso não está pronto. Toda essa relação do microcomputador ainda dependia de um detalhamento técnico, no PRODASEN, um detalhamento, por sinal, muito trabalhoso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E aí vem a segunda parte da pergunta: que como se pode explicar, uma lista de emenda imprimidas e alteradas, ainda incluídas de outras alteradas, conforme registro do PRODASEN, entre 20 de dezembro de 1991 e 4 de fevereiro de 1992. Qual a explicação?

O SR. ERALDO TINOCO - Eu não posso dar explicação. O que eu posso supor, o que eu posso imaginar é que essas emendas eram emendas constantes das listagens do microcomputador. Se essas emendas eram da listagem do microcomputador, não houve nenhum acréscimo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, vou fazer agora uma pergunta, que é uma curiosidade minha. O que é que nós aprovamos no dia 19 de dezembro de 1991, no plenário do Congresso? Eu me recorro de que havia umas pastas - eram umas 20 pastas - o que é que nós aprovamos?

O SR. ERALDO TINOCO - Aquilo é um conjunto que se chama "Parecer sobre as Emendas".

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Somente?

O SR. ERALDO TINOCO - Somente.

Este conjunto de parecer sobre as emendas, que depois compõem aquela enorme relação de projetos sequenciais, etc. Então, por exemplo, isso aqui que mostrei, com relação ao hospital da universidade, é um parecer sobre emenda.

Agora, como este processamento aqui, V. Exª pode ver, existem dezenas de dígitos, de códigos, para serem processados...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer, projeto realmente não havia?

O SR. ERALDO TINOCO - Não, havia o projeto, sim. É que esta é a forma como esse projeto é votado e são votados só pareceres sobre as emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O certo era ser votado já o projeto tal qual seria...

O SR. ERALDO TINOCO - Ah, sim, sim. Isso sem dúvida.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, sempre foi assim?

O SR. ERALDO TINOCO - Sempre foi assim. Até onde eu tenho conhecimento, sempre foi assim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se bem que no ano passado eu não estive na aprovação, na reforma, porque houve uma publicação de um avulso.

O SR. ERALDO TINOCO - Mas esse avulso, normalmente, é o parecer sobre as emendas. Eu nunca vi o forma final do Orçamento ser distribuída no dia da votação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só viu depois, no **Diário Oficial** da União?

O SR. ERALDO TINOCO - No **Diário Oficial**.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De um País...

O SR. ERALDO TINOCO - Por uma razão muito simples, Sr. Presidente: é que o tempo em que a proposta orçamentária é trabalhada é um tempo altamente reduzido para se fazer isso. É, normalmente, o trabalho da Comissão termina na undécima hora, com o Presidente do Congresso já convocando a sessão para votar. Então, essa é que é a dificuldade. Teríamos que ter um intervalo, aí, de pelo menos quinze dias entre a votação na Comissão e a

votação no Plenário. Senão, não há Relator-Geral que consiga ter a forma final de autógrafo naquele momento da votação na mesa.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Me permita o Deputado Eraldo Tinoco e o Sr. Relator. V. Exa. tem razão, pois, em função do ocorrido com o Orçamento de 1992, precaveu-se o Congresso Nacional e o Senador Mansueto de Lavor, como aqui mencionou porque, no ano passado, o Orçamento de 1993 só foi votado prevenindo esse problema, depois de que a forma final...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu só não sei se o mérito é de Mansueto de Lavor ou de Messias Góis.

O SR. EDUARDO SUPPLY - De ambos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De ambos, então.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Inclusive da Mesa...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Messias Góis disse, aqui, que era decisão dele ou do Presidente?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ah, sim, mas foi mérito de ambos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De ambos, então.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Tendo sido chamado atenção inclusive o Presidente, diante do programa lido, para que desta vez se votasse já com a forma final.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E a Dona Regina, Diretora-Presidente do PRODASEN, disse que foi a primeira vez que se fez isso aqui. O que significa que, tradicionalmente, o que se vota não é um projeto, é um pré-projeto.

O SR. ERALDO TINOCO - Sr. Relator, apenas para dar uma complementação. O sistema do PRODASEN tem sido aperfeiçoado ano após ano.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi o que ela me disse.

O SR. ERALDO TINOCO - Eu, por exemplo, em 1991, quando colaborei com o Deputado Fiuza, verifiquei que o sistema era centenas de vezes melhor que o que trabalhei em 89.

Um outro detalhe sobre o ano passado: é que o Orçamento não foi aprovado em dezembro, não foi aprovado na pressão do recesso parlamentar. Como esse ano também não foi. Então, uma coisa é o Congresso estar convocado para votar o Orçamento e só entrar em recesso depois, e uma coisa bem diferente é ser convocado extraordinariamente para outras questões e o Orçamento ficar tramitando, e o País vir a ter Orçamento três meses depois.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero dizer a V. Ex^{as} que, nessas minhas andanças, em função da CPI, nas Comissões, no PRODASEN, etc., eu que nunca fui autoridade em Orçamento, mas fui informado do seguinte: que até 90, 91, por aí, - 89 com certeza - o Congresso não tinha estrutura para preparar o projeto completo de Orçamento. Ele era feito no DOU. Safam daqui esses pareceres e o DOU é que fechava o Orçamento.

O SR. ERALDO TINOCO - Posso testemunhar ISSO. E é por isso que disse que o PRODASEN tem-se aperfeiçoado ano após ano.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente quer perguntar?

O SR. ODACIR KLEIN - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já que passamos para o dia 7, permito-me tomar talvez três minutos de V. Ex^a e de todos aqueles que nos dão a honra de estarem presentes.

Um dia, um jornalista do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, pediu-me um artigo provocador, e aceitei: - O Sr. pode fazer um título provocador? - Pois não, faça! O título do artigo meu era "Os escândalos do Congresso". E eu mostrava, no começo do meu artigo, que a semana parlamentar era de três dias: começava na terça, à noite ou à tarde, chegava, num grande esforço, na quarta, e, na quinta de manhã, já as bancadas em geral, inclusive as mais numerosas, estavam no rumo das suas bases. E que o Orçamento, que chegou ao Congresso com pilhas enormes, para ser votado foi preciso que um Senador fosse sequestrado, e não raptado, para poder dar **quorum** e votar. E tratei de outras matérias no artigo.

Duas e meia da tarde, quando o Senado recomeçou o seu trabalho, a Câmara dos Deputados estava indignada comigo. O Presidente da Câmara era o Deputado cearense, Paes de Andrade, que, por volta das 4h da tarde, quando o Senador Affonso Sancho me perguntava: Mas você é louco! Você vai ser processado. O pessoal da Câmara está processando você, porque você está denegrindo a imagem do Congresso Nacional.- Eu perguntei: - Leram o artigo todo? Eu só perguntava isso: - Leram o artigo todo? E o próprio Senador Sancho respondeu: - Não, na metade do artigo já estava todo mundo indignado.- Às 4h, o Deputado Paes de Andrade me telefonou e disse: - Olha, estragaram o meu almoço. Porque estavam aqui, era uma condenação ao você, violentíssima. Depois é que eu li o artigo todo. O Sr., aqui, transcrevia um artigo do *New York Times*, a respeito, exatamente, dos Estados Unidos da América.

De maneira que, quando nós falamos, meu querido Relator, a respeito, de que os Estados Unidos da América são assim, ou se dá assim, lembro-me exatamente disso. Foi um Senador americano, que foi apanhado pelos braços, levado para dar **quorum**, para o Senado americano votar o Orçamento nacional.

Eu tive um amigo que dizia que nós devemos ter cuidado entre "americanizarmos" e "americanalharmos".

E preciso ter um cuidado grande entre as duas coisas. De maneira que pergunto ao meu ilustre sucessor no Ministério da Educação, ao me prezado Deputado Eraldo Tinoco se deseja ainda dizer algumas palavras finais nesta bela madrugada de 7 de janeiro.

O SR. ERALDO TINOCO - Sr. Presidente, não quero ser absolutamente insensível e ainda mais roubar o tempo de V. Ex.^{as} para maiores considerações.

Para mim, foi um momento de grande importância na minha vida comparecer a esta Comissão. V. Ex.^a é testemunha de que, assim que regressei da minha viagem de observador junto à ONU, procurei V. Ex.^a para dizer que estava à disposição, em qualquer dia, em qualquer hora, em qualquer lugar, para prestar os esclarecimentos que fossem necessários. De lá mesmo enviei-lhe um telex colocando, antecipei-me autorizando - até uma medida desnecessária, porque a CPI tinha competência legal para isso - a quebra dos meus sigilos bancários e fiscal. Compareci hoje aqui com o espírito absolutamente tranquilo, porque exerci sempre uma atuação séria, não apenas na minha atividade parlamentar, mas na minha vida pessoal. Sou um homem de princípios, temente a Deus, que coloco na minha vida sempre a preocupação de ter uma vida correta. Não podia, portanto, temer de comparecer perante esta Comissão.

Quero apenas tecer um breve comentário a respeito da minha vida patrimonial, que, sem dúvida, foi também analisada. Depois de 25 anos de formação profissional, exercendo os cargos executivos, alguns de grande relevância e de grande responsabilidade, tenho hoje apurado - está na minha declaração de bens, mas posso passar ao Relator, a quem não quis ler esta parte para não cansá-lo -, um patrimônio líquido de apenas o correspondente a 177 mil dólares: 25 anos de atividade profissional, exercendo funções importantes na minha vida e onze anos como parlamentar. É que não fiz opção para ter bens materiais. A minha própria opção profissional pela administração pública foi uma demonstração disso. Se fizesse administração de empresas, certamente seria um homem bem afortunado materialmente, mas o meu desejo de servir orientou a minha vida até para uma opção profissional.

Finalizo, dizendo que vi em alguns jornais, esta semana, comentários sobre um chamado "núcleo de poder". Nunca participei de núcleos de poder, nem na Comissão nem em nenhum setor do Congresso Nacional. É uma prova eloquente disso é que, tendo sido Relator-Geral em 1989, propondo e incluindo na lei um artigo para permitir uma revisão do Orçamento em 1990, não reivindiquei nem fui designado relator daquela revisão, em uma demonstração inequívoca de que, nesta Casa - e o Líder do meu partido está aqui me honrando com a sua presença e com a sua confiança, pelo que agradeço ao Deputado Luiz Eduardo, que nunca teve qualquer dúvida a respeito do meu comportamento e está de testemunha - nunca lutei por cargos, por indicações, por posições. Mesmo assim, Deus tem sido bondoso comigo e tem me permitido não ser um Parlamentar apático, não ser um Parlamentar pálido num cenário de tantas e tantas figuras importantes do nosso País, representantes do povo brasileiro.

Saio, portanto, desta reunião com a minha consciência tão tranquila quanto aqui cheguei; para dizer a esta Comissão e ao povo brasileiro que tem acompanhado essa jornada pela televisão dizer: - Vale a pena cumprir com o dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Chamo a atenção que, dentro de 9h, estaremos aqui, nesta sala, para a oitava do primeiro depoente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 0h25min.)

Depoimento do Sr. Deputado José Carlos Aleluia

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senhores, bom dia! Aos que saíram daqui à uma e meia da manhã, muito obrigado por terem retornado.

A oitava de hoje tem como finalidade principal ouvir o nobre Deputado Aleluia.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, ontem, procurando elementos para o desempenho do nosso trabalho, constatamos que nenhum extrato bancário relativo ao Deputado José Carlos Aleluia havia chegado à Subcomissão. E também, na Subcomissão do Patrimônio, que já havia...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a atenção, porque está havendo uma colocação feita pelo nobre Deputado Vivaldo, que vai exigir a nossa atenção e decisão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou apenas reiterando que a Subcomissão de Bancos não recebeu nenhum extrato bancário do Deputado José Carlos Aleluia.

Na Subcomissão Fiscal e de Patrimônio, os elementos que o próprio Deputado forneceu antecipadamente a essa Subcomissão não tinham sido analisados; estava realmente essa pasta no ponto zero ainda. Estes são dois elementos básicos que têm norteado os métodos de trabalho da Comissão: análise financeira e análise fiscal e patrimonial.

De maneira que eu, particularmente - creio que talvez os Parlamentares também se sintam assim - estou um pouco prejudicado para poder fazer qualquer questionamento ao Deputado José Carlos Aleluia.

A Comissão de Emendas - eu não tive acesso -, parece que tem algum trabalho apresentado, segundo informa o Relator.

Não que tenhamos interesse em ficar questionando o Deputado José Carlos Aleluia; talvez até a sua própria explanação mate todas as questões e nem haja necessidade de ouvi-lo. Mas o método de trabalho da Comissão tem sido com base em extratos bancários, declarações fiscais, análise patrimonial e conjugação de uma coisa com a outra. Isso, efetivamente, não foi feito.

Talvez, Sr. Presidente, seja aconselhável, já que está aqui o Deputado José Carlos Aleluia, ouvi-lo e, em seguida, quando chegarem os elementos, se for necessária uma análise feita pela Subcomissão em confronto com o seu depoimento, em face dos elementos que vierem a chegar, ele poderá ser convocado para, aí sim, ser questionado por nós. Deixo esta sugestão à Mesa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, quero contraditar essa opinião, nobre Deputado, porque, se fôssemos atender a esse princípio, nós não teríamos nem ouvido o Deputado João Alves. Porque não havia levantamentos de bancos, não havia... Tudo isso surgiu depois, inclusive publicado na imprensa.

Então, não vejo por que não darmos continuidade, como vimos dando - e V. Ex^a, a Mesa, tem feito isso com muita competência -, para que nós acabemos com isso. O País não suporta mais isso. Portanto, minha opinião é...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas a colocação do Deputado, V. Ex^a não a está contraditando, porque ele diz que se deve ouvir.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Mas é a praxe, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria apenas de concluir o seguinte: em primeiro lugar, nós estamos cansados de dizer que, se houver dificuldades em matéria de fornecimento de dados, o depoente se arrisca, desejando vir mais cedo ou aceitando convite que lhe foi feito antes, a ter de voltar a depor a partir do momento que novos dados se apresentem. É essa a colocação que o Deputado Vivaldo fez.

Apenas eu diria que a Mesa está se sentindo fragilizada nesse ponto, Deputado Vivaldo. Veja V. Ex^a, por exemplo, que é um assíduo freqüentador desta CPI e que, ao que sei, não está elencado nas Subcomissões. V. Ex^a teve o cuidado de ir a cada Subcomissão tomar essa informação. Eu não a tenho até este momento, veja V. Ex^a. No entanto, eu poderia ter.

Ainda, ontem, eu fiz um apelo às quatro Coordenadorias que me dissessem se haveria pessoas que poderiam vir para cá que já tenham estudos preparados, segundo eu ouço aqui neste Plenário, enquanto de outros, como o caso do Deputado José Carlos Aleluia, não teriam um estudo preparado. Por que eu não sei disso?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, com isso, nós poderíamos... foi o que pretendi, ontem, o que foi malgrado a partir do momento em que a proposta do Deputado Rollemberg foi vitoriosa. O que eu queria, ontem, era exatamente não marcar, ou até desmarcar, falar com os depoentes, que têm os seus privilégios também ou sua prerrogativas pelo Código de Processo Penal, pedir a compreensão dos Deputados, que, embora marcados, nós poderíamos desmarcar para a convocação posterior. E contando com a possibilidade da prorrogação teríamos tempo para isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Relator, por obséquio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tinha pedido a palavra para falar o seguinte, Presidente: ontem, a Subcomissão de Bancos prometeu-me para hoje cedo um estudo, se bem que provavelmente não completo, da situação bancária do Dr. José Carlos Aleluia. Agora informa-me que não está pronto.

Eu acho que nós devemos pelo menos adiar o depoimento, até que esse papel chegue aqui, que eu creio que acontecerá dentro de uma hora. Pelo menos teríamos duas Subcomissões opinando: a de Emendas e a de Bancos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Gostaria de usar da palavra para prestar um esclarecimento ao eminente Relator sobre essa questão. Pelo que fui informado, somente ontem à tarde teriam chegado os primeiros poucos elementos. Daí o que os técnicos dessa Subcomissão poderiam preparar para ainda essa hora que V. Ex^a propõe poderá ser um pouco frustrado, porque talvez receba muito pouca coisa, pela informação que tenho.

Era o que eu queria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Venho tentando alertar a CPI, já há alguns dias, a respeito dessa questão. Por exemplo, está havendo, pelo que me consta, o depoimento do Senador Rachid Saldanha Derzi por uma diligência. E sobre o Senador Rachid Saldanha Derzi, nós temos toda a documentação; portanto, ele poderia estar sendo ouvido pela CPI e nós poderíamos ter adiado o depoimento do Deputado José Carlos Aleluia.

Eu queria ressaltar que, no caso do Deputado José Carlos Aleluia, ele aparece com mais freqüência na documentação da ODEBRECHT, como coordenador de programas, aparece em sequência de obras, trechos relatados de conversas dele com a empresa aparecem nos disquetes. Enfim, é um depoimento fundamental no que se refere ao caso Norberto Odebrecht.

A minha sugestão, para que pelo menos possamos de fato apurar os fatos, era de que o depoimento ficasse restrito a esse aspecto das emendas de que ele participou,

apresentou, coordenou e o material da ODEBRECHT e que deixássemos pendente, a nível das Subcomissões, um depoimento para confrontar a informação patrimonial e bancária.

Eu quero ressaltar que, ao contrário do que aconteceu com outros Parlamentares aqui, não só nós não temos as informações bancárias analisadas mas também não temos informações patrimoniais: levantamento de cartório, INCRA, Imposto de Renda, uma análise confronto com a declaração de renda, com a movimentação bancária. Em outras palavras, toda essa análise não está feita e, portanto, o depoimento só pode ser parcial.

Nós deveríamos nos concentrar nas emendas orçamentárias, e ficar vinculada a complementação do Orçamento à análise patrimonial e bancária.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, nós estamos discutindo o óbvio. Já ficou certo, aqui, em reuniões internas nossas, que o depoente presta o seu depoimento. Se alguma surgir até o dia 17 - eu vou repetir porque eu quero ser enfadonho repetindo, para não deixar nenhuma dúvida - se até o dia 17 surgir...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Enfadonho V. Exª não é.

O SR. ELCIO ALVARES - Não, eu sou, porque a coisa, quando é muito repetida, se torna cansativa. E eu estou ficando cansado, porque - confesso a V. Exª - volto à baila: hoje, há um debate que nos dá a impressão de que suscita um fato novo. Não suscita fato nenhum.

Se amanhã surgir alguma coisa contra o Deputado José Carlos Aleluia e for da conveniência da Comissão, até o dia 17 o Deputado José Carlos Aleluia presta novo depoimento. E vou esclarecer novamente, para que não haja dúvida e não digam que esta Comissão não está querendo fazer investigações. Se surgir um fato durante o período da elaboração do relatório, o nosso eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães, vai assinalar esse fato, evidentemente, no seu relatório e remeter para a autoridade competente de acordo com o texto constitucional, que é o Ministério Público, o Procurador da República, para prosseguir a investigação.

Então, Sr. Presidente, não há nenhum prejuízo na oitiva do Deputado José Carlos Aleluia. Se alguma coisa houver na Subcomissão de Bancos, na Subcomissão Patrimonial, ele poderá prestar depoimento e aí até um depoimento muito mais qualificado, porque são exatamente os elementos que estão dentro da investigação.

Vamos deixar claro, para que não haja dúvida, que nenhum tipo de investigação vai ser prejudicado em virtude, exatamente, dos comportamentos adotados até agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O que vai acontecer, como decisão já tomada, é exatamente isto, como sugeri inicialmente o próprio Deputado Vivaldo, completando com a informação do nobre Relator: se chegar, no decorrer do depoimento, a soma de informações necessárias sobre esse assunto, ele será ouvido. Se não chegar, não será ouvido. Então, vai-se restringir aquilo que se pode perguntar.

Eu peço a atenção do Deputado José Carlos Aleluia exatamente para este fato: V. Exª poderá ficar sujeito a fazer um depoimento inconcluso em determinados aspectos, que é o aspecto exatamente de questão bancária e patrimonial.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda não está...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É com relação à preliminar que está sendo discutida.

Desde o primeiro momento, coloquei-me à disposição da CPI para prestar qualquer esclarecimento a qualquer época. Desde o primeiro momento, pedi à CPI que fizesse a quebra do meu sigilo bancário e fiscal. De modo que em momento algum coloquei obstáculo para investigação. Estou aqui para depor e estarei aqui disposto a prestar qualquer informação a qualquer tempo. A minha vida pode, a qualquer tempo, ensejar informações. Mesmo depois da CPI, se alguém quiser informações, estarei disposto a dar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Vamos começar a reunião. Concedo a palavra ao Vice-Presidente, a fim de que faça as perguntas de praxe.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Apenas, Sr. Presidente, peço a V. Exª que me permita fazer uma sugestão: que fosse estabelecida uma diretriz para os depoimentos que estão sendo feitos por Parlamentares junto às Subcomissões, ou seja, que o membros da CPI, titulares e suplentes, possam estar, se assim avaliarem como importante, também formulando perguntas, colaborando com essas Subcomissões que às vezes estarão trabalhando concomitantemente a esta reunião.

Deixo essa sugestão para que fique comunicado aos Coordenadores das Subcomissões, se a Mesa considerar adequada essa diretriz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, Senador Eduardo Supply, sabe que com todas as nossas profundas divergências de natureza de pensamento doutrinário, tem sido sempre fácil o meu relacionamento com V. Exª, mesmo no debate.

Qual foi o objetivo - vou tornar-me cansativo, tautológico, como disse ainda há pouco o Senador Elcio Alvares - de fazermos isso? Foi a premência do tempo. Para poder ouvir 20 e tantas pessoas, eu teria que destacar aqueles sobre os quais, não que houvesse menos indícios, mas apenas um. E pode sair muito pior uma pessoa ouvida por quatro ou cinco do que uma pessoa ouvida por este Plenário.

Entretanto, a questão se caracterizaria, porque, enquanto estivéssemos ouvindo aqui no plenário, haveria um grupo ouvindo desde logo outras pessoas. E até hoje só se

realizou isso com o Deputado Uldorico; e hoje, com o Senador Rachid Rachid Saldanha Derzi.

De maneira que não pode ser impeditivo que, sendo quatro pessoas indicadas com o coordenador, um membro da Comissão, tendo uma informação ou querendo obter uma informação, vá até a reunião da Subcomissão. Isso não é impeditivo. O que não posso fazer é usar o mesmo sistema de cá, utilizando inclusive os não membros porque eles estão representados. Tenho tido um cuidado enorme de, na constituição das Subcomissões, colocar o espectro doutrinário, o espectro ideológico. Não faltará uma pessoa de esquerda assim chamada - se ainda existe esquerda, se ainda existe direita. Então, através desse representante, fazem-se as perguntas. Senão, estaremos bipartindo o Plenário, do mesmo modo.

Isso foi exclusivamente uma questão de economia de tempo. De maneira que, quando V. Ex^a levanta a questão, o faz com propriedade. Não há impossibilidade alguma de chegar uma pessoa no grupo em que está e, de posse de um novo elemento, solicitar que seja feita uma determinada pergunta. Mas, transformar uma pergunta de grupo menor num plenário de novo seria um erro que eu estaria cometendo contra a própria direção. Já tive o cuidado extremo de nem dar mais prosseguimento nessa linha de ação.

Com a palavra o Vice-Presidente.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - José Carlos Aleluia Costa.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - 46 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - SQN 302, Bloco H, ap. 103. Em Salvador, Av. Paulo VI, nº 2609, ap. 102, Itaigara, Salvador, Bahia.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Engenheiro eletricitista.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce atividade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Em Salvador e aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a todos que fiquem em pé a fim de ouvirmos o juramento. Pessoal da imprensa, por obséquio. Por favor, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Deputado José Carlos Aleluia, a nossa conduta tem sido sempre, aqui, de maneira a proporcionar ao depoente, em ele querendo, um tempo inicial de no máximo uma hora - se quiser - para uma explanação. Se não quiser, pode colocar-se desde logo à disposição para perguntas. Fica com V. Ex^a a decisão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares:

Pretendo abrir mão do pronunciamento inaugural e pedir a V. Ex^s que me reservem o direito de fazer algum pronunciamento ao final. Coloco-me, desde já, à disposição para os esclarecimentos e às respostas que forem requisitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para só falar ao final, porque ainda estou fazendo a leitura de um documento recebido há pouco da Subcomissão Emendas. De modo que preferiria argüir só ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a quer usar da palavra desde já?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado José Carlos Aleluia, V. Ex^a tem o seu nome diversas vezes mencionado nos documentos encontrados na residência do Sr. Ailton Reis. Há uma relação de programas onde há referências do nome de V. Ex^a, por exemplo relacionado ao Orçamento Geral da União de 1992. Entre essas, estão, por exemplo: drenagens em avenidas de Salvador, Bahia; emenda de sua autoria; valor solicitado, 11 milhões e 750; valor aprovado, 2 milhões. Adutora São José Jacuípe, C. Grosso, Bahia; emenda de sua autoria; valor solicitado, 11 milhões; valor aprovado, 1 milhão. Adutora Capela Alegre em Pintadas; Bancada do Estado da Bahia, Senador Josaphat Marinho; valor solicitado, 11 milhões; total aprovado, 10 milhões. Infra-estrutura urbana em Salgadinhos, Alagoas; emenda do Senador Teotônio Vilela; valor solicitado, 3 milhões; valor aprovado, 1 milhão e 600. Sistema de esgoto sanitário em Imperatriz, Maranhão; emenda de autoria do Deputado Cid Carvalho; valor solicitado, 4 milhões; valor aprovado, 3 milhões e 600. Construção da Adutora CIZAL; emenda de autoria de Reginaldo Manoel Castro; valor solicitado, 19 milhões e 900; valor aprovado, 6 milhões e 200. Adutora Capela Alegre, Pintadas, Bahia; emenda de Manoel Castro; valor solicitado, 10 milhões e 900; valor aprovado, 7 milhões. Adutora São José Jacuípe, Bahia; emenda de autoria de Leur Lomanto; valor solicitado, 10 milhões e 800; valor aprovado, zero. Nesse caso, apenas.

Então, há emendas. E nesta relação destaca-se que o fato de ela já conter os valores aprovados pode indicar como que uma contabilização de resultados, o que poderia ser interpretado como a atribuição de intermediar a liberação dos respectivos recursos junto às esferas de Governo. Como V. Ex^a explica que nos documentos da Companhia Norberto

Odebrecht conste o nome de V. Ex^a relacionado a tais emendas do Orçamento da União?
do nome de V. Ex^a relacionado a tais emendas do Orçamento da União.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Terminou, Senador?

Esses documentos apreendidos na casa do Sr. Afilton Reis são documentos unilaterais do Sr. Afilton Reis, elaborados sem a minha participação, sem o meu consentimento e sem o meu conhecimento.

No primeiro conjunto de papéis - isso, na verdade, são papéis - aparecem anotações, Sr. Senador, Srs. Deputados e Sr. Relator, inclusive do meu nome - acredito que seja o meu nome, porque está escrito Aleluia - ao lado de um percentual 05 a 1, sem especificação de mais nada: simplesmente aparece essa especificação.

Ora, Sr. Senador e Srs. Deputados, tenho um passado nesse País que não começou aqui. Tenho vários anos de trabalho e de trabalho em serviço público. Fui diretor, de 81 a início de 85, da Empresa Concessionária de Energia Elétrica do Estado da Bahia, uma empresa responsável por atender praticamente todo o Estado. Tínhamos naquela época um faturamento mensal de 25 milhões de dólares. Tínhamos um programa de investimento que se situava em torno de 50 milhões de dólares. Eu era responsável por toda a área de planejamento, projeto, construção, operação e manutenção da distribuição, por toda a área comercial da empresa, e sobre mim nunca pesou nada. Nunca ninguém teve coragem de ir a mim oferecer qualquer coisa, porque sou um homem que sei impor o respeito - sempre soube.

Posteriormente, Sr. Senador, Srs. Deputados, Sr. Relator e Sr. Presidente, fui convocado para prestar serviço a uma empresa federal, controlada pela ELETROBRAS, por indicação de um grande homem público, o ex-Ministro Oliveira Brito. A ELETROBRAS me requisitou para ser diretor de engenharia da CHESF. Lá eu era responsável, Senador Suplicy, por todo o planejamento e o projeto da empresa e até, de 85 ao fim de 86, fiquei como diretor de engenharia. Não era responsável pela área de construção, mas acompanhava as obras de perto. Em 86, assumi interinamente a presidência da empresa no fim do ano e, em março de 87, fui eleito Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Diretoria Colegiada.

Durante aquele período enfrentei, logo no início do meu mandato, uma dificuldade muito grande, que era administrar o racionamento de energia para o Nordeste. Fiz isso com a participação de todos, porque, graças a Deus, quando cheguei à empresa, sendo engenheiro, sendo estudioso, mas não sendo conhecedor de produção de eletricidade, pude me cercar dos melhores técnicos. Tive - e tenho - a confiança deles. Trabalhei junto a eles em uma empresa onde se vivia em paz, onde não havia desarmonia entre os administradores, entre os superintendentes e entre o sindicato: vivíamos afinados.

Sr. Senador, durante aquele tempo, pude trabalhar em um programa de investimento médio de 700 milhões de dólares por ano. O faturamento da empresa, ou seja, existem outras despesas além do investimento, era da ordem de 500 milhões de dólares por ano.

Nunca, Senador, ninguém teve coragem de chegar até a mim e propor qualquer coisa. Portanto, se o Dr. Afilton escreveu aqui, é de pura e inteira responsabilidade - ou irresponsabilidade - dele. Não tinha autorização, não tinha o direito e, portanto, nada tenho a temer ou dever com relação a isso.

O Sr. Afilton é tão criativo e tão irresponsável que tem anotações em seu poder - também apreendidas, e V. Ex^a tem o conhecimento e eu tive, porque conheci todo o documento que a imprensa teve acesso - e chegou a escrever em anotações absurdas, feitas por quem quer mostrar prestígio perante os seus superiores, quer mostrar que tem o relacionamento que não tem, atribuindo a mim poderes que também não tenho, porque ninguém tem, nesta Casa, nem mesmo o Relator, poderes para aprovar tudo. Portanto, essas anotações são absurdas, como é absurdo o programa a que V. Ex^a se refere. Eu sou responsável pelas emendas que propus; eu respondo por elas, mas não pela sua execução. Para minha tranquilidade, a primeira delas não foi executada por alguém do meu partido; foi executada por alguém a quem nunca pedi nada nem falei sobre o assunto; é de inteira responsabilidade dessa administração.

A segunda, se V. Ex^a observar, é um projeto bastante ligado a todas as outras. Quase todas as outras emendas estão relacionadas com ele - é o chamado Projeto Adutora de Sisal, de responsabilidade do Governo da Bahia. Não sei se V. Ex^a tem conhecimento de que o Governador da Bahia tem procurado os construtores e tem conseguido, em média, abatimentos de até 30% na execução de seus projetos. Por quê, Sr. Senador? Porque ele não fica aguardando a vinda de dinheiro do Governo Federal para fazer seus pagamentos. Ele os faz à vista. Ele paga a fatura contra a apresentação. Ele tem exigido dos prestadores de serviço uma conduta que me dá tranquilidade para ser, neste Congresso, um dos seus representantes.

Portanto, Sr. Senador, com relação a esses documentos nada tenho a temer ou a explicar.

O Sr. Afilton Reis chegou ao absurdo, Senador, de colocar o meu nome ao lado de um número, ao lado de uma emenda de um projeto chamado Caraíbas, de responsabilidade da Construtora Norberto Odebrecht. Eu quero pedir a V. Ex^{as} que tenham um pouco de paciência para que eu possa falar disso, porque esse assunto é fundamental em meu depoimento, já que se trata do único lugar onde aparece o meu nome ao lado de um número e de uma emenda. E tem inclusive relação com outro. Vamos ter um pouco de paciência a fim de ouvir essa história. O Projeto Caraíbas é um dos seis subprojetos do chamado Projeto de Reassentamento de Itaparica. Talvez V. Ex^a não conheça de perto o Projeto de Reassentamento de Itaparica, mas ilustres Deputados do partido de V. Ex^a o

conhecem, porque negociavam comigo. O Ministro Fialho, por exemplo, que está presente, conhece de perto esse projeto. Todos aqueles que estão ligados ao setor elétrico conhecem de perto esse projeto. Em 1986, o lago da Usina de Itaparica estava para ser formado. Existiam quarenta mil pessoas, Senador, morando nas cidades e produzindo nas terras férteis de aluvião do São Francisco e nada, absolutamente nada, tinha sido feito para atender aquelas famílias. Em algumas cidades, como a de Petrolândia, metade da população havia recebido a desapropriação de suas casas e a outra metade tinha vindo de fora ocupar as casas. Era um projeto sem projeto. Era um projeto sem plano, pois quarenta mil pessoas estavam sem destino. Eu trabalhei nesse projeto, Senador, a partir do ano de 1986. Eu coordenei o planejamento desse projeto, com o auxílio da equipe da CHESF, e orgulho-me disso. Temos o Lago de Pernambuco, na chamada Margem Esquerda do São Francisco. Lá está o Projeto Borda de Lago de Pernambuco, que nada mais é do que a formação de núcleos irrigados da margem do lago. As terras, infelizmente, não são as mais férteis; todavia, após estudos profundos de viabilidade econômica, inclusive com aporte do Banco Mundial, foi possível viabilizar esse empreendimento. Portanto, existe um projeto contratado e em fase adiantada de execução. Felizmente, já estamos enxergando a conclusão do chamado Projeto de Borda de Lago de Pernambuco.

Existe também o chamado Projeto Brígida, também na Margem Esquerda, no Estado de Pernambuco, e o Sr. Relator o conhece porque se trata de seu Estado. Existe também um terceiro, o chamado Projeto Caraíbas. Do lado da Bahia existem atualmente três projetos: o Projeto Borda de Lago da Bahia, o Projeto Jusante e o Projeto Pedra Branca.

Portanto, Senador, sou um Deputado que, ao lado de Parlamentares do partido de V. Ex^a e de quase todos os partidos, trabalha ostensivamente na defesa da conclusão desse projeto, porque entende que os reassentados precisam retomar a sua atividade produtiva, interrompida há mais de cinco anos. Recebem uma mesada da empresa, o que é um absurdo e uma humilhação.

O que aconteceu, Sr. Presidente? No ano de 1991, para 1992, o Executivo fez a seguinte proposta: no Orçamento da CHESF, ao invés de colocar proposta Reassentamento em Itaparica, colocou a proposta Reassentamento Rural Brígida e Caraíbas. Dos seis englobava apenas dois projetos.

E fazia uma outra proposta, um outro item: Reassentamento Rural em Itaparica, Borda de Lago Pernambuco. Portanto, cobria os três projetos do Lago Pernambuco e nenhum da Bahia.

O que fiz, Sr. Senador, conhecendo o problema? No Ministério das Minas e Energia a proposta vinha como Reassentamento Rural, Borda do Lago de Pernambuco, ou seja, só havia previsão de recursos da União para a Borda do Lago de Pernambuco, não havia para os outros. Apresentei emenda para todos os projetos, e V. Ex^a vai ficar, como todos os demais, realmente pensando e refletindo sobre o porquê dessa anotação. Ao fim das minhas emendas - cobria inclusive o Projeto Jusante, que não está contratado e não tem construtora - fiz a mais feliz de todas, porque, se não tenho responsabilidade sobre isso, poderia ter mais dificuldade de explicar se não tivesse feito essa emenda.

Fiz essa emenda, Senador, inspirado pelos técnicos da CHESF, que conhecem o problema tão bem ou melhor do que eu. É uma emenda de texto, pouco usada, mas apresentei uma emenda de texto. A emenda de texto nº 602203-5 propõe que os recursos alocados ao Reassentamento Rural Brígida e Caraíbas têm uma destinação: reassentamento rural da população atingida pela usina hidroelétrica Luiz Gonzaga, Itaparica. Na prática, a minha emenda propõe a retirada, portanto, de recursos do Projeto Caraíbas, ao qual meu nome está vinculado.

Essas são as minhas considerações. O Deputado Aloizio Mercadante, no início, antes de começar o depoimento, faz menção à presença do meu nome. Parece que fizeram anotações com o meu nome associando-os a fatos com os quais nada tenho a ver e sobre os quais nada posso explicar. Só posso dizer que sou um deputado da Bahia que sempre manteve as portas abertas para receber trabalhadores, empresários e associações. Não vim para o Congresso, não vim para a Câmara para trabalhar só em Orçamento. Entendo que o Orçamento é uma questão importante, é um dos instrumentos mais importantes de política pública.

Há uma questão que às vezes os companheiros do Sul e do Sudeste não percebem com muita facilidade: são as chamadas demandas dos que representamos. As demandas dos eleitores do Sul e do Sudeste não são iguais às demandas dos eleitores do Norte e do Nordeste. Por isso o meu interesse em representar o meu Estado a fim de para lá enviar recursos maiores, e representar os meus municípios, particularmente o Município de Paulo Afonso, onde fui muito bem votado, a fim de para lá mandar recursos, e representar o meu Partido toda vez que recebi delegação para isso.

Não vim para o Congresso trabalhar só em Orçamento. Trabalhei em vários projetos, V. Ex^a sabe, os companheiros sabem. No meu primeiro mandato, no primeiro ano, fui autor responsável pela versão que deu origem à chamada Lei de Informática, que pode não ser perfeita, mas é uma lei das mais importantes dessa legislatura, pois mudou a informatização no País. Talvez se não estivéssemos apegados a uma reserva de mercado tão acanhada, não tivéssemos alguns problemas que estamos tendo nesta Comissão exatamente por falta de recursos na área de Processamento de Dados. Se tivéssemos um processamento *on line*, se tivéssemos possibilidade de acessar a qualquer instante a qualquer lugar as informações, talvez não estivéssemos hoje com a preocupação que V. Ex^a desenvolve com tanta competência e com tanta insistência na busca de identificar se foram ou não colocadas emendas após a aprovação do Orçamento.

Portanto, Senador, não fiquei só na Lei de Informática. No ano seguinte, por requerimento de minha autoria na Comissão de Economia, conseguimos audiência para a chamada Lei de Concessão de Serviço Público, que é uma lei de interesse de todo o País. É claro que há divergências, mas foi aprovada por consenso das Lideranças. É uma lei em que há divergências e por isso está no Senado até hoje. Mas resolve muitos dos problemas que aqui estamos discutindo porque permite que a iniciativa privada tenha como se desenvolver; permite que a iniciativa privada tenha como exercer a sua atividade e não fique na dependência do Estado, fazendo anotações tão absurdas como essa e implicando pessoas como eu, que nada têm a ver com isso.

Sr. Senador, só para finalizar, quero dizer a V. Ex^a que não vim para cá só tratar de Orçamento. V. Ex^a sabe que sou autor do Projeto de Lei dos Portos, que é, talvez, o segundo ou terceiro projeto mais importante desta legislatura, sancionado, ainda não totalmente.

Quando falo que fui o autor, não significa que fui sozinho. Aqui há ilustres Deputados que deram contribuições talvez mais importantes do que eu. Mas tive a felicidade de coordenar, de trabalhar nesse projeto. Esse projeto hoje representa para este País algo inestimável. Quero só citar um exemplo de uma fábrica existente no sul do meu Estado que teve a oportunidade de visitar: a Bahia Sul Celulose. Eles começaram negociando, Senador, a exportação dos seus produtos a 10 dólares a tonelada, em presença da Lei dos Portos, que permitia a concorrência dos portos privados com os portos públicos. Eles hoje estão exportando pelo porto público a 4 dólares por tonelada.

Portanto, Senador, não sei se me alonguei muito. Se assim procedi, peço desculpas. Mas procurei dar algumas informações para que V. Ex^a tenha idéia do que fiz nesta Casa, do que foi meu trabalho e do absurdo que é o meu nome constar desses papéis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Suplicy, V. Ex^a considere que o seu tempo ainda tem sete minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está bem. Obviamente, Deputado José Carlos Aleluia, o seu currículo mostra a sua formação como engenheiro, como professor da Escola Politécnica da Bahia e a ocupação de diversos cargos, conforme mencionou, desde Chefe de Departamento de Planejamento da COELBA; Diretor de Distribuição da COELBA; Conselheiro de Pesquisas da Eletrobrás; Conselheiro do Banco do Nordeste; Presidente da CHESF e Conselheiro da SUDENE, que indicam, obviamente, uma formação e conhecimento muito grandes nas áreas, em especial no campo de energia elétrica e correlatas, que denotam um grande conhecimento e experiência.

Mas é preciso que tenhamos um esclarecimento sobre os documentos, as notas que V. Ex^a mencionou. Seria importante que tivéssemos um melhor e mais completo esclarecimento de V. Ex^a sobre o que de verdade existe e o que não existe nessas anotações do Sr. Afilton Reis. Vou pedir a atenção de V. Ex^a para que escute com atenção, tanto o registro das conversas mantidas com o Sr. Schettini, da Assessoria do Orçamento, tanto com V. Ex^a, para que dirima toda e qualquer dúvida a respeito. Vou ler a transcrição das duas notas. Primeiro a conversa com o Sr. Schettini. Trata-se das notas achadas nos disquetes na residência do Sr. Afilton Reis. Conversa com Schettini:

"O trabalho está em fase de conclusão, já foram processadas oito mil emendas conhecidas pelo Relator-Geral. O Relator-Geral tem em mãos "um boneco", que foi feito em microcomputador. Não é o relatório do PRODASEN que ele tem utilizado para negociar com os parlamentares. Ele acha pouco provável o Relator-Geral distribuir esse boneco, para os parlamentares. Está programada uma reunião com as Lideranças partidárias e deve acontecer neste fim de semana, na Comissão Mista de Orçamento, onde estarão em discussão as emendas acatadas pelo Relator-Geral, constantes desse boneco. O Schettini precisa de 10 horas de máquina para consolidar as informações a partir do momento em que o Relator-Geral parar de enviar emendas. A expectativa é que o material fique pronto no domingo, dia 31 de janeiro."

Agora, vêm as anotações de conversa com o Deputado Aleluia:

"Pedi que informássemos programas de nosso interesse para acréscimo de valores que ele levaria para defender junto ao Relator-Geral.

Está aguardando ser chamado a qualquer momento, ainda esta semana. Ele disse ter certeza de que os valores solicitados ao Relator-Geral por eles serão atendidos na sua totalidade.

Informou que não tem condições de conseguir cópia do boneco, mas, se quisermos dar a ele a relação de nossos programas, independente de quem tenha nessa conversa que ele terá com o Relator-Geral.

Solicitou que fosse procurado amanhã, a qualquer hora, que ele está envolvido com o assunto, mas..." Essas reticências são de palavras não tão bem identificadas, "mas, como seja, pode procurá-lo, à tarde, em sua casa."

Ora, quem atentamente leu aquelas referências iniciais, quem lê este bilhete, tem a nítida impressão de, primeiro, que V. Ex^a tinha um contato estreito com diretores ou representantes da Companhia ODEBRECHT. Pergunto se isso é verdade.

Segundo, se V. Ex^a trocava informações muito relevantes com alguns representantes desta empresa; mais: que V. Ex^a agia como um articulador de interesses da empresa. V. Ex^a há de convir que, diante dessas anotações, pelo menos, é de se supor que essa hipótese é muito forte, que V. Ex^a tinha sob sua responsabilidade uma lista de programas, diversos, quanto aos órgãos executores, o tipo de obras, conhecia bem os autores dos proponentes das emendas, inclusive, assinava emendas de declarado interesse da

Companhia Norberto Odebrecht, que V. Ex^a conhecia, pelo menos, parece que conhecia bem os membros da ODEBRECHT.

Então, eu gostaria que V. Ex^a tornasse muito claro. Primeiro, se conhece bem os Diretores da Norberto Odebrecht, se dialoga com eles e que faça uma distinção clara, porque uma coisa pode ser o diálogo com empresários, diretores e representantes da empresa, que V. Ex^a pode aqui justificar como mais do que legítimo ou o que seja; outra coisa é se V. Ex^a, de fato, se sentiu, como aqui se pode supor, como uma pessoa que instrumentava os interesses.

Terceiro, que seria a hipótese que V. Ex^a já rejeitou, mas seria muito bom novamente reiterar, se, em virtude dessa ação, haveria qualquer benefício pessoal, seja, vamos dizer, de vantagens pessoais de qualquer natureza, seja de vantagens, digamos, à época das eleições.

V. Ex^a deve ter ouvido o Sr. Afílton Reis, que, aqui, expressou que qualquer sinalização que ele, ali, colocava tinha um sentido não propriamente de vantagens pessoais, senão de planejamento da empresa visando a futuras eleições. Então, que deixasse isso muito claro para a CPI.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Senador, vou tentar responder a todas as suas perguntas. Quero dizer que V. Ex^a tem todo o direito de fazer essas perguntas, que é, inclusive, muito importantes para mim poder respondê-las.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É meu dever.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Direito e dever.

Quero dizer que V. Ex^a me conhece, não muito, mas me conhece, e, na Casa, muitos me conhecem, portanto, não pareço ser um imbecil, não pareço. Só um imbecil diria que ele disse que tem certeza que os valores solicitados por ele ao Relator-Geral serão atendidos na totalidade. Só um absoluto imbecil diria isso! Até porque, Senador, isto não se confirma, nem mesmo com as minhas emendas. Portanto, isto é um absurdo de alguém que, como disse, pretendeu mostrar prestígio. Assim, nada tenho a ver com isso.

Mas V. Ex^a pergunta a respeito de contatos com a Construtora Norberto Odebrecht. Senador, como disse, respeito à sua primeira pergunta, tenho por hábito receber a todos os representantes que me procuram; o meu gabinete, aqui, é uma porta aberta; recebo a todos, desde que os interesses que venham tratar sejam legítimos; nunca recebi para tratar de interesses ilegítimos. Portanto, esta é a minha resposta à pergunta de V. Ex^a.

Quanto à questão de informação relevante, converso com as pessoas, sejam elas representantes de qualquer grupo de pressão que seja, a respeito de informações que são possíveis de circular. Sou homem que sei guardar reservas e conversar no limite do que considero razoável, ético e correto. Troco informações com qualquer empresário, com qualquer líder, com qualquer político, com qualquer prefeito, com qualquer governador, com qualquer pessoa.

Quanto a ser articulador, tenho impressão que é pretender demais admitir que eu possa articular pessoas tão ilustres como as que estão relacionadas nestas emendas que V. Ex^a acabou de ler. Tenho grande respeito pelo Senador Teotônio Vilela; trocamos muitas informações, porque S. Ex^a, como demonstrou no seu depoimento, é um estudioso do setor elétrico - e também me interessa sobre o setor energético em geral. Mas jamais falei com S. Ex^a ou vice-versa sobre emendas do seu Estado.

Igualmente, Senador, os outros Deputados que estão aqui - são Deputados da minha Bancada. Eu poderia dizer a V. Ex^a que os projetos da Bahia são todos do interesse do Estado ou da prefeitura, e tenho todo o direito de defendê-los; inclusive, porque lá representava o meu Partido. Mas não o fiz. O que fiz foi por solicitação do Governo do meu Estado ou por solicitação da Liderança interessada.

Autoria de emendas. As emendas que faço são do interesse do meu Estado ou, como disse aqui, do interesse de um programa regional, como o Projeto Itaparica, onde fiz - e é bom que fique bem claro - uma emenda que contraria o interesse da Construtora Norberto Odebrecht, porque propõe que recursos que já vieram do Executivo - e é bom que se olhe isso com cuidado, para verificar, Senador, que o Orçamento não é bem feito não apenas aqui, ele é mal feito aqui e lá.

Quero ainda falar a respeito daquele Projeto Itaparica, Senador, com relação à Proposta do ano 92 para 93.

No ano de 1992, na Proposta 93, o Executivo não coloca recursos no Orçamento Federal para esse empreendimento que estava carente de contrapartida. Como disse aqui o Senador Mansueto vieram, inclusive, lideranças não, mas representantes do Banco Mundial reunir-se com o Relator da matéria, o Relator-Geral, para mostrar a necessidade de que fosse colocado recursos para a contrapartida. V. Ex^a se lembra, todos se lembram, de que o ano passado veio uma proposta orçamentária e, com a mudança do Governo Collor para o Governo Itamar, houve uma interrupção: assumiu um novo Governo. O novo Governo que começou a elaborar a revisão orçamentária.

Durante a elaboração da revisão orçamentária, eu, conhecedor do problema e vendo que não havia nenhuma proposta para colocação de recursos no assentamento de Itaparica, fiz, com a colaboração da área de planejamento da CHESF - Companhia do Vale do São Francisco - uma correspondência suprapartidária, assinada por Deputados do meu partido, do partido de V. Ex^a, por Senadores da Bahia e de Pernambuco, pedindo aos Ministros Gustavo Krause, Paulo Haddad e o Ministro Paulino Cícero, que atentassem para a necessidade de colocar recursos nesse projeto Itaparica, a fim de que o projeto tivesse prosseguimento.

O nosso pleito, que era um pleito conjunto, foi atendido parcialmente. Pelo fato de ser eu o primeiro signatário e pelo fato de ser da Bahia, e a maioria das assinaturas ser da Bahia, acredito, por isso, na proposta só veio recursos para os projetos do lado da Bahia. Portanto, não vieram, mais uma vez, recursos para a construtora Norberto Odebrecht no Projeto Caraibas. Portanto, mais uma vez, no ano seguinte, de forma seguida, quando foi conveniente ao interesse geral, ao interesse público, eu contrariei o interesse de uma construtora.

Portanto, conversar com o Diretores de construtoras, converso, ouço tudo, mas decido o que acho mais importante para o interesse coletivo e não para o interesse de uma corporação.

V. Exª faz referência - eu vou pular um pouco e, depois, volto às outras questões - à questão eleitoral. O Sr. Afilton falou aqui, com muita arrogância, que tinha muito dinheiro para a campanha eleitoral. Nunca me falou sobre isso. Nunca pedi, nunca me foi prometido nem nunca recebi nenhuma ajuda deles.

E, aliás, Senador, nesse ponto é importante nós falarmos. Eu acho que devemos revisar a nossa lei eleitoral. A atual lei eleitoral evoluiu bastante, mas acho que as doações devem ser transparentes, que não é razoável ficar recebendo doações de uma empresa, porque isto, Senador, implica um compromisso. Uma coisa é receber um diretor de uma empresa, no seu gabinete, tendo a independência; outra coisa, é receber um diretor de uma empresa e ficar amarrado por uma ajuda.

Portanto, respondendo à pergunta de V. Exª: não me foi prometido, não pedi, nem recebi ajuda e não os pretendo receber também.

V. Exª faz também uma suposição, e é uma suposição razoável. E, aliás, no dia em que esses documentos apareceram, eu queria dar um esclarecimento, fui procurado pela imprensa, dizendo: "Mais, Deputado, o senhor é coordenador do programa elétrico da ODEBRECHT". Falei: "Olha, para mim é surpresa, porque nunca tratei que a minha especialidade é de problema elétrico de ninguém aqui".

Aliás, felizmente ou infelizmente, eu nunca fui Relator-Parcial. Esta Comissão tem feito um trabalho muito sério na busca do chamado núcleo de poder. Eu nunca fui Relator-Parcial. Eu nunca fui Relator-Geral. Eu nunca fui membro da Mesa. O que eu faço, Senador, é o que V. Exª faz, talvez com menos frequência pelos seus afazeres: é estar na reunião presente; eu sou um presente. Eu sou um dos que questiona. Eu sou um dos que luta. Eu sou dos que destaca. Eu sou dos que procura melhorar as coisas.

Aqui se falou muito da questão do processamento de dados. Eu não sei se V. Exª sabe, mas, no ano passado, muito antes de começar a se discutir a questão orçamentária, eu estive com o Presidente da Comissão, Deputado Messias Góis, digo, no ano retrasado - já mudamos o ano e eu... - e conversamos sobre a questão do processamento. Eu dizia: "Deputado, não é conveniente continuar, como está hoje, nós precisamos ter um melhor processamento dessas coisas. O PRODASEN tem feito um esforço muito além do possível. É necessário que se dê instrumentos ao PRODASEN, à Assessoria da Câmara e à Assessoria do Senado, para que se melhore o sistema". O Presidente me pediu e eu promovi entendimentos entre a Assessoria da Câmara, do Senado e a Direção do PRODASEN para aperfeiçoar o sistema. Graças a isso, Senador, o ano passado, o Orçamento, embora atrasado, mas não por culpa do Congresso, saiu daqui, como se diz, fechado e não precisou ser fechado, usando essa linguagem, no Executivo.

Não sei se atendi às perguntas de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Eu agradeço a V. Exª. consulto o Deputado Vivaldo Barbosa se deseja inquirir agora.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, não é, realmente, para inquirir, mas apenas para justificar que fica difícil qualquer pergunta, porque a razão de ser de o Deputado Aleluia estar aqui hoje, conosco, é a sua menção nesses papéis da ODEBRECHT.

Ele, naturalmente, tem negado, como a gente esperava, e de acordo com o seu perfil de atuação aqui, é evidente, nega e afasta qualquer envolvimento de natureza escusa com a construtora.

Como não há nenhum outro elemento que possa nos fazer compreender a razão de ser do papel, da presença do nome de S. Exª nesses papéis, é evidente que nós não temos, realmente, como inquiri-lo neste instante, porque não temos como entender a sua compreensão?? Apenas a referência num papel, que não tem nem assinatura, e a negativa do Deputado, evidentemente, sem qualquer outro elemento, que, ante nós, merece fé.

Por isso é que eu, realmente, insisto na inoportunidade desse seu depoimento, apenas o registro da sua negativa, e, quando tiver elemento que possa elucidar qualquer compreensão do por que de o nome de S. Exª nesses papéis, poderemos, validamente, fazer qualquer questionamento.

É por isso, Sr. Presidente, que não é apenas para adiar, mas porque não há condição de fazer, hoje, qualquer interrogatório ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª. Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu venho ao longo de todos estes dias advertindo exatamente na mesma direção que o Deputado Vivaldo Barbosa o fez agora.

Acho que esse depoimento é da maior relevância para a CPI e não poderia ser feito de forma alguma sem o trabalho das Subcomissões e com este plenário esvaziado, que, acho, decorre do ritmo de trabalho e também da ausência de informações para que a gente

possa argüir, inclusive com o depoimento paralelo que está sendo realizado, esse sim com documentação pronta.

De qualquer forma, eu acho que a gente tem que cumprir a tarefa de procurar buscar, aprofundar as investigações. Quero levantar algumas questões, quebrando um pouco esse meu jejum dos últimos dias, porque não vejo possibilidade de reverter essa decisão da CPI, a não ser, talvez, no início da semana que vem.

Deputado José Carlos Aleluia, V. Exª sabe que ao longo desses três anos, eu sou testemunha disso, nós nos defrontamos várias vezes em processos de negociação de matérias relevantes, do interesse da sociedade brasileira: a Lei de Informática foi uma, a Lei dos Portos - nós ficamos cem horas trancados numa sala, negociando -, e, apesar das nossas divergências, eu sempre reconheci que V. Exª é um Deputado competente, trabalhador e empenhado em defender a sua concepção e os interesses que representa.

A primeira menção ao nome de V. Exª nesta CPI foi absolutamente indevida. Era um bilhete que continha o nome - saiu em um jornal, eu imediatamente me solidarizei, protestei contra aquele tipo de informação - que tinha sido apreendido na casa do José Carlos Alves dos Santos, o próprio Presidente da CPI fez uma menção desqualificando aquele tipo de... Aquilo não significava indício, não tinha qualquer sentido.

No entanto, quando fui analisar, por duas ocasiões, o material da ODEBRECHT, fiquei absolutamente surpreso e impactado com a frequência com que o nome de V. Exª aparece, com as circunstâncias em que o nome de V. Exª aparece em vários documentos, em várias situações, que claramente inferem que V. Exª tinha uma relação de intimidade com a empreiteira e que cumpria um papel importante na defesa dos interesses dessa empresa diante do Orçamento da União.

V. Exª nunca assumiu um cargo formal na Comissão, de Relatoria-Parcial ou Relator-Geral. Foi simplesmente colaborador do Relator-Geral para o Orçamento de 92, Deputado Ricardo Fiúza.

Mas veja se não é assim: um documento coloca programas com o Deputado JCA e, depois, nós vamos verificar, ao longo, JC Aleluia etc, são três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove programas que V. Exª coordenava, de interesse da empresa.

Em seguida, aparece um outro documento onde estão definidos pleitos para liberações - vinte e oito obras. O nome em destaque é do Deputado José Carlos Aleluia. Aí, relacionam várias obras de interesse da empreiteira.

Para o Orçamento de 1994, há um documento que contém divisões por Ministérios, e o nome de V. Exª aparece como responsável pelo Ministério da Integração Regional, por sinal repetindo a experiência de 1992: DNOCS... Bem, vários Ministérios, inclusive com as siglas de membros da empresa assinalado embaixo: AR, que é Ailton Reis, CM, que é Claudio Melo, associados ao nome de V. Exª como coordenador desses Ministérios, CODEVASF, SUFRAMA, DNOCS, sobretudo na área da integração regional.

Em seguida aparece aquele trecho de uma ata que independentemente da forma como está escrito, claramente, sugere que V. Exª teve uma conversa e que na sua assessoria ao Relator-Geral V. Exª se colocava à disposição para defender os interesses das empresa para colocar no Orçamento o valor.

Depois aparecem percentuais relacionados ao nome de V. Exª; o percentual lá é um cálculo que chega a 3%, começa com 0,5% etc e chega a 3%, e depois valores de projetos solicitados, várias outras emendas.

Enfim, V. Exª é um dos nomes com maior frequência em situações heterogêneas; claramente, tem um nível de intimidade com a empresa que toda essa documentação revela e os disquetes vão confirmar.

V. Exª tem uma linha de argumentação inteligente. Por sinal, todos os momentos da convivência com V. Exª foram absolutamente primados por essas posições corajosas e inteligentes. Diz V. Exª o seguinte: "Isso significa que um diretor da ODEBRECHT - e nós não estamos falando de um documento do Sr. Ailton Reis, ainda que a documentação estivesse na casa dele - que um funcionário da ODEBRECHT queria demonstrar a exploração de prestígio junto à direção da empresa".

Eu questionaria essa leitura, primeiro porque ele não era um simples funcionário, era o diretor de Estratégia e Política institucional da empresa, ele é o homem mais importante na política de relacionamento entre o complexo Norberto Odebrecht e o mundo institucional, era o responsável por essa articulação em Brasília. Então, não é um funcionário qualquer.

Em segundo lugar, quero destacar isso. Por que, Deputado José Carlos Aleluia? Porque essa empresa colocava, por ano, 620 milhões de dólares no Orçamento.

Ora, se esse era o homem responsável pelos interesses da empresa diante do Orçamento, e se a empresa conseguia colocar da ordem de 620 milhões de dólares por ano no Orçamento, ele era um funcionário do primeiro escalão da empresa, da diretoria da empresa, absolutamente competente no que se refere aos objetivos da empresa perante o Orçamento. Tanto assim que essa empresa mais cresceu na participação orçamentária de 1989 para cá, ou seja, quando o Orçamento veio para o Congresso, o que mostra o enraizamento que ela tinha dentro do Poder Legislativo e no Poder Executivo: ela liberava verbas na Caixa Econômica Federal, nos Ministérios; tinha um controle muito grande sobre o Estado brasileiro. E isso só podia ser realizado com gente aqui dentro, compromissado e com a competência política, por exemplo, de quadros como o de V. Exª.

Então, quando aparece o nome de outros parlamentares associados a emendas e aparece V. Exª como o coordenador, isso vem comprovar a estratégia da empresa, no manual que ela sugere de como encaminhar; quais os parlamentares deveriam ser abordados pelo interesse regional e político. Enfim, alguém fazia isso por ela: eram funcionários

lobistas diretos e parlamentares que cumpriam essa tarefa. De toda a documentação, a leitura que faço - e participei dos dois relatórios - é que V. Ex^a é o nome mais importante da Construtora Norberto Odebrecht dentro desta Casa; é isso que essa documentação apreendida revela, e essa é a questão que tenho para V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado Aloizio Mercadante, sempre tratei V. Ex^a com respeito; aliás, V. Ex^a na sua introdução também teceu palavras, eu diria, agradáveis de ouvir ao meu respeito. Entendo que V. Ex^a não fez nenhuma afirmação; V. Ex^a fez perguntas, porque se V. Ex^a fizesse afirmações eu diria que V. Ex^a estava me caluniando. Mas V. Ex^a como homem inteligente está fazendo ilações, e antes de respondê-las perguntaria se V. Ex^a conhece a data dessas notas de reunião? Porque V. Ex^a falou que era referente ao Orçamento de 1992 e eu não sei se é 1992 ou 1993, para mim, agora, passou a ser importante, porque eu não me lembro de ter sequer conhecido...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É o OGU/93-R1.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Então como é que eu posso ter influência se V. Ex^a na sua exposição disse que eu iria influir junto ao Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Isso no Orçamento de 92.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - V. Ex^a, na sua exposição, falou que as notas denotavam, concluíam....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O documento programas com Deputado JCA diz respeito ao OGU/92, ou seja, V. Ex^a era colaborador do Relator-Geral e as emendas: duas de responsabilidade de V. Ex^a, outra Adutora Capela de Porto Alegre e Pintadas e de Estrutura Urbana, de Salgadinho, Alagoas; Sistema de Esgoto Sanitário, de Imperatriz, de Cid Carvalho; Construtora Adutora, de Sisal; Adutora de São José Jacuípe, de C. Grosso, Bahia; abastecimento d'água, também um projeto da Bahia, esses dois não foram atendidos, eram de coordenação, do ponto de vista dos interesses da empresa perante a reitoria-geral, por parte de V. Ex^a.

Essa é a decorrência da leitura que faço, da mesma forma aquele outro documento: Pleitos para liberações, ou seja, depois na fase de execução do Orçamento, o nome de V. Ex^a aparece junto a 28 obras; não aparece isoladamente, está junto com José Luiz Maia, Mansueto de Lavor e P. Landim - pode ser Pinheiro Landim ou Paes Landim. Então aparece relacionado com o Orçamento para liberação de obras e esse documento da ata diz respeito, no meu entender, ao Orçamento de 93, para 93, porque é o Orçamento OGU/93-R1, datado de 30 de junho de 92, relativo, portanto, ao Orçamento para 93. Esse documento da ata da conversa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Como V. Ex^a pode ver - queria apenas deixar isso bem registrado - na sua exposição inicial V. Ex^a coloca a possibilidade de eu estar pegando essas informações para influir junto ao Relator Ricardo Fiúza, com quem colaborei. Quero deixar bem claro...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Na primeira parte...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Que primeira parte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O documento: Programas com o Deputado JCA.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não estou ainda com absoluta certeza, Deputado, mas no decorrer da exposição poderemos ver com facilidade isso. Não existia emenda de bancada para o Orçamento de 92, mais uma vez a conclusão de V. Ex^a não é correta, porque aqui, entre esses programas não existe emendas de bancada. As emendas de bancada foram só para o Orçamento de 93. Portanto não são corretas; essas informações são absurdas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui está escrito: Programas com o Deputado JCA.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sim, Deputado, está escrito! Mas V. Ex^a vê que é tão difícil entender que nem eu tampouco V. Ex^a estamos entendendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou entendendo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - V. Ex^a está entendendo que são coisas de 92...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São vários documentos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deixe-me tentar explicar.

O primeiro eram as notas. Houve a dúvida se eram ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não há dúvidas. Está aqui escrito em relação à nota: OGU/93 - notas. Portanto, concordo.

Com relação àquele trecho de uma conversa que foi registrado por um funcionário da ODEBRECHT, é relacionado ao Orçamento de 93.

Em relação ao Orçamento de 92, além desse documento: Programas com o Deputado JCA - e depois tem José C. Aleluia - existe, Deputado Aleluia, dezenas de documentos, aí mencionados à mão, pela letra do Afilton Reis, onde está: Aleluia, Aleluia, Aleluia, Aleluia. Lembro-me que quando abrimos o documento, o Deputado Moroni disse que estava parecendo uma igreja, cada vez que aparece uma emenda tem Aleluia. Esse foi o comentário feito pela diligência, em razão de, em tantas oportunidades, aparecer o nome Aleluia, todos relacionados ao Orçamento de 92.

De 93, é a ata desse trecho. Para 94, que é a formação dessa nova comissão, coloca V. Ex^a como responsável por uma área, e em baixo, inclusive, estão os nomes dos funcionários que seriam reportados por parte da construtora. Quer dizer, esse conjunto de documentos relacionados aos Orçamentos 92, 93 e a perspectiva para 94 é que, evidentemente, leva a essa ilação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, agora eu gostaria de ter a oportunidade de depor. V. Exª fez uma exposição, como sempre, muito brilhante, agora gostaria de depor.

Em primeiro lugar, quero dizer que as anotações a que V. Exª se refere, por último, relacionadas a 94, são anotações que permitem realmente ilação, porque este papel é um papel inclusive do Congresso, onde ele anota os possíveis relatores. Poder-se-ia ler nomes de possíveis relatores e ele então anota o meu nome, porque possivelmente eu poderia vir a ser relator.

Esta é a justificativa possível da anotação: esse homem gostava de anotar tudo e não sei para quê? Nunca me falou sobre isso. Sequer cheguei a ser indicado relator. E agora vou ter culpa porque poderia vir a ser relator? E alguém toma nota à mão de que vai conversar comigo?

Deputado, queria só corrigir uma coisa: V. Exª fala em contas com o meu nome. Não vi isso. Cálculos com o meu nome, não vi. Vi um lugar onde há o meu nome associado ao número de uma emenda para a qual trabalhei contra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu vou apresentar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sim. V. Exª apresenta enquanto continuo falando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Era reassentamento rural da UHE-Itaparica, Projeto Caraíbas/Pernambuco, água irrigada 5.200. Tem o seguinte...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Foi essa que falei, nobre Deputado, exatamente essa...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aleluia: 05/1-8/8,5 mais igual a 3%.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nobre Deputado, não posso entender o que é isso, mas posso assegurar-lhe que fiz uma emenda contra essa emenda. Deus me favoreceu, porque poderia não ter feito, se a anotação foi dele, poderia não ter feito. Mas fiz uma emenda, e é bom que fique bem claro, que fiz uma emenda tirando dinheiro dessa obra para outra obra. Está aqui para quem quiser ver.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deputado José Carlos Aleluia...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É importante. V. Exª vai me deixar concluir? Porque V. Exª está falando mais do que eu.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu vou deixar V. Exª concluir.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas gostaria de concluir, porque senão não deponho.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputados Mercadante e Aleluia, a Presidência não vai considerar o fator tempo. Penso que é fundamental que haja a possibilidade de esclarecimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só queria que V. Exª atendesse à seguinte questão: no caso das menções ao nome de V. Exª na documentação, não podemos reduzi-las às emendas apresentadas por V. Exª. Por quê? Porque V. Exª não era Relator-Parcial nem Relator-Geral, mas já aparecia intermediando, coordenando áreas. Então, mesmo emendas apresentadas por outro...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, rejeito completamente a palavra intermediação; acredito que V. Exª não está fazendo uma afirmação porque isso é uma calúnia; rejeito completamente. As anotações são unilaterais, nobre Deputado, não posso aceitar essa insinuação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é uma anotação...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Tem V. Exª o direito de perguntar, agora isso é uma agressão que não posso aceitar. Intermediação, não, nobre Deputado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que seria "Programas com o Deputado JCA"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Já disse a V. Exª que não tenho responsabilidade sobre isso, embora a grande maioria das obras seja do meu Estado, são de responsabilidade do Governo do Estado, Governo no qual confio. Então, V. Exª não pode me acusar, mas pode me perguntar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que seria "Pleitos para liberações de 28 obras"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não tenho a menor idéia, nobre Deputado!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que seria...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Espera aí, nobre Deputado, deixe-me falar, V. Exª perguntou-me. Tenho o direito de pleitear a quem quiser, agora não sou um homem que vive fora do Congresso, sou um homem que vive dentro do Congresso, sou um homem assíduo dentro do Congresso; muito pouco vou a Ministérios. Portanto, se tenho responsabilidades sobre emendas não posso ter responsabilidade sobre liberações, exceto de municípios meus, mas mesmo assim não me considero um deputado muito atuante nesta área, os prefeitos reclamam muito.

Pode continuar a sua pergunta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Veja, por exemplo, a nota da conversa:

"Pedi que informássemos nossos programas, de nosso interesse para acréscimo de valores que ele levaria para defender junto ao Relator-Geral". Se isso não é intermediar interesses...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu não posso...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O documento é uma intermediação. Há V. Exª de concordar comigo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Se V. Exª quiser assinar o documento ele passa a ser de responsabilidade de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Da ODEBRECHT, este documento foi apreendido na ODEBRECHT.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - (Fazendo soar a campainha) - V. Exª pergunta e o depoente responde.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não posso aceitar esse documento como definitivo até porque ele tem frases que são típicas de um megalômano. E eu posso ter vários defeitos, tenho muitos defeitos, quem me conhece sabe disso, mas não sou megalômano. Sou um homem que tem os pés no chão, nobre Deputado. Aliás a prática mostra. Se V. Exª examinar as minhas emendas e até as que ele coloca como emendas do projeto que ele supõe ser meu não vai encontrar aprovações totais; tem, inclusive, duas do interesse do meu Estado que estão zeradas. Como é que V. Exª faz uma acusação desse tipo?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deputado José Carlos Aleluia eu quero ler a nota e vamos ver se a interpretação não é essa.

"Conversa com o Deputado Aleluia: Pediu que informássemos nossos programas de nosso interesse para acréscimo de valores que ele levaria para defender junto ao Relator-Geral. Está aguardando o seu chamado a qualquer momento ainda esta semana pelo Relator-Geral. Ele disse ter certeza que os valores solicitados ao Relator-Geral por ele serão atendidos na sua totalidade e informou que não tem condições de conseguir cópia do boneco (em cima fala que o boneco está com o Schettini), mas que se quisermos dar a ele relações dos nosso programas independentemente de quem tenha (reticências) nessa conversa que ele terá com o Relator-Geral. Solicitou que fosse procurado a qualquer hora, que ele está envolvido com o assunto; mas caso seja necessário pode procurá-lo à tarde em sua casa".

Então é uma conversa detalhada. Quer dizer, poderia V. Exª dizer-me o seguinte: Por que uma empresa que tem sede na Bahia, que construiu junto à CHESF, imagino, no período que V. Exª está dizendo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Construiu, sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...que já tinha, portanto, relações anteriores, com funções que V. Exª teve, cargos decisivos nesse período.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Relações lícitas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Profissionais, evidente; não há nada aqui em relação a esse passado. Uma relação com uma área em que ela tenha interesse estratégico que é a área de hidroelétrica. Quando veio o Orçamento, aparecem documentos de todos os anos, quer dizer, de 1992, 1993 e perspectiva de 1994.

V. Exª pode dizer o seguinte: ele está falando do Schettini, que era o assessor da comissão, dizendo que existia um boneco e embaixo tem a conversa com V. Exª dizendo: "Eu ajudo a defender os interesses". Quer dizer: se isto aqui não é indício, se isto aqui não é... E mais: na liberação de verbas, tem o nome de V. Exª do lado, em relação às emendas que tinham sido aprovadas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Que Ministério é esse? V. Exª poderia me mostrar?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual deles?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Esse da liberação; V. Exª fala em liberação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui não fala o Ministério.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas como é que posso liberar sem saber sequer qual é o Ministério?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Reassentamento rural de Itaparica e Caraíbas; deve ser Minas e Energia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - V. Exª pode perguntar....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... do Paraguaçu, Adutora de Sisal e hospital universitário. Eu imagino que é mais de um Ministério.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - V. Exª pode perguntar ao Ministro das Minas e Energia se, em algum momento, eu estive com ele, solicitando liberação para qualquer recurso desse tipo. Esta é uma boa pergunta, porque vai tirar a dúvida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas a Emenda nº 004096/7 é de V. Exª.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Qual emenda?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Emenda de reassentamento rural em Itaparica.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - De que ano?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu vou checar...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É importante verificar porque já expliquei que, no ano de 1992 para 1993, fiz uma carta, solicitando recursos para o projeto como um todo, e que os recursos que foram colocados pelos ministros - por sorte, porque poderia englobar - não englobam obras dessa construtora. Se V. Exª quiser, a carta está aqui. A carta que foi dirigida aos três ministros, como me referi, pedindo para todos os projetos, falando da importância dos projetos e está assinada, inclusive, por ilustres membros do partido de V. Exª.

Esta foi a minha atuação no Orçamento de 1992/1993, com relação ao Projeto Itaparica: muito transparente. Quero dizer a V. Ex^a, inclusive, que obtive respostas dos ministros e que mandei cópia, para os deputados, de toda a documentação porque todos estavam interessados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas, Deputado, a assinatura de outros parlamentares, como mostra a documentação da ODEBRECHT, muitas vezes era uma motivação política, e sempre havia alguém que coordenava essa operação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas não era eu. Seguramente, eram funcionários deles.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu concluo, só dizendo o seguinte, Sr. Deputado José Carlos Aleluia: apesar de tudo, eu termino dizendo que sou testemunha da competência de V. Ex^a, do empenho nas negociações de projetos de interesse estratégico da sociedade; fiquei surpreso com essa documentação; mas, de toda a documentação apreendida pela construtora Norberto Odebrecht, o parlamentar que aparece com mais incidência, com mais destaque, com maior frequência e com maior relevância dentro das operações da construtora, em relação ao Orçamento é V. Ex^a. E quero dizer que uma coisa é evidente: essa empresa era absolutamente eficaz na sua ação orçamentária, este é o ponto. Não é uma pequena empreiteira que tinha uma documentação dispersa. Ela é eficaz; ela coloca, além do Projeto Metrô e grandes obras, 620 milhões de dólares e libera, todos os anos, em torno de 200 milhões de dólares. Então, alguém participava dessa operação dentro desta Casa e não diria que era um; eram muitos para poder alcançar esta meta tão significativa em relação aos destinos do Orçamento da União. E nesta documentação toda, o nome de maior relevo é o nome de V. Ex^a. E V. Ex^a concorda com isto. Toda a documentação....

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não concordo, não. Não concordo com V. Ex^a não - espere aí. Isto é importante que se deixe registrado: Não concordo com V. Ex^a e, inclusive, quero dizer a V. Ex^a que a grande incidência do meu nome... Acredito, porque não fui lá perguntar e não foi perguntado aqui e talvez devesse, que esses papéis parece que não estavam disponíveis. E, Deputado, para um esclarecimento: essas informações não devem ser de disquetes porque é pouco provável que a construtora use o scanner; essas informações devem ser anotações mesmo e que poderiam estar disponíveis, provavelmente, na primeira inquirição do Sr. Ailton Reis. Seria interessante que ele tivesse sido inquirido sobre isto, mas provavelmente como era uma grande quantidade não chegou a ser examinado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Numa parte, V. Ex^a tem razão: são anotações manuais de uma documentação apreendida.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Portanto, não são do disquete.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E a letra, ele reconheceu como sendo a dele, naquela ocasião. Outros documentos estão nos disquetes - estão mencionados nos disquetes - mas, de qualquer forma, não muda. Todos foram apreendidos na diligência na casa do Ailton Reis. A fonte é a residência dele - de toda essa documentação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Querida, Sr. Presidente, ter a oportunidade de responder algumas perguntas e contestar algumas afirmações.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - A primeira delas é com relação à existência de cálculos no meu nome. Não há cálculo com relação ao meu nome; há menção de um número que é impróprio, porque trabalhei contra a emenda. Fiz proposta retirando recursos daquela emenda. A única vinculação fiz, por felicidade, um anjo da guarda me falou...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a me permite uma pequena interrupção...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...apenas para que não haja lapso na ata dos trabalhos.

V. Ex^a diz que não há nenhum percentual em relação ao seu nome em todos os papéis da ODEBRECHT?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, não disse isso. Disse que há um percentual em um papel à mão - mencionei quando respondi ao Senador Suplicy. Agora, não há cálculos ao lado do meu nome. Poderia haver, porque acho que os que há lá não tem nenhuma responsabilidade sobre isso. Acredito que sim. Não estou querendo incriminar os outros. Está certo? Da mesma maneira que desqualifico esses papéis, desqualifico de um modo geral, porque existem anotações no meu nome de iniciais que acho que não sei de quem são.

E, Sr. Relator, gostaria que V. Ex^a atentasse para um problema: essa emenda Carafbas - não sei se V. Ex^a está com ela em mãos - único lugar onde o meu nome aparece ao lado de um número que coincidentemente é o mesmo que aí está. Portanto, pode se prever que o número de lá também é percentual, é uma emenda...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, na minha cópia dos manuscritos não há referência à emenda Carafbas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Há, é porque aparece o meu nome...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tem Aleluia no retângulo e entre parênteses 05 a 1% e não há nenhuma obra...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, mas V. Ex^a...Estou aqui para ajudar a esclarecer a verdade. Quero dizer a V. Ex^a que existe um papel escrito Projeto Carafbas, e o meu nome está lá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - No manuscrito?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - No manuscrito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em outra página.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É, deve ser outra página.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - E aí que quero que V. Exª atente, porque deve haver uma vinculação entre um e outro - pode haver ou deve haver, não sei, não posso concluir. Agora, Deputado Roberto Magalhães, fiz uma emenda de texto propondo a distribuição de recursos dessa obra para ela e mais cinco projetos.

Voltando às afirmações e perguntas do Deputado Mercadante, queria dizer mais o seguinte: com relação à presença do meu nome e da grande incidência do meu nome, Deputado, se V. Exª olhar com cuidado, é óbvio que eu, sendo Relator setorial do MIR - porque ele escreve inclusive RS, não sei se V. Exª percebeu isso em baixo do meu nome -, poderia, se eu permitisse e ele quisesse, conversar comigo sobre essas áreas. Não houve conversa e nem eu fui designado Relator: o que está aí é mera intenção unilateral desse cidadão. Por isso, que meu nome aparece com frequência, em mais de uma vez que meu nome aparece ligado - não sei se V. Exª observou, mas é importante. Esses papéis estão tão caóticos que meu nome aparece como autor de uma emenda no Piauí, que não é minha: tem número e, portanto, tem autor. Fui aos livros - aqueles livros grossos - e acessei o autor.

Portanto, é importante ver que menção a DNOCS, SUFRAMA... é evidente que, se eu era Relator-Geral, alguém que está fazendo estudo de quem vai ser responsável por aquilo anota todas as emendas de quem é Relator setorial daquela área e eu seria. Pelo menos estariam discutindo que eu não queria o DNER, porque não sou especialista em estradas, porque acho complexo... Não estava querendo nem fazendo questão de ser Relator. Cheguei a declarar, em uma reunião de liderança - não sei se tinha algum representante do partido de V. Exª - ao Presidente que não desejava ser Relator setorial, mas havia possibilidade de vir a ser Relator setorial.

Portanto, quero deixar bem claro que não solicitei nenhum tipo de ajuda, não tive promessa de nenhum tipo de ajuda, não recebi nenhum tipo de ajuda e nem coordenei interesses que não sejam legítimos nesta Câmara, neste Congresso. Sou um Deputado que defendo a livre empresa, mas não defendo a livre empresa querendo se apropriar do Estado, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre depoente, Sr. Relator, inscrevi-me para inquirir o Deputado na hipótese de chegar algum material da Comissão do Patrimônio. Infelizmente, a Comissão do Patrimônio e a Comissão de Bancos não dispõem de documentos que permitissem examinar a hipótese para mim remota e absurda do eventual enriquecimento ilícito do Deputado José Carlos Aleluia. Mas era meu dever me inscrever. Não há material, não há perguntas a fazer sobre essa matéria.

No entanto, Sr. Presidente, venho assistindo aqui ao debate e, como sempre, o aguerrido Deputado José Carlos Aleluia sustenta suas posições com a bravura que o caracteriza. Mas me suscita uma questão que considero fundamental para o futuro equacionamento da sistemática orçamentária e da vida brasileira, porque participei, na Constituinte, das esperanças e das expectativas de uma participação efetiva do Congresso na elaboração do Orçamento e da sua democratização. Há uma questão, subjacente ao nosso trabalho -, alguns já defenderam - que é o retorno à sistemática anterior, em que o Executivo elaborava o Orçamento e o Congresso carimbava um "aprovado" com poder de intervenção muito reduzido. E aquilo não era melhor do que a situação atual, que gerou essas fraudes que estamos procurando identificar, porque lá os interesses exerciam clandestinamente, sem a mínima margem de identificação, a sua atuação escusa.

Agora, o Deputado Aleluia sustentou aqui a sua postura aberta de receber os pleitos e as demandas de todos que o procurassem. Muitos outros depoentes já também adotaram essa postura. Agora, entendo que o Deputado Aleluia, que é um radical - radical no bom sentido -, defensor da iniciativa privada, a privatização à **outrance**. Ele é realmente um radical nessa questão. Ao que me parece, ele estende essa sua visão - e eu gostaria de ouvir os comentários dele - à questão da elaboração orçamentária. Entendo que o Deputado Aleluia aceita que empresas privadas - no caso comentado intensamente pelo Deputado Mercadante, da Construtora Norberto Odebrecht - possam, que é legítimo que elas compareçam ao gabinete do Deputado autor, do Deputado relator, do Deputado membro da Comissão do Orçamento, e defendam determinados projetos.

Eu gostaria que V. Exª confirmasse esse entendimento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Olha, Deputado, não sustento essa tese. Não defendo interesses que não sejam interesses que tenham respaldo da autoridade pública e do interesse público.

Agora, não podemos aqui dizer que não se conversa, que não se ouvem explicações. Seria, inclusive, um absurdo admitir que os Deputados não recebem. O Deputado Aluizio e eu participamos ativamente da elaboração do Projeto dos Portos. Ele e as pessoas que participaram recordam muito bem que atendíamos os trabalhadores, atendíamos os empresários, atendíamos os dois juntos; às vezes, recusávamo-nos a atender os empresários, deixando os empresários por mais de quatro horas numa sala, sem ouvi-los, conversando com os trabalhadores.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado Aleluia, permita-me só uma questão. Estou falando do Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sim, pode falar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque as leis são diferentes; há leis e leis. O Orçamento é a lei maior, a lei de meios, ela tem características diferentes de uma lei ordinária em que há interesses conflitantes de trabalhadores e empresários; empresários de um setor com outros empresários de outro; trabalhadores de um setor, funcionários públicos etc. As diferenças existem. Estou falando do Orçamento. Eu gostaria de ouvir o seu comentário sobre o Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, vou sintetizar isso para deixar bem claro: jamais recebi pleitos de construtoras; sempre recebi solicitações de Deputados ou Senadores. Tenho correspondências de Deputados pedindo para representá-los, mas nunca diretamente de construtoras. Posso aceitar explicações. E acredito que a grande maioria dos Deputados aceitam explicações. Se V. Ex^a está relatando - eu nunca fui relator -, mas se eu for relator de uma área específica, onde preciso de informações, colherei com o consultor, colherei com o construtor, colherei com a entidade pública responsável, colherei com todos. As relações podem existir. É importante que seja no limite da ética. Esse é que o problema.

Vou agora me deter à primeira pergunta de V. Ex^a, que acho muito importante. V. Ex^a tem uma opinião que coincide com a minha. Essa experiência...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vamos saudar, porque é tão raro estarmos no mesmo campo de idéias.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Esta prática que estamos - digamos - abrindo para todo o País, da elaboração orçamentária, tem tantos defeitos, mas é melhor do que a anterior. Aliás, na minha exposição, deixei claro: as propostas orçamentárias em relação inclusive ao Projeto Itaparica, vieram sempre defeituosas, não saíram daqui perfeitas também não, infelizmente, não saíram daqui perfeitas também. Então, V. Ex^a pergunta com relação ao futuro. Deputado, é fundamental que se comece a rever o Orçamento, a sua forma de trabalho. Pergunto: por que o Orçamento é tão ruim neste País? A primeira coisa, Deputado, é porque não há plano, nem programa. Vamos pegar um caso específico que já tive oportunidade de analisar com mais cuidado: a questão, por exemplo, da eletrificação rural. V. Ex^a, como eu, é Engenheiro Eletricista, interessado na questão, e sabe que os Estados Unidos, praticamente, resolveram o problema da sua eletrificação rural, com o chamado **REA - Rural Electrification Administration**. É um programa com financiamento a juros baixos, e eletrificou praticamente todo o País.

Deputado, sei que inclusive o Ministro Lázaro Barbosa, no tempo em que esteve no Ministério, tentou trabalhar essa questão, mas não temos modelo até hoje. O que fazemos? A cada ano, botamos uma obra lá, no norte, para eletrificar um pedaço. As vezes, não dá para fazer 2 km. No outro ano, botamos lá tudo a fundo perdido.

O SR. DEPUTADO - Fora o que se furta nesse caso aí.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Exatamente, exatamente, alguns casos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a me permite uma intervenção?

A questão da eletrificação rural no Brasil é seriíssima. Primeiro, porque nunca foi prioridade; segundo, porque os poucos órgãos que ainda faziam eletrificação rural foram extintos - inclusive, uma comissão para esse fim existia no Ministério da Agricultura, e, terceiro, quando se faz, faz-se errado, faz-se com corrente monofásica que acende a luz à noite, mas não move o motor pela manhã na beira do rio. É um crime que se pratica neste País. Fui Governador, não tem um palmo de linha que não seja trifásica, mais cara, mas acho que o certo é dar o melhor, e não fazer uma arrumação para brincar de desenvolvimento, fazer a inauguração e acender a luz à noite, para nada, ou melhor, para muito pouco.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - O Deputado Roberto Magalhães conhece essa questão, mas, voltando à questão dos programas, precisamos fazer planejamento no País, retomar o planejamento. Uma das coisas que foi destruída nesses últimos anos foi a qualificação dos técnicos, que estão se aposentando, e o Executivo, inclusive, está ficando mais pobre do que o Legislativo. Há necessidade de se rever isso, para que se estabeleçam programas. E é importante dizer - porque o Relator tem falado muito na questão das transferências voluntárias, e não acho que devem acontecer transferências voluntárias aleatórias que transferências voluntárias têm que ser dirigidas para programas, programas de desenvolvimento de uma região, programas de eletrificação rural.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão, vou ter que interromper de novo. A minha proposta é a proibição com 3 exceções: programas nacionais ou regionais; calamidade pública - sobretudo, a seca, é evidente, está embutida -; e guerra, intestina ou externa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu queria continuar, se V. Ex^a permitisse, falando um pouco mais da questão orçamentária no futuro. Se construirmos um País onde haja planejamento articulado das diversas áreas, vamos poder... O que é o Orçamento, Deputado? É a quantificação das intenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De acordo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Se não há intenções, não há como quantificá-las razoavelmente, é o que se faz hoje. O Orçamento vem do Executivo como uma mera luta política de interesses de grupos. Aqui passa como uma mera luta política de interesse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro, Deputado. É do interesse desses grupos que não haja um planejamento para que eles possam pastar nesse grande pasto, que é o Orçamento da República.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Incorporo a idéia de V. Ex^a, que deve haver planejamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a está abordando, apesar de o Deputado Pavão estar bocejando, um tema importante, porque creio que a nossa contribuição, como Comissão, não é a de estar aqui para cassar ninguém, mas aperfeiçoar as instituições democráticas, e isso passa pelo Orçamento. Porém, V. Ex^a já frisou com muita propriedade a questão da falta do planejamento, programação e orçamentação. Estou inteiramente de acordo, mas V. Ex^a se afastou da indagação que lhe fiz; ou seja, sua visão privatista, radical em relação ao Orçamento - não se trata de ouvir, de colher informações, mas de projetos e interesses de determinadas empresas, ação que se exerce, escancaradamente, nos corredores do Congresso Nacional - leva-me a imaginar ou a avaliar que uma parcela significativa do gasto público é definida por empresas privadas, que utilizam determinados Parlamentares como seus agentes, porque os mesmos assinam emendas preparadas por essas empresas, sem que eles sequer definam os objetivos e os interesses a que V. Ex^a se referiu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Exatamente, Deputado. Todas as emendas que apresentei são de interesse do meu Estado. Inclusive, tenho uma concentração de emendas no Projeto da Adutora de Sisal. Parece-me que o Deputado Cedraz está presente e S. Ex^a também é da região de sisal, como eu. Trata-se de uma das obras mais importantes do Estado. Não o fiz pensando nos interesses das construtoras. Tenho, inclusive, um fax da Secretaria de Planejamento de meu Estado - e não é de hoje, está datado, embora a data de um fax possa ser fraudada, mas neste caso o fax corresponde à data mesmo. É normal a cada ano o Governo estabelecer as suas prioridades. Hoje, o Governo da Bahia tem, com uma de suas prioridades máximas, a questão da água, pois estamos vivendo uma das secas mais terríveis. Portanto, não acho legítimo que as construtoras venham defender seus interesses. Podem, no máximo, assessorar tecnicamente. Tenho dito aos construtores que eles estão gastando em excesso na estrutura monstruosa que montam em Brasília. Isso encarece as obras.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Cuidado com essas afirmativas, porque V. Ex^a vai ser acusado de ser consultor dessas construtoras.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - O consultor se caracteriza por receber alguma coisa e eu não recebi, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Presidente está olhando-me com aquele seu ar severo e complacente, ao mesmo tempo; por isso, gostaria de encerrar minha intervenção dizendo o seguinte: V. Ex^a é defensor de um Estado mínimo, de um Estado muito enxuto e, no caso das construtoras, estava falando da Norberto Odebrecht, mas V. Ex^a poderia obter essas informações, inclusive porque tem os contatos, através da CHESF, da ELETROBRAS, do Ministério de Minas e Energia...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Exatamente por ter acesso é que, no caso da emenda específica, fiz o correto, ou seja, algo diferente do que a construtora queria, nos dois anos, não foi em um ano só. Nos dois anos segui a orientação do órgão técnico - a CHESF - que me deu subsídios. Se V. Ex^a quiser ver a carta que enviei aos Ministros vai notar que é tão cheia de detalhes que não poderia ter sido feita por mim. E não poderia ter sido feita por eles porque cobria o conjunto dos projetos e não só o projeto de seu interesse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não preciso ver. Discordo frequentemente de V. Ex^a mas acredito na sua honestidade intelectual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Quero aproveitar esta oportunidade para expressar minha solidariedade e a desta Comissão ao sindicalista Osvaldo Cruz, barbaramente assassinado, em São Paulo. Tudo indica que se tratou de queima de arquivo. Acho que é um assunto de tamanha gravidade que temos que exigir das autoridades deste País que esse crime seja apurado.

Não sou muito versado em matéria relativa ao Orçamento, mas há uma emenda apresentada por V. Ex^a que chamou a minha atenção. Trata-se do Projeto Caraíbas. Eu queria saber como foi essa emenda, qual o resultado dela, qual o tratamento que deu à mesma.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, como já disse, eu apresentei emendas para compor o conjunto dos seis projetos do conjunto do Projeto de Itaparica. Ao final, a última emenda apresentada, por entender que o mais razoável e correto seria, em vez de aprovar subprojetos da empresa, aprovar um único projeto com o nome Projeto de Assentamento de Itaparica, para que a empresa tivesse a liberdade de acelerar mais um ou outro em função do trabalhador que estava lá, foi a emenda que trata da questão do assentamento Itaparica, que propõe, na prática, retirar recursos que haviam sido colocados pelo Executivo especificamente para aqueles dois projetos - um da construtora OAS e de outra empresa - para distribuir por seis projetos. Essa emenda que V. Ex^a faz referência é a Emenda nº 004069-7. Portanto, isto prova que sempre agi de maneira distinta do interesse da empresa.

Vou voltar, mais uma vez, se V. Ex^a permitir...

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - ... a fazer referência à minha ação para o Orçamento de 1993.

"Exm^o Sr. Ministro Paulino Cícero,

A construção das Hidrelétricas Luiz Gonzaga e Itaparica, sob a responsabilidade da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, obra de

fundamental importância para o desenvolvimento do Nordeste, provocou a necessidade do reassentamento urbano e rural de uma população atingida pelo reservatório da ordem de 52 mil habitantes..."

Eu falei 40 mil habitantes, mas esse é o número exato, porque essa correspondência foi elaborada com o apoio dos técnicos da CHESF.

"... cerca de 5 mil e 600 famílias foram desalojadas".

Faço uma dissertação completa da questão e, ao fim, assinam eu, o Deputado Jorge Khoury, o Deputado Alcides Modesto, o Deputado Renildo Calheiros, o Deputado José Múcio, enfim, vários Deputados e Senadores. A esta carta foi inclusive dada atenção pelo Executivo. Poderiam ter vindo até recursos para a obra de interesse da construtora, mas não vieram, porque o pedido era geral.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Para deixar bem claro: V. Ex.^a tirou recurso de uma emenda que seria para atender à ODEBRECHT? Tirou recurso dessa emenda?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - A minha proposta foi exatamente no sentido de tirar recurso.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - E esses recursos foram canalizados para outros setores, para outras empresas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Para outras obras, uma delas inclusive sem empresa. V. Ex.^a conhece, é um homem afeito às questões do sertão, é o chamado Projeto Juzantes, onde hoje vivem cerca de 500 famílias morando e sendo abastecidas por carro pipa. Não produzem, e foram tiradas da borda do lago, da beira do rio. Essa é a questão.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Eu queria deixar isso bem claro, para que toda a Comissão ficasse esclarecida sobre esse assunto. Muito obrigado a V. Ex.^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Deputado José Carlos Aleluia, ouvindo o diálogo de V. Ex.^a com o Deputado Aloizio Mercadante, fiquei a imaginar, com os meus botões, se V. Ex.^a estivesse no lugar do Deputado Aloizio Mercadante, se tivesse recebido um conjunto de materiais, apreendidos por esta CPI, onde aparecesse um cidadão de nome qualquer, cidadão João da Silva, e um memorando fruto de uma reunião desse cidadão com um diretor da empresa, planilhas de pleitos para o Orçamento de 1992 e ainda - fato que acho mais grave -, na preparação do Orçamento de 1994, na preparação da divisão das sub-relatorias, o nome desse cidadão João da Silva, como um dos articuladores daquelas sub-relatorias. É evidente que a pessoa que estava investigando o assunto encararia esse cidadão como se ele tivesse ligação muito estreita com essa empresa.

Eu queria fazer apenas esta observação inicial, porque as perguntas que o Deputado Aloizio Mercadante fez sobre os documentos apreendidos na ODEBRECHT, de fato, mostram uma participação muito forte do nome de V. Ex.^a em torno de várias dessas questões. Isso não é evidente, Deputado? Coloque-se na posição que me estou colocando, abstraindo o nome de V. Ex.^a, apenas tendo a visão geral.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, exatamente pelo fato de os documentos serem absurdos, no primeiro momento em que soube que tinha o meu nome, minha primeira reação foi dizer: "é normal que apareça o meu nome, sou um Deputado da Bahia, tenho obras no meu Estado". Tenho obras que essa construtora executa, através do Governo do Estado, através de alguma outra organização". Fiquei tranqüilo, inclusive dei uma entrevista a uma importante revista, dizendo que não tinha nenhum problema, porque jamais imaginei que houvesse essas anotações absurdas.

Agora, quando V. Ex.^a fala em 94, explico - não sei se V. Ex.^a prestou atenção - que isso é um estudo desse cidadão não para coordenador. Ele anota os possíveis relatores setoriais. Não sou só eu não; V. Ex.^a vai ver o nome de outros Deputados e abaixo do nome dos Deputados está escrito RS, que vem a ser relator setorial. Como eu nunca fui Relator setorial, esse documento não tem validade nenhuma, é uma anotação de alguém em sua casa.

Quem vai ser Relator-Parcial? Ele pegou esse documento na Comissão, seguramente, porque é uma cópia de um documento da Câmara, e saiu anotando: "Aqui, o relator setorial dessa área vai ser fulano, fulano" e é possível, até, Deputado, que ele saia, depois, anotando nas emendas, porque esse documento estava na casa dele agora, recentemente,...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - ... em que áreas a emenda ia ficar. Ele poderia ter a intenção de vir a mim, só que eu não fui relator e ele não veio a mim.

É importante esse detalhe. Se o senhor olhar documento com cuidado, verá isso. Existe o meu nome, o de outros Deputados - não estou aqui com o documento, no momento, mas talvez V. Ex.^a possa me mostrar - mas V. Ex.^a pode ver que é um documento que trata da estruturação da Comissão para analisar o Orçamento de 94. Acredito até que, ao longo das outras anotações que estavam junto - pelo menos apareceram juntas em minha mão - tenha anotações decorrentes daquilo, coisa que eu não cheguei a ser, porque nunca exerci nenhum cargo formal na Comissão de Orçamento. Mas fui sempre um Deputado presente - V. Ex.^a deve ter visto pelas emendas que aprovo - que não estou acima da média, mas que eu sou presente, que participo de todas as reuniões e que sou uma pessoa interessada, até porque as demandas das minhas bases políticas são nesse sentido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É, acho importante...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não fica, por exemplo, Deputado, só para arguir, não fica nenhuma mágoa ao Deputado Aloizio, acho que ele está exercendo o

dever dele, tenho grande respeito. Respondendo à pergunta de V. Ex^a, se estivesse no lugar dele, faria as mesmas perguntas. Não tem problema nenhum.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Só não poderia afirmar nada, porque os documentos conclusões, permitem, no máximo, ilações, que não me parecem perfeitas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Chama-me a atenção esse documento a que V. Ex^a se refere. Tenho o documento aqui, em minhas mãos, na parte em que há referências a V. Ex^a, e há variações de nomes.

O que depreendo, a ilação que faço desse documento - ilação, não é acusação - é que, justamente dentro da mecânica do funcionamento da Comissão de Orçamento, uma das primeiras disputas entre as várias forças políticas e pessoas que possam ter outros interesses é quem vai ficar com as sub-relatorias, pelo papel que têm as sub-relatorias; não todas, não todas.

São mais de sessenta sub-relatorias, mas existe em algo em torno de doze a quinze sub-relatorias que são relatorias fundamentais. Essa informação nós tínhamos antes de analisar os documentos da ODEBRECHT. O Ministério da Integração Regional faz parte dessas relatorias importantes, principalmente no que diz respeito aos programas da SUDENE e do FINOR. Basicamente são todos da Integração Regional: SUDAM, SUFRAMA, FINOR, CODEVASF, DNOCS, e alguns tem o nome que dá para entender RS.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não é o nome, Deputado, deve ser relator setorial.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, José.... JC Aleluia, embaixo, entre parênteses, RS; outros estou lendo MS, MD, e algo, também, umas letras ilegíveis.

Chamo a atenção, porque a análise fria, racional desses materiais, sem fazer nenhuma acusação a V. Ex^a, mostra uma relação muito especial desse citado nome com essa empresa.

Mas eu queria entrar em outro assunto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Se V. Ex^a permitisse, tenho observado a forma como V. Ex^a trata os assuntos nesta Comissão e tenho visto que V. Ex^a tem a capacidade de os analisar com lógica e com frieza. E se eu estivesse no lugar de V. Ex^a poderia fazer esse tipo de análise. Agora, V. Ex^a tem que concordar comigo que não posso ser responsável por alguém ter anotado meu nome.

Se V. Ex^a observar bem esses papéis, chegam ao absurdo de ter uma emenda do Piauí com o meu nome, emenda da qual não fui autor e, aliás, é como autor. Essa é do computador mesmo. Está no computador: emenda relacionada a hospital. Não tenho nada com isso. Nunca relatei Saúde, não sou homem ligado à Saúde. Inclusive no ano passado houve a possibilidade de eu ser relator nessa área e não tive o menor interesse.

De modo que não posso também assumir responsabilidade por isso. Posso ajudá-lo no entendimento, como estou fazendo, posso explicar, mas não posso assumir responsabilidade por isso, porque quem tem que assumir responsabilidades, inclusive perante a mim, a pessoa mais interessada em esclarecer isso, porque tenho a consciência tranqüila de que não pratiquei ato algum que não fosse legítimo da ação de um parlamentar como eu.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sobre essa emenda do hospital universitário, são fatos que achamos interessantes ao analisarmos os documentos. Foram apresentadas várias emendas para esse hospital...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas não minhas!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. No documento da ODEBRECHT, a emenda 01708-6 figura como sendo de V. Ex^a; mas de fato é do Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Exatamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sobre isso temos controle.

O que mais nos chamou a atenção foram essas emendas com valores diferentes: três mil, nove mil, nove mil etc. O valor alocado pelo Relator-Parcial, para todas, foi zero; o Relator-Parcial rejeitou essas emendas. Havia tantos interesses e houve uma constância na posição do Relator-Parcial de não dar nenhum cruzado para este subprograma; porém, a solicitação da Norberto Odebrecht era de três mil, o Relator-Geral deu dois valores, deu um valor de 2,1 milhões, representando 70%. Chamou-me a atenção...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Permita-me dar uma explicação a V. Ex^a que talvez ajude o seu entendimento.

Nada tenho a ver com essa emenda, mas no ano passado eu tinha emendas para a Saúde. Havia duas áreas onde se apresentavam emendas para a área de Saúde que eram, se não me falha a memória, o Fundo Nacional de Saúde e o próprio Ministério da Saúde, ou Fundação Nacional de Saúde. Existiam dois relatores setoriais distintos. E nos foi dada a orientação de que as emendas fossem atendidas só num setorial. Então é possível que por isso esteja parecendo zero e tenha sido atendida por outro relator setorial. Isso é só para V. Ex^a pesquisar, porque não tenho maiores informações sobre isso.

Se V. Ex^a permitir, gostaria de falar sobre a disputa da relatoria na medida em que o meu nome aparece aí.

Esta ano, Deputado, as coisas estavam sendo diferentes. O Senador Raimundo Lyra estava discutindo de maneira aberta, numa mesa, com todos os parlamentares dos partidos - inclusive eu fazia parte do grupo de líderes que exigia isso e o Senador concordava. O Senador tem sido da maior transparência, portanto não havia influência externa. Este ano estávamos tentando inaugurar uma nova forma de discutir abertamente. Tanto que em uma reunião pública cheguei a dizer que não tinha interesse em ser relator. E o Senador disse que gostaria de ter a minha colaboração.

Isto é só para esclarecer V. Exª no sentido de que não houve interferência de nenhuma liderança ou qualquer outra. E mais: nunca, em momento algum, fui relator; tampouco indiquei relator. Nunca tive força para isso. V. Exª, que está de maneira tão racional estudando essa questão da estrutura deve saber que também nunca liberei subvenção alguma para município ou qualquer fundação ligada a mim ou de meu interesse político.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Vou tratar de outro assunto, nobre Deputado que nos interessa como informações.

Tenho insistido que os depoentes que aqui vêm apresentar as suas razões também têm o sentido de colaboração para que a Nação, a CPI, sejam devidamente esclarecidas sobre essa questão do Orçamento Geral da União.

Em 92, V. Exª foi colaborador do Relator-Geral Deputado Ricardo Fiúza. Esse assunto é polêmico na Casa, pelo menos V. Exª deve ter assistido algum depoimento onde se discutiu esse processo. Temos a relação de todos os colaboradores do Orçamento de 92 que inclusive foram fornecidas por parlamentares que aqui depuseram. Envolve os Deputados Eraldo Tinoco, Felipe Mendes, Flávio Derzi, José Carlos Aleluia, José Luiz Maia, Manoel Castro, Mansueto de Lavor, Messias Gois e Sérgio Guerra.

Pergunto: como funcionava esse tipo de colaboração no PRODASEN? V. Exª sabe o debate que aqui existe. O Orçamento foi aprovado, tido como Redação Final na noite do dia 19 de dezembro; posteriormente, esse Orçamento foi acrescido de algumas emendas. No entendimento da análise de alguns parlamentares que se debruçaram mais diretamente sobre esse problema, não foram meras correções como era prática usual, foram acrescidas emendas, foram alterados de forma substancial alguns valores; emendas rejeitadas no relatório que foi discutido na sessão do Congresso foram incluídas posteriormente, e para sempre uma dúvida, porque temos informações de depoimentos de funcionários do PRODASEN da existência real de um grupo de parlamentares que auxiliavam o Relator-Geral, inclusive porque o Relator-Geral não tinha experiência no trato da questão orçamentária.

Pode V. Exª, colaborando com a CPI, informar como se dava esse procedimento da chamada colaboração do PRODASEN?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Bom, posso dizer a V. Exª e ao Presidente, Relator, Vice-Presidente, a todos, que de fato eu colaborei com o trabalho, diria até que carreguei piano, porque alguém tinha que fazer o trabalho. Eu era um deputado recém-chegado, não conhecia a estrutura de poder como V. Exª analisa... Para V. Exª ter uma idéia da minha participação eu inclusive estive no exterior parece-me que de 1 a 14 de novembro, quando estavam preparando os relatores setoriais; na verdade, não pude trabalhar muito junto aos relatores setoriais; quando voltei alguns relatores tinham sido aprovados, nunca participei de escolha de nada.

Quero dizer só uma coisa, porque é importante V. Exª conhecer e é importante eu dizer: meu primeiro pronunciamento nesta Casa, na reunião de lideranças do meu partido, na sala da Comissão de Constituição e Justiça - não sei se o relator estava presente, ou se recorda -, mas fiz um pronunciamento dizendo que se iríamos fazer bloco para ter a liderança, para ter a relatoria do Orçamento, para depois passarmos os constrangimentos que havíamos passado em 1990, era melhor não termos relatoria. E tem mais, Deputado, trabalhei para mudar as coisas, não só discordei com trabalhei para mudar as coisas.

Para se ter uma idéia, nobre Deputado, um dia, na Comissão de Orçamento, fiquei até às 3:00 horas da manhã, sozinho, porque os membros do partido de V. Exª, do Partido dos Trabalhadores, nenhum tinha membro na subcomissão que analisava um determinado projeto da área de transportes, e fiquei sozinho sustentando a não-aprovação do projeto porque não me parecia lógico.

Então eu não só não sou desse núcleo, que não conheço e V. Exª está procurando identificar, como me opus e propus a mudança no Orçamento insistentemente; coloquei-me contra o relatório preliminar, tenho sempre discutido relatórios preliminares, no sentido de distribuir o poder, tenho sempre, e os que participam da Comissão sabem, procurado aumentar a participação da própria comissão e não só do relator. Portanto, Deputado, essas são as contribuições que posso dar.

Com relação específica ao trabalho do Deputado Ricardo Fiúza o que fiz foi exatamente durante o tempo de processamento analisar consistências, são os chamados relatórios de críticas. Verificar se o mesmo programa estava em dois ministérios, verificar se estavam corretos, porque a assessoria é excelente e é quem trabalha realmente, quem carrega, digamos, o peso; mas era necessário que alguém olhasse, eu não tinha poder para atender nada, nem antes nem depois. E não testemunhei nenhuma inclusão.

Sei o que disse aqui ontem, aliás com uma clareza muito grande, o Deputado Eraldo Tinoco. Foi feita, isso testemunho porque participei, uma relação em micro, portanto fora do sistema integrado, chamado semi-integrado do PRODASEN, dos destaques, das correções materiais e dos remanejamentos que foram solicitados.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Justamente, Deputado. V. Exª agora se referiu a um assunto crucial para nós. Onde está esse micro, onde está essa listagem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, eu não sou responsável por isto e não acompanhei a implantação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª não tem nenhuma informação sobre esse micro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - O micro é do PRODASEN. Eu não tenho nenhuma informação a mais, absolutamente nenhuma informação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª tem informação, pelo menos, de que hoje não temos conseguido essa listagem de destaques porque, inclusive, esta era uma peça

fundamental de defesa do próprio Relator Ricardo Fiúza. Se ele comprovasse que temos aqui a relação dos destaques que estavam em discussão e se fizéssemos uma comparação com esses destaques dessa relação com as emendas acrescidas, poderíamos esclarecer muitas coisas. Mas esse conjunto de destaques, essa relação que estava nesse micro sumiu, Deputado!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Se eu tivesse a relação, eu poderia garantir se isso foi também incluído ou não. Agora, asseguro-lhe que não vi inclusão. Acho que a investigação tem que ser feita. Inclusive estou certo de que, a esta altura, tanto V. Ex^a quanto o Senador Suplicy conhecem o assunto muito melhor do que eu.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Apenas sobre a dinâmica desse grupo de colaboradores. V. Ex^s faziam reunião em comum, dividiam tarefas ou cada um dos Parlamentares recebia a incumbência de cuidar de um programa, de uma área? Como era feito, qual era o tipo de colaboração dada ao Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, já mencionei e, inclusive, quero dizer que uma das coisas com a qual colaborei foi na redação do relatório final. O senhor deve saber que, além das emendas, vem o relatório final. Inclusive, no relatório, V. Ex^a pode ver que tem esposado esta tese que defendi aqui da eletrificação rural, o que vincula o meu nome a estar trabalhando naquilo. E outras teses que defendo. Aliás, o Deputado Fiúza foi extremamente correto nesse ponto, porque ele assumiu a responsabilidade que era dele.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Claro!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nunca, em nenhum momento, foi de outro Deputado. Desconheço isso. Foi inteiramente dele a responsabilidade. Portanto, não posso responder sobre isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas essa colaboração em relação ao relatório foi feita antes do dia 19 de dezembro. Posteriormente, no PRODASEN, como era feito isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Depois do PRODASEN, pedimos mais uma ou duas reuniões para passar a documentação. E não fiz a implantação, não acompanhei a implantação, bem como não a acompanhou o Deputado Eraldo Tinoco. Eu não manuseava esta relação a qual V. Ex^a se refere. Simplesmente trabalhei no PRODASEN, transferei o problema para a área federal e fui tratar de outras coisas. Como V. Ex^a sabe, não me dedico só ao Orçamento neste Congresso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado!

Com a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Congressistas:

Sr. Presidente, antes de passar às perguntas ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, aproveito este meu tempo para formular à Presidência da CPI, na forma de questão de ordem - para não tomar mais o tempo da CPI, vou usar parte do meu tempo-, a seguinte questão a V. Ex^a: estamos ouvindo alguns depoimentos e tem surgido debates sobre a não-existência das informações relacionadas com o patrimônio e com as contas bancárias, porque as relacionadas com emendas, no caso da nossa Subcomissão, temos feito sistematicamente as perguntas, num trabalho bem feito da Assessoria e dos Deputados dentro da Subcomissão de Emendas. Imagino, Sr. Presidente, que a CPI poderá ser colocada diante de um problema - tanto a CPI como os Deputados: quando o Relator for preparar o seu trabalho, se essas informações não estiverem aqui, não poderemos emitir nenhuma opinião sobre as pessoas citadas na lista da ODEBRECHT. Esta lista virou um problema político para a CPI, porque, para os Deputados listados, é necessário um esclarecimento, e todos aqui dizem que é unilateral. Para a CPI, é necessário esclarecer, até porque esse documento apareceu num momento político importante da CPI. Considerando que há alguns embaraços de prazos para a entrega desses documentos que dependem do Governo, do Poder Executivo, eu solicitaria a V. Ex^a, com a sua competência, com o seu prestígio e com a sua capacidade política que todos reconheçamos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...que, com a sua autoridade, se for necessário, V. Ex^a fizesse um contato com o Presidente da República, por telefone ou diretamente ou com o Presidente do Banco Central, solicitando um empenho especial das instituições do poder para que esses documentos cheguem aqui, no prazo, para o Relator dizer o que há em relação a esses Deputados. Porque, primeiro: se não chegarem os documentos, não poderemos dizer nada sobre eles; e eles querem que a CPI diga alguma coisa. E se não dissermos, vai parecer que há uma lacuna.

Só temos uma saída, Sr. Presidente. Como há uma tramitação burocrática - estou informado disso porque, mesmo sem ser membro da Subcomissão de Bancos, tenho meus contatos - e, às vezes, perdemos dois, três, cinco ou dez dias, será necessário passar por cima ou agilizar os trâmites burocráticos dessa questão, porque poderá ser colocado um problema para a CPI. Como pressuponho que V. Ex^a - e tenho prova disso - se tem empenhado a fim de que não exista nenhum obstáculo para o esclarecimento da verdade, que é o objeto da CPI, só temos um caminho: através do prestígio de V. Ex^a, solicitar das autoridades diretamente responsáveis por isso uma ação, até de urgência excepcional - porque não envolve um problema só dos Deputados, nem só da CPI, mas do País -, de tramitação mais rápida para que esses papéis cheguem aqui.

Eu solicitaria isso até porque, ao contrário da outra CPI - e peço permissão ao Deputado Benito Gama para relatar esse fato -, a autorização para a quebra de sigilo passa pelo Presidente da República. No caso da outra, era mais rápido.

Penso que vai ser necessário uma agilidade em relação a esse problema. Essa é a minha solicitação a V. Ex^a. Agora, farei as perguntas ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro, peço a V. Ex^a que me ouça.

Em primeiro lugar, dou provimento à questão de ordem de V. Ex^a. Em segundo lugar, eu precisaria, sem dúvida, já que a questão está na Subcomissão de Bancos - e parece-me que apenas a essa V. Ex^a se referiu -, que o nobre Deputado Benito Gama me desse uma relação daqueles nomes, uma vez que, tendo sido solicitada a resposta do Banco Central, ainda não tenha sido passada, porque não eu teria a menor dúvida de telefonar para o Presidente da República.

Ainda anteontem, houve um pleito aqui do Senador Bisol num sentido semelhante, com relação à participação do pessoal da Receita, dos funcionários da Receita Federal que, curiosamente, iam entrar praticamente em greve, iam deixar de vir porque não estavam tendo as suas diárias pagas. Liguei para o Presidente, o Presidente me colocou em contato, no mesmo instante, com o Ministro da Fazenda; o Ministro da Fazenda, com o Secretário Osiris e o Secretário me telefonou cinco minutos depois que eu telefonei e deu a decisão.

Se a Subcomissão de Bancos me passar uma informação, no caso de respaldar a questão de ordem de V. Ex^a, não terei a menor dúvida de atuar imediatamente. Estou certo de que o Presidente da República também o fará.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. BENITO GAMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. BENITO GAMA - Eu queria fazer um esclarecimento: a questão de ordem do Deputado José Genoíno realmente tem procedência, mas em parte. Na medida em que precisamos de informações com maior velocidade, até por determinação de V. Ex^a e do Relator Roberto Magalhães, a Subcomissão de Bancos tem providenciado a quebra do sigilo bancário, em determinadas agências, de contas específicas. E até às vezes, no mesmo dia, estamos conseguindo material ou documentos.

Só para dar um testemunho, ainda agora estou acionando um dispositivo para uma agência, no Rio de Janeiro, do Banco do Brasil, mandar as informações até amanhã. Isso está sendo feito já na Subcomissão de Bancos com o apoio de V. Ex^a e do Relator Roberto Magalhães.

Temos diligências, por exemplo, hoje, em Recife. Desde anteontem que um funcionário, um auditor da Subcomissão de Bancos está em Recife, buscando, pessoalmente, documentos importantes.

No caso de hoje do Deputado José Carlos Aleluia, infelizmente os bancos não mandaram. Só a Caixa Econômica que encaminhou ontem, à tarde, os documentos do Deputado José Carlos Aleluia. O Banco do Brasil ainda não encaminhou. Mas estão chegando naturalmente dentro do fluxo normal.

Evidentemente que esse atraso de oito ou dez dias tem acontecido em função da tramitação burocrática. Agora, reafirmo a V. Ex^a e ao Plenário da Comissão que não está prejudicando em nada as investigações no âmbito da Subcomissão de Bancos. A CPI terminará no dia 17 e, até lá, teremos condições de analisar, avaliar os documentos e voltar aos depoimentos na Subcomissão ou no próprio Plenário da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, fico na dependência exatamente da palavra final de V. Ex^a a esse respeito.

O SR. BENITO GAMA - Pois não. E logo que for preciso, encaminharei a V. Ex^a ou também acionarei diretamente com o apoio do Relator, que tem ajudado muito nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou inteiramente à disposição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu queria informar ao nobre Deputado José Genoíno que a idéia de excluir da CPI pessoas não investigadas, eu a tinha e cheguei a manifestar essa minha intenção perante este Plenário. Mas o Plenário não acolheu a minha sugestão e decidiu que vamos ouvir todos até o prazo final. Então, Deputado, depois de trazermos uma pessoa par depor perante nós e o País, em face da imprensa, fica difícil, amanhã, excluir mais da CPI, não é verdade?

Compreendo! Temos esse problema e só há uma solução que vou propor agora: nessa oitiva dos Deputados que surgiram, nomeados pelos papéis da ODEBRECHT, deveríamos levantar quais aqueles que tiveram documentos prévios da Comissão de Bancos e de Emendas, principalmente, que são as duas que mais interessam, e os que não tiveram. Temos que fazer um esforço concentrado para conseguir esses documentos. Se for o caso, devemos chamá-los novamente para uma oitiva a nível de Subcomissão, a fim de que, amanhã, não cometamos o erro de dizer que alguém não foi encontrado com culpa, quando essa afirmativa realmente não poderá ser feita com segurança, uma vez que a investigação foi incompleta.

Eu pediria, então, ao Deputado Benito Gama que mandasse ver com o seu pessoal. Por exemplo, sei que, em relação ao Deputado Tinoco, eu tinha as suas contas bancárias; sei que, em relação a Pedro Irujo, também; em relação aos outros, não me recordo. Provavelmente, eu não tinha de alguns, como não tenho hoje.

Então, esses devem ser listados, prioritariamente, para serem investigados nessas duas áreas que considero mais importantes: bancos e emendas, sem prejuízo das outras.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Relator, o trabalho está sendo feito exatamente assim. Mas esta semana, com o remanejamento de alguns depoimentos, a prioridade foi realmente modificada. E o primeiro caso em que temos depoimento sem as informações dos bancos, que é o do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o primeiro caso.

O SR. JOSÉ GENOINO - Agradeço e concordo inteiramente com o Relator, porque, sobre todas as pessoas ouvidas, temos que tomar um posicionamento. Até para essas pessoas é importante que esses documentos cheguem, tanto para elas como para a CPI e como para o País.

Como sei que há uma burocracia que retarda, às vezes, independente de quem está dirigindo, o que é normal, um empurrão ajuda a vencer os prazos burocráticos.

Nobre Deputado José Carlos Aleluia, compartilho com aqueles que dizem que o conhecem, pela sua competência e pelo brilho no exercício do seu mandato. Por isso, as perguntas que fazemos a V. Ex^a são relacionadas com uma pessoa que tem capacidade e teve brilho no exercício do seu mandato.

A nossa Subcomissão preparou um conjunto de questões que os Deputados, meus Colegas, já fizeram. Resta aqui uma dúvida que eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse: nessa emenda ou nesse projeto relacionado com esse hospital do Piauí, não entendi por que aparece V. Ex^a, considerando-se que não se trata do seu Estado e não é emenda. Essa questão não ficou esclarecida na resposta ao Deputado Sérgio Miranda.

Esta é a primeira questão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Olha, é muito simples: este é o único caso em que aparece realmente digitado: os outros não são digitados. É um erro! Mostro a emenda, V. Ex^a pode ver, verifique no livro. É uma emenda do Deputado José Luiz Maia. Não tenho absolutamente nada com isso, não posso pagar por erro de um digitador! Este é o típico caso de erro de digitação.

Agora, se V. Ex^a reparar, a mesma emenda - essa não é minha - aparece várias vezes, o que dá a impressão de que meu nome constar várias vezes!

É evidente que tive o meu nome envolvido, tive muito mais tempo de ver do que V. Ex^a. Portanto, meu nome aparece várias vezes nesta emenda, com a qual nunca tive nada a ver! Nada, absolutamente nada! Nunca fui Relator, nunca pedi ao Relator, nunca conversei com o Relator, nunca fiz nada sobre isso, Nunca assinei emenda. Aliás, preocupe-me.

No primeiro momento, Deputado, que vi meu nome ali, quem ficou preocupado fui eu. Imediatamente, mandei minha assessoria verificar: "Verifica se assinei essa emenda". Porque seria difícil para mim, politicamente, explicar ter assinado emenda no Piauí, embora não fosse crime, pois alguns Deputados ilustres, inclusive do partido de V. Ex^a, fazem isso. E o fazem por interesse político, não fazem por interesses escusos, tenho certeza, como eu também não faria. Mas não foi o caso.

Essa emenda não é minha. Obrigado pela pergunta. É uma emenda do Deputado José Luiz Maia, que é do Piauí e, portanto, tem todo o direito político de fazê-la.

O SR. JOSÉ GENOINO - A outra questão, nobre Deputado José Carlos Aleluia...essa pergunta não envolve evidentemente as questões relacionadas nos documentos da ODEBRECHT que V. Ex^a respondeu ao Deputado Sérgio Miranda e ao Deputado Aloizio Mercadante.

Agora, não ficou claro para mim - por isso solicito essa questão - a natureza, a proximidade e a frequência da relação de V. Ex^a com a construtora Norberto Odebrecht. Qual era a natureza dessa relação?

Essa questão envolve também um desdobramento: a maneira como as empreiteiras se relacionam com a Comissão de Orçamento, porque parto da idéia de que não é crime os empresários defenderem pleitos para o Congresso Nacional de maneira transparente e democrática. O problema é que, na Comissão de Orçamento, a relação é meio horizontal, ou seja, não distinguimos, às vezes, quem é quem; misturam-se lobbistas, funcionários, Deputados etc.

Conhecemos V. Ex^a. E, pela frequência com que é citado aqui, quero entender a natureza dessa relação, conforme esses documentos. Se V. Ex^a tem informações, tem respostas e explicação para essa relação, essa frequência e a natureza dessa relação? Que tipo de discussão é feita, como são feitas as reuniões?

É uma questão importante para esta CPI.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - V. Ex^a é um dos Deputados mais brilhantes desta Casa, cuidadoso. Não sei se V. Ex^a teve oportunidade de conversar com alguns dos representantes do partido de V. Ex^a na Comissão, porque lá existem representantes atuantes. O Deputado Paulo Bernardo, por exemplo, é hoje um representante atuante e presente.

Acredito, Deputado, que, inclusive nessa questão da estrutura de poder, desse estudo que V. Ex^as estão fazendo, é importante ouvir essas pessoas; é importante V. Ex^a conversar com eles. Como é que esse Deputado Aleluia age nessa Comissão? De que maneira, a quem ele se alinha, quais são os alinhamentos naturais dele na Comissão?

Este, Deputado, não é um testemunho que posso dar, mas é um testemunho que os membros dos outros partidos, não do PFL, podem dar, podem saber.

Agora, posso dizer a V. Ex^a que os representantes das construtoras frequentam o local. Não me misturo com eles e acredito que a maioria também não, mas frequentam.

Acho que não é um bom hábito; acho que quem deveria ter aqui representantes dando maior assistência são Estados, eles representam uma maior presença dos chamados assessores legislativos.

Quero dar um depoimento a V. Ex^a. V. Ex^a sabe quem são os assessores parlamentares mais preparados desta Casa? São os militares. Sempre que há problemas de seu interesse, eles chegam pontualmente, respeitosamente, pedem audiência e expõem os seus problemas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Isso é verdade!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É importante que se instrumente, está certo? Acho que essa idéia de todos fecharem escritórios... Algumas empresas federais, dessas estatais, que são um problema muito sério no Orçamento - eu gostaria até de falar a respeito depois - é preciso que tenham assessores parlamentares a altura para explicar e não deixar esse trabalho nas mãos das construtoras.

Vou dizer a V. Ex^a que, se eu tivesse usado as informações das construtoras, eu não teria feito as emendas que fiz para a Ilha de Itaparica. Fiz por ação de representantes legítimos em uma ação legítima da empresa responsável.

Portanto, essa pergunta de V. Ex^a é verdadeira. Vamos ter que rever isso; vamos ter que rever inclusive a Comissão de Orçamento, porque acho que da maneira como está não está boa; sempre achei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Ex^a então concorda que, com a incapacidade, com a incompetência e com a falta de uma assessoria de alto nível do Poder Público para tratar de matéria orçamentária muito complexa, muito técnica, abre espaço para que aquelas assessorias, altamente preparadas, de empreiteiras acabem tendo uma influência na feitura do Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, inclusive é uma coisa interessante, veja V. Ex^a: é importante que o Estado, o Deputado o Luiz Salomão falou na questão do Estado. Eu defendo um Estado pequeno mas forte. Não defendo um Estado grande e fraco. Acho, por exemplo, que essa discussão que está sendo travada em torno das estatais é equivocada. O que é preciso haver são os funcionários certos e pagar o salário certo e não pensar em reduzir salários de estatais ineficientes. Não é com a redução de salários que se vai tornar estatal eficiente ou se vai reduzir o déficit público.

Portanto, essa questão a que V. Ex^a se referiu, ou seja, a questão do **lobby**, da legalização do **lobby** é fundamental. Se há estatal, se há aparelho do Estado tem que haver assessoria legislativa para esse aparelho.

Nós não vamos acabar com a presença dos outros interesses mas é importante que eles sejam freados. Eles vão continuar trabalhando como fazem em qualquer parte do mundo, mas é importante que sejam freados. Veja V. Ex^a que na época em que era feito lá isso era bem menos transparente. Nós não iríamos identificar nada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado, vou fazer uma pergunta porque alguns Deputados que estavam com seus nomes listados nos documentos da ODEBRECHT, com percentuais ao lado dos seus nomes, tomaram providências legais na Justiça para que a empresa explique isso. Nós temos que destrinchar esse problema.

Ontem, eu confesso que, ao ver o requerimento que o Deputado Eraldo Tinoco detalhou sobre a referência ao seu nome nos documentos da ODEBRECHT, me impressionou o detalhe com que ele contesta e pede explicações sobre vários itens. Sei que essa questão não envolve a CPI mas pergunto a V. Ex^a se vai tomar alguma providência em relação a esse tipo de citação desses documentos da empresa ODEBRECHT.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado, o primeiro ponto era o que se poderia chamar de interpelação. Eu conversei com várias pessoas sobre a questão da interpelação. Qual é a finalidade da interpelação? É fazer com que alguém confirme ou desminta alguma coisa. O representante da construtora responsável por isso veio aqui e desmentiu. Nada mais vai fazer em qualquer interpelação.

V. Ex^a pergunta mais, ou seja, se pretendo acionar a construtora. Essa é uma coisa que estou avaliando, pois o prejuízo moral, pelos menos temporário, espero que seja temporário porque vou provar que nada tenho a ver com isso. Quanto ao abalo na minha estrutura física, o abalo na minha família, o abalo entre meus amigos, em decorrência de uma ação unilateral irresponsável, exige uma reparação que eu ainda não avaliei qual é.

Um dos Deputados que aqui depois chegou a falar o seguinte: "Lá no Nordeste existem pessoas que agem de outro jeito." Em algumas regiões do Nordeste realmente esse assunto teria sido resolvido de outra forma. Mas isso é assunto de outra CPI.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, quero concluir colocando para a nossa Comissão, para a Mesa outra questão importante. Tanto no depoimento de ontem quanto no de hoje, há uma pista importante sobre aquela notícia que V. Ex^a, ontem, leu no jornal, ou seja, sobre a listagem dos destaques com emendas. Realmente saiu de um micro do PRODASEN uma listagem com as emendas e os destaques. O normal é que essa documentação tivesse sido registrada nas Atas do Congresso Nacional. Eu estava na sessão do Congresso do dia 19 para o dia 20, inclusive está registrada nas Atas do Congresso a votação de vários destaques, inclusive do famoso destaque dos CIACs. Há várias votações lá, e a Ata não tem realmente essa relação. Nós temos a informação de que saiu do micro uma listagem. Isso resolve o problema dessa listagem com as alterações que foram feitas no PRODASEN. Essa questão, portanto, é um enigma para que possamos também destrinchá-la até o final dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a, gentil como é, poderia orientar-me a respeito porque estou meio perdido. V. Ex^a se refere àquela matéria que discutimos ontem e que resultou numa nota à imprensa?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente. Nessa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Ex^a disse há pouco que aquela lista de nomes não constava de quê?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É sobre a matéria.. V. Ex^a leu, ontem, a nota de uma coluna de um jornal, que era autônoma em relação a uma tese, insistia que tinha sumido uma listagem com os destaques e emendas?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dos disquetes.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Dos disquetes. E nós temos de duas pessoas que, lá, colaboraram com o Relator-Geral a informação de que saiu do computador do PRODASEN, do micro, uma listagem desses destaques, que era exatamente a realização do acordo na Comissão de Orçamento.

É na Ata da sessão do Congresso Nacional, do dia 19 para o dia 20, da qual eu era membro, porque como líder de Bancada eu inclusive encaminhei a votação, e há, na Ata, o encaminhamento de votação de destaques, o normal é que essa relação de destaques estivesse na Ata do Congresso Nacional. Eu fui examinar a Ata, tenho inclusive a cópia da Ata aqui, e não tem essa relação, só tem referência a um destaque que foi o do CIAC, que falei aqui.

Portanto, estou me referindo a esta questão, de uma matéria colateral mas que tem uma certa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí caberia um requerimento nosso ao Congresso?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Caberia um requerimento nosso à Presidência do Congresso Nacional, de informações sobre a relação dos destaques da votação do Orçamento de 1991, na sessão do Congresso do dia 20. Eu tenho a Ata e não encontrei esse destaque, posso até fornecer ao Relator e a V. Ex^a a Ata do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É mais uma contribuição que V. Ex^a presta, e eu lhe agradeço muito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Deputado José Carlos Aleluia, preferi ficar para o final, porque não estava ainda seguro do que constava desse dossiê trazido aos Deputados dessa CPI pela Subcomissão de Emendas.

Antes de tratar dos papéis da ODEBRECHT, gostaria de retroagir um pouco no tempo. Conheci V. Ex^a como executivo de empresa estatal, presidindo a CHESF, uma empresa difícil de ser administrada pelo seu tamanho, pela sua crônica crise econômica; hoje menos, mas até um passado recente, pelos divisionismos políticos e ideológicos existentes no quadro da empresa. V. Ex^a de lá saiu com o conceito de bom executivo e os baianos lhe deram esse título de deputado.

V. Ex^a agora chega aqui para dar explicações a respeito do envolvimento do seu nome, com possíveis interesses da ODEBRECHT.

Eu começaria perguntando o seguinte: V. Ex^a conhece o Sr. Aílton Reis?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Conhece o presidente da ODEBRECHT?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Dr. Emílio? Conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu já quero louvá-lo por isso, porque até aqui ninguém conhece. Às vezes chego a imaginar que a ODEBRECHT é um órgão sideral, dirigido por um ET. Ninguém conhece ninguém da ODEBRECHT, ninguém viu, e quem sabe que ela existe, sabe, porque esteve contra ela em algum momento.

V. Ex^a conheceu o presidente e o diretor regional, já em Brasília ou no Recife, como presidente da CHESF?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - O presidente eu conheci na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Ele era mais adiantado do que eu, já era um homem envolvido com empresas, mas o conheci na Escola de Engenharia, eu sou engenheiro, ele é engenheiro formado na mesma escola. Nunca fomos muito próximos, mas o conheço dessa época. Quando era presidente da CHESF, nunca o presidente me procurou, nunca tive contato com ele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É exatamente o que eu queria saber.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nunca tive contato com o Sr. Emílio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas ela tem obras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - A construtora Norberto Odebrecht tem obras na CHESF, sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ela faz parte do consórcio do Xingó...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Através da CBPO, que é uma empresa do grupo, faz parte do consórcio Xingó, e diretamente executa esta obra que está sendo questionada, uma das seis obras do Projeto Itaparica.

É possível que tenha alguma outra montagem, não sei se ela faz parte hoje do consórcio que monta Xingó também, não sei esse detalhe porque não estava lá na época. Mas é possível que ela tenha alguma outra obra de montagem de linha.

A minha relação profissional e transparente com eles é antiga, e o respeito que eles tem por mim é antigo. Tenho absoluta certeza de que qualquer diretor da ODEBRECHT vai dizer isto, qualquer um, eu conheço vários. O próprio Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Diretor da Norberto Odebrecht da área química, é um homem que me conhece.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é o nome dele? Mascarenhas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É um homem da maior competência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que, enquanto Presidente da CHESF, jamais ele o procurou e jamais formulou qualquer pedido na defesa dos interesses da empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, porque, particularmente, os assuntos de Xingó eram tratados por um consórcio...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, eu estou falando de um modo geral.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, não, de modo geral, não. Mas os assuntos mais importantes que eles tinham lá era Xingó. E o líder do consórcio era outra construtora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque, como pernambucano, como advogado, em Pernambuco durante muito anos, sei que há uma permanente luta de empreiteiras para obter pagamentos; a empresa faz contratos vultosos, deve muito, deve tanto que é obrigada a corrigir a dívida, e há uma permanente pressão no sentido de que alguém possa, antes de alguém receber o que deve. V. Exª afirma que ODEBRECHT nunca esteve nesse caso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - V. Exª levanta um assunto que não me envolve, mas que é bastante sensível, que é a questão da ação do Poder Judiciário, em Pernambuco, obrigando, em alguns momentos, a CHESF a fazer alguns pagamentos. Não aconteceu no meu tempo...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas isso é mais recente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - ...nunca tive problema com isso.

Quanto aos pagamentos, no meu tempo, existiam alguns atrasos, mas nunca houve demanda judicial. A única demanda judicial que existia para pagamento era referente à construção da usina de Itaparica, que não envolve essa construtora. Queriam receber juros pelo atraso, e eu disse que não havia amparo legal para isso, portanto, que fossem à Justiça. Lá está até hoje.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E aqui em Brasília, como se deu a aproximação de V. Exª, ou o conhecimento de V. Exª com o Dr. Aílton Reis?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Algumas vezes, duas ou três, não muitas, estive no meu gabinete o Sr. Aílton Reis, que conversou sobre vários assuntos. Não sou homem de negar essas coisas, e eu sempre disse a ele e a qualquer um que o meu interesse era defender o interesse do meu Estado e representar o interesse do meu partido, quando para isso fosse delegado. Nunca recebi proposta...

Governador - desculpe-me chamá-lo de Governador, mas esse é um cargo que V. Exª exerceu com muita qualificação - V. Exª é um homem de respeito, e tenho certeza de que ninguém nunca fez a V. Exª nenhuma proposta indecorosa; a mim também não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, mas eu não ia perguntar por proposta, e sim por pedido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Pedido específico, não. Quando se pede alguma coisa para ser atendida, faz-se um pedido. Colocaram alguns pontos de vista...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pedido para apresentar uma emenda, pedido para...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, Deputado. Eles, eventualmente, podem ter dito que têm algum interesse. Agora, pedido, não.

Quero dizer a V. Exª que a maioria das minhas emendas que estão aí são do Estado da Bahia. Tenho solicitação do Estado da Bahia, tenho fax da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.

Fazemos nas bancadas - não sei se Pernambuco é assim - as emendas do interesse do Estado, e os Deputados as assinam, cada Deputado assina um grupo de emendas do interesse do Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em Pernambuco, nós temos as do Estado e temos também as individuais.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sim, para as outras cada qual toma iniciativa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E este ano, nós vamos ter um problema sério. Quer dizer, este ano, não, no próximo ano, se voltarmos para cá. É que, em Pernambuco, as obras importantes, ou são da OAS, ou são da ODEBRECHT, ou são de Queiroz Galvão.

Por conseguinte, não sei como é que vou poder ajudar o meu Estado com emendas, porque vou dizer ao Governador que vai ser difícil, porque não há obras sem empreiteira. E a partir dessa experiência que tivemos agora, não dá para correr esse risco.

(Intervenção fora do microfone)

Não, não, mas não é isso. Não importa se a licitação foi perfeita. Importa que vai induzir a uma suposição de algum tipo de cooptação.

(Intervenção fora do microfone)

Bem, eu quero dizer a V. Ex^a com franqueza que esses papéis lhe são desvantajosos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - São papéis. V. Ex^a mencionou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, os papéis são desvantajosos. Não estou fazendo juízo de valor. Estou dizendo o que está no papel.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Tenho consciência disso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, eu gostaria que V. Ex^a afirmasse, sob juramento que está: quanto a estas duas transcrições que estão aqui, de conversas, que já foram objeto de outras indagações, V. Ex^a nega peremptoriamente que sejam verdadeiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Deputado Roberto, mencionei o seguinte: sou um homem que posso ter vários defeitos, agora eu tenho bom-senso; tenho até menos preparo, mas tenho bom-senso. E uma pessoa que tenha bom-senso - e esse homem que escreveu isso não o tem - não diz uma coisa desse tipo.

Ele disse que tem certeza de que os valores solicitados ao Relator-Geral por eles serão atendidos.

Como eu posso ter certeza disso? Como eu posso ter certeza disso se a minha ação era no plenário da Comissão? Eu não era Relator, não era Relator adjunto.

Esse é um documento que alguém fez com interesse de mostrar, Deputado Roberto... Não é a primeira vez que alguém tenta usar suposta influência junto a outro para obter vantagens. Seguramente, essa não é a primeira vez.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pelo que ouvi aqui das arguições anteriores, parece que V. Ex^a conseguiu comprovar que várias emendas de interesse da ODEBRECHT não foram favorecidas pelo seu trabalho, mas, ao contrário, V. Ex^a teria, inclusive, trabalhado contra algumas delas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu consegui... não sei se consegui provar, mas tentei demonstrar que trabalho no interesse público.

No caso particular do Projeto Itaparica, porque eu fiquei indignado de ver o meu nome ao lado disso, não há a menor lógica! Se eu fiz uma emenda retirando recursos! Não há nenhuma lógica!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De quem foi a emenda de Itaparica?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu posso assegurar que não foi minha essa aprovada, mas eu tinha emenda para o conjunto. Eu tinha emenda inclusive para esse projeto também, mas depois fiz uma emenda retirando.

Essa emenda aprovada não é minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o projeto de assentamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Observe: tenho uma emenda...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, eu digo de Itaparica.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - É, Itaparica são seis. Não sei se V. Ex^a... eu tentei explicar. São seis subprojetos, esse é um deles; os outros têm outras construtoras.

A mesma pergunta que V. Ex^a fez eu, agora, digo, quer dizer, quem vai apresentar só pode apresentar emenda ao Projeto Jusante, porque a esse não foi feita concorrência ainda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E essa função de colaborador do Relator-Geral? Não será que ela, exatamente por não ter... primeiro, não ser institucional; segundo, não ter atribuições específicas. Não será que ela é que abre o caminho para esse colaborador atuar indiscriminadamente em várias áreas e terminar realmente, ainda que bem intencionado, a ajudar interesses que não merecessem ser ajudados?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu queria dizer a V. Ex^a que eu fui solicitado a colaborar com o Relator-Geral porque eu era vice-líder. Eu não tinha relação anterior próxima ao Ministro Fiúza, ao Deputado Fiúza.

Quando fui presidente da CHESF, o Deputado nunca me procurou para defender nenhum interesse, nem dele, nem de ninguém, e eu tive contato com ele uma ou duas vezes, quando vim aqui ao Congresso. Portanto, não tinha nenhuma relação anterior com o Deputado Fiúza. Cheguei aqui, a bancada do meu Estado é uma bancada representativa dentro do Partido, dividimos as tarefas, eu fiquei como vice-líder, procurei ajudar. Tenho realmente esse defeito. Considero-o como tal. Se querem saber um dos meus defeitos, é procurar participar das coisas.

Eu talvez deva, a partir dessa experiência amarga... Usando um pensamento que não é meu, é uma experiência amarga, mas tem que ser vista com uma paciência que também é amarga, mas que tem um fruto doce. Essa experiência para mim, Deputado Roberto Magalhães, é a mais amarga que já tive na vida pública. Portanto, enfrente isso inteiramente despreocupado de qualquer compromisso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, todos aqui já manifestaram, ou já se referiram ao fato de que nós estamos desprovidos de elementos capazes de lhe fazer uma cabal investigação. Mas eu acho que, se não temos o papel, temos a sua palavra. Então, eu pergunto a V. Ex^a: antes de ser Deputado, V. Ex^a era apenas funcionário, ou exercia alguma atividade privada, profissional?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Antes de ser Deputado, eu sou funcionário da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, estive lá... estou lá até hoje, afastado da empresa, porque há um dispositivo constitucional que me proíbe continuar prestando serviço a uma concessionária de serviço público federal após a minha diplomação.

Portanto, estou afastado. Tenho uma participação em cotas de uma empresa na área de informática; empresa que trabalha na área de **software**, comercialização de **software**.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sediada na Bahia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Na Bahia. Por isso é que fiz questão de dizer que tenho atividades aqui e lá, embora não seja um freqüente, mas tenho essa participação, que era aproximadamente de 30%. Estou reduzindo a minha participação, exatamente porque acho importante que os que lá estão conduzindo possam participar. Estamos integrando mais técnicos da empresa, são analistas - temos três analistas **senior** na empresa. Trabalhamos com comercialização de **software** e **hardware**, enfim nessa área especializada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só nessa área?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - E.

Com relação a essa pergunta de V. Ex^a, quero dizer também que tenho uma procuração de um tio meu, datada de 1987 - eu diria que é o tio mais afortunado da família. Inclusive, é tanta a confiança que tenho uma de suas contas - não sei se virá aqui ou não, porque a conta é dele, mas está com o meu nome. Tenho essa procuração e agora estamos até extinguindo.

Existe a colaboração que presto a membros da minha família; tenho relações com meu pai, meus irmãos. De modo que esta é a minha vida. Faço política muito mais do que tudo isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a movimenta os recursos do tio afortunado...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eventualmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ... em seu nome próprio não, no nome dele?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não sempre, não sempre. Geralmente, movimento o meu ou movimento o dele em nome dele. Eventualmente, posso ter movimentado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas a conta dele é separada?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - A conta dele é separada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em nome dele?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Em nome dele! Mas em nome dele em conjunto com o meu. De modo que não é renda minha. É conta conjunta.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Entendi.

E nessa área de transporte, V. Ex^a nunca teve sociedade com transportadora?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sociedade com transportadora?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sociedade em empresa transportadora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Transportadora não!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim. É tão comum no Nordeste! O empresário tem uma frota; então, trabalha para a CHESF, trabalha para Xingó. Conheço, tenho amigos eleitores que têm centenas de automóveis rodando o dia todo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Entendi a pergunta de V. Ex^a. É muito comum, mas não a mim.

Na CHESF, tínhamos inclusive a política de reduzir as frotas de carro. A imprensa, no Governo passado - não no Governo do Presidente Sarney, no Governo passado -, falou muito de pessoas que tinham empresas trabalhando em Xingó. Mas nunca tive nada, nunca pedi a um construtor sequer para que subcontratasse o carro de A ou de B, muito menos o meu. Nunca tive participação em nada disso!

Deputado, quero dizer a V. Ex^a que o meu cuidado era de tal ordem que eu contava história...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Espero que V. Ex^a não se ressinta...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, não! Sinto-me inteiramente à vontade!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou aqui cumprindo o meu dever.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero dizer a V. Ex^a só um detalhe: comprei um apartamento em Recife e depois vendi. Vai ser visto na minha análise patrimonial. Comprei com financiamento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Ex^a quiser, vou dizer porque estou perguntando se é ...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu gostaria.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque uma vez, logo que aqui cheguei como Deputado, numa reunião do PFL, V. Ex^a, ao meu lado, defendia a revogação do salário mínimo nacional, queria que ele fosse regional. E achei que V. Ex^a, sendo jovem e moderno, estava defendendo uma tese que, na minha opinião, era excessivamente conservadora. Então, imaginei: deve ter alguma empresa. Certo? Só por isso!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sempre fui um homem que tomou cuidado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, uma pergunta realmente importante que eu gostaria de fazer a V. Ex^a, porque, se não temos os documentos, temos a sua palavra no papel. Amanhã, chega aqui o documento e é só fazer...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Claro, claro!

retorno.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Talvez até dispensando o seu

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Está certo.

classe média?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a se considera um homem de

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sou um homem de classe média.

seu patrimônio?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Teria condições de nos dar idéia do

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quero dizer inclusive que mandei para

o Presidente da Comissão uma análise do meu patrimônio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Presidente de que Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Para o Presidente da CPI.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, sim! Entendi subcomissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mande uma cópia de uma análise

gerencial do meu patrimônio. É claro que os auditores farão melhor do que eu. Eu fiz uma

análise do meu patrimônio - está aqui mostrado - onde declaro os bens detalhadamente, 88%

deles, que são exatamente os meus bens móveis e veículos da lei, e o resto seria um coisa

absurda.

De modo que o meu patrimônio está declarado em 695 mil e 439 UFIRs na

declaração do ano/base de 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não dá para calcular em dólar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Dá; mais ou menos uns 300 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Um imóvel?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não, tenho vários imóveis. Já tive três

apartamentos e hoje tenho dois, comprados; todos eles com financiamento. Tenho três

apartamentos, tenho um terreno. A maioria dos meus imóveis, V. Ex^a vai ver, os maiores e os

mais importantes foram adquiridos antes de eu ser Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, isso é muito importante.

Então, V. Ex^a poderia me dar um cópia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Está certo, claro!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque eu já passaria para a

Subcomissão de patrimônio.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Entreguei isso em que data, Deputado?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deve estar na Subcomissão, mas

para procurar fica muito trabalhoso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas é importante! Eu gostaria de

lembrar. A minha carta está datada de quando?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa aqui não é original; 07 de

dezembro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Portanto, logo que surgiram os

problemas, passei um final de semana analisando a minha declaração, que é uma coisa

extremamente complicada. Fui analisá-la, ver a coerência que existe entre os meus ganhos e o

aumento patrimonial.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O encaminhamento do Deputado José Carlos Aleluia foi apenas uma relação

ou os documentos pertinentes à relação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu encaminhei, é evidente que

entreguei uma análise gerencial, porque não a fiz detalhadamente. Acho que o auditor é que

tem que fazer a evolução dos meus patrimônios de bens, imóveis e veículos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Aliás, eu ia pedir pela ordem justamente para dizer

que nenhum membro da Comissão de patrimônio inquiriu naturalmente o depoente hoje por

falta de documentos da Comissão. Mas é lógico que, a partir não apenas do envio desses

documentos, mas da quebra dos sigilos bancário e fiscal de V. Ex^a, foram solicitados os

documentos. E esses documentos então não sofreram ainda uma análise.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, porque certamente foi pedida

a receita para, através do Imposto de Renda, proceder-se à verificação.

O SR. PEDRO PAVÃO - Bom, é para ficar aqui bastante transparente...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso aqui foi ele quem mandou.

O SR. PEDRO PAVÃO - Esse papel não serve naturalmente para análise do

PRODASEN.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nem serviriam os meus rascunhos, que

era o que eu dispunha. Fiz uma carta pedindo à Receita e agora é que estou acabando de

receber os originais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso aqui serve para checar e

ganhar tempo.

Apenas isso, Sr. Presidente, estou satisfeito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja

perguntar?

O nobre Deputado José Carlos Aleluia quer fazer alguma consideração final?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu gostaria, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder uma pergunta que não foi feita.

Posso, Sr. Presidente? Porque eu esperava que fosse feita!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Claro!

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - O Sr. José Carlos Alves dos Santos, numa carta feita num momento de grande pressão psicológica, colocou o meu nome ao lado de ilustres Parlamentares, alguns até presentes, os quais ele pensava que poderiam até ter alguma relação com empresas. Isso é importante lembrar; ninguém me perguntou e faço questão de falar sobre isso se me for permitido.

O Sr. José Carlos Alves dos Santos - aliás, essa história parece que foi dita ontem aqui - teve várias oportunidade de mencionar o meu nome.

Quando conheci o Sr. José Carlos Alves? Conheci exatamente com esse trabalho de apoio ao Relator Ricardo Fiúza. Nunca o vi antes e nem voltei a vê-lo depois; nunca o procurei quando era do DOU. Portanto, ele tinha pouco conhecimento de mim. Por isso havia um papelzinho sobre o qual o Deputado Aloizio Mercadante sempre colocou pouca fé. Mas o Sr. José Carlos Alves teve oportunidade de falar o meu nome quando falou para a revista *Veja*, quando falou nesta Comissão, quando lhe foi apresentado o livro dos Parlamentares, quando fez uma entrevista ao jornal *Folha S. Paulo* - onde diz textualmente: "Do Aleluia nunca vi nada" - e nos autos desta Comissão, num depoimento, quando me foi apresentado um envelope, que é importante rever, onde ele também diz claramente que de nada tem conhecimento a meu respeito.

Portanto, é algo até difícil de entender. Como é que ele diz que nada conhece e, depois, preso, faz acusação! Acho que isso deveria ser investigado, porque alguém foi lá induzi-lo.

Está é a primeira acusação que quero fazer, porque envolveram-se outras pessoas inocentes como eu, que sofreram.

Sr. Presidente, Sr. Relator, estou passando por uma dor muito profunda, mas é uma dor justa, uma dor de quem acredita na Justiça, uma dor de quem sabe que os senhores - todos, sem distinção - não querem acusar ninguém. Estão também sofrendo. Eu tenho absoluta certeza de que os senhores estão sofrendo.

Quero dizer isso, nesta oportunidade, para reafirmar o meu apoio à instalação da CPI. Eu assinei e subscrevi o requerimento de instalação desta CPI porque entendo que, antes de investigar irregularidades, esta Comissão deve buscar o que o Relator tem sempre falado: a melhoria das relações do Executivo com o Legislativo e com o Judiciário, que também têm tido dificuldades na questão orçamentária.

Portanto, quero dizer aos Deputados que me inquiriram que não haverá da minha parte nenhum ressentimento, porque todos cumpriram o dever. E, se for preciso, voltarei a dar os esclarecimentos que forem necessários.

Pediria a V. Ex^a, apenas, que me fosse dado acesso às informações, para que pudesse colaborar com a verdade, tanto na área fiscal quanto na área tributária, quanto na área de bancos. Poderia, assim, começar a estudar as questões para esclarecer definitivamente tudo.

Nobre Deputado, é fundamental para mim, não para continuar na política, porque eu talvez tenha perdido bastante nisto. Um Deputado como eu tem na reputação a maior base do seu trabalho. Fui eleito com reputação, fui eleito com o meu nome, fui eleito com o meu trabalho. A minha eleição foi surpresa, surpresa inclusive para homens como o Governador eleito do meu Estado que conhece a política da Bahia muito bem - e aqui está o seu ilustre Líder Luís Eduardo - que se surpreendeu com a minha votação.

A minha votação, Sr. Relator, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, minhas senhoras, meus senhores, decorreu da minha credibilidade e, se eu não a recuperar, não posso concorrer a eleições. É fundamental que esta Comissão investigue a minha vida e verifique se eu tenho alguma relação com essa construtora, porque essa é a acusação que pesa sobre mim.

Sou um Deputado de portas abertas, liberal; um Deputado que recebe qualquer tipo de argumento de qualquer pessoa. Em todas as oportunidades em que trabalhei aqui, sempre ouvi a todos e, como Presidente da CHESF, recebi até vereador de Município e não era candidato a nada. Recebia os trabalhadores rurais, ia encontra-los no seu núcleo sindical, no Município de Petrolândia. Nunca fugi a nada.

Fui eleito com isso e posso ter sido derrotado por uma denúncia irresponsável de uma pessoa que tive o azar de conhecer. Não sei qual era a intenção dele, mas seguramente não era boa, e ele não a esclareceu nem para o senhor, Sr. Relator, nem para mim. Tenho absoluta certeza de que não tinha nenhum acerto comigo, e ele sabe disso. Deve estar chorando e ouvindo-me. Por isso é que eu disse, num tom até descontraído, de que ele merecia muito mais. É um irresponsável. E a empresa também tem responsabilidade sobre isso.

Não é uma simples interpelação. É mais um desabafo de um homem atingido como eu estou. Quero recuperar o meu nome e ter condições de continuar na política e, sobretudo, na vida, porque a política passa e o que fica é o meu nome. O que fica é o exemplo para os meus filhos. O que fica é o trabalho que eu tenho feito.

Quero encerrar este meu pronunciamento, se os senhores permitirem, com uma citação, até para descontrair um pouco, de George Eliot: "Nossas vidas estão de tal modo ligadas entre si que é absolutamente impossível as faltas de uns não recaírem sobre os ombros dos outros. Mesmo a Justiça faz vítimas, e não podemos conceber castigo algum que não se estenda à ondulação de sofrimentos imerecidos além do alvo visado."

Eu sou uma vítima, em qualquer circunstância, do trabalho, mas continuo apoiando e elogiando o trabalho de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de encerrar e convocar a reunião para às 15hs para ouvirmos o nobre Deputado Valdomiro Lima, devo dar uma

palavra a V. Exª, Deputado José Carlos Aleluia, a quem conheço muito pouco e dizer-lhe que V. Exª pode sair daqui com uma certeza: a certeza de que não temos, nesta CPI - pelo que ela representa, ela pode ter divisões -, da parte de ninguém, o objetivo, como V. Exª acabou de reconhecer, de nos transformar em verdugos, em algozes de quem quer que seja. Estamos tentando chegar à verdade. E é difícil.

Há dois mil anos Pôncio Pilatos perguntava, no julgamento de Cristo, o que é a verdade. Algumas seitas religiosas supõem poder responder. Eu ainda tenho as minhas próprias dúvidas sobre isso.

Estou sob pressões, Deputado. E nunca as tive tão fortes como agora. Mas, dentro da trajetória da minha vida, não há pressão que dobre a minha consciência. E tenho certeza de que isso acontece com esta Mesa também, como acontece com o Plenário desta Casa. Quaisquer que sejam as divergências, e se esta, infelizmente, Comissão não chegar unida até o fim, uma coisa lhe garanto: o que acabei de lhe dizer ainda há pouco, nada dobrará, dentro de nós, o desejo de fazer justiça. Se V. Exª confia na Justiça, espere por ela.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h52min.)

Depoimento do Sr. Senador Rachid Saldanha Derzi

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Vamos dar início a esta reunião, que tem a finalidade de ouvir o depoimento do Sr. Senador Rachid Saldanha Derzi.

Por designação do Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Presidente da CPI do Orçamento, estamos aqui para cumprir esta diligência, solicitando inicialmente do Senador Saldanha Derzi que preste o compromisso. Todos ficaremos de pé.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Solicito do nobre Deputado Zaire Rezende que proceda à qualificação do depoente.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. depoente, seu nome, por favor?

RACHID SALDANHA DERZI - Rachid Saldanha Derzi.

O SR. ZAIRE REZENDE - Idade?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Setenta e seis anos. Minha mulher diz que é setenta e cinco, mas eu acho que é setenta e seis. Ela fica brava quando digo que é setenta e seis.

O SR. ZAIRE REZENDE - Profissão?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sou médico pecuarista.

O SR. ZAIRE REZENDE - Residência?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Resido em Campo Grande.

O SR. ZAIRE REZENDE - Endereço?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Rua Rodolfo José Pinho, nº 1.330, Casa 2.

O SR. ZAIRE REZENDE - Onde exerce a sua profissão?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - No Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pergunto ao Sr. Senador se quer dirigir a palavra inicialmente para fazer uma exposição?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho; Senador Francisco Rollemberg; Deputados Roberto Rollemberg, Zaire Rezende e Sérgio Miranda:

Estou hoje aqui, convidado para, nesta CPI, depor. Sou um parlamentar de quarenta e oito anos de mandato: fui Vereador, Prefeito, Deputado Federal e hoje sou Senador. Sempre fui um parlamentar atuante, conhecedor das responsabilidades que o povo da minha terra concedeu-me para representá-lo no Congresso Nacional. Tenho procurado fazer o meu trabalho da melhor maneira possível e acredito que não desonrei nem por um minuto o mandato que aquela brava gente de Mato Grosso do Sul outorgou a mim por vários anos seguidos.

E, para orgulho meu, a minha reeleição tem contado com um número crescente de eleitores, demonstrando a satisfação daqueles que me conduziram para cá com o que aqui tenho podido fazer pelo meu Estado e pelo Brasil.

É difícil ser parlamentar, não é fácil. É preciso realmente ter espírito público e dedicar-se de corpo e alma à solução dos nossos problemas, quer do nosso Município, do Estado ou do Brasil. Não é fácil. Entretanto o exemplo de vários parlamentares que há tantos anos estão aqui no Congresso tem trazido estímulo para que eu continue nessa ação permanente de cumpridor do meu dever.

Vi-me agora citado por esse... José Carlos... acho que é José Carlos, que está preso e que denunciou todas as supostas falcaturas da Comissão de Orçamento. Diz ele que

ouviu o Deputado João Alves falar que eu tinha conhecimento das maroteiras que se faziam na Comissão de Orçamento.

Imediatamente interpelei judicialmente o Deputado João Alves a respeito. S. Ex^a negou peremptoriamente ter dito isso ao José Carlos. A interpeleção judicial João Alves nega. Vou lê-la:

"Foi com muita indignação que vi meu nome citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos em sua entrevista à revista *Veja*.

O economista, segundo a revista, disse que ouvia o Deputado falar em meu nome dentre outros. A citação, por falta de consistência, pareceu-me tão irresponsável e comprometedora que entrei com uma interpeleção judicial junto ao Supremo Tribunal Federal, a fim de que o Deputado João Alves esclarecesse tais declarações.

A resposta nos autos da notificação, pet. n^o 79301, de 70, tendo como Relator naquela Corte Suprema o eminente Ministro Paulo Brossard, contradiz todas as afirmações contidas naquela revista envolvendo meu nome, cuja cópia passo às mãos de V. Ex^a, para que conste dos Anais desta CPI."

E fiquei realmente indignado e surpreso, porque sempre tive uma vida a mais correta possível em todas as Comissões a que pertenci, especialmente na Comissão de Orçamento, em que procurei, naturalmente, aprovar todas as emendas que apresentava, em favor do meu Estado e dos meus Municípios.

Ninguém, entretanto, está livre de uma infâmia dessas. Embora a Comissão me libere de qualquer compromisso, que realmente eu não os tenho porque sou um homem de vida pública limpa - pode haver homem de vida pública limpa no Brasil, porém, mais do que a minha não há - isso me indignou, ou seja, a maneira como foi feita essa acusação. Afinal quem irá tirar essa mancha que jogaram sobre a minha honra, sobre meu comportamento? Quem irá tirar?

A imprensa irresponsavelmente deu vazão a todas as informações falsas que vinham às suas mãos. Assim, fui por ela caluniado muitas vezes. Sobre algumas estou naturalmente, em juízo, pedindo satisfação; a outras não dei bola.

Mas quem irá tirar essa mancha à honra de um homem público de vida limpa? É muito difícil.

Há sempre os que vão duvidar, mas, felizmente, em Mato Grosso do Sul, a unanimidade daqueles que votaram em mim, especialmente da classe humilde, da classe média, dos mais humildes, nenhum deles acreditou que eu realmente pudesse ter um deslize aqui no Parlamento Nacional.

Isso para mim foi muito gratificante, porque não encontrei, não soube de nenhuma pessoa que pudesse ter acreditado nessas infâmias que estão assacando contra o nosso nome.

Por isso, Sr. Presidente, embora estivesse internado uns dias no hospital, não quis deixar de vir à Comissão Parlamentar de Inquérito. Estou aqui à disposição dos Srs. Parlamentares para submeter-me à interpeleção de todos os Colegas.

Agradeço pela atenção e coloco-me inteiramente à disposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado a V. Ex^a.

De acordo com a lista de inscrições, tem a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, eminente Senador Saldanha Derzi, já nos conhecemos a longo tempo, inclusive em Comissões de Orçamento, porque eu, antes de ser Parlamentar, fui Deputado Federal por dezesseis anos e sei, posso testemunhar, que, no tempo em que frequentei a Comissão de Orçamento, o comportamento de V. Ex^a foi exemplar. Nessa época, inclusive, nós muito pouco influíamos. Éramos praticamente uma Comissão de chancelamento, aprovávamos ou não o Orçamento.

Foi de uma certa forma até paradigmático para esse Deputado, que era recém-chegado àquela Casa e que aprendeu com V. Ex^a, aprendeu com Janduí Carneiro, com Leão Sampaio, homens da sua geração que foram... Geraldo Freire... que foram os meus mestres nesta Casa. Devo muito a V. Ex^as no meu aprendizado político. Por isso quero testemunhar que já o conheço de longo tempo, na Comissão de Orçamento, e fui seu colega. Sou hoje seu colega há 7 anos no Senado da República.

Sr. Senador, foi dada a mim pelo Sr. Presidente Jarbas Passarinho a missão de analisar a documentação apreendida no escritório da ODEBRECHT. Devo dizer que é este material que aqui está e mais alguma coisa que ficou em meu gabinete. Lá procurei identificar, com uma lupa, uma lente de aumento grande, que alguns nomes não estavam bem claros. E nessa pesquisa, com a qual vareí noites, cataloguei 47 páginas com um bom número de nomes e de letras, iniciais, algumas delas identificadas, cujos reais cidadãos já prestaram declarações a esta Casa, com exceção do Sr. Fagalli, que foi o primeiro nome a ser encontrado e que é de um cidadão que trabalhava no Ministério das Minas e Energia, que apareceu com um percentual.

Devo dizer-lhe, Sr. Senador, que, na documentação encontrada no escritório da ODEBRECHT, o nome de V. Ex^a não é referido em momento algum, mas as coisas não ficaram aí.

O Presidente Jarbas Passarinho, pediu-me para analisar, junto com Nelson Trad, documentação apreendida na casa do Deputado João Alves.

Tive necessidade até de mandar fazer xerox, cópias ampliadas de possíveis nomes ali citados, porque alguns estavam ilegíveis e havia nomes escritos em cima de outros,

e devo dizer-lhe também que nestes documentos Rachid Saldanha Derzi, Senador da República, não havia lá inscrito o seu nome.

Só encontrei o seu nome em uma única referência: neste documento, que é o depoimento do Sr. José Carlos, que diz tão-somente o seguinte: perguntado pelo Sr. Relator Roberto Magalhães a respeito de pessoas que faziam parte de um grupo que dominava o Orçamento, o Sr. José Carlos faz uma série de citações, e o Relator insiste perguntando quem mais sabia. E ele baixa uma catilinária e foi um "Deus nos acuda" quando citou Gastone Righi, que jogou um anátema, "amaldiçoado seja aquele tal..." Foi um discurso, digamos assim, bombástico, diferente, italiano, quente, protestando contra a sua indicação. Todos os nomes que realmente participaram de alguma coisa nesta Casa: Relator, sub-Relator, Presidente de comissões, Líderes, tiveram seu nome incluído. Sobre o Sr. Senador Saldanha Derzi - para os outros ele respondia: "com certeza!". Ao Sr. Saldanha Derzi ele diz tão-somente: "Sabia"...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sabia!

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sabia.

Imagine bem, Sr. Senador, o que é saber.

Há poucos instantes, eu comentava aqui como os senhores jornalistas, sou médico, mas, antes de falar do confessorário que é a vida médica, falava do confessorário religioso e das últimas notícias que a Igreja Católica vem sofrendo. Um seu padre, na Sicília, confessa que sabe quem foi o assassino de um juiz que explodiu o seu carro e matou-o. E começa uma discussão muito grande no Direito Canônico a respeito de saber se o padre que tem o conhecimento de algum crime poderá denunciar o criminoso. E é dogmático que a Igreja Católica não irá abrir mão desse fato, desse direito, porque, se a confissão perder aquele sentido de catarse, de limpeza da alma... a Igreja Católica perdeu muito na sua essência. Quem mais procurará o conforto material e espiritual na Igreja Católica?

Eu falava também, Senador Saldanha Derzi, da nossa profissão de médico e dizia das catarses que surgem nos nossos gabinetes, dos conflitos conjugais de que somos depositários, da confiança, dos conflitos emocionais provocados por alguma ação inescrupulosa, por algum delito cometido dolosamente ou não, e nós, médicos, não temos o menor direito, em qualquer instante, em sendo usado também naquele confessorário, que é o gabinete médico, de, em saber, denunciar quem quer que o seja, a não ser que nós, que não somos sacerdotes, tivéssemos conhecimento de um crime hediondo, como foi o do Sr. José Carlos, que mandou matar a sua esposa, estrangulou-a, culminou com picaretas, com pedradas. Nesse caso, o médico teria o dever de depor, porque fazemos o juramento de guardar segredos, no que diz respeito à saúde, à vida íntima, mas não temos a obrigação e nem o dever de guardar o segredo de coisas que são cânceres sociais. Daí por que, Sr. Senador, dizer que V. Ex^a sabia é uma afirmação muito vaga. Quem nesta Casa não tinha alguma idéia ou não ouviu falar que a Comissão de Orçamento tinha um grupo que dela dominava a partir de 1988, quando o Orçamento começou a ser elaborado pelo Congresso? Mas quantos de nós, Sr. Senador Saldanha Derzi, fomos beneficiados com isso?

Passei 23 anos nesta Casa para conhecer desses fatos, porque já fiz parte da Comissão de Orçamento em tempos idos, e não se falava nisso.

Sr. Senador Saldanha Derzi, estar V. Ex^a nesta cadeira, neste instante não me causa espanto, não acho ruim, acho até que é bom para V. Ex^a que venha, porque esta Comissão tem um dever moral de prestar à Nação brasileira um esclarecimento muito sério: tem que atestar, dizer, mostrar ao Brasil aqueles que foram inimigos dos seus mandatos, mas, por outro lado, ela tem que ter - e terá - porque o Sr. Relator e o Sr. Presidente são homens muito dignos, que, ao lado do Senador Odacir Klein, na Vice-Presidência, de dizer também ao Brasil quem são os homens honrados. E V. Ex^a, eu tenho certeza, sairá nessa segunda relação dos homens que honraram os seus mandatos.

Tive o cuidado de verificar se a Comissão de Subvenção Social da qual faço parte teria levantado algo que desabonasse a conduta de V. Ex^a. Fui até a Mesa consultar a respeito antes de começar a reunião, embora já tivesse certeza: não há nada.

Portanto, Sr. Presidente, desculpe-me não fazer uma interpelação. Não estou aqui como advogado de defesa, não estou aqui como um Torquemada para incendiar ninguém, mas estou aqui para relatar fatos. Participei de três tipos de Comissões. Examinei documentos da ODEBRECHT, da casa do João Alves e participo com muita honra da Comissão de Subvenção. Nesses três lugares V. Ex^a está como chegou a esta Casa, como começou sua vida pública. Diz V. Ex^a, há 48 anos, eu era criança. E portanto V. Ex^a vai ser interpelado por outros companheiros nossos, não sei o que vão dizer nas outras Comissões, nem o que porventura provocou esse chamamento além dessa citação, mas tenho a certeza de que, no final, a verdade há de prevalecer.

Eram essas considerações que queria fazer como interpelador, mas interpelador frustrado pois não tive o que interpelar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado, Sr. Senador Francisco Rollemberg.

Pergunto ao nobre Senador Ney Maranhão se S. Ex^a poderia fazer a gentileza de permutar o seu lugar na lista de inscrições com o Deputado Sérgio Miranda, atendendo a um apelo de S. Ex^a.

O SR. NEY MARANHÃO - Claro, Sr. Presidente.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sr. Presidente, inicialmente, eu pediria dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não. Desculpe-me, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. É porque o Senador Francisco Rollemberg não fez nenhuma pergunta.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nobre Senador Francisco Rollemberg, realmente somos colegas há muitos anos aqui no Parlamento Nacional e sempre fui um admirador e um amigo de V. Ex^a, pela firmeza de atitudes, pela correção, pela honestidade nas suas ações aqui no Congresso Nacional. V. Ex^a, realmente, é um homem que honra o Congresso Nacional. E fomos colegas na Comissão de Orçamento, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e continuamos aqui na Comissão Mista de Orçamento. Naturalmente, V. Ex^a é um homem respeitado no Congresso brasileiro e na Nação. Eu fico muito grato a V. Ex^a pelas palavras a mim dirigidas, que são fruto da bondade da nossa velha e incansável amizade.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Olhe, antes de ser um ato de amizade, eu lhe confesso que é um ato de justiça. Estou muito feliz em ter proferido essas palavras, porque eu poderia não tê-las proferido, se V. Ex^a não tivesse feito por que.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, espero que V. Ex^a compreenda que, apesar do meu constrangimento pela sua idade, pelas suas condições de saúde, estamos aqui exercendo uma obrigação que nos foi confiada pela Casa e que o povo brasileiro tem uma grande expectativa de que possamos, efetivamente, deslindar todas as denúncias apresentadas.

Vou ser objetivo nas minhas perguntas.

Esta CPI foi instalada a partir das denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que dizia - nas informações de que ele tinha mais conhecimento - que, dentro da Comissão de Orçamento, se gerou um grupo de Parlamentares que se beneficiavam de dotações globais de subvenções sociais através de listas enviadas pelo Deputado João Alves. E esse processo iniciou-se antes de 1988.

Nesse período, V. Ex^a foi Vice-Presidente e Presidente da Comissão de Orçamento. V. Ex^a tomou conhecimento desse esquema antes de 1988?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não, senhor. Não tomei conhecimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nem posteriormente?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nem posteriormente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Sr. José Carlos Alves dos Santos é enfático quando afirma que, com certeza, V. Ex^a sabia: "O pai dele, o Senador Saldanha Derzi fazia uma dobradinha com João Alves. Quando Saldanha Derzi foi Relator do Orçamento, quem fez o Relatório foi o João Alves."

Com respeito a essa afirmação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, V. Ex^a confirma essa relação com o Deputado João Alves?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Ele foi meu auxiliar, quando fui Presidente da Comissão de Orçamento. Ele era um dos assessores. Era um homem realmente competente. Realmente, tinha o seu nome, aqui no Senado, como um profundo conhecedor de Orçamento. Foi meu auxiliar, mas nunca tivemos uma conversa e nunca falamos sobre isso e nunca disse que João Alves fez o Relatório para a Presidência da Comissão - nunca. Nem podia ser porque, naquela ocasião, nós estávamos no regime ainda militar, em que não se podia emendar os Orçamentos. O Orçamento, ou era aprovado como vinha, ou era rejeitado totalmente. Não se podia apresentar emenda nenhuma. Então, pouco tinha que se fazer. Qual era o Relatório que se poderia fazer? Era repetir o que veio do Poder Executivo, era transcrever aquilo, era aprovar aquele Orçamento que nos foi remetido, mas sem uma emenda. Lembro que o Deputado, na ocasião Senador, Roberto Campos fez uma oposição sistemática ao Governo, quando da apresentação do seu Orçamento. Desejava, queria forçar a apreciação de emendas ao Orçamento. Lutou bravamente; inclusive com o Presidente teve discussões sérias; ele, o Dr. Roberto Campos, um homem de mais alta inteligência e competência, que toda Nação conhece.

Mas, mesmo assim, conseguimos aprovar o Orçamento como ele foi remetido para o Congresso Nacional. Não houve uma emenda nesse Orçamento. Portanto, não havia necessidade de João Alves fazer o relatório por mim. O relatório, os auxiliares meus o faziam; os assessores faziam o relatório, naturalmente com a minha corrigenda e com a minha autorização e com a minha orientação. Mas nunca João Alves fez qualquer parecer para a Presidência minha, naquela ocasião.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Deputado João Alves, alguma vez, solicitou a V. Ex^a a relação de entidades que prestavam serviço social, assistência social, para que remetesse o nome dessas entidades aos Ministérios correspondentes ou Secretarias para receberem verba de subvenção social através de dotação global?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não. Naquela ocasião, havia uma destinação para essas verbas sociais, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal. Então, naturalmente, do quantum havia uma divisão. E, naturalmente, os relatores pediam aos parlamentares a indicação daquelas entidades que eles queriam que fossem beneficiadas, mas no quantum que era aprovado pelo Congresso, porque ele já mandava com a quantia exata do que poderíamos apresentar como contribuição às subvenções.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Este aspecto é o chamado "Adendo 2". Não é a essa questão que nos referimos. Não eram as verbas de cada parlamentar, mas as dotações globais que alguns Ministérios tinham a verba em Secretaria. Houve um período em que essas verbas ficavam concentradas na Secretaria do Planejamento; posteriormente, no Ministério do Interior; recentemente, no Ministério da Ação Social e Bem-Estar Social, bem como em outros Ministérios, como o da Educação. Para essas dotações globais, de que um

grupo restrito de parlamentares se beneficiava, segundo declarações da própria Ministra Margarida Procópio e as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos; para esse tipo de verbas, V. Ex^a nunca foi solicitado a fornecer nomes de entidades para se beneficiar?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nunca.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nem sabia que havia esse esquema do Deputado João Alves?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Lamentavelmente, eu não sabia naquela ocasião. Hoje, estamos vendo aí o volume de recursos que são dados, astronômicos, até assustadores, e fico olhando e digo: mas eu passei como bobo como Presidente, porque como eu não sabia? Realmente, não tínhamos conhecimento. Se tinha conhecimento, era uma meia dúzia. E se se beneficiava, era essa meia dúzia. Os outros parlamentares nunca tiveram...nunca tivemos acesso. Eu nunca, mesmo como Presidente da Comissão, nunca procurei um Ministro para solicitar uma concessão de subvenções.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, nas emendas de V. Ex^a para o Orçamento de 90, há uma emenda. E já tenho conhecimento de que é importante que isso seja esclarecido, porque justamente aparece como de autoria de V. Ex^a uma chamada "Dotação Global para o Ministério do Interior", que remeteu verbas para praticamente todos os Estados do País, sob o título de "Mutirão Habitacional Comunitário Urbano - Ministério do Interior e Ministério da Ação Social". V. Ex^a tem algo a dizer sobre essa verba, pois chegou a ser liberada, dessa dotação global, a quantia de 91 milhões e 608 mil dólares?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nobre Deputado, em 1990, apresentei 14 emendas; o valor é de 95.077 milhões de cruzeiros, de que foi aprovado o valor de 82 milhões e 460 mil cruzados. Aprovou cinco emendas com 2 milhões e 900 mil cruzeiros; 2 mil, 515 dólares. 177 e 80, para o Mutirão Habitacional Comunitário Urbano; com a Emenda nº PO23442, 1 milhão de cruzados, 867 mil e 302 dólares. Essa emenda foi transformada. A Emenda é 150810487, 1152000, Mutirão Habitacional Urbano. Essa emenda era, como eu tinha apresentado, de 1 milhão de cruzados; foi liberada a quantia de 95 mil, 343, 567 dólares. Apresentei a emenda para o Município de Ponta Porã. No entanto, essas emendas foram para o distrito de Rosário Oeste, 5 milhões, 481; para a Prefeitura Municipal de Cárceres, 904.751; para a Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento, 570 mil, 728, 96; Município de Jaguaribe, 265.579,25; Município de Russas, Ceará, 302 mil, 785; Prefeitura Municipal de Maranguape, Ceará, 2 milhões, 504 mil, 036; Município de Jardim de Piranhas, Rio Grande do Norte, 1.307.444; João da Câmara, Rio Grande do Norte, Prefeitura, 466, 507.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Senador, deixe-me ajudar V. Ex^a. O estranho é - teria de ser, depois, apurado como isso se transformou - que a emenda de V. Ex^a foi para o Município de Ponta Porã.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Ponta Porã, exatamente, Ponta Porã, depois...

O SR. NEY MARANHÃO - Peça um cópia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tenho conhecimento de que a emenda de V. Ex^a foi para o Município de Ponta Porã e, de repente...

O SR. NEY MARANHÃO - Deputado, peça a cópia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, já conheço a emenda. ... e, de repente, essa emenda foi transformada em emenda de dotação global para todos os Estados.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Para todo o Brasil.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - De certa forma, essa emenda foi apossada pelo Ministério e complementada, porque o valor originalmente aprovado era pequeno. Esta questão, Senador Garibaldi Alves, a Comissão de V. Ex^a deveria apurar: uma emenda para um Município se transformou numa dotação global que distribuiu verbas em torno de 95 milhões de dólares.

Outro assunto...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Ex^a...

O SR. NEY MARANHÃO - Senador, essa subemenda foi liberada? Ponta Porã?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Ponta Porã não recebeu um cruzeiro. E, no final, o total dessa liberação foi de 91.608.011,66. Quer dizer, é astronômico. Foi incluído em meu nome como se eu tivesse..Por isso que notei que a VEJA falou que apresentei emendas para todo o País. É esse..Eles sabiam e eu não sabia: só verifiquei isso agora na apuração, pois mandei verificar todas no PRODASEN e descobri. E há outra, sobre a qual depois quero falar também. Então, para todo o Brasil em meu nome. Por isso eles dizem que apresentei emenda para todo o País: não apresentei uma emenda, apresentei à Ponta Porã, naquela minúscula quantia de 1 milhão de cruzeiros. Então, isso deve ser apurado. Estou com V. Ex^a, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Sérgio Miranda, só queria fazer uma pergunta, para V. Ex^a me esclarecer. Essa emenda está classificada como subvenção, contribuição ou auxílio?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, essa emenda não é como subvenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deve ser como auxílio ou contribuição.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não tenho ainda a classificação, mas o estranho é que a emenda identificada pelo Senador, apresentada pelo Senador, PO2344-2, é a emenda original - vi a emenda original - e destina-se efetivamente à construção de 400 casas populares em Ponta Porã.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Não poderia ser subvenção, porque não é custeio; é investimento. Então, deve estar classificada como auxílio ou contribuição.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E transformou-se em uma emenda global, e foram enviadas através dessa emenda dotações para um sem número de Municípios. Por isso interrompi o Senador; ou levaríamos um certo tempo aqui lendo todos os Municípios.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - ...todo o Brasil.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Senador, nos documentos apreendidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, há um bilhete de V. Exª com tratamento próximo:

"Meu caro José Carlos,

De viagem à Europa, não pude lhe falar pessoalmente sobre o assunto. Gostaria, no entanto, de contar com o seu imprescindível apoio com relação a descontingenciamento das rubricas em anexo, com prioridade máxima para os casos de Ponta Porã e Juti.

Lhe vejo na volta.

Grato. Um abraço do

Saldanha Derzi."

V. Exª confirma esse bilhete?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Confirmo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esse pedido de descontingenciamento?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Exatamente. Dependíamos dele para a liberação dessas verbas todas contingenciadas. V. Exª há de ver que peço apenas para dois Municípios. Solicitei a ele que liberasse essas e não foram liberadas. Digo a V. Exª que não foram liberadas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Se no bilhete pede a liberação preferencial para dois Municípios, no ofício anexo vem liberação para vários Municípios todos de Mato Grosso do Sul, envolvendo as várias áreas do Governo - Secretaria Nacional de Saneamento, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Regional, Ministério da Ação Social.

Nesse processo de descontingenciamento, nobre Senador, foi necessário - ou alguém insinuou a V. Exª - que, para que houvesse descontingenciamento, teria de haver algum tipo de propina, alguma coisa desse tipo?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não, nobre Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ninguém fez nenhuma insinuação?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Ninguém me falou nada e não liberaram, não tomaram conhecimento desse bilhete - essa que é a verdade. Eram os donos do Orçamento. Nós, mesmo como Presidente, como Parlamentar ou membro da Comissão, podíamos pedir o que quiséssemos, e eles fariam para quem eles queriam. E está aqui o exemplo desses Municípios de todo o Brasil. Não é possível que aqui não haja uma maroteira muito grande e que não haja os interessados, talvez as empreiteiras. Mas para Mato Grosso não foi liberado nada, nem uma verba descontingenciada.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Senador Saldanha Derzi, um outro assunto para que possamos esclarecer. O Jornal de Brasília divulgou no dia 28: "Bancada do Mato Grosso do Sul vai à CPI denunciar Derzi."

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Denunciar...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Derzi.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Bancada do Mato Grosso?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso. É uma declaração de alguns Parlamentares envolvendo um processo de programa de investimento e energia elétrica. Os Deputados dizem que apresentaram uma emenda coletiva de Bancada os Deputados Waldir Guerra, Levy Dias, Nelson Trad, Elísio Curvo, Jorge Utakimoto, José Elias e Valter Pereira - , para apoio à eletrificação rural a cargo do Governo do Estado. Posteriormente, eles têm conhecimento que essa emenda foi aprovada e foi liberada não para o Governo do Estado, mas para alguns municípios. Houve, segundo afirmação da imprensa, alteração do QDD, a qualificação das despesas, quem iria fazer a despesa: se era o governo do Estado, ou o município. E a informação é que V. Exª conseguiu a liberação de verbas para os seus municípios, para a área de sua ação política: Japorã, Vicentina, Rio Verde, Nova Andradina, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Coxim, Corguinhos, e que todas as obras de eletrificação rural nesses municípios foram realizadas pela mesma empresa, a CEMEL. O que V. Exª tem a dizer sobre essa denúncia?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nobre Deputado, apresentei uma emenda de bancada, pleiteando a liberação de recursos para a eletrificação rural. Também esse deputado, que é o que denuncia, parece-me que apresentou uma outra emenda também de bancada. Deus acho que me ajudou, e foi aprovada a minha; vou falar como João Alves, Deus me ajudou e aprovou a minha emenda, fatalmente pela prioridade: fui o primeiro que apresentou, e liberaram a minha emenda. E então pleiteamos que esses recursos fossem destinados a vários municípios do meu Estado e municípios de adversários meus; municípios de adversários também foram beneficiados. Quando eles acordaram e foram procurar a emenda deles, já tinha sido aprovada a minha, e já tinham sido distribuídos os recursos. Não se pode parar; aprovadas, imediatamente, naturalmente, temos que procurar os Ministérios para liberar as verbas o mais rápido possível para os nossos municípios, para que essas obras sejam realizadas. E quando eles viram as obras já estavam quase todas realizadas no Estado do Mato Grosso, e aí vem essa denúncia sem pé nem cabeça. Se ele apresentou uma emenda de bancada, eu apresentei primeiro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O fato que mais me estranhou, nobre Senador, é que foi a mesma empresa - e isso V. Ex.^a confirma - que fez as obras em todos esses municípios: a empresa chamada CEMEL.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não conheço essa empresa, não trato com construtores, com empreiteiras; o meu dever é aprontar para aprovar uma verba e pedir a liberação dela; depois disso não tomo conhecimento. Naturalmente, são as prefeituras que fazem a concorrência e contratam as obras. Não tenho conhecimento algum sobre essa firma e de nenhuma obra realizada por qualquer firma. Isso é princípio meu: não trato com empreiteiras, não converso. Isso é questão do Executivo não é nossa, a nossa é só liberar as verbas e mandar o dinheiro para os municípios.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Senador Saldanha Derzi, mais uma outra questão para ser esclarecida por esta CPI: Há denúncia de imprensa também de que uma obra em Campo Grande, o anel rodoviário de Campo Grande, que estava sendo realizado pela CBPO. Houve acusação de superfaturamento dessa obra, a obra foi sustada durante o Governo Collor pelo Secretário Egberto Batista a partir da denúncia de um deputado do PRN do Mato Grosso. Essa denúncia envolvia o nome de V. Ex.^a, alertando que tinha feito a emenda para essa obra. V. Ex.^a tem alguma informação a dar à CPI sobre este fato?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Naturalmente devo ter apresentado, mas não me lembro e é possível que não seja emenda minha; essa obra estava a cargo do Governo do Estado. Parece-me que quem mais conseguiu verbas nesse sentido foi o nobre Deputado Nelson Trad. E para os hospitais de Mato Grosso o Deputado Nelson Trad realmente tem sido um valente, um grande deputado e tem conseguido recursos fartos para que sejam realizadas as construções de hospitais. Essa obra do anel rodoviário é trabalho do Deputado Nelson Trad, não é minha. Ele é que conseguiu as verbas, ele é que luta para o Estado; são correligionários dele, ele está lutando pelo Estado e é um dever dele. Eu o admiro por isso, ele luta, ele não pára um minuto para levar recursos para o nosso Estado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Senador Garibaldi Alves Filho, são basicamente essas as minhas perguntas, e eu queria ressaltar que talvez a motivação mais importante, a informação mais precisa que poderíamos conseguir do Senador Saldanha Derzi seria a respeito dos fatos ocorridos na Comissão de Orçamento, envolvendo o Deputado João Alves. Trata-se do grupo de parlamentares, das listas que eram enviadas para os Ministérios com nome e identidade.

O Senador Saldanha Derzi afirma que não tinha informação sobre isso, que é a substância da denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Ou seja, que ele com certeza sabia disso. Esse era o fato importante e do poderíamos extrair mais conclusões.

Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Senador Saldanha Derzi, antes de fazer alguma pergunta a V. Ex.^a, vou repetir umas palavras que cabem exatamente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pois algumas pessoas foram citadas e estão com seus nomes na imprensa apesar de serem inocentes. E, como muito bem disse V. Ex.^a, quem vai, amanhã, demonstrar a inocência, nas páginas principais da imprensa brasileira, dessas pessoas sobre as quais, no mínimo, paira até hoje a dúvida?

Refiro-me às palavras do grande Senador pela Bahia, Rui Barbosa, que dizia o seguinte: "De tanto triunfar nulidades, de tanto agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, os homens se esquecem da honra e têm vergonha de serem honestos". Essas palavras de Rui Barbosa representam o oposto daquilo que é V. Ex.^a e daquilo que são alguns que tiveram seus nomes publicados pela imprensa e que estão inocentes.

Conheço V. Ex.^a, Senador Saldanha Derzi, desde 1954, quando era Deputado Federal, na famosa banda de música da UDN e eu no lendário partido de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Nossa amizade vem dessa longa jornada, como representantes que somos, eu, do povo de Pernambuco, e V. Ex.^a, do povo de Mato Grosso. E nos encontramos no Senado. Eu, como Líder do PRN, para as missões mais difíceis, para os cargos mais difíceis sempre convocava V. Ex.^a. Isso porque V. Ex.^a é um homem que não manda recados, V. Ex.^a os dá diretamente; V. Ex.^a não tem rabo preso. Eu conheço os homens, Senador, pois tenho 40 anos de vida pública, e olho dentro dos olhos deles e reconheço quem é cabra safado e quem não é. E V. Ex.^a é um desses e por isso eu me orgulho de ser seu amigo e o Senado da República o conhece muito bem. Este é o meu testemunho a esta Comissão antes de inquiri-lo.

Ouvi atentamente a inquirição do nobre Deputado, um dos mais atuantes, que quer ver também a verdade dos fatos - Sérgio Miranda. Com respeito à questão dos pedidos de liberação de verbas ao Governo, quero dizer a V. Ex.^a e a este Congresso que se tenho uma verba aprovada, para mim, como se diz lá no Nordeste, pode tratar-se do satanás de asas, mas se ele tem um cargo que pode me ajudar a conseguir a liberação da verba, eu lhe peço isso, escrevo-lhe, pois o que quero é que a verba vá para o meu Município, para meu Estado.

Eu tenho um exemplo em Pernambuco, pois sou o homem que mais ajudou, mais liberou e mais brigou para liberar verbas para o Prefeito Jarbas Vasconcelos. Podia haver 200 José Carlos Alves dos Santos nos cargos, se é para liberar para Pernambuco e para Jarbas, não há conversa, vou lá e libero. Há coisas que temos que dizer o seguinte: confunda, mas não misture.

Senador Saldanha Derzi, vou fazer-lhe apenas uma pergunta. Tivemos aqui, Senador Saldanha, uma comissão parlamentar de inquérito criada, por coincidência, por este Senador, e V. Ex.^a foi um dos signatários para essa comissão. Se não me engano, também o

Senador Garibaldi acho que botou o seu jamegão, para investigar as contas públicas do Governo. Essa comissão precisava de 27 Senadores e teve o apoio de quase 70 Senadores.

O meu argumento era o seguinte: que o Congresso Nacional não tinha condições de contestar, se estavam certas ou erradas, as dotações que o Governo Federal manda para aprovarmos. Textualmente, eu disse, nesse pedido de criação dessa comissão parlamentar de inquérito: o Congresso sempre votou até nesse momento como marido traído; ou seja, é o último a saber.

Eu pergunto se V. Ex^a concorda com esses argumentos: se o Congresso tem condições de contestar as dotações enviadas para aprovarmos.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - V. Ex^a está certo. Estou de acordo com V. Ex^a

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - E o Governo precisa que organizemos e que faça funcionar a comissão para que realmente haja uma fiscalização do Governo. O Governo não pode estar solto aqui, e nós a dizermos amém aos pedidos do Governo. É preciso haver, realmente, com seriedade, uma fiscalização do Poder Executivo.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito bem.

Senador Saldanha Derzi, vou fazer mais uma perguntazinha. Das dotações a que V. Ex^a tem direito, como todos nós, V. Ex^a apresentou alguma emenda dessas? Não a dotação quando V. Ex^a foi relator, mas a dotação pessoal de V. Ex^a. V. Ex^a apresentou alguma dotação para fora do seu Estado? Só essas que V. Ex^a tem o direito de apresentar? E, se não me engano, esse ano foram 50 dotações?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não, nenhuma. Eu dou todas para os municípios do meu Estado.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado a V. Ex^a Estou satisfeito.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Eu agradeço V. Ex^a. Realmente, somos amigos desde 1954. V. Ex^a, no PTB; e eu, na UDN, onde havia uma luta tremenda de vida ou morte entre os dois partidos. Quase que tivemos uma inimizade, mas sempre tivemos a felicidade de manter uma amizade sadia que muito me honrou durante todo esse tempo. V. Ex^a é um homem digno, um homem que realmente merece o nosso respeito e a nossa admiração, nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; nobre Senador Rachid Saldanha Derzi:

Faço as perguntas em nome da Subcomissão de Patrimônio e Fiscal. Pergunto a V. Ex^a: conforme o cadastro que nos foi enviado pela Receita Federal, está ausente a declaração do imposto de renda do exercício de 1991, ano base 1990.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Está ausente?

O SR. ZAIRE REZENDE - Está ausente.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Eu não ouvi a...

O SR. ZAIRE REZENDE - Conforme consta, no cadastro da Receita Federal que nos foi enviado, está ausente da mesma a declaração do imposto de renda do exercício 1991, ano base 1990. V. Ex^a fez essa declaração?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Fiz. Dois minutos, Ex^a.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não é necessário. Se V. Ex^a afirma...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Quando for encontrada eu mando para cá. Levo muito a sério o imposto sobre a renda. Não há uma sonegação, pode haver um erro de boa-fé, mas de maneira nenhuma deixo de apresentar as declarações, as mais corretas possível.

Nunca tive um incômodo com o imposto sobre a renda, isso porque eu, como parlamentar, desde 57, estou vendo que todo o ano o Congresso dá um arrochozinho no imposto de renda. Todo ano é um arrochozinho. Então eu chamei minha família toda e disse: "Olha, o negócio é sério, vamos nos colocar realmente dentro da lei, porque a coisa está apertando", e realmente está. Todo ano é um parafusinho arrochando o contribuinte.

Então, eu sempre fiz questão absoluta de ser o mais correto possível no imposto de renda. E eu tenho, aqui, nobre Deputado, tenho o recibo do imposto sobre a renda de 1991, ano base de 90.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - V. Ex^a deseja que remeta à Comissão também ou não?

O SR. ZAIRE REZENDE - Não, não é necessário.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Está aqui.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Ex^a já afirmou e, além disso, já tivemos acesso ao documento.

Senador Saldanha Derzi, existe um relatório do Tribunal de Contas da União, de 03/11/93, que declara que houve superfaturamento da obra e objeto do Convênio nº 132/91, no valor de 4 milhões, 639 mil, 700 dólares para a construção de um viaduto sobre os trilhos da Rede Ferroviária S.A., em Três Lagoas. Pergunto: a destinação desses recursos foi através de V. Ex^a? V. Ex^a tem conhecimento dessa auditoria do Tribunal de Contas?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nobre Deputado, esse viaduto em Três Lagoas realmente é de alta prioridade. Havia um clamor quase público, ali, pedindo para que se construísse esse viaduto; várias vidas foram ceifadas, em inúmeros desastres, porque a

estrada de ferro passa no meio da cidade e é a porta de saída de todo o Estado de Mato Grosso. De modo que a população sempre clamou por um recurso para que a prefeitura pudesse fazer um viaduto.

Eu me desloquei a Três Lagoas. Fui lá verificar pessoalmente a necessidade da obra e conversei com todos aqueles habitantes da redondeza. Realmente, vi a necessidade urgente da construção do viaduto e recebemos, logo depois, um abaixo-assinado de mais de três mil assinaturas pedindo para que se conseguissem recursos para a construção desse viaduto.

Aí, então, eu apresentei as emendas, lutei tremendamente para que fossem aprovadas; mas foi aprovada pequena parte que daria para iniciar somente a construção do viaduto, foi liberada uma parcela muito pequena: 10% da necessidade. Naturalmente, daí para a frente não tive mais contato nenhum. Aí é com o Executivo, é o prefeito. Ele fez concorrência, ele contratou a firma, isso foi lá.

Mas soube, realmente, que houve um mandato de segurança alegando esse superfaturamento e que, infelizmente, paralisaram a obra. Ela deveria continuar, e o processo continuar. Se houve má-fé, se houve...

O SR. ZAIRE REZENDE - A obra está paralisada?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Está paralisada e há uma necessidade ali. O juiz deu o mandato de segurança para paralisar a obra, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso anulou e disse que era uma obra altamente necessária, que ele tinha conhecimento disso. E, realmente, lamentavelmente está parada, mas precisamos conseguir recursos para ela, porque é uma cidade que tem fronteira com São Paulo, uma das grandes cidades de Mato Grosso, uma cidade que está progredindo muito e que, realmente, na ação do Prefeito da ocasião, Miguel Tabox, progrediu bastante.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esse referido documento do Tribunal de Contas da União chama a atenção para várias irregularidades: pagamento de despesa em 31/10/91, valor de Cr\$108.340.272,00 à Construtora Brasília, contraída antes da vigência do Convênio nº 005/91, assinada em 24/10/91.

Aponta também a utilização de vários mecanismos sobre o edital de concorrência, retromencionada, visando impedir a participação de outras empresas no certame.

E mais adiante, aquilo que tínhamos falado no início: o superfaturamento da obra objeto de convênio, construção do viaduto etc.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Essa está na Justiça, nobre Deputado! Está na Justiça ainda.

O SR. ZAIRE REZENDE - Levantamentos preliminares, realizados na Subcomissão de Patrimônio, indicam que entre as fazendas declaradas e não declaradas, incluindo a Fazenda Conceição, de 32 mil 808 ha, que V. Exª tem direito de usufruto, um total de 62 mil e 100 ha, pergunto: associado a isto, V. Exª teve declarações de renda durante alguns anos onde declarava uma média de 42 mil cabeças...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Quarenta e duas ?

O SR. ZAIRE REZENDE - ... mil cabeças de gado.

Tem um outro dado, de uma outra fazenda, onde a média de ocupação seria de 1,6 reses por ha, isso, se fizéssemos um cálculo, daria um número bastante grande. Gostaria que V. Exª fizesse algumas considerações a esse respeito.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nobre Deputado, V. Exª quer saber se é exato esse número que declaro ou está achando pouco? V. Exª está achando pouco pelo número de hectares que tenho e o pouco número de reses.

O SR. ZAIRE REZENDE - Pareceu-nos pouco pelo número de hectares e nos chamou a atenção e gostaríamos que V. Exª - se achar que deve, não é obrigatório - nos desse um esclarecimento do por que até um certo período declarou números de reses, depois passou a declarar o valor das mesmas e não o número de reses.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Geralmente é o número de reses que estão em nossas declarações. Mas devo dizer a V. Exª que há fazendas onde realmente cabem até 2 reses por ha e outras em que cabem 0,6 reses por ha, porque são mais fracas.

O SR. DEPUTADO - E a Fazenda Conceição?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - A Fazenda Conceição, no Pantanal, é uma fazenda fraca onde não há pasto plantado. Nas outras, como a Dois de Ouro, tenho o colônio, o braquiara e aí cabe maior número de reses e que dão maior lucro, porque dá maior produção. Agora, Conceição é uma fazenda mais fraca, de areia, então cabe um número menor de reses. E também por falta de dinheiro para comprar mais reses para encher a fazenda. Estou precisando de dinheiro para encher essas fazendas. Realmente quero encher as fazendas em seus limites. Mas não está fácil, não, nobre Deputado!

O SR. ZAIRE REZENDE - Senador, V. Exª é proprietário do condomínio Residencial Itamaracá, com 16 apartamentos, em Campo Grande?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não. Não é meu! Não tenho nenhum apartamento, Itamaracá?! V. Exª tem certeza?

O SR. ZAIRE REZENDE - Tenho.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Gostaria de ter uma cópia dessa...

O SR. ZAIRE REZENDE - Temos aqui. Recebemos da 2ª Circunscrição de Registro de Imóveis, onde consta que foram edificados dois blocos de edifícios residenciais em alvenaria, num total de 16 apartamentos, que seria de propriedade de V. Exª.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não. Não é propriedade minha.

O SR. ZAIRE REZENDE - O documento fica em sua posse. Se depois V. Ex^a quiser dar uma explicação...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Posso ficar com ele?

O SR. ZAIRE REZENDE - Sim.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito grato a V! Ex^a. Mas não tenho nenhum... Aliás, acho que não tenho nenhum apartamento em Campo Grande. Não tenho, não! Deve ter havido algum erro, uma confusão.

E o nobre Senador José Paulo Bisol, escreveu para tudo quanto foi cartório de toda cidade, de toda vila de Mato Grosso, pedindo as minhas propriedades. Todos! Até os cartorizinhos do menor distrito está recebendo carta do Senador José Paulo Bisol, pedindo para mandar a relação dos bens do Senador Saldanha Derzi e Flávio Derzi tudo o que tem, como se o que declarei no Imposto de Renda não fosse real, não fosse verdadeiro.

E ainda mais: mandou também para lagro, lá em Mato Grosso, eu até não me dou com aquela gente, eles é que fazem um controle sobre vacinação do gado contra aftose, então mandou para ele informar quantas reses eu estou mandando vacinar. Isso é da Comissão Parlamentar de Inquérito? Então ele quer saber isso, eu não sei para que ele quer saber, está interessado na minha vida, mas pode fornecer, porque tudo que eu declarei realmente V. Ex^a não encontrarão nada falso e nada errado na minha declaração.

O SR. ZAIRE REZENDE - Senador, eu gostaria de esclarecer que, na verdade, não foi o procedimento do Senador Paulo Bisol, foi o procedimento da Subcomissão, mas vou explicar o motivo.

Foi solicitado, em relação a todas as pessoas que estavam em investigação, documentos relativos ao INCRA, documentos de cartórios, documentos de bancos, documentos dos bancos de desenvolvimento regional, documentos do sistema de radiodifusão, porque procurou-se e procura-se, na Subcomissão Patrimonial e Fiscal, avaliar aquilo que é declarado tanto no patrimônio financeiro, como no patrimônio imobiliário e tentar rastrear o possível patrimônio oculto; caso exista esse patrimônio oculto, se ele ligado a uma possível corrupção. Este foi o raciocínio que orientou todas as pesquisas que foram feitos.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Perfeito.

O SR. ZAIRE REZENDE - Senador, V. Ex^a possuía aplicações em ouro em 1992?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nunca tive, Deputado.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Pode ter. É possível. É o seguinte, eu deixei, no início, de dizer o seguinte: que os meus negócios são geridos lá por meu filho Flávio Coelho Derzi, ele tem a minha procuração, aliás meus dois filhos têm minha procuração com amplos poderes para gerirem os negócios na nossa organização de produção rural. É importante eu vou deixar essa procuração.

O SR. ZAIRE REZENDE - Passo esse documentos também às mãos de V. Ex^a.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Pois não.

Agora é possível, mas eu não uso esse negócio de ouro, não. Quero até saber aonde é que tem. Dá um saldo de 3 mil, 246 mil, 775 mil e 500. O que é isso? Quero ver o que é.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Saldo em 1/08/93, 3 milhões 246 mil.. Três mil dólares. Não?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI (fora do microfone) - Não. Deus, o que será isso aqui?

O SR. ZAIRE REZENDE - Então V. Ex^a avaliará o documento e depois poderá prestar os esclarecimentos à Subcomissão.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito obrigado.

Descobriu quantos quilos?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Quantidades, em grama, de ouro contidos: 3 milhões e 200 em gramas. Não é?

O SR. ZAIRE REZENDE - É. Recebemos dos chefes do setor de sanidade animal de Campo Grande, Mato Grosso, a declaração de uma fazenda que está em nome de V. Ex^a. Fazenda Piúva, Cidrolândia, com 500 cabeças de gado, ela não consta de sua declaração.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não, a Fazenda Piúva é uma fazenda arrendada, tenho várias fazendas arrendadas, como os meus filhos, que também são da mesma organização, têm outras fazendas arrendadas, mas sou obrigado porque nossa declaração de imposto sobre a renda é pessoa física, não é jurídica. Então nós somos obrigados a declarar, para poder movimentar o parque de gado, transferência de gado, venda de gado, tudo dessa fazenda. Então temos que fazer uma declaração como de propriedade na cédula G. Somos obrigados a fazer, e tenho, aqui, documentos de várias outras fazendas arrendadas e esta, a Piúva, é uma das fazendas arrendadas.

O SR. ZAIRE REZENDE - Senador, consta de suas declarações, apresentadas à Receita Federal, que V. Ex^a possui duas contas bancárias no exterior, a saber: Banco do Brasil de Nova Iorque e Banco Nacional da Argentina. Para contribuir com os trabalhos da CPI, poderia V. Ex^a esclarecer o motivo da abertura dessas contas?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Pois não, nobre Senador.

Realmente, eu tenho conta no Banco do Brasil de Nova Iorque, e declarava, todos os anos, o Imposto sobre a renda. Abri essa conta numa das ocasiões em que estive em Nova Iorque, quando fui designado para membro observador da ONU. Então, como permaneci lá por cerca de um mês, então o dinheiro todo era depositado daqui na minha

conta, lá, numa conta em que abri, lá, no Banco do Brasil. Mantenho essa conta para as minhas viagens até lá, e, se sobra dinheiro, mando para lá. Mantenho essa conta - é pequena, uma continha - em Nova Iorque.

Agora, o outro banco?

O SR. ZAIRE REZENDE - É o Banco Nacional da Argentina.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Realmente, eu tive, há tempos. Agora, já faz tempo que não tenho. Eu tive um acordo com o Banco Nacional da Argentina, mas Agência de São Paulo - em São Paulo e não na Argentina. O Banco era argentino, mas o banco é em São Paulo, porque tivemos negócios de compra de gado na Argentina e, então, era mais fácil negociar através de um banco que tivesse agência, lá, em Buenos Aires. Então, aí, nós importamos gado da Argentina várias vezes. Então, era mais fácil nós, através do Banco Nacional da Argentina, em São Paulo, fazermos o pagamento das transações. Então, o Banco Nacional da Argentina - agência de São Paulo. No estrangeiro, só Nova Iorque.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo.

Senador, V. Ex^a é proprietário, ou arrendatário ou arrendador da Fazenda São José do Piquiri, numa extensão de 17 mil e 162 hectares, no município de Barão de Melgaço, Mato Grosso?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Eu fui proprietário dessa fazenda. Ela já está vendida há alguns anos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Há alguns anos?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - É. Está vendida há alguns anos.

O SR. ZAIRE REZENDE - E a última pergunta, Sr. Senador: V. Ex^a tem algum tipo de negócio ou transação comercial em Recife, Pernambuco?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Recife? Não, não tenho. Em Recife - não tenho nada em Recife. Só tenho o Ney lá.

O SR. NEY MARANHÃO - Com muita honra.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Eu só tenho o Ney, meu amigo, lá, mas não tive negócio nenhum em Recife. Não me lembro - pelo menos - que tivesse tido algum negócio lá. Gosto muito de Recife, é uma bela cidade.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Senador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito grato, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Flávio Derzi. (Pausa)

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eu não estou aqui, hoje, embora membro titular da Comissão Parlamentar de Inquérito, na qualidade de investigador mas na qualidade de um cidadão necessariamente obrigado a resgatar um gesto de coragem e de afirmação da história política do meu Estado. Quero dizer, Sr. Presidente - e V. Ex^a há de me permitir - porque Deus me deu a oportunidade de, depois de 29 anos, pagar uma manifestação de solidariedade e de suprema coragem de um adversário histórico meu na política do Mato Grosso do Sul.

Nunca tive afinidade político-partidária com o Senador Rachid Saldanha Derzi, aliás, no terreno das idéias, confrontamo-nos no Estado, desde que cheguei lá, com os meus 24 anos de idade, Bacharel em Direito, vindo do Rio de Janeiro. Combati a candidatura do Senador Rachid Derzi, quando candidato a Governador do meu Estado, da forma mais intensa possível. Combati todas as suas candidaturas no Estado, fui um acérrimo opositor, Líder na Assembléia Legislativa do meu Estado, Líder da Oposição, durante 8 anos, não só à corrente política a que ele se filiava, como também à corrente política a que estava atrelado o Deputado Flávio Derzi.

Mas, Sr. Presidente, no ano de 1964, quando eu era Vice-Prefeito, na minha cidade, ainda recebendo o sol pela frente, nos anos da minha vida, com as minhas aspirações e os meus projetos políticos pessoais prosperando pela intensa e ativa militância partidária, embora, eu, à época, apenas um profissional político e não um político profissional, vi-me envolvido, Sr. Presidente, fui apanhado pela violência da Revolução de 1964.

Tive meus direitos políticos suspensos no oitavo dia da Revolução ou do Golpe Militar, fui encarcerado e fiquei 8 meses preso no quartel-general da 9ª Região Militar, em Campo Grande. Na verdade, era eu um hóspede solitário, porque, nos 20m² da minha cela, passeava apenas com a lepra cívica que havia contraído no covil dos odientos, dos preconceituosos e dos malvados. A única autoridade política, na ocasião, que teve o gesto e a coragem de me visitar foi o Senador Rachid Saldanha Derzi. Isso me marcou profundamente.

Não estou pagando o ato de coragem e o gesto do político, embora o gesto defina o homem, estou aqui apenas apresentando um testemunho da minha histórica política, da afirmação da coragem de um homem. Pouco me importa o que se encontre nos documentos levantados na perseguição de denúncias contra o Senador Rachid Derzi, mas quero revelar à Nação, aos meus colegas, aos meus filhos, que não sabem dessa passagem, de que, na vida política, independente das idiossincrasias ideológicas existentes - e as tenho profundas com o Senador - entendo, porque a repetição do seu gesto comigo foi uma constante na sua vida, no momento em que seus adversários políticos estavam na maré baixa do falso e do hipócrita concerto que se faz nos momentos de adversidades, no qual constantemente vivemos. Tenho absoluta certeza, não quero, não devo e não posso entrar no mérito da documentação aqui existente - nós o faremos através de uma avaliação consciente -, mas quero apenas dizer que, ainda que não fosse o cidadão que admiro, S. Ex^a é um Senador da República representando, no sistema federativo, o meu Estado do Mato Grosso do Sul, já caminhando da forma mais digna pelas encostas da montanha, já recebendo sol

pelas costas. E no momento em que a idade nos recomenda - e não estou muito longe dela - a perceber que, neste instante, devemos ser mais racionais e muito mais verticais, é que quero, falando em nome do meu Estado do Mato Grosso do Sul, dos adversários de Rachid Saldanha Derzi, que me acompanham e que sabem que as nossas paralelas ideológicas se mantêm, embora já com algumas correções de rumo - e dou um exemplo: fui surpreendido, há meses, com a presença do Senador Rachid Saldanha Derzi num comitê onde se sustentava a impossibilidade, a impraticabilidade de se efetuar a Revisão Constitucional naquele momento; S. Ex^a, pelas suas razões políticas, e eu, sustentando as minhas razões jurídicas e políticas. Quero dizer que falo, neste momento, em reverência ao homem que se mostrou grandioso na sua condição de solidário, que me visitou em 1964 na cadeia pública do Estado do Mato Grosso do Sul, caracterizando a grandeza do seu gesto e a gratidão perene do ex-presidiário político, hoje Deputado, Nelson Trad.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Nelson Trad.

V. Ex^a me emocionou com esse seu gesto de grandeza que tem, razão por que fui visitá-lo. Mesmo sendo adversários ferrenhos em Mato Grosso, eu tinha a obrigação de visitá-lo, pela admiração que tinha, e tenho, pela sua independência, a sua coragem e a sua inteligência.

V. Ex^a merecia a visita de todo homem público, porque, realmente, V. Ex^a é um homem digno, um homem que merece respeito do povo mato-grossense e, hoje, graças a Deus, representa o nosso Estado na Câmara dos Deputados como um dos melhores Deputados...(falha na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Ao encerrar esta reunião, pergunto ainda ao Senador Rachid Saldanha Derzi se deseja tecer algumas considerações finais.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sr. Presidente, sou obrigado a fazer um esclarecimento. V. Ex^a ouvirá para que, naturalmente, sejam tomadas as providências...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Senador Rachid Saldanha Derzi, o Senador Eduardo Suplicy acaba de chegar e solicita a palavra. Como concedi a palavra a V. Ex^a para tecer as considerações finais, pergunto se V. Ex^a gostaria de ouvir, antes, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sr. Presidente, ouço o Senador Eduardo Suplicy com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Saldanha Derzi, eu gostaria de formular a V. Ex^a pergunta que inclusive fiz ao Deputado Flávio Derzi, mas acredito que V. Ex^a possa, conhecendo o problema também, dar esclarecimentos adicionais.

Acredito que tenha acompanhado o depoimento de seu filho, o Deputado Flávio Derzi, então, não é surpresa para V. Ex^a. Refere-se à construção do viaduto sobre a ferrovia de Três Lagoas, uma obra que foi objeto de inquérito civil pelo Ministério Público, que investiga a ocorrência de fraude no processo licitatório.

Houve uma solicitação do promotor para que se retirasse a placa da obra que agradece o empenho, vamos dizer, daqueles que são considerados como os padrinhos da cidade; uma placa da própria construtora Brasília, executante da obra e única empresa concorrente. No edital de concorrência, consta uma cláusula nos seguintes termos:

"Os recursos necessários à execução dessa obra serão a fundo perdido que se viabilizará, ficando a empresa vencedora da concorrência pública com a responsabilidade de viabilizá-los, às suas expensas, o mais urgente possível".

Essa cláusula, Senador Rachid Saldanha Derzi, parece-nos estranha, pois, prestando bem atenção a mesma, ela explicita uma relação muito próxima entre a empresa que participou daquela licitação, sendo a única, e os representantes da obra junto ao Governo Federal, na medida em que a empresa teria que contar com o respaldo político de representantes do Estado para cumprir com suas responsabilidades assumidas na concorrência.

Então, eu pediria a V. Ex^a que esclarecesse o assunto, por favor.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Desde 1990, estou empenhado em viabilizar. Eu já havia respondido.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Perdão.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Mas vou...

O SR. EDUARDO SUP LICY - Apenas...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não, faço questão. V. Ex^a merece, faço questão.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Senador, permite-me, então. Eu gostaria de dar uma explicação: apenas não pude estar desde o princípio porque eu estava arguindo o Deputado José Carlos Aleluia. Inclusive ali fiz uma ponderação ao Presidente da CPI, Senador Jarbas Passarinho, se seria adequado que os não-membros da Subcomissão designada para ouvir V. Ex^a pudessem também, sendo membros da CPI, formular perguntas, ao que o Presidente Jarbas Passarinho respondeu que sim.

Bom, ouvi um comentário que V. Ex^a, Senador Saldanha Derzi, talvez, na sua forma tão franca de ser, teria expressado ontem a jornalistas que não gostaria de ouvir perguntas deste seu Colega do Senado! Então...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nunca falei isso, pelo contrário! Tenho uma admiração muito grande por V. Ex^a e V. Ex^a sabe. Quando eu presidia o Senado

Federal, V. Exª sempre teve um tratamento mais cordial e oportunidade para falar. Jamais, isso é coisa da imprensa! Eles falam tanta coisa do senhor, de mim e de todos, deixe eles falarem! Eles não tem assunto, então falam uma coisa dessas! Mas jamais me dirigi a V. Exª nesses termos, um Senador pelo qual tenho uma grande admiração e respeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, V. Exª está comprovando que, pelo menos na forma do diálogo, pelo menos nas situações formais, a sua postura em relação a este seu Colega no Senado é de respeito e consideração, porque ainda hoje...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - V. Exª merece.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ...um dos jornais de Brasília, acredito que o *Correio Braziliense*, menciona algo que não seria propriamente o que V. Exª acaba de falar. Mas, da minha parte, pelo menos, o senhor sempre terá o respeito e a consideração como eu tenho para com qualquer membro do Congresso Nacional; aliás, com qualquer cidadão brasileiro ou não brasileiro, porque costumo respeitar as pessoas mesmo quando em grande desavença por idéias ou por política. As pessoas até podem estar indignadas diante de certas situações, mas nem por esta razão deixo de tratá-las com o devido respeito humano. Esse é só um parêntese, Senador Saldanha Derzi.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito obrigado!

Essa realmente é uma obra de prioridade máxima. A estrada de ferro Noroeste Brasil passa no centro da cidade de Três Lagoas. É uma cidade que está em grande progresso, tem fronteira com São Paulo e tem tido o pedido de várias pessoas solicitando verbas para esse viaduto. Eu me dirigi a Três Lagoas, percorri toda a cidade, percorri as ruas por onde ia passar o viaduto. Há um clamor das pessoas porque aquela estrada já tinha ceifado muitas vidas e muitos desastres tinham havido por falta desse viaduto. É uma obra de prioridade máxima para Três Lagoas.

Admiro que venha um Deputado, que é de Mato Grosso, mas faz muitos anos que não vai a Três Lagoas, e que diga que ali passava um trem por dia, se tanto! No entanto, há uma revolta geral daquela gente, porque ali passam muitos trens e a obra era de grande necessidade.

Estive lá e, depois, eu e o Deputado Flávio Derzi recebemos um abaixo-assinado de mais de 3 mil pessoas clamando pela construção do viaduto sobre a estrada de ferro.

Naturalmente, desde 1991, viemos apresentando emendas ao Orçamento para conseguir recursos para que essa obra fosse executada. Depois pleiteamos para que fosse liberada a verba, liberaram apenas 10% da obra. Naturalmente o Prefeito de então abriu a concorrência e contratou a obra.

O que faço é somente apresentar as emendas, pleitear a sua aprovação e a sua liberação. Até aí, vou; depois disso, não tenho conhecimento de quem foi o empreiteiro que ganhou ou o que foi feito disso. Isso é questão da municipalidade, do prefeito municipal, eles têm que construir.

Soube que lamentavelmente está parada a obra por um mandato de segurança, se não me engano, de um promotor. Essa obra, então, que é indispensável, urgente para o Município, está parada por isso. Lamento, acho que deveria continuar, entrar na Justiça e continuar o processo. Se houve superfaturamento, que sejam punidos os culpados, mas a obra não deveria parar, o povo é que está sendo prejudicado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Senador Rachid Saldanha Derzi, não sei se vou tocar em assunto que já foi ou não esclarecido agora, relativo à questão patrimonial e de suas atividades, porque não pude ouvir todas as questões anteriormente formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Senador Eduardo Suplicy, vamos deixar ao depoente a disposição ou não de responder, até mesmo a perguntas que ele já tenha porventura respondido quando V. Exª estava ausente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo. Foi mencionado pelo Deputado Flávio Derzi que tanto ele quanto V. Exª, nos empreendimentos agropecuários de que participam conjuntamente, ambos o fazem como pessoa física, e não como pessoa jurídica.

Há outros familiares de V. Exª, sejam irmãos ou mesmo participantes dos empreendimentos agropecuários no Mato Grosso?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - O meu outro filho, Carlos Magno Derzi; é o Flávio e o Carlos Magno, os dois que são meus procuradores para todos os negócios.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E também irmãos de V. Exª?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não, irmãos não; somos só nós três.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª tem contas em que bancos no Brasil? E se tiver também no exterior, V. Exª já esclareceu essa questão?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Já esclareci. Vou falar do estrangeiro, que é o que mais interessa a V. Exª e aos outros. No Brasil, temos contas em vários bancos atualmente. Mas tenho conta no Banco do Brasil em Nova Iorque, declarado no meu Imposto de Renda desde o ano em que abri a conta. Abri essa conta lá porque fui observador parlamentar junto à ONU. Naturalmente, passei um mês em Nova Iorque e todo o meu dinheiro era remetido, através do Banco do Brasil, para Nova Iorque. Por isso, abri essa conta lá e a mantenho até hoje. Trata-se de uma conta pequena, mas eu a mantenho.

Consta que eu tinha conta no Banco da República da Argentina. Realmente eu a tenho, mas em uma agência de São Paulo, e não na Argentina. Isso porque importei gado; às vezes importamos gado e, em uma ocasião, importamos da Argentina. Por isso, nossas transações tinham que ser feitas através de um banco que tivesse agência lá, razão por que abrimos a nossa conta na agência do Banco da República da Argentina em São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Foi formulada ao Deputado Flávio Derzi uma pergunta pelo Senador Mário Covas. Inicialmente, o Deputado Flávio Derzi reagiu fortemente, mas, depois, considerou como cumprimento de dever do Senador Mário Covas formular a questão.

Vou formulá-la de maneira semelhante, pois não se trata de questão pessoal, mas de cumprimento do dever de seu Colega do Senado.

Vou dizer a razão da pergunta: havia chegado informação à CPI de que é muito comum, na região fronteira, onde V. Ex^a tem empreendimentos, a realização de negócios agropecuários como o que acaba de mencionar, ou seja, a compra e venda de gado. Havia chegado a informação de que seria comum que fossem feitos os pagamentos dessas transações, por exemplo, na região fronteira com o Paraguai, em Ponta Porã, se não me engano, que é a cidade onde V. Ex^a tem residência ou, pelo menos, onde tem outra residência, além da de Brasília.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Nasci lá.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Ponta Porã é vizinha da cidade de Pedro Juan Caballero, onde existe o Banco del Estado del Parana.

Havia chegado a informação de que V. Ex^a e o Deputado Flávio Derzi teriam conta nessa agência. Ele esclareceu que não.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Qual é a agência?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Do Banco del Estado del Parana, na cidade vizinha a Ponta Porã - Pedro Juan Caballero.

V. Ex^a tem um irmão de nome Armindo ou Marcelo?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Armindo... Marcelo é o sobrinho.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Chegou-nos a informação de que conta ali haveria em nome dessas pessoas: Armindo ou Marcelo Derzi.

Para efeito de um esclarecimento definitivo sobre o assunto, com muito respeito, Senador Saldanha Derzi...

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Ex^a pede a palavra pela ordem?

O SR. FLÁVIO DERZI - Como fui citado, eu gostaria que me desse a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Posteriormente V. Ex^a terá oportunidade de falar.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. Ex^a poderia dar um esclarecimento, o mais completo possível, sobre essa questão, ou seja, se as transações eventualmente feitas e de interesse dos empreendimentos agropecuários utilizariam ou não a agência do Banco del Estado del Parana. Refiro-me, obviamente, aos empreendimentos de sua responsabilidade.

Essa é a questão.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito obrigado!

O Senador Mário Covas conhece mais aqueles meandros do Paraguai - contas, bancos e negócios - do que eu. Estou até acreditando que ele tem negócios lá! Eu não tenho! Naturalmente, sou um criador de gado fino da raça Nelore. Realmente um dos melhores gados da raça Nelore de Mato Grosso do Sul é de minha criação. Atualmente, há fazendeiros paraguaios, poucos, poucos, que, às vezes, vêem e compram reprodutores meus, mas compram no Brasil, pagou em cruzeiro. Não tenho cheque, não tenho negócio nenhum com eles. Eles, lá, podem levar, porque é livre a importação no Paraguai, como é no Brasil também. Pode-se negociar. Vai e vem. Mas só tenho esse negócio com o Paraguai. Não tenho nenhum, nenhum. Não sei nem onde fica esse Banco, lá, em Pedro Juan Caballero. Não sei. Não conheço, não sei, nunca tive conta nenhuma com eles, nem com o Paraguai. Dou-me muito, vou lá, passeio, compro um whiskizinho ali, que é permitido, nada mais.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O Deputado Flávio Derzi foi citado, pede a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Só tenho mais uma outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Sr. Flávio Derzi.

Posteriormente, o Sr. Senador Eduardo Supply vai usar da palavra.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é a segunda vez que vem à tona essa possibilidade de transação comercial entre o nosso grupo e o vizinho país paraguaio.

O Senador Covas, durante o meu depoimento, insinuou que poderíamos - quando digo nós, refiro-me ao Senador Rachid Saldanha Derzi; a meu irmão, Carlos Magno Coelho Derzi e o Deputado que vos fala - ter conta no Banco do Paraná. Como eu, através de procuração, desde 1979, dada pelo Senador Rachid e pela minha mãe, Edwyrgees Coelho Derzi, sou o responsável pela gestão dos negócios, quero afirmar, de forma firme: não temos, nunca tivemos conta alguma em banco do vizinho país paraguaio. Inclusive, passarei ainda hoje, em cartório, procuração para que a CPI vá em Pedro Juan Caballero investigar, não só no Banco do Paraná, mas lá há outras instituições bancárias. Tenho poder de substabelecer; passarei essa procuração para que a CPI tenha esses dados. Isto é um direito, é legítimo; para nós, é fundamental que haja este levantamento em todas as instituições bancárias do Paraguai.

O senhor citou um nome do meu tio, Armindo Derzi. É possível que ele tenha conta no Paraguai. Ele é casado com uma paraguaia, é proprietário rural no Paraguai. Hoje,

todos os negócios dele na parte... vendeu a propriedade no Brasil e foi para o Paraguai há mais de dez anos ou doze anos. Então, atividade principal desse meu tio, Armino Derzi, e o seu filho, Marcelo Derzi, realmente é no Paraguai. É legítimo. Ele, inclusive, tem até a sua imigração no Paraguai. Agora, é importante: apesar de ser um tio querido, Armino Derzi, não temos nenhum tipo de relacionamento comercial com ele e com o seu filho Marcelo.

Era o que eu gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado a V. Ex^a.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nada como poder perguntar para ter as coisas dirimidas, Sr. Presidente. Então, sinto-me muito melhor em vir aqui perguntar as coisas do que ficar pensando: "Ah, o Senador não iria querer ouvir as minhas perguntas!".

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Claro, com muito prazer. E ainda queria ouvir a outra que V. Ex^a tem para fazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois é, tenho mais uma então.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Então, faça.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a costuma apresentar muitos requerimentos de informações sobre problemas, irregularidades, para averiguar... É costume de V. Ex^a, por exemplo, nesta legislatura, nos últimos três anos, apresentou muitos requerimentos, teve muitas iniciativas nesse sentido?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não muitos, nobre Senador, alguns. Quando necessário, apresento, mas não muitos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que poderia relembrar um que V. Ex^a fez, relacionado a um outro meu. Lembra-se?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não me lembro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não lembra?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não lembro. Quero ouvir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bem, fiz, acho que no meu primeiro ano, em 91, um requerimento para que fosse - até pedi ao meu gabinete para trazer aqui, mais ainda não chegou - pedido ao Tribunal de Contas da União que apurasse a destinação de recursos para uma série de entidades que já haviam recebido subvenções sociais, especialmente na Bahia. V. Ex^a lembra disto? Fiz um requerimento dessa ordem...

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Um requerimento muito justo.

O SR. EDUARDO SUPLICY -...e pouco depois, V. Ex^a fez um outro de natureza semelhante, ampliando, em muito, o âmbito da apuração no mesmo sentido ao Tribunal de Contas da União.

Lembra-se disso?

Não foi uma iniciativa tão usual de V. Ex^a, porque não me lembro de ter visto tantos requerimentos de autoria de V. Ex^a. Mas V. Ex^a fez e V. Ex^a se lembra exatamente o que aconteceu em seguida, em termos de resposta do Tribunal de Contas da União?

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Não me lembro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom, vou relembrar a V. Ex^a: o Presidente Mauro Benevides, pouco depois do meu requerimento e do de V. Ex^a, encaminhou... primeiro, encaminhou o meu, mas, logo depois, a Mesa encaminhou o de V. Ex^a ao Tribunal de Contas, pedindo que colocasse o meu junto com o de V. Ex^a para que a apuração fosse mais abrangente.

Vou, Senador Garibaldi Alves, até porque este assunto é de interesse da Subcomissão que V. Ex^a coordena, encaminhar, dentro de pouco, os requerimentos.

Mas, Senador Saldanha Derzi, V. Ex^a sabe qual foi o efeito do requerimento de V. Ex^a? É que ele foi tão abrangente no seu escopo, que o Tribunal de Contas acabou não apurando adequadamente o que eu havia solicitado. E sabe o que eu havia solicitado? Que fosse verificada a fundo a destinação dos recursos para todas as prefeituras para as quais o Deputado João Alves tinha encaminhado subvenções, em Municípios da Bahia. Como V. Ex^a aumentou extraordinariamente o escopo, o Tribunal de Contas não fez adequadamente o que só agora esta CPI está conseguindo realizar.

Então, no caso, Senador Saldanha Derzi, o objetivo de me acompanhar na averiguação em profundidade do que estava sendo feito com as subvenções acabou como que aguando o objetivo inicial e infelizmente o Tribunal de Contas não fez a tarefa que só agora acabou fazendo mais bem feita. Ou seja, antes que tarde, o Tribunal de Contas acabou cumprindo com o objetivo que, em verdade, ambos tivemos, porque V. Ex^a também caminhou no sentido de pedir a apuração.

Apenas era uma lembrança desses fatos, Senador Saldanha Derzi.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Peço desculpas ao nobre Senador por ter atrapalhado a apuração do requerimento de V. Ex^a como V. Ex^a desejava, mas acho que é obrigação do Tribunal, e deveríamos exigir que o Tribunal fizesse isso em todo o Brasil, não só nas prefeituras, mas nas entidades. E preciso que se amplie a fiscalização, para que o dinheiro do povo não seja jogado fora como está sendo feito por uma meia dúzia de aproveitadores.

Estou com V. Ex^a e me desculpe por ter atrapalhado a solução do seu requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Posso fazer um apelo final, Senador Saldanha Derzi? V. Ex^a tem sido muito espontâneo e, às vezes, até acho muito interessante essa forma de V. Ex^a reagir.

Muitas vezes, aqui mesmo, nesta sala, onde somos colegas na Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a tem um tratamento que acho curioso, interessante e quase

sempre respeitoso. Mas há certas ocasiões em que V. Ex^a, distante de mim, fala cada coisa, Senador. (Risos)

E, normalmente, quando estou longe, especialmente se estou lá no microfone, na tribuna do Senado, V. Ex^a entra no plenário do Senado e diz: "Já está aquele lá" e fala uma porção de adjetivos. (Risos)

Eu apenas gostaria de transmitir a V. Ex^a que, normalmente, tudo que V. Ex^a fala acaba chegando... às vezes porque V. Ex^a não fala assim tão baixo (risos) e meus ouvidos, felizmente, conseguem ouvir as coisas de longe. Mas mesmo quando V. Ex^a pensa que está falando só para algumas pessoas, mesmo essas pessoas depois vêm a mim e dizem: "Puxa, o Senador Saldanha Derzi deve ter alguma coisa com o Senador Suplicy, porque bastou ele chegar na tribuna que já vem ele soltando uma série de adjetivos".

O SR. ELCIO ALVARES - Senador, um aparte.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - As vezes até são carinhosos, Senador Saldanha Derzi, mas, às vezes, têm um peso daqueles.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Eduardo Suplicy, um aparte para esclarecer V. Ex^a.

Esse comportamento do Senador Rachid Saldanha Derzi, não é privilégio de V. Ex^a. S. Ex^a é assim com todo mundo! Tem um senso de ironia, de crítica, que, de vez em quando, no silêncio sepulcral do plenário, irrompe uma voz: é o Senador Rachid Saldanha Derzi, sempre fazendo uma colocação, diga-se de passagem, na linha de V. Ex^a: sempre de oposição. S. Ex^a nunca está concordando com a pessoa que está falando. Então V. Ex^a está pensando que essa atitude é em relação à sua pessoa, mas é em relação a todos.

Quero fazer este registro, com muita simpatia.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Muito obrigado. Muito obrigado.

É verdade. Mas tenho admiração a V. Ex^a. Divergimos, mas tenho admiração e respeito por V. Ex^a que é homem trabalhador e muito respeitado.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Houve tempo, Senador Rachid Saldanha Derzi, que V. Ex^a presidia, com frequência, a Mesa do Senado e quase que se especializou a tocar a campainha antes... Eu já ia começar e o Presidente era super rigoroso com este Senador, mas com o tempo até V. Ex^a começou a perguntar se eu não iria falar. (Risos)

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - É isso mesmo. Agora, na Presidência, eu não permitia que se ultrapassasse o horário. Horário é horário! Tempo é tempo! E eu não permitia ultrapassar. Acho que deve ser assim, porque, senão, o Senador fica duas horas falando e os outros que precisam falar, que estão inscritos, que têm urgência para falar? Eu era rigoroso na questão do horário, mas sempre tive admiração e sempre procurei dar oportunidade para que V. Ex^a falasse, porque o admiro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi para as considerações finais.

O SR. RACHID SALDANHA DERZI - Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, agradeço a gentileza dos nobres Parlamentares que me inquiriram. Procurei cumprir o meu dever e ser o mais sincero possível e podem estar certos de que estou aqui magoado, profundamente magoado, porque não poderia estar aqui nem ter sido citado, pois sou um político com quarenta e oito anos de mandato e nunca tive o menor deslize, mesmo uma ponta de agulha que possam apresentar para me incriminar. Não! Sempre fui um homem correto, um homem decente, que sempre procurou cumprir com o seu dever; um homem limpo, podem estar certos disso!

Agradeço imensamente a esta Comissão e ao nobre Presidente pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Agradeço ao nobre Senador Rachid Saldanha Derzi pela presença e esclarecimentos, pedindo aos membros da Subcomissão de Subvenções Sociais que permaneçam aqui, pois teremos, em seguida, uma nova reunião.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h20min.)

Depoimento do Sr. Deputado Valdomiro Lima

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a reunião que tem a finalidade de ouvir o depoimento do Deputado Valdomiro Lima.

Pego ao nobre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, que faça as perguntas de praxe ao Depoente.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Valdomiro Lima.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Sessenta anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. VALDOMIRO LIMA - SQN 202, Aptº 302, Brasília, DF.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Professor, economista, Deputado Federal.

O SR. ODACIR KLEIN - Onde exerce sua atividade profissional?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Hoje, exerço a minha atividade profissional aqui no Congresso Nacional, como Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que fiquemos de pé para que ouçamos o compromisso.

Muito obrigado.

O SR. VALDOMIRO LIMA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Nobre Deputado Valdomiro Lima, a nossa prática aqui tem sido proporcionar ao Depoente, em ele querendo, o prazo de uma hora para uma explanação inicial.

Se V. Exª quiser usar da palavra, ela é sua.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Eu gostaria de usá-la, Sr. Presidente.

Exmº Sr. Senador Jarbas Passarinho, ilustre Presidente desta Comissão; Deputado Odacir Klein, ilustre Presidente Vice-Presidente desta Comissão; Deputado Roberto Magalhães, Relator desta Comissão; Srs. Parlamentares:

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar esta Mesa, que, de forma tão brilhante, vem cumprindo a determinação do Congresso Nacional de realizar esta CPI do Orçamento, garantindo o seu pleno funcionamento.

Quero cumprimentar também a Comissão pelo trabalho extraordinário que vem prestando à Nação. Tenho certeza de que este País não será o mesmo, após os resultados desta CPI.

Embora sentindo-me bastante revoltado ao ver meu nome aparecer na imprensa, a saber, minhas iniciais foram colocadas em rascunhos encontrados na residência de um Diretor da Construtora ODEBRECHT, sem o meu conhecimento ou minha autorização, acabei entendendo que a atual conjuntura política que vivenciamos, após a cassação de um Presidente, tem necessidade de grandes e rápidas mudanças. E mais ainda, em vésperas de eleições gerais, enseja estas distorções.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, gostaria de registrar também, neste momento, que no dia 02 de dezembro, quando soube através da imprensa, por um telefonema da Rádio Guaíba, do meu Estado, imediatamente autorizei a abertura de meu sigilo bancário e fiscal, entregando documento nesse sentido, no outro dia, ao Presidente desta CPI, Senador Jarbas Passarinho.

Interpelei também a Empresa ODEBRECHT e solicitei ainda aos bancos, com os quais tenho algum movimento, os extratos de minhas contas, para apresentá-los à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Solicitei, como disse, os extratos de minhas contas e os entreguei a esta Comissão, há cerca de 15 dias ou mais, assim com as minhas declarações de Imposto de Renda.

Quando soube, há duas semanas, que talvez não fôssemos ouvido, temi muito que isso ocorresse, procurei a Mesa desta CPI, solicitando-lhe examinar minha documentação, que até já havia sido entregue. Acredito mesmo ter aborrecido alguns membros desta CPI, os Deputados Benito Gama e Odacir Klein, pela minha insistência para que examinassem minhas contas bancárias, as minhas declarações de Imposto de Renda, enfim, a minha vida.

Temi, após ter o meu nome citado no País inteiro, que acabasse não podendo dar, aqui, nesta mesa, nesta tribuna, as explicações necessárias e que a própria CPI não acabasse dizendo sobre a minha pessoa e, quem sabe, sobre outros, se éramos culpados ou não. Fui atendido e, por isso, agradeço a esta Comissão.

Srs. Parlamentares, cheguei a esta Casa nesta Legislatura. Sou Deputado Federal de primeiro mandato. Todavia, sou político desde jovem. Fiz política estudantil, fui Secretário Municipal, Vereador por 14 anos, Deputado Estadual por duas Legislaturas, ocupando, inclusive, o honroso cargo de Presidente da Assembléia Legislativa, no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Em todos esses anos, fui honrado com o apoio do povo gaúcho que me fez, nesta última eleição, o segundo Deputado mais votado da coligação PDT-PSDB-PCdoB. Fui eleito pela região sul do meu Estado, na qual se insere a minha cidade natal que é Rio Grande, no Rio Grande do Sul, cidade marítima, onde se localiza um dos maiores portos brasileiros, com problemas há mais de 10 anos sem solução. Ele é um porto com um terminal de contêineres, considerado um dos mais eficientes da América do Sul e tem apenas 200 metros de cais, o que faz com que apenas um navio, de cada vez, possa ali atracar.

Os moles da barra da cidade de Rio Grande, do Porto de Rio Grande, são uma obra extraordinária, têm um século, são de pedra e adentram o oceano cerca de quatro quilômetros e meio, garantindo a segurança da barra, da entrada e saída do sistema hídrico do Rio Grande do Sul, pois é o único canal em que deságua todo o sistema hidroviário do Estado. Contudo, esses moles estão oferecendo um risco de ruirem e há mais de 10 anos a nossa região e a nossa cidade brigam para a sua recuperação. É uma obra caríssima, pois são dois moles de cada lado e que adentram o oceano quatro quilômetros e meio.

Por outro lado, o acesso ao porto é feito por uma única estrada que liga a cidade de Pelotas à de Rio Grande. O Rio Grande do Sul, como os senhores conhecem pelo

mapa, é um funil. As rodovias federais convergem para a cidade de Pelotas e de Pelotas ao Rio Grande há apenas uma estrada, o que significa que, ali, é o bico do funil. Essa estrada estava demolida e a região queria ter um Deputado Federal para lutar por essas obras, por esses problemas que estavam quase isolando a região e o Porto de Rio Grande, escolhido para ser o porto do MERCOSUL que, hoje, é uma realidade. Também trabalhar em cima da ZPE, que já havia sido assinada mas, ainda não fora regulamentada, tudo isso era trabalho destinado a um Deputado Federal, que aquela região não tinha até então.

Todavia, Srs. Parlamentares, o Estado do Rio Grande do Sul vinha sendo discriminado no Orçamento Geral da União e o Governador Alceu Collares fazia manifestações públicas sobre o fato. Foi, então, que o próprio Governo do Estado solicitou-me que assumisse a coordenação dos pleitos de interesse do Estado, mediante emendas apresentadas ao Orçamento Geral da União. Ingressei, assim, em 1992, na Comissão de Orçamento para cumprir essa tarefa que abrangia e era evidente, também, os problemas da minha região. O fato de ter sido indicado, pela minha Bancada, para a Sub-Relatoria de Infra-Estrutura e Transporte, naturalmente, pela minha ligação à área portuária, facilitou o desempenho dessa tarefa. Acabei coordenando todo o trabalho de emendas de interesse do Estado para toda a Bancada gaúcha, independente de Partidos. Discutíamos com os Parlamentares e dividíamos com os mesmos as emendas do Governo do Estado, de acordo com as suas regiões.

Assim, nesse trabalho conjunto da Bancada gaúcha, ajudados por técnicos do Governo do Estado, consegui, pela primeira vez, distribuir a participação do Rio Grande do Sul, no Orçamento Geral da União de 1993, de forma substancial.

As determinações da Constituição Federal e da LDO não eram respeitadas. Exigi que o fossem. E daí as mudanças verificadas.

Este ano fui indicado e eleito agora, pela própria Bancada do meu Estado, para novamente coordenar esse trabalho de interesse do Estado do Rio Grande do Sul, junto à Comissão de Orçamento.

Srs. Parlamentares, fiz esta exposição para explicar-lhes o porquê de minha presença na Comissão de Orçamento e na Relatoria de Infra-Estrutura.

Com relação ao meu relatório, devo frisar que aproveitei 78,14% de emendas coletivas de Bancada, e apenas 21,86% de emendas prioritárias e umas três emendas ordinárias.

Esse critério que adotei de dar prioridade, quase de 80%, às emendas coletivas, ou seja, as emendas das Bancadas dos Estados, por si só, garantiram à minha Relatoria uma tranquilidade de estar atendendo as emendas de peso, que traziam em seu bojo, realmente, necessidades dos Estados e das regiões representadas, portanto, por seus Deputados. Estes assinavam as emendas em conjunto.

Os recursos, todavia, do Relator-Parcial, conforme frisei em meu Relatório da Comissão de Transportes, que aqui está e que gostaria de ler apenas dois ou três trechos, dizem o seguinte:

"Obedecendo aos limites estabelecidos pelo parecer preliminar, restou-nos apenas a quantia de 518 bilhões de cruzeiros para remanejamento. Esse limite se estreita ainda mais quando da distribuição efetiva dos recursos, tendo em vista os critérios legais que impedem o remanejamento das dotações de uma unidade orçamentária para outra.

Vale ressaltar que os Relatores-Parciais contam com apenas 25% de alguns recursos considerados de livre remanejamento, enquanto o Sr. Relator-Geral dispõe de 75%, destarte sermos nós os recebedores do primeiro impacto, isto é, todos os Parlamentares almejam ver suas emendas contempladas na primeira fase.

Registramos ainda que, aprovada a Reforma Fiscal, entrará nesta Casa uma nova massa de recursos, que as estimativas preliminares apontam ser da ordem de 4 bilhões de dólares. Sabemos, posteriormente, que a reestimativa de receita contemplou recursos para aquele Orçamento a maior, de cerca de 6 bilhões de dólares. Vejam, portanto, a participação mínima do Relator-Parcial que apenas tinha 25% e 75 para o Relator-Geral.

E, ainda, depois dos relatórios parciais, é que é feito o remanejamento, um erro cometido na sistemática de trabalho desta Comissão de Orçamento. Ainda depois, com a reestimativa de receita, mais 6 bilhões de dólares se acumulam para o Relator-Geral.

Assim sendo, usamos critério de não pulverizar demais os recursos que nos coube remanejar, visto que, se assim o fizéssemos, não resolveríamos qualquer problema e nosso trabalho se tornaria inócuo. Mesmo assim, a maioria das emendas acatadas por esta Relatoria Parcial não foram atendidas na sua totalidade. Por esse motivo, estamos indicando-as, em anexo, ao Sr. Relator-Geral para que ela as complemente."

Para encerrar, leio mais um trecho do meu relatório da Comissão:

"É importante salientar que ênfase dada em alguns investimentos obedeceu a critérios de complementação de obras em andamento e também de algumas obras novas, dentro do contexto da economia mundial que prioriza a integração de mercados. É o caso das obras da Região Sul, em especial do Porto do Rio Grande, que será o principal porto de atendimento do MERCOSUL. O MERCOSUL, que, hoje, é uma realidade, integra a economia do nosso País com os vizinhos Argentina, Paraguai e Uruguai, cujos portos,

por não possuírem águas profundas e sofrerem assoreamento muito grande, não atendem à moderna navegação marítima e mundial com navios de grande calado, que hoje podem transportar até 500 mil toneladas.

Aí está, portanto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, um rápido esboço dos critérios que segui para fazer a minha relatoria. Tive, todavia, ainda, o cuidado - quero acrescentar - de procurar o Ministro dos Transportes, o Ministro Alberto Goldman, para, com o auxílio da assessoria do próprio Ministério, tirar algumas dúvidas que, por acaso, me ocorressem e à minha assessoria. O Ministro colocou seus assessores à nossa disposição e, por várias vezes, fizemos consulta para analisar prioridades em obras. É evidente que avaliamos, também, socialmente e politicamente, cada investimento.

Recebi solicitações dos Srs. Parlamentares, que tenho arquivadas, e que enfatizam a importância de suas emendas, solicitações estas que tenho, aqui, no arquivo, que basearam o meu trabalho, também, de aprovação das emendas.

A emenda referente à continuação de obras no Porto de Natal, que atendi parcialmente e que é o motivo pelo qual, hoje, estou aqui sentado, é da Bancada do Rio Grande do Norte.

Faço questão de enfatizar isso aqui, Srs. Parlamentares, porque o primeiro impacto que sofri, quando me telefonaram no dia 2 de dezembro, foi de espanto, inclusive, ao que a repórter me dizia, que estranhava eu ter feito uma emenda para o Rio Grande do Norte, favorecendo a Empresa ODEBRECHT. Imagine, quando eu era um Deputado do Rio Grande do Sul. Tive de explicar e passei alguns dias explicando que eu não tinha feito emenda nenhuma, tratava-se e trata-se de uma emenda da Bancada do Rio Grande do Norte.

Quero aproveitar esta oportunidade, que me dá esta douta Comissão, para deixar bem claro ao meu País, é uma emenda da maior responsabilidade, visto que ela é assinada por 7 Parlamentares, dos 10, se não me engano 10, da Bancada do Rio Grande do Norte, portanto, 70% de sua Bancada, e os nomes são, nada mais, nada menos, vejamos os senhores, do que o do Deputado Flávio Rocha, que, até hoje, lidera um movimento para o Imposto Único; do Deputado Ney Lopes, ilustre Parlamentar desta Casa e do Rio Grande do Norte; do Deputado Alufio Alves, ex-Governador, cuja assinatura, por si só, avaliza essa emenda; do Senador Lavoisier Maia Sobrinho, outra figura emérita do nosso Parlamento; do Senador Garibaldi Alves Filho, que compõe a direção da CPI desta Casa, e, finalmente, do Deputado Iberê Ferreira, outro ilustre Parlamentar.

Ora, Srs. Parlamentares, uma emenda desse porte não pode ser confundida com uma emenda paroquial, com uma emenda para alguma obra fantasma, em absoluto, trata-se da obra do Porto de Natal, no Rio Grande do Norte. Achar, quem sabe, que aprovar uma emenda dessa seria querer favorecer alguma empresa ou algum outro interesse escuso, chega às raias do absurdo. A justificativa da emenda assinala que o cais, inclusive, já estava pronto.

Trata-se, inclusive, de uma obra em andamento. O cais já estava pronto. Dos recursos que a emenda solicitava de 14 bilhões de cruzeiros à época e que eu recomendei, aprovei apenas 9 bilhões de cruzeiros; de 14 bilhões aprovei apenas 9 bilhões de cruzeiros. Fui obrigado a reduzir quase todas as solicitações. Mas os recursos tinham por objetivo complementar as obras inclusive de dragagem, já que o cais já estava pronto, melhorar o acesso para que conseguisse um calado de até 10 metros para que pudessem entrar navios de 12 a 15 mil tdbs.

Por outro lado, quero também aproveitar a oportunidade para deixar bem claro ao povo brasileiro que nos assiste, que nos ouve e que não conhece os meandros desta Casa, como ela funciona. Digo isso, porque também fui questionado por repórter que me perguntou: "Mas, Deputado, se a emenda não era sua e se a emenda era lá do Rio Grande do Norte, porque o senhor, sendo do Rio Grande do Sul, tinha que dar parecer para a emenda do Rio Grande do Norte?" É preciso que se deixe claro, para quem não tem esse conhecimento, que fui o Relator para todo o País, para todo o Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, com referência à minha vida privada, no que tange ao financeiro e patrimonial, devo informar-lhes que sou aposentado pelo magistério do meu Estado e também pela Previdência Social. Não quis me aposentar como Deputado Estadual, preferindo receber de volta as contribuições que havia feito para o Fundo de Aposentadoria da Assembléia Legislativa de meu Estado, para evitar receber como Deputado Estadual aposentado e também como Deputado Federal.

Exercia atividades empresariais até 1993, quando eleito Deputado Federal, e tendo perdido naquele mesmo ano o meu pai que era meu sócio, decidi desfazer-me das empresas, pois não podia atender, concomitante, às atividades política e empresarial. Possuía, na ocasião, alguns imóveis dos quais fui me desfazendo, na maioria das vezes para custear campanhas.

Meu patrimônio atual constitui-se de uma casa, onde moro em Rio Grande, que adquiri em 1984 - parte com recursos próprios e parte com financiamento do Sistema Financeiro da Habitação, Caixa Econômica Estadual do meu Estado - que estou pagando até hoje. Essa casa não consta na minha declaração de renda, pois a adquiri, por opção própria, em nome dos meus dois filhos. Possuo ainda um automóvel Opala 88 e um telefone.

Com relação à movimentação financeira, como já disse, já se encontra em mãos desta Comissão os meus extratos bancários, há cerca de 15 dias. O maior patrimônio que possuo para deixar à minha família que quero preservar, é o moral de 40 anos de vida pública, sem arranhões. Enquanto Parlamentares jovens preocupam-se em preservar, com muita razão, esse belo patrimônio que receberam de seus pais, a minha preocupação é de não perdê-lo, para poder repassá-lo aos meus descendentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Senador, V. Ex^a foi chamado a depor perante...

O SR. VALDOMIRO LIMA - Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão, Deputado.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Muito obrigado. Muito me honraria.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sempre vale a pena uma promoção, apesar de custar muito esforço.

V. Ex^a já externou aqui a sua surpresa por haver sido chamado a esta CPI, em função de uma única referência nos chamados papéis da ODEBRECHT, referência mediante iniciais ao lado de emenda subscrita e apresentada pela maioria dos Deputados do Rio Grande do Norte e objetivando obras de continuidade do Porto de Natal, Rio Grande do Norte.

Verifico, pelas informações da Subcomissão de Emendas, que V. Ex^a concedeu 9 bilhões de cruzeiros e o Relator a acolheu com uma redução de 4 bilhões.

O que nos compete inicialmente indagar é a razão pela qual o Diretor da ODEBRECHT, que é o responsável por esses papéis que estão manuscritos, haver anotado nos mesmos as iniciais do nome de V. Ex^a. Só haveria uma explicação, ou seja, o fato de ter sido Relator-Parcial de Infra-Estrutura e, conseqüentemente, ter-se pronunciado a respeito da emenda de que se cogita.

Pergunto então a V. Ex^a se alguma vez o Sr. Afílton Reis ou qualquer outro representante da ODEBRECHT procurou V. Ex^a para solicitar alguma providência em razão dessa emenda?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Deputado Roberto Magalhães, eu não conhecia o Sr. Afílton Reis. Eu o conheci aqui no dia em que ele depôs e eu o interroguei nesta Comissão e ouvi, da sua parte, pedidos - se não me engano - de duas mil desculpas. Respondendo objetivamente à pergunta de V. Ex^a, devo dizer que fiz meu trabalho de relator de portas abertas. Recebi todas as pessoas, todos os Parlamentares, Governadores, Vereadores, Deputados Estaduais. Empresas e empreiteiras foram, através de pessoas que não conheço, ao meu gabinete e foram recebidas na frente dos meus assessores, pois meu gabinete é pequeno, como o são todos os gabinetes de Deputados nesta Casa. Havia dois computadores em meu gabinete, numa sala, com assessores trabalhando; em outra sala, havia outros assessores trabalhando, inclusive assessores competentíssimos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e que me foram enviados pelo Governador. Sempre que alguém chegava para fazer-me algum pedido, o mesmo era feito na frente de todos. Invariavelmente, eu pedia à assessoria anotá-lo, por uma questão até de gentileza. Todavia, o que presidiu minhas decisões e de minha assessoria foi o peso das emendas, a consulta que fazia ao Ministério dos Transportes, ao próprio DPH, no caso de portos, e também, como já disse, o fato de se tratar de emendas de Bancada.

O representante dessa empresa realmente deve ter ido também ao meu gabinete. Acredito que foi e tenho quase certeza disso e de que também pediu para que se aprovasse essa emenda, que era de interesse do Rio Grande do Norte, do Porto de Natal e também da empresa que estava construindo a obra, pois a mesma estava em andamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, esta Empresa, a ODEBRECHT, que tem sede na Bahia e uma grande presença nos Estados nordestinos, por acaso tem alguma obra, algum serviço no Estado de V. Ex^a, o Rio Grande do Sul?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Desconheço isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem em qualquer outro Estado do Sul?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Francamente, se tem, eu desconheço.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Ex^a, em suas emendas individuais, pelo que vejo, não teve nenhuma que pudesse beneficiar a ODEBRECHT?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Em absoluto. Inclusive, como já disse, desconheço a existência de obras em meu Estado e as emendas que fiz são todas para o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Todas para o Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Não fiz nenhuma emenda para fora do meu Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Nobre Deputado Valdomiro Lima, para ensejar uma resposta mais ampla de V. Ex^a a respeito de um assunto que já mencionou na sua exposição inicial, gostaria de perguntar-lhe se a Bancada do Rio Grande do Sul, ou seja, se os trinta e um Parlamentares dos diversos Partidos têm um coordenador, têm alguém que recebeu a confiança do conjunto para coordenar a tramitação de emendas de interesse do Estado.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Até agradeço a pergunta de V. Ex^a, que me enseja dizer, porque eu passei de vilão nessa questão quando disse que em 1992 coordenei as emendas de interesse do Governo do Rio Grande do Sul, que a pedido do Governo fiz esse trabalho.

No caso do Orçamento deste ano, fui eleito, foi diferente, em reunião da Bancada gaúcha, com a presença talvez de não todos os Deputados, porque é difícil juntar Parlamentares de todos os Partidos, mas a maioria esmagadora, inclusive V. Ex^a mesmo foi um Deputado que sugeriu, diante do trabalho que eu havia realizado no ano anterior: "Quem sabe o Deputado Valdomiro Lima poderia coordenar esse trabalho".

E por unanimidade da Bancada gaúcha, para minha honra e satisfação, fui eleito o coordenador não apenas do meu Partido mas de todos os Partidos, com a missão de coordenar os trabalhos da nossa Bancada do Rio Grande do Sul, com referência ao Orçamento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É permitido um aparte agora, Sr. Presidente?

O SR. ODACIR KLEIN Agradeço a V. Ex^a.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Parece que é uma tradição da Bancada Parlamentar do Rio Grande do Sul ter coordenador de Bancada. Na década de 20, Getúlio Vargas era coordenador da Bancada do Rio Grande do Sul, assim como Valdomiro Lima foi coordenador nessa ação.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Não tenho assim tanto... Sou baixinho também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, permita-me utilizar do tempo que tenho para arguição neste instante, para tratar de um assunto grave nacional.

Nós, pelo fato de estarmos de manhã, de tarde e de noite na CPI, não temos a oportunidade de expressar sentimentos, como representantes do povo, diante de fatos gravíssimos. Se estivéssemos em sessão normal do Senado, certamente cumpriríamos com nossa obrigação e dever de falar.

Ocorreu um assassinato ontem, em São Paulo, do Presidente do Sindicato dos Rodoviários do ABC, Sr. Osvaldo Cruz, em que pese o Sr. Osvaldo Cruz ter sido uma pessoa que nestes últimos meses fez acusações, denúncias relativas ao uso de instrumentos tais como o caminhão, que ele próprio era responsável para a campanha de Lula em 1989, e outros fatos, em que pese ter ele se envolvido em disputas muito significativas no âmbito de tendências da Central Única dos Trabalhadores e de outras entidades sindicais, eu aqui gostaria de fazer um registro, primeiro expressando o meu sentimento à sua família pelo fato da perda deste dirigente sindical. Dirigente sindical que inclusive conheci quando ingressou no Partido dos Trabalhadores, quando ele iniciou a sua luta para organizar aquele sindicato, que estava sob intervenção nos anos 70. No início dos anos 80, eu era Deputado Estadual e procurei dar todo apoio para que pudesse ser realizada a eleição, para tornar legal aquela entidade.

Houve muitos detalhes que aqui não é o local para tratar, mas quero dizer apenas, Sr. Presidente, diante deste fato que passa a ter gravidade nacional, que como Senador e Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, acho da maior importância que seja apurada a natureza ou motivação do crime perpetrado. Ainda que tenha esta liderança sindical depois de ter sido quadro do Partido dos Trabalhadores e brigado ultimamente, creio ser muito importante que haja aqui o protesto pela violência cometida. Conclamo aqui o meu Partido para que sejam tomadas as providências no sentido de auxiliar as autoridades policiais competentes a averiguarem a natureza do crime cometido.

Perdão por usar desta tribuna para esse assunto, que considero extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas considero o tempo de V. Ex^a só a partir de agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Valdomiro Lima, não o conheço tão de perto, porque não tivemos a oportunidade de conviver tão pessoalmente, ainda que tenhamos participado da Comissão de Orçamento - V. Ex^a, inclusive, participou da Comissão Mista de Orçamento no ano passado, em que não participei; participei da Comissão no ano anterior. A única questão importante, relevante, que veio à tona é o surgimento desta comissão 1,86% pela emenda parcial, 1,03% para o Relator-Geral.

V. Ex^a, relativamente à Emenda Porto de Natal, teve contato, diálogo a respeito da obra com algum representante da Construtora ODEBRECHT?

V. Ex^a, por exemplo, conhece o Sr. Afilton Reis pessoalmente? Manteve diálogos pessoais, por telefone, com ele, nesses últimos anos, se não ele, algum outro representante da Construtora Norberto Odebrecht? Se houve contato, poderia detalhar como é que ele ocorreu?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Já, anteriormente, respondi a mesma pergunta ao Relator...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perdão, com a preocupação...

O SR. VALDOMIRO LIMA - Senador, eu disse que fiz a minha relatoria de portas abertas. As duas pequenas salas que nós, Deputados Federais, temos totalmente lotadas por assessores e dois computadores numa sala e noutra, além dos meus assessores, Assessores do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pois eu coordenava todo o trabalho das emendas do Estado do Rio Grande do Sul e de todos os Parlamentares gaúchos, os 31, então, o meu gabinete era um turbilhão. Recebi, como disse anteriormente, muitas pessoas, muitos Parlamentares, até Governadores de Estado, Deputados Estaduais, Vereadores, Senadores, ali naquele meu gabinete, que lá iam pedir aprovação das emendas. Recebemos representantes

de empreiteiras que lá iam levar folders, levar explicações e diziam: "Olha, essa emenda, Deputado, é importante, essa obra é importante, veja bem, é a obra do porto tal, é a do metrô, é a obra disso, é a obra daquilo". Isso aí é natural. Isso aí ocorre com todos nós. Não sei se algum Parlamentar não recebe em seus gabinetes. Mas todos nós vivemos com os gabinetes sendo assediados até por sindicatos que, diariamente, vão nos gabinetes da gente pedir para aprovar leis, ou até não aprovar. Isso é a coisa mais natural. Então, recebi pedidos de todos realmente, não apenas da ODEBRECHT, mas de outras empreiteiras, de outras obras, que eu também estava relatando.

Agora, ilustre Senador, V. Exª falou em comissão. Eu não sei se aquilo que está ali é comissão, porque não participei daquele documento, se é que se pode chamar um rascunho de documento.

O Sr. Ailton Reis eu conheci aqui, naquele dia, quando ele veio depor e que, por sinal, o interroguei duramente, sentado ali atrás, e V. Exª estava aí.

Quando terminou, ele fez questão de falar comigo, se apresentou, porque nunca nos vimos antes, e me pediu duas mil desculpas - essa foi a expressão que ele usou: "Deputado, por amor de Deus, me perdoe. Esses papéis nem chegaram à empreiteira, nem chegaram à construtora" - ele disse - "São rascunhos que eu fiz na minha residência e que, infelizmente, de lá tiraram."

Então, Senador, o que eu sei é isso. Nada mais sei. Gostaria até de saber, para poder esclarecer.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito grato.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão. Se, como provavelmente ocorrerá, dada a menor complexidade das questões que há por serem feitas, vou fazer uma sugestão, mas, logo ao terminar a arguição.

A minha sugestão será dada depois que todos perguntarem, para não prejudicar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas foi alguma coisa em consequência desse dilúvio aí, não?

O SR. EDUARDO SUPLICY - O dilúvio é para preparar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Vivaldo Barbosa, ilustre representante do PDT, gostaria de fazer perguntas?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, apenas eu estou, ainda, procurando, aqui, porque eu me lembro... o ilustre Relator fez a referência de que o Deputado Valdomiro Lima teria suas iniciais fixadas nesse documento da ODEBRECHT.

Eu me lembro de que a resposta do Depoente Ailton Reis foi uma negativa a esse respeito, dizendo que aquele VL não significaria nada.

Eu estou até procurando, aqui, ver se acho a referência no seu depoimento.

Exatamente foi o Deputado Luiz Salomão, eu creio, que indagou, e ele, realmente respondeu, nobre Relator, que as iniciais VL não significam a referência ao Deputado Valdomiro Lima.

Era só isso, Sr. Presidente. Queria aproveitar o meu tempo para esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe V. Exª.

V. Exª sabe que como é que, às vezes, a Presidência...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Eu compreendo o exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, tentei, desde hoje pela manhã, identificar na Subcomissão de Patrimônio, na Subcomissão de Bancos, elementos de informação que permitissem questionar meu companheiro de Bancada, Valdomiro Lima.

Infelizmente, essas informações não chegaram. Porém, eu já era conhecedor das informações sobre a vida econômica e patrimonial do Deputado, a partir da iniciativa que ele teve de me mostrar esses dados da sua privacidade.

Eu penso, Sr. Presidente, que melhor do que eualaria o Vice-Presidente Odacir Klein, que em duas ou três reuniões da Comissão de Coordenação e em comentários generosos que S. Exª, com a sua índole democrática e companheira sabe fazer, foi ele que me deu o melhor depoimento sobre Valdomiro Lima, que eu só conheci como companheiro de Bancada de 92 para cá, quando voltei à Câmara, depois de um período de licença.

Mas o Deputado Odacir Klein me disse que era velho companheiro de Valdomiro Lima, e foi ele quem fez o atestado mais veemente da grandeza moral e da capacidade política, e competência desse meu companheiro de Bancada.

De modo que eu nada tenho a perguntar e lamento que isso ocorra, porque gostaria de questionar aqui o Deputado Valdomiro Lima.

Suas contas são profundamente modestas, ele não se referiu a elas, e estão muito longe da movimentação bancária de milhares e milhares, centenas de milhares de dólares que temos visto em outros Depoentes.

De modo que este é o cumprimento de uma etapa que está sendo mal interpretada por certos setores da mídia, Sr. Presidente.

Hoje pela manhã, numa entrevista à Rádio Nacional, fui obrigado a repelir duramente, asperamente, o comentário de um jornalista de que estávamos aqui praticando uma farsa, aliás o jornalista era da Rádio Nacional, da Amazônia, porque, de nenhuma forma, temos prazer em trazer aqui o Deputado Valdomiro Lima para dizer que ele é inocente ou que nada temos contra a sua vida política e econômica.

Isso é decorrência de um critério adotado, do qual discordo, mas ao qual me curvo.

Quero cumprimentar o companheiro Valdomiro Lima, como meu liderado, pelo seu depoimento tranquilizador do nosso Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda, que não é do PDT.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Valdomiro Lima, vou ler para V. Ex^a o relatório da nossa subcomissão.

V. Ex^a participou da Comissão Mista de Orçamento de 24 de março de 1992 a 15 de março de 1993, na condição de membro titular.

Em relação às referências extraídas do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, V. Ex^a não foi citado.

Em relação a referências encontradas nos documentos apreendidos na casa do Economista José Carlos Alves dos Santos, V. Ex^a não foi citado.

V. Ex^a, em 92, apresentou 55 emendas, das quais foram aprovadas, apenas 4. Pela nossa informação, liquidou apenas uma no Ministério da Infra-Estrutura.

Em 93, apresentou 34 emendas, aprovou 19. A liquidação dessas emendas, sem contar as emendas de Relator-Parcial.

Não temos comprovação de liquidação de nenhuma dessas emendas.

A pergunta...

O SR. VALDOMIRO LIMA - Está-me faltando prestígio junto ao Governo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A pergunta que a subcomissão faria a V. Ex^a, o Relator já fez, está de posse de nosso relatório, que era a explicação sobre identificação deste percentual ligado à emenda parcial (VL).

Frente a isso, nada tenho a perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. DEPUTADO - Mas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas pela ordem todos podem pedir a palavra.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quando aqui esteve depondo o Sr. Aílton Reis lembro-me de um fato que seria interessante relembrar até pelos acontecimentos últimos. Aqui ele pedia duas mil desculpas a todo mundo por haver anotado a sigla e tal, e haver causado o transtorno que causou. E aí chegamos à conclusão que não foi mais do que isto: um transtorno que ele causou à vida de todos os Deputados que ali se viram envolvidos. E tivemos certeza, no semblante de todos aqueles que aqui vieram, o sofrimento que tiveram com as suas bases, a sua família, com eles mesmos.

E assim vamos chegando à conclusão final de que, primeiro, o sensacionalismo que se deu ao fato da apreensão dos documentos na casa de um diretor da ODEBRECHT, depois a evolução do fato e hoje estamos sentido a cada Depoente que aqui vem, que a situação não era tão feia como se pintou.

Não se consegue provar nada. É lógico que a CPI, os membros desta CPI, a Mesa, o Presidente, todos estão imbuídos em apurar a fundo os envolvimento daqueles parlamentares que, por ventura, estejam envolvidos.

E não é apenas a falta de documentos. Aqui quero fazer uma colocação. Estamos assistindo pelos canais de televisão, através do rádio e, pelos jornais, um certo sensacionalismo de que o que está causando o desvio até da CPI é a falta de documentos dos parlamentares.

Chego à conclusão final de que as denúncias ali contidas não vão levar à nada, não vão chegar a nenhum objetivo, até que se tivéssemos tempo suficiente para encontrar alguns documentos que pudéssemos provar o enriquecimento ilícito, uma movimentação bancária além da expectativa, além do normal, mas não seriam apenas as iniciais desses parlamentares - e sou um pouquinho com V. Ex^as, com todos aqueles parlamentares que estão aqui depondo -, apenas por ter a sua sigla e, às vezes, até alguns nomes citados.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Ex^a, mas apenas deixar esse fato aqui. Quando aqui depôs o Sr. Aílton Reis, àquela época eu lhe fiz uma última indagação. Quem pagará o prejuízo de todos esses parlamentares? O senhor assume judicialmente? Ele disse que não. Estou apenas lembrando esse fato, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem até porque não tive tempo de me inscrever em função de outras ocupações, outras tarefas.

Entendo que esses documentos da ODEBRECHT são elementos importantes para que a CPI tenha um posicionamento. Estou chegando à conclusão de que se tivermos todos os levantamentos, como estão sendo feitos, e quanto a esses percentuais que foram colocados de maneira unilateral e irresponsável pela empreiteira, se não encontrarmos outros dados, isso pode ser um elemento de incriminação da empreiteira.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, acho que foram... Nós tínhamos que nos debruçar perante esses documentos sem desqualificá-los porque, apurando Orçamento, vendo empreiteira e cifra, nós tínhamos que fazer isso.

Eu apenas lamento - V. Exª conhece a minha posição de estar aqui, mesmo sem ser membro, acho que todos deveriam estar aqui - porque o ônus de ouvir todos que foram citados é da CPI, que dá esse direito de defesa às pessoas que foram citadas.

Quero confessar ao Deputado Valdomiro Lima que quando vi aquela lista tive, a grosso modo, três tipos de avaliação: naquela lista constavam pessoas que a gente via no esquema do Orçamento por outros fatos e também porque via a influência; tinha nomes que a gente via que não tinha irregularidade, mas via que tinha força no Orçamento; quando eu vi o nome de V. Exª, pelo que eu conheci no Orçamento de 1990, de 1991, aquelas brigas, aquele final, me surpreendi, porque eu não via V. Exª com trânsito, dentro da Comissão de Orçamento, a ponto de merecer um tratamento privilegiado com um percentual de uma empreiteira.

Confesso isso de público, tive essa reação que, para mim, foi uma surpresa. Considerando que a nossa subcomissão tem feito levantamentos para cada depoimento, eu e o Deputado Sérgio Miranda, já registramos essa pergunta, porque nós não temos outra a fazer, a não ser o percentual. Quero registrar para V. Exª essa surpresa, e que não existia uma movimentação de V. Exª dentro da Comissão de Orçamento. Quem andava lá, quem via as emendas, quem via os embates, não o via nas reuniões, nos acordos, não via essa presença tão influente a ponto de merecer essa indicação.

Como empreiteira "não dá murro em ponta de faca", eu acho que é importante, inclusive o Presidente da Comissão está empenhado nessa tarefa, que tenhamos dados sobre patrimônio e sobre conta bancária, para que não haja dúvida de que esta CPI está ouvindo as pessoas que estão sendo citadas, deixando de lado outros dados. Isso é muito importante, principalmente, para pessoas como V. Exª que, nesse episódio aí, teve uma única referência.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Vou aproveitar esta oportunidade...

O SR. VALDOMIRO LIMA - Sr. Presidente, permita-me um...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, V. Exª falará e eu quero a palavra depois rapidamente.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Quero agradecer as colocações dos Srs. Parlamentares, em especial, do Deputado José Genoíno. Conhecemo-nos neste mandato, que é o meu primeiro, e dizer-lhe, que, se realmente foi uma surpresa para V. Exª, imagine para mim, que não tive, como o Deputado Sérgio Miranda acaba de relatar, nenhuma emenda executada, algumas não aprovadas e a maioria sem serem atendidas pelo Governo. Imagine a minha surpresa, a minha dor, o meu sacrifício - e eu disse no primeiro dia quando estava aqui o Sr. Afilton Reis -, cheguei usar a expressão "crueldade." Entendi que o fato em si, que estava ocorrendo comigo, era cruel, que até o Presidente, Senador Jarbas Passarinho, pensou que me estava referindo à crueldade por parte da Comissão; em absoluto. São cruéis os fardos do destino, esse fato que realmente aconteceu e que eu entendo, eu até digo a V. Exªs, no início eu fiquei revoltadíssimo, na primeira semana, no primeiro dia, tem-se vontade de sair e fazer não sei o quê, mas quando já se tem os cabelos brancos misturados com os pretos e os cabelos brancos dão conselhos aos cabelos pretos, acaba-se entendendo, realmente, o trabalho de profundidade que a CPI está fazendo, a verdadeira revolução que se está fazendo neste País e que é absolutamente necessário que se faça, não apenas no Legislativo mas, também, nos outros Poderes e em muitos outros setores da sociedade. Acabei entendendo - e os meus cabelos brancos disseram para os meus cabelos pretos - que isso não poderia ser feito, assim, de forma tão criteriosa e que não atingisse ninguém, que não sacrificasse ninguém. Aí é que eu entendi e comecei a me acalmar. Mas muito obrigado, Deputado José Genoíno. Se causou surpresa a V. Exª, imagine a mim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO - Nobre Deputado Valdomiro Lima, as perguntas relativas à Subcomissão de Emendas, à qual pertença, aqui, na CPI, já foram feitas pelo nobre Deputado Sérgio Miranda.

O que eu gostaria de trazer, para uma informação de V. Exª, seriam duas perguntas.

Os nossos companheiros que, aqui, têm vindo, têm sempre informado de que no Orçamento, o Sub-Relator dispunha de um certo valor para alocar na sua área de atuação. Considerando que a área em que V. Exª funcionou como Sub-Relator é da maior importância para o País, que é a relativa a portos, uma das atividades da maior importância para o sistema de transporte do País, eu indagaria a V. Exª: no período de 1992 a 1993, que montante foi destinado para a sua Sub-Relatoria para ser alocado em nível nacional e qual o sistema de prioridades que V. Exª estabeleceu para a alocação desses recursos, com vistas à melhoria do sistema portuário brasileiro?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Pois não, Sr. Deputado. Com referência à toda Sub-Relatoria, o valor foi de 518 bilhões de cruzeiros, à época. Com referência aos portos, eu, francamente, não me recordo mas - não sei se a minha Assessoria tem condições de ver - aqueles recursos de ATP - Adicional de Tarifa Portuária, são bem menores e, ainda mais: ocorreu e nós discutimos muito com o Ministro Alberto Goldman, reclamando, inclusive, dos portos - que a minha cidade é portuária - eu estou nesta Comissão e fui Relator por isto -, sou um homem criado à beira de cais, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do

Sul. Brigamos muito e, na realidade, a receita de ATP não teve o desempenho que deveria, realmente, neste ano que se passou. Muitos portos, até, não recolheram ATP, até porque nesta Lei de Modernização dos Portos, que nós aprovamos há dois anos, consta a extinção da ATP. Com essa Lei e com o estabelecimento da autonomia que começa a ser feita nos portos, alguns portos começaram a diminuir o pagamento da ATP - isso, realmente, vem causando muitos problemas para os portos brasileiros. Não sei se respondi a pergunta de V. Ex^a.

O SR. VICENTE FIALHO - Eu faria mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Ex^a não se inscreveu - pediu pela ordem, eu pensei que era uma questão pela ordem. V. Ex^a está inquirindo.

O SR. VICENTE FIALHO - Mas é sobre um tema, Sr. Presidente, de interesse nacional que é o sistema portuário e, talvez, nem se enquadre aqui como inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concorde.

O SR. VICENTE FIALHO - É um pedido de informação sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu sei que V. Ex^a não trataria de matéria que não fosse de interesse nacional. Agora, o interesse da Mesa é o relógio e o relógio de V. Ex^a atrasou muito porque as inscrições foram encerradas às 15h37min. Mas eu acho que se o Depoente se propõe a responder V. Ex^a nos brindará, tratando de um assunto nacional, nesta inquirição.

O SR. VICENTE FIALHO - Nobre Deputado Valdomiro Lima, no Ministério dos Transportes há um momento do seu trabalho de Sub-Relatoria em que forneceu os elementos necessários para que V. Ex^a pudesse, como Parlamentar, membro da Comissão de Orçamento, definir a melhor forma de aplicação desses recursos? O senhor recebeu algum Relatório do Ministério dos Transportes, apontando as deficiências dos nossos portos brasileiros e, em consequência, lhe dando condições para que esses recursos pudessem ser aplicados da forma que trouxesse o melhor retorno possível para a economia brasileira?

O SR. VALDOMIRO LIMA - Não, Deputado. Não recebi nenhum relatório. Não recebi nada de livre iniciativa do Ministério dos Transportes. O que fiz foi visitar o Ministro quando me foi atribuída essa Sub-relatoria; visitei o Ministro e solicitei informações a S.Ex^a, solicitei algum assessor que ficasse à minha disposição para que, sempre que necessário, eu me informasse. E isso fosse feito pelo Ministro. Ele indicou ao DPH - Departamento de Portos e Hidrovias, que ficasse à minha disposição. E, sempre que tinha alguma dúvida, sempre que precisava de alguma informação o DPH me atendeu com muita solicitude.

O SR. VICENTE FIALHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, sou membro da Subcomissão Patrimonial e Fiscal. Não vou apresentar perguntas ao Sr. Depoente porque na Subcomissão não recebemos o material necessário para o estudo; não recebemos declarações de renda, o relatório do INCRA, relatórios dos cartórios, enfim, não temos, não dispomos de qualquer material. Dessa forma, então, deixamos de fazer a inquirição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Zaire Rezende.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, por favor, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É que ontem até, percorrendo a Subcomissão Patrimonial e Fiscal em busca de informações, realmente estavam os documentos fornecidos pelo Deputado Valdomiro Lima, as suas declarações de renda, e da análise da declaração de renda não resultou nenhum fato que merecesse qualquer relevo, qualquer indagação. Creio realmente que o motivo de uma indagação era a inexistência de fato que levasse a justificar uma indagação e não a existência de documentos, porque a Subcomissão realmente têm os documentos, os quais foram analisados e não constataram nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos esclarecer, porque não entendi assim.

O SR. ZAIRE REZENDE - Vamos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É.

O SR. ZAIRE REZENDE - O grupo técnico que trabalha na Subcomissão me informou não dispor de documentação necessária para poder emitir um conceito, uma avaliação e um juízo.

O SR. DEPUTADO - Sr. Presidente, eu pediria a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A nossa preocupação foi um pouco diferente da forma que me referi. De que eles tinham elementos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não posso começar uma sindicância aqui para saber...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas também não quero estabelecer nenhuma polêmica ou divergência...

O SR. DEPUTADO - ...informação nova para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos começando algo que depois será objeto de uma observação minha no final também.

A palavra com o nosso Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu não ia usar mais da palavra, como faço frequentemente ao fim das inquirições. Todavia, acaba de me chegar

às mãos um levantamento das contas bancárias do Deputado Valdomiro Lima e, então, acho que vale a pena, não só para conhecimento de todos, mas também para o próprio Depoente, a informação de que suas contas estão inteiramente regulares. Eu diria até que estão modestas, abaixo da média dos Deputados. Tenho a impressão de que V. Exª deve dividir talvez o seu subsídio com Porto Alegre, porque a média é realmente abaixo da normal.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que entendo do Deputado Zaire, ele falou a palavra patrimônio.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sou membro da Subcomissão de Patrimônio e Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que um pouco mais, chegaremos a uma conclusão muito perigosa para o Deputado Valdomiro Lima.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Sr. Presidente, quando concluir, eu gostaria de usar da palavra para a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou atento, Senador. Sei que V. Exª se inscreveu para o fim. Felizmente, não me perco com os apartes, quando saem com toda elegância, e naturalmente quebram a linha de raciocínio. Eu retomarei a minha e não me perderei.

Eu ia apenas fazer, a título até de descontração aqui do nosso ambiente, dizer, pelo que ouvi, que o Deputado Valdomiro Lima pode ser acusado de outra coisa, de dois crimes: um já tem sido falado aqui que é o empobrecimento ilícito na vida pública.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Realmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o outro é de perdulário, se tiver tido bens.

Então, eu estava aguardando aqui a chegada do Senador Suplicy para que depois possa fazer uma observação ao encerramento. Como estamos ouvindo agora um aparte fora do microfone do Líder do Governo - e Líder do Governo é sempre uma pessoa sempre muito poderosa -, não precisamos do microfone, ouvimos sim, principalmente, quando o Líder do Governo se chama Pedro Simon.

Dou a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que disse que queria que reservasse para o fim...

O SR. EDUARDO SUPLCY - Sr. Presidente, se eu, porventura, conseguir chegar aos 70, 80, 90 ou 100 anos, e se, nessa faixa de idade, tiver a infelicidade de cometer alguma irregularidade ou mesmo se, nessa idade, surgir, ainda que não tenha cometido algum ato, alguma denúncia a meu respeito, eu...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está havendo um problema, é que a sala, onde está sendo ouvido o Senador Alexandre Costa está superlotada...

O SR. EDUARDO SUPLCY - É referente a isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...está havendo dificuldade.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Então, eu gostaria, se for Parlamentar, de ter a oportunidade de ser chamado para esclarecer os fatos perante os meus Pares da melhor forma possível e na CPI titular.

Ocorreu, hoje de manhã, uma situação em que, diante da informação dada por jornalistas, de que o Senador Saldanha Derzi preferiria não ser arguido por mim, resolvi ir lá e acabei fazendo a arguição, e acabou acontecendo o diálogo, ocorrendo num clima de maior respeito e, certamente, contribuindo para um esclarecimento muito maior do que se eu não tivesse tido a oportunidade de formular as perguntas. Parece que está acontecendo algo semelhante com o Senador Alexandre Costa, por causa da idade, de cuidados etc, preferiu-se que ele fosse arguido pela Subcomissão numa sala como sendo a menor. Entretanto, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Exª é extremamente oportuno. Não foi por isso, não. A razão de o Senador Alexandre Costa estar sendo ouvido numa sala diferente por um grupo reduzido foi aprovado aqui em relação àqueles que tinham uma única referência que não era a da ODEBRECHT, era a referência original do depoimento que foi a geratriz de tudo isso, que foi o depoimento desse senhor, o Economista José Carlos Alves dos Santos. Não foi pela idade. Peço a V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLCY - Compreendo e aceito a observação. Mas, Sr. Presidente, a minha sugestão: até por que a sala de lá está lotada, e esta sala é maior, concluindo rapidamente o trabalho, devido à simplicidade das questões para o Deputado Valdomiro Lima, minha sugestão é de que possa esta sala ser usada para que o Senador Alexandre Costa tenha a oportunidade de prestar esclarecimentos. Por isso, encerro rapidamente para dar tempo para que isso ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, mas já está prejudicado o oportuno pronunciamento de V. Exª porque a oitiva do Senador Alexandre Costa já está sendo transferida para outra sala maior.

Agora, já que o nobre Relator não tem mais perguntas a fazer, o Vice-Presidente, também, não, eu gostaria que a impaciência não fizesse com que V. Exª se retirasse, porque eu ainda gostaria de, pelo menos, dar uma palavra, e, passar a última ao nobre Depoente. E referindo-me mais a ele, V. Exª tem hoje, aqui, Deputado Valdomiro Lima, uma prova muito consistente e muito importante, porque, pela mesma razão por que outras pessoas sentaram onde V. Exª está sentado, e foram objeto de inquirições duríssimas, duríssimas, algumas beirando a impolidez, a incivilidade. V. Exª é um homem privilegiado, porque o seu passado que desde o início me foi referido pelo Deputado Klein, que não sendo do seu partido, me deu a referência e expressou a reputação de V. Exª como sendo um

homem inatacável na sua vida pública, auxiliou isso. Mas outras pessoas, talvez, também, com reputação muito boa foram objeto de perguntas constrangedoras e perguntas descabidas e o Presidente teve que intervir em alguns casos e deixar que o Parlamentar, pela sua capacidade de ser um Parlamentar e dialogar, pudesse ele próprio responder.

Note V. Ex^a o que acabou de falar o Deputado Genoíno, o que acabou de falar o Deputado Pedro Pavão e veja, nobre Deputado Valdomiro Lima, que V. Ex^a foi constringido a vir até aqui por uma questão de equidade com todos aqueles que tiveram seus nomes colocados nesses papéis - eu falava papéis, como V. Ex^a falou, mas os juristas aqui me corrigiram para documento.

E o que aconteceu? É preciso que pensemos um pouco nisso, já que estamos chegando ao fim dos nossos trabalhos na CPI. Qual foi a fase mais produtiva da CPI? Não foi evidentemente essa que estamos vivendo agora. A fase produtiva não foi baseada nos papéis que foram encontrados na residência do Sr. Aílton - não sei o sobrenome -, da ODEBRECHT.

A partir de um depoimento geratriz desta CPI, aliás de uma entrevista geratriz, de uma entrevista do Sr. José Carlos Alves, fez, por iniciativa do Senador Suplicy e do Deputado Vivaldo, fez-se uma CPI. Então, o que estou sentindo, como Presidente da Casa - é a primeira vez que me refiro nesses termos -, é que está havendo **parti pris**. Determinadas pessoas que inquiram aqui, partem do princípio de que a pessoa que, apesar da reputação que tem, pode ter cometido exatamente o seu deslize. Pode ter cedido ao que Oscar Wilde dizia que "a melhor maneira de resistir a uma tentação é ceder a ela."

Veja V. Ex^a, note V. Ex^a. Não vou citar nomes, mas o nome de uma pessoa altamente respeitável - e eu diria aqui uma quarta-feira negra, quando me trouxeram esse documento, dizendo que o Congresso estava explodindo, a CPI estava desmoralizada -, uma pessoa que está com esse nome e que tem apenas uma referência de campanha, disse-me, a mim, que realmente tinha havido aquilo e que por essa razão renunciara à candidatura a prefeito. Então, houvera quem, em nome dele, fora buscar recursos. Então, nem tudo que se situa ali é, portanto, inteiramente fora de propósito. E estou chegando à conclusão de que uma parte pode ter sido passado e outra futura. Esperar que o diretor da ODEBRECHT chegasse aí para dizer que "realmente ofereci propinas e foram aceitas", era preciso que o mundo fosse outro mundo e no Brasil, um País completamente não terráqueo, talvez existindo em outras galáxias.

V. Ex^a, insisto, pela respeitabilidade que tem, inclusive dos seus adversários políticos - isso é um dos meus orgulhos: é ser julgado pelos meus adversários políticos - foi hoje brindado aqui e o Deputado Luiz Salomão que é Líder de V. Ex^a na bancada chegou a dizer que teve que ser áspero com um radialista que lhe perguntara se estávamos fazendo aqui farsa. V. Ex^a sentou na cadeira, esteve nesta mesa, completamente prestigiado. E não tenho dúvida nenhuma que qualquer que seja a evolução dos fatos, das Comissões de Patrimônio, e a de Bancos já falou, possa lhe trazer porque, pelo seu patrimônio, acho que, como disse ainda há pouco, V. Ex^a vai ser condenado por não ter sabido fazê-lo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava querendo chegar naquela famosa peroração: é a hora em que uma parte destrói e eu confesso que usava isso quando Líder do Governo, em cima do Senador Paulo Brossard, quando S. Ex^a ia perorar, pedia a alguém que lhe solicitasse um aparte, que era, justamente, para quebrar o ritmo do final do discurso.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, pode ter certeza de que não é esta a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sei. E não sendo essa a intenção, concedo a palavra a V. Ex^a, recolho minha vela e concluirei depois.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, é apenas para confirmar a informação. Fiz contato telefônico com a Subcomissão de Patrimônio e Fiscal e, realmente, a informação que dei persiste, de inexistência de material. Somente isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não teria dúvida nenhuma, conhecendo V. Ex^a como conheço, de que sua informação jamais poderia ser leviana.

Mas dizia, Deputado, que me congratulo com a sua vinda até aqui. O sofrimento que está havendo tem desaguado muito sobre nós, a Mesa. São os familiares, são as pessoas atingidas e há, talvez, lá fora mais do que aqui dentro, uma volúpia na tentativa de ver o sangue. Há, talvez, quem tenha feito leitura de momentos dramáticos, das grandes revoluções violentas e achasse que aqui devíamos fazer a mesma coisa, ou, quando não estamos punindo, é porque estamos fazendo farsa. Estamos, hoje, com 7 audiências ao mesmo tempo. No dia de hoje, 7 pessoas estão sendo ouvidas e, por isso, é que fiz questão de intervir quando falava ali há pouco o Senador Eduardo Suplicy, que não se trata, absolutamente, de ter colocado numa sala o Senador Alexandre Costa por ser Senador, por ser, como eu, septuagenário ou por outra razão, e sim porque ele tinha uma única referência, e foi esse o critério que adotamos. Foi a nossa posição. Como V. Ex^a vê, o Presidente aqui, por ser chamado de democrata - que é uma forma de ressarcir o seu passado autocrata - é interrompido a cada momento em que está falando.

Quería concluir...

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

É somente para dar uma informação de correção, porque pode ter passado despercebido. No relatório de estudo da Subcomissão de Emendas, há duas referências ao Senador Alexandre Costa.

É só para uma informação, Sr. Presidente, sem prejuízo da decisão já tomada, porque, nas referências extraídas dos depoimentos do Sr. José Carlos Alves dos Santos, o

economista menciona que o Deputado João Alves lhe falou que o Sr. Alexandre Costa estivera em sua casa e, também, que dava recursos para obter aprovação de emendas do seu interesse. E, depois, há referência ao Ministério da Integração Regional no Relatório Norberto Odebrecht. Pode ter passado isso, e sem prejuízo da decisão já tomada, Sr. Presidente. Só para uma constatação que, agora...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não haveria prejuízo, meu nobre colega, em hipótese alguma. O que estamos vendo é dando razão a algo que li hoje, extremamente desagradável, de um colega de V. Ex^a, que declarou que, se não recebo informações das subcomissões é porque não estou coordenando a CPI. É um colega de V. Ex^a e nosso companheiro.

V. Ex^a acaba de provar que, realmente, não coordeno.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, esse relatório ficou pronto agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permita-me, Senador. Em nenhum momento recebi, oficialmente, da subcomissão a que V. Ex^a pertence, essa informação, a não ser no instante em que o Deputado Sigmaringa Seixas retirou o papel que houvera apresentado. Então, para mim, oficialmente, o Senador Alexandre Costa tem uma referência. A outra, eram siglas: MI, MN, e que o próprio Deputado Sigmaringa Seixas depois que o leu, disse que não podia ser verdade que aquilo fosse ministro, como DP, ontem, o Senador Dario Pereira concluiu que podia ser Diretor Presidente. Não é? Pode ser D. Pedro, pode ser qualquer coisa.

Então, se consigo terminar, gostaria de concluir agradecendo a presença de V. Ex^a, chamando atenção para esse fato, repito, a CPI cresceu muito na apuração de fatos independentes desses que estamos agora perseguindo. E não havia indicação dos primeiros que foram atingidos, não havia indicação de ODEBRECHT, havia referências, e a indicação da ODEBRECHT pode levar, evidentemente, ainda a alguma coisa a partir do momento que se cruza isso com as informações de patrimônio e informações bancárias.

Peço a V. Ex^a, desejando que aqui dê as suas últimas palavras, recebendo, desde logo, também, o agradecimento pela sua presença aqui.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Srs. Parlamentares, quero encerrar e, ao fazê-lo, dizer, repetir aqui para V. Ex^s que foram, realmente, momentos muito difíceis e muito dolorosos que enfrentei, pois, aos 60 anos de idade, é a primeira vez na vida, depois de passar 40 anos de vida pública e cargos públicos que tenho de enfrentar uma situação como esta. Foi muito duro, muito doloroso e muito revoltante, mas não quero me alongar.

Já disse, mas quero repetir, que entendo todo esse maravilhoso trabalho que está sendo feito, e entendo que até não poderia ser realizado de forma diferente; é muito difícil realmente cumprir esse tipo de tarefa que está sendo executada nesta Casa Legislativa, sem atingir alguém ou sem cometer alguma injustiça. Entendi. Os meus cabelos brancos disseram para os meus cabelos pretos que isso aí realmente seria impossível de ocorrer, fazer essa verdadeira revolução que o Legislativo está fazendo, e que os demais Poderes devem fazer também.

Então, quero concluir dizendo aos senhores que se isso, evidentemente, for e será para o bem do nosso País para a mitigação da fome do povo brasileiro, para a melhor divisão da riqueza; se isso for o grande trabalho que estamos fazendo nesta Casa para mudar o nosso País, então vale o sacrifício.

Quero dedicar este sacrifício ao meu País, ao meu Estado, aos meus familiares e amigos e dizer aos senhores que se foi duro durante esses dias, hoje pelo tratamento que recebi aqui... E quero também fazer justiça à imprensa pelo tratamento sério que sempre recebi em todos esses momentos, especialmente da imprensa do meu Estado, que acho que está ajudando realmente o Legislativo a fazer esse trabalho. Se publicam algo que talvez não devesse, a culpa não é da imprensa. Vamos ser honestos. Se a imprensa recebe documentos, tem mais de publicar mesmo. Então, agradeço a imprensa e repito, especialmente, à do meu Estado a seriedade e a consideração que sempre tiveram comigo e aos meus amigos que me telefonaram e me deram apoio, esta Mesa que aqui está sendo presidida por homens da maior seriedade, de envergadura moral, respeitados neste País, e após este fato cada vez mais serão respeitados. O Senador Jarbas Passarinho, o Deputado Roberto Magalhães e esse amigo que é o Odacyr Klein, e não éramos realmente grandes amigos, éramos apenas conhecidos políticos e adversários, agora nesta diversidade celou-se uma grande amizade pela forma como me tratou e pela confiança que demonstrou. Não quero mais me alongar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h42min.)

Depoimento da Sr^a. Deputada Raquel Cândido

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Srs. Parlamentares, declaro aberta esta reunião da Subcomissão de Subvenções Sociais, estando presente a Deputada Federal Raquel Cândido.

Solicito que S. Ex^a preste o compromisso, e a qualificação será feita posteriormente.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Termo de compromisso, art 213, do Código de Processo Penal:

"Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Peço ao Deputado Luiz Máximo que, por gentileza, proceda à qualificação da Depoente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Por favor, seu nome?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Raquel Cândido e Silva.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Idade?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Quarenta e três anos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Profissão?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Técnica em saúde.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Atualmente onde exerce suas atividades?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Na Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Seu endereço residencial?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - SQN 107, Bloco "C", ap. 624.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pergunto à Deputada Raquel Cândido se deseja fazer uma exposição inicial?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Serei muito breve, Sr. Presidente. Quero agradecer a oportunidade de vir, aqui, hoje. Tenho cerca de 18 anos de vida parlamentar. Nasci na vida parlamentar como sindicalista, mas, precisamente no Sindicato dos Motoristas de Táxi de Rondônia, e já me defrontei com vários problemas sérios na minha vida.

Movimento sem-terra, prisão política, tortura, guerra contra o crime organizado. E, ontem, finalmente, a conclusão na CPI da Pistolagem, que fiz uma declaração de voto, arguindo aqueles que, no meu entendimento, eliminaram a vida do Senador Olavo Pires.

Mas, confesso que durante esses quase 18 anos de vida pública - doze processos - nunca nenhuma insinuação, por malversação, ou por roubo.

Portanto, me sinto constrangida, me sinto magoada, me sinto profundamente magoada, por estar nesta Comissão, e por não dever as acusações que pesam contra mim.

Mas, entendo que nada mais transparente deva ser do que o Congresso Nacional. E que esta CPI tem como grande responsabilidade, eu que sou uma Parlamentar vocacionada e dedicada à vida pública, que esta Comissão deve ir a fundo nas suas apurações. E, assim é que me coloco à disposição de todos os Senhores para tudo aquilo que eu puder esclarecer nas acusações que estão sendo auferidas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Está inscrito o Deputado Luiz Máximo, inclusive, está prestando essa colaboração à Coordenadoria, mas vou pedir, por gentileza, uma ajuda, aqui, da nossa Assessoria, para fazer chegar a lista de inscrições aos Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eminente Senador, Coordenador desta Subcomissão; nobre Deputada Raquel Cândido.

De conformidade com a análise feita por esta Subcomissão de Subvenções Sociais, os documentos atinentes às auditorias desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União, Secretaria de Promoção Humana e do Ministério do Bem-Estar Social, e a denúncia encaminhada pela ex-Delegada do MEC do Estado de Rondônia, relativas às subvenções sociais, contribuição e convênios recebidos pelo Instituto de Desenvolvimento Político-Social Eva Cândido, foram verificadas diversas irregularidades na aplicação de recursos federais.

Essas irregularidades, nobre Deputada, é que motivaram sua convocação a esta Comissão.

O objetivo desta Comissão, da CPI de um modo geral, é exatamente averiguar a procedência ou não, das irregularidades, que nos são trazidas.

E é por essa razão, nobre Deputada, que temos não apenas o direito, mas, sobretudo, a obrigação de fazermos as perguntas que, logo em seguida, colocaremos a V. Ex^a, porque acreditamos que é principalmente do seu interesse o esclarecimento a respeito do que está sendo atribuído à instituição que é dirigida por V. Ex^a.

A Diretoria do seu instituto, segundo as informações que temos, é composta pelos seguintes integrantes - qualquer nome que não corresponda à realidade, peço a V. Ex^a o favor de retificar -, a Presidente é V. Ex^a; o Vice-Presidente, cargo criado no dia 30 de maio de 1993, é a Sr^a Maria Alciano Alves Silva.

Ela é funcionária do seu gabinete?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - É sim, senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O Tesoureiro é o Sr. David Cândido e Silva. Tem algum relacionamento de parentesco com V. Ex^a?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - É meu irmão.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Seu irmão. E a secretária é a Dª Maria Marta Cordeiro Lobo. É funcionária também do seu gabinete?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - É funcionária do meu gabinete.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Foi constatado, nobre Deputada, que as fontes de recurso do Instituto, que é dirigido por V. Exª, são basicamente originárias de subvenções sociais. Sendo que as subvenções sociais, de conformidade com a Lei nº 4.320, de 1964, destinam-se a suplementar os recursos de origem privada, que devem ser a base das instituições.

Entretanto, no caso específico do Instituto dirigido por V. Exª, o recurso de origem privada é praticamente nenhum. Ela é basicamente gerida com recursos oriundos dos recursos federais.

V. Exª pode nos explicitar se isso corresponde à realidade ou não? Na hipótese negativa, quais as origens particulares de recursos para essa instituição?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Douto Relator, é verdade, sim, que a nossa instituição tem boa parte assegurada, não através de subvenções sociais, apenas, mas de emendas orçamentárias, que também são recursos da União.

Mas é verdade, também, que a nossa instituição recebe ajudas de outras fontes e do meu próprio bolso pessoal.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª poderia, em termos percentuais, fazer uma quantificação entre subvenções sociais, contribuições de órgãos governamentais e dotações - dotações não seria propriamente o termo, mas alocações, vamos assim dizer - de recursos particulares?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Confesso a V. Exª que não sou dada a contabilidade, a números; mas, tendo essa denúncia, tive que ter o cuidado de fazer o levantamento patrimonial da entidade, porque, embora nem sequer tenha tido acesso às acusações que estão sendo imputadas a mim - até agora não pude ler nada, não sei do que se trata -, tive acesso pela imprensa, pela mídia. Não, não chegou às minhas mãos. Até agora, não chegou. Então, tive o cuidado de fazer o levantamento patrimonial da nossa instituição.

Gostaria que chegasse às minhas mãos, para passar às mãos de V. Exª, do... patrimônio. Acho que aqui são as subvenções, planilhas de subvenções federais, há cerca de três anos, que totalizam 826 mil, 131 dólares e 46 centavos; em três anos. É bom que a imprensa assinale isso, porque, na primeira hora, fui denunciada, inclusive, com 1 milhão de dólares este ano, ou 2 milhões de dólares de desvio.

Em três anos, entre emendas orçamentárias e apenas duas subvenções, que fazem parte da investigação desta Comissão; uma de 150 mil cruzeiros, no valor de 55 mil dólares, e outra de 200 mil cruzeiros, no valor de 45 mil dólares, no ano de 1992. Duas subvenções. Portanto, no valor de 300 mil cruzeiros as duas subvenções.

Quero repetir, Sr. Relator, que, durante os três anos em que a instituição passou a receber recursos, o total foi de 826 mil, 131 dólares e 46 centavos.

A relação do imobiliário do instituto, ou seja, o patrimônio imobilizado do instituto, aquilo que o TCU fez questão de colocar como material ali detectado - graças a Deus! -, totaliza um valor de 670 mil, 554 dólares e 33 centavos.

Portanto, os valores recebidos em três anos, que são de 826 mil dólares, podem ser detectados como patrimônio da instituição, através de licitações, através do imobiliário, através das construções que estão sendo edificadas no valor de 770 mil, 254 dólares.

Passo a V. Exª a relação do que tenho.

V. Exª pode denotar que, com relação às verbas particulares, realmente eu tenho uma contabilidade de botequim. Eu não tenho condições de ter um contador, de ter um Departamento Financeiro. Se V. Exª me permitir, eu devo ressaltar que essa instituição nasceu e é edificada na casa onde nasci, numa homenagem a uma mulher a quem devo tudo. É a casa de minha mãe. Comprei, ali, a parte dos meus irmãos e fiz essa instituição nos idos de 1979, quando fiz o primeiro movimento dos Sem-Terra. Exatamente fazendo a reformulação urbana no Município de Porto Velho. O quintal da nossa casa foi transformado - porque, na época, de 74 a 79, o regime era muito mais duro - em um auditório, onde ali a gente tem a satisfação, hoje, de se reunir, até naquela época em que eram proibidas as reuniões com várias pessoas da comunidade. Seja para que movimento for necessário, nós temos ali.

Então, como o senhor pode verificar, entre o patrimônio imobilizado, as verbas recebidas e os cerca de quase 20 programas implementados pela nossa instituição, que começaram, em primeiro lugar, no movimento dos Sem-Terra, na documentação, na arregimentação daquele pessoal, cerca de 60 mil famílias, que culminou com a minha prisão e perda de um rim, inclusive, na tortura que sofri. Naquele tempo, eu era apenas Vereadora. A Deputada Jandira Feghali também era Vereadora e me recebeu, no Rio de Janeiro, ela e a Deputada Benedita da Silva, quando passei por momentos difíceis, quando então Vereadora em Porto Velho.

Então, se o senhor tem, como eu vou poder comprovar ao longo deste depoimento, esse patrimônio imobilizado, obviamente que recursos de outras partes entram nessa instituição. Como disse para o senhor, dinheiro do meu próprio bolso, dotações anônimas de empresários e amigos, de pequeno porte, devo lhe dizer. Nunca passamos de 100, 200 mil cruzeiros, quando possível, até porque, quando instituímos, por exemplo, o Programa do INAN, que o Governo Federal cortou e que a instituição entrou para participar, ela não podia parar enquanto o Programa do INAN não funcionava, porque nós temos a inscrição de

quase 500 mil nutrízes, especialmente mães solteiras que trabalham conosco. E, obviamente, nós passamos a fazer pedidos de alimentos, fazer o que o Betinho faz hoje, com todo o privilégio e necessidade que ele tem, nós fazemos isso também.

Assim é que nós temos esses recursos, em forma de gêneros alimentícios, em forma de material de consumo e também alguns poucos recursos, e muita - eu devo ressaltar ao senhor, porque no relatório do Tribunal, segundo a imprensa, eles dizem que temos o melhor preço, optamos pelo melhor preço, compramos entre o Rio, São Paulo e Brasília. Mas o transporte disso inviabilizaria esse preço das mercadorias ali - cortesia, recebemos muita cortesia das empresas de transporte, das empresas aéreas, para transportar aquele material que, ao longo da sua interrogação a mim, eu irei explicar.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada, aqui, na avaliação que fizemos, deparamos com uma afirmação que pergunto a V. Ex^a, porque senão a afirmação fica aqui como um fato incontroverso: de que na sede do Instituto funciona também um comitê político-partidário. Gostaria de saber se isso é verdade, e também já faço uma segunda indagação para V. Ex^a esclarecer: se a entidade, lá na sede, mantém funcionários, quantos funcionários ela mantém, que tipo de funcionário - se colaboradores ou se são funcionários pagos.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, Sr. Relator, essa denúncia parte de uma denúncia feita por mim. Eu gostaria que me chegasse às mãos a denúncia feita à ex-delegada do MEC.

Na denúncia que fiz e que vou passar às suas mãos, o Instituto Eva Cândido, como disse ao senhor, não é um comitê eleitoral, é a casa de minha mãe, e o senhor é novo aqui nesta Casa. Mas, aqui, eu encontro um Deputado em segundo mandato, um Senador, companheiro meu - o Senador Garibaldi, não -, e quando fizemos aqui a denúncia sobre Jabes Rabelo, nos idos de 1990, o meu comitê a a minha residência, que ficam na rua Presidente Dutra, 11, 12, onde quase todos os jornalistas foram investigar aquele caso ocorrido naquela época -, quando fiz a denúncia sobre o Jabes Rabelo -, da demolição, da destruição efetivada na minha residência; do ácido colocado nos carros que detinha; do fogo colocado no meu comitê eleitoral. e, até hoje, Sr. Relator, eu não pude sequer voltar ao local da minha residência, porque não tenho condição emocional de entrar ali. Foi demolido, desde a lâmpada até o vaso sanitário. Fezes colocadas... E esta imprensa ali foi e verificou, e eu não tive recursos sequer para recuperar o meu patrimônio, que tinha ao longo de minha vida como Vereadora. Tanto é que a minha residência, o meu comitê, nos meus endereços aqui e nos meus cartões, eram na rua Presidente Dutra.

A casa de minha mãe tem o sagrado dever de continuar aquela obra de caridade que minha mãe fez. Eu tenho quatro irmãos, e minha mãe criou quatorze. Eu fui criada nesse clima, e é ali que eu faço esse santuário, de solidariedade ou não. Com verbas públicas, malversadas, não.

Eu acho muito mais digno e mais sério, Sr. Relator, um Deputado ser livre e independente, numa contribuição com o Governo, do que ele ser vendido a uma empreiteira ou a um banco e trair seus princípios e seus ideais. Os Brasis que são diferenciados, os vários Brasis, não podem ser comparados com o Rio de Janeiro, com São Paulo e com Minas, onde a organização popular tem a maior dificuldade, onde eu tenho a tristeza e os senhores puderam constatar que o mundo organizado do crime se faz presente, onde a moeda é o ouro amarelo, é a cassiterita ou é o ouro branco, e as condições políticas, eu digo ao senhor, do fundo do meu coração: eu tive uma certa dificuldade em optar por fazer esse tipo de trabalho, dentro dos meus princípios ideológicos, mas cheguei à conclusão de que seria a única forma de me manter livre e independente com o meu mandato, através de uma entidade, desde que ela se pautasse com seriedade e não fizesse paternalismo, como eu vou poder demonstrar através dos programas que nós mantemos ali.

Portanto, o meu comitê eleitoral não existe. Eu estou exilada aqui e, durante esses três anos, eu só pude ir a Porto Velho quatro vezes, pelos motivos que poderão ser constatados, inclusive, pelos meus anjos da guarda, que convivem comigo, através das lutas que escolho, como defesa, não por querer viver com medo, mas por viver num Estado que mata um concorrente às eleições às vésperas do segundo turno; que traz, para nossa tristeza, um Deputado envolvido com o narcotráfico; que traz outro Deputado, para tristeza minha, que vende ou compra legendas.

Eu sou nativa dali. Eu tenho cento e cinquenta anos de Rondônia. A Bancada de Rondônia é composta de treze Parlamentares. Eu sou a única filha daquela terra e, obviamente, que rejeitada, porque eu não sou a maioria mais no meu Estado. Eu pertencço a uma minoria que reluta em se manter viva, com a sua tradição e com a sua paixão. Por isso, tenho certas dificuldades e optei, para não estar a serviço de mineradoras, para não estar a serviço do narcotráfico, para não estar a serviço de empresários, por esta independência.

Quando bem gerida uma instituição, com criatividade, ela dá ao político essa liberdade e vocação, que todos temos, de fazer o bem comum. É uma meia ação que se faz entre a vida legislativa e a vida executiva, onde sempre fiz oposição, sempre fiz oposição. Não consigo ser Governo no meu Estado, pelas razões que acabo de dizer.

Seria também mentiroso da minha parte dizer - aí, sim - se tiro proveito político ou não pela instituição. Tiro, Sr. Presidente, isso é verdade, mas tiro como fruto de um trabalho sério e honesto.

Os funcionários da nossa instituição são, como da maioria dos senhores, funcionários do gabinete. Não tenho nenhum funcionário do Governo, nem da Prefeitura. São funcionários do meu gabinete colocados à disposição. São onze, sendo que quatro ou seis... seis funcionários do meu gabinete à disposição e o restante são voluntários. Mulheres que

tiveram seus filhos viciados e que foram recuperados através do trabalho que detemos na nossa instituição, que trazemos para os grandes centros.

Agora mesmo acabei de trazer dois desses jovens, e posso lhe provar, através de uma pesquisa, que deu como denúncia desta Sr^a Berenice a não vontade de liberar o recurso. Pediria a pesquisa da SOMA, que detectou, no Estado de Rondônia, que isso é uma luta de poder econômico do crime organizado e que reluto em demonstrar através de pesquisa científica, com a colaboração do ex-Ministro Goldemberg, que me deu um convênio para fazer uma pesquisa, que serviu ao Ministro da Justiça agora como modelo para ser criado, a nível nacional, esse programa antidrogas.

Tive com ela a dificuldade política. Tenho o maior respeito pelo Senador Odacir Soares, mas ele é meu adversário político. Devo ressaltar que todos os cargos federais até a época do impeachment, no Estado de Rondônia, eram detidos sob a liderança do Senador Odacir Soares. E esta cidadã, a professora Berenice, que fez esta denúncia contra nossa instituição, é sua suplente. Posso comprovar. E o mais intrigante disso é que, se o senhor tiver acesso aos autos, poderá ver que manteve um diálogo antes de fazer a denúncia contra ela, que dizia - um técnico dela - que para pagar a emenda orçamentária tinha de receber 35% de propina.

Gostaria que a denúncia efetuada ao Ministério da Educação viesse às minhas mãos para passar às suas mãos. Tive o cuidado de perguntar ao Senador Odacir Soares se podia tomar essas providências e ele me autorizou a tomar essas providências, a fazer a denúncia no Ministério da Educação, que prontamente foi acatada. Instaurou-se uma sindicância que afastou essa delegada em função daquilo que apurou. Isso, em 1990, se não me engano.

É esta a explicação que tenho com relação ao que o senhor me perguntou.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora disse que faz tempo que não tem ido a Porto Velho.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Sim, senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Em relação aos membros da diretoria, quais os que residem lá em Porto Velho?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Todos. A Marta, o David, a Maria Alciano.

O SR. LUIZ MÁXIMO - David, Maria Marta e Maria Alciano.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - E. Todos residem lá.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada, em conformidade com os levantamentos feitos por esta Subcomissão...

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - E é graças a eles que mantenho a minha vida política.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Em conformidade com os levantamentos feitos por esta Subcomissão, apurou-se que a senhora, por intermédio do Adendo II à Lei Orçamentária, destinou para o Instituto, nos últimos cinco anos, 30 mil e 77 dólares. Dentre essas emendas, temos: em 1990, 45 mil dólares; em 1992 - isso por intermédio de emendas ao Orçamento -, 277 mil, mais 198 mil; em 1993, as seguintes parcelas: 91 mil, 45 mil, 91 mil, 182 mil; depois, pela Bancado do seu Estado, 371 mil, mais 364 mil, e mais 91 mil.

O curioso, nobre Deputada - permita-me fazer esta observação -, é que as emendas são de sua autoria, e os pedidos de liberação de recurso orçamentário para o Instituto são encaminhados aos órgãos repassadores por intermédio de um expediente do Instituto, subscritos pela senhora. Ou seja, a senhora apresenta emenda ao Orçamento para o seu Instituto, a senhora mesmo cuida da liberação desses recursos junto aos órgãos repassadores, e, depois, a senhora mesmo, na condição de Presidente, é a responsável pela aplicação desses recursos. A senhora acha isso normal? A senhora, vamos dizer assim, concentrando em si mesma todas essas atribuições?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Relator, pediria que o senhor repetisse. Acho que foi aqui: 50, 70, 50, 200 e depois transformou essas questões...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não. Detalhei parcela por parcela. Se a senhora quiser, discrimino os itens.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Não precisa. São só as emendas orçamentárias.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Emendas ao Orçamento.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Ao Orçamento. Para o senhor ver: estou na Comissão de Subvenção, e tenho duas subvenções. Nenhuma denúncia contra mim a não ser essa da Professora Berenice, que segundo apurei chegou ontem aqui, logo após o relatório da CPI da Pistolagem. Chegou ontem aqui. Portanto, tenho duas subvenções: uma de cem mil cruzeiros e outra de duzentos mil. Não fui questionada pela Comissão de Orçamento até hoje.

Estranharia, Sr. Presidente, se no período de eleição eu gerisse esses recursos. O senhor pode ter certeza que toda vez que há eleição, afasto-me da instituição, exatamente para que não tenha aquela conotação política. Como sou uma mulher rude, não entendo de negócios de contabilidade, e tenho como único patrimônio o meu nome, concentro sobre mim essa responsabilidade. Tanto é que nas vezes em que designei algumas pessoas tive sérios problemas, porque V. Ex^a sabe que ficamos muito mais aqui - eu, principalmente, tenho ficado muito mais aqui do que na minha base, nos últimos anos, pelas questões que falei ao senhor - e tive problemas sérios, inclusive tendo de pagar verbas federais, quando, por inexperiência, passei para que fossem geridas através de funcionários. Daí é que passei a ter essa responsabilidade maior - o senhor está entendendo - em ter cuidado, tanto que não tenho nenhuma conta rejeitada. Nunca fui chamada para tomada de conta.

Tenho uma certidão do TCU, que vou passar às suas mãos agora, há cerca de dois meses, em favor da minha instituição. E tudo isso começou a acontecer agora, com a

Comissão do Orçamento. Nunca fui chamada para nada, para nenhum desvio até hoje. E a primeira vez que estou sendo chamada. Nunca fui chamada para sequer uma tomada de conta especial. O SIAFI e as SISETs, todas elas têm de aprovar principalmente as emendas orçamentárias, que têm que ter um projeto, que têm que ter uma planilha de aplicação, que têm que ter um tempo, que têm que ter uma conta separada para cada coisa. Nunca fui chamada, nunca tive nenhuma denúncia.

Quero ressaltar ao senhor que só tive duas subvenções durante todo esse período, e que estão bem aquém, inclusive, daquilo que os senhores determinaram para ser investigado por esta Comissão. Mas acho importante estar aqui. Devo dizer ao senhor que tenho o cuidado de, a cada ano eleitoral, afastar-me para não envolver os negócios políticos com a instituição. Mas nos dias em que tentei descentralizar isso, tive péssimas experiências.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Tinha perguntado a V. Ex^a se a senhora considerava normal o fato de apresentar emendas ao Orçamento, depois a senhora própria cuidar da liberação para o Instituto e a senhora mesmo, no período em que está na direção, cuidar da aplicação desses recursos.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Não tenho outra solução, não tenho outra saída. Aliás, as duas vezes que tentei fazer isso, fui roubada e tive que repor o dinheiro porque tive de prestar conta dele. Ou presto conta daquele dinheiro que recebo, ou vou para o banco dos réus.

Lamentavelmente, posso lhe mostrar, através de uma ocorrência policial, de uma advogada que ficou no meu gabinete e roubou, inclusive, o meu cartão do Banco do Brasil, com a senha, com tudo, e deixou-me sem nada, no ano de 1989.

Quer dizer, se o senhor é Deputado de primeira... Cuidado! É muito comum, inclusive, nós, que somos parlamentares, ter alguém da família no gabinete, que é uma coisa que é muito questionada, mas que é necessário. Cheguei à conclusão que é necessário, porque temos as nossas quotas, nossas passagens, os nossos talões de cheque.

Não sei se alguns dos senhores já tiveram esse desprazer, mas eu já tive várias vezes essa experiência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada, a Secretaria de Promoção Humana, do Ministério do Bem-Estar Social, procedeu também a uma auditoria e, fazendo uma avaliação dos resultados dessa, constatamos que sua entidade recebeu, no dia 4 de setembro de 92, recursos da ordem de 200 milhões de cruzeiros, correspondentes a 34 mil e 656 dólares, com o objetivo de implantar oficinas profissionalizantes de marcenaria, datilografia, corte e costura e oficina de fotolito.

"Dados recursos - consoante esclarece a auditoria - foram efetivamente gastos na compra dos equipamentos necessários à equipagem dessas oficinas. Ocorreu, entretanto, desvio de finalidade em sua aplicação, a saber: o maquinário destinado ao curso profissionalizante de corte e costura, duas máquinas industriais *Singer* e uma máquina de costura normal *Singer*, estavam sendo utilizadas para a confecção de uniformes, bolsas e mochilas, mediante o uso de mão-de-obra qualificada, destinados à doação para famílias carentes, contendo, entretanto, propaganda da Deputada Federal Raquel Cândido.

O maquinário destinado à oficina de marcenaria encontrava-se, na época da visita, embalado e armazenado em sítio de propriedade da Deputada, sem qualquer utilização.

As máquinas datilográficas, destinadas à oficina profissionalizante, encontravam-se emprestadas a terceiros não-identificados.

O que a senhora pode esclarecer a respeito dessas afirmações?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Surpresa aqui só tenho com as máquinas de datilografia. Confesso ao senhor que preciso consultar minha administradora, porque de minha parte ela não recebeu ordem para emprestar máquina nenhuma. Aliás, tenho nossa sala de máquinas profissionalizantes lá.

Solicitaria, caso V. Ex^a me permitir, que me fosse entregue o terreno de doação do Centro de Recuperação de Drogados.

Adianto a V. Ex^a que quando fiz essa pesquisa, no ano de 92, quando detectei que na Amazônia havia uma inclinação, por ser zona de fronteira - são 12 mil quilômetros de fronteira em que o Projeto Calha Norte foi altamente prejudicado e mal interpretado -, detectei que a economia na área da Amazônia se direcionava, exatamente, para aquilo que está comprovado hoje: a evasão mineral e tráfico de drogas nacional e internacional.

Ousando, Sr. Presidente, como uma cabocla simples, autodidata, compreender aquilo que não quero para o meu País e muito menos para minha região. E como fiz isso? Fiz com a ajuda de um dos nomes mais renomados deste País, em conceito técnico e moral, que foi o ex-Secretário da Educação, Goldemberg. Cheguei a ele, expus meu plano e consegui uma verba, através de um convênio que está citado aqui, que prestei contas, para fazer junto a uma das melhores - fiz cotação de preços - empresas de pesquisa daqui de Brasília. Fiz pesquisa de preços no IBOPE, da DataFolha e na SOMA. Ganhou a SOMA, da qual tive informações e é realmente uma empresa de nome nacional. Fiz a seguinte pesquisa, no meu Estado, numa paixão desvairada de quem ousa pensar maior, a partir da sua base. O principal problema de Porto Velho em 1992: Saneamento Básico: em 220, 29%; em 142 pessoas pesquisadas, 19%; Desemprego: em 96, 13%; Tráfico de Drogas, em 34 pessoas entrevistadas já eram 4%.

O problema das drogas em Porto Velho com se situa? Em 484 pessoas entrevistadas, 65,8% estavam já usando drogas.

Você acha isso um problema muito sério, pouco sério, ou é exagero da imprensa?

A ação do Governo quanto a isso, o conhecimento das pessoas, a ação do Governo com relação a essas pessoas qual era? Na medida certa: de 33 pessoas, 4% achavam que era na medida certa; Agindo pouco: em 217, 29%; Nenhuma providência: em 421 pessoas, 57% achavam que não era tomada nenhuma providência.

Esse assunto me comove profundamente e alguns Colegas meus sabem o porquê.

Conhecimento de pessoas que já se envolveram com drogas em Porto Velho: em 404, 54% dessas; Conhecimento de pessoas que já se envolveram com drogas no seu trabalho: em 321, 43%; Existência de pessoas na família que já sofreram com as drogas: em 298, 40%; O tráfico de drogas é uma ameaça a você e sua família?: em 584, só em Porto Velho, era 79%.

Acho, Sr. Presidente...

A existência de tráfico nas escolas de Porto Velho: em de 278, já era 37%; em 380, já era 51,5%.

Essa pesquisa deu-me a criatividade de modificar as atividades do Instituto Eva Cândido. Conversando com o Professor Goldemberg e técnicos, passamos a elaborar um programa piloto denominado "Quem se ama não se droga".

Levei essa pesquisa ao hoje Ministro Maurício Corrêa, que foi acatada em todo Território Nacional, instituindo o Ano Internacional da Droga, agora. Com base nesse projeto, doei, e peço da assessoria, dos 20 hectares de terra que tenho, 3 hectares - porque não consegui apoio na Prefeitura, não consegui apoio do Governo - da minha chácara para edificar um Centro de Recuperação, porque tenho que trazer as pessoas, devido à demanda e os casos que V. Ex^{as} nem podem pensar que existam ali. Isso para desenvolver um trabalho que, devo dizer, dá-me hoje 19 a 20%, mesmo sem ir a Porto Velho, na liderança eleitoral, no Município de Porto Velho.

Para V. Ex^a ter uma idéia, o programa denominado "Quem se ama não se droga", frase efetivada num concurso de jovens, dá-me quase 60% dos muros gratuitos na Cidade de Porto Velho, para que eu pinte essa frase com a logomarca que passarei a V. Ex^a, como se aquilo fosse uma forma de afrontar as bocas de fumo que existem, porque as famílias dizem: "Raquel, pinte meu muro".

O senhor veja que a presença através de uma criatividade que tive de exercer esse trabalho. Começou com os muros, depois elaborando um programa mais profundo, junto à FAE, quero que a assessoria passe para mim...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Raquel Cândido, por gentileza, consulto a Subcomissão com relação à oitiva do Deputado Paulo Portugal, se poderíamos realizá-la às 15h ou às 17h. Qual seria o horário mais conveniente? Inicialmente, estava marcado para às 15h, mas como a oitiva da Deputada poderá se prolongar, e há também uma oitiva marcada pela Comissão para as 15h, pergunto se o horário mais conveniente não seria às 17h.

O SR. ELCIO ALVARES - Sem prejuízo, é evidente, do trabalho da nossa Subcomissão, estou sabendo agora que estou sendo convocado para a Comissão Especial às 15h, se não me engano para a oitiva do Senador Alexandre Costa. Então, poderíamos, talvez, quem sabe, às 17h, se for da conveniência da Comissão. Não sei dos compromissos dos outros Senadores e Deputados. Para mim, em termos pessoais, ficaria melhor às 17h, mas os interesses da Subcomissão são maiores, evidente, que a minha colocação pessoal.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Posso ser rápida.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Afiança-me aqui o Deputado Nelson Trad, Sr. Presidente, que, para S. Ex^a também, às 17 horas seria mais adequado. Com relação a mim, acho mais racional - para esta Comissão, não para mim - que seja às 17 horas.

O Senador Rollemberg também tem o mesmo ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pode prosseguir, Deputada Raquel Cândido.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, diante da necessidade, procurarei ser mais breve, para não cansá-los e até para ser inquirida.

Passo às suas mãos, Sr. Relator, o documento doado, com escritura lavrada, daquilo que é um sonho que irei realizar, custe o que custar. Esta obra já está sendo efetivada através da LBA e dos recursos consignados, licitados lá em Rondônia.

Obviamente que esse programa foi-se desenvolvendo e as nossas instalações já não davam para esse sonho, que era maior.

Pediria também que me chegassem às mãos os meus panfletos, as minhas mochilas, tudo que elaborei nesse programa, que é altamente positivo, eleitoral, social e científico.

Elaboramos esse conjunto de proposituras, formalizamos um milhão de panfletos tipo **folder** para as escolas, com movimentos fantásticos entre pais e filhos, e fizemos 500 mil panfletos para que os pais soubessem lidar com seus filhos que usam drogas e não os colocassem nas ruas. Fizemos essa distribuição e passamos, ao invés de dar a camiseta "Raquel" de campanha, a desenvolver um programa também criado pela nossa imaginação, em que o menino que usa drogas, de 14 a 16 anos, - obviamente, quero ser muito sincera, tem a visão eleitoral - possa vir para as nossas oficinas fabricar o material escolar que vou apresentar aos senhores.

Portanto, não é verdade o que o Tribunal de Contas afirma, que as nossas máquinas de costuras estão paradas e fazendo trabalho para mim. Isso é mentira! Eles passam a trabalhar para fabricar mochilas escolares.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Raquel Cândido, essa informação é da Secretaria de Promoção Humana do Ministério do Bem-Estar Social.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Desculpe-me, mas não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Só queria retificar, porque V. Exª está dizendo que essa é uma informação do Tribunal de Contas.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Desculpe-me. Peço desculpas, mas não é verdade.

Esse povo da Secretaria esteve lá quando a verba foi liberada, há dois anos. Eles nunca mais voltaram lá. Aliás, isso é uma verba de subvenção, Sr. Relator. O Sr. Ricardo Fiuza, diante das coisas que vou vendo, tinha o maior critério para dar 200 mil para o Instituto Eva Cândido; mandava os técnicos, antes, lá, para apurar se era necessário, ver se o local existia e, depois que a verba ia, mandava os técnicos para ver se a verba estava comprada, para prestar contas no prazo de trinta dias.

Nunca deixei de prestar contas de verbas de subvenção além dos trinta dias. Passei por essa rigorosa pressão e entendi. Sobre as máquinas, obviamente - se eram necessários 30 dias para comprar e 30 para instalar - que estavam embaladas, porque, depois disso, eles nunca mais voltaram para verificar. Faço esta ressalva e peço desculpas, porque pensei que tinham sido os técnicos do TCU, que ficaram uma semana conosco lá, vendo este trabalho.

Portanto, nasceu daí esse programa "Quem se ama não se droga". Estou pedindo à Marta e não me socorrem.

Então, veja bem, fizemos os panfletos e passamos a fazer esse trabalho com os jovens. Eles, em princípio, cortam as mochilas, costuram e adotam, como responsabilidade, o seu irmão menor, desde que ele seja um menor carente.

Está aqui o panfleto para os pais. Fizemos 500 mil, Sr. Presidente. Fizemos essa campanha "Quem se ama não se droga" para todos os movimentos que existem, e que englobam acima de 500 ou 100 pessoas, abrindo mão, obviamente - e diria de uma forma até demagógica, para o eleitor - porque não vamos ter mais camisetas já que as nossas camisetas vão se transformar nessas camisetas e nas camisetas escolares que são feitas por aqueles meninos que usam drogas, que passam parte do tempo conosco e que adotam a mochilinha, que é fabricada por nós, com o slogan, Sr. Presidente... Se o senhor encontrar o meu nome aqui... Eu desafio. Não posso fazer isso, não é minha campanha eleitoral.

Obviamente que, hoje, o garoto olha e diz: "Olha lá a Raquel", porque tudo está vinculado. Isso aqui tem mais de 2 mil muros pintados. Não dou conta de pintar os muros com essa campanha.

Então, todo esse material promocional, criativo, com cartilhas aos nossos professores, com cartilhas aos pais, elaborados inclusive por técnicos da UnB, aqui, foi fazendo uma crescente promoção desta que é uma bandeira minha, sim, não apenas no Estado de Rondônia. Foi uma luta que eu implementei e hoje presido. Hoje já não mais presido, porque acabou o ano e a gente nem se deu conta. Presidi a Subcomissão de Narcotráficos, dentro da Câmara dos Deputados, implantando pela vez primeira essa discussão, inclusive a nível de PPA e de LDO e de Orçamento da União.

Então, é dessa forma que esse material foi sendo adquirido. E aqui tem verdades: as máquinas de costuras já estão agindo, porque são elas que fabricam tudo isso. Olha aqui. Mas vai ter em tudo a campanha "Quem se ama não se droga." É a campanha escolar, do colégio. É fabricada lá. Mas a campanha antidroga, ele tem que levar. Esteja ele... E eu não podia fabricar isso para trazer para V. Exª hoje. Eu fiz isso aqui e mandei para o Ministério Público, Dr. Aristides Junqueira, exatamente com essa denúncia aí, porque ela não queria liberar esse recurso. E por que ela não queria liberar esse recurso? Porque ela sabia que esse recurso, dentro do projeto que tinha que ser exposto para a delegacia, daria esse retorno, surpreendentemente político, e que não necessariamente precisa da minha presença na base.

Isso aqui é uma coisa que não tem precedente na história, com o material completo, escolar, que nós fornecemos dentro daquela mochila - vai o lápis, o caderno... -, material adquirido, inclusive, Sr. Presidente, na própria FAE, porque eu sou inscrita, como instituição, na FAE, e passo a ter direito de comprar pelo preço mais barato que ela compra.

É uma questão de criatividade. Eu não vejo nenhum erro nisso. E também de sair daquilo que é tão costumeiro: dar a cesta básica apenas. Sair para um outro tipo de informação social que te traga um dividendo político, porque quem de nós não procura o dividendo político?

E o que é mais interessante, Sr. Presidente, ele não passa pelas mãos das empreiteiras, ele não passa pela malversação, porque o senhor vai constatar, esta CPI vai constatar, ao longo da investigação, que eu posso ser tudo, temperamental, agressiva, briguenta, mas ladra, não. Ladra, não! Por princípio e formação de família.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada Raquel Cândido, ninguém está atribuindo a V. Exª qualquer qualificativo depreciativo. Nós estamos aqui, apenas, relatando a V. Exª e lhe dando a oportunidade, a que tem direito, de poder contrapor suas alegações àquelas que vieram ao conhecimento desta Subcomissão.

Vou agora, nobre Deputada, fazer uma síntese do que o Tribunal de Contas da União apurou em auditoria. Antes, nós nos referimos à Secretaria da Promoção Social, do Ministério do Bem-Estar Social.

De conformidade com o relatório do Tribunal de Contas da União, examinado aqui por esta Subcomissão, oito convênios foram realizados, uma contribuição e uma subvenção social...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - São duas. Eles erraram, Sr. Presidente.

São duas contribuições sociais e oito convênios: uma de cem e outra de 200. Eles erraram até aqui. E eu sei quem errou. E, depois, se V. Exªs me permitirem, eu vou dizer o que aconteceu com essa questão do Tribunal de Contas nos Estados. É preciso dizer, porque aqui não vão encontrar trezentos picaretas, e, se encontrarem, eu não vou estar no meio deles. Eu lhe garanto isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada, foram analisados oito convênios, uma contribuição...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - São duas. Eles erraram aqui. São duas subvenções.

O SR. LUIZ MÁXIMO - São esses...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Exatamente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Se a senhora permitir que eu conclua...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Com o maior prazer...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Daí fica até mais fácil para a senhora responder.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - São duas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Oito convênios, uma contribuição e uma subvenção social, recebidos pelo Instituto, a partir de 91. Esses foram os convênios, as contribuições, as subvenções sociais auditadas - então, eles auditaram uma subvenção social -, a partir de 1991, que totalizaram 880 mil 581 dólares. Então, em face de irregularidades, pela auditoria detectadas, foram selecionados os seguintes itens.

Vou ler para a senhora. Se a senhora puder ir anotando, vou procurar ler de uma forma pausada, para que a senhora tenha uma visão do conjunto, para lhe facilitar as respostas.

"Convênio com o Ministério da Saúde, celebrado em 03 de abril de 91.

Objeto do convênio: aquisição de unidades móveis de saúde para laboratório de combate à malária, para atender aos serviços de saúde do Estado, e visando a integração ao SUS.

Valor desse convênio: 398 mil, 375 dólares.

Irregularidades: somente foram apresentados documentos de despesas relativos a CR\$39.800.000,00, correspondentes a 35% do total recebido.

Segundo convênio - Convênio com o INAMPS.

Concedido em 30 de dezembro de 1992.

Objeto: apoio financeiro para aquisição de material para atendimento à população carente.

Valor: CR\$645.680.000,00, equivalentes a 57 mil, 598 dólares.

Irregularidades: as primeiras vias de duas notas fiscais, comprobatórias da aplicação de parcela do recurso, arquivados no instituto, possuem data de emissão 31 de março de 93. Porém, nas vias em poder da empresa emitente - DENTAL Médica, Comércio e Representações Limitadas, consta a data de 1º de junho de 93.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Eu gostaria de responder por partes, se V. Exª me permite.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - O primeiro convênio do Ministério da Saúde, que V. Exª relatou, é exatamente um projeto criativo, e o TCU constatou lá as unidades... Duas. Inclusive uma foi constatada aqui pelo senhor Tebaldi, Chefe da Inspeção. Ela estava aqui para ser... porque essas unidades, elas também fazem com que você - aonde não funciona a saúde - se locomova com ela. Então, ela vai para a linha do Projeto Corumbiara 416, com um médico e um dentista. Quer dizer, aquilo que o... E faço isso muito junto aos sindicatos. Os sindicatos são os meus maiores fregueses. São eles, os sindicatos rurais, que mais solicitam as nossas unidades móveis médico-odontológicas, principalmente na concentração rural, no Estado de Rondônia. Essas contas todas foram aprovadas e estão no Ministério da Saúde. Eu não sabia que os senhores iriam me chamar para esse assunto. Mas eu posso trazê-las com o maior prazer. Vou perguntar ao pessoal que está me assessorando se eles têm, por exemplo, as notas fiscais, encontradas com irregularidades, da Dental Médica de Comércio e Representação. São duas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - São duas.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Se têm aí, por favor, me passem às mãos. Eu não tenho culpa, senhor, e nenhum de nós temos culpa se você paga e alguém calça a nota. Isso não é um problema nosso. Isso é um problema para a Receita Federal. Ela que vá lá e autue esses comerciantes, porque a nota não é fria. Isso eu lhe garanto. Agora, se eles colocam o papel... primeiro, não sou eu que estou lá comprando, lá na base ou aqui. O senhor está entendendo? Mas sou responsável! Estão aqui as notas. Se o senhor quiser ficar com esses documentos, porque eu tenho de ficar com eles em mão durante 5 anos. É o que a lei manda. Eles têm que ficar, os originais arquivados, durante 5 anos. Mas se V. Exª tiver necessidade de fazer um laudo pericial e uma fiscalização pela Receita Federal, vai ver que essas notas não são frias, nem superfaturadas. Se elas foram calçadas, é problema da Receita Federal. O TCU que mande lá ver por que esse comerciante faz esse tipo de coisa, e que me prejudica! Não é um problema meu. O senhor pode ver. Se o senhor quiser - eu não posso lhe entregar os originais -, mas o senhor pode ver.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nós temos as cópias xerográficas dos documentos. Então, a senhora está dando uma explicação a respeito dessa disparidade de dados.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Que eu presumo, que eu presumo. Não tenho outra explicação! Eu tenho as duas vias aí.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Luiz Máximo, V. Exª hoje, representa praticamente a subcomissão. Nós estamos apenas compondo o painel e, evidentemente, para esclarecer, já que V. Exª tem a iniciativa do interrogatório que, como sempre, faz de forma brilhante.

A Deputada Raquel Cândido fez uma afirmativa que eu gostaria que fosse importante. Estou verificando que V. Exª está encontrando uma metodologia, acompanhando o relatório, quando afirma que à inspetoria somente foram apresentados documentos de despesas relativas a CR\$39.800.000, num total de 35% recebidos. A Deputada afirmou que existe uma obrigatoriedade de permanecer esse documento durante 5 anos em poder das partes. Então, seria importante que S. Exª esclarecesse isso, porque me parece que aí está também o fulcro da principal acusação em relação a essa verba. O fato de ter sido aprovado... Já tivemos exemplos outros, de fundações e entidades, que foram aprovados mas, quando fomos constatar os documentos, estes documentos não correspondiam à realidade. Mas aqui eu acho que é fundamental. O que o Tribunal de Contas da União está alegando e afirmando de maneira categórica é que, no momento que foram solicitados os documentos, havia apenas 35% do total. Então, como a Deputada poderia justificar isso, já que existe a obrigatoriedade da manutenção destes documentos durante cinco anos?

Perdoe-me porque vou desistir de perguntar, já que V. Exª o está fazendo de forma tão brilhante. Acho apenas que seria interessante algumas achegas para que complementássemos o interrogatório.

Perdoe-me V. Exª a intervenção, mas considero importante que a Deputada Raquel Cândido, com o nosso respeito à sua obra social, esclareça que somente 35% dos documentos estavam em poder da entidade quando a fiscalização do Tribunal de Contas se dirigiu a Rondônia.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Eu explico. Segundo, eu não estava lá, Senador Elcio Alvares. Atendi uma parte da auditoria que veio, inclusive, verificar; mais posteriormente, quero crer, tem aí a história de um Mitsubishi.

O SR. ELCIO ALVARES - Só um esclarecimento. Os documentos permanecem aqui ou permanecem em Rondônia?

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Permanecem lá. Eu trouxe alguns que a mídia... Porque eu não tive acesso a tudo; por exemplo, este documento, estou tendo acesso a ele agora, na verdade, Senador. Só tive acesso a esse documento aqui, agora.

Essa denúncia aqui, eu não tinha conhecimento dela.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas como a senhora justificaria? Porque há uma afirmativa categórica.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Justifico já, e está no Relatório, segundo a mídia, pois não posso ler o que tem na Subcomissão; segundo a mídia, está no relatório do TCU, que encontrou essas notas e que dois desses carros estão no interior - dois desses carros, que obviamente para ir para o interior têm que estar com o documento no porta-luvas; hoje eles estão em Porto Velho, porque eu fiz vir, todos arrebitados porque ficam no mato, estão em Porto Velho. Os documentos, na hora em que o TCU esteve lá, e o senhor pode constatar, Senador, porque eu não posso ter acesso ao relatório do TCU, mas tomei informações e a minha assessoria na base, e é constatado pelo TCU que duas dessas unidades móveis estavam no Projeto Corumbiara, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Raquel Cândido, quero apenas esclarecer que o comportamento desta Subcomissão não é inusitado, estamos adotando a mesma metodologia da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A partir do seu interrogatório, V. Exª terá acesso a todos os documentos.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Ainda bem.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada, vou devolver a V. Exª as vias originais, mas apenas estou estranhando o seguinte, nobre Deputada, se me permite: as notas fiscais são datilografadas. Isso aí não é uma forma usual, porque a nota fiscal, normalmente, tem um bloco. A primeira e a segunda vias datilografadas; as outras vias, que são a terceira e a quarta vias...

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Relator, tem uma auditoria inclusive do... A minha secretária me disse que essa verba sofreu uma auditoria dos auditores - como é o nome? Marta, me socorre. É que eu não sei mexer com papel, não adianta. Eu sei arrumar voto.

Os auditores do INAMPS estiveram lá para conferir essas mercadorias e essas notas, na época, em 05 de agosto de 1993. Mas eu, Sr. Relator, para que não paire dúvida, para que não se diga que nós datilogramos, que nós forjamos estas notas, porque tenho ouvido muito isto nesta Subcomissão, deixo-as sob garantia dos senhores para que se faça um laudo dessas notas.

Eu preciso, se o senhor tem dúvidas dessas notas, faça um laudo pericial dessas notas; eu não sei lhe explicar porque ela foi datilografada, não sou comerciante; agora deixo-as sob guarda da Comissão, para fazer um laudo pericial, porque acredito, até agora, que não são notas frias.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada, a respeito de um convênio celebrado com o MIR - Ministério da Integração Regional, celebrado em 17 de agosto de 1993, no valor 7 bilhões, 349 mil, 346 cruzeiros, correspondentes a 68 mil 436 dólares.

Objeto: aquisição de material permanente para executar o programa "Quem se ama não se droga".

Especificação do material a ser adquirido, constante do plano de trabalho. Veículo: Caminhonete Custom S. marca **Chevrolet**; impressora **Off-Set katu M-510**; guilhotina **GUARANI-SAI**; fotográfica vertical 50x60; prensa de cópia; chapa elenco **EL-24b**; mesa de revelação de chapa **EL-51/A** e furador de filme **EL-36**. Justificativa da aquisição do material permanente: transporte de estruturas e palestrantes, e dotar o Centro de Recuperação de Drogados para ocupar e especializar sua clientela, gerando emprego e remunerando os seus assistidos.

Irregularidades: aquisição, com recursos públicos, de materiais antieconômicos e fora do especificado no plano de trabalho. O preço do veículo especificado no plano de trabalho, escolhido por ter sido cotado como um dos mais econômicos das propostas analisadas, **Custom-S**, marca **Chevrolet**, com opcionais, conforme consta da proposta da Itacolmi de Automóveis, São Paulo, encaminhada ao instituto, corresponde a 26 mil 766 dólares.

Por outro lado, o veículo adquirido em Brasília, pelo Instituto, marca **Mitsubishi**, tipo Pajero, usado, ano 92/93, com ar condicionado e som, custou 38 mil dólares. O certificado de registro e licenciamento de veículo, embora esteja em nome do instituto, especifica como endereço do proprietário **SQN 107, bloco C**, apartamento 614, o mesmo da Deputada Raquel Cândido.

O restante dos recursos foi gasto na compra de um duplicador digital **standard**, modelo 92/151, e não na aquisição dos diversos bens especificados no plano de trabalho, os quais estavam mais de acordo com a justificativa de aquisição de material permanente apresentado pelo instituto.

Cabe ressaltar que, dos bens especificados no plano de trabalho, foram levantados pelo próprio instituto, sendo que o valor liberado pelo ministério estava condizente com os bens especificados.

A senhora pode nos esclarecer a respeito dessas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União?

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Irregularidades para eles, Sr. Deputado. Essa é a que mais eu quero esclarecer. Quem não sabe quanto custa uma máquina **off-set Katu**, por menor que ela seja? Nós fizemos o pedido de um convênio de 7 milhões 349 com aquele programa, para comprar uma **off-set**. Só uma pessoa que não é empresária, que não é do ramo comercial, pode pensar que ia comprar uma **off-set** com 7 milhões de cruzeiros. Até porque esse convênio é deste ano, é coisa recente.

Dentro daquele programa em que o centro está sendo construído, nós temos lá agora, inclusive, uma marcenaria que faz móveis. Nós pretendíamos colocar uma tipografia, em que os meninos aprendessem a fazer o papel para vender notas fiscais nesse negócio aí - e começar a ganhar dinheiro.

Com esse tratamento de drogados, você passa a ter uma clientela muito grande e que não tem ... se você não dá trabalho para esses rapazes e só dá apoio psicológico e não sei o que mais, mas não dá trabalho. não faz ele crer que a vida tem um outro sentido, você não o recupera.

Cheguei à conclusão que o centro de recuperação tem que ter os técnicos, os médicos, os psiquiatras, mas tem que ter o trabalho, senão não tira da droga. Então, a nossa proposta era ter esse centro de tipografia, alguma coisa assim.

Todos aqui sabem que não se compra uma máquina **Katu**, como eu coloquei, por 7 milhões, não se compra nem usada. Essa é a primeira informação para essa máquina que é similar a **El Katu**, é uma máquina similar, mais barata, e que teve tomada de preços em vários locais. Por coincidência, quando Tribunal de Contas estava chegando lá, esse equipamento chegava novinho em folha.

Quanto ao carro, olhem bem, como cassam 300 picaretas dentro de determinadas organizações. Nós fizemos uma tomada de preços na Nara Veículos, representante da **Mitsubishi**. Primeiro a a imprensa disse que era um automóvel que tinha custado 400 mil dólares - de luxo. E quem diz isso é um rapaz que trabalha aqui; eu quero fazer essa denúncia ao Deputado Garibaldi Alves Filho. Ele trabalha aqui, e depois em caráter sigiloso, quero dizer como vazou essa denúncia, até porque tem sido forma de acinte à minha assessoria que procura informações. A insinuação constante desse rapaz, de ordem ideológica, sempre dizendo que é de luxo, que tem ar condicionado. Não tem, Sr. Senador. Temos que passar por essa humilhação porque estamos sendo investigados. Então, até o cachorro passa e bate no Deputado que está sendo investigado. Tenho fé em Deus, saindo desta aqui, vamos rever isso porque está sendo muito doloroso para nós que somos parlamentares e que não somos os pilantras que estão sendo procurados e que querem chegar a 300.

Concordo que esta CPI é fundamental, mas eu não sou Branca de Neve e não sou a pilantra que está sendo procurada por aí. Tenho ouvido isso até de funcionários. Faça isso como um desabafo.

Portanto, está aqui a tomada de preço da Nara Veículos; foi feita no dia 22 de setembro de 83. Na Tigrão Veículos, lá em Ji-Paraná, nós pedimos o preço para uma **bonanza custom**.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Deputada, só uma correção de data, não deve ser 83.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - 38 mil dólares.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Não, a data a que V. Exª se referiu.

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Ah, desculpe, é 93. Obrigado, Deputado Lázaro Barbosa. Em 23 de setembro de 1993 custava 38 mil dólares, essa camionete que é um jipe pajero, do mais simples possível, porque não preciso. Isso aí, vou lhe dizer, nós fizemos um filme, também com essa logomarca, feito pela Ema Vídeo, que acabamos de fazer a prestação de contas com recursos do Ministério da Justiça. Um filme de 15 minutos efetuado pela Ema Vídeo aqui, levando o mesmo tema.

Temos mais ou menos 6 ou 7 vídeos e televisões que botam esse vídeo, que foi orientado através do professor Nicos Lavos da UERJ, do Rio de Janeiro, que fez o roteiro, com essa abordagem de drogas para as escolas.

Nós sentimos necessidade de ter um carro a **diesel** para ir para as escolas mais distantes com aqueles equipamentos, vídeo e não sei o quê. Eu estava pagando uma kombi, do meu bolso, para levar esses monitores lá, uma kombi, alugada.

Então, veja bem. Fizemos esse pedido. No dia 23 de setembro de 93, fizemos essa coleta de preços na Nara Veículos, que foi de 38 mil dólares. No mesmo dia, fizemos na Tigrão. Ela cobrou 4 milhões de cruzeiros, que não sei quanto que dá em dólares, mas disse que o prazo de entrega era de aproximadamente 50 dias e que se pagaria isso daí a 50 dias. Obviamente que não seriam mais 4 milhões. Vou aprendendo isso com o decorrer do tempo.

Fiz isso aqui na de J1-Paraná. Fiz duas tomadas de preço, que não eram nem necessárias. Portanto, aqui diz, Sr. Presidente, que o veículo marca **chevrolet custom** custa 26 mil dólares, 768. V. Exª sabe onde foi pesquisado isso? Na revista **Quatro Rodas**. Eu duvido que você chegue com preço da Revista **Quatro Rodas** e encontre esse preço na concessionária.

O senhor sabe por quanto eu comprei esse **Mitsubishi**? Comprei-o por 32 mil dólares. Está aqui a nota fiscal para V. Exª verificar. Ela também é datilografada - está o Senador Elcio Alvares para me socorrer. É da Nara Veículos daqui, é datilografado e comprei-o por 32 mil dólares.

Primeiro, eles me deram aqui a cotação de 38. O TCU pegou a cotação e botou aqui a cotação. Eu comprei por 32. Está aqui.

O SR. LÁZARO BARBOSA - E a **custom chevrolet**, o preço não era 26 mil dólares?

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Não, aqui é a cotação que o auditor daqui colocou da **Quatro Rodas**. Aqui diz que são 4 milhões de cruzeiros. Seria - informo o preço da **bonanza custom** a diesel de 4 milhões de cruzeiros. Prazo de entrega: mais ou menos 50 dias. Essa Nara Veículos me deu um prazo de entrega de 10 dias e custou 32 mil dólares. Esse preço nesse relatório foi procurado na Revista **Quatro Rodas** e o preço colocado aqui de 38 mil dólares não é verdade; ela mandou 38 mil dólares e na hora da negociação, como foi **cash**, vendeu por 32. Está aqui a nota fiscal. O senhor está vendo? Eu quero que o senhor fiscalize. E está aqui o documento do carro. E não tem ar condicionado, não, senhor. Toda vez que a gente perguntava, a pessoa dizia que era de luxo, é de luxo. Poxa! Mas eu fiz licitação, comprei no melhor preço, recebi no melhor dia, qual é o crime que cometi?

A máquina que não pode ser a **Katu** é essa máquina aqui, que é também importada, é nova; confesso ao senhor que é um negócio moderno e que o preço dela foi - o senhor veja bem - 6 milhões 524, essa máquina. Não precisa de laboratório, é uma coisa nova, não precisa de chapa, você faz tudo, não precisa ter aquele equipamento que nas outras tipografias é necessário. Ela não precisa, é em papel vegetal que se faz o original e ela roda igual a **off set**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Essa caminhonete se encontra em Porto Velho ou se encontra em Brasília?

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Em Porto Velho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O endereço que a senhora deu de sua residência, por que a senhora deu o endereço da residência daqui e não de Porto Velho?

A SRª. RAQUEL CÂNDIDO - Deixa eu lhe dizer esse caso. O TCU, quando chegou lá, já estava comprado esse carro. Ele me pediu as notas, o carro não estava emplacado; esse carro estava aqui, porque eu estava atrás da tal da cortesia, porque a estrada daqui para lá é cheia de buracos. Então, o carro estava aqui ainda, tanto que pedi para o fiscal do TCU, chefe da 7ª Região que estava aqui, vir fiscalizar o carro. E o Sr. Tebaldi, outro aqui, foi lá, fotografou, revirou, tirou, viu tudo. Agora, sabe o que ele me disse? A senhora vai cometer um grande erro. Esse carro não está emplacado e não tem o documento do DETRAN. A senhora vai ser autuada.

Ora, ouvi isso do chefe do TCU da região que foi lá e fotografou o carro e disse que eu ia sofrer. O que fiz? Estou devendo, estou devendo um agiota daqui que empresta dinheiro na Câmara. Estou devendo, isso todo mundo sabe. É crime falar do Cafezinho aqui? Então, vejam bem: tive que emplacar esse carro. Custou seiscentos e poucos mil cruzeiros, Deputado Lázaro, e eu emplaquei esse carro aqui. Eu não estava lá emplacando o carro; mandei emplacar, porque o rapaz do TCU disse que eram dois crimes: primeiro, porque o carro não estava em Porto Velho; segundo, porque não estava emplacado. Estão aqui os documentos do carro emplacado. Fiz imediatamente a correção, porque verifiquei que na nota também estava o endereço da minha casa. Fui lá na empresa e fiz a ratificação da nota com o endereço do instituto e emplaquei o carro, que também merece uma ratificação por esse motivo. Emplaquei e mandei imediatamente para Porto Velho, pagando 600 mil, que eu não tinha na época para emplacar, e mais o transporte para mandar esse carro para lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira, pela ordem.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, quero agradecer, mas já foi esclarecida a dúvida que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Continua com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada Raquel Cândido, o seu instituto recebeu uma subvenção, do Ministério da Ação Social, liberada em 21 de maio de 1992...

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO - Minhas originais.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ... no valor de 150 milhões de cruzeiros...

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO - Aquelas notas que o Senador Elcio... elas foram devolvidas? Porque depois não vou achar outras.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ... uma subvenção no valor de 150 milhões de cruzeiros, correspondentes a 57 mil e 63 dólares. O objeto dessa subvenção é assistência maternal às mães carentes, com alimentação adequada e distribuição de roupas de recém-nascidos, acompanhamento no pré-natal e aquisição de redes, colchões, cobertores para mães e crianças carentes.

Consoante o Tribunal de Contas da União, foram constatadas as seguintes irregularidades: para comprovar as despesas realizadas, o instituto apresentou em sua prestação de contas, seis notas fiscais de emissão de empresas localizadas em Brasília. Entretanto, nos extratos bancários do instituto, verificou-se que os recursos foram depositados através de cheques da instituição em favor de três pessoas físicas: Maria Tereza da Silva, Juvenal R. da Silva Neto e Maria do Socorro Davi, que segundo a Deputada Raquel Cândido se encarregaram de fazer as compras devidas. Entretanto, examinando os extratos e demais documentos bancários emitidos por essas pessoas físicas, desde um dia antes dos depósitos até 31 de dezembro de 1992, não foram constatadas saídas de numerários que correspondam às datas ou aos valores das notas fiscais arroladas na prestação de contas. De modo geral, os recursos...

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, por favor, não foram saídas?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não foram constatadas saídas de numerário que correspondam às datas ou aos valores das notas fiscais arroladas na prestação de contas.

De modo geral, os recursos ingressados nas contas dos titulares, ou seja, daquelas três pessoas a que nos referimos, eram aplicados em RDB ou Fundo-Ouro e posteriormente reaplicados ou resgatados em espécie, mediante cartão magnético ou através de cheque, levando à conclusão de que são "frias" as notas fiscais apresentadas.

Antes de a senhora apresentar as suas explicações a respeito desses fatos, queria que V. Ex^a esclarecesse quem são essas pessoas: Maria Teresa da Silva, Juvenal R. da Silva Neto e Maria do Socorro Davi.

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO - Eram os responsáveis pelas compras do Instituto, em Brasília, Goiânia, por aqui por perto.

Agora, gostaria de trazer a comunicação policial da Doralice, por favor. Ocorrência policial.

O SR. DEPUTADO - Boletim de ocorrência.

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO - Obrigada pelo socorro.

Em 1989, o douto Deputado Álvaro Valle fez um concurso no gabinete dele para preencher os cargos de secretários mais habilitados, porque a gente chega aqui e não encontra. Ele fez um concurso e ofereceu os outros concursados, a partir do sétimo e oitavo lugares, porque ficou até com o oitavo lugar para ele, para a Liderança dele, com a mão de obra qualificada nesse concurso.

Eu fui ao gabinete do Deputado Álvaro Valle, para o senhor ter uma idéia, em 1989, e peguei uma advogada de nome Doralice da Silva, fantástica; ela tinha uma filha de araque, mentirosa, chamada Raquel, de tão artista que ela era, para ficar empregada. Empreguei a Doralice, que não era advogada, mas empreguei, concursada, oitavo lugar no gabinete; a Doralice ficou trabalhando conosco quase um ano e meio, foi um período de campanha.

Deputado, ela já tinha a minha carteira de identidade, o meu cartão magnético, a minha senha, porque eu já gostava tanto da Doralice, que tinha a Raquelzinha, que dei a minha senha; ela era quem mexia nas minhas aplicações, e fui fazer a minha campanha.

Ela tirou tudo que eu tinha, está aqui a ocorrência. A Polícia do Distrito Federal instaurou inquérito. Ela abriu uma sapataria em Araçatuba, de onde tinha vindo, com o dinheiro, e ela era estelionatária que fazia carta: "Ela é uma boba, estou fazendo um cheque de..."

Um dia estou no meu gabinete e recebo o telefonema de uma floricultura; depois eu via que a minha poupança não aumentava, estava sempre devendo. Doralice, que diabo é isso? "Não sei Deputada, vai ver que a senhora não está controlando bem."

Ela era a Raquel Cândido no caixa da Câmara, ela assinava; o caixa da Câmara não era ali, era do outro lado, era funcionário e... Era na época do Garrafas, um nome estranho; ele ficou louco, porque eu responsabilizei o banco e não me pagou até hoje. Ela ia com a carteira de identidade, com a fotografia, e dizia que era a Raquel Cândido; então, ela foi a uma floricultura em Taguatinga e comprou flores; eu recebi um telefonema que casualmente eu mesma atendi. Perguntaram: Quem fala? Eu disse que era a Raquel; disseram-me que eu tinha dado um cheque de duzentos mil, não sei quantas rosas, sem fundos. Eu disse: Eu? Cheque sem fundos, meu? De jeito nenhum. "Mas a senhora venha aqui." A Dora tinha saído de férias, a mulher foi lá e eu disse que o cheque não era meu.

E eu e a secretária do Fernando Santana, que era meu colega de gabinete, do PC do B, a secretária, a coitada, abonamos o apartamento, avalizamos o aluguel da Dora, eu e a secretária do Fernando, para ela alugar um apartamento com a Raquelzinha.

Meu senhor, a Dora tinha ido de férias e tinha sumido, eu fui ver e o buraco estava feito. Fui na polícia, já não tinha mais poupança, não tinha mais nada, porque era ela quem controlava; a Marta, se quiser fazer isso comigo, faz e eu nem sei, porque eu não mexo com essas coisas.

Então, o senhor veja bem: fiz a ocorrência, foi daí que eu tive o cuidado de não mais colocar dinheiro na mão de determinadas pessoas, exceto aquelas de confiança; mas a gente sempre está acreditando que tem confiança. Para o senhor ver, foi tudo: cartão de crédito, foi tudo, o banco não me devolveu até hoje esse dinheiro.

Esse Juvenal e a Maria Socorro Davi eram marido e mulher, e a D^a Maria Tereza, amiga deles; moravam em Rondônia, mas eram do Sul, tinham muito entendimento, conheciam muito, já tinham vindo de Brasília, de Goiás, esse pessoal que fica... O senhor está entendendo? Ajudaram-me na campanha e eles eram bem rápidos e velozes em compras: vai comprar isso! Vai fazer aquilo, rápido! Passaram a trabalhar conosco.

Recebi este recurso e tinha - aliás, é uma das malditas subvenções que eu recebi -, 30 dias para prestar contas; a tal da subvenção era de 150 mil cruzeiros, não é isso? E tem 30 dias para prestar contas. Então, tem que prestar contas. Peguei os cheques, preenchi e mandei para eles: comprem o material! Compraram o material. Quero que as notas fiscais cheguem aqui.

Isso tem me dado, Deputado, o maior problema na minha vida, porque tive que passar o vexame de ir a essas lojas depois, conferir, porque elas não receberam o dinheiro. Ele compraram a mercadoria, mandaram-na; também aqui fala que a nota é fria.

Acho que o senhor pode - essa daqui é com caneta, viu, Deputado? Essa daqui é com caneta. E a minha sorte é que essas lojas eram daqui, de Brasília. E falando com o auditor - sem ser aquele que toda hora quer achar 300 "picaretas" aqui dentro -, um auditor sério, um cara que respeita a gente, mesmo quando a gente está sob suspeita, ele me dizia: Deputada, se a senhora conseguir comprovar que essas notas estão com o carimbo da Fazenda - porque quando entra a mercadoria tem que ter o carimbo da Fazenda -, acho que a coisa vai ficar explicada. E olha eu a procurar essas notas e tarará e tarará... Mas o que ocorreu? A mercadoria foi, chegou lá, mas eles não a pagaram. Não pagaram a mercadoria e ficaram com o dinheiro. E os 30 dias chegando, e a prestação... Olha, está na hora. Você vai para a prestação de tomada de contas, não sei o quê. E o meu escritório, na base, começou a receber cobranças. E eles ali com a gente, conversando. E eu disse: mas, e a mercadoria? "Já mandamos. O que a senhora quer? As notas estão aqui!"

Não dei bola para aquelas primeiras cobranças e nem acreditei. O senhor pode ver. Estão aqui as notas.

Agora, diante dessas denúncias, fui até as lojas. De novo, porque eu já tinha ido na época. E ali eu recebi o telefonema. Fui lá e a mulher disse: olha, ele não pagou, vou lhe protestar.

Falei: não! Não vai me protestar, porque eu vou pagar. Fiz uma conversa com eles, o senhor está entendendo? Dei uma dispensada neles de leve, porque queria que eles me restituíssem o dinheiro. Eles me comprovaram que não tinham pago, tinham ficado com o dinheiro, que tinha tido um roubo, que tinha sido assaltado, quase a história da Doralice. E eu tinha que prestar contas, mas o importante, Deputado, é que esta mercadoria, pelo menos isso, o TCU teve a dignidade de verificar que essa mercadoria está lá. Contou as armações de óculos, as lentes. Contou. Abriu a caixa, que é única nota que o senhor vai verificar aqui que não tem o carimbo da tal Receita lá que passa; Posto Fiscal, é essa, por quê? Isso era uma mercadoria - segundo me explicou a secretária que a levou -, que podia quebrar, porque eram lentes e armações. Então, ela as levou em mãos. Não foi carimbado. Isso daqui não foi carimbado. Essa nota não foi carimbada. As outras notas, todas, o senhor pode verificar, têm o carimbo de que deu entrada. A mercadoria estava lá. Deram-me as notas. Prestei contas. Aí começou a cobrança. O que fiz? Virei-me. Nunca tinha tido uma dívida dessas, de novo aqui, e paguei essas contas. Posso, se o senhor me permitir, em caráter mais reservado, dizer de quem me socorri para pagar essas contas. Foi duro! Chamei alguns elementos da minha segurança, porque com essa daqui, eu coloquei na polícia e ela sumiu. Ela foi processada, ficou presa lá uns dias, o Banco do Brasil não me devolveu o dinheiro, não me devolveu até hoje, porque ele não podia pagar na minha conta nem cheque meu e pagou, porque ela assinou por mim, tirava talão de cheques. Eu, com isto aqui, resolvi com o pessoal da segurança e consegui fazer um acordo com eles: Vocês devolvam isso senão vou botar na polícia.

Paguei, fiz a prestação de contas, já tinha feita a prestação de contas porque eu tinha as notas e tinha a mercadoria. Eles não tinham pago as pessoas das lojas, ficaram com o dinheiro. E uma estranheza que me causa aqui, aí eu quero o esclarecimento do senhor, porque eu confesso para o senhor que eu não sei se este dinheiro, como que este dinheiro não saiu da conta desses caras. Eu não sei lhe explicar. Está dizendo que o dinheiro nunca saiu da conta deles. O senhor está entendendo, eu não sei lhe explicar. Eu sei lhe explicar esta história, e eles me devolveram em 6 a 7 meses este dinheiro, porque foi feito um acordo, foi melhor fazer o tal acordo, que eu muitas vezes não sei fazer, do que botar na polícia, porque o que eu botei na polícia não me devolveram. É esta a história desta verba.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada Raquel Cândido, eu acredito que V. Ex^a sabe e eu entendo assim que o inquiridor deve levar ao fato do inquiridor todos os dados que ele tem ao seu alcance.

A SR^a. RAQUEL CÂNDIDO - Sim, senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E eu vou aqui colocar a senhora a par de uma informação que me chegou, que tive a curiosidade de levantar, porque depois eu poderia

pura e simplesmente encaminhar isso para a subcomissão e depois a senhora não ter tido a oportunidade do acesso à informação. Eu tive conhecimento, pelos noticiários, que a senhora está respondendo a um inquérito nº 497-9/140, no Distrito Federal. Está correndo junto ao Supremo Tribunal Federal, e o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, em manifestação do dia 11 de novembro de 1993, nos esclarece o seguinte, encaminhando sua manifestação ao Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello:

"Vieram aos autos com vistas e essa Procuradoria Geral da República, diante da documentação juntada às fls. 163/263 pela Deputada Federal Raquel Cândido. Objetiva a indiciada comprovar que o Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido, do qual é dirigente, aplicou corretamente os recursos federais provenientes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS. Ocorre, entretanto, que isso não ficou provado com os documentos trazidos, valendo ressaltar o escrito na Decisão nº 477/93, tomada pelo plenário do Tribunal de Contas da União: a) a prestação de contas dos recursos de que trata o ofício nº 777/R, de 28 de junho de 93, não estava sujeito à aprovação do Tribunal de Contas da União e sim do órgão ou entidade responsável pela transferência; b) somente nos casos de ocorrência de irregularidades insanáveis na prestação de contas ou quando verificada a omissão desta, os processos de tomada teriam que ser encaminhados a esse Tribunal para julgamento, e segundo pesquisa procedido pela 6ª IGC - Instituto, essas siglas não consigo nem sempre traduzi-las, da 6ª IGC - Inspetoria Geral de Contas, não foi constatada no Tribunal a ocorrência de nenhum processo de tomada de contas especial para exame da citada transferência". Em outras palavras, diz o Procurador-Geral, "o Tribunal de Contas da União simplesmente informa que não é de sua competência examinar a tomada de contas do Instituto de Desenvolvimento Político Social Eva Cândido, e por isto a transferência dos recursos federais provenientes do FAS não foi apreciada por aquele órgão. Além do mais, a aprovação ou não das contas do Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido pelo órgão responsável pela transferência de recursos é insuficiente".

Viu, nobre Deputada? O Procurador diz o seguinte:

"Além do mais, a aprovação ou não das contas do Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido pelo órgão responsável pela transferência dos recursos é insuficiente para afastar, desde logo, a existência de crime, consistente no desvio de dinheiro público federal. Ante o exposto, o Ministério Público Federal requer a baixa do inquérito à Superintendência da Polícia Federal, por determinação de V. Exª, para realização, no prazo máximo de 60 dias, das diligências relacionadas às fls. 116 dos autos, levando-se em conta os documentos juntados às fls. 165, 257."

Em síntese, a juízo do Procurador Geral da República, não houve nenhuma aprovação de contas por parte do Tribunal da União com relação à aplicação dos recursos federais e que a documentação enviada por V. Exª se mostra insuficiente para afastar, desde logo, a existência de crime consistente no desvio de dinheiro público federal.

Estou apenas dando ciência a V. Exª desse documento que me foi enviado e que vai ser juntado aos autos, assim V. Exª tem oportunidade prévia de sobre ele se manifestar.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Relator, o senhor me dá a maior oportunidade da minha vida. Eu consultaria o Dr. Carlos e pediria que ele se aproximasse e me informasse se o Inquérito 497 é o inquérito da Dª Berenice, o mesmo sobre o qual eu fui questionada.

Eu quero esclarecer, Sr. Relator, que a cada momento da minha vida surgem coisas interessantes. Eu tenho pelo Dr. Aristides Junqueira o maior respeito. Sou uma defensora intransigente das prerrogativas administrativas do Ministério Público, mas o senhor vai ver que a data do pedido da abertura deste inquérito, que nem processo é, é do dia 11 de novembro de 93 - e aí eu peço ao senhor paciência.

Quando eu me dispus a investigar o crime do Senador Olavo Pires, recebi inclusive insinuações de que eu eu modificava o meu voto lá - e isso eu falei para o Presidente Jarbas Passarinho - ou eu era cassada aqui. Chegou a este ponto: Falei com alguns colegas da pressão que exerciam sobre mim. E ontem foi o dia do voto. Isso é de novembro. Dois pedidos de inquéritos pelo Ministério Público foram feitos exatamente nessa data, entre novembro e dezembro, que é a conclusão do relatório final na CPI que acabou ontem exatamente com meu ponto de vista daquilo que eu entendo que foi eliminação da morte do Senador Olavo Pires; ou seja, responsabilizando os mandantes, além dos executores, que envolvem o poder do Estado de Rondônia, e que, a nível de interpelação e de injunções de interesses, chegamos a esta conclusão sem querer agredir qualquer uma das pessoas somente com os fatos que apuramos ali. Este inquérito faz parte, Sr. Presidente, e eu vou ter a hora e a vez de - com a perícia na Polícia Federal, que rogo a Deus que seja feita em 60 dias - comprovar, como eu estou provando aqui, que não houve nenhum desvio; e vai ser bom porque lá é pela Polícia Federal o eles vão, mais do que vocês, vasculhar tudo, e que não houve... Ele diz que ocorre, entretanto, que não ficou provado que os documentos trazidos, tal... Ele não aceita o parecer do Tribunal de Contas, dado a mim, dizendo que as verbas... porque que os documentos acrescidos ali não satisfazem. Eu confesso que estou aguardando a Polícia Federal me convocar, eu já tinha..., eu tomei conhecimento porque foi um inquérito

em cima do outro, o senhor está entendendo? E era uma intimação em cima da outra, para eu não ter tempo de ir à CPI da Pistolagem, porque fiquei um ano e pouco ali. Então, eu espero poder esclarecer isso, está com um dos Ministros do Supremo Tribunal por quem tenho maior respeito; não duvido da lisura e da denúncia contida aqui, mas tenho o prazer de dizer que há contestação de uma declaração do Tribunal de Contas em que diz que as minhas contas estão certas, e que a Procuradoria diz que não estão. Então tem uma briguinha também, que eu comecei a detectar politicamente entre os técnicos do TCU com o SIAFI, por exemplo. Eu sou muito de base, trabalho com os agentes da Polícia Federal e por isso detenho informação da cúpula. Então está aquela briga, os técnicos do TCU, que passaram a trabalhar aqui gostaram e está bom que eles trabalhem. Eles querem ter o mesmo entrosamento, porque, segundo alguns técnicos, eles se ressentem de que o SIAFI não faz a fiscalização como eles estão preparados para fazer e não há esse entrosamento. Quando você entrega a prestação de contas no Ministério respectivo, o SIAFI diz que você está adimplente sem que o Tribunal seja consultado. Eu não vou entrar nesse mérito porque vou não conheço essa política. Mas tem essa intriga, igual a intriga dos policiais da Federal, da Civil e da PM. Cada um se sente menos desprestigiado do que outro, e está acontecendo isto e isto ficou muito mais aflorado com a questão da CPI do Orçamento. Os técnicos do TCU, com quem não procura..., os técnicos não procuram ser aqueles que procuram ser isentos dentro da sua ideologia, que procuram ser honestos com o seu trabalho, têm colocado para mim esta questão de prerrogativas e de falta de entendimento, e que eles não podem fiscalizar, porque o TCU só é chamado quando há tomada de contas especial. Eu nunca fui chamada para tomada de contas especial, mas sinto que há isso. Reputo a isso. Eu vou dizer uma coisa muito grave, mas do fundo meu coração: na denúncia, no voto em separado que apresentei ontem - devo falar isso ao meu colega Nelson Trad e ao Deputado Lázaro Barbosa em consideração, eu diria, aos desabaços que fiz com os dois, pela pressão que vivo no momento - tive, ontem, que cortar, não na própria carne, mas naquela instituição, que passei a defender mesmo como presa e torturada, que é a Polícia Federal. Ontem, no meu voto em separado, na estratégia da ação da morte do Senador Olavo Pires, eu pude apontar um nome, com muita dor no coração, que é de uma pessoa que prezou da minha amizade por quase de 20 anos, o ex-superintendente da Polícia Federal, de nome Artur Carboni Filho. Por que fiz isso? E reputo isso a isso. Porque esse cidadão, superintendente da Polícia Federal, me avisara, 3 meses antes da morte do Senador Olavo Pires, que ele morreria. Em nome da verdade, eu o convoquei para a CPI e ele confirmara o que dissera para mim: que esse homem morreria. Mas quando ele me dissera isso, eu vivia com um deputado do PDT, um brilhante parlamentar, meu companheiro que foi quase 12 anos, conversei com ele e perguntei: Magnus, se o Carboni disse que o Olavo ia morrer e ele morreu, e se o Carboni for convidado para ser Secretário de Segurança, então, está fechado aquilo que nós pensamos que era. Não deu outra, Deputado. Ele disse que o homem morreria e morreu, e foi convidado para ser Secretário de Segurança. Eu chamei este meu amigo fraterno de 12 anos, 18 anos e disse: Carboni, eu sou sua amiga, mas a partir de agora, eu tenho medo de você; porque você disse que uma pessoa vai morrer e ela morre. E você disse para eu ficar longe porque ia ter tiro e deram 18 tiros de metralhadora. Eu não consigo entender como você sabe disso antecipadamente e eu só continuo sendo sua amiga, mas tenho medo, porque você diz que as pessoas morrem e elas morrem. Agora, não vou entrar no mérito da questão, porque você foi ser chamada secretária.

Esse cidadão tem 35 anos de Polícia Federal e não se aposenta. Isso é uma questão mais profunda, mais delicada, o crime organizado, da evasão mineral, em que a gente que milita nesta área, neste mundo, o crime organizado é submundo, a evasão mineral é sonegação de impostos, chega a ser também um mundo obscuro. Você se depara com um poder, dentro do Poder, dentro das instituições, que tem poderes inimagináveis em relação àqueles que a gente tem. O senhor veja que chegou isso nas suas mãos hoje ou ontem?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Senhora?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Chegou isso às suas mãos hoje ou ontem?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, já faz alguns dias.

O SR. RAQUEL CÂNDIDO - Exatamente. E no dia 31, se o meu voto em separado estiver aqui, mas se não estiver vou avisar para o senhor, que no dia 31 deste mês este mesmo Delegado, amigo meu, que vai continuar, mas ele lá e eu cá, foi à casa da minha secretária, que ali disse, em função daquilo que se apurava na CPI da "pistolagem", que caso eu prosseguisse naquele voto em separado, naquela direção, os documentos da Procuradoria viriam para cá.

Sr. Presidente, não minto. Quero mandar o meu voto em separado, porque nele consta esse relato, dessa visita do dia 31. E mais, diante disso, oficializei a Presidência da Câmara, oficializei ao Ministério da Justiça e ao próprio Romão aquela ameaça, dizendo que traria as denúncias do Ministério Público para cá. Fiz por escrito e devo entregar nessa Comissão. Fiz mais: como o Presidente da Comissão de Orçamento foi ex-Ministro da Justiça, e com quem também tracei vários entendimentos na área do narcotráfico, por dever de ofício, e na área da investigação da morte do Olavo Pires, prezando de todo esse acervo que vem desde a época do Bernardo Cabral, que foi quando começou a investigação do narcotráfico dentro do Poder e o poder do narcotráfico dentro do Poder.

Faço sempre um repassamento de todo o trabalho que faço que é meio sigiloso, em função do crime organizado, um repasse de Ministro para Ministro de Justiça. Quando saí um, peço que aquele um que tem conhecimento das informações que detenho e que colocam em risco a minha família e a mim, e me exilo, tanto que sou uma privilegiada, porque hoje tenho três, quatro seguranças da Polícia Federal constantemente, que já vivem em minha casa há três anos. Há três anos não tenho privacidade. Acabei um casamento por

causa disso. Tive uma família quase que destruída por causa disso. Filhos que tiveram que ir embora do País por causa disso.

Então, o Senador Jarbas Passarinho, por ter passado pela Pasta da Justiça, é detentor, inclusive, das informações que chegaram a ser concluídas ontem no voto em separado que fiz em nome do povo brasileiro, mas em nome da democracia e em nome da Justiça, dando nome a alguns daqueles que entendo que foram os mandantes, os pagantes da morte do Senador Olavo Pires.

Mas tive essa ameaça. O que me tranqüiliza é que sem saber tive a ameaça, mas não sabia que ela se cumpria.

Escrevi no voto em separado essa denúncia. Oficializei-a a três autoridades: ao Presidente da Câmara, ao Maurício Corrêa, ao Coronel Romão e falei ao pé do ouvido do meu eminente amigo, Senador Jarbas Passarinho, pelas pressões por que passava, até consultando-o, no que ele me dizia: "Você, que é metida corajosa, faça! Mas é mais um problema que você vai arrumar para a sua vida", porque é um conselho não dele, mas de todos, de que esse crime... já tinha morrido, deixava para lá e tudo bem.

São essas as explicações que tenho e lamento, porque as ameaças foram feitas e estão sendo cumpridas.

Mas vou ser investigada pela própria Polícia Federal. Nada melhor para o Dr. Arthur Carbono do que isso. Passo pela Polícia Federal. Preciso ser investigada por eles.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputada Raquel Cândido, uma última pergunta, vou fazê-la, porque acho que é uma oportunidade para que V. Exª esclareça algo que possa ser objeto de apuração na subcomissão de patrimônio e subcomissão de bancos. Assim, por antecipação, alguma coisa V. Exª já possa colocar.

Além dos proventos de Deputada Federal, V. Exª tem alguma outra fonte de renda, alguma outra atividade de outra natureza?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Tenho.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Poderia declinar.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Tenho em sociedade com um irmão uma draga no Rio Madeira, de pequeno porte.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Já faz tempo?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Faz algum tempo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª pode nos precisar mais ou menos o tempo?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Acho que há 3 anos e meio.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Vou relacionar alguns bens e talvez alguns nem mais estejam na sua posse, para a senhora poder nos relacionar se são ainda de sua propriedade ou não.

Uma casa de alvenaria à Rua Alexandre Guimarães, nº 1.112 - Areal.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não é minha. É a casa que era de minha mãe e é do instituto.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Casa de alvenaria à Rua Presidente Dutra nº 1.798 - Areal.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Essa é onde era o meu comitê, está demolida, era minha antiga residência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Um prédio à Rua Presidente Dutra nº 1.798.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - O prédio não está acabado, tem 3 pavimentos de laje, e também é meu.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sítio na estrada da areia branca.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Vinte e três hectares agora com 3, porque doei para o instituto, desde 1973.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora tem um apartamento à rua Epitácio Pessoa, 3.100, no Rio de Janeiro?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora adquiriu nos dias 11 de abril de 1990 e depois no dia 31 de julho também de 1990 dois apartamentos de Paulo Octávio Investimentos Imobiliários, sendo um o apartamento 624, do Bloco C, da SQN 107, pagando 2 milhões 186 mil 547 e 87 cruzeiros à época, que a senhora deu em moeda corrente e o restante, 5 milhões, 101 mil, 942 mediante financiamento da Caixa Econômica Federal.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, em moeda corrente, mas parcelada. Esses 2 milhões e pouco é aquela coisa que não aconselho para nenhum Deputado. Ele comprar do Paulo Octávio - até a Deputada Beth Azize que não está aqui, mas também comprou um. Tem uma tal de intermediária que não é mole, você tem que pagar de 3 em 3 meses, é verdade. Agora, foram pagas parceladas e são hipotecas na Caixa Econômica.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Isso foi no dia 11 de abril. No dia 31 de abril do mesmo ano de 1990, a senhora também adquiriu um apartamento suite, nº 926, localizado no 9º pavimento do Bloco E, do Kubitschek Plaza, da quadra 2 do Setor Hoteleiro Norte. O preço total, 5 milhões, 440 mil, 647 cruzeiros.

A senhora, então, teria pago 1 milhão, 632 mil, 194 cruzeiros, e o restante mediante financiamento da Caixa Econômica Federal.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Também parcelado, esse aí é o apartamento da campanha. Todo ano eu compro um financiado, quando chega nessa época eu vendo e aí não precisa de ninguém.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora, então, continua pagando ambos os apartamentos?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Caixa Econômica, sim Senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Além desses imóveis que relacionei, a Senhora possui algum outro?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quantos veículos a Senhora possui?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Dois. Um monza ano 82 e uma caminhonete D-20, acho que 80.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora possui aplicações financeiras, RDB, fundo ouro ou caderneta de poupança?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Alguma coisa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, aproveito a passo às mãos do douto Relator a minha declaração de Imposto de Renda. Inclusive, ela sofreu uma retificação porque, graças a Deus, o Senhor tem aí aquilo que tive que retificar. O meu contador colocou esses dois apartamentos como se eles fossem quitados. Esqueceu de colocar o financiamento. Tive, então que retificar, mas passo às suas mãos a minha declaração de Imposto de Renda, da qual passei por esse motivo, também, por um pente fino - motivo da morte do Senador Olavo Pires. Passei por um pente fino com a denúncia do Calixto, há um ano e meio.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Concedo a palavra ao Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - O Deputado Luiz Máximo se conduziu muito bem no interrogatório e as informações que nós tínhamos aqui, todas elas já foram objeto de inquirição feita por S. Exª De forma que não me ocorre neste instante nenhuma indagação de relevância que coubesse ainda ser feita, pelo menos por mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu até não pretendia fazer mais nenhuma pergunta pelas mesmas razões que o Ministro Lázaro acaba de expor. Mas há uma dúvida, pequena, que eu vou pedir para que a Deputada Raquel possa esclarecer.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Com o maior prazer. Pode me chamar de Raquel, V. Exª pode.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não há livro, diário, razão... não há controle patrimonial, formal, dos bens adquiridos. O que é que a senhora me informa a respeito disso?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Eu tenho um livro que tive vergonha de trazer aqui, Senador. Um livro meu. É aquele livro que tudo que entra sai. Conversando agora com o contador para compatibilizar o negócio, ele disse: "Pelo amor de Deus, isso é um livro de boteco." Mas aquele é meu. Eu, para controlar, ponho: saiu tanto, entrou tanto. Mas diz que aquilo não é contabilidade, e bota a nota fiscal aqui pregada. Para mim, aquilo é controle.

Confesso ao senhor que eu tenho que botar um contador diante de tudo isso que está acontecendo. Mas eu tenho um livro da época do meu pai, que tinha: haver, crédito e. ... Como é que se fala?... E débito. E boto a nota fiscal. Quando não dá mais no livro, eu boto dentro do envelope e prego ali. Se o senhor quiser?... Mas o contador não quis ver esse livro, não. Agora, o levantamento patrimonial, eu tive o cuidado. Aliás, quando soube que meu nome estava aqui, do instituto, de fazê-lo, inclusive com aquela maquininha que exigem, não é? Eu não sabia que era exigido, que tem que pregar lá, do instituto. Já está feito e, inclusive, avaliado, senhor Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A senhora já prestou esclarecimento, mas eu vou fazer de que me informe melhor. O *affair* da senhora Deputada com a professora Berenice Luís Silva. Como a senhora explica melhor?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Olha. O marido da professora Berenice foi meu professor, o Misael, o professor Misael. E isso também, Senador, nasceu exatamente da investigação do Senador Olavo Pires. Antes do Senador Olavo Pires morrer, houve uma campanha preparatória, de difamação, que todo o Brasil tomou conhecimento, com relação ao narcotráfico. E um dos autores da frase: "Diga não ao traficante" foi, lamentavelmente, o esposo da professora Berenice. Ele fez cerca de 1.500 *outdoors*, porque ele é pastor. Ele e o pastor Fleury e mais algumas entidades. E tinha aquela publicação que o Olavo foi preso, não sei o quê... Então, eles fizeram, mandaram para a CPI, assumiram isso, inclusive, dizendo que era uma campanha evangélica. Então, botaram 1.300 *outdoors* dizendo assim: "Diga não ao traficante." E o Olavo respondia do outro lado: "Se Deus é por nós, quem será contra nós." E foram 18 balas de metralhadora contra ele, e ele morreu.

Então, tive de requerer. O senhor sabe que a CPI da pistolagem, eu acho que ela foi da mais demorada, ela levou um ano e pouco, se não me engano, para ser concluída. E eu tive de requerer informações, à época, para saber exatamente que motivação levava o professor Misael para assinar aquilo. Isso aí criou... Inclusive eu tive o entendimento com o próprio Senador Odacir Soares, cuja suplente é a professora Berenice, no entendimento de nem trazer o professor Misael, uma vez que ele declarou, e estava escrito que ele era autor daquela frase. Eu reputo a isso. Mas eu não fiz por nenhuma maldade. Não tenho raiva dela. Agora, os técnicos que ela defendeu, que me cobraram as propinas, ela não quis admitir. Isso foi feito e eu falei com o Senador Odacir Soares. E fiz a denúncia. Foi aberto o inquérito. Foram apurados os fatos. Eu não tenho nada, particularmente, contra ela.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, eram só essas observações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves) - Obrigado, Senador Francisco Rollemberg.

Concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputada Raquel Cândido.

Eu também tinha elencado aqui algumas perguntas a fazer à Deputada Raquel...

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Nelson Trade, pela ordem.

O SR. COSTA FERREIRA - A timidez do Senador Rollemberg, como médico, está me solicitando pedir uma pausa para

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A Deputada...

O SR. COSTA FERREIRA - ... para tomar um remedinho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A Deputada está precisando se medicar.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Há dois médicos aqui, estou com uma crise.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Um pequeno intervalo. Está suspensa a sessão. (Pausa).

Vamos reiniciar a nossa reunião, estava com a palavra o Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputada Raquel Cândido, como eu estava falando há pouco, havia elencado várias perguntas, mas no decorrer do interrogatório efetuado pelo nosso Deputado Luiz Máximo, todas as minhas perguntas praticamente foram se esaurindo, de modo que quero dizer que estou satisfeito e agradeço a gentileza desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputada Raquel Cândido, gostaria de em primeiro lugar resgatar o papel da Subcomissão que, na verdade, incluiu o nome da Deputada Raquel Cândido nas investigações da CPI do Orçamento.

Não foi por denúncia de nenhum adversário político da Deputada, não foi por pressão política da bancada de Rondônia, e não foi por nenhum vínculo com questões políticas postas dentro do Congresso Nacional. Admito, até, que a Deputada viva numa situação conflitante de pressões e contra-pressões e de ameaças à sua própria vida, mas quero resgatar que a razão pela qual a Deputada se encontra neste momento depondo não tem absolutamente nada a ver com esta questão.

Estou afirmando, a Deputada pode até esperar que seja assim, estou afirmando porque fiz parte daqueles que num primeiro momento listaram as entidades que seriam investigadas e o critério que fez com que o Instituto Eva Cândido fosse investigado foi o mesmo critério que fez com que entidades como J. R. Aragão e outras entidades que tinham nome de parlamentares fossem investigadas. Então, foi uma amostragem absolutamente tranquila, sem nenhum outro critério, ela entrou no critério de entidades vinculadas a parlamentares, foi esse o único critério que fez com que fosse investigada. E quando esta investigação começou a ser feita, da mesma forma que foram constatadas irregularidades, na visão do Tribunal de Contas, da entidade do Senador Aragão, como também foi vista a prestação de contas...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Devo ressaltar, aliás, que foi publicado que era a melhor entidade do Brasil; depois é que se verificou isto.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Da mesma forma como foi vista a prestação de contas da entidade do Deputado Francisco Diógenes, foram constatadas, neste relatório, irregularidades em relação ao Instituto Eva Cândido, irregularidades vistas, não só pelo Tribunal de Contas, mas também pelo Ministério do Bem Estar Social, pelo relatório que aqui temos.

Então, gostaria de isentar esta inquirição, este interrogatório, de qualquer conteúdo político ou ideológico com relação à Deputada Raquel Cândido, que aliás conheço pouco e por isso não teria nenhuma razão, nem no seu Estado, nem aqui, para ter, eu, como tantos outros aqui, qualquer problema político com relação à Deputada.

Nesse sentido, isentando essa questão, é que quero fazer a inquirição sobre alguns aspectos que o Deputado Luiz Máximo, na sua abordagem que fez, quase que completa em relação ao relatório, mas aqui ficaram algumas questões que acho que exigem maior esclarecimento.

Antes de começar a perguntar, gostaria, Deputado, que viesse às minhas mãos a declaração de rendas da Deputada Raquel Cândido, para que eu pudesse observá-la enquanto faço outras perguntas.

A entidade que está neste momento em questão, que é o Instituto Eva Cândido, e aqui não quero questionar o seu papel social no Estado de Rondônia, que me parece que há realmente ações e programas importantes para aquela comunidade. O que está na verdade em discussão não é o papel social da entidade, o que está em discussão aqui é o uso do dinheiro público, a aplicação do dinheiro público no funcionamento da entidade, como ele se relaciona com a comunidade, como ele se relaciona, inclusive, com o proveito político da própria parlamentar. Porque a parlamentar questionou quem aqui não busca dividendos políticos; obviamente que todos aqui, que exercem o trabalho, querem ver o seu trabalho reconhecido. O que está em questão é se para ter dividendo políticos quem de nós usa dinheiro público e quem não usa dinheiro público; esta é a questão que acho está posta aqui, não o direito de ter dividendos políticos de um trabalho realizado, muito menos da

execução de uma obra social de uma entidade. O que está em questão é o uso do dinheiro público, que é do Orçamento, do imposto do povo e do seu trabalho, para dividendos próprios e políticos; isso é que está em questão, na aplicação dos recursos e se eles estão sendo aplicados ou não de forma irregular. E aqui também pode-se pôr em questão se o dinheiro está indo para o patrimônio próprio da Deputada. Mas pode estar em questão a constituição de um patrimônio, da própria instituição, a partir do dinheiro público também.

Então, também gostaria de registrar esse problema, que não considero simples, na minha opinião.

Terceiro lugar, muitas irregularidades aqui ou, pelo menos, indícios delas já foram resgatadas pelo Deputado Luiz Máximo.

Queria, talvez aqui, me localizar em algumas: essa questão do convênio do programa "Quem Se Ama Não Se Droga" e a aquisição de material, quando o Deputado Luiz Máximo fez os seus questionamentos em relação à compra dos equipamentos, das impressoras etc. e tal, e do carro, do Mitsubishi Pajero, a Deputada colocou que foi tirado do Guia Quatro Rodas o valor que está colocado aqui.

Tenho em minhas mãos o processo do próprio Ministério, que mostra que não é bem assim. Na verdade, o valor dos materiais foi apurado pela própria instituição e o valor do carro, um Custom do Chevrolet, veio numa proposta da própria agência de carros, da Itacolomi, que coloca aqui o preço registrado no relatório.

Olhando a própria nota fiscal da compra do Mitsubishi, mesmo considerando que realmente o valor foi 32 mil e 500 dólares, na conversão que o assessor aqui fez, é mais caro 6 mil dólares do que o valor do carro da proposta feita pela Itacolomi. E não foi tirado do Guia Quatro Rodas, foi de uma proposta de uma empresa de automóveis e foi o próprio levantamento de custos do seu instituto.

Gostaria que a Deputada, a partir disso, visse a possibilidade ou não de modificar a sua declaração aqui perante a Subcomissão, porque o que tenho em mãos é irrefutável. Não tem como ser colocado como tirado do Guia Quatro Rodas, que não faz parte nem do Tribunal de Contas esse valor e sim do processo do Ministério da Integração Regional, que no seu processo localiza aqui as propostas da agência de automóveis, os custos levantados pela própria instituição e a compra efetuada através da nota fiscal do Mitsubishi Pajero.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Gostaria de me socorrer ainda nos documentos que tenho e gostaria de ter conhecimento desse documento.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Pois não, Deputada. Pode chegar às suas mãos.

A Deputada poderá ver que o valor da Custom, nesses documentos, está em torno de 2 milhões de cruzeiros, na época, e a compra foi feita de um carro de 4 milhões, pela nota fiscal que V. Exª mesma apresentou.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - A senhora me aguarde chegar a minha documentação, por favor.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então, já chamaria aqui também mais uma questão que poderia também já encaminhar a V. Exª, que é a questão da máquina, da impressora Cathu, que o seu próprio instituto levantou o valor de 20 mil e 900 dólares, levantamento do próprio Instituto Eva Cândido, e aqui tem a nota da Type, que é essa duplicadora digital standard, que é um produto de última geração, moderníssimo e caro, que mostra aqui que o valor de compra foi bem superior ao levantado pelo instituto em relação à impressora Cathu, que a Deputada colocou que não compraria a impressora, porque ingenuamente achou que o valor do convênio daria para comprar. O valor está aí, de 20 mil e 900 dólares e, na verdade, a Type, está aí na sua mão também, tem o valor bem mais elevado e foi comprado para o Instituto Eva Cândido. Também gostaria de um esclarecimento mais preciso em relação a esses dois dados.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Com todo prazer.

Disse aqui que a impressora Off Set Cathu não seria aquele preço, porque ela necessitava de laboratório, de chapas, de implementos para funcionar, muito mais caros do que essa máquina que comprei e optei.

Essa máquina não precisa de laboratório, não precisa de chapas, de nada, precisa de papel vegetal para fazer a sua matriz simplesmente. Não precisa de equipamentos. Não precisa. E eu, não sei se a senhora compraria uma máquina Off Set Cathu, mesmo que fosse officio simples mais barata do que esta máquina, sem os seus implementos.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputada, estou me pautando pelo valor que o próprio instituto levantou, que é a diferença do valor desta impressora para o que está na nota fiscal da Type é de mais de 16 mil dólares a diferença. Eu estou me pautando nisso, posso até fazer chegar às suas mãos, porque está no processo. Por favor, faça chegar...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Quanto ao carro que V. Exª coloca aqui a diferença eu pergunto da minha assessoria. O duplicador custou 6 milhões 524.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Está aí o valor em dólar convertido, 36 mil e 800 dólares.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Eu li com moeda brasileira. O duplicador custou 6 milhões 524 mil cruzeiros. Vamos ver aqui quanto que era...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Aliás, mais caro que o carro, que foi 4 milhões e 200 mil.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - O carro é de luxo sempre, aliás, o rapaz que me assessora está sempre com esta questão, ele pode ter sido mais barato, como foi mais barato, como a Senhora tem certeza que foi mais barato, mais não interessa, é um Mitsubishi e é de luxo. Está escrito isso e acabou.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas enquanto a Deputada analisa os documentos, quero resgatar aqui que não é aceitável pela subcomissão qualquer tipo de destaque ou de crítica ao assessor da subcomissão, que aliás não é meu assessor, ele é um técnico do Tribunal de Contas da União, que tem tido uma atitude absolutamente competente e digna nesta subcomissão e assessora a subcomissão. Não é meu assessor. E achar um Mitsubishi Pajero de luxo acho que é um critério geral, não é uma questão do assessor, é uma questão de todos nós, quando analisamos o relatório, consideramos que o Mitsubishi Pajero é um carro de luxo, pelo menos diante do uso cotidiano de carros que pelo menos eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Jandira Feghali, V. Exª tem razão, apenas estou levando em conta aqui o estado emocional da Depoente pode estar levando-a a cometer algum excesso nessa apreciação que está fazendo absolutamente impertinente com relação ao trabalho da nossa assessoria e do nosso assessor, Dr. Cláudio, mas estou relevando em face da situação emocional da Depoente.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, chega-me aqui pela assessoria a informação de que a Itacolomi quando foi também chamada a esta licitação, da qual participou a Tigrão e a Nara Veículos, não tinha o veículo para pronta-entrega, e que também mandou uma carta dizendo que demoraria 50 dias. Carta essa que não faz parte do processo, mas que deverá ser encaminhada, e que logo em seguida aqui embaixo ela diz que será de 35 mil 567 dólares, caso ela venha a ter. Comprei um Mitsubishi por 32 mil dólares. Ela diz aqui, está convertido pelo senhor em 35 mil.

Devo esse esclarecimento e quero acreditar na minha assessoria, que deverá me dar para encaminhar a V. Exª, a mesma observação que tenho em mãos aqui. Baseei-me nisso, de que a Mitsubishi era pronta entrega e a mais barata, porque levava 50 dias para ser entregue, o preço seria aquele de entrega e não o enviado naquele dia.

A senhora me fez uma outra pergunta, que quero me socorrer também da assessoria, porque confesso que não sou muito dada a essas coisas. Essa questão, quando a Senhora me indagou se eu tenho uma proposta de que... aliás essa explicação lembro bem, porque fui eu quem fiz o contato com a Cathu.

A máquina Cathu não faz o trabalho sem o laboratório e uma máquina que faça chapas, esse equipamento que tem que ser complementado é tão caro quanto a máquina. A máquina, na época, já era mais cara do que esse duplicador que veio com o material dele, porque é um equipamento, realmente, moderno - nem eu conhecia -; esse ainda nem foi instalado, mas não precisa de laboratório, só foi testado, é um equipamento de pequeno espaço que satisfaz aquilo que queremos, que é a feitura dessa campanha das notas fiscais para a instituição, aquela rapaziada que lá está. Esta foi a explicação técnica dada a mim pelos empresários da fábrica Cathu. Diziam que teriam que comprar a máquina e mais a que faz chapa e laboratórios, enfim.

A JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, como não há mais esclarecimentos a dar sobre isso, acho que temos que ter um estudo técnico sobre essas informações para verificarmos, comparativamente, a veracidade dos fatos.

A questão do carro foi de que o valor era 26 mil dólares, o argumento era não pronta entrega, mas do ponto de vista do valor, o Mitsubishi foi acima 6 mil dólares que o valor do carro previamente proposto ao próprio Ministério.

Gostaria de fazer mais três perguntas. Olhando sua declaração, nos rendimentos tributáveis só está exposto os proventos de Deputada Federal, não está registrada nenhuma fonte de recurso da Draga, que pelo menos foi aqui exposta como fonte de rendimento. Comparando o rendimento declarado, tributável, com seu patrimônio, realmente, não há como justificar o crescimento do patrimônio, sua variação patrimonial com apenas os proventos de Deputada Federal. Queria que o esclarecimento pudesse ser melhor.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - V. Exª está de posse de minha retificação do Imposto de Renda?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Estou de posse da declaração que aqui está na mesa, não sei se é retificada ou não.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Pediria ao Dr. Reinaldo, que fez minha retificação e cálculos... Conforme V. Exª está vendo tenho dificuldade com cálculos em que meus rendimentos, proventos, não só me dão condições de ter aquilo que foi retificado, no início errado, porque, ao invés de colocarem na minha declaração de renda meus contratos de financiamento, colocaram como se os dois apartamentos estivessem quitados, tanto que foi feita uma retificação e ainda tenho saldo, se não me engano, dentro da minha declaração de Imposto de Renda, que me dá condições de ter maior aquisição daquilo que tenho, com meus rendimentos com relação a minha declaração de Imposto de Renda.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A data dessa declaração é 28 de dezembro de 93, isso já é dezembro.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Exatamente.

A SRª DEJANDIR DALPASQUALE - Nessa não consta a fonte da draga.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Isso V. Exª está certa, mas que meus rendimentos estejam acima do meu patrimônio duvido, duvido e desafio. Duvido e desafio, V. Exª pode investigar.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A senhora então afirma que o provento de Deputada justifica a compra desse patrimônio?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Total, dando-me uma sobra, primeiro porque o patrimônio que adendo aos meus últimos anos de parlamento a nível federal são só dois; o

resto já tinha. O resto já tinha, Deputada Jandira. São exatamente os dois apartamentos financiados de Brasília, o resto, quando cheguei a nesta Casa, graças a Deus já tinha.

Agora, os rendimentos da draga devo ressaltar. Tenho isso em sociedade com esse meu irmão. Ele que lida. Fui eu que dei a ele essa draga. Comprei. Não efetivei uma sociedade de fato, porque é mais uma ajuda de um irmão, problema que tenho para ajudar. Está entendendo. Ele repassa-me isso, um mês, dois meses, mais ou menos uma certa quantia. É ele que faz a declaração de Imposto de Renda, posso trazer a senhora, dos rendimentos produtivos dessa draga. O que fiz, tenho um irmão que é problema. Meu irmão é surdo, inclusive cometeu um crime passionai e ficou com problemas na vida. Quem de nós não os têm? Não tenho por que esconder. Comprei esta draga, paguei e dei para ele a fim de que possa ter uma fonte de renda, e que ele paga-me parte disso com o ouro que vende. É ele quem declara, porque este rendimento dei a ele. Dei ao meu irmão esta draga. E faço parte, porque se ficar na dureza se ele não me der alguma coisa, vou passar a ter um problema que sempre tive com ele, porque é surdo. Então, tenho uma certa responsabilidade não dando a ele totalmente. Ele está me devolvendo dinheiro há cerca de três anos e meio. E nem fiscalizo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Por que V. Exª não declara este rendimento? É um rendimento certamente tributável pelo Imposto de Renda.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - É tributado por ele.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então, V. Exª recebe, tem o fruto desse rendimento tributável e não declara.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não declaro. Confesso para a senhora que não declaro.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quanto à declaração dos proventos, como todos aqui somos parlamentares e sabemos o que dá um provento de um deputado, cabe a nossa consciência analisar se realmente os proventos correspondem a esse patrimônio.

Gostaria apenas de insistir numa questão antes da última pergunta, que é o problema da subvenção do Ministério do Bem-Estar sobre a questão dos cento e cinquenta milhões, cujo valor foi depositado em contas de três pessoas físicas, e que segundo a Deputada a mercadoria chegou e não foram pagas. Até porque pelos dados que temos esse dinheiro ficou pelo menos até dezembro em rendimento e a nota fiscal - parece-me - que é com data de setembro, se não me falha a memória.

O que pergunto é que como compreende que uma nota fiscal tenha sido dada para uma firma comercial, vista sem maiores amizades, sem pagamento da mercadoria. Como é sua compreensão em relação a isso?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - A minha compreensão, senhora, é que esses servidores além de me roubarem uma vez, detectei hoje aqui, e já pedi à Comissão, porque não tinha conhecimento que não tinham tirado esse dinheiro da conta deles. Não tinha conhecimento, porque se tivesse conhecimento que esse dinheiro estava na conta desses safados que ficaram aqui ainda e que devolveram-me este dinheiro entre seis e sete meses, tinha tomado outra providência, porque não foi essa a explicação que me deram, que o dinheiro estava na conta deles. Não foi que foram roubados, que foram assaltados.

A explicação que tenho para a senhora é que dei o dinheiro a eles, porque tenho trinta dias para prestar conta. Dei em cheque nominal a eles. Eles compraram, Deputada. Eles mandaram essa mercadoria para lá, esta mercadoria chegou. Qual era a suspeição que tinha? Nada. Quando as cobranças me chegaram lá no escritório. Lá não teve nenhum questionamento que não chegou a nota, que não chegou a mercadoria. O questionamento foi de pagamento.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputada, só uma questão. Na medida em que chegaram as cobranças, V. Exª não averigou para onde havia ido o dinheiro; só hoje V. Exª veio saber que o dinheiro não estava nas contas.

O SRª RAQUEL CÂNDIDO - Como não. Só hoje que fiquei pela declaração que o dinheiro ficou longo tempo. Eles me pagaram em sete meses, olhe, e com pressão. Não podia ver as contas dele, Deputada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A última questão, então, Deputada, é uma pergunta de conteúdo mesmo conceitual que gostaria de ter a resposta de V. Exª. Foi aqui visto pelo relatório que talvez a principal fonte de recursos do Instituto Eva Cândido tenha sido recursos federais, pelos convênios, pela subvenção etc. E também foi declarado por V. Exª o tempo todo que a obra é social e eleitoral.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não disse que ela é eleitoral. Eleitoral está dizendo a senhora.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª disse aqui a palavra de que era uma obra de conteúdo social e eleitoral.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Eleitoral a senhora está dizendo. Disse que ela...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Raquel Cândido, Deputada Jandira....

A SRª JANDIRA FEGHALI - Peço testemunha de outros membros da subcomissão que ouviram o seu depoimento.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não é verdade.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Por favor, gostaria que o Deputado Luiz Máximo, aqui, testemunhasse sobre isso, que ouviu como o seu questionador.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não é verdade.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Isso é fruto da sua afirmação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A Deputada disse que tinha dividendos e tem dividendos eleitorais com o instituto.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não pode se negar isso, mas não que é uma instituição eleitoral.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Também não disse isso. V. Exª que está afirmando. Estou dizendo que V. Exª admitiu aqui que o trabalho, até para mantê-la independente das mineradoras etc., etc., tinha um papel também de retirar dividendos de campanha eleitoral.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - De campanha eleitoral, não. Eu disse que ele dá um retorno eleitoral. De campanha eleitoral não, porque não posso fazer campanha eleitoral na instituição.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não falei fisicamente, falei que a ação da instituição é que traz dividendos eleitorais. V. Exª afirmou isso aqui.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Mas é lógico que traz.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Acho que é uma questão semântica.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não. Acho que é uma questão política.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Na CPI da CUT vamos ver como vai funcionar isso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Faço a V. Exª, então, uma pergunta: se V. Exª acha lícito e correto o dinheiro do Orçamento público que dá mais de - pelo menos pelas somas aqui, entre emendas e convênios etc. - um milhão de dólares...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não dá mais de um milhão de dólares.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então V. Exª vai somar, vai ter a oportunidade de somar depois...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Eu já somei e já passei inclusive para o Relator. Dá 840 mil dólares, em três anos.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Essas importâncias são correspondentes aos convênios, contribuições e subvenções auditadas.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não. Deixa eu dizer uma coisa: auditadas não, emendas apresentadas. O senhor pode ler, são emendas apresentadas. Entre uma emenda apresentada...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Vamos dizer que seja 500 mil dólares.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não, são 840 mil dólares.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Que seja 800, 200, 500, a pergunta não está pautada apenas no valor, está na questão conceitual.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Pois não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª, então, acha lícito, acha correto, que uma pessoa que tenha uma função pública, um Parlamentar, para o setor público, utilize-se do Orçamento, do dinheiro público para ter uma entidade vinculada a V. Exª, como Presidente, o uso de dividendos eleitorais para um trabalho, por mais generoso, por mais correto que venha a ser, se é lícito. (Essa pergunta foi feita fora do microfone)

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Vou lhe responder também com uma questão conceitual e concreta.

V. Exª tem algum comitê pró-fome, apoiando a campanha do Betinho?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quem está afirmando que ele é candidato é V. Exª. (Fora do microfone)

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não. Os jornais todos do País estão afirmando que ele é candidato. E eu gostaria que fosse, porque seria um excelente candidato.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputada, quem está no banco de respostas é V. Exª. (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Raquel Cândido, Deputada Jandira, vamos procurar pautar essa inquirição dentro dos objetivos da Subcomissão. Portanto, eu faria um apelo para que concluíssemos os nossos trabalhos com a devida serenidade.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, gostaria de ter a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra à Depoente.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Eu já dei a minha resposta e até irritou a Deputada a comparação que fiz desses comitês pró-fome, que irão funcionar muito bem neste ano eleitoral, graças a Deus.

Agora, quero dizer o seguinte: gosto...

A SRª JANDIRA FEGHALI - (Intervenção fora do microfone)

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não, não estou mais emocionada. Emociono-me quando falo de alguns assuntos. A senhora de mim não merece muita emoção e a senhora sabe o porquê.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, não sei, mas gostaria de saber.

(Soa a campainha)

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - No final eu vou dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Por favor, por favor.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Mas quero lhe responder.

Eu acharia injusto, áctico, desleal, imoral, se os recursos não fossem bem aplicados, se os recursos dessem a mim, a minha pessoa ou a dos meus familiares, qualquer

lucro financeiro, qualquer lucro patrimonial. Mas não é isso. A senhora pode acreditar que investimos parte do nosso recurso nessa instituição e fizemos muito bem.

Quero dizer que, se por ventura ficar constatado que houve irregularidade nessa instituição, serei a primeira a rechaçar toda e qualquer providência que os senhores queiram tomar. Abrirei mão de qualquer coisa, embora esteja em investigação. Não acho aéctico, desde que não seja em benefício próprio e pessoal. Porque eu, como uma mulher Parlamentar e com função pública - e aqui faço um desafio, de qual o Parlamentar, até assinei listas por V. Ex^a, pedindo nos corredores da Câmara, para complementar vindas de caravanas de trabalhadores, pagar ônibus. A senhora já me apresentou uma ou duas vezes pedidos para assinar uma lista corriqueiramente - a todos nós isso ocorre - para pagar transporte de trabalhadores que se mobilizam e que vêm e tal. Quer dizer, é um desafio, aqui entre nós Deputados, saber quem não colabora financeiramente, quer seja com um sindicato, quer seja com uma caravana que venha aqui e que não fica passando fome - às vezes fica na CONTAG, mas temos que nos reunir e pagar - quer seja lá no interior do Brasil, que não é no Rio de Janeiro, com uma dentadura, porque lá os sindicatos não funcionam como funcionam nos grandes centros, é outro Brasil. Ou você é o Deputado da mineradora, ou do narcotráfico, ou do grande empresário, ou do banco, ou você não tem independência.

Desafio, aqui, qual o Deputado que nunca foi procurado para dar um caixaão? Pode ser que V. Ex^a não, mas a lista para pagar o transporte dos trabalhadores, V. Ex^a já me pediu duas vezes. Duas vezes, várias vezes, e dou com muito prazer. V. Ex^a não pede, mas os sindicatos vão aos nossos gabinetes.

Então, entendi, naquele Estado difícil que é, inclusive de consciência política - V. Ex^a pode ver que a correlação de força, apresentada aqui pelo Estado de Rondônia, nas grandes questões nacionais e de princípios, ficam bem aquém daquilo que devemos ter como conceito político. Talvez por ser um Estado novo, por ser um Estado que não tem experiência, não tem tradição política. E confesso a V. Ex^a que tive e tenho a independência na minha votação, mesmo repudiando todo e qualquer patrulhamento sobre a minha vida política. Até porque trago, na minha história política, sem pertencer a nenhuma sigla de esquerda, um histórico e um passado.

Fui julgada aqui, ainda no ano passado, pelo último IPM, cujo Relator foi o Deputado José Dirceu, que me absolveu por unanimidade, quando da votação da cassação de Jabes Rabelo, quero arguir o testemunho de Nelson Trad, que estava ali; o último IPM da minha vida, respondi e fui absolvida, para não ir a juri, na Câmara dos Deputados, no ano de 1990.

Portanto, não admito patrulhamento da minha vida política e partidária, respondi a V. Ex^a que não acho aéctico; entendo que a campanha do Betinho é uma campanha justa, mas acho que vai ser o mote da campanha eleitoral do Sr. Lula, não tenho dúvidas disso. No entanto, não a acho imoral ou indecente, pelo contrário, como Membro da Comissão de Orçamento, este ano, acho - e disse quando D. Aurélio veio aqui - que tenho a grande responsabilidade de deixar no Orçamento da União aquilo que deve ser um programa, e que vai ser utilizado pela verba do Orçamento da União, muita parte já está sendo utilizada, e que é uma bandeira, e que é um mote. Este ano vai fazer assim: É Lula e fome. É voto na cabeça. Tranquilamente, acho que é uma estratégia inteligente.

Olha, eu cuidei há cerca de 12 anos fazer o meu comitê pró-fome. Chegou em Rondônia, a Instituição Eva Cândido já dava sopa, já dava arroz, já dava feijão, e a esquerda raivosa dizia: "olha, paternalismo". E vim aqui sozinha e estava eleita. Uma vez pelo PDT, outra vez pelo PFL, várias vezes pelo PMDB. Apenas para V. Ex^a ter uma idéia, e sempre a mais votada.

E há apenas sete anos que estou aqui. Tenho, com este, quatro mandatos. Eu lidei no movimento dos "sem-terras", e, também, se gasta dinheiro ali. Eu era Vereadora e investia dinheiro ali. Fazia colcha com o povo ali. E sempre fui eleita, vou ser eleita novamente, caso não seja entendido isso como decoro para o desgosto daqueles que, na Revisão Constitucional, haverão de me ver votando conscientemente, sem nenhum temor do patrulhamento daqueles que querem intimidar aquilo que a gente tem de fazer por este País. Não tenho dúvidas disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Jandira, fui advertido pelo serviço de gravação que o microfone de V. Ex^a está com defeito.

A SR^a JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, para concluir, entendi que a resposta do controle conceitual foi dada; independente de concordarmos ou não com ela, foi dada a resposta.

E quero dizer que as buscas dos Parlamentares, aqui, de vínculo popular, recursos para os trabalhadores, mostram exatamente que não temos nenhum subsídio público, nenhum financiamento de qualquer instituição que seja, para ajudar os trabalhadores.

Pedir listas de ajuda mostra, demonstra exatamente isso, do que tenho muito orgulho. Se tivesse financiamento do dinheiro público, talvez não precisasse solicitar.

E, por último, dizer que não considero provado, do ponto de vista do depoimento, nem por parte da Procuradoria, nem na Subcomissão, que não há irregularidade, porque não é o que o Relatório demonstra, e também considero que o depoimento não conseguiu resolver essa questão.

E, por fim, dizer - e aí não é nenhuma inquirição, estou me reportando à Mesa - que desvincular a campanha de proveito próprio, individual, também não é verdadeira. Porque se o patrimônio de um Parlamentar é construído com base nos seus proventos, eleger-se Parlamentar com base também no Orçamento Público não deixa de ter, como consequência, o proveito do patrimônio próprio.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Eu não gostaria de ser o fecho desta nossa inquirição, que começou numa matinê e estamos na véspera. Mas vou ser sucinto, nas minhas perguntas que, na verdade, não alcançarão os limites de um investigador ainda em dúvida em relação à matéria fática do depoimento da ilustre Deputada Raquel.

É minha correligionária, minha companheira de bancada; independentemente da sua condição de mulher, ela, aqui, nesta Casa, com seu estilo próprio, tem exercido uma atuação que, na realidade, embora não agradando a alguns, agrada a muitos. Mas nós temos tido a sorte de conviver com Colegas do sexo - já não vou dizer frágil, depois de um trabalho que eu também exalto como o da Deputada Jandira Feghali e tantas outras que passeiam e trabalham na nossa companhia aqui, de modo exemplar.

Eu tenho conversado com a Deputada Raquel Cândido, nesses momentos de angústia que S. Ex^a está convivendo. Tenho trocado idéias e tenho me preocupado, na realidade, muito com, não vou dizer negligência, mas a forma descuidada com que foi constituído o Instituto Eva Cândido. Eu entendo, já manifestei a S. Ex^a, muitas vezes, que seria esse descuido, talvez, a razão do seu tropeço, neste momento difícil da vida do Parlamento Nacional.

Por exemplo, Sr. Presidente: eu me preocupo, e disse isso a S. Ex^a, com a constituição da diretoria, a história biográfica da Deputada Raquel nos desenha perfeitamente a anatomia de sua vida doméstica, da sua vida profissional e da sua vida parlamentar. Uma mulher que, *chauffeuse*, em Porto Velho, alcançou mandatos sucessivos através da sua obstinação, da sua vontade de ser, da sua vontade de atuar. S. Ex^a sabe o que quer. Isso é um valor - como diz o Senador Rollemberg - que determina a carreira vitoriosa de alguém que se aventura a perseguir um objetivo.

Mas a formalidade do Instituto, na sua constituição orgânica é que, na realidade, está me preocupando no momento da formação do juízo de valor de cada um nas comissões. Vou dar um exemplo, Sr. Presidente, e vou fazer a pergunta à Deputada Raquel, para que não haja, no futuro, nenhuma surpresa. S. Ex^a não conhece ainda, em toda sua extensão, o fluxo de caixa do seu movimento bancário. Evidentemente, porque não vai ter as mesmas condições que o Banco Central tem no sentido de determinar o levantamento da sua vida financeira, a partir da data determinada pela vontade da Comissão, do plenário do nosso órgão.

Primeiro, entendo que essa vontade, essa determinação, essa vocação da Deputada Raquel Cândido de fazer tudo, determinou que S. Ex^a se elegesse desde o primeiro instante, em 1º de junho de 1986, Presidente do Instituto. Eram nove pessoas que constituíram e se tornaram sócios fundadores dessa instituição. De lá, veio prosperando o instituto e, de certa forma, dentro de um aspecto de alta relevância para aqueles que vivem no interior, determinando-se a combater e a perseguir aqueles que tropeçam no destino da vida e se tornam dependentes de drogas. S. Ex^a tem problema dentro da sua própria família. É uma mulher valorosa e que se determinou então a fazer uma programação em busca da readaptação daqueles que se fixaram pelo vício à dependência de tóxicos.

Hoje, tivemos aqui uma demonstração, com a distribuição dessas camisetas, da determinação, da obstinação de mostrar o quanto da sua preocupação no combate a esse mal, na prevenção.

Mas, Sr. Presidente, não me impressionou o fato do instituto ter adquirido um carro alienígena ou de fabricação estrangeira. Hoje, até dentro do mercado, comprar um Mitsubishi, um jipe, e comprar um carro ou uma carroça, na expressão de alguém que já esteve bem perto deste Congresso Nacional, não há muita diferença. Mesmo porque até esses carros japoneses, eu conheço alguns, são bem apropriados a nossa região.

Mas, gostaria de perguntar à Deputada - e inclusive para tranquilidade dela e nossa: O pagamento desse Mitsubishi foi por cheque do instituto?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Do instituto.

O SR. NELSON TRAD - Evidentemente, então, assinado junto com o tesoureiro?

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Não.

O SR. NELSON TRAD - Não. É só isso, Sr. Presidente, porque, evidentemente, vai aparecer aqui, e S. Ex^a está fazendo uma afirmação que, na realidade, comprova o meu cuidado em relação a essa vontade de fazer tudo e tropeçar naquilo que, em determinados momentos, são exigidos pela determinação da lei.

A SR^a RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Deputado, devo esclarecer que não sou dada, realmente tenho dificuldades, com a parte de números e de papéis, até pela minha formação não entendo nada de... confesso que V. Ex^a tem razão. Afasto-me do instituto todo ano de eleição, posso mandar isso para cá, numa questão ética em que quero preservar a própria instituição, para que ali eu não faça proveito. Geralmente, assume alguém que está... estou fazendo isso agora, a partir de janeiro já faço... todos os anos.

Agora, nessa prestação de conta, já vivendo sob a orientação técnica, é verdade, de alguns colegas, porque confesso ao senhor que a instituição não tem suporte de pagar um departamento financeiro e muito menos um contador, o que já me foi aconselhado.

Obviamente, vivendo esses momentos, passei a consultar o próprio Tribunal de Contas, que se colocou à nossa disposição, para nos informar da forma de como conduzir, por exemplo, a licitação dos recursos que acabamos de fazer para a edificação do Centro de Recuperação de Drogados, que acabou de ser feito em 30 dias.

A sétima região foi quem nos orientou, já com essa nova lei de licitação, com as formalidades como deve ser feita na instituição.

A compra desse carro já passou por essa orientação, em que o cheque não pode - e eu não sabia disso, confesso para o senhor, e o senhor me conhece que eu não sou de mentir - e tinha que ser feito do instituto para a empresa. A mim não foi questionado se eu tinha que assinar com fulano ou com beltrano, até porque disse ao senhor que as outras pessoas ficam na base, e eu fico aqui e, quando necessito, elas vêm para fazer essas pesquisas e essas coisas. O senhor pode ver que me socorro muito mais da Marta, que é uma pessoa que já trabalha comigo há quase 14 anos e que lida mais com esse assunto. É quem vai a ministério, é quem... Digo até que, se fosse uma Doralice, eu estaria perdida, porque eu nem sei muitas vezes da minha vida econômica e financeira, que é razoavelmente modesta.

Confesso para o senhor que esse cheque foi dado pelo instituto, numa conta particular do convênio, compatibilizando-se - o auditor da comissão pode perguntar, pode conferir - com o extrato bancário, que também era uma coisa que eu não sabia. Você tem que dar o cheque de acordo com a nota: se for mais ou se for menos, ou se pagar em dinheiro, vai ter que provar, senão... Eu também não sabia disso, por quê? Quando vem o cheque, por exemplo, do instituto, na conta de Porto Velho, a praça de Brasília não recebe, porque é uma instituição filantrópica, e ela não tem credibilidade. Então, tem esse problema também. Isso é um problema que existe. Esse cheque foi pago com um cheque do instituto - e devo dizer que há uma conta para cada convênio, que se encerra tão logo aquela prestação de conta seja efetivada. Ele foi feito, inclusive, com a orientação do Sr. Tebaldi, que é Inspetor da 17ª região, porque já eram verbas de agora.

O SR. NELSON TRAD - Isso é um problema relacionado ao banco, no caso aí. Mas V. Exª não deve esquecer que há necessidade da assinatura do tesoureiro quando se saca, quando se emite um cheque em nome do instituto. E esse aspecto é que quero dizer, porque se no fluxo, se no movimento bancário aparecer esse cheque na conta de V. Exª, evidentemente que ficaríamos aqui numa situação de perplexidade.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Fique tranqüilo que não vai aparecer esse cheque. Fique tranqüilo.

O SR. NELSON TRAD - É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Luís Máximo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas antes do término. Eu tinha anotado aqui, e esqueci que nós temos o recurso da nota taquigráfica, da gravação. Então, como eu anotei a expressão, trabalho social, eleitoral e científico, foi a expressão que eu entendi. Depois nós podemos recorrer à gravação, que acho facilita em dirimir minhas dúvidas. E apenas uma correção no depoimento de S. Exª, pois disse que eu fui Vereadora. Mas eu nunca fui Vereadora no Rio de Janeiro e, muito menos, na época da Deputada Benedita da Silva. Só para correção em função das formalidades da Comissão.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Acho que era Deputada Estadual. Vereadora ou Deputada Estadual. Pois eu era Vereadora.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Em 1986, a Srª Benedita já era Deputada Federal, S. Exª não era Vereadora à época. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Luís Máximo tem a palavra.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Nobre Deputada Raquel Cândido, volto a insistir um pouco que isso é bom até para V. Exª, para ter a oportunidade de dar explicações a respeito de algumas dúvidas que possam surgir quando da apreciação da sua evolução patrimonial. Quando eu perguntei a V. Exª a respeito de seu patrimônio, o que eu arrolei V. Exª confirmou. E, para fins de podermos fazer uma avaliação no tempo, em 1990, quando apresentou uma declaração de bens para fins eleitorais, V. Exª declarou possuir, em termos de veículos, dois fuscas, um opala, uma caminhonete Ford F-1000, dois caminhões Ford, duas Kombis, um Toyota, jipe, acredito. V. Exª possuía todos esses veículos?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - São veículos de campanha, comprados... São aqueles veículos que a gente compra para campanha. São veículos que a gente compra, de propósito, o mais barato possível, para dar ao cabo eleitoral rodar. São cacos velhos. Inclusive, os dois caminhões eram usados como caminhão de som.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Fora comprados com recursos próprios?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Carros usados, bem usados, com recursos próprios, graças a Deus!

O SR. LUÍS MÁXIMO - Na declaração de bens que V. Exª encaminhou à Mesa, que diz respeito ao ano-base de 92, declaração apresentada em 1993, e observo aqui, nobre Deputada, que além dos bens a que a senhora já se referiu anteriormente, também adquiriu, ao que tudo indica aqui, em 1992, uma sala nº 101 da sobreloja do bloco G/Q, 714, Setor Comercial Local Residencial Norte, da entrada nº 43, em Brasília. O preço foi dezoito mil e trinta e quatro UFIR: a senhora também adquiriu, no mesmo ano, um apartamento com lote 03, Qd. B, Bloco 06, tipo EC-02 e A-03, Qd. 713/714, Setor Comercial Local Residencial Norte, em Brasília, com a área de 8.400 metros quadrados, pelo valor em UFIR de quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e oito. Então, neste ano de 1992, só essas duas aquisições, em UFIR, importam em sessenta mil e seiscentas UFIR, sendo que os proventos da senhora corresponderiam a cento e quarenta e seis mil e oitocentas UFIRs.

Quer dizer, a senhora destinou mais de 60% de seus proventos para a aquisição desses dois imóveis. Foram adquiridos tão-somente com proventos seus?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Não, Deputado, obviamente que não; só com os meus proventos não daria, mas eles cobririam isso, os meus proventos cobririam isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora adquiriu isso de que forma? Pagamento à vista? Prestação?

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Pagamento a prestação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora tem, evidentemente, comprovação, contrato, escritura...

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Claro.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Dou a palavra à Deputada Raquel Cândido para suas considerações finais, se desejar.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Sr. Presidente, quero agradecer, confesso ao senhor que saio daqui mais tranqüila; esperava a polêmica, que aconteceu entre eu e a Deputada Jandira Feghali. Em nome da verdade devo fazer alguns esclarecimentos em que pese sejam momentos de despedidas finais.

A imprensa aqui espera um desfecho, quem sabe, de brigas e não haverá, da minha parte não haverá. Até porque a única vez que tive uma acirrada discussão com a nobre Deputada foi nas questões femininas discutidas na nossa bancada, inclusive com relação à Revisão Constitucional, de onde me afastei e o que tinha que dizer a S. Exª e a algumas companheiras, ali disse.

Não entendo, não sei os motivos pelos quais aqui ficaram patenteados - a Deputada se reporta a mim assim em todos os lugares. Fiz e dei conhecimento a esta CPI que haveria esse tipo de problema, mas ressalto à Comissão, de um modo geral, que a única ressalva que teria que fazer era esta que se debruça numa questão de fundo mais ideológico em que a Deputada, com toda pertinência e inteligência que lhe é peculiar, redireciona, eu diria até de forma maldosa, no sentido em que eu me coloco aqui como uma pessoa sendo investigada; seria sendo investigada...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada, não vamos começar tudo de novo, a senhora já estava dizendo que vamos sair daqui sem brigas. A essa altura já estamos correndo o risco de haver briga.

A SRª RAQUEL CÂNDIDO - Eu retiro, se a maldade for muito dolorosa, eu retiro a palavra maldade se for muito dura para a Deputada; mas é do conhecimento da Casa, isso faz parte, quero crer, da composição, os Pares sabiam que isso haveria, iria acontecer, os nossos embates têm sido... Devo dizer que a Deputada, com quem pouco me relaciono, até porque, nas duas primeiras reuniões em que tivemos para discutir a questão das mulheres, eu falei uma brincadeira até de mau gosto, que não vou poder repetir aqui, até um pouco pornográfica, porque uso isso, para a Deputada e dali me afastei daquele movimento. Sinto-me ressentida porque tive na pessoa da grande líder que foi Ana Maria Rattes, que é do Rio de Janeiro, o grande trabalho em que se somou o trabalho das feministas e das mulheres aqui dentro.

No entanto, no meu coração não há lugar para mágoa e nem raiva; só gostaria de não ter sido tratada tão duramente como fui pela companheira, mas compreendo, inclusive, a ironia com que as coisas foram colocadas.

Espero, Sr. Presidente, que tenha colaborado e queira Deus que quando as minhas contas bancárias aqui chegarem, eu possa ter a tranqüilidade que preciso ter para um tratamento que irei me dispor a partir de segunda-feira, um tratamento de saúde, em que devo esclarecer aqui, aos meus Colegas, que darei ciência do local onde vou me submeter a duas cirurgias.

Penso e reluto, algumas pessoas testemunharam e até queriam a sua presença ali para verificar a necessidade que tenho física de fazer essa cirurgia, com relação a questões femininas, que não quero aqui me alongar.

Estou relutando, estou discutindo com o urologista e com a minha ginecologista a possibilidade, em todos os sentidos, de que me façam o possível para que eu não saia daqui até o término desta CPI, em que presumo chegarão as minhas contas e que serão esclarecidas, tenho certeza absoluta, qualquer dúvida que paire sobre a minha honra e a minha dignidade.

Não posso, Sr. Presidente, antes de ir embora, deixar de agradecer pelos dois filhos, que largaram tudo e fizeram as pazes comigo hoje, pelas incompreensões que a vida pública nos atribui em poder muito pouco ser a mãe e pai que fui deles. Aqui estão. E quero dizer à Malu e ao Júnior que não sou ladra. Lamento tê-los que colocar nessa situação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Jandira foi citada. Ainda pede a palavra?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas para registrar que não tive nenhum objetivo maldoso na inquirição, apenas diante dos fatos cumpri minha obrigação de inquirir e não me recorro de nenhum embate político ou ideológico com a Deputada Raquel Cândido, até porque, como S. Exª mesma disse, nos falamos e nos encontramos muito pouco nesta Casa.

Inclusive, quando S. Exª foi agredida pelo Deputado Nobel Moura, a primeira Deputada que foi ao microfone prestar solidariedade fui eu, até pela questão feminista e feminina e pela forma como as mulheres são agredidas neste País.

Acho até lamentável que, sendo tão poucas como somos, vinte e nove, tenhamos uma mulher sendo investigada nesse processo de corrupção. Acho lamentável que

nós ainda temos que ter esse tipo de registro na história desta Casa. Mas não há nenhuma questão pessoal nem política, porque pouco a conheço, muito poucas vezes conversei com S. Ex^a e não me lembro de nenhum embate político ou ideológico nesta Casa, que nos tenha confrontado de uma forma que pudesse gerar qualquer tipo de perseguição ou de implicância, a não ser o fato concreto da CPI.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Antes de encerrar a reunião, quero lembrar a reunião das 17h. quando ouviremos o Deputado Paulo Portugal nesta mesma sala.

Agradeço à Deputada Raquel Cândido.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h.)

Depoimento do Sr. Senador Alexandre Costa

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Declaro aberta a reunião. Convido o nobre Senador Elcio Alvares para tomar assento a Mesa como Vice-Presidente, para a eventualidade de um infarto do Presidente. E convido o nobre Deputado Benito Gama para vir à Mesa como Relator.

Suplico à colenda assistência que se ponha de pé para colhermos o juramento.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Tem a palavra o Deputado Benito Gama como Relator.

O SR. ELCIO ALVARES - Um momento, por favor, Sr. Presidente, a qualificação...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Então, passo a palavra antes ao nobre Vice-Presidente para a qualificação.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Alexandre Costa, seu nome por favor.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Alexandre Alves Costa.

O SR. ELCIO ALVARES - Profissão?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Engenheiro Civil.

O SR. ELCIO ALVARES - Estado Civil?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Casado.

O SR. ELCIO ALVARES - Residência?

O SR. ALEXANDRE COSTA - SQS 309, Bloco G, Apart. 404.

O SR. ELCIO ALVARES - Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Com a palavra o Sr. Benito Gama, Relator.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Senador Alexandre Costa, como Relator *ad hoc* desta subcomissão especial, eu gostaria de inquirir V. Ex^a com relação à Subcomissão de Bancos, onde já houve uma reunião, ouvindo V. Ex^a como membro da Subcomissão.

Nós temos registrados naquela Subcomissão, oriundos dos diversos bancos - basicamente a maior movimentação é do Banco do Brasil e da Caixa Econômica -, movimentos de 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993, que é o período abrangido pela investigação da CPI. Nesse período, temos o registro de movimentação financeira no valor de 1 milhão 157 mil dólares; movimentação financeira com relação a créditos e dolarizada de acordo com a movimentação do dia, a cada dia. Em 1989, temos uma movimentação de 138 mil dólares; em 1990, 497 mil dólares; em 1991, 226 mil dólares; em 1992, 223 mil dólares; e em 1993, 70 mil dólares, perfazendo 1 milhão 157 mil.

Desse total, de proventos como Senador, como Parlamentar, há uma média de 357 mil dólares. Deduzido, esse valor, de 1 milhão 150, restam 750 ou 800 mil dólares. V. Ex^a, ouvido pela Subcomissão de Bancos anteriormente, deu informações de que tem movimentações com vendas de imóveis, de terrenos, de outros bens e movimentação financeira também e que nenhuma delas ultrapassa, aliás, que raríssimas ultrapassam a cota de 5 ou 6 mil dólares. Esse é um conjunto de vários créditos de entre um mil e sete mil dólares.

Pergunto a V. Ex^a: além dos proventos de Parlamentar, para complementar esse valor de 1 milhão 157 mil dólares, V. Ex^a tem alguma coisa a dizer à comissão especial?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Perguntado por V. Ex^a, tenho a dizer. Não tenho renda além do que ganho no Senado, do que ganho de uma aposentadoria e do que ganho de dois aluguéis de dois apartamentos.

Mas pouco me preocupa! E acho até mesmo que não deve se preocupar a própria Comissão de eu ter gasto mais ou gasto menos do que percebi aqui como Parlamentar. A Comissão

deveria se preocupar em saber se tenho ou não origem para gastar mais ou menos. E posso provar a V. Ex^a que tenho origem para gastar duas, três ou quatro vezes o que aí se encontra.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Senador, aqui não é com relação a gastos, é exatamente com relação à origem.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Origem, exato. Tenho a origem toda aqui escrita. V. Ex^a deseja?

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Pois não, eu gostaria de ouvir V. Ex^a.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a não me ofereceu nem a palavra antes para que eu pudesse fazer algumas considerações e saber porque estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Eu estava pensando em deixar a palavra para o final, V. Ex^a diria o que quisesse e o que entendesse oportuno. Mas se V. Ex^a preferir falar antes de responder essa pergunta...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tenho pequenas considerações a fazer.

Sr. Presidente, desejo saber, primeiro - é V. Ex^a é um jurista, um homem de alta capacidade comprovada, quer na sua profissão, quer como Senador da República -, por que estou aqui? Qual é a razão? Do que sou acusado? Qual o motivo pelo qual fui convocado para depor hoje, nesta Comissão? Porque só sabendo, só V. Ex^a me dizendo, terei as condições e os meios não para me defender, porque não tenho nada do que me defender, mas para poder conduzir os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Esta CPI, como é do conhecimento de V. Ex^a e de todos, foi criada com fundamento em denúncias feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, tanto na revista *Veja* quanto, após instalada, no seu depoimento. Todos os Parlamentares, Ministros e Governadores que foram mencionados nessa denúncia foram consideradas como pessoas sujeitas à investigação, nesta CPI, de um fato determinado, relacionado com o Orçamento, desvios de verbas e coisas desse tipo.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Bem, Sr. Presidente, mas eu não fui denunciado na revista *Veja*.

Nas últimas três linhas de uma entrevista concedida à *Veja*, o repórter pergunta ao Sr. José Carlos Alves dos Santos: "Mais algum Ministro"? E ele responde: "João Alves dizia que dava (dinheiro) - já é a revista que diz - para o Alexandre Costa, atual Ministro da Integração Regional, e que o Alexandre Costa pedia as coisas".

Dito isso, Sr. Presidente, Senador Paulo Bisol, dei até pouca importância ao caso. Os homens públicos, quase que na sua totalidade vivem sendo atacados permanentemente, ora nas revistas, ora nos jornais. E sempre que se procura o autor dos ataques e das denúncias, eles negam. Mas, numa vida pública longa, muito longa, Sr. Presidente, em que não fui habituado a receber insultos nem a ser condenado por desonestidade ou por desonra.

Sem que a Comissão me solicitasse, sem que o Presidente da Comissão me pedisse, apressei-me em fazer uma interpelação judicial no Supremo, o documento aqui se encontra, contra o Sr. João Alves, a quem o Sr. João Alves atribuía ter dito que gostava das coisas e que pedia muito.

Tenho aqui a interpelação e a resposta do Supremo que ficou pronta em 24h, onde o Sr. João Alves nega terminantemente ter dito qualquer coisa sobre a minha pessoa. Mas, isso só não me satisfazia, Sr. Presidente.

Anos atrás, uma revista de esquerda de São Paulo publicou que o Senador Passarinho, o Senador Calmon, eu e muitos outros que compunham o Senado Federal, éramos depositários de dinheiro no exterior. Procurei o Senador Passarinho, o Senador Calmon e propus que déssemos ao advogado uma procuração para que pudesse ser verificado se efetivamente éramos portadores de dólares no exterior. Nem todos assinaram, mas me lembro bem que o Senador Passarinho, o Senador João Calmon assinaram, só para citar esses. Ingressamos na Justiça e condenamos o autor da denúncia.

Agora a mesma coisa se repete. Enviei, sem qualquer solicitação, ao Presidente da Comissão, Senador Jarbas Passarinho, o seguinte documento:

"Excelentíssimo Senhor Senador Jarbas Passarinho, Presidente da CPI do Orçamento, encaminho a V. Ex^a, para os fins que se

tornaram necessários - isso na data de 26 de outubro, antes que fossem quebrados os sigilos bancários daqueles que seriam os acusados, os supostos acusados - cópias de declarações de Imposto de Renda referente ao período de 1979 a 1993 - quatorze anos -, num total de treze exercícios fiscais, juntamente com minhas declarações de bens que espelha o meu patrimônio e suas pequenas variações do mesmo período."

Vale ressaltar que o único bem de porte de minha propriedade, situado na Ilha de São Luís no Maranhão, foi desapropriada pelo Governo do Estado do Maranhão. E não foi só eu, porque poderia ter havido, e da maldade humana todos temos a dimensão. Foram desapropriadas mais de 30 propriedades, junto com este meu bem, para que lá fosse localizada - e lá se encontra - a ALCOA, fábrica de alumínio, hoje existente, de grande produção e exportadora para o País.

A desapropriação ocorreu por meio de decreto, publicado no ano de 1980 no "Diário Oficial" que também aqui se encontra, contendo não somente a minha desapropriação mas também a desapropriação de quantos foram desapropriados. Por esse bem, foi-me paga a importância àquela época de 53 milhões, 612 mil cruzeiros em moeda corrente da época, valor recebido integralmente.

Quero dar bem explicitado: se a lei diz que eu só sou obrigado a apresentar cinco anos de declaração de Imposto de Renda e as origens dos dinheiros com os quais eu adquiri bens e propriedades, eu recuei, fui aos anos 80, para que pudesse justificar, tornar claro, clarificante, patente por que adquiri determinados bens depois disso. Outrossim, acompanha as declarações de Imposto de Renda procuração pública passada no Cartório do 2º Ofício de Brasília, em 26 de outubro de 1993, que outorga a V. Exª poderes para representar-me junto aos bancos ou instituições bancárias sediadas no País, podendo V. Exª solicitar informações de saldos e contas, extratos de contas-corrente, poupança, fundos de investimento ou quaisquer outros, por mais especiais que sejam, referentes a períodos atuais e passados e praticar todos os demais atos necessários ao mais amplo desempenho desse mandado. Concedo, ainda, os mesmos poderes em relação a bancos ou a quaisquer instituições bancárias sediadas no exterior, podendo ainda, caso encontrem algum depósito em entidades bancárias estrangeiras, fazer a retirada de tais importâncias e depositá-las no Banco do Brasil S.A., em favor do Tesouro Nacional, e praticar todos os demais atos para o fiel cumprimento do presente mandado, a critério de V. Exª. Solicito ainda de V. Exª a gentileza de dar conhecimento prévio deste expediente e dos demais documentos ao nobre Deputado Roberto Magalhães, digníssimo Relator-Geral desta Comissão.

A procuração encontra-se aqui, foi enviada.

Ora, Sr. Presidente, voltando um pouco, muito pouco atrás. Quando ingressei no Supremo Tribunal Federal, encontro uma declaração de um cidadão atribuída a outros; e o Supremo me responde que ele negou tudo. Claro, mesmo não sendo advogado, adquirir conhecimentos, quer com V. Exª, quer com os mais ilustres advogados que me acompanharam em trinta e poucos anos de mandato nesta Casa: oito na Câmara Federal e 24 no Senado de República. Teria que aprender alguma coisa.

Julguei sepultado o assunto. Como é, como se processa na Justiça comum. Sr. Presidente, o homem público é sempre um espelho, uma vitrina. Pouco importa um passado, pouco importam mais de quarenta anos ininterruptos eleitos, quer aqui, quer no meu Estado, onde nunca fui acusado sequer de um ato, por menor que seja, de ilicitude. Mas para o homem público isso não conta.

Há exigências, quer da mídia, quer dos eleitores, e agora até dos próprios companheiros e colegas, que exigem, porque não adianta idade, ele tem que se curvar, que se explicar, que

demonstrar que continuou, até a data de hoje, com a mesma conduta em que pautou a sua vida inteira.

Tenho uma longa vida pública, Sr. Presidente. Hoje me deparei com o jornal, primeiras páginas do jornal: declarações atribuídas pelo Deputado Luiz Salomão, em que, primeiro, S. Ex^a me transforma num velho, coloca-me com 78 anos, quando só tenho 73 anos. Mas a vida é a vida. Ninguém escapa: os homens nascem, vivem e morrem. E se S. Ex^a pensou ou imaginou colocar-me com mais idade para tornar-me mais velho, para me depreciar, enganou-se. Tenho uma honra muito grande de ter 73 anos de idade, como teria a mesma honra de ter os mesmos 78 anos atribuídos pelo Deputado Luiz Salomão.

Não esqueço absolutamente a frase de Ulysses Guimarães: "Sou velho, mas não sou velhaco". Nunca fui velhaco. Espero viver meus dias de vida até quando Deus permitir.

Jurei a mim mesmo e, nas tribunas da minha terra, àqueles que me conduziram três vezes para Senador, duas vezes para Deputado Federal, para vice-Governador de Estado, para Prefeito de São Luís, para Deputado Estadual, para Presidente da Assembléia Legislativa, para vereador - corri tudo -, jurei que não prometia nada, mas prometia honrar e dignificar todas as cadeiras em que tivesse assento, representando o meu Estado e o meu povo.

Agora, dito isso, vou dar as origens que V. Ex^a requer do meu patrimônio:

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Não é do patrimônio de V. Ex^a.. Essa questão da parte de bancos, sobre operações financeiras, que V. Ex^a já tinha encaminhado à Subcomissão.

(Pausa)

O SR. ALEXANDRE COSTA - Vendi, conforme já anunciei a V. Ex^a, por desapropriação, um terreno na Ilha de São Luís, por 53 milhões 612. Que foi uma desapropriação feita pelo Governo do Estado do Maranhão, equivalente àquela época a 934 milhões 169 mil dólares; quase um milhão de dólares.

Vendi ações de uma companhia chamada Madeireira Santa Helena, também situada no interior do Maranhão, que liga a Cidade de Santa Helena ao Encruzo, lá na BR que liga São Luiz a Belém, por 280 milhões 595 mil dólares. Somando, portanto, um total - àquela época, nos anos de 80 - de quase 1 milhão e 200 mil dólares.

Como investidor no mercado financeiro, e conservador, preferi a caderneta de poupança, onde fiz investimentos de recursos decorrentes da venda de imóveis. Comprei ORTNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - vencíveis em cinco anos, das quais tenho longo arrependimento, porque, depois dos cinco anos, tendo empregado em ORTNs, perdi cerca de 30% dos dólares que lá empreguei.

Mantenho cinco contas, CDBs, antigamente poupança. Quando ingressou o Governo Collor, que implantou aquele sistema de que as poupanças deveriam ser recolhidas, durante quase três anos, fiquei com todo este dinheiro recolhido, vivendo apenas do que percebia no Senado da República.

As aplicações atuais são de maturação a curto prazo, a valor histórico; o total de investimento foi 127 milhões 149 mil cruzeiros, que corrigidos às taxas aplicadas somam, em 03 de janeiro de 1994, 147 milhões 999 mil cruzeiros e fração. A média das taxas, nesse período, foi de 40,95% - veja V. Ex^a - estamos num País em que se deposita, em janeiro, 100 e no fim de janeiro tem 140.

Eu não considero absolutamente lucro; mas, pelo menos, conservo aquilo que apliquei e que coloquei, porque fiz opção não por fábricas, nem por negócios, nem por venda de banana, nem manga, nem de laranja, sou péssimo comerciante; fiz opção pelas aplicações, mesmo tendo grandes prejuízos.

Isso significa rendimento? É o meu rendimento mensal, são 52 milhões 67 mil e 55, mensalmente. Sem querer absolutamente afrontar - porque não considero como lucro nem riqueza, nem rendimentos - o rendimento mensal de que disponho na Caixa Econômica dá para pagar os 81 Senadores que compõem o Senado Federal. Mensalmente, repito, uma vez que meus vencimentos de Senador da República, líquido, foram de 612 mil cruzeiros reais no mês que se passou.

A análise dos dados apresentados ao imposto de renda nos últimos 13 exercícios deixa claro, do ponto de vista de evolução do patrimônio, que minha história, como investidor, a partir de 80 - porque confesso a V. Ex^{as} que, antes de 80, eu era apenas um pobre Senador, como pobre Deputado fui durante 8 anos na Câmara Federal - está fundada na alienação de imóveis no valor de 900 mil dólares e na venda das ações da SANTEL, de 200 e poucos mil dólares, somando um total de 1 milhão e 200 mil dólares, há 13 anos.

As dotações patrimoniais foram cuidadosamente praticadas ao longo do período, com marcada preferência por imóvel de baixo valor comercial. Portanto, vendi um imóvel de grande valor comercial, empregando parte dele em imóveis de pouco valor comercial e em versões financeiras de baixo risco, ora no Banco do Brasil, ora na Caixa Econômica Federal porque não tenho nem depósitos, nem investimentos em bancos particulares.

A partir de 87, foi adquirido apenas um imóvel - em 1991 - no

valor de 700 mil cruzeiros. Uma chácara, correspondente a 2.980 dólares, que comprei para doar a um chacareiro que trabalha há 12 anos comigo. A evolução patrimonial do Senador Alexandre Costa, incluindo seus investimentos patrimoniais e aplicações financeiras, são absolutamente compatíveis com os ingressos que auferiu no período, por alienação de imóveis, resultado de aplicações financeiras e de outros rendimentos regulares, conforme documentação constante de suas declarações de renda, cujas cópias foram enviadas ao Senador Jarras Passarinho, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Relator, sentei aqui e daqui não quero sair - posso amanhecer o dia, pode se multiplicar a semana - deixando V. Ex^a com dúvidas. Tenho visto permanentemente os depoimentos que aqui se processam. No outro dia, a imprensa publica: "falou até bem, mas não convenceu ninguém, não provou nada do que disse". Não tenho prazo, tenho muita saúde, apesar da idade. Tendo trazido tudo aqui da minha vida, quero sair daqui, perguntando a V. Ex^a isso satisfaz V. Ex^a?

O SR. SR. RELATOR (Benito Gama) - A bem da verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, essas informações prestadas pelo Senador Alexandre Costa já foram apresentadas à Subcomissão de Bancos, há cerca de 30 ou 40 dias. Ela é extremamente compatível com o que foi apurado pela Subcomissão de Bancos, através da quebra do sigilo bancário. Na conta do Senador Alexandre Costa não foi encontrado nada, nenhum depósito, nenhum crédito de terceiros que pudesse gerar dúvidas ou indícios de que houvesse alguma fraude com relação ao Orçamento, ou com relação a qualquer operação financeira. Então, estou, como na outra vez - eu inclusive não estava presente, mas fui representado pelo subcoordenador - eu estou, como Relator neste momento e como coordenador da Subcomissão de Bancos, absolutamente convencido de que a movimentação financeira é compatível com os rendimentos, com o patrimônio e com a renda patrimonial do Senador Alexandre Costa.

Sr. Presidente, com relação à Subcomissão de Bancos, era isso o que eu queria perguntar ao Senador Alexandre Costa. Passo para V. Ex^a para inquirir à Subcomissão de Patrimônio, à Subcomissão de Subvenções e Emendas os Parlamentares que forem inscritos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Passo a palavra ao Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Senador Alexandre Costa. V. Ex^a, no início de seu depoimento, disse que não sabia de que estava sendo acusado. Eu gostaria de lembrar-lhe que nós...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu disse que não sabia que estava sendo acusado, porque não fui acusado. Não existe acusação sobre mim.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Claro. O que nós estamos investigando, Sr. Senador...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Estou aqui na condição de testemunha.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Claro. Nós estamos investigando fatos. Nesta primeira fase, todos aqueles que aqui vieram, tanto quanto V. Ex^a, estão depondo sobre fatos, pelo menos é essa a situação em que V. Ex^a se encontra nessa fase da investigação. E um desses fatos, nobre Senador, está relacionado a uma documentação apreendida na residência de um Sr. Ailton Reis, Diretor da Empresa Norberto Odebrecht, aqui no Distrito Federal.

V. Ex^a conhece o Sr. Ailton Reis? Tem relações com ele?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Já falei uma vez com ele. Aliás, V. Ex^a pergunta sempre - eu vejo sempre, porque acompanho na televisão - dessa forma: "V. Ex^a conhece o senhor fulano de tal, o senhor conhece aquele beltrano de tal?" V. Ex^a pode considerar que eu conheço todos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Peço ao depoente que se atenha à pergunta formulada.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Ex^a o conhece, mas mantém relações, umas prosas com ele...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Relações de amizade, não. Foi ao ministério uma vez perguntar sobre aquela época do 1/12. E queria saber se o Ministério tinha as condições e os meios de pagar-lhe o que o SNI e o DNOCS lhe deviam. Foi a primeira vez que o vi...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Ex^a esteve com ele no dia 03 de maio? Teve alguma audiência com ele? Lembra-se se esteve com ele no dia 03 de maio?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Só se foi no Ministério. E eu não posso precisar o dia. Estive uma vez no ministério. Uma vez. Ele me procurou no Ministério, apresentou-se...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Para tratar de quê?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Para tratar de pagamentos de recursos de dívidas do DNOCS e do SNI, uma vez que no Ministério, propriamente dito, ele não tinha dívidas, porque o Ministério estava nascendo. Logo, não devia ninguém.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Na documentação, entre os documentos apreendidos na casa do Sr. Afilton Reis, há um a que se refere a percentuais relacionados a emendas destinadas a determinadas obras. Um dos percentuais está diante da expressão MIN...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Como é a expressão?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - MIN, que seria a abreviatura de ministério...

O SR. ALEXANDRE COSTA - De ministro...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Pode ser eventualmente. Outro percentual está diante das abreviaturas MR - abreviatura de algum nome - e a outra CW. E isso se refere, provavelmente, ao Ministério da Integração Regional. V. Exª sabe a que atribui a isso?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nobre Deputado Sigmaringa Seixas, MIN pode significar ministério, pode significar ministro. Existem 26 ministérios e 26 ministros. Pode ainda ser uma sigla que não atinge nem a mim, nem a V. Exª, mas pode ter combinação com algum Parlamentar, ou com algum estuinho, para que essas porcentagens fossem colocadas com essa sigla. Para mim, não!

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não estou afirmando, é o que está sendo colocado a V. Exª.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Este aqui não é homem de propinas, por duas razões: primeiro, pela minha formação. Não iria levar uma vida inteira e atingir 73 anos de idade com recursos e muitos recursos ou, aliás, até com riqueza. Aquilo, aquele pouco que V. Exª viu para mim significa riqueza. Tenho uma família muito pequena: sou eu e minha esposa, três filhos - os três independentes, todos os três vivem do seu trabalho, e não seria agora que iria me diminuir, rebaixar, quebrar meus princípios, para receber propinas de a, b, ou c, de verbas públicas.

Então pode ser, já lhe disse: aqui tem vinte e seis, com mais vinte e seis são cinquenta e dois, compreendeu, e com mais um ou outro cidadão qualquer que possa ter sido denominado de MI; MI. Seriam cinquenta e três para que V. Exª pudesse procurar qual deles é o "propineiro".

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª põe em dúvida se isso se referiria ao Ministério que V. Exª ocupou até recentemente.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não. Quanto ao Ministério não estou pondo dúvidas.

Não posso responder por ninguém, nem posso responder pela integridade. Posso responder por muitas pessoas do Ministério, que conheço, honradas e dignas, mas não posso responder pela sua totalidade. Respondo por mim, e se V. Exª apontar algum diretor que pudesse se subordinar à vergonha nacional de receber propina, eu estaria aqui para defendê-lo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Uma dessas siglas - MR, o senhor sabe se seria abreviatura de algum nome?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não conheço abreviatura. Vim aqui não para me defender, vim prestar testemunho.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Como era o nome do secretário executivo do seu Ministério?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não tenho secretário executivo, nunca nomeei secretário executivo. Nomeei um, não me dei bem, tirei e fiquei sem secretário executivo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas nunca teve secretário executivo o Ministério de V. Exª?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Teve.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Secretário-geral, hoje secretário executivo?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Teve, não disse a V. Exª que teve um secretário?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Como era o nome?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Era o Dr. Paulo Lustosa, nosso colega ex-deputado; nomeei-o secretário executivo. Não tenho críticas a fazer do seu andamento, mas achei que a vocação dele era para ministro e não para secretário executivo e lhe chamei sinceramente disse: "Acho que a vocação do amigo, até pelo seu talento e pelo seu valor, é para ministro, não é para secretário". E pedi o lugar.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Vou ser direto, então. O senhor teve entre os seus assessores um cidadão de nome Márcio Reinaldo?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tive.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então MR pode ser Márcio Reinaldo.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não posso dizer; isto é V. Ex^a que está dizendo.

O Dr. Márcio Reinaldo é o Chefe da SAG do meu Ministério. Trouxe-o do gabinete do Ministério da Saúde, do Dr. Adib Jatene, onde ele trabalhava, tirei-o de lá pela sua competência e pela sua capacidade. Se ele é o MR é uma ilação e uma dedução de V. Ex^a; não minha.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - CW também são iniciais de algum secretário de V. Ex^a?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não tenho conhecimento disto.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Carlos Wilson?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, isto também é outra ilação de V. Ex^a. Acho o Dr. Carlos Wilson incapaz de ser "propinido".

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas Senador, não estou dizendo que o Dr. Carlos Wilson ou mesmo V. Ex^a teriam recebido percentuais, estou dizendo que há um documento com percentuais diante de alguns nomes, e a nossa função aqui, com já disse a V. Ex^a, é investigar esses fatos.

Em nenhum momento V. Ex^a ouviu do Relator ou de qualquer membro desta Comissão qualquer acusação direta a V. Ex^a ou a qualquer assessor de V. Ex^a.

Estou fazendo uma pergunta a V. Ex^a...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Posso responder a V. Ex^a?

V. Ex^a é um homem muito inteligente e muito capaz, viveu a vida comigo aqui na cidade de Brasília, tenho grande admiração pela sua conduta, pelo modo de ser, pela sua capacidade profissional de advogado, mas V. Ex^a dá duas letras, coloca um percentual à frente que todo mundo sabe, foi explorado, que é propina que a Odebrecht distribuiu e me pergunta se é o Carlos Wilson? Então V. Ex^a sabe que a minha experiência de quase o dobro do tempo que tem V. Ex^a, quer nesta Casa, quer na vida, vai achar que é o Carlos Wilson o CW? Não, não vou. E nem vim aqui para isso, Deputado, vim aqui para ser testemunha, não vim aqui para delatar, não vim aqui atrás de propineus e nem de desonestos!

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a está deturpando. Não estou pedindo a V. Ex^a que delate ninguém, absolutamente! Estou querendo, na função que me cabe, identificar essas siglas. Como elas se referem ao Ministério de V. Ex^a, o Ministério que V. Ex^a dirigiu durante vários meses, eu gostaria que V. Ex^a identificasse, me ajudasse, ajudasse esta Comissão a identificar essas ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Com o maior respeito que tenho a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Senador Alexandre, as perguntas estão sendo formuladas com delicadeza, com cortesia ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas estou tratando com delicadeza, é um velho amigo aqui, a quem tenho admiração e apreço.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Senador Alexandre, são perguntas pertinentes. Se V. Ex^a acha que a inicial não corresponde ao nome, V. Ex^a tem todo o direito de dizê-lo, mas o direito à pergunta ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas não a estou negando ao Deputado, absolutamente!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Bom, a outros que vão provavelmente continuar...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tenho o maior apreço pelo Deputado e S. Ex^a sabe disso. Sempre nos respeitamos, nos estimamos, muito embora essas louvas minhas não signifiquem misericórdia. Absolutamente não vim atrás de misericórdia, nem da dele, nem da de ninguém. Vim aqui para prestar um depoimento. Quero ser...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a não está sendo acusado, está sendo inquirido.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas eu diria, nobre Deputado, com o apreço e o respeito que tenho a V. Ex^a, que V. Ex^a não irá me levar a traduzir siglas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está certo, já estou querendo passar adiante. Já estou querendo passar para outra pergunta, Senador.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nego-me a traduzir siglas, não aceito! É da minha formação. Não aceito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador, uma auditoria realizada recentemente pelo Tribunal de Contas da União, no DNOCS, apontou a existência de inúmeras impropriedades, incluindo o superfaturamento de diversas obras públicas, entre as quais a Barragem Oiticica. Foram constatados ainda superfaturamentos nas seguintes obras: Barragem Santa Cruz da Podi, Barragem Pelo Sinal, Barragem Bruscas, Barragem Canoas, Barragem Varzea Grande, Sangradouro da Barragem Sacro, Barragem Paula Pessoa, Barragem Poço Redondo.

A auditoria do Tribunal de Contas apontou um superfaturamento no somatório dessas diversas obras superior a 300 milhões de dólares. V. Ex^a tem conhecimento dessa auditoria?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tenho conhecimento igual ao que V. Ex^a tem.

Como V. Ex^a sabe, entrei no meu Ministério em outubro. O Orçamento que o Congresso Nacional enviou iniciou-se em julho, sete meses depois, nove meses depois que assumi o Ministério.

No meu período de Ministro, apenas por duas barragens foram feitas concorrências no meu Ministério: a Barragem de Ursas e a outra não é nem barragem, é a Adutora do Oeste, situada no sertão de Pernambuco.

As barragens que são acusadas de superfaturamento, meu Ministério não pagou nenhuma; não pagou por razões óbvias, porque o próprio Tribunal de Contas, os contratos tinham atingido cinco anos, e o Tribunal reuniu-se e cancelou todas as obras, o prosseguimento de todas as obras cujo contrato tivesse atingido cinco anos.

Eles eram até conveniados com os Estado, ora do Rio Grande do Norte, ora de Alagoas, ora da Paraíba, ora de Pernambuco. Mas nenhum recebeu um só cruzeiro do meu Ministério por mim autorizado.

Então, nobre Deputado Salomão, que é engenheiro, sabe que tudo isso pode ser verdade e tudo isso pode não ser verdade. Um País que coloca 400 bilhões de cruzeiros para uma barragem em janeiro e paga-se em dezembro não quer fazer a barragem, não deseja fazer a barragem. E num País que inflaciona 40% por mês, o que acontece? Meu Ministério terminou uma barragem na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, chamada Chapéu Ducas, por solicitação do Presidente, que completou, neste ano de 1993, 33 anos de construção. E a maioria delas é isto: vai o deputado, coloca verba nova para uma barragem; inicia, deixando de colocar para outra que está parada. E as obras inacabadas do Nordeste lá se encontram, esperando uma política, uma política séria, uma política correta, uma política definitiva para concluí-las. A seca do Nordeste é um fato, não é a indústria da seca cantada pelos inimigos do Nordeste; ela existe, mas há que se dizer que não existe uma política correta e séria, mesmo porque, no dia em que houver uma política correta e séria para concluir todas as barragens inacabadas, uni-las por adutoras, 60% da seca do Nordeste estará solucionada. Haja dinheiro. Com tostão, com vintem com pequenos milhões que não são pagos na hora, os empreiteiros param as obras e colocam sobre as obras toda essa inflação. Vamos esperar, vamos esperar muito, e é muito. Vamos pedir a Deus que não morra mais o nordestino, que

os 30 milhões de famintos e desprezados orem na porta das igrejas pedindo que São Pedro dê chuva para o Nordeste.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Essa auditoria apontou a existência de conluíus entre as empresas que participaram da licitação, em especial um conluio que beneficiaria empresas ligadas ao Diretor-Geral do DNOCS, Sr. Luiz Gonzaga Nogueira Marques. Que providências o senhor tomou quando soube do resultado dessa auditoria? O senhor o afastou?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Ainda não recebi essa auditoria. Sei de informações... A Siset já preparou estudos, o Tribunal de Contas anuncia isso... não foram obras do meu ministério, são obras anteriores à minha entrada. De maneira que, se eu não tomei conhecimento - não tive tempo - o novo Ministro que lá se encontra, mais competente, por certo, do que eu, tão sério quanto eu, haverá de tomar essas providências. Permita-me dizer a V. Ex^a - não posso ser injusto, absolutamente não posso ser injusto: sobre o Diretor-Geral do DNOCS, quando entrei no Ministério, a primeira pessoa a quem eu perguntei se ele era bom, se ele era sério, foi ao Governador do Ceará, do Partido de V. Ex^a. E S. Ex^a disse que devia permanecer porque era sério e trabalhador. Não houve um só Governador do Nordeste brasileiro que se levantasse contra ele, não houve um só pedido, nobre Deputado, para substituí-lo. Então, se ele contentava a todos, se era tido como homem correto, se era tido como homem trabalhador, se era tido como homem sério, por que substituí-lo, contrariando governadores, contrariando a própria população e contrariando até mesmo os empreiteiros - dizer empreiteiro hoje significa dizer um mau nome, um nome pouco cheiroso; eu os chamaria de empresários, porque o Brasil vive justamente é dos empresários. Não sou empresário, quase não pago imposto de renda, logo não sou um grande contribuidor para o Brasil. Grande contribuidor para o Brasil é aquele que se estabelece, que coloca uma indústria, que faz construção civil, que paga impostos e oferece a grandeza para o País.

Quem se rebelou a vida toda contra o cidadão foi um Deputado, também correligionário de V. Ex^a, chamado Jackson Pereira, quando denunciou o Luís Marques. É bom dar este testemunho, porque essas coisas enfeitam, são fotografias, elucidam. Chamei o Luís Marques, chamei o Jackson Pereira. Coloquei-os frente a frente. E disse: "Dr. Luís Marques, o Deputado Jackson Pereira diz que o senhor está enriquecendo à custa do DNOCS, superfatura as obras". Quando eu disse isso, o Deputado me apartou: "não foi bem assim, a conversa é outra, é uma suposição".

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Senador, não me estou valendo do depoimento do Deputado Jackson Pereira, valho-me de uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União, que aponta o superfaturamento de obras que beneficiaram o então Diretor do DNOCS. Essa auditoria foi aprovada pelo Tribunal de Contas, em sessão de 3 de setembro de 1993, e o Relator foi o Ministro Marcos Vilela. Segundo o próprio Tribunal de Contas, V. Ex^a foi comunicado disso na mesma data. Por isso perguntei se, comunicado das irregularidades pelo Tribunal de Contas, V. Ex^a tomou alguma medida com relação ao Diretor do DNOCS?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Encaminhei ao Diretor do DNOCS, que tem direito de se defender - não é apenas o Tribunal de Contas dizer que um cidadão superfaturou uma obra, que é crime e deve ser demitido e metido na cadeia; todo o cidadão tem o dever de se defender - e, além disso, mandei a Siset, do Ministério da Integração Regional, fazer o mesmo trabalho, que ainda não está concluído. O prazo dado pelo Tribunal de Contas ao Diretor do DNOCS ainda não chegou ao fim.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Ex^a reconhece que o Tribunal de Contas comunicou o fato?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Comunicou.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Ex^a, antes, disse que não. V. Ex^a foi comunicado sobre a existência da irregularidade?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Comunicam primeiro ao DNOCS, o DNOCS envia... porque o DNOCS é um órgão independente.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O Tribunal de Contas comunicou V. Ex^a sobre a existência de irregularidades verificadas na auditoria.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Bom, não tenho certeza de dizer a V. Ex^a que recebi. Não lhe posso assegurar isso. Acho que não recebi, acho que foi encaminhado ao DNOCS e este encaminhou a mim. Foi quando encaminhei à Siset para proceder.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, então V. Ex^a foi comunicado e ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Se o Tribunal de Contas tivesse encaminhado a mim, eu teria encaminhado ao DNOCS para que, no prazo dado pelo Tribunal de Contas da União, o Diretor...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, então V. Ex^a reconhece que não afastou?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Reconheço que há dúvidas e acusações.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, reconhece que não afastou?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Reconheço que não afastei e nem teria afastado. Não posso absolutamente cometer injustiça com um funcionário público. Acusar é muito fácil,

provar acusação é muito mais difícil. Na hora em que afasto um Diretor do DNOCS apenas por suposição...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas não é suposição, foi uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas.

O SR. ALEXANDRE COSTA - O Tribunal de Contas não é a verdade suprema; erra muito, e o cidadão tem que se defender daquilo, pois é um diretor, um homem de responsabilidade e tem que dizer que a verdade não é aquela. O próprio Tribunal de Contas tem voltado, pela sua grandeza e composição de homens do mais alto gabarito, tem-se rendido à realidade, porque não são os Ministros que fazem isso, são os assessores, são funcionários, uns políticos, outros empurrados pela política, uns com interesses, outros com poucos interesses. É muito difícil, nobre Deputado Sigmaringa Seixas, o julgamento do Executivo Brasileiro de hoje, é muito difícil.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - É verdade, essas auditorias são feitas por funcionários, aliás, extremamente capazes, como estamos verificando nas assessorias que nos prestam nesta CPI. Mas, de qualquer forma, essa auditoria foi levada a julgamento, pelo Tribunal de Contas, e aprovada em sessão de 3 de setembro de 1993.

Sr. Presidente, estou satisfeito desde que o Senador Alexandre Costa reconheceu que houve realmente a comunicação por parte do Tribunal de Contas e ele entendeu de não afastar o então Diretor do DNOCS.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, vamos colocar certo, Deputado. Não reconheci absolutamente nem superfaturamento nem desonestidade.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não, não foi isso, não disse isso. Disse que V. Ex^a recebeu a comunicação do Tribunal.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu teria prazo, se lá estivesse, para poder tomar as providências necessárias. Não as fiz com o aqodamento desejado por muitos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Está encerrada sua inquirição?

Tem a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, nobre Senador Alexandre Costa, a Subcomissão de emendas, da CPI, fez um levantamento sobre as informações que solicitamos a V. Ex^a. Algumas dessas informações já foi objeto de pergunta do nosso coordenador, Deputado Sigmaringa Seixas, e na linha em que estava falando sobre a auditoria do DNOCS, do Tribunal de Contas da União sobre o DNOCS, perguntaria a V. Ex^a sobre um aspecto importante. E essa pergunta que faço a V. Ex^a tem muito a ver com a pergunta que fiz ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro, como Presidente da Câmara, em relação não propriamente a essa ou aquela propina.

A pergunta não se cinge sobre este ponto, mas sobre a responsabilidade política em demissões e nomeações. Considerando que o servidor público é cargo de confiança, portanto não se trata de demitir, mas sim tirar o cargo de confiança. Há uma questão aqui que gostaria de perguntar a V. Ex^a. O Sr. Márcio Reinaldo Dias Moreira é citado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos como uma pessoa importante no esquema de subvenção desde a SEPLAN do Ministro Aníbal Teixeira, do qual foi Secretário de Administração; trabalhou na SEPLAN junto com o Ministro Aníbal Teixeira. Ele foi assessor especial do Senador Ronaldo Aragão na Comissão de Orçamento, exatamente no período mais crítico do Orçamento da União, que, em 1991, teve a demissão do relator, substituição pelo Deputado Ricardo Fiúza, e o objeto...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Verificado agora.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é, verificado agora. E o objeto da nossa investigação está em torno do Orçamento de 1991. Ele era assessor do Senador Ronaldo Aragão. Ele trabalhou com o ex-Ministro Alcení Guerra na liberação de recursos públicos no Ministério da Saúde, trabalhou em seguida com o Deputado Jamil Haddad, que o demitiu. E ele passou a integrar a equipe de trabalho de V. Ex^a.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não. V. Ex^a saltou. Serviu ao Ministro Adib Jatene, ilustre médico e conterrâneo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Continuou no Ministério da Saúde.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Foi de lá que o tirei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Continuou. V. Ex^a tirou-o de lá. E tirou de lá exatamente por ocasião da posse do Ministro Jamil

Haddad, com entendimento com ele ou não, saiu de lá e foi para o Ministério de V. Ex^a. A pergunta que faço, não é sobre propina, é sobre qual o critério político que V. Ex^a utilizou para nomear um assessor que foi tão importante no escândalo da SEPLAN como o Aníbal Teixeira, na questão do Alcení Guerra, na CEME, SEPLAN, e considerando que foi um Governo do Presidente Itamar Franco, que V. Ex^a como Ministro desse Governo, assumiu sob o compromisso exatamente de negar aquele tipo de prática política. Por que V. Ex^a manteve esse funcionário para um cargo de confiança?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nada existia sobre ele, e é competente. V. Ex^a tem alguma coisa que o incrimine? Então, não se pode pegar um funcionário público de carreira federal sem um inquérito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas não se trata disso, nobre Senador Alexandre Costa...

O SR. ALEXANDRE COSTA - ..sem nada provado e demiti-lo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não se trata de demitir um funcionário de carreira. Trata-se de um cargo de confiança.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas é o mesmo que um cargo de confiança.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Trata-se de um cargo de confiança. Pois bem, esse assessor de V. Ex^a, esse funcionário público é citado nos documentos da Odebrecht, nas referências do documento.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Agora.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agora. Pois bem, nobre Senador Alexandre Costa, também na equipe de V. Ex^a trabalhou a Dr^a Célia Abdalla e a Dr^a Iolanda que também foram pessoas importantes do Ministério da Ação Social num período de muitas denúncias de irregularidades, inclusive objeto de inquirições junto à Ministra Margarida Procópio, e também participação na relação com o Deputado João Alves como relator da Comissão de Orçamento.

Quais foram os critérios que V. Ex^a utilizou para ter esta equipe de assessores no Ministério da Integração, considerando a particularidade do Ministério de V. Ex^a, após um Governo que exatamente saiu por um impeachment, por um processo que esta Casa viveu e V. Ex^a viveu conosco? O exame desses critérios, o exame da história dessas pessoas, V. Ex^a não levou em consideração, não examinou?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Absolutamente não levei.

Nunca tive o seu arbítrio, nobre Deputado. Até me pintam aí como... E até a entrevista de hoje, até que me chamem de valentia, de valentão. Nunca fui valentão. Sou um homem calmo, tranquilo, correto, sério. Assim como acho que sou correto, sério, admito que todo funcionário público seja correto e sério até prove o contrário. Se nada estava provado, uma funcionária do mais alto gabarito do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, à disposição. A outra uma funcionária do Governo Federal, também sem nenhuma prova, nada; competência total. Não tinha por que retirá-las. Se apenas por notícias, se apenas por conversas, vou demitir uma funcionária do mais alto gabarito, que não ocupa cargos nem sequer da confiança de dispor de dinheiro, de autorizar pagamentos, nada disso... Apenas uma planejadora e uma coordenadora, que influência nenhuma tinham sobre pagamentos ou sobre pareceres para pagamentos no Ministério. Por que demiti-las?

Mas, quando surgiu o primeiro cheque de 5 mil ou 1 mil e 500 cruzeiros do João Alves a ela, eu a demiti no mesmo dia. Deixei a outra, pois em seu nome não apareceram nem cheques nem denúncias. No mesmo dia, apareceu o cheque do João Alves que, depois, veio até a sei explicado. Era tão insignificante o cheque, um cheque de 1 mil e 500 dólares, que o João Alves pagou a ela por umas coisas que ela trouxe quando esteve nos Estados Unidos, uns presentes. E pelas conclusões de tão miúda propina, tão pequena a importância que eu vim até acreditar que eu tinha cometido uma injustiça demitindo-a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Senador Alexandre Costa, nós temos que situar bem esta questão: não se trata de perseguir nem demitir servidor público, porque os servidores públicos têm seus direitos. Eu estou me referindo a cargos de confiança. E o funcionário Márcio Reinaldo Dias Moreira, que não apareceu agora nesta questão da CPI do Orçamento, foi da SEPLAN, do escândalo Aníbal Teixeira, da CEME. No mínimo, um Ministro, ao indicar, tinha que levar em conta esses dados. Não é para ele deixar de ser funcionário público; é para não ocupar um cargo importante no Ministério. Essa questão é muito séria.

O SR. ALEXANDRE COSTA - E como foi servir no Ministério de um homem respeitado no Brasil inteiro como sendo um homem honrado, competente, um cientista como é o Jatene ?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas, nobre Ministro Alexandre Costa, nobre Senador Alexandre Costa, nós poderíamos estar fazendo ao ex-Ministro Adib Jatene, se ocorresse quando ele era Ministro da Saúde um caso como este, a mesma pergunta. V. Ex^a não pode justificar com dois fatos graves, com a SEPLAN e com a CEME, mesmo passando por um Ministério. Aí, está 2 a 1. Não podia nomear, considerando a...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas, na realidade, ele é funcionário público federal. Se cometeu duas infrações em dois Ministérios, não abriram inquérito, não o demitiram?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Calma, Zequinha, calma. Está bom aqui.

Eu estou bem assessorado, aqui.

Senador Alexandre Costa, nós temos que tratar dessa questão porque estamos vendo que alguns funcionários do Poder Legislativo e do Poder Executivo são muito importantes. Nós temos que resgatar o trabalho dessas pessoas como, recentemente fizemos no depoimento do Roberval. Mas também temos de ver o outro lado. Há o episódio do José Carlos. Mas, como V. Ex^a não levou em consideração esses dois fatos, mesmo se tratando da particularidade de um Governo que foi julgado por **impeachment** e considerando também que o Ministro Jatene - e não estou fazendo aqui nenhum julgamento do Ministro Jatene, pessoa que respeito - foi Ministro do Governo Collor, no mínimo, V. Ex^a deveria levar em conta essa...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas V. Ex^a sabe que todos os Ministérios estão cheios de assessores que serviram ao Governo Collor. Todos os Ministérios.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E repito: exatamente, funcionários assessores existem, isso é permanente em qualquer Governo. Eu estou me referindo a um cargo importante, que é de confiança. Essa é a questão que eu acho que não está esclarecida.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Isso é apenas o entendimento de V. Ex^a. V. Ex^a tem o direito de ter o seu entendimento, e eu tenho o direito de ter o meu. Respondo e assumo a responsabilidade do que estiver errado. Aliás, Sr. Presidente, este não é o assunto, não é o objetivo das razões pelas quais eu fui convocado. Estou fazendo em

consideração à V. Ex^a. Estou respondendo em consideração à V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu agradeço, mas, Sr. Presidente, considerando, acho que tem sim; por duas razões...

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a requeira, agora, uma Comissão de Inquérito, lá, no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Senador, a questão da pertinência está superada, porque a pergunta foi formulada e foi respondida. Queira passar à seguinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ah, sim, porque, em relação ao objeto desta CPI, tem sim, porque ele foi assessor do Presidente da Comissão do Orçamento e foi trabalhar no Ministério e foi pessoa importante da relação do Executivo com o Orçamento antes do Ministro Alexandre Costa. Por isso, tínhamos que perguntar sobre esse funcionário.

A outra pergunta, nobre Senador: a que V. Ex^a atribui - faço esta pergunta porque é importante para o esclarecimento desta Casa - a referência que o economista José Carlos Alves dos Santos faz ao mencionar que o Deputado João Alves lhe falou que o Senador Alexandre Costa estivera em sua casa e também lhe dava recursos? Quando V. Ex^a participou da Comissão de Orçamento? Qual a relação com o ex-funcionário daquela Comissão José Carlos Alves dos Santos?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não é que ele me dava recursos. O entre parênteses foi a própria revista quem fez.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É que está no depoimento dele, nesta CPI.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu leio o que está na VEJA.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E nós lemos o que está na VEJA, e no depoimento dele; aliás, dois. Por isso pergunto à V. Ex^a qual é a sua relação com o ex-assessor da Comissão de Orçamento José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Ora Deputado, não sou psiquiatra. Acho que os médicos aqui, os mais ilustres - está ali o Senador Lavoisier Maia - podem saber o que se passa na cabeça de um louco, que dopa a própria esposa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas antes de ele ser esse...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Dopa... V. Ex^a espere, deixe-me falar. Depois V. Ex^a vai ter tempo, estou aqui à disposição. Dopa a própria esposa, ou melhor, apaixona-se por uma amante, dopa a própria esposa, torce o seu pescoço, manda dois vigaiistas baterem com a picareta na cabeça da mulher, enterra-a viva, mexendo-se. Sei que sou eu, um engenheiro civil, de números - como o Salomão ali -, que sabe que cinco vezes quatro são vinte, que sabe equação de segundo grau, que sabe quais as equações Kepleianas, é que vai saber o que se passa na cabeça de um débil mental desse?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Senador..

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a vem perguntar a mim? Sou um medíocre. V. Ex^a deveria perguntar a um homem mais sabido do que eu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Senador, vou terminar minha pergunta. Mas, nobre Senador, por favor. Não estou me referindo ao José Carlos, que está preso na Polícia Federal e, sim, ao José Carlos quando ele era o todo-poderoso naquela Comissão de Orçamento. Ele não necessitava de psiquiatra. A sua caneta e a sua inteligência eram muito importantes para esta Casa. É a este José Carlos que estou me referindo.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Poderia ser para V. Ex^a. Para mim, não, porque nunca o procurei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É sobre este José Carlos que estou perguntando. E como ele - quando era esse assessor tão competente e que não tinha trucidado a sua esposa - quando não precisava de psicanalista, talvez precisasse coragem esta Casa para não dar força a ele depois da demissão do Roberval. É sobre este José Carlos que pergunto a V. Ex^a, porque foi nessa época que V. Ex^a o conheceu. Qual a sua relação com ele nobre Senador? Se V. Ex^a não tinha nada...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nunca tive relações com ele.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...não precisa apelar para psicanalista.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Conheci-o aqui o assessor do Senado da República. Visitou meu gabinete umas três vezes, não para me visitar, mas pela amizade que mantinha com a minha chefe de gabinete, chamada Dr^a Ângela do Carmo. Nem sequer teve acesso ao meu gabinete. Nunca o procurei, mesmo porque naquela Comissão de Orçamento, não conheço o gabinete nem de João Alves nem de José Carlos nem de ninguém. Não, não! Sempre tive pejo a tudo aquilo.

Aceitei ser Subrelator do Ministério Público Federal a pedido do Procurador da República, que me fez um apelo, que me procurou pessoalmente para que eu aceitasse.

V. Ex^a nunca me viu em Comissão de Orçamento defendendo nem as mínimas, as bobas, as medíocres emendas que lá ingressam.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Por isso estou perguntando a V. Ex^a.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não sou de festa nem na casa de João Alves nem na casa de José Carlos dos Santos.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas por que ele se referiu a V. Ex^a? Foi só isso que lhe perguntei. Isso quando ele era assessor da Comissão de Orçamento.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a quer que eu tenha uma bola de cristal, que eu seja naturalmente um adivinhão para poder adivinhar o que se passa na cabeça de um louco. Porque comigo nunca tiveram relação nem ele nem João Alves. Sobre João Alves, eu não iria mentir.

Vejo muita gente aqui dizer que não conhece empreiteiro tal ou qual, com medo de a eles se ligar. Eu conheço todos. Conheço o João Alves, porque sou Deputado desde os anos 60. E V. Ex^a também o conhece.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Claro. Por isso entrei inclusive com uma ação contra ele, quando a denúncia surgiu na ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Certo, ele possui essa ação. Bem, V. Ex^a mexeu, então vamos para frente.

Vamos acabar com a pequena história. Mexeu e parou de mexer. Porque não é possível, Srs. Deputados e Srs. Senadores! Só um mágico, só um homem vindo de Marte ou de Vênus seria capaz de sozinho fazer um Orçamento todo fraudado, com todos esses desvios constatados, sem a concordância - mesmo que essa concordância seja a mais honesta - dos Líderes da Casa. E V. Ex^a é um dos Líderes

Acompanho o Orçamento, nobre Deputado, desde os anos 60. V. Ex^a não está aqui falando com um novato, está falando com um antigo. Talvez com o Parlamentar mais antigo do Congresso Nacional. Sempre foi assim. Toda vida foi assim.

Nos anos 60, era o Paulo Sarasate, lá do Ceará; era o Novaes, lá da Bahia; era o Guilhermino de Oliveira, lá de Minas Gerais; gostou? Os proprietários, os homens que dirigiam e ditavam as condições de orçamento.

Tenho que fazer justiça. Não posso, absolutamente, citar os nomes de três homens que eu sabia que eram honrados e eram dignos. Porque aquela época, tudo isso não se processava. Mas processava-se uma coisa importante: o privilégio político; amanheci muitas noites na Câmara dos Deputados, esperando o finado e honrado Deputado Paulo Sarasate, para incluir um grupo escolar para ser construído lá no meu Estado, onde não existia.

Então, isso não é de hoje. Não vamos esconder. Se não houvesse complacência, se não houvesse permissão, João Alves, sozinho, não tinha inteligência, nem capacidade, nem coragem de plantar tudo isso que plantou. Assisti a muitos acordos. Nunca votei. E tenho que bater, aqui, e espero que V. Ex^a também bata: Minha culpa, minha máxima culpa. Porque só se fez tudo isso, porque permitimos. Orçamento? Não foi o João Alves quem enviou diretamente para o Palácio do Planalto. O Orçamento da República passou pelas comissões, foi ao Plenário, foi discutido. E todos nós, não é de hoje, conhecíamos e sabíamos de tudo isso que se passava. Se eu disser a V. Ex^a - e também não quero atribuir a V. Ex^a - que sabia do que se processava por baixo desse mundo de dólares e de dinheiro, estaria mentindo. Eu não sabia. Pensei que eram justamente os privilégios que continuavam acontecendo através dos tempos. Essa é a verdade. Negar isso seria enganar o povo. Não estamos falando à verdade. Uns porque não votaram, outros porque concordaram em votar; outros porque negociaram inclusões de emendas no Orçamento. Esse é um quadro sério, correto, de quem não mente, de quem não utiliza o engodo, de quem não mistifica para querer convencer aqui. Esse é o quadro que se repetiu e se repete aqui há 30 anos, sem que essas providências tomadas hoje, com muito eficácia, com muita sabedoria, ponham fim a esta vergonha.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Membros desta Comissão, em primeiro lugar, é parte, verdade, que esta CPI tem que tirar nas suas conclusões uma crítica muito dura ao Congresso Nacional. Agora, essa crítica dura ao Congresso Nacional terá que devidamente explicitada.

A Casa sabia do esquema político da Comissão de Orçamento. Não sabia que existia esse nível de propina que foi denunciado. Mas é verdade também que a Casa sabia, através do trabalho da imprensa e através da expressão de Minorias desta Casa, das críticas que eram feitas naquela Comissão de Orçamento e no Plenário

E quando a crise do Orçamento estorou, em 1991, Sr. Presidente - esse registro é importante para ficar claro - estão nas Atas da Comissão de Orçamento - os requerimentos, os pedidos de explicação ao Presidente da Câmara, o pedido junto à Procuradoria-Geral da República, o pedido de CPI, o problema é que quando se discutia o Orçamento, não se levavam em conta as críticas, muitas vezes ditas, daqueles que queriam ideologizar o Orçamento.

É importante dizer nesta Casa que, certa vez, numa reunião de líderes, ouvi a seguinte expressão: vocês do PT estão ideologizando o Orçamento. Porque o Orçamento não se trata de ideologia e sim de fisiologia.

Hoje, esta Casa está discutindo em outro patamar; e lembramos nos daqueles que foram xingados na Comissão de Orçamento, com uma famosa obstrução de uma semana naquela Comissão. Quando veio o acordo do Executivo, eu estava lá, Sr. Presidente, juntamente com minha bancada, fazendo a obstrução àquele Orçamento.

Portanto, Sr. Presidente, cumprimos com parte do nosso dever, mas muitas vezes essas críticas que eram feitas à Comissão de Orçamento não eram levadas na devida conta, até mesmo o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Sr. Presidente, eu só queria concluir, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Peço a V. Ex^a que seja breve.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a poderá apurar junto a um dos homens, um dos Parlamentares, dos muitos honrados que aqui existem, que é o Senador Nelson Carneiro.

Eu era sub-relator do Ministério Público Federal, fomos à Comissão e votamos o relatório. Fui procurado depois pelo Subprocurador. O Subprocurador manda lhe dizer que o João Alves mudou tudo. Fui, então, ao Presidente - eu era vice-Presidente do Senado -: "Nelson, não é possível. Relatei, foi aprovado pela maioria e foi tudo modificado". Ele se virou e para mim e disse: "Então não tem Orçamento, porque eu não assino. Liga para o João Alves". Ligou para o João Alves e disse: "estou aqui com o que foi aprovado e a certidão. Se você não repuser o tudo que foi votado na Comissão, não tem Orçamento, porque não assino". E foi tudo repostado para que o Nelson assinasse, muito embora eu tenha sido até ameaçado, pelo telefone, de estar fazendo delação. Delação hoje é tudo. Até você defender a verdade é delação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Um momentinho.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quero fazer só um registro rápido. Já que foi citada a atitude do Senador Nelson Carneiro, contra quem muitas vezes me bati em questões de ordem, quero registrar um fato.

Em 1990, houve uma crise na Comissão de Orçamento, e a posição do Senador Nelson Carneiro, que não teve a concordância dos Partidos, foi passar por cima dos partidos e indicar todos os membros da Comissão de Orçamento.

Se tivesse adotado essa mesma atitude, pela Presidência do Congresso Nacional, no episódio da CPI de 1991, esse problema não teria surgido. Então, justiça seja feita ao Senador Nelson Carneiro no episódio do Orçamento em 1990.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Srs. Relatores, nobre depoente, agora que V. Ex^a está mais relaxado, seria interessante esclarecermos essa história da tal reportagem. Há um modismo que a imprensa brasileira copiou da imprensa americana de citar o nome do fulano, vírgula, a sua idade e continua a frase.

Quero dizer a V. Ex^a que jamais tive a curiosidade de saber a sua idade.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas eu não tenho vergonha da idade que foi proclamada no início.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, porque também nunca tive interesse em saber a idade das mulheres, que dirá dos homens.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu até que tenho, de algumas...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois é, mais eu não tenho. Prefiro não conhecer a sua idade cronológica. Nem das mulheres, nem de V. Ex^a, nobre Senador.

Acho que foi um episódio bastante favorável, porque verifico que nunca consegui manter um relacionamento com V. Ex^a. As vezes que lhe cumprimentei, V. Ex^a não usava responder meus cumprimentos. Não sei o porquê, talvez porque V. Ex^a não me enxergasse, na minha pequena estatura.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Se não respondi é porque não vi, porque não tenho nenhuma prevenção e nenhum motivo de não cumprimentar V. Ex^a, meu colega de Parlamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. De modo que retifico, ou melhor, esclareço que em nenhum momento cogitei em saber a idade de V. Ex^a, que para mim é um dado irrelevante. De outra parte, eu gostaria de concordar com V. Ex^a naquela observação que fez, referindo-se a mim, sobre as ilusões que existem...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Só faltou a bota e o revólver na bota.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso foi a informação que recebi.

O SR. ALEXANDRE COSTA - É, mais foi uma informação falsa que um homem como V. Ex^a não pode levar à imprensa, mesmo porque uso sapatos, não uso botas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não conheço seus hábitos. Também não falei em botas, Senador.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Está escrito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que se escreve não é o que se diz. Isso aí é responsabilidade de quem escreveu. Está superado.

Eu Gostaria de esclarecer ao Senador que vou indagar sobre questões referentes à Subcomissão do Patrimônio. Estou baseado estritamente nas declarações do imposto de renda de V. Ex^a e nas informações levantadas pela assessoria desta Subcomissão. Qualquer dúvida sobre as informações levantadas que V. Ex^a não puder comprovar, V. Ex^a tem todo o direito de trazer, depois, à Subcomissão, como outros já fizeram.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Espero fazê-lo agora.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tudo bem. Então, começaria por dizer que na sua declaração do imposto de renda do exercício de 91, ano base 90, V. Ex^a apresenta saldos de cruzeiros bloqueados, de aplicações financeiras ou de cadernetas de poupança: Caixa Econômica Federal, 39 milhões de cruzeiros; Banco do Brasil, 2 milhões de cruzeiros, Banco Real, 249 mil cruzeiros. São essas as 3 aplicações bloqueadas.

Gostaria de saber se V. Ex^a pode esclarecer qual a origem desses recursos bloqueados, visto que, os rendimentos declarados de V. Ex^a, todos: os tributáveis, os não-tributáveis e os tributáveis exclusivamente na fonte, somavam apenas 12 milhões 148 mil e 157 cruzeiros.

Para simplificar o seu raciocínio, V. Ex^a declarou ter recebido rendimentos totais de 12 milhões 148 mil e declarou aplicações financeiras, bloqueadas, de 42 milhões de cruzeiros. V. Ex^a pode explicar como esse acréscimo patrimonial não se justifica em função da sua renda?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Qual é o acréscimo patrimonial? V. Ex^a cita.. O que é que eu comprei?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. V. Ex^a não comprou. V. Ex^a apresentou, pela primeira vez, uma aplicação financeira que não constava no ano anterior, de 31/12/89, e apresenta um saldo, em 31/12/90, de aproximadamente 42 milhões de cruzeiro. Sua renda, declarada, foi de 12 milhões...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Isso antes ou após o Plano Collor?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Após, Senador: 31/12/90.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Pois não. Eu tinha contas de poupança no Banco Real. V. Ex^a pode ver aí, no Banco Regional de Brasília. Aliás, eu as tenho todas, ainda, porque eu guardo muito papel - se eu não guardasse papel, não teria os treze anos de Imposto de Renda. Resolvi tirar de todos os bancos e colocar tudo na Caixa Econômica Federal, até mesmo do Banco do Brasil, onde não mantenho poupança, nem mantenho CDB, nem RDB.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Solicito ao Sr. Presidente que, algum funcionário da Comissão, leve ao nobre Senador a sua declaração de bens, no exercício de 89, e também a sua declaração frente ao exercício de 90, onde S. Ex^a constatará que não há nenhuma declaração anterior de conta de poupança na sua declaração de renda.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não há conta de poupança?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na sua declaração de renda, que é o documento de que dispomos.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas tem que haver, não pode deixar de haver.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então V. Ex^a esqueceu de declarar.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, não me esqueci de declarar. V. Ex^a pode não ter... A verdade é que eu nunca fiz imposto de renda na minha vida, nem sei fazer. Até louvo.

Vejo V. Ex^a com sua experiência, nunca fiz uma. Isso quem faz é um assessor meu; fez a vida inteira. Mas ele não pode deixar, absolutamente, ele tem que colocar que a Caixa Econômica fornece, todos os anos, a poupança e os meios.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Talvez o Deputado Benito Gama, ao seu lado, que conhece bem da matéria, pudesse auxiliá-lo no esclarecimento desse ponto. O que eu quero lhe dizer é que, em face dessa imperfeição na sua declaração do Imposto de Renda, V. Ex^a está com a mesma, no ano de 90, completamente a descoberto. É claro que V. Ex^a tem uma explicação.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas no ano de 90 foi todo o dinheiro. Todo o dinheiro foi preso por três anos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O dinheiro preso está declarado. Nobre Senador, o Deputado Benito pode lhe mostrar aí: na declaração de 91, ano base 90, a coluna referente a 31/12/90 apresenta saldos de 39, 2.500 e 249, ao final. Em 31/12/89, não há nenhuma declaração de poupança de V. Ex^a.

Nobre Senador, não vamos polemizar sobre essa matéria. Peço que me devolva a declaração, Deputado Benito. Mas a declaração de renda de V. Ex^a está a descoberto..

O SR. ALEXANDRE COSTA - Se não tem em um ano e aparece no mesmo ano da Caixa, de onde eu não retire, de onde eu não saquei 39 milhões de cruzeiros, são os 39 milhões. Pode ter havido até um equívoco. Mas lá existiu, porque eu apliquei, em 80, 15 bilhões de cruzeiros na poupança. E, de lá, nunca retirei um cruzeiro durante todos esses anos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Senador, só estou lhe alertando que a sua declaração de renda é omissa em relação a essa matéria.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Salomão, gostaria de anexar uma cópia disso à relatoria. Ficou muito técnico e, pelo volume do patrimônio muito grande, pode ter havido - não sei se é o caso, movimentação financeira de janeiro até 15 de março, quando foi bloqueado, fora do ano anterior, porque tecnicamente é possível que isto aconteça.

Então, eu gostaria de deixar cópia disto aqui, na Relatoria, para fazer o exame técnico com a Subcomissão de Patrimônio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não. Peço que me devolva por um minuto, depois eu volto a lhe encaminhar.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mesmo porque, se não houvesse, nobre Deputado Luiz Salomão, eu não teria um saldo, na Caixa, de 147 milhões de cruzeiros de rendimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nós vamos chegar lá. Só peço ao Deputado Benito Gama que me devolva a declaração por um minuto. Depois, faça chegar a V. Ex^a. Senador, não é a primeira...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Prefiro que o nobre coordenador dê uma explicação.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Em verdade, tem um saldo médio do ano anterior...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pode-se acrescentar depois.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Eu permiti, inicialmente, a intervenção, mas se trata de uma inquirição e a testemunha é que tem responder.

Quando a pergunta for técnica, vou permitir a colaboração do acompanhante.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas a pergunta é técnica, Presidente. Não há por que deixar dúvida.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu só pedi para ele mostrar, não pedi para responder.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a não vai me deixar dúvida numa coisa que o coordenador sabe explicar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Eu permitirei, depois da inquirição, a...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas, Presidente, depois de tudo isto, quem assistiu agora não pode ter ido embora e não ter assistido!

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Bom, mas tenho que obedecer o Código de Processo Penal. Trata-se de uma inquirição e quem deve responder é V. Ex^a, Senador Alexandre Costa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O nobre Relator fez uma proposta.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a poderia aguardar um minuto? V. Ex^a fez uma proposta, que acolhi, de pedir cópia dos documentos para posterior esclarecimento.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Como Relator da matéria, quero pedir a palavra, Sr. Presidente, para dizer que não estou colaborando com o depoente. Eu, como Relator, estou querendo esclarecer para poder depois dar a minha opinião formal, para incluir no relatório ou não esta questão dos rendimentos, ou seja, a poupança.

Não estou em nenhum momento, Sr. Presidente. Espero que V. Ex^a, se for o caso, corrija as declarações de V. Ex^a. Não aceito que eu não

esteja colaborando, nem ajudando ninguém, nem prejudicando. Estou apenas, como Relator, inteirando-me dos fatos para poder esclarecer. Acho que V. Ex^a está cometendo uma injustiça com o Relator, que é seu amigo pessoal, Colega de Parlamento. Não aceito! Não estou colaborando, estou, como Relator, examinando para ver se realmente se chega a uma conclusão agora, senão depois vamos trabalhar na Subcomissão, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - É normal a intervenção, entre nós, do Relator. Só que o Relator tem que intervir com perguntas. As respostas devem ser necessariamente da pessoa inquirida.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Ele está esclarecendo.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Sr. Presidente, não vamos criar um problema. Estou querendo esclarecer a mim também. No caso, é ao Relator e aos Parlamentares. Em nenhum momento eu quis colaborar para esclarecer ou não esclarecer nada. Quer dizer, posso e devo obter informações do depoente como também de perguntas feitas de Parlamentares ao depoente ou, então, de V. Ex^a inclusive e do Vice-Presidente.

O que interessa aqui é o fato. E como o fato não está claro, estávamos buscando uma solução entre o depoente...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quer dizer, quem sabe a resposta não possa ser encaminhada para cá, porque examino e dou... Não é isso?

Vou passar para a segunda pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Tem a palavra, Deputado.

O SR. ALEXANDRE COSTA - O senhor não quer esclarecer logo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Queria, inclusive, que o nosso Colega, o Alexandre, nos traga aqui...

A segunda questão, nobre depoente, é a seguinte: na análise da evolução patrimonial de V. Ex^a, nesse exercício de 1991, ano-base 1990, verificou-se que houve um aumento patrimonial de 32 milhões, 244 e 032, equivalentes a 190 mil dólares.

Pergunto: V. Ex^a declarou os seus rendimentos. Terá havido alguma outra fonte de renda ou ganho não declarado no seu Imposto de Renda em 1990?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, eu já declarei a V. Ex^a que não tenho rendimento nenhum fora dos aluguéis, fora do que percebo no Senado da República, fora de uma aposentadoria de engenheiro, último nível, do Ministério de Viação e Obras Públicas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois é, Senador, mas na sua declaração, em 1990 - e estou me baseando exclusivamente nela, não tenho nenhuma outra fonte de informação -, indica que V. Ex^a teve aplicações e acrescido no Imposto de Renda de 44 milhões de cruzados. E os seus rendimentos declarados, todos, foram apenas de 12 milhões 303 mil cruzados. Então, houve uma variação patrimonial que V. Ex^a declarou aqui, na declaração de 90, na primeira página. Até estranho, porque essa é a única página que a Receita Federal coteja. Isso aqui é uma revelação da precariedade do Imposto de Renda brasileiro. A única coisa que o Imposto de Renda faz é digitar a primeira página e verificar se os dados conferem, se são consistentes aritmeticamente.

Aqui há uma declaração do declarante, assinada, de que o seu patrimônio variou 42 milhões e 400 mil cruzeiros. E todos os seus rendimentos somados chegam a apenas 12 milhões.

V. Ex^a não vendeu nenhum bem?

O SR. ALEXANDRE COSTA - No ano?

O SR. LUIZ SALOMÃO - No ano de 90.

O SR. ALEXANDRE COSTA - E eu não tinha dinheiro anterior, nobre Deputado?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, mas a anterior não dá na variação, nobre Senador.

A variação são os fatos ocorridos naquele ano; ou coisas que V. Ex^a comprou, coisas que V. Ex^a vendeu, coisas que V. Ex^a aplicou, desaplicou ou herdou. V. Ex^a entendeu? Não são fatos anteriores, o que eu desconfio é que V. Ex^a não havia declarado nas declarações anteriores. Isso daí é uma desconfiança que V. Ex^a depois vai, não é nem uma desconfiança, é uma sugestão para que V. Ex^a investigue.

Mas a sua declaração de 90 é muito imperfeita, porque ela confessa, digamos assim, uma variação patrimonial a descoberto, que V. Ex^a não tem rendimento. É isso que chama a

atenção de quem tem a obrigação de conhecer o seu imposto de renda.

Mas, passo adiante. V. Ex^a depois terá toda a oportunidade de esclarecer esse ponto à Comissão. Uma outra indagação, nobre Senador, é a seguinte: V. Ex^a, por acaso, é proprietário de uma automóvel Honda XL 125S?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Honda?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É.

O SR. ALEXANDRE COSTA - XL?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Nem de uma caminhonete D20-S?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tenho uma caminhonete D20 comprada em São Luís do Maranhão. Já comprei me preparando para ser candidato a Senador da República.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Ainda não está declarada, porque vou declará-la agora.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Comprou em 93?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Exato.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Comprou em 93?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Comprei este ano.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. Há registros ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Compiei o ano passado para declarar esse ano.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... de um cadastro da Receita Federal, chamado SIGA, que V. Ex^a deve compulsar para esclarecer, atribuindo-lhe a propriedade de um Honda XL 125S e desta caminhonete, cuja

O SR. ALEXANDRE COSTA - Este Honda, V. Ex^a pode bater o recibo e eu entrego gratuitamente para quem desejar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está certo.

Nobre Senador, V. Ex^a, passando para a declaração de V. Ex^a de 93, ano-base 92 V. Ex^a já reafirmou aqui o fato de que possui uma aplicação que vem evoluindo, parece que desde 81, não é? Desde 80, o nosso companheiro Alexandre ali já me mostrou, deixou aqui, e que hoje ela está na Caixa Econômica Federal na Conta 255057-7. Esta conta, no ano passado, em 31/12/92, montava a 2 bilhões 74 mil 258 cruzeiros 469, equivalentes a US\$ 167 mil ou 282 mil UFIRs. Esse era o valor em 31/12/92.

Pergunto a V. Ex^a: por que ela não consta da sua declaração de bens?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas o dinheiro que tenho depositado tem constado na declaração de bens.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro, é uma aplicação financeira que V. Ex^a fez.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas se explico no Imposto de Renda que tenho depositada na Caixa Econômica Federal...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Ex^a não explica no Imposto de Renda, essa que é a questão. V. Ex^a não explica no Imposto de Renda, porque não consta da sua declaração.

Estou convencido, nobre Senador, de que na sua consciência V. Ex^a está em dia com o Imposto de Renda, mas sugiro que o V. Ex^a troque de assessor, porque ele agora... porque se a fiscalização o pegar...

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a poderá verificar aí, eu tenho o extrato de todas essas aplicações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho cópia da sua...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tenho depositado na Caixa Econômica 448 mil 482 dólares.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador, tenho cópia da sua movimentação bancária nessa aplicação. Tenho cópia. Está aqui. Só que isso não consta do seu Imposto de Renda, Senador. E se V. Ex^a não fizer, ... Mas Senador, está aqui, estou lendo a declaração de Imposto de Renda. Não falta página...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não consta como patrimônio...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não consta da sua declaração de bens, entendeu? É a partir da declaração de bens que se calcula a variação patrimonial e o patrimônio. Então, nobre Senador, eu deixo essas indagações que certamente V. Ex^a saberá responder, mas o seu imposto de Renda contém essas imperfeições.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Deixa as indagações dos erros que, porventura, constem do imposto de renda, mas não das minhas declarações nem da minha sonegação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas eu não disse que V. Ex^a sonegou. Estou

dizendo que seu imposto de renda, se pego por um fiscal, por um auditor fiscal, este vai ficar estarrecido se constatar uma aplicação financeira que rende... além de ela dever constar da sua declaração de bens, ela rende juros. Não estou falando da correção monetária, que V. Ex^a disse muito bem que não é lucro, estou falando de juros. Então V. Ex^a tem que declarar essas coisas, senão fica a descoberto.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Luiz Salomão, aproveitando a assessoria de V. Ex^a

O SR. ALEXANDRE COSTA - Pois o mesmo cidadão que faz... faz há 20 anos. Eu nunca tive uma devolução de imposto de renda.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Luiz Salomão, não seria omissão, porque o pagamento do imposto, seja na aplicação de caderneta de poupança ou de RDB ou CDB, ele é feito evidentemente. Pode haver a omissão da declaração...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Ele é cobrado na fonte.

O SR. ELCIO ALVARES - O juízo é declarado.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não há sonegação. Ele é cobrado na fonte.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador, eu não lhe acusei de ser sonegador. Não só não citei a sua idade mas também não o acusei de sonegador.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nem poderia, não é Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, eu não disse isso. O Senador Elcio Alvares está tentando esclarecer uma coisa de que eu não duvidei...

O SR. ELCIO ALVARES - Não, estou pedindo uma colaboração, porque V. Ex^a entende de imposto de renda.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...até porque esses rendimentos são taxados na fonte, como V. Ex^a sabe.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Luiz Salomão, quero só dizer uma coisa, porque tenho a impressão de que é o problema universal de todos. Quando nós chegamos no término do ano, quem tem alguma aplicação financeira - e a maioria aqui tem - o banco, a caixa econômica entrega a declaração de juros que foram creditados. Nós lançamos os juros no nosso imposto de renda. Pode haver uma omissão do valor global da aplicação, mas não há sonegação evidente, porque a parte é descontada lá na fonte.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a está respondendo a uma questão que eu não levantei.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas eu estou perguntando a V. Ex^a - se V. Ex^a tiver a delicadeza de me responder.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não, com o maior gosto.

O SR. ELCIO ALVARES - ...se, tendo a declaração do banco, da caixa econômica do valor creditado de juros, nós não estamos descobertos...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Continua com a palavra o Deputado Luiz Salomão. Tem mais alguma pergunta, nobre Deputado?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Só quero esclarecer ao nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Não, por favor. Vamos continuar a inquirição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu agradeço a oportunidade da indagação, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Deputado Luiz Salomão, só para tentar clarear: no estoque de bens não existe declaração?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - E o rendimento existe. O rendimento é compatível... É só para esclarecer, para depois formular a pergunta ao Senador Alexandre Costa. Quer dizer, não está no estoque do patrimônio mas como rendimento do ano está contido, já que V. Ex^a está com a declaração?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se V. Ex^a me indaga, eu tenho que olhar aqui.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Não, eu não indago não. Peço uma informação para fazer juízo do valor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - "Rendimentos sujeitos à tributação exclusivamente na fonte, 72 mil 555." Parece-me demasiadamente baixo para uma aplicação...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas não são os rendimentos não tributáveis que antes do Plano Cruzado não foram declarados?

O SR. LUIZ SALOMÃO - "Tributáveis exclusivamente na fonte, 72.555", para uma aplicação - V. Ex^a me indagou - juros, para uma aplicação de 1 bilhão 880, em 31/11.

Nobre Deputado, eu não quero ser leviano de fazer uma afirmativa aqui sem fazer as contas. Estou falando "aparentemente", sem uma máquina de calcular. Eu sou razoável de contas, mas não quero aqui fazer uma afirmativa que o Senador tome como uma acusação de sonegação. Aparentemente, há um equívoco aqui, mas não quero afirmar isto sem fazer uma conta mais segura.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Então, Deputado - porque V. Ex^a vai encaminhar depois a cópia -, só para saber o seguinte: há o rendimento e não há origem desse rendimento como estoque de.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Há aqui o pagamento de juros, rendimentos de aplicações financeiras, em UFIR - por isso que eu não estava achando compatibilidade. O rendimento está declarado aqui em UFIR, e o valor da aplicação está em cruzeiro. Eu não tenho condições aqui de fazer... nesta pergunta que V. Ex^a está me fazendo, não na anterior.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Não, não estou fazendo pergunta não, estou apenas esclarecendo.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a faz para que não apareça dúvida, não reine a dúvida.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Ex^a acaba de me indagar se há compatibilidade entre o rendimento declarado como rendimento tributado exclusivamente na fonte e o valor da aplicação.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Não é compatibilidade. Não perguntei se há compatibilidade. O que perguntei a V. Ex^a, como não estou com a declaração aqui em mãos...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Sonegação não pode porque ele é cobrado na fonte.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Também acho

O SR. ALEXANDRE COSTA - Se é descontado na fonte não há sonegação.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Há uma omissão clara na declaração de bens, mas na declaração de rendimentos há rendimentos oriundos de uma aplicação que pode ser essa poupança.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Que não sabe o valor qual é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente. V. Ex^a perguntou se era compatível.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Não, compatível não. Seria a correlação, a palavra é correlação. Correlação entre o rendimento e o estoque de patrimônio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não posso lhe afirmar assim, porque o valor está declarado em Ufir. Há rendimento de aplicação financeira e há aplicação financeira, só que a aplicação financeira não está na declaração de bens, é isso.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Para mim está claro.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Tudo isso está aqui. Todas as poupanças de todos os bancos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho certeza que V. Ex^a tem aplicação, porque tenho cópia; só estou dizendo que V. Ex^a não a declarou e, como foi esclarecido aqui que quem faz sua declaração não é V. Ex^a, mas seu assessor, penso que V. Ex^a deve exonerá-lo. É isso.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não posso, porque ele é funcionário público federal do Senado da República, com estabilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Por favor, vamos continuar com a inquirição.

Passo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Senador Alexandre Costa, as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, apesar de todos os atos de que é acusado, contribuíram para a Nação brasileira tomar conhecimento de alguns esquemas de poder que haviam no Congresso Nacional em ligação com o Executivo.

Um desses esquemas, que foi esclarecido e comprovado, é que havia por parte de alguns membros da Comissão de Orçamento uma prática de enviar, a alguns Ministérios, durante vários anos, listas de entidades a serem beneficiadas por subvenções sociais, das dotações globais. Isso foi comprovado, o envolvimento de parlamentares também foi comprovado. Ninguém, nem na CPI nem no Brasil, acreditou que os 50 milhões de dólares que estavam na conta do Deputado João Alves eram de origem das loterias que jogava, além de outras comprovações.

Apenas queria que ficasse bem esclarecido, Senador Alexandre Costa, que essa denúncia ficou comprovada quando a Ministra Margarida Procópio afirmou, perante a CPI, que recebia essas listas e pensava que eram oficiais do Congresso Nacional. Ela recebia listas para beneficiar, mas mencionou que não era o Deputado João Alves que conversava com ela e explicava o mecanismo; ela citou, oficialmente, que era a D^a Iolanda Brasil que explicava que aquelas relações de entidades eram tradicionalmente atendidas. Temos, além dessa confirmação da Ministra, a memória de uma reunião do Deputado Ricardo Fiúza, como Ministro, com o Deputado João Alves e o Deputado Genebaldo, que cita uma dotação de 8 bilhões de cruzeiros para essas entidades tradicionalmente atendidas.

Em relação aos três funcionários do Ministério da Integração Regional, temos confirmação de que existe algum tipo de envolvimento de dois: D^a Célia Abdalla e o cheque do João Alves, pelo menos uma relação pessoal com João Alves; e a D^a Iolanda Brasil, segundo informação da ex-Ministra Margarida Procópio. Em relação ao Sr. Márcio Reinaldo ainda não temos nenhuma confirmação, mas está sob investigação.

O que me chama a atenção é que V. Ex^a se referiu a esses funcionários com argumentos de que não iria demiti-los, porque não havia provas contra eles. Mas o problema não é de demissão; eles não eram funcionários do Ministério da Integração Regional. V. Ex^a os levou para lá. Por exemplo, quando chegou ao Ministério o Ministro Jamil Haddad dispensou as atividades do Sr. Márcio Reinaldo; o Ministro do Bem-Estar Social Deputado Jutahy Magalhães Júnior dispensou as

atividades da D^a Iolanda Brasil e da D^a Célia Abdalla. No caso de V. Ex^a, não era dispensar; elas não eram do Ministério. A informação objetiva que queria tentar conseguir de V. Ex^a é a seguinte. Quem indicou essas pessoas para V. Ex^a? Quem indicou? Por que foram para o Ministério? Não estavam lá para ser demitidas; alguém deu a informação; V. Ex^a talvez não as conhecesse antes. Diria: Não, são boas funcionárias; são funcionárias competentes. Alguém deve lhe ter dado essa informação para que pudessem se admitidas.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Foi o Dr. Márcio Reinaldo.

O SR. SERGIO MIRANDA - Foi o Sr. Márcio Reinaldo que levou a D^a Iolanda Brasil.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Exato. Não conhecia nenhuma, nem outra.

O SR. SERGIO MIRANDA - Muito bem. Acho que é uma informação importante, Sr. Presidente. Informação importante para o trabalho da nossa investigação, que é quase um quebra-cabeças.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Imagino.

O SR. SERGIO MIRANDA - Vamos aos poucos montando um peça aqui, posteriormente outra peça ali, depois trocamos uma peça para tentar desvendar o que havia. Se foi o Dr. Márcio Reinaldo que levou a D^a Iolanda Brasil e a D^a Célia Abdalla, quem indicou ao senhor o Dr. Márcio Reinaldo?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não tenho idéia, mas tenho a impressão que foram parlamentares.

O SR. SERGIO MIRANDA - V. Ex^a poderia...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu o tinha como homem de grande... Não o conhecia também antes. Era considerado um homem *expert* na profissão, e alguém me indicou porque eu não o conhecia.

O SR. SERGIO MIRANDA - Poderia pedir...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Aliás, quando me deram a informação, disseram que trabalhava com o Dr. Jatene.

O SR. SERGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Eu, que conheço o Dr. Jatene, muito embora nunca tenha feito uma ponte, mas o conheço de muitos e muitos anos como homem honrado e digno, não acredito que um cidadão que não fosse sério estivesse trabalhando com ele; por isso aceitei.

O SR. SERGIO MIRANDA - Pois não. Encerro minha intervenção e queria fazer um pedido a V. Ex^a para auxiliar a nossa CPI. V. Ex^a poderia depois, não agora, posteriormente, dizer-nos ou procurar rememorar qual foi o parlamentar que indicou o Dr. Márcio Reinaldo. Não queria essa informação agora, queria apenas que V. Ex^a puxasse da memória e buscasse, já que V. Ex^a guarda papéis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a sabe que ele trabalhou com o Delfim Netto. Foi um grande funcionário do Delfim Netto.

O SR. SERGIO MIRANDA - Sei

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não sei quem me indicou. Não quero ficar devendo nada. Não quero ficar aqui devendo informações. Quero sair daqui quites, quites com a Comissão e esta comigo.

O SR. SERGIO MIRANDA - Tenho feito muito essa intervenção, Senador Alexandre Costa. As pessoas que vêm aqui depor, o clima criado um pouco é esse, e ficam com sendo apenas acusados, ou testemunhas. Não, queremos também obter informações; queremos colaboração para o nosso trabalho. Essa informação, se V. Ex^a pudesse depois rememorar, buscar, conversar com algum outro auxiliar, não seria uma acusação; é uma contribuição para a CPI.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Isso posso fazer em consideração a V. Ex^a, porque não gosto também de fazer promessas para não cumprir.

O SR. SERGIO MIRANDA - Pois não. Seria uma contribuição.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Se puder dar essa contribuição, darei a V. Ex^a.

O SR. SERGIO MIRANDA - Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Passo a palavra ao Senador Ney Maranhão

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Senador e Ministro Alexandre Costa, há praticamente uns 60 dias, logo depois que foi criada esta CPI do Orçamento, chamou-me a atenção o direcionamento das notícias dos jornais do País inteiro; levavam sempre alguma coisa para responsabilizar o Ministro da Integração Regional Alexandre Costa, com responsabilidade nesta CPI do Orçamento. Inclusive, se não me engano, manchete na Folha de S. Paulo. Notícias mostrando o rendimento do Sr. Ministro que, no início, na Comissão de Bancos, chegou ou, se não me engano, passou de 4 milhões de dólares. Chamaram a atenção para os cheques. Em manchete, também saiu que o Ministro Alexandre Costa teria recebido do Deputado João Alves cheques em sua conta. O Líder do Governo, na Câmara dos Deputados, pedia a imediata destituição do Ministro Alexandre Costa do Ministério da Integração Regional. Todas essas armações... E nós, na Subcomissão de Bancos, acompanhávamos tudo passo a passo.

Sr. Presidente, não estou aqui para defender o Ministro Alexandre Costa e nem quem quer que seja. Eu estou aqui para dizer a verdade. A minha consciência dita que um homem público não pode ser enxovalhado sem provas convincentes, porque eu também já passei por isso. Hoje de manhã me emocionei com o depoimento do Deputado Trad. Inimigo político tradicional e também um Senador, desta CPI, foi ouvido o Senador Rachid Saldanha Derzi. Como eu, ele, preso, na primeira leva da Revolução, o Rachid foi visitá-lo. Foi um dos poucos políticos que foram visitá-lo. E eu, no AI-5, fui preso, respondi a três IPMs, a oito processos e os militares naquela época, deram-me oito dias para apresentar meus bens, sob pena de seqüestro.

E, no fim de oito anos, Sr. Presidente, aos que me ouvem devo dizer que tenho os documentos originais. Nada havia contra mim. Então, chamou-me a atenção esse direcionamento para tentar linchar o Ministro Alexandre Costa.

E o resultado? Na Subcomissão de Bancos, essa importância, essa fortuna que diziam que o Ministro Alexandre Costa tinha, caiu hoje simplesmente para um milhão e poucos dólares, como S. Ex^a está provando aqui, com sua transparência, de onde conseguiu e o que tem.

O SR. ALEXANDRE COSTA - E ainda não está certo, Senador, ainda está muito.

O SR. NEY MARANHÃO - Sim, tenho essa impressão, porque V. Ex^a sempre dizia, na Subcomissão de Bancos, que não tenho toda essa fortuna.

Sr. Presidente, esta CPI, tenho certeza, vai apurar os culpados. Alerto esta CPI e a nação inteira, através da imprensa falada e televisada: desde a hora em que tentaram linchar o Ministro Alexandre Costa, é um exemplo que estou dando, naquela época, se S. Ex^a tivesse saído do Ministério, já estavam dizendo que ele era culpado. Se tivesse vindo aqui, para a Comissão, como é que iria explicar esses três milhões de dólares, ou quatro milhões de dólares, e, depois, quando chegassem à conclusão de que isso não era verdade, eu queria saber se a imprensa ia dar o mesmo destaque, mostrando que o Senador Alexandre Costa e alguns são inocentes.

Senador Alexandre Costa, repito aqui uma frase de um grande jurista, um homem que tem o seu busto olhando para nós, Senadores, e que justamente as palavras dele me chamam a atenção, neste momento. É o oposto a V. Ex^a e tantos que vão sair também daqui da CPI inocentados. Aquelas palavras de Rui, que diziam que na hora em que estamos fazendo uma revolução, como também muito bem diz o Senador Bisol, dos

costumes políticos deste país: "De tanto triunfar as nulidades, de tanto agigantarem os poderes nas mãos dos maus, o homem se esquece da honra e tem vergonha de ser honesto."

Isso é o contrário do que V. Ex^a hoje, nesta CPI, está provando: a sua inocência, de cabeça erguida e olhando dentro dos olhos de qualquer brasileiro que esteja observando.

Estou satisfeito de ter participado e de estar participando desta Subcomissão de Bancos. Não estou aqui para elogiar ninguém. Da mesma maneira que sou amigo do Senador Alexandre Costa, respeito e admiro o Senador Bisol e pessoas que estão sendo investigadas nesta CPI, a minha posição é a mesma: continuo amigo, continuo visitando essas pessoas. Mas não misturo amizade com poder público, com a vida pública.

No dia em que eu tiver certeza que um amigo é culpado, antes que alguém saiba, vou a ele e digo: fulano, você, meu amigo, é culpado e vou votar contra você. Pessoalmente, farei o que for possível pelo amigo, mas com o poder público não misturo. Quero neste momento dar este testemunho da luta, dos dias que o Senador Alexandre Costa passou revoltado. Mas eu dizia a ele: a verdade sempre aparece, e quem não deve não teme. V. Ex^a está sendo ouvido como testemunha, e toda a imprensa nacional está olhando para V. Ex^a e - mais ainda - numa Comissão presidida, hoje, por um juiz, como muito bem o Senado reconhece o Senador Bisol como um Senador, mas acima de tudo como um juiz.

Isso, Senador Alexandre Costa, é um conforto para V. Ex^a, que tentaram linchar - alguém que talvez não goste de V. Ex^a ou tem inveja do seu passado e do seu mandato de representante do povo do Maranhão.

Portanto, termino minhas palavras neste momento, nada tendo a perguntar a V. Ex^a, porque até agora - e tenho certeza de que isso acontecerá até o final - V. Ex^a está respondendo à altura do seu passado e com a responsabilidade dos cargos que V. Ex^a exerceu representando até hoje o seu Estado, o Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^a tem razão. Durante esses 90 dias, passei momentos muito difíceis. Olhe V. Ex^a esta manchete: "CPI investiga cheque de Alves a Ministro". Junto, existem umas anotações: João Alves, Crédito Real, cheque nº 48.424.

Quando fui comunicado disso, muitos amigos, muitas pessoas ligadas a mim, muitas que me querem bem; outras que simpatizam comigo disseram mas não é possível. Eu absolutamente nunca tive medo. Se me disserem que V. Ex^a me passou um cheque, V. Ex^a que mora perto de mim, é meu vizinho, isso pode até existir. Mas se me disserem que o Bisol me entregou um cheque, lembrarei logo: absolutamente não. Não porque eu não aceitaria um cheque do Bisol; eu poderia até pedir dinheiro emprestado; mas pela minha própria lucidez, pela minha própria memória, pois que é grande a minha memória.

Mas fui examinar. Membros da Comissão pegaram esse documento, Senador Bisol, e colocaram aqui: 8,5 mil dólares. Ofereceram à Folha de S. Paulo como de João Alves para Alexandre Costa. E o cheque é este Alexandre Costa para Alexandre Costa. Mas a verdade é que saiu. Parece simples: "Não, você está provando agora que não existe ou provou antes".

Mas milhares de telefonemas, de amigos, de companheiros, da família, todos admirados até do número do cheque! Traduziram até em dólar os cheques. E a Folha de S. Paulo lançou simplesmente numa manchete que João Alves havia me passado um cheque de 8,5 mil dólares.

Realmente, se existisse, se fosse uma propina, eu já estaria no fim do tacho, eu já estaria raspando o tacho! Porque um Senador da República, com 24 anos de mandato, 8 de Deputado Federal e mais os que tenho no Maranhão, que somam quase 42 anos, chegar à essa altura da vida para receber propina de 8,5 mil dólares, é o fim da vida!

Mas isso é da vida, isso é da humanidade, isso é dos inimigos, isso é dos adversários, é daqueles que não desejam que você cresça, que você se desenvolva, que você apareça. Nasci diferente.

Se me disserem que o Rollemberg, em São Paulo, passou a ser Governador, eu me sinto feliz; se me disserem que ele tirou não naquela loteria, mas, em outra, milhões de dólares, eu também me sentirei feliz. Gosto de ver os amigos crescerem, gosto de ver os amigos se desenvolver, senão pela amizade até mesmo pelo interesse normal: aquele amigo não me ocupa mais porque tem muito!

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador José Paulo Bisol, Senador Alexandre Costa:

Com 73 anos, V. Ex^a demonstra extraordinária vitalidade, vivacidade, no sentido de estar respondendo com total clareza, mostrando extraordinária saúde. Portanto, se houve, ao longo do dia, na Casa, preocupação com respeito a V. Ex^a, isso denota que não precisaria o Senado Federal ou o Congresso Nacional estar preocupado, no sentido de que V. Ex^a se está mostrando extraordinariamente bem para responder a quaisquer questões com muita rapidez de raciocínio. Inclusive, houve até a notícia de V. Ex^a viria armado. Armado de vitalidade V. Ex^a está, mas eu perguntaria até para esclarecer - porque tantas pessoas começaram a falar: V. Ex^a porventura está armado?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, aliás já disse isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Ex^a certamente há de recordar que, nos primeiros meses de 1991, V. Ex^a de mim se aproximou, conversamos bastante, mais de uma vez. E V. Ex^a me estimulou a averiguar o que se passava com o Orçamento da União. V. Ex^a me relatou um caso e tenho certeza de que V. Ex^a haverá de se recordar e poderá dizer com maiores detalhes ainda do que naquele dia o que é que ocorreu. E avalio que isso é muito interessante para o conhecimento desta CPI.

Se eu disser uma só palavra, V. Ex^a há de recordar.

O SR. ALEXANDRE COSTA - É o caso dos milhões de Caxias?

O SR. EDUARDO SUPLICY - De Caxias.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Pois bem, posso recordar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, eu até...

O SR. ALEXANDRE COSTA - contei a V. Ex^a o seguinte:

Senador Suplicy, luto, durante muitos anos, no Senado, para colocar no Orçamento recursos para a ampliação de água na minha Cidade de Caxias, uma cidade de quase 100 mil habitantes, onde o povo recorria às latas na cabeça, às pipas carregadas por jumento. E, hoje, minha emenda rejeitada, leio no Orçamento: 2 bilhões; não era emenda minha e não sei de quem é. Foi assim que relatei para V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Complementou ainda. Se eu for impreciso, obviamente V. Ex^a me corrigirá.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Devem ter sido empreiteiros que fizeram isso. Foi isso? Não dei nomes, porque não sabia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, V. Ex^a mencionou a força de empreiteiros aqui, dentro do Congresso Nacional...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mencionei porque disso não há dúvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ...que provavelmente teriam incluído aquela emenda. Depois de tantos anos de V. Ex^a ter tentado colocar, não conseguiu. De repente, aparece como se fosse instrumento...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Narrei isso a V. Ex^a. E se não tenho a memória tão apurada como a de V. Ex^a, pelo menos, arremedei e procurei chegar à verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - como se fosse, se não me falha a memória, a mão até de - quem sabe - um alto funcionário da Casa, instrumentado pela empreiteira que talvez tivesse.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Alguém fez, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Alguém fez. V. Ex^a relatou-me esse caso umas duas ou três vezes, cada vez com certa riqueza de detalhes. Mas em cada uma delas senti que V. Ex^a estava como que dizendo a mim: olha, procure averiguar isso, precisamos modificar isso. Pelo menos, foi o meu entendimento.

Houve um episódio que é preciso também ser colocado: V. Ex^a, tendo sido designado Ministro, e eu, cumprindo com o meu dever parlamentar - fui um dos que requereu a CPI de PC Farias, como esta CPI, como tantos outros requerimentos; costumo fazer requerimentos de informações - averigüei que justamente pouco depois de o Ministro Fernando Henrique Cardoso ter lançado o Programa de Ação Imediata, no início do mês de junho, dizendo que o corte é a maior eficiência de gastos, ao mesmo tempo em que anunciava cortes de 6 bilhões de dólares no Orçamento, o Ministério da Integração Regional começou a liberar um volume muito grande de recursos. De um

total de 526 bilhões de cruzeiros, liquidados até o mês de junho, 160 bilhões foram liberados em rubricas que não constavam da Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993. Dos 100% dos recursos pagos pelo MIR, 30,57% não estavam devidamente autorizados. V. Exª tomou dois tipos de atitude: uma em que encaminhou carta a cada um dos Srs. Senadores.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não fui gentil com V. Exª, é o que V. Exª quer dizer.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É, eu preciso mencionar isso porque V. Exª usou de palavra inadequada....

O SR. ALEXANDRE COSTA - Exato, então não precisa V. Exª dizer. Não fui porque V. Exª faltou à consideração a um companheiro e a um amigo. V. Exª não precisava fazer aquele discurso. Bastava me telefonar e dizer: "Alexandre, as coisas não andam certas aí, por isso, por aquilo, por aquilo". E eu, que não sou onisciente, eu que não entendo de Orçamento, eu que era um Ministro apenas executor, tinha tomado as providências e respondido na mesma hora V. Exª. Mas V. Exª preferiu um discurso em que condenava. As condenações são sempre interpretadas da melhor maneira: os amigos acham que não é verdade; os inimigos acham que é verdade e meia. Acrescem até os erros, as desonestidades.

Só por isso foi que fiz aquilo. Acho até que não fiz certo, mas V. Exª também tem que bater no peito e dizer: também não me conduzi bem com o meu colega.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o pronunciamento foi simplesmente o requerimento de informações em termos extremamente respeitosos e que acabou sendo respondido. Vou citar apenas 5 linhas: "Este Ministério, ao verificar a divergência, através do ingresso da fita magnética no Sistema Integrado de Administração - SIAF, tomou as providências necessárias às correções que foram efetuadas juntamente com o Ministério da Fazenda"

Em verdade, prestei um serviço ao Ministro, pois se não tivesse feito essas correções, talvez não tivesse as suas contas, por essa razão, aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, prejudicando o Governo a que pertencia, o Governo Itamar Franco. E os termos que usei foram respeitosos, no requerimento de informações e no pronunciamento que fiz...

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Exª fez algumas consideraçõeszinhas, por fora... (risos.).

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quem o fez, Senador Alexandre Costa, foi o jornal... Aliás, coincide de ser o mesmo O Estado de S. Paulo que, considerando importante o que estava no conteúdo do meu requerimento, destacou e ainda fez análise e adjetivou. Como é que pode o Senador controlar os adjetivos do editor do jornal? É muito difícil. A mesma coisa ocorreu esta semana. Aliás, por coincidência, tenho que prestar uma homenagem a Mara Bergamarschi, porque foi a mesma jornalista.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas isso passou, nobre Senador. Eu tenho admiração pelo seu trabalho, pela sua conduta. Acho que V. Exª deve prosseguir nessa luta e esquecer tudo isso que não teve propósitos maiores, nem o de ofender V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Senão de defender o interesse público.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Senão de defender o interesse público.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nessa mesma direção, Senador Alexandre Costa, eu pergunto a V. Exª se conhece a lei, de iniciativa do Senador Pedro Simon, sobre presentes, brindes às pessoas que estão ocupando cargos na administração pública. Porque houve uma circunstância que motivou o Senador Pedro Simon a colocar um projeto de lei muito rigoroso na questão relativa a presentes. V. Exª há de lembrar que, no início do Governo Collor, certo dia, as principais empresas automobilísticas resolveram dar automóveis para o Presidente da República, e isso saiu com destaque nos jornais, ainda que em comodato, para uso ..

Então, cada hora surgem notícias relativas a esse assunto. E o Senador Pedro Simon muito preocupado com a questão ética de quem está em posições de comando, posições como de Ministros, de Presidente, de Vice-Presidente, Senadores, etc, fez uma lei regulamentando isso, e o projeto de lei foi aprovado. Então, V. Exª conhece o conteúdo dessa legislação?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, Senador. Eu não conheço o conteúdo. Não me interessei sequer pelo projeto. Acho que as coisas para andarem certas não é por aí.

Ofereço muitos presentes e recebo muitos presentes de amigos, de admiradores e dou outros tantos. E daí para dar presentes em troca de favores do poder público, há uma diferença muito grande. Acho que o caminho é muito outro, muito diferente. É uma lei inaplicável, absolutamente inaplicável, que vai prejudicar de receber presentes meia dúzia de brasileiros, que os demais vão continuar recebendo. É a semelhança de proposta que se faz de fechar a Comissão de Orçamento. Eu assemelho essa atitude a de um gerente do Banco do Brasil, que dá um desfalque, e, por isso, no lugar de demitir o gerente do Banco do Brasil, ou tapar os buracos que lhe permitirem dar os desfalques, feche-se o Banco do Brasil.

Os caminhos são outros. Os caminhos são as fiscalizações, a educação do povo, o nível - sobretudo o nível - e o patriotismo dos brasileiros. Essas medidas paliativas, semelhantes a tantas e quantas leis que correm aqui no Congresso Nacional são inteiramente inaplicáveis, por maior que tenha sido a boa vontade, por melhor que seja o parlamentar que a lançou, na busca do objetivo, não alcança, absolutamente, não. O que temos que fazer no Brasil nem as leis das concorrências, não há concorrência que se faça no Brasil que não se fraude.

No Brasil, o Governo tem que fazer trabalho pagando; fiado não pode.

O que proporciona a corrupção é o Governo que não paga aquilo que deve, que lança concorrência sem ter os recursos necessários para construir, que simula e permite os conluíus, os grandes conluíus, Senador Suplicy, que se sucedem. Não é só em obras, não é só em açudes, não é só nas grandes obras públicas que se constrói, mas em tudo, até nas pequenas coisas.

No Ministério da Integração, em menos de quatorze meses anulei quatorze concorrências, todas elas conluídas. E a ignorância é tanta que eu suspendia aqueles que conluíavam, não podiam participar das outras. E um dia recebi uma carta que posso até lhe dar, para seus estudos, agradecendo e dizendo que, depois de seis meses, ele voltava para concorrer. Não tinha nem noção da punição.

Então, conheço, vejo falar na lei, conheço o autor, tenho por ele o maior apreço e a maior admiração, mas não acredito na lei; lei que proíbe presente!

O SR. EDUARDO SUP LICY - Vejo que ela não está tão respeitada, porque...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Presente é uma coisa. Agora, o funcionário público, o empresário receber um automóvel de presente é outra coisa inteiramente diferente.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Se for um quadro, uma obra de arte?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, já recebi quadro de obra de arte de presente. Não dos grandes autores, que são milhões de dólares, mas de autores brasileiros. Já recebi vários! Há alguns que nem vêm acompanhados de cartão, não sei quem os mandou! Mas não os rejeitei.

Nunca devolvi um presente, Senador. Também nunca recebi um presente semelhante a este que o nosso ilustre Salomão perguntou, de um automóvel de marca Honda.

O Senador Bisol mora no meu bloco, estaciona o carro na nossa garagem e ainda não viu esse Honda. Isto é uma grande onda!

O SR. EDUARDO SUP LICY - Senador Alexandre Costa, eu gostaria de ponderar que seria importante que a proposição do Senador Pedro Simon fosse considerada seriamente. Se for enviada na forma como está, deveria então ser aperfeiçoada. Mas acredito, inclusive, que esta CPI deve pensar a respeito do assunto.

Nos documentos da Norberto Odebrecht, apareceu uma listagem de brindes que eram doados a Parlamentares, a funcionários em postos chaves e assim por diante.

Eu, por exemplo, vou relatar um fato do qual talvez V. Ex^a não tenha idéia: tenho uma lista de destinatários dos presentes de

natal de uma associada da Norberto Odebrecht para 1993. Ela foi feita por volta de junho/julho para ver 'como estas empresas planejam os seus natais muito bem. Não vou citar nomes, mas vou dar uma idéia de funcionários, pessoas em postos importantes - e parece que são bastantes - no Ministério da Integração Regional recebendo presentes, como um especial, escrito apenas "Dr. Aílton Reis". No caso, era o mais especial de todos. Depois, havia em forma de códigos, como: AM + vinho; AB + RR, AB + AM. Talvez sejam até agendas, destas que chegam aos gabinetes de todos os Senadores desde o Banco do Brasil, mas poderia ser da CBPO. E faço esta pergunta, Senador, informando. recebi uma agenda da CBPO, como de diversas outras, talvez... Mas coloco isso, porque acho que o Congresso Nacional deve pensar junto com o Senador Pedro Simon sobre isso.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Pergunto: meu nome está nesta relação?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Está.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Muito bem. Ainda não recebi. Vou ficar ansioso para receber.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas, ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Vou ficar ansioso para receber, porque já estamos...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas já passou o natal, só que... sabe o que pode ter ocorrido, Senador Alexandre Costa? Quando foi requerida e instalada a CPI, ainda estávamos antes do natal. É possível que ninguém desta lista tenha recebido. Mas aqui está o planejamento de como iria se proceder.

Então, incluindo o Ministro, vou só contar quantas pessoas no MIR iriam receber brindes nesta lista: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte, vinte e um, vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete funcionários, todos os secretários de alto nível, secretários...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Veja que V. Ex^a atrapalhou vinte e sete presentes.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Bom, aí é que está em que medida devem...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas acho que brinde não tem nada com isso. Brinde é mais uma propaganda da própria empresa.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Uma coisa é um brinde, uma agenda, outra coisa, como V. Ex^a ...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Um calendário, uma agenda, isso é a empresa que se interessa. Temos que ter em conta, Senador Supply, que empresas brasileiras, como a Odebrecht, ...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas a pergunta, antes que V. Ex^a conclua, é: por que empresas, tais como a Odebrecht, a CBPO, a OAS se preocupam especialmente com uma lista como esta? Esta lista tem algumas centenas de nomes apenas, mas 27 iriam para o MIR.

Há alguma coisa relacionada a isso, porque muitas verbas importantes do Orçamento da União...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Então, já era para este ano de 94, porque no anterior, tinha essas verbas. No MIR não. Teve no DNOCS, teve na SENIR. No MIR propriamente dito, não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas aqui, a contagem inclui os órgãos todos do MIR. Então, acho que é importante que haja essa reflexão.

O SR. ALEXANDRE COSTA - V. Ex^a vai verificar que nos órgãos deve ter mais do que no próprio Ministério. Faça um balanço.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Na verdade, Sr. Presidente,

O SR. ALEXANDRE COSTA - Senador, a gente tem que ser prático, ser humano, ter compreensão, sobretudo.

Claro que uma empresa, uma grande empresa, que manda calendário para um funcionário do MIR ou da Educação ou de qualquer outro Ministério, pensa que o funcionário, ao ver passar qualquer processo nas mãos, que não pode adulterar nem o valor, pode dar urgência,

até pela consideração, até pelo apêço, até por uma retribuição ao presente, o que não causa absolutamente nenhum prejuízo ao Poder Público. O que causa prejuízo ao Poder Público é isso que V. Ex^{as} estão apurando.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Causa prejuízo?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Ao Poder Público. É isso que V. Ex^{as} estão apurando agora. Isso tem de continuar. Deve ir à fonte não para acabar com a Comissão de Orçamento. Não! Mas que continue a Comissão de Orçamento criada, em outros moldes, em outras condições. Isso só pode ser alcançado com leis, não será com vigias, nem com inspetores de polícia, nem com generais, nem com capitães de polícia: será através de leis. Leis corretas, leis pensadas, leis idealizadas, para que isso não aconteça mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Senador Alexandre Costa, fiquei com uma dúvida quando V. Ex^a, no início, expôs, a certa altura, que tinha um rendimento de poupança ou - eu queria tornar bem claro - uma poupança acumulada que seria equivalente à remuneração de 81 Senadores. Queria...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mais de oitenta e um ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Queria só que V. Ex^a deixasse claro exatamente se isso é um fluxo de rendimento, em termos reais, se poderia exemplificar isso com uma quantia, por exemplo, em...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, Deputado, é uma ilusão. É apenas uma ilusão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É que V. Ex^a mencionou, então...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Quer dizer, aplica-se o dinheiro, ele rende 40... esse CDB já está dando 53% e todo mundo pensa que já está ficando rico, mas, em compensação, automóvel já está custando 15 milhões.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quero esclarecer a minha dúvida. V. Ex^a está falando para 150 milhões de brasileiros. Quando V. Ex^a, por exemplo, mencionou por alguns anos um pobre deputado, um pobre senador. V. Ex^a está falando para milhões de brasileiros, grande parte dos quais tem um rendimento como que de 30 mil cruzeiros mensais, 60 mil cruzeiros mensais. V. Ex^a tem consciência de que a maior parte dos brasileiros não ganha muito além do que seis salários mínimos.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Noventa por cento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, o conceito de pobreza e riqueza é relativo. No Brasil, para enorme parcela dos brasileiros, e há 30 e poucos milhões de indigentes que estão sendo objetos da preocupação do Presidente Itamar Franco, do Betinho, do Dom Mauro Moreli, da campanha pela cidadania, quer dizer, para estes um senador, um deputado tem uma remuneração...

O SR. ALEXANDRE COSTA - É muita coisa errada, não é Deputado? Continua-se comprando arroz de casca aqui no Sul e mandando lá para o Norte nas costas de caminhão, para ser pilado. Assim não se mata a fome de ninguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom, essa observação enseja uma pergunta. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito está detectando quão mal utilizados têm sido os gastos públicos, o conteúdo dos gastos públicos é desperdiçado em muito, diante de objetivos prioritários que deveriam ser a causa da cidadania, o combate à fome, à miséria para valer. O Governo, pelo menos técnicos do Governo Itamar Franco têm, inclusive, proposto, e o Presidente já mencionou cortar o Ministério da Integração Regional e o Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não cometer um grande erro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas Senador Alexandre Costa, será que não é justamente o momento adequado de nos penarmos em transformar em profundidade o conteúdo dos gastos públicos, talvez mesmo no nome do ministério a, b ou c, mas na forma de destinarmos os recursos para garantirmos, em especial, a esses milhões de brasileiros que não ganham nem mesmo um ou dois salários mínimos? Não seria este o momento de nós transformarmos a forma de definir os gastos públicos...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Para outro rumo, não é, Deputado? Porque ninguém vai conseguir que esse Brasil seja grande que ele cresça ou desenvolva-se pagando salário mínimo de 18 mil cruzeiros ou mais. Nem de 32 mil cruzeiros.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então sou seu colega de Senado.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Não, que se repensar que o País é o homem; é a saúde do homem para que ele possa trabalhar, é a educação do homem para que tenha consciência na educação, vigor na saúde e capacidade de trabalho para levantar a sua pátria. Com 18 mil cruzeiros ninguém constrói grande país no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre Senador Alexandre Costa, eu me inscrevi para cumprir o ritual regimental, mas, na realidade, aqui, nenhuma pergunta tenho a fazer ao ilustre Senador Alexandre Costa, para cumprir o rito regimental, deva dizer que, ao final da minha preleção, não há nenhuma pergunta.

Sou testemunha do comportamento do Senador Alexandre Costa no Maranhão. Sou o único parlamentar do Maranhão aqui presente, por isso tenho a obrigação de deixar registrado, não somente aqui nesta Subcomissão para que conste nos Anais da Comissão e, por consequência, do Congresso o comportamento público do ilustre depoente. Trata-se de um homem público que, ao longo de todos esses anos, só honrou o seu mandato eletivo. É um

exemplo a todas as gerações, e nós, brasileiros, sabemos que os políticos, em geral, são muito atacados.

No Brasil todo, quando não existem defeitos no político, busca-se um defeito. No Maranhão, onde existe uma tradição de política muito acirrada, também ocorrem fatos dessa natureza, mas devo dizer que, de todas as atribuições que foram feitas ao Senador Alexandre Costa, jamais, em momento algum, alguma significou atingir sua honra, seu moral, sua dignidade.

Portanto, foi com preocupação que vim participar desta sessão. Preocupação não com o que pudesse ser perguntado nem com o que V. Ex^a pudesse responder. Como ficou comprovado aqui nada, absolutamente nada, há que possa macular sua longa vida de integridade moral, de serviços prestados ao Maranhão e ao Brasil. Minha preocupação é porque, justamente por V. Ex^a ser um homem íntegro, de natureza rígida, pudesse, de alguma forma, sair daqui arranhado, não pelos fatos, mas pelas versões dos fatos. Devo dizer que terei uma noite tranqüila, porque V. Ex^a soube explicar as poucas e remotas dúvidas que, por ventura, houve. Essas explicações, certamente, o povo brasileiro em geral e o povo do Maranhão em particular devem ter ouvido atentamente. Para o povo do Maranhão, tenho certeza, não foi surpresa nenhuma, foi somente a reafirmação do seu caráter, cujo reconhecimento existe, ao longo desses 42 anos, a cada eleição, depositando a sua confiança. Portanto, nobre depoente, gostaria de fazer uma pergunta final. V. Ex^a sente-se satisfeito com as explicações que deu a esta Comissão?

O SR. ALEXANDRE COSTA - Mas é claro, nobre Deputado Sarney Filho; sinto-me satisfeito e sabia, de antemão, que daqui sairia satisfeito. Não me poupo, porque lutei muito na vida; nasci no interior, no mato; granjeei na pequena cidade de Caxias, no Maranhão; meu pai, um simples juiz de direito; vim estudar no sul de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, onde me formei. Vivi em Minas, em Brasília, no Maranhão.

Aqui nesta cidade onde moro há 31 anos, que se corram seus subúrbios, suas cidades satélites, seu povo de um modo em geral e o consulte, não se haverá de encontrar uma informação menor à minha pessoa. Aqui sempre me conduzi bem, dos quitandeiros aos grandes empresários, da gente humilde à alta sociedade, sempre sabendo e pensando fazer daqui, presidente da comissão, que chamei de comissão de vereadores durante muito tempo, enquanto o Distrito Federal não era independente, trabalhei como presidente, ora fazendo conferência nas cidades satélites, nos subúrbios, aqui dentro do Senado Federal; acostumei-me a gostar de Brasília e do seu povo.

Tenho, praticamente, três Pátrias, a primeira, é o Maranhão; a segunda, o Estado de Minas Gerais onde vivi, estudei e me formei, e Brasília, onde resido. Há, por certo, os adversários, os políticos que podem até não gostar de mim, mas ninguém - numa cidade que alcança quase 2 milhões de habitantes - haverá de dizer que o Senador Alexandre Costa, que o Deputado Alexandre Costa, que viu esta cidade menina, crescer, desenvolver-se e se tornar o Distrito Federal, haverá de dizer que o Alexandre Costa enganou alguém. Nunca compareci à Polícia, nunca tive uma questão em qualquer tribunal, nunca fiz mal a ninguém, só fiz o bem; só contribuí para crescer e desenvolver. É essa a minha satisfação, nobre Deputado Sarney Filho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Deputado Vivaldo Barbosa, a palavra é sua.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Senador Bisol e Senador Alexandre Costa, o depoimento de V. Ex^a tem sido muito diferente em relação ao formato dos depoimentos das outras salas e tem permitido-nos digressões muito interessantes, comentários realmente muito importantes, análises até profundas do momento político que estamos vivendo por parte de V. Ex^a e dos demais Parlamentares. Confesso que, embora eu não tenha um contato mais estreito com V. Ex^a...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Porque não quer, nobre Deputado, porque sou simpatizante e admirador de V. Ex^a.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas o mínimo de contato, Senador, por força até da Liderança que exerci durante dois períodos de bancada, levou-me a um contato com V. Ex^a, uma figura

importante, que exerceu cargos importantes nesta Casa. Isso também é um conceito sobre V. Ex^a extremamente positivo. De maneira que não duvidei, não tive problemas ao final do depoimento, que vai permitir passar a noite tranqüila, sem problemas, Deputado Sarney Filho. Mas, eu já sabia que a natureza serena e firme de V. Ex^a se revelaria no depoimento. V. Ex^a nunca fugiria das questões que fossem formuladas. Também, por outro lado, V. Ex^a praticou a vida pública no momento anterior em que tive mais respeito e mais admiração pelos homens públicos do que estou tendo nas últimas décadas, nos últimos tempos V. Ex^a até se referiu à natureza da Comissão de Orçamento naquele período anterior, que até coincidiu com a observação de um Parlamentar que também admiro muito pela sua profundidade, que reassumiu agora, Neiva Moreira, que é conterrâneo e até com trajetórias políticas diferente de V. Ex^a.

O SR. ALEXANDRE COSTA - É um grande maranhense.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E que fez a observação realmente de que essas três personalidades políticas que tinham uma influência muito decisiva na Comissão de Orçamento, Paulo Jereissati; de Minas Gerais, Guilhermino de Oliveira e o terceiro...

O SR. ALEXANDRE COSTA - Novaes, da Bahia.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Novaes, da Bahia. Tinha uma influência muito diferente das práticas dos últimos tempos. Havia a influência política, mas toda a Casa cultivava o respeito a essa influência e até se curvava a esse respeito, que realmente nunca foi palco a Comissão naquele período desses dramas que estamos vivendo agora e que, por termos atravessado o período do autoritarismo, nos levou a isso; na minha análise, pois há realmente pessoas com análises diferentes.

Eu até sublinho muito, subscrevo muito intensamente a observação de V. Ex^a de que esta Casa, este Congresso é responsável por tudo que aconteceu. Não há nenhuma bancada que tenha dado o voto contrário ao Orçamento; tudo irregular, tudo fraudado, cheio de irregularidades. Nenhuma bancada deu voto contra porque cada bancada saía com o seu quinhão. Queria ver suas emendas aprovadas e, em troca disso, fechava os olhos, por maior que fosse até alguma gritaria que se procurasse fazer na imprensa. Mas o voto confirmando cada Orçamento saía, porque as bancadas tinham interesse nisso.

Agora, evidentemente, vamos extrair lições diferentes. Devo dizer que não gostei muito da hilaridade que se criou aqui com relação aos presentes. E como diz V. Ex^a, há presentes que são normais, mas há presentes que são indevidos, até de pouco valor. Mas, por exemplo, um dirigente de DR - estrada de rodagem - receber um presente de uma empreiteira, fere-me muito, Senador; ou um encarregado de pagamento de faturas receber algum presente para poder ter mais simpatia por uma fatura em detrimento da outra também me fere muito.

Aliás, nós, advogados, quando estudamos um pouco o Direito neste País, somos levados necessariamente a estudar um caso no Direito americano em que um funcionário, encarregado da fiscalização da inspeção de comidas na cidade de Boston, nos Estado Unidos, às vésperas de sua aposentadoria, recebeu de presente de Natal alguns quilos de carne dos açougues que tinha de fiscalizar. Foi demitido, seu caso foi ao Judiciário e o Direito americano reconheceu a punição penal desse funcionário que recebeu apenas alguns quilos de carne para o seu Natal, mas que tinha a função exata de fiscalizar açougues, que feriu a moral do Direito americano e foi punido, não foi aposentado e realmente recebeu punição penal.

De maneira que eu realmente sou um pouco reservado e, neste ponto, a hilaridade que se formou em torno dos presentes não tem a minha aprovação.

Mas a razão principal, creio, que traz V. Ex^a aqui, para que dê realmente alguma colaboração a esta CPI - eu realmente gostaria de tentar arrancar uma colaboração a mais, -fica evidente que não

era pelo nome de V. Ex^a ter sido citado pelo José Carlos, que traria V. Ex^a, o nosso interesse, é nosso dever e responsabilidade querer ouvi-lo aqui. É que realmente alguns fatos, algumas referências nos documentos da Odebrecht, de algumas iniciais, V. Ex^a, naturalmente, não quer identificar, mas que corresponderam a alguns colaboradores de V. Ex^a. Isso nos levou, realmente, a querer estes esclarecimentos. E um fato mais particular ainda foram essas admissões que V. Ex^a fez, para colaboradores de V. Ex^a, pessoas que, não na época, mas agora, é evidente, revelaram-se pessoas que, certamente, V. Ex^a não repetiria mais o gesto de readmiti-las.

V. Ex^a colaborou muito conosco, quando reconheceu que deu a informação de que foi um colaborador de V. Ex^a, de cujo nome não me recordo, que o aconselhou a admitir essas duas funcionárias, que, hoje, pelo quadro que se criou, V. Ex^a nem faria mais isso.

Eu não compreendi muito a lógica, quando V. Ex^a procurou justificar a contratação desse funcionário, ligando-o à gestão do governo anterior, ao Ministro Jatene. Evidentemente é um governo que V. Ex^a ajudou, muito, a ser destituído, por tudo o que aconteceu, juntamente com todos nós.

Eu achava que V. Ex^a, talvez, devesse se ligar mais ao Ministro que o rejeitou, do que ao Ministro que o sustentou, anteriormente. Mas, aliás, V. Ex^a não é a única pessoa que registra esta admiração pelo Ministro Jatene. Outro político muito importante no País, também, já qualificou Jatene como o Pelé, enquanto que, em relação ao nosso querido Jamil Haddad, essa extraordinária figura pública, identifique-o como um jogador de menor qualidade. Efetivamente, cometeu uma injustiça muito grave.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Concorde com V. Ex^a.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Uma injustiça muito grave.

Mas V. Ex^a nos disse que foi este funcionário que recomendou a trazer, a contratar essas duas funcionárias. E depois, na pergunta do Deputado Sérgio Miranda, ele disse que alguns parlamentares recomendaram a V. Ex^a que contratasse esse funcionário. Aí, Senador, eu queria uma colaboração de V. Ex^a a esta CPI, creio que vai ser útil a todos nós, sei que o Senador Bisol, o nosso Coordenador, aqui, vai achar de muita utilidade. Um esforço de memória de V. Ex^a para identificar qual foi ou quais foram os parlamentares que recomendaram a V. Ex^a - isso não é acusação nenhuma, apenas ajuda, creia V. Ex^a, ajuda o nosso trabalho - o funcionário, cujo nome até me esqueci, mas V. Ex^a, que teve as suas iniciais nos documentos da Odebrecht e que o levou a admitir, a nomear duas funcionárias, e sei que, certamente, V. Ex^a não repetiria mais o gesto.

Somente queria esta colaboração de V. Ex^a, de nos fornecer, num esforço de memória, o nome dos parlamentares que recomendaram a V. Ex^a esse funcionário.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Muito bem, Deputado. Não tenho, neste curto prazo, raciocinado sobre todos os problemas, não posso fazer este esforço de memória, mas, na hora que conseguir, eu direi, tanto à V. Ex^a, quanto ao Senador Bisol.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares, Senador Alexandre Costa:

O Brasil assiste, nestes instantes, e testemunha uma demonstração cabal, por parte de V. Ex^a, de que ainda construiremos uma pátria, na qual poderemos viver com tranqüilidade e com segurança, porque dispomos de homens com o caráter de V. Ex^a, que, ao longo de sua vida pública, tem procurado construir este Brasil que todos queremos, que todos desejamos. Um Brasil que não esteja mergulhado na vergonha, na frustração, nem nas decepções.

De modo que, nesta tarde, o Maranhão, de pé, o aplaude, porque V. Ex^a é um dos mais ilustres homens públicos deste País e daquele Estado.

Nós, seus conterrâneos aqui, estamos também com a alma lavada, porque temos um brasileiro do altura de V. Ex^a, que dignifica a sua nacionalidade e transmite para a prosperidade que o Brasil tem homens do caráter de V. Ex^a.

De modo que quero parabenizá-lo pela maneira como V. Ex^a se conduziu nesta inquirição e dizer que estamos satisfeitos e certos de que V. Ex^a veio aqui e contribuiu para deixar

patente a todos nós que esta CPI, realmente, tem um fim último, o de trazer a todos a segurança e a prosperidade que o Brasil deseja.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Muito obrigado, Deputado Costa Ferreira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, seria possível eu fazer só mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Pois não, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por ventura, o Senador Alexandre Costa preferiu ou fez algum empenho para falar na Ala Alexandre Costa, em vez de falar na Ala Nilo Coelho? (Risos)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - V. Ex^a não precisa responder, mas se quiser.

O SR. ALEXANDRE COSTA - Nobre Senador, em nada contribui para que o meu nome fosse para as paredes desta Ala. Mas V. Ex^a está provocando, sou obrigado a dizer. Isso foi fruto de uma homenagem que se encontra num quadro do meu gabinete, proposto pelo Presidente da Comissão da qual V. Ex^a faz parte, o Senador Jarbas Passarinho.

Homenagem que se transformou em resolução, muito contra a minha vontade, muito contra a minha vontade. Desejaria ver no lugar do meu nome o nome de homens muito ilustres, semelhante ao do Bisol, de capacidade, que por aqui passaram. Não que estejam mortos, sou contra aquela lei: homenagem póstuma dispenso para qualquer um. Quero as homenagens em vida. Em vida é que se presta homenagens. Depois de morto, homenagem póstuma! É uma tristeza neste País.

Tem que se dá aos homens, se é que eles merecem, as homenagens enquanto estão vivos. Por quê? Para que possam suscitar na juventude e nos demais as condições para que eles possam praticar os mesmos meios, exercitar a mesma conduta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - V. Ex^a deveria ser um dos primeiros, mas quem está presidindo esta reunião é um juiz e a praxe forense tem hábitos diferentes da praxe legislativa. Cometi esse equívoco - até me perguntaram se eu estava tenso no início, mas estou tranqüilo desde o início, sabia que a nossa reunião seria cordial como tem sido desde o início. Portanto, peço desculpas ao nobre Senador Elcio Álvares e lhe concedo a palavra.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Quero dizer inicialmente ao Senador Bisol que não houve uma falha, apenas, quem sabe, fui beneficiado pelo fato de ter ficado no último lugar da lista para perguntar.

Mantive-me, nesse tempo todo, num processo de reflexão.

Durante o tempo desta Comissão, uma Comissão muito difícil, tenho me perguntado, depois de 38 anos de advocacia, como nos comportamos dentro de um universo que tem o dever do homem público, o interesse maior da Nação e naturalmente as reações mais diferentes das pessoas que passam pela inquirição.

Se eu dissesse, neste momento, que sou aqui um Senador inflexível, querendo examinar exclusivamente provas, querendo pegar os fatos para formar o julgamento, não estaria sendo sincero. Mas esta confissão não me tira, de maneira alguma, como não vai me tirar, as conclusões finais, a serenidade de qualquer julgamento.

No caso do Senador Alexandre Costa, tenho que confessar de público, torci intimamente para que esse companheiro de partido, esse companheiro de três anos de exercício, de mandatos, tivesse sucesso nas suas respostas.

O questionamento de cada um muda muito. Algumas pessoas fazem perguntas de maneira bem diferente de outras. Mas eu acompanharia o Deputado Vivaldo Barbosa para dizer que o depoimento do Senador Alexandre Costa foi bem diferente de tudo aquilo que presenciamos até agora dentro desta CPI.

Tenho pelo Senador José Paulo Bisol o respeito não só de uma convivência que cada dia mais se cristaliza na observação dos gestos parlamentares. Às vezes, até o Senador José Paulo Bisol tem uma visão de juiz, de um homem que aprendeu a julgar ao longo da vida de maneira bem diferente da minha, do advogado, invariavelmente advogado de defesa. E esse vício de origem do advogado de defesa é muito difícil de ser modificado, apesar de saber da relevante necessidade que tem de, ao longo do relatório, fazer inteira justiça àqueles que de uma forma ou de outra estão sendo envolvidos.

Mas eu diria que o Senador José Paulo Bisol hoje teve um dos depoimentos mais delicados da história da CPI. Não vou negar isso, não. Mas, no momento em que reconheço isso de público, quero prestar homenagem também ao Senador José Paulo Bisol pela maneira com que conduziu os trabalhos.

E se dissesse que o Senador Alexandre Costa entrou aqui inteiramente à vontade, estaria mentindo, porque sei do sofrimento do Senador Alexandre Costa, desde o primeiro dia em que o seu nome foi mencionado, através de uma denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Isso tudo me leva a uma posição de inteira tranquilidade para dizer que, se às vezes me acusam de uma determinada indulgência, não é indulgência; é a compressão dos fatos.

Neste instante, já tive oportunidade de dizer, o Senador Alexandre Costa é nosso companheiro de Senado, é meu companheiro de Partido, mas isso não me impediria, de forma nenhuma, de, ao término dessa audiência, e, às vezes, quem sabe até numa homenagem ao companheiro, silenciar. Seria o gesto daquele que entendesse que as respostas não foram cabais ou satisfatórias.

Nós somos juízes. Todos nós somos juízes. E juízes de um processo delicado, porque, pela primeira vez, que o Senado da República, que o Congresso Nacional, está fazendo um auto-julgamento. Julgar os outros, aqueles que estão de fora é fácil; julgar aqueles que convivem conosco 24 horas é muito difícil. Assim, reservo-me, não neste momento, como um Vice-Presidente eventual, distinguido pela atenção e cortesia do Presidente José Paulo Bisol.

Quero falar como Membro da Subcomissão de Subvenções Sociais. Prestei a atenção, em todos os momentos, na colocação daqueles que têm a contabilidade da coordenação.

E no meu lugar, deveria estar falando o Senador Garibaldi Alves Filho, mas que tem outra missão, em razão da CPI, de aguçação de um outro Deputado que está depondo, neste momento, em outra Subcomissão Aliás, acabou agora, segundo informa o Senador Francisco Rollemberg.

Somos quatro integrantes da Subcomissão de Subvenções Sociais presentes: o Deputado Costa Ferreira, o Senador Francisco Rollemberg, o Deputado Nelson Trad e eu. Posso dizer ao Senador Alexandre Costa agora que a nossa Subcomissão de Subvenções Sociais, não encontrou nada, absolutamente nada que pudesse comprometer a posição do eminente Senador representante do Maranhão perante a nossa CPI.

Não vou fazer um gesto de absolvição, porque não me compete isso. Apenas quero registrar neste instante que o Senador Alexandre Costa, respondendo aqui de uma maneira tão aberta, de uma maneira tão franca, ele me vê intimamente, não na condição de integrante da CPI, mas na condição, já o confesso, de um admirador seu que torcia pelo seu êxito, com uma relativa tranquilidade, em virtude de suas palavras.

Neste momento, sem fazer o elogio que eu gostaria de fazer - torno a repetir

- porque não me desvisto da condição de integrante da CPI, e pela responsabilidade de julgar. Quero dizer ao Senador Alexandre Costa que as palavras que aqui foram proferidas,

alguns até que interrogam de forma impenitente, servem em abono da sua posição.

Soube V. Ex^a, da maneira mais franca, da maneira mais aberta, dar realmente um toque de muita franqueza e de muita sinceridade a este depoimento.

Não estamos aqui somente para condenar. Temos responsabilidades muito sérias também de examinar a prova produzida, e, até o momento, dentro daquilo que me parece ser a missão desta Comissão, apurar fraudes no Orçamento denunciadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

No âmbito das Comissões, que tive oportunidade de ouvir, não houve qualquer fato que desabonasse a carreira de brilhante e longa do Senador Alexandre Costa no Congresso Nacional.

Portanto, neste momento, fazendo as minhas palavras também em homenagem ao Senador José Paulo Bisol por ter conduzido esta audiência de maneira que, considero, altamente construtiva em favor da CPI, a moderação do Relator Benito Gama, que tem tido a grave responsabilidade, não só na coordenação da Subcomissão de Bancos, mas também em todos esses processos.

Eu diria, neste instante, aos senhores integrantes desta Comissão Especial, foi um momento dos mais importantes da CPI, mas, para orgulho do Congresso Nacional, para a tranquilidade de todos aqueles que acompanham a seriedade desses trabalhos, tenho certeza absoluta de que a nossa Comissão, a nossa CPI, neste interrogatório, saiu mais engrandecida, saiu mais fortalecida e consciente de que o seu dever, o seu comportamento tem que ser balizado exclusivamente para fazer inteira justiça.

É o que gostaria de registrar, Sr. Presidente, com as minhas homenagens a V. Ex^a o Relator, Deputado Benito Gama.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Benito Gama.

O SR. RELATOR (Benito Gama) - Sr. Presidente, Srs. parlamentares, como Relator estou satisfeito com as informações colhidas nesta reunião de hoje. Quero agradecer a Presidência de V. Ex^a com tanto equilíbrio e com tanta competência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Bisol) - Um homem muito antigo, chamado Balzac, escreveu em algum lugar que "a elegância consiste em parecer ser o que se é".
Quero cumprimentar o Senador Alexandre Costa, cumprimentar os meus companheiros de Mesa, Senador Elcio Alvares, Deputado Benito Gama, cumprimentar meus colegas Senadores e Deputados, parlamentares que contribuíram nesta Comissão, cumprimentar os profissionais da imprensa, os funcionários do Senado e cumprimentar a assistência, a colenda assistência, só por isso, só porque se tornou tremendamente fácil presidir os trabalhos desta sessão. Foi fácil pela elegância de todos: todos pareceram ser o que realmente são.
Muito obrigado.
Está encerrada a reunião. (Palmas)
(Levanta-se a reunião às 19h32min.)

Depoimento do Sr. Jorge Tadeu Mudalem

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem assento nas suas bancadas. Está aberta a reunião para ouvir o nobre Deputado Mudalem.

O Vice-Presidente fará as perguntas de costume.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Jorge Tadeu Mudalem.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - 39 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - SQS 311 - Bloco I - apartamento 104.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Engenheiro. E, hoje, Deputado Federal.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que fiquemos de pé para ouvir o compromisso. Inclusive, pela gentileza da imprensa, ficar de pé também. Deputado, por obséquio, leia o compromisso.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Nobre Deputado Jorge Mudalem, nossa praxe aqui tem sido proporcionar ao depoente, e em assim querendo ele, o prazo máximo de 1 hora para uma explanação. Se não desejar, pode passar desde logo à inquirição. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator. Eu gostaria de me colocar já, de ante-mão, à disposição dos companheiros para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desde já?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Desde já.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu protesto. Desejo falar ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Suplicy não está. O primeiro inscrito é o Deputado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Poderia inverter a ordem, Sr. Presidente, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A dificuldade é saber com quem?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu me proponho, se o Sr. Relator e o Sr. Presidente me permitem...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pedro Pavão e o Deputado Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Alguém está a minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois é. Aí eu pergunto quem quer.

Então, ouviremos o Deputado Jorge Mudalem, primeiro.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Eu quero, primeiramente, dizer da satisfação em poder hoje, aqui, trazer a verdade sobre os fatos que ocorreram em decorrência de meu nome ter sido citado, num documento, pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, onde

ele diz que não tem certeza sobre o nome de Jorge Tadeu. E me sinto também indignado e surpreso com a notícia da menção de meu nome em apontamentos apreendidos na casa do Sr. Ailton Reis, um dos dirigentes da empresa Norberto Odebrecht, na qual estou arguindo-a na Justiça, onde, no dia 07 de dezembro de 1993, ajuizei contra essa empresa uma interpelação judicial, cobrando esclarecimentos a respeito da medida que até agora permanece sem resposta. Tenho o maior interesse na apuração do exato significado dos apontamentos apreendidos e desconheço por completo - e quero aqui, neste momento, entregar, inclusive ao Sr. Presidente, a interpelação que fiz à empresa. (Pausa)

A partir de agora, coloco-me à disposição para qualquer questionamento dos Companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, acho que o Deputado Pedro Pavão concordou também. Eu quero aceitar essa transferência, para fazer as indagações ao Deputado Jorge Tadeu Mudalem, porque estava inscrito na minha frente o Deputado Mercadante.

Quero dar uma explicação, Sr. Presidente, por que aceitei. Convivendo com o Deputado Mercadante nesta Comissão, e tendo grande respeito por S. Ex^a, suas qualidades intelectuais, morais e de conduta em relação a este Parlamentar, foi bom que isso ocorresse, porque recebíamos em nosso Estado informações que, na oitiva do Deputado Jorge Tadeu Mudalem, seriam transferidas para cá divergências políticas entre o meu partido e o PT. Como isto chegou ao nosso conhecimento e agora ocorre esta oportunidade de inverter, faço com muito prazer, na certeza de que, pela sua conduta, assuntos regionais e paroquiais não serão trazidos. Se eu tivesse alguma dúvida sobre as brigas locais e o comportamento do Deputado Mercadante, efetivamente não concordaria com a inversão.

Então, começamos as perguntas num clima de absoluto equilíbrio e de responsabilidade, que todos nós temos com a CPI.

Deputado Jorge Tadeu Mudalem, recebemos em determinado momento desta CPI o chamado Processo Odebrecht, onde, pela primeira vez uma CPI enfrenta uma empresa tão poderosa, é claro que os reflexos imediatos foram estrondosos e negativos para os nossos Deputados, todos aqueles citados. Posteriormente, o exame desta matéria praticamente ficou transferido para apurações mais objetivas na CPI das Empreiteiras, que será instalada nesta Casa, e esperamos também que a CPI dos Bancos, pois que depois de tantas referências a contas e cheques fantasmas, não se pode deixar de verificar, na CPI dos Bancos, como os bancos permitiram tantas contas fantasmas e tantos cheques fantasmas.

Mas, de qualquer forma, caiu aqui nesta CPI rascunhos de funcionários da Odebrecht, e uma das referências é exatamente o nome de V. Ex^a, com um porcentual à frente, sem maiores especificações.

Para nós compete, em primeiro lugar, dizer, perguntar: V. Ex^a tem alguma ligação com esta empresa? Alguma emenda de V. Ex^a resultou em atividades e concorrências vencidas pela Odebrecht?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Nobre Deputado Roberto Rollemberg, primeiro quero dizer que quanto a estes apontamentos da empresa Norberto Odebrecht, eu os desqualifico porque é um documento unilateral, de uma pessoal a qual não conheço, nunca vi, nunca tive nenhum relacionamento e entreguei aqui, inclusive ao nosso Presidente, a interpelação judicial, questionando-os na Justiça.

Segundo, que nunca apresentei nenhuma emenda para a empresa Norberto Odebrecht e para nenhuma empreiteira sequer.

Fui, em 1991, sub-Relator do Setor 39 do Ministério da Saúde. Lá, nesse sub-Relatório, recebi cerca de nove mil emendas, que englobavam FUNASA e INAMPS. Nunca aprovei nenhuma emenda de caráter empresarial, mas sim acatamento de Parlamentares que solicitam o acatamento de suas emendas.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - V. Ex^a, nas emendas que todos nós apresentamos mais ou menos - e esta CPI já declarou, embora não fosse nem mesmo necessário, que a obrigação do Parlamentar é apresentar emendas para os seus Estados, para o País, porque, às vezes, tem aqui um "recebi", algumas vezes um pedido de interpelar alguns Deputados, porque teriam feito emendas para outros Estados -, que trabalhou, pode nos dizer duas coisas: V. Ex^a foi Relator?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Sub-Relator do Setor 39, no ano de 1991.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sobre a Relatoria?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - E o Relator?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - O Relator-Geral, na época, era então o Deputado João Alves, que depois foi substituído pelo Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Nessas emendas apresentadas e solicitadas por outros Deputados, todos os partidos, sem designar nomes - porque não está me interessando especificamente, não estamos investigando nomes e sim posições -, e todos os Deputados solicitaram sempre emendas não só para o seu Estado mas para outros Estados?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Bom, o acatamento... V. Ex^a diz emenda de ... V. Ex^a pode repetir, por favor?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - As emendas dos Deputados depois foram examinadas, aprovadas pela sua sub-Relatoria. Nessas emendas havia Deputados, de diversos partidos, que apresentaram emendas para outros Estados?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Existiram, sim. Existiram companheiros que apresentavam para outros Estados e nós procuramos adotar um critério de atender a quase todos os Parlamentares que apresentaram emenda nos relatórios da FUNASA e no do INAMPS.

Acatamos emendas de todos os Parlamentares, indistintamente de partido.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Se necessário, V. Exª poderia indicar os Deputados? Não estou desejando.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Tenho a lista e tenho inclusive os pedidos por escrito de boa parte dos Parlamentares.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado.

Em relação a sua região política - todos temos um centro político -, V. Exª apresentou emendas para a sua região por criatividade e iniciativa de V. Exª, ou normalmente por solicitação dos Prefeitos e entidades da sua região?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Bem, na apresentação das minhas emendas, elas são todas para o Estado de São Paulo, e essas apresentações de emendas para o Estado de São Paulo procuraram sempre ser apresentadas nos municípios onde fui votado, principalmente no Município de Guarulhos, onde obtive 50 mil votos. Só de Guarulhos obtive 50 mil votos, onde concentra-se o maior número de emendas que apresentei, a pedido dos Vereadores, a pedido dos Prefeitos, sociedade amigos de bairro e de mim próprio, que nasci, moro lá e sei do problema que vive essa cidade, porque é uma cidade de 1 milhão de habitantes, e dos problemas de que carece.

Então, concentrei muito a apresentação das nossas emendas na grande São Paulo, onde obtive maior votação.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Qual a votação que V. Exª obteve?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - 80 mil votos. Em Guarulhos, 50 mil.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Deputado, na sua declaração, e isso nós também notamos aqui que às vezes há uma confusão quando se fala emendas e emendas adotadas e encaminhadas e aprovadas de outros. E quando V. Exª disse apresentei emendas só para o Estado de São Paulo pode estar sendo, de repente, atribuído a V. Exª encaminhamento, aprovação, adoção de emendas de outros estados que não sejam de sua autoria. Gostaria que fizesse bem essa diferenciação.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Gostaria, se o Senhor me permitisse, de separar o ano de 1991, no qual eu fui sub-relator. No ano de 91 eu sub-relatei o Ministério da Saúde e apresentei emendas para outros estados, a pedido de parlamentares que por um motivo ou outro não tiveram as suas emendas acatadas e na sistematização do meu relatório eu acatei emendas de outros estados e quando as publiquei no espelho da publicação eu coloquei inclusive o nome, tive o cuidado de colocar o nome do parlamentar e a solicitação do parlamentar e procurei, em 80% dos casos, o documento de pedido por escrito desse parlamentar no qual eu os tenho em minha posse. Isso no ano de 1991, nesse ano de 1991 o limite de apresentação de emendas ele era indefinido. Podia-se apresentar emendas a vontade, diferente do ano de 1992, onde fixaram o teto das emendas prioritárias que era de número 30 e a vontade as emendas ordinárias. Nesse ano de 1992 eu apresentei as emendas prioritárias, principalmente para a minha região onde obtive a maior votação e por esta razão é que estou aqui.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Qual a ligação da atividade de Orçamento que V. Exª tinha com o Senador Almir Gabriel?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - O Ministério da Saúde foi dividido em três partes. Uma parte ficou com o Senador Almir Gabriel, que relatou parte da Fundação Oswaldo Cruz, Fundação Pioneiras Sociais, Fundo Nacional de Saúde, Hospital Cristo Redentor S/A, Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A. Coube a minha pessoa relatar o INAMPS e a Fundação Nacional de Saúde, e Fundo Nacional ficou para o Senador Almir Gabriel, e no Ministério da Saúde, Fundação CEME, o Deputado Luiz Piauhyllino.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Para terminar, Sr. Presidente, gostaria que V. Exª, Deputado Tadeu Mudalem, no momento em que V. Exª foi citado e mais precisamente no momento em que V. Exª ofereceu à Comissão abertura do seu sigilo bancário e documentos à CPI de informação, é claro que V. Exª, como todos os citados pelos jornais ou pela CPI se preocuparam em analisar os seus períodos. A análise feita por V. Exª, cautelarmente, em relação à sua atividade no Orçamento, nas suas contas, evolução patrimonial, etc., foi feita com consultas e documentos da Comissão ou foi feita só unilateralmente por V. Exª, e que período V. Exª fez esta análise?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Será que V. Exa. pode dividir, simplificando?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - É o seguinte: a sua preparação para este debate foi baseado no estudo da sua atividade econômico-financeira e política, ou baseada em documentos que tinha conhecimento que existiam na Comissão?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não, eu me baseei, inclusive, nesse documento da Norberto Odebrecht, agora, a que eu tive acesso, de alguns apontamentos, onde aparecem algumas insígnias na frente de meu nome. Preparei-me para poder vir aqui e esclarecer, de uma vez por todas, que não possuo nenhuma ligação com determinada empresa. Acredito que esclarecerei isso e limparei essas insinuações feitas por essa irresponsável.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o nobre Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a menção elogiosa do Deputado Roberto Rollemberg a quem pude conhecer, nesta CPI, mais cotidianamente, e respeitar pela seriedade e postura, e pela firmeza, inclusive, na maneira como procura defender seus companheiros de partido, mas sempre buscando a verdade, a ética e investigação dos fatos. Não digo isso simplesmente para retribuir o gesto, mas porque costume dizer aquilo que penso, e dele penso efetivamente isso.

A menção do Deputado Roberto Rollemberg diz respeito à atitude de um Parlamentar, Deputado Estadual do PT, Elói Pietá, da cidade de Guarulhos, que levantou informações referentes ao Deputado Jorge Tadeu Mudadem. Mas é evidente que não poderemos discutir, na CPI, qualquer questão de natureza local, de cidade ou prefeitura, isso absolutamente não lhe diz respeito.

As informações que procedem para a CPI são aquelas que são objeto da CPI. Mesmo que eu tivesse a indelicadeza e a irresponsabilidade de um gesto como esse, e o próprio Deputado Elói Pietá não o faria, a Presidência jamais permitiria que o debate não transcorresse dentro do objeto concreto, que é a natureza desta CPI. Portanto, iniciarei minhas perguntas.

V. Ex.^a, no Orçamento de 1992, aprovou 137 emendas: 42 individuais e 95 na condição de Relator. No entanto, só 25 emendas...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Por favor, se V. Exa. me permite um minuto mais, eu vou conferir...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Se V. Exa., no Orçamento de 92... Quero registrar, Sr. Presidente, que não tenho, até o momento, nenhum relatório, de nenhuma Comissão, a não ser um levantamento parcial, preliminar e provisório da Subcomissão de Bancos, que sequer tem a movimentação bancária completa. Portanto, essas informações que estou tentando apresentar são de esforço da nossa assessoria e do trabalho que procuramos realizar ainda ao longo do dia de hoje, para poder permitir uma arguição minimamente consistente, dado que tenho dito que acho que elas estão prejudicadas pela forma como essas arguições estão sendo conduzidas.

De qualquer forma, eu quero repetir: V. Ex.^a, no Orçamento de 1992, aprovou 137 emendas: 42 individuais e 95 na condição de Sub-Relator; 25 dessas emendas foram liquidadas. V. Exa. confirmaria isso?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Posso verificar, só um minuto?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Procure, para poderemos ir ao ponto. O que, realmente, me chama a atenção nas emendas, é um direito legítimo do Parlamentar apresentar emendas, não havia restrição no número de emendas, portanto, o volume em si não é problema. E é uma obrigação do Parlamentar lutar por verbas para sua região. No entanto, há uma concentração de emendas de V. Ex.^a, relacionadas à Empresa OAS, na região, e uma subsidiária, COESA, que é de controle dessa própria empresa. O que me chama a atenção é que algumas emendas V. Exa. apresentou para o mesmo projeto, por exemplo, a canalização dos córregos Tamanduateí, Corumbé e Bocaina desdobradas em duas, de tal forma que a emenda final aprovada tinha um valor muito superior, inclusive a liberação foi bastante substancial. Só para essa obra são cerca de 2 milhões de dólares, o mesmo para os córregos, a macrodrenagem dos córregos Japonês e Cubas, também em torno de 2 milhões de dólares. Isso se repete no sistema de abastecimento de água no Bairro de Pimenta. São emendas desdobradas que somam no valor de 6 milhões de dólares, na liquidação das emendas.

V. Ex.^a poderia explicar, primeiro, se há essa concentração em relação à OAS, e por quê? Segundo, por que a apresentação das emendas era feita de forma partida?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Primeiro, quero dizer que as emendas aprovadas em 1992 foram quarenta.

Vou separar a emenda de relator e as de parlamentar. Quarenta emendas aprovadas. Dessas quarenta, seis foram liberadas.

Apresento emenda, a pedido dos prefeitos e a pedido dos municípios. É lícita a sua apresentação, principalmente na cidade de Guarulhos, em Mauá, onde fui o mais votado do PMDB. Uma cidade onde tive cinquenta mil votos. Apresentei, apresento e vou continuar apresentando, não importa qual seja a empresa que esteja executando a obra, mesmo porque não escolho a empresa. Existe uma concorrência pública, que é por parte do Executivo, que deve cuidar dessas concorrências, e apresento a emenda para a cidade. Segundo, por que apresentar. Apresentei emendas no Ministério da Ação Social e no SDR, porque a lei me permitia que apresentasse emendas onde existem programas semelhantes. Se existe programa de abastecimento de água no Ministério da Ação Social e existe programa de abastecimento de água no SDR, me faculta apresentar as emendas porque não as aprovei. Quem aprova é o sub-relator e o relator geral e depois, então, vai a plenário, e o Congresso é que aprova.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quer dizer, num mesmo empreendimento, V. Ex.^a apresentava emendas para relatorias extintas, e liberava, lá na frente, para a mesma obra, em dois órgãos do Poder Público?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Apresentei e apresento porque me faculta apresentar em Ministérios que... Não libero, quem libera é o Executivo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - E V. Ex.^a sabe que parte dessas obras as auditorias já registram subfaturamento?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Isso não compete a mim, compete ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Contas do Estado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ora, esse mecanismo de liberar por dois organismos distintos dentro do Estado brasileiro não dificulta a possibilidade de fiscalização e acompanhamento da obra?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Isso é um problema do Executivo, e não um problema do parlamentar. O meu problema foi apresentar as emendas e aguardar a aprovação, porque ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em todas elas V. Ex^a repete o mesmo padrão?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É. Mesmo porque se V.Exa. verificar, quem diria que aprovaria a emenda em determinado Ministério? Eu apresentei. Ela poderia ter sido aprovada ou rejeitada. E como eu, vários parlamentares fizeram esse tipo de emendas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Elas foram liberadas nos dois organismos? Todas elas?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não sei se foram liberadas. Minha função é apresentá-las. A liberação compete ao Executivo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, queria perguntar ao depoente se tem o levantamento da movimentação bancária.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Tenho o movimento. Eu posso, inclusive, manusear e, depois, ao final, entregar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, eu deixo para o final. V. Ex^a poderia explicar o patrimônio que tem?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Posso. Tenho até de cabeça. Meu patrimônio não se altera durante anos.

Aqui está: um galpão na Rua Francisco de Campos de Abreu, em Campinas; um terreno de 250m2 no Jardim City; um terreno em Santo Antônio de Pinhal com 2.005m2; um apartamento no Edifício Dona Júlia, apartamento 52, é uma quitinete, porque eu estudei em Campinas, onde morei; um terreno com a minha própria casa, onde moro, à Rua Sebastião Carlos Panocchia; um terreno de 1.430m2, na Vila Rosária, e um apartamento no Guarujá.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Este é todo o patrimônio que V. Ex^a tem ?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Este é o meu patrimônio e é inalterado, durante estes últimos sete ou oito anos.

Em 1992 eu troquei este apartamento que tenho no Guarujá por outro, e aparece, inclusive, na minha movimentação bancária e está compatível com a minha declaração de Imposto de Renda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora, V. Ex^a não tem nenhuma empresa, não é proprietário de empresas, de ações de empresa?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não. Eu fui proprietário da empresa Jet- Projetos, Construção e Administração Ltda, onde esta empresa foi fundada logo que me formei engenheiro, e, quando assumi, como Deputado Federal, eu passei as cotas a meu irmão e a meu cunhado. Eu quero aqui, inclusive, estou aqui com a documentação da Junta Comercial, vou ler para V. Exa.

"Jorge Tadeu Mudalem, possuidor de 5.325 cotas do capital social, totalmente integralizadas, cede, transfere a Vicente Carboni, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado em Vila Galvão ... e a seu irmão, Roberto Eduardo Mudalem..".

Eu saí da empresa em 1991. Esse apontamento do jornal, que é um jornal...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, eu não tenho o jornal, não. Eu tenho aqui um levantamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo, junta cadastral, onde consta: Jet - Projetos Construções Ltda, - Jorge Tadeu Mudalem, sócio-gerente, e Elias Mudalem. E a data é de 13/12/93. Está aqui a ficha da Junta Comercial do Estado de São Paulo, quer dizer, a ficha de controle do Cadastro Nacional de Empresas, também aparece o nome de V. Ex^a, que teria, aproximadamente, 37% do capital social, se não me engano, das ações. Exatamente o que foi dito.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Eu posso passar-lhe, inclusive, uma cópia...

Não é verdade. Eu saí em 1991, e está aqui, inclusive, depois, eu posso até tirar uma cópia e deixar ao Presidente, e, na minha declaração de Imposto de Renda de 1992 eu declaro que, aproveitando as reservas do capital social da empresa, eu, inclusive, passo as cotas a meu irmão e ao meu cunhado. Declaro, inclusive, na minha declaração do Imposto de Renda que eu vou deixar uma cópia, se quiserem, dos dez anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a transferiu essas ações?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Foram transferidas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas não registrou junto à Junta Comercial ?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Está aqui o registro da Junta Comercial.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Do Estado de São Paulo?

Sr. Relator, eu queria passar às mãos do Deputado o documento que tenho em mãos. (conversas fora do microfone)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, verifico que há, realmente, a alteração contratual. Agora, a certidão da Junta, se é realmente isto aqui, não tem data.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Certo. Isso aí, não é uma falha minha. Inclusive, Sr. Relator, eu quero passar às suas mãos uma cópia da declaração do Imposto de Renda, na qual eu cito que me ausento da empresa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque na declaração na Junta Comercial de São Paulo consta V. Ex^a como sócio-gerente. Consta o valor, e atrás o senhor pode verificar na ficha de cadastro a mesma coisa.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - E nos documentos que tenho também está, inclusive a xerox da própria Junta, na data de 20...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É porque, Sr. Presidente, para resumir, há uma evolução muito grande do patrimônio desta empresa durante o período desses três anos. Praticamente ela constrói um edifício.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não, ela construiu um edifício...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Azaléia?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Azaléia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tem trinta apartamentos, aproximadamente 66 mil dólares cada um, o que dá um crescimento patrimonial bastante expressivo da empresa, que V. Ex^a tinha 1/3 do patrimônio.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Até demonstro aqui que não estou na empresa. Quero até dizer o seguinte: esse empreendimento começou em 1987, e não como diz...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, aqui tem um histórico da empresa. Pelo menos no levantamento da Junta Comercial, que permite verificar que ela é uma empresa antiga, tem toda uma evolução ano a ano e chega na construção desse edifício, além da construção da sede, que é uma outra obra que foi realizada.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Exato. Tudo declarado no Imposto de Renda e tudo recolhido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. A única coisa que me interessaria seria a origem de recursos, porque não constava na declaração.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - A origem de quê? Desse edifício?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, mas se V. Ex^a está afirmando que não faz parte, teremos que, depois, analisar o Imposto de Renda - como fizemos nos outros casos - dos familiares, do conjunto, identificar suas origens de renda para poder verificar.

Entre os seus familiares, há algumas dessas empresas? A Nevada também tem alguma relação com a família?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Comigo? Nenhuma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é o proprietário?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Meu pai e o meu cunhado, Vicente

Carbone.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eles são os proprietários da empresa

Nevada?.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Exato!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Era uma empresa de aluguel de automóveis, veículos?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E é cliente da Eletropaulo?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E é de alguma empresa do Estado, da

União?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não posso lhe informar, porque não faço parte da empresa, portanto não acompanho as empresas de meu pai. Dedico-me à minha vida pública aqui no Parlamento.

Agora, posso lhe dar toda as informações. Sei que ela aluga carros.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a, ou algum membro da família, tem algum imóvel no exterior?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Nenhum. E passo aqui uma procuração para quem quiser buscar algum imóvel no exterior, e assino.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, o ponto fundamental da minha arguição sobre o patrimônio, que é uma leitura preliminar, à medida que não temos as informações disponíveis, dependeria exatamente da evolução patrimonial dessa empresa, que pela Junta Comercial, está no nome do Deputado, mas S. Ex^a está afirmando que já houve a transferência...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não, não estou afirmando, Deputado Aloizio. Eu trouxe o documento e a minha declaração.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não contesto.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Eu também não contesto o seu, mas o meu também...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pode ter um problema dentro da Junta Comercial, o cadastro do computador informa a propriedade, mas V. Ex^a trouxe uma certidão de transferência e consta no Imposto de Renda a transferência...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É uma certidão de registro na Junta Comercial, que, curiosamente, não tem data. E fui ver adiante, há outras alterações, também -

declaradas registradas sem data. O que parece uma coisa insólita, porque São Paulo é um Estado desenvolvido.

Deixo até um apelo aqui ao Dr. Roberto Rollemberg, que é advogado, que pertence ao PMDB, E que no momento controla o Estado, em termos político, para fazer uma verificação disso. Porque é uma falha grave, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, o que tenho, portanto, são indícios de uma evolução patrimonial muito expressiva desta empresa, que há essa documentação que revela a transferência...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não vi o cadastro. Está aí o cadastro?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está aqui o cadastro.

E tem a data aí embaixo, 13/12.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - No cadastro tem data e até hora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tem hora, data, na Junta Comercial, e consta o Deputado como sócio-gerente com 37,5% do patrimônio da empresa. Quer dizer, essa empresa tem uma evolução patrimonial muito rápida para um período de três anos no mandato.

Agora, essa questão da propriedade é chave. Parto do suposto que a documentação foi apresentada. Evidentemente a Subcomissão de Bancos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A única hipótese do documento do Deputado prevalecer é ter havido uma desatualização no cadastro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Isso pode ser verificado na Junta Comercial.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso é de fácil verificação.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É de fácil verificação. É fácil de se verificar, e a lisura é tão clara, que declarei no meu Imposto de Renda, a saída, da minha retirada da empresa, que até passo às mãos do nobre Deputado Aloizio Mercadante, que pode verificar que me desincompatibilizo da empresa, em 1991.

Depois vou deixar, inclusive, a cópia de todas essas declarações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, são essas, sim, uma análise mais cuidadosa da Subcomissão de Patrimônio, de Bancos, e das emendas, não temos condições, acho, de aprofundar a arguição. Acho que é uma aproximação do processo de apuração dos fatos, mas, de qualquer forma fica registrada a pendência, e vamos verificar e, evidentemente, se for necessário pediremos informações complementares...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não precisa, posso até trazê-las de volta. E vamos esclarecer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a poderia só confirmar as instruções financeiras, em que tem conta bancária?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Posso, sim: Banco do Brasil, Banco Noroeste, em conjunto com a minha esposa, Banespa, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Caixa Econômica Estadual, que foi encerrada, inclusive, e Sudameris.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, não temos como informar. Queria dizer ao elator que está totalmente prejudicada...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Só tem da Caixa e o Nosso Banco.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele tem oito instituições bancárias. Só temos o levantamento preliminar de duas instituições. Portanto, a nossa análise preliminar não tem qualquer base de arguição.

Como V. Ex^a não tem nenhuma propriedade, nenhuma empresa, - propriedade não, ele tem vários imóveis - não tem nenhuma fonte de renda alternativa, que não seja a remuneração parlamentar.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É a minha única fonte de renda atualmente. Quando era empresário, até 1991...

Sr. Relator, tenho, inclusive, este movimento bancário e gostaria de passar às mãos de V.Exa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Ex^a tem uma totalização aproximada?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Tenho sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Poderia anunciar, só para se avaliar em relação à remuneração parlamentar?

Evidente, que são informações preliminares, que vão ter que ser analisadas pelas Subcomissões, porque não foi possível fazer.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - A movimentação em 1990, de créditos, aproximadamente 80 mil dólares; 91 foi de 89 mil dólares...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Um instante só, Deputado, no Nosso tem zero, em 90.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Porque não chegaram as informações.

Sr. Relator, as minhas movimentações pessoais é Banco do Brasil, só, e Caixa Econômica. As outras movimentações são da minha esposa, que movimenta na cidade de Guarulhos, que ela inclusive é Vereadora, e, também, é médica, ocupa a função de médica, e funcionária pública.

Em 91 foi 89 mil, e em 92 - aliás, de créditos:

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De créditos.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - 190 mil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho aqui 40 mil.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Ai, diga-se, eu quero ressaltar que tem uma entrada de 64 a 65 mil dólares da venda deste apartamento, que falei foi a única troca que fiz, na minha evolução patrimonial, no decorrer destes 5 anos.

Tem o depósito na minha conta do Banco do Brasil, e eu vou deixar para os Senhores, e, tem, também, mais cerca de 20 mil dólares de aposentadoria como Deputado Estadual. Pois a lei, na Assembléia Legislativa, acabou com a aposentadoria de 8 anos. Então, fomos ressarcidos, e a Secretaria da Fazenda ressarciu mais 120 mil dólares. E tenho de aplicações financeiras mais 20 mil. É o que totaliza esses 190 mil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quanto em aplicações financeiras? 20 mil? Aliás, 20 milhões.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É, 26 mil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Cruzeiros, ou dólares?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Estou falando em dólares.

Em 93: total de créditos, 89 mil; de salários, 50, e transferências de resgates de aplicação, outros aproximadamente 24 mil dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1989?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Em 1989, cerca de 30 mil dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, termino, pois acho que sem o trabalho das subcomissões agora, fica prejudicado continuar na minha arguição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Jorge Tadeu, confesso que vim agora a tarde no PRODASEN, naturalmente à procura de alguns documentos pertinentes à Comissão de Patrimônio e Fiscal, e os documentos chegaram no período da tarde e o PRODASEN não teria condições de fazer a análise, pois está trabalhando em cima dos documentos dos governadores que estarão sendo ouvidos ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Sr. Presidente, só para colaborar. Estão aqui as contas, inclusive das outras instituições financeiras.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer deixar, não vai fazer falta?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Estou deixando, até tirei uma cópia inclusive para os documentos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Os documentos pertinentes à subvenção patrimonial chegaram agora a tarde, sem condições de uma análise mais profunda, porque todo o PRODASEN, à carga total está em cima dos governadores que serão ouvidos amanhã.

Mas queria também conscientizar V. Ex^a, Deputado Jorge Tadeu, de que após análise desse documento, naturalmente poderá voltar a depor aqui - após a análise do documento pelas subcomissões.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Estou à disposição a qualquer momento, Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - É o primeiro mandato de Deputado Federal de V. Ex?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Primeiro mandato de Deputado Federal.

O SR. PEDRO PAVÃO - Antes ocupou cargo político?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Primeiramente, comecei como engenheiro, em Guarulhos, onde sou funcionário público. Depois, fui eleito Deputado Estadual, fui secretário do Estado de São Paulo, depois eleito Deputado Federal. Em Guarulhos, fui também secretário de obras e serviços públicos.

O SR. PEDRO PAVÃO - A quem V. Ex^a atribui do seu nome envolvido pelo José Carlos Alves dos Santos, numa segunda lista, e posteriormente nos papéis da ODEBRECHT?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente já respondeu a essa pergunta, mas ...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não foi feita a pergunta e eu gostaria de saber por que ele foi citado na segunda remessa do José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na exposição dele, ele se referiu a isso. Agora, já que deseja responder, pode responder.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Possa ser até breve. Nessa citação que ele diz que não tem certeza, nunca estive com o Sr. José Carlos, apesar de ser sub-relator, nunca sequer conversei com ele, nunca sequer o cumprimentei. Causa-me estranheza essa citação por parte do Sr. José Carlos.

Quanto à ODEBRECHT nunca tive contato nenhum com o Sr. Ailton Reis, o qual eu o questiono na justiça. Ele é a empresa?

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Ex^a foi sub-relator do Ministério da Saúde. Esta CPI foi criada por denúncias de existir dois esquemas: um na área de orçamento, pela própria Comissão de Orçamento, por membros da Comissão de Orçamento. E a outra naturalmente na liberação de subvenção social.

Foi o seu primeiro ano de mandato, a sua participação. Faz uma análise do porquê da criação desta CPI ou faz uma análise para nós daquilo que o Sr. vislumbrou como sub-relator, trabalhando ao lado de João Alves, Cid Carvalho, enfim, daqueles que já foram denunciados e que aqui passaram como depoentes.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Nunca tive contato com o Deputado João Alves. Eu fui indicado para a Comissão de Orçamento pela minha Bancada, de São Paulo, e a qual levou o nome do Deputado Jorge Tadeu e do Deputado César Rosa para ocupar as duas vagas que cabiam ao PMDB de São Paulo. E lá fui designado pelo Senador Ronaldo Aragão para relatar o setor 39. E quero dizer da precariedade com que nós trabalhamos nesse setor, mesmo por que, um setor carente, um setor onde existia naquele momento a implantação dos SUDES, das Unidades Básicas de Saúde, da Descentralização da Saúde.

E o que ocorreu? A falta de assistência, por parte da Comissão, era total. Nós tínhamos de nos virar para poder elaborar o relatório.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sua permanência, como sub-relator, não percebeu nada de errado dentro dessa Comissão de Orçamento?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Olha, eu trabalhei praticamente só. Eu fiz consultas aos ministérios e trabalhei com o meu Gabinete e com o assessor que a Casa me forneceu. Eu não tinha quase que muito contato com esse possível pessoal que o senhor tenta colocar.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exa. encaminhou alguma subvenção social para alguma entidade, alguma fundação?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não. Não tenho encaminhamentos. Devo ter um ou dois pleitos para entidades de minha cidade, que não sei nem se saiu.

O SR. PEDRO PAVÃO - No ano em que V.Exa. foi sub-relator aconteceu aquele fato, relatado, das emendas serem incluídas após a votação de Plenário, no PRODASEN. V. Exa. tem conhecimento desse fato, participou desse grupo? Porque foi criado um grupo, não foi criado, mas existia um grupo, melhor dizendo, que se reunia constantemente no PRODASEN na inclusão dessas emendas da Câmara, que surgiu agora um fato novo...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Perfeito...

O SR. PEDRO PAVÃO - ... que vieram a público. V. Exa. tem conhecimento, participou, foi convidado a participar?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - A minha atuação como sub-relator terminou a partir do momento em que o meu relatório foi aprovado pela Comissão. Eu o entreguei para o relator-geral e dali não tive mais contato nenhum com o relator...

O SR. PEDRO PAVÃO - Sequer tinha conhecimento do procedimento a posteriori?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não. Posso lhe afirmar que não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu tenho um recorte de jornal aqui: 15 de novembro de 1993. Emenda reservou US\$75 mil para um hospital fantasma. Hospital Geral Marcos Freire, na cidade de Guarulhos.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Qual é a imprensa?

O SR. PEDRO PAVÃO - O Estado de S. Paulo.

Gostaria que me informasse a respeito disso. Foi uma denúncia que saiu no jornal, o *Estado*, dia 15 de novembro de 93. Hospital Geral Marcos Freire. Orçamento de 92: US\$75 mil.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É uma reportagem onde eu apresentei uma emenda para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, pleito do ex-prefeito da cidade de Guarulhos. Num conjunto onde foram construídas cerca de 900 casas, e hoje habitam ali cerca de 5, 6, mil pessoas. Essa emenda foi aprovada. Essa emenda não foi liberado o recurso e, uma matéria mentirosa, porque essa matéria que, inclusive, diz que a emenda reservou US\$75 mil para hospital fantasma, que ela parte de um senhor chamado José Edvarri, que é o Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, o qual argüo na justiça e vou deixar cópia aqui para o Sr. Presidente e o Sr. Relator, porque, no outro dia, o próprio jornal *O Estado de S. Paulo* desmente essa nota, face ao documento que apresentei, que é datado do dia 16 de novembro de 1993, atendendo solicitação de V. Exa., Deputado Jorge Tadeu.

"Informo que o município de Guarulhos, São Paulo, foi contemplado com recurso nominalmente identificado na Lei de Orçamento de 1992. Valor: um milhão cento e seis, destinados à construção e equipamento do Hospital Geral Marcos Freire, de acordo com o Subprojeto de número 13075042810030862 nos referimos aos recursos orçamentários, apesar de priorizados à época pelo Exmº Sr. Ministro da Saúde, e devidamente empenhados, não foram repassados ao Município de Guarulhos por não ter apresentado a documentação necessária do pleito, o processo de número 33000.00.135/93, cópia anexa.

Outrossim, informamos providências que estão sendo adotadas para o cancelamento do empenho.

Então, esta notícia não é verdadeira, mesmo porque esse recurso que era para a construção de um hospital, que não chegou nenhum recurso na cidade, por falta de documentação da prefeitura.

Até vou passar esse documento, já passei, inclusive, quando saiu essa notícia, para o Deputado Sigmaringa Seixas, que é da Comissão de Emendas, e passo, mais uma vez, e quero ressaltar aqui também a arguição ao Presidente do Sindicato, que até agora não me respondeu. Esta arguição é datada do dia 6 de dezembro, e a cópia do processo do Instituto de Previdência.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, eu me dou por encerrado, mas voltando a repetir a frase de que os documentos pertinentes à área patrimonial chegaram apenas hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o Deputado já se pôs à disposição para, a qualquer momento, prestar novas informações.

Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Deputado Jorge Tadeu Mudalem, eu considero, nobre Deputado, que as pessoas que aqui vêm depor estão sob dois focos. O primeiro é a busca natural, a justificativa das possíveis incriminações, para que possa haver um esclarecimento; mas há uma outra responsabilidade nas costas dos depoentes, é uma contribuição para esta CPI para esclarecimento de fatos, mesmo que sejam fatos onde o nome de V. Exª não esteja envolvido.

Então, vou tratar um pouco destas duas questões. Começarei pela primeira questão, em termos assim de elementos que a nossa Subcomissão tem que espera que sejam esclarecidos por V. Exª.

Em documentos encontrados na casa do economista José Carlos Alves dos Santos, foi encontrado um pleito de V. Exª pedindo descontingenciamento de duas emendas; essas são emendas para o Orçamento de 1991, que foram aprovadas no ano de 1990, V. Exª não estava na Casa.

Emenda: Infra-estrutura urbana do parque Débora Paro, em colina, São Paulo; e macrodrenagem do córrego das Araras - implantação da Avenida Washington Luiz, em Batatais, São Paulo. Essas emendas são de autoria do Deputado Maluly Netto.

A informação que eu pediria a V. Exª é se o Deputado Maluly Netto atuava como Deputado depois do ano de 1990 e qual a razão do empenho de V. Exª para liberar esses recursos para essas duas obras.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Deputado Sérgio Miranda, primeiro eu quero ressaltar que em 1990 eu não era Deputado Federal, isso se refere a 1991.

Fiz o pedido a pedido dos prefeitos, que é natural. Todo parlamentar faz pedido de descontingenciamento, inclusive fiz não só para essa obra, como fiz para várias obras onde os prefeitos me pedem, e o prefeito me pediu e eu fiz. Acho até muito estranho, que foi encaminhado oficialmente, que deveria estar no seu departamento, estar na casa do diretor do Departamento do Orçamento da União. Mas, foi feito esse pleito a pedido dos prefeitos, o que acho natural que façam, inclusive em todos os ministérios onde apresento emendas e mesmo onde não apresento, onde prefeito vem e me pede: olha, dá para você fazer o pleito. Faça.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, não estou fazendo acusação a V. Exª, porque acho que é natural. Queria uma explicação de V. Exª é se o Deputado Maluly Netto se manteve como Deputado no ano de 91?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Se manteve e é meu amigo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por que não foi ele quem pediu esse descontingenciamento? Já fiz essa pergunta para outros Deputados, porque era de interesse político dele que a emenda, que ele lutou para ser aprovada, ficasse associada ao seu nome a liberação dos recursos.

Então, apenas houve algum entendimento de V. Exª com o Deputado Maluly Netto? Qual a razão de não ter sido o Deputado Maluly Netto o encaminhador desse pedido?

Volto a dizer que já fiz perguntas semelhantes, porque já houve outro caso semelhante do mesmo tipo. Existe um Deputado, que está presente no Congresso, há uma emenda de sua autoria, mas o pedido de descontingenciamento é feito por um outro parlamentar. Fico querendo entender esse processo. Houve algum acordo de V. Exª com o Deputado Maluly Netto? S. Exª sabia que V. Exª estava pedindo um descontingenciamento?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Pedi o descontingenciamento a pedido do prefeito. Só isso que posso responder ao senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Jorge Tadeu Mudalem, ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Prefeito Salim, inclusive.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Tenho a impressão de que nas emendas de Relator, de V. Exª, pelo menos esse foi o dado que obtive, todas têm a origem da emendas, de quem solicitou a emenda.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É verdadeiro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso é verdadeiro. Acho que inclusive, Deputado, V. Exª está de parabéns, porque esse é um fato importante, para que haja transparência no Orçamento. Temos observado que há um processo de ocultamento do autor da emenda, ou fica como autor o relator-parcial ou o relator-geral. V. Exª teve esse mérito.

Queria um esclarecimento de V. Exª: em uma emenda do FNS para a construção do Hospital Regional em Alagoinhas, na Bahia, que foi englobada por emenda de Relator de V. Exª. V. Exª justifica a aprovação da emenda como sendo feita através de uma solicitação dos Deputados José Carlos Aleluia e Pedro Irujo. Houve um pedido comum? Como se deu esse pedido? O Deputado José Carlos Aleluia tinha também emenda para essa obra? Porque sabemos que o Deputado Pedro Irujo tinha uma emenda.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É, o Deputado Pedro Irujo tinha uma emenda, a qual foi acatada parcialmente. A emenda é no valor de 5 bilhões e houve solicitação tanto por parte dele quanto por parte do Deputado Aleluia. E eu, no espelho da publicação, tomei o cuidado de colocar a solicitação. Tenho até aqui a solicitação do parlamentar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Considero correto isso. Estou apenas tentando...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Por escrito, sim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apenas quero esclarecer os mecanismos. O Deputado José Carlos Aleluia não era autor da emenda, S. Ex^a fez um pedido a V. Ex^a para que incorporasse a emenda do Deputado Pedro Inui?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Exato.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito bem. Nos documentos apreendidos na casa do Sr. Ailton Reis, existe uma folha de papel que V. Ex^a deve ter tido conhecimento já para poder se preparar, esclarecer, onde consta o nome de V. Ex^a, FNS, Fundo Nacional de Saúde, ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Ou pode ser Fundação, não é?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ou Fundação, e há um nome embaixo, que é de um funcionário da Norberto Odebrecht, funcionário que tinha um livre trânsito aqui na Casa, bastante conhecido, Sr. Cláudio Melo, V. Ex^a falou que não conheceu o Dr. Ailton Reis. E o Dr. Cláudio Melo, V. Ex^a conheceu? Houve alguma tratativa desse senhor em relação a esta emenda?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Fui uma vez apresentado ao Sr. Cláudio Melo e nunca mais tive contato com esse senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E houve alguma discussão?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Nunca houve nenhuma tratativa. Vou deixar bem claro: nunca!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Alguma emenda do Estado de Alagoins?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Nunca. Nenhuma tratativa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - O Hospital de Alagoins foi pleito dos parlamentares ao qual acatei e até publiquei inclusive no espelho da aprovação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A Adutora Pedro II, do Piauí, esta obra, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, tem sido muito polêmica aqui nesta CPI, porque há em torno dela várias denúncias de superfaturamento; a Norberto Odebrecht conseguiu, ganhou a licitação, depois transferiu parte da obra para outra empresa. O nome de V. Ex^a está manuscrito ao lado da emenda: J. T. Mudalen. V. Ex^a tem um pouco o histórico dessa emenda, quem pediu, como ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Eu tenho até esse documento. Trata-se de uma emenda do Deputado Ciro Nogueira, na qual o pleito da emenda era de 6 bilhões e houve um acatamento por parte do relator de 350 milhões, a pedido do parlamentar. Eu aprovei a emenda do parlamentar e não da construtora. Até aqui nesse quadro eles diziam ou supunham, pelo menos é o que eu, que aprovariam 3 bilhões.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. V. Ex^a está incluído, a sigla JTM, ligado a FNS, em outro documento apreendido na casa do Sr. Ailton Reis, que tem por título relação de emendas a aprovar: DS - Otacílio Carvalho. Essa expressão DS define dentro do organograma da empresa Norberto Odebrecht o nível de direção. Então o Sr. Otacílio Carvalho, na minha opinião, é um funcionário da Norberto Odebrecht. Esse cidadão entrou em contato com V. Ex^a para discussão de algumas das emendas ligadas ao Fundo Nacional de Saúde que V. Ex^a foi o sub-relator.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Não, Senhor. Nem sei quem é. É a primeira vez que estou ouvindo o nome desse Senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Em relação à primeira parte da inquirição,... (A Presidência faz soar a campainha.) Só mais uma pergunta, Sr. Presidente, que V. Ex^a..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque como já passamos 3 minutos e V. Ex^a fala na primeira parte eu imagino que terá a segunda...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não apenas para que o Deputado possa agora no caso contribuir para a CPI. As respostas de V. Ex^a foram bastante objetivas, bastante seguras em relação a questões que a nossa subcomissão fez levantamento de situações que envolvem o nome de V. Ex^a ou siglas que nós identificamos como do Deputado Jorge Tadeu Mudalen. E sobre a Comissão de Orçamento, Deputado, V. Ex^a foi relator no ano dramático daquela Comissão. Primeiro, em relação à demissão do Dr. Roberval.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Eu nem o conhecia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, mas os fatos que levaram à demissão do Dr. Roberval, a denúncia, denúncia não, a nota técnica que ele fez como avaliando a LDO, o relatório da LDO, onde ele já faz ali críticas a certos mecanismos que estavam se pondo para elaboração do orçamento que poderiam facilitar o processo de manipulação. Que criou uma crise, uma carta do Deputado João Alves ao Senador Ronaldo Aragão, posteriormente uma carta do Senador Ronaldo Aragão ao Presidente da Câmara dos Deputados. V. Ex^a pode dar alguma informação à CPI, para que nós possamos esclarecer todo esse imbróglio.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - O que posso dizer é o seguinte. Eu não participei inclusive desse processo, mesmo porque eu era sub-relator de um setor e me ative simplesmente a ele, porque era um setor muito importante, um setor carente e que demandava de uma análise muito grande da minha parte porque ele recebia muitas emendas. Então eu me ative a ficar dentro do meu setor e não procurava, e não participava desse tipo de reuniões, eu não posso afirmar absolutamente nada.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Mais uma pergunta, Deputado. Em relação à CPI, V. Ex^a tem alguma informação, porque a CPI não foi instalada, a CPI que foi pedida, aprovada, com número regimental de assinaturas.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Eu inclusive até assinei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Ex^a é signatário também.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Signatário, mas infelizmente não tenho informação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nenhuma informação.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Gostaria até de verificar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A informação que nós temos também, acho que para esclarecer V. Exª que a média de liberação foi alta, acima da média dos Parlamentares, bem como o número de aprovações. A análise que fazemos é que a maior parte das verbas apresentam concentração na área de saneamento e canalização de córregos, beneficiando Mauá e Guarulhos.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - São cidades onde fui votado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Municípios onde V. Exª tem influência política e os valores são compatíveis com o tamanho de tais municípios. Há apenas uma questão curiosa para encerrar; uma emenda de V. Exª: para o saneamento rural, em pequenas localidades do Estado do Piauí, a cargo do Governo do Estado, os recursos foram liberados à Prefeitura Municipal de Teresina. É possível esclarecer essa questão? É evidente que não envolve V. Exª, mas ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É bom esclarecer bem e separar os períodos. Primeiro essa menção que o nobre Deputado faz...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Relator está falando um pouco alto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode continuar.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Essa separação é importante. As emendas aprovadas para o Estado do Piauí, como diversas outras emendas, são de quando fui Sub-relator.

Tenho aqui vários pedidos de Parlamentares que, por um motivo ou outro, não adequaram sua emenda devidamente, mesmo porque nosso Ministério se confundia; apresentavam emendas do Ministério da Saúde, que eram do Senador Amir Gabriel e a emenda ficava prejudicada. Possuo documentos com solicitações referentes. Considerando que se encontram em construções várias unidades de saúde, em diversos municípios piauienses - estou com a relação de 30, 40 -, um pedido do Deputado José Luiz Maia. Por isso é que foi acatada por mim como Sub-relator, no ano de 1991, como de outros Parlamentares, no qual acatei e, no espelho, saiu a publicação. Inclusive, acatei o pedido da Deputada Irma Passoni, para tratamento bucal, na Prefeitura de São Paulo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas a curiosidade, não sei se V. Exª ficou atento, foi que a emenda foi aprovada, mas os recursos, ao invés de irem para pequenas localidades - não estou responsabilizando V. Exª, só quero saber se é possível contribuir para esclarecer esse fato curioso - foram para a Prefeitura Municipal de Teresina, que deve ser, no Piauí, a maior localidade.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Causa-me estranheza, porque a aprovação dessas emendas foram para as pequenas cidades e o pleito era que se dividisse o recurso às cidades. Aprovei, como Sub-relator, para as pequenas cidades. A liberação não fica a cargo desse Parlamentar, mas, do Executivo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o nobre Deputado Walter Nory. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, quando estava em andamento a inquirição do Senador Alexandre Costa, havia a informação de que esta arguição se iniciaria logo após o término daquele trabalho. Está aqui o Senador José Paulo Bisol, que presidiu os trabalhos, um dos últimos a arguir, portanto, só pude chegar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deram-lhe, certamente, uma informação equivocada. Porque só começáramos aqui depois que acabassem lá. Essa informação foi equivocada, abrimos aqui às 19h20min.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acontece, Sr. Presidente, que por estar arguindo lá seria impossível, para mim, estar aqui na hora. E pediria a atenção, se possível, de poder formular perguntas, até porque empenhei-me para estudar e esclarecer o caso aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Exª há de compreender que me é difícil negar qualquer tipo de solicitação dessa natureza. Neguei a todos, agora V. Exª pediu a palavra pela ordem; V. Exª poderia também através do Relator formular suas perguntas, mas não posso impedir especialmente se o Deputado Jorge Tadeu Mudalem aceitar.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, V. Exª conta com a benevolência do Depoente. E isso me resguarda em relação a precedentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois não.

Deputado Jorge Tadeu Mudalem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero fazer uma pausa, se me permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Secretaria de V. Exª está perguntando se pode manter o voo de 21h30min; tenho a impressão de que é muito difícil.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É que estou com problema de saúde em casa, mas não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque são 21h31min. Vamos ver se o Senador Suplicy corresponde a benevolência de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Queria lembrar que o Relator também não falou ainda, muito embora me comprometo a ser breve.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - O problema é que estou com problema de saúde em casa e é por isso que... Mas, sem problema nenhum. Vamos lá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - 21h o voto.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - É 21h30h.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Procurarei ser rápido, embora tenha muito conteúdo aqui.

Ao verificar seu trabalho como Relator parcial da saúde no Orçamento de 1992, temos emendas para construção de trinta e sete postos de saúde, doze hospitais, quinze emendas para obras na área de saneamento básico e abastecimento de obras entre outras. O Ministro Adib Jatene, reconhecido como homem íntegro, quando assumiu a Pasta da saúde no início de 1992, declarou em audiência aqui no Senado Federal que o Orçamento de seu Ministério e do Governo era elaborado, sobretudo, pelas empreiteiras que decidiam que seria construído e onde em detrimento da necessidade de manutenção do sistema de saúde. Não estaria nos documentos da Odebrecht através até da citação de diversas pessoas, mas incluindo seu nome, uma indicação de razão na palavras do Dr. Adib Jatene?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Procurei quando fiz meu relatório ir ao Ministro e pedi por escrito ao próprio Ministro, ao INAMPS, também a FUNASA, que me dessem dados para a elaboração desse relatório. Os dados que vieram por parte dos Ministros foram poucos.

E procurei ouvir por parte do Ministro e o que existe hoje no País - tenho até exemplos na minha cidade - são várias construções de hospitais, e o senhor que desce no Aeroporto de Guarulhos, quase que semanalmente, vê lá um hospital de duzentos e oitenta leitos parado, criando galinha e vaca. E tentei alocar recursos para obras que estavam em andamento. Inclusive, a própria LDO de 1992, agora, especifica que a pessoa tem de alocar os recursos para as obras em andamento, que não acontecia em 1991. E procurei contemplar essas obras que estavam em andamento e, infelizmente, com o contingenciamento por parte do Ministério da Fazenda na época, todas essas obras ficaram paralisadas. E a situação daquele Hospital de Guarulhos, infelizmente, numa cidade onde vivo, e tive oportunidade de ver um avião cair onde morreram centenas de pessoas, a intenção de se implantar esse hospital, o hospital de queimados e que tem o maior aeroporto do País, até hoje as obras continuam paralisadas há mais de cinco anos. E isso acontece também com as escolas técnicas e com essas obras governamentais do Governo Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Mudalem, V. Ex^a apresentou dezoito emendas para apenas dois contratos de obras em Mauá e Guarulhos nos anos 1992 e 1993, todas elas liquidadas, provavelmente as obras que mais receberam emendas de um único parlamentar. Aqui há algo que, pelo menos, pode parecer absurdo ou estranho, porque se chega ao absurdo de existirem duas emendas com a mesma especificação, no mesmo ano, para o mesmo ministério e, inclusive com o mesmo valor. Vou citar o exemplo. São as emendas nº P 04689,2 e P 04690,6, para sistema de abastecimento de água, no bairro das Pimentas, em Guarulhos. O valor total dessas emendas é de 21 milhões de dólares. V. Ex^a poderia esclarecer quais as empreiteiras que realizam estas obras e em que épocas essas prefeituras assinaram os respectivos contratos com as empreiteiras?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - O que eu posso lhe dizer é o seguinte: com muita honra, eu fui o Deputado Federal mais votado do PMDB, na cidade de Guarulhos e em Mauá. Eu tive, só em Guarulhos, 50 mil votos. Eu, na cidade de Mauá, também fui o Deputado mais votado do PMDB. Apresentei estas emendas, apresento e apresentarei, porque a própria Comissão diz que é lícito, as apresentações das emendas. A aprovação cabe ao Sub-Relatores, ao Relator, ao Plenário desta Casa e a deliberação, por parte do Executivo. Guarulhos é uma cidade de um milhão de habitantes, que carece da abastecimento de água, carece de obras de infra-estrutura, de canalização de córregos, carece de vias para poder dar escoamento ao grande movimento de carros que se concentram nesta cidade, devido à implantação do Aeroporto Internacional. Então, Sr. Deputado, creio que é muito natural que eu apresente estas emendas, e vou continuar apresentando, porque é lícito a apresentação das emendas. A liberação fica a cargo do Executivo, no qual eu não tenho nenhuma influência.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Que participação teve V. Ex^a nos contratos assinados pela prefeituras, relativo a estas obras, sejam os contratos de financiamento com a Caixa Econômica, seja, os de execução?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Eu participei, juntamente com os prefeitos, como testemunha no financiamento da Caixa Econômica Federal, tanto com o Prefeito de Mauá, tanto com o Prefeito de Guarulhos e com qualquer outro prefeito que vem ao meu gabinete e pede para mim acompanhá-lo a qualquer ministério, eu acho que é uma obrigação minha, tanto a apresentação da emenda quanto acompanhar os prefeitos, e, principalmente, nas cidades onde fui licitamente votado e eleito por aquele povo que sofria com a falta de água, porque, quem conhece o bairro das Pimentas, que é a zona leste de Guarulhos, quem conhece essa região sofrida, sabe do sofrimento daquele povo que ao abrir uma torneira não tinha água, e hoje, graças a esses recursos, a água potável jorra lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando V. Ex^a foi testemunha,... eu até solicitaria à Comissão cópias do contrato, o Sr. Relator, por favor. Dos contratos com a Caixa Econômica Federal, já conhecia os resultados das licitações para definição das empresas que realizariam as obras, e quando apresentou as emendas, tinha V. Ex^a conhecimento desses resultados?

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Primeiro, eu não faço concorrências. Eu apresento emendas, a pedido dos prefeitos. E foi o que eu fiz.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Os resultados das licitações saíram em maio,

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Eu não faço licitação, Senador. O Senhor é muito inteligente, eu estou achando que o Senhor não está aqui a serviço de outro parlamentar, para trazer briga local.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não, apenas estou fazendo uma investigação, cumprindo o meu dever.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Eu estou fazendo esta colocação porque o Senhor é muito inteligente, e sabe que eu não licito obras. Quem licita obras é o Poder Executivo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Gostaria de observar que o resultado das licitações saíram em maio, em Mauá e em junho, em Guarulhos. Os contratos com a Caixa Econômica Federal foram assinados em setembro de 91.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - No qual acompanhei os prefeitos.

O SR. EDUARDO SUPPLY - ... mês de início da tramitação do Orçamento Geral da União de 1993. Quer dizer, há uma sequência nessas datas. Deputado Jorge Tadeu Mudalem, V. Ex^a é engenheiro, empresário da construção civil, foi secretário de obras, no Município de Guarulhos, superintendente do serviço autônomo de água e esgoto, portanto pessoa habilitada para avaliar custos de obras. Tendo sido testemunha nos contratos de financiamento de 52 milhões de dólares para as obras de Mauá, sendo autor de diversas emendas para as mesmas, em nenhum momento percebeu se estaria havendo qualquer superfaturamento nessas obras?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Primeiro que isso cabe ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Contas do Estado, fiscalizar as licitações e os preços de obras, não cabe a este Parlamentar. Simplesmente apresentei as emendas e, como colocou até na pergunta o Deputado Sérgio Miranda, as apresentações das minhas emendas são compatíveis com o porte de obras que estão sendo realizadas nessas cidades.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vou dar aqui um exemplo: os gabiões, por exemplo, blocos de pedra, envolvidos por "x" de arame, que passa a constituir a margem canalizada dos córregos, representam 83% do custo total da obra de canalização. O metro cúbico dos gabiões já assentados nessa obra de Mauá é da ordem de 42 mil 624 cruzeiros. Na Prefeitura de São Paulo, à mesma época, estava tendo um custo de 15 mil 814 cruzeiros - aqui assinalo isso e encaminho ao Sr. Relator. Claro que isso é objeto de atenção do Tribunal de Contas, mas estou...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - E meu também como Parlamentar para fiscalizar isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muito bem, daí a experiência de V. Ex^a ser importante.

Mas encaminho ao Sr. Relator, para ilustração do exemplo.

Em verdade, essas obras de Mauá e Guarulhos, para as quais V. Ex^a apresentou emendas, são financiadas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aplicados na área de saneamento, ao tempo - em que época foram assinados, contrato assinado em setembro de 1991 - quando era Secretário de Saneamento o Sr. Walter Annichino e Presidente da Caixa Econômica Federal o Sr. Alvaro Mendonça.

Eles possuem também complementação de recurso do Orçamento. Ou seja, foram aprovadas e liquidadas 18 emendas de V. Ex^a: 7 para Mauá, 11 para Guarulhos, totalizando 7,2 milhões de dólares. O valor total das emendas representavam 21 milhões de dólares, o valor total orçado dos contratos ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - O senhor nota que foi bem abaixo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - ... 52 milhões de dólares em Mauá e 50 milhões em Guarulhos, total 102 milhões. Não chega a totalizar tudo.

O contrato de Mauá é realizado com a OAS, o de Guarulhos é com a COESA, controlada pela OAS. Os contratos de financiamento entre a Caixa Econômica Federal e as Prefeituras foram assinados na mesma data, sendo V. Ex^a, como mencionou, testemunha em ambos os contratos.

As licitações foram decididas por critério de desempate por nota técnica.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Foi feita concorrência pública? O senhor tem aí?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Por esse critério. São licitações públicas.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Concorrência pública, não foi carta-convide...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não. Foram licitações por critério de desempate com nota técnica; abrange um conjunto de obras que deveriam ser objeto de várias licitações; em Guarulhos trata-se da canalização dos Córregos dos Cubas e Japoneses, distantes entre si; pavimentação de ruas, sistema de abastecimento de água. Em Mauá, trata-se da canalização do rio Tamanduateí, dos córregos Corumbê e Bocaina.

Este sobrepreço, por exemplo, de que forma foi detectado? Pelo mesmo sistema que, por exemplo, utilizamos para analisar sobrepreço no córrego Inhumas, ou seja, uma comparação com a tabela de preços...

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Mas, o V. Ex^a não pode comparar como engenheiro, me desculpe. V. Ex^a é engenheiro?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não, estou demonstrando como que fiz a indicação, a comparação.

Em situação na qual havia indícios de sobrepreços. Qual foi a comparação feita? Numa tabela de custos unitários da Prefeitura de São Paulo, - estou concluindo - aplicada na planilha de quantidade de obras. Então, o sobrepreço é da ordem de 50 a 40%; 50% na canalização dos córregos e 40% na pavimentação, conforme mostram as tabelas anexas.

Apenas, Deputado Jorge Tadeu Mudalen, seria importante que nós nos empenhássemos, realizássemos um esforço para evitarmos o sobrepreço e um tipo de... a licitação por desempate de nota técnica, hoje está sendo evitada como forma de procedimento, e acredito que isso vá para o passado.

Se tiver alguma ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Deixe-me responder.

Vou ser breve. Primeiro porque não tenho nada a ver com a concorrência. Concorrência quem faz é o Poder Executivo.

Quem tem que fiscalizar é o Tribunal de Contas da União, pois se é um contrato da Caixa Econômica Federal, ele é quem tem que opinar.

E perante o Estado é o Tribunal de Contas do Estado.

E pelo que me parece, pelo conhecimento que tenho, essas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Eu eu não pensava que um problema paroquial, Sr. Presidente, Sr. Relator, viesse a esta Comissão, mesmo porque o que existe é uma briga local onde eu não queria trazer para cá este tipo de problema.

Porque não tenho nada a ver com concorrência, não tenho nada a ver com isso, tenho com a apresentação da emenda.

Agora, como é que vou ... com o preço com isso e com aquilo.

Então, era bom deixar claro, que apresentei as emendas para os municípios onde fui votado, e vou continuar apresentando. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Apenas, Sr. Presidente, mais de dezenas de milhões de dólares da União, não se trata de problema paroquial. São as emendas, ressaltar, que sobretudo foram liberadas de autoria ...

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Senador o assunto já foi resolvido, sou pernambucano, não tenho voto lá,

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou poder perguntar sem impugnações.

Deputado Tadeu Mudalen, respondendo a uma pergunta do Deputado Aloisio Mercadante, V. Ex^a disse que aprovou emendas e continuará aprovando emendas...

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Desculpe, Sr. Relator, é apresentando.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Apresentando emenda, pois não. Para Guarulhos e outros municípios do entorno onde V. Ex^a foi bem votado, e tem compromisso político.

Bem, me parece que ninguém contestou isso.

Mas, a pergunta dele, ia um pouco além, perguntava se a OAS, tinha obras no município ou nas proximidades.

Então, essa parte da indagação ficou em aberto e eu gostaria de saber, se a OAS está presente, Guarulhos, ou tem qualquer outro município paulista daquela região.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Está sim, está presente, mesmo porque em face desses questionamento eu trouxe, e depois vou passar às mãos dos Senhores, posso ler, aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pode é claro.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Não diz respeito primeiro ao Parlamentar mesmo porque não faço concorrências e deixei bem claro isso.

Mas, consegui um acórdão, do Tribunal de Contas ...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou indagando sobre a OAS, independentemente de ser V. Ex^a quem está aí, porque nós também investigamos as empreiteiras.

Sobretudo aquelas que como a OAS, fazem contratos vultosos com as Prefeituras e Municípios à conta de verbas federais.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Posso ler o parecer ao Tribunal de Contas?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Claro que sim.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN - Contrato entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos e a empresa COESA - Acórdão do Tribunal de Contas nº 20.937. Vou ler só o final.

" O Tribunal de Contas considerou as contas do contrato da concorrência pública legal, decorrente destas despesas. Sala das sessões, 9 de março de 1982".

Eu moro em Guarulhos e passo todos os dias na porta dessas obras, tanto no córrego dos cubas quanto nessas obras de canalização e a placa está lá clara. É uma placa clara da Caixa Econômica Federal e da construtora. Se eu dissesse que não sabia que era ela que estava executando a obra, eu estaria mentindo. Eu tomei conhecimento, claro. Mas, as apresentações das emendas são em caráter de pedidos dos prefeitos. Quero ressaltar e deixar registrado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não estou questionando isso. Queria saber o seguinte: em 1971, a Caixa Econômica, e digo isso sem receio de contestação,

a Caixa Econômica era uma instituição que só atendia um número restrito de pessoas: políticos e empresários.

Então, quando vejo alguém que conseguiu empréstimo na Caixa Econômica, entre 90 e 92, fico curioso de saber qual foi o processo e qual foi o desfecho. Então, eu perguntaria, V. Exª tem conhecimento de toda tramitação desse processo?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Nenhum conhecimento, simplesmente acompanhei os prefeitos, mesmo porque o meu partido fazia oposição ao governo que aí estava.

Fui convidado pelos prefeitos e os acompanhei - pois haviam me ligado - e assinei como testemunha porque fui o mais votado do PMDB àquela época.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não participou de nada?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - De nenhuma à Caixa Econômica Federal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem soube se esse processo passou pelo Ministério da Ação Social, se houve despacho da Ministra Margarida Procópio, se houve parecer do Sr. Walter Annichino ou do Sr. Ramon Arnus?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Conheci a Ministra Margarida Procópio no dia da assinatura, juntamente com os prefeitos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Exª só conheceu, só tomou conhecimento a partir da assinatura do contrato, realmente, não acompanhou a fase, talvez, mais difícil que é a fase da tramitação, dos pareceres técnicos, a nível de ministério.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Nada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quanto a V. Exª ser do PMDB não era nenhum entrave porque aqui nesta cadeira, um Deputado do PMDB, há 10 dias, confirmou e exibiu aqui o documento, que ele teve de um Ministro do PFL um despacho - um só despacho - autorizando subvenções para 54 Municípios do Ceará.

De forma que me parece que o Governo não era muito partidário, acho que o governo era polivalente. Mas, isso não é importante para nós.

V. Exª, segundo informações da nossa subcomissão de emendas, teve sempre uma breve mas destacada atuação na Comissão de Orçamento.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Só fui uma vez.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, breve, mas destacada.

Destacada por quê? Porque conseguia apresentar muitas emendas e tinha um nível acima da média de aprovações.

E foi sub-relator do setor de saúde 39, que é a Fundação Nacional de Saúde. Como é comum o entrosamento entre o relator-geral de orçamento e os relatores parciais ou sub-relatores com agentes do Poder Executivo, pergunto quem foi, ou se houve alguém no Poder Executivo, ou mais precisamente na Fundação Nacional de Saúde que tratou com V. Exª a respeito dos interesses do Ministério quanto a essa parte do orçamento.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Da FUNASA? Do Fundo Nacional de Saúde.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Eu encaminhei pleitos a, então responsável, que era Isabel...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Era presidente.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Presidente. Está certo? E não obtive resposta por parte dela. Tenho aqui o pleito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exa. nunca tratou com o Diretor Executivo?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Nunca.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca. Não o conhecia?

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Não senhor. Não senhor. Aí eu fui ao Ministro, e fiz o mesmo pleito ao Ministro, para que me municiasse de dados. Está certo? E ele me encaminhou alguns dados para elaborarmos o relatório, e trabalharmos com o assessor daqui da Casa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está bem, Deputado. Creio que encerrando aqui, V. Exa. ainda pega seu avião.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Muito obrigado. Eu gostaria de passar uns documentos as suas mãos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, estou a sua disposição.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Eu gostaria de registrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Como V. Exa. tem problema do avião, eu consulto se quer fazer um encerramento.

O SR. JORGE TADEU MUDALEM - Eu quero agradecer aqui ao nobre Presidente, ao nobre Relator, aos Srs. Parlamentares que aqui me inquiriram, no qual eu deixei aqui, inclusive para os que não estavam aqui, as contas bancárias que ainda não haviam chegado a esta Comissão, todas as minhas declarações de Imposto de Renda, e agradecer esta oportunidade que tive de poder esclarecer a esta Nação que não posso e nem possuo nenhum vínculo e nem sequer conheci o Sr. José Carlos, representante da empreiteira Norberto Odebrecht, contra a qual eu questiono na justiça, e, neste momento, acho que é a hora da verdade, onde eu tenho a certeza que posso, no meu modo de ver, ter esclarecido os questionamentos aqui feitos por qualquer um dos Srs. Parlamentares. E, quero, Sr.

Presidente, me colocar à disposição, a qualquer momento que tor, para voltar aqui e esclarecer qualquer ponto, qualquer dúvida, porque a minha vida sempre se balizou numa vida correta, tranqüila, limpa e, quem sofreu muito com esses episódios todos foram os meus familiares, os meus amigos, os meus eleitores e a minha esposa, que aqui está presente, e picuinhas locais que eu vou passar até por cima, porque eu já o fiz nas eleições de 88 e de 92. E, agora, nas eleições de 94, a população vai reconhecer, novamente, o trabalho que nós realizamos, principalmente na grande São Paulo, e é por isso que eu vou continuar apresentando as emendas, porque é um direito do Deputado apresentá-las.

Eu quero aqui agradecer a todos os Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR KLEIN - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 21h04min.)

Depoimento do Sr. Senador Édison Lobão

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - (Não há gravação do início da reunião)... a Comissão de Orçamento, liberação de recursos orçamentários, iniciada por denúncias feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos. Nós entendemos, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que deveríamos ensinar a todas as pessoas mencionadas na sua entrevista e, depois, no seu depoimento, a oportunidade de prestar as devidas explicações, e entendemos também que era fundamental que não parecesse que a Comissão Parlamentar de Inquérito estava protegendo alguém. No caso específico dos Governadores mencionados houve, inicialmente, uma dúvida jurídica a respeito de se uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional poderia ouvir Governadores de Estado ou se eles não estariam submetidos apenas às suas Assembleias Legislativas. Nesse sentido, havia posições divergentes, manifestadas, inclusive, em plenário, até o momento final. Mas por maioria de votos, o entendimento que prevaleceu foi o de que, em se tratando de questão de Orçamento, os Governadores poderiam ser ouvidos. E decidimos convidá-los, não foi uma intimação, foi um convite para que pudessem prestar os esclarecimentos. Em função do convite, dispensarei aqui a tomada de compromisso. Está aqui a Comissão que foi designada pelo Presidente da CPI para tomar o seu depoimento e, neste momento, passarei a palavra aos Parlamentares, a fim de que façam as perguntas que entenderem necessárias. Procuraremos não ser excessivamente formais, já que é uma Comissão pequena cumprindo uma diligência. Se algum Parlamentar, que já tiver feito as suas perguntas, entender que deve complementá-las - e me parece que isso é do interesse de V. Ex^a -, poderá fazê-lo.

Eu então iniciaria, porque sei que já recebeu informações de Subcomissões, pelo Senador Jutahy Magalhães.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, indago se eu poderia fazer uma ligeira explanação inicial e, em seguida, eu responderia às indagações.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - À vontade.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Desde que se instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito, os Governadores têm sido mencionados pela imprensa pelo fato de terem sido também mencionados pelo Sr. José Carlos Alves numa entrevista à revista *Veja*. O que disse ele? Que havia visto, junto com o Relator da Comissão de Orçamento, os Governadores Edison Lobão, Joaquim Roriz e João Alves. Nenhuma acusação foi feita, nenhuma alegação ocorreu. Daí por diante, o noticiário da imprensa passou a focalizar os nomes dos Governadores permanentemente, num suplicio que já dura cerca de 3 meses. Permitam-me V. Ex^{as} dizer que recebi de fato o expediente do Presidente Jarbas Passarinho convidando-me, como fez com relação aos demais Governadores, para que prestasse algumas informações, como testemunha, a respeito do Orçamento da União. S. Ex^a foi explícito quanto a isso: Orçamento da União. E é o que pretendo fazer.

Eu, de fato, exerci um trabalho, que até diria intenso, no sentido de obter recursos do Orçamento da União Federal. E por que o fiz? Quando fui eleito Governador, procurei tomar conhecimento do que ocorria no meu Estado. Havia uma situação financeira caótica. A folha de pessoal ascendia a 70% das receitas do Estado; estávamos a braços com uma dívida interna e externa que era, e é ainda, a maior do Brasil. O Estado do Maranhão deve mais proporcionalmente do que a União Federal, do que qualquer um dos Estados. Enquanto a União Federal deve, aproximadamente, uma receita anual, São Paulo deve menos de uma receita e assim por diante, o Estado do Maranhão deve 4 receitas e meia. Estava em situação de inadimplência junto à Caixa Econômica e outros órgãos. A receita do Estado em queda, seja a receita propriamente dita estadual, o ICMS, como a receita proveniente do Governo Federal, Fundo de Participação. O Banco do Estado recém-saíra de uma intervenção do Banco Central. O Departamento de Trânsito sofria as acusações dos chamados fiéis depositários, que foi uma crise que abalou profundamente o Departamento. No setor de saúde, os hospitais estavam todos fechados, e vivíamos um drama, tínhamos aproximadamente 140 mortes para cada mil crianças que nasciam. Era o maior índice brasileiro. A agricultura totalmente falida, e a polícia uma das piores do Brasil. Verifiquei,

então, que, diante daquela situação, teríamos que fazer uma reorganização profunda no Estado: reforma administrativa total, rearrumar a Receita Estadual e buscar no Governo Federal, junto ao Orçamento, recursos com os quais pudéssemos aliviar a situação do Maranhão. Chegamos a pagar 22% de todas as suas receitas para amortização da dívida; nenhum Estado viveu esse drama, como o Maranhão viveu, por muito tempo, e, de algum modo, ainda vive, ou seja, 22% das receitas com uma folha de 70 e tantos por cento, chegaríamos a uma situação de quase ingovernabilidade.

Os Governos anteriores, os que constituíram a dívida, governaram sem ter que pagá-la, porque não a resgatavam, não pagavam Fundo de Garantia, não pagavam ISS, e recebiam empréstimos externos e internos generosos, fundo de participação, o ICMS e o resultado de aplicações financeiras.

A partir do meu Governo, passamos a contar apenas com o ICMS, sonogado em grande escala, e com o fundo de participação em queda. Portanto, a nossa situação parecia realmente dramática. O que fiz? Antes da posse, telefonei para o Governador Tasso Jereissati, que eu conhecia, dava-me muito bem com ele, e que realizara um Governo, no Ceará, admirável. Fui, lá, tomar algumas lições com ele; eu lhe disse isso. Na ocasião, Tasso Jereissati foi muito cordial, como sempre o foi, chamou o seu sucessor, Ciro Gomes, eleito, e juntos conversamos sobre a ação de governo que ele desencadeara naquele Estado. Disse-me, então, o Dr. Tasso Jereissati algo interessante e curioso, ou seja, que ele sustentara a grande obra que fizera no Ceará com dois Secretários: basicamente, o Secretário da Economia e o Secretário da Administração.

O Secretário da Administração promovera uma reforma administrativa profunda que resultou em economias substanciais para o Estado, e o Secretário de Fazenda realizara, também, uma administração extraordinária, graças à qual foi possível elevar, substancialmente, as receitas do Estado. Eu, então, perguntei ao Dr. Ciro Gomes se ele ia manter esses dois Secretários. Ele me respondeu que os havia convidado, mas eles não aceitaram permanecer no Governo. Pedi, então, licença a ambos para convidar os dois cearenses para que trabalhassem comigo. Naquele instante, eu estava promovendo uma espécie de caça aos valores, mais ou menos, guardadas as proporções, o que fizera Kennedy nos Estados Unidos. Eu estava interessado em fazer uma administração realmente modelar, revolucionária, no Estado do Maranhão, mas, para isso, eu precisava, primeiro, arrumar a administração e a economia do Estado. Um dos Secretários foi trabalhar comigo, o Secretário de Administração; de fato, está fazendo, ainda hoje, um trabalho belíssimo. Trata-se do Dr. Luciano Moreira. Com a ação dele na nossa Secretaria de Administração, foi possível reduzir de 104 mil contracheques para apenas 80. A situação do Maranhão era de tal modo caótica que tínhamos funcionários que acumulavam cinco, seis, oito, doze empregos; um só funcionário no Estado.

Feita essa reforma administrativa, no que diz respeito, basicamente, à folha de pessoal, tivemos um alívio na nossa folha. Começamos, então, uma luta contra a sonegação fiscal, e o Maranhão, em pouco tempo, transformou-se no Estado nº 1 em matéria de desempenho da sua receita do ICMS. A tal ponto que, em 1992, o Estado do Maranhão foi o primeiro em desenvolvimento da sua receita. Não foi o que mais arrecadou, mas o que teve melhor desempenho. Enquanto todos ou quase todos os Estados perderam receitas provenientes do ICMS - São Paulo perdeu quase que 30%, o Amazonas e assim por diante -, o Estado do Maranhão teve um ganho junto com o Estado de Minas e com o Estado do Tocantins. Isso, graças ao combate sem tréguas que movemos contra a sonegação fiscal.

No entanto, antes de iniciar o Governo, convidei para me assessorar na organização do Estado, na formulação de um plano de Governo, o Dr. João Sayad, que fora Ministro do Planejamento do Governo Sarney. O Dr. João Sayad foi ao Maranhão e ficou meses comigo, realizando esse plano de Governo. Convidei-o para ser Secretário de Estado, quase uma espécie de Primeiro Ministro, era a minha intenção formar um secretariado à altura das dificuldades que teríamos que enfrentar, o Dr. João Sayad não pôde aceitar. Em seguida, convidei o Dr. Libar Matos, que tinha sido Secretário Extraordinário do Ceará, do Governador Tasso Jereissati, que também não pôde aceitar. Convidei a Sr^a Dorothea Werneck, que foi Ministra do Governo Sarney e depois esteve também no Governo Collor. Enfim, convidei uma série de valores, o Dr. Viváqua, que foi Diretor da Vale do Rio Doce; convidei também o ex-Presidente da Vale do Rio Doce. Eu estava procurando de toda maneira, ainda que não fossem maranhenses, secretários que pudessem me ajudar na realização dessa grande tarefa, que era a retomada de um processo de crescimento no Estado.

Graças a tudo isso, foi possível fazer, primeiro, com que a Polícia, que era a pior do Brasil, pudesse transformar-se numa das melhores polícias deste País. Para isso, tivemos que expulsar 5% de todo o contingente da polícia. Pusemos fora dos quadros da Polícia, expulsos por desonra, em muitos casos, os bandidos que existiam na Polícia. O banco, que saíra de uma intervenção, e porque o Governador não pede empréstimos ao banco para amigos, nem coisa dessa natureza, transformou-se no melhor banco estatal brasileiro, o de maior lucratividade e o de melhor desempenho. Refiro-me ao Banco do Estado do Maranhão.

O DETRAN, que estava submetido àquela crise, a que me referi ainda há pouco, com os tais fiéis depositários, que constituíam um escândalo no Estado, transformou-se no melhor Departamento de Trânsito do Brasil, a tal ponto, que acabamos de lançar a nova carteira de habilitação. O único Estado brasileiro que teve condições de fazê-lo foi o Maranhão, exatamente porque possui o melhor Departamento de Trânsito e o melhor serviço de Informática.

O Departamento de Informática, que se chamava CETEMA(?) e hoje se chama PRODAMAR, era o pior do Brasil e transformou-se no melhor do Brasil. E, assim, fomos promovendo essa revolução que eu imaginara no começo.

Estou fazendo essa digressão para chegar ao problema do Orçamento em seguida.

No setor de Saúde, restauramos os 35 hospitais que o Estado possuía; estavam todos fechados e pusemo-los a funcionar, em benefício da sociedade. Fizemos cair de 140 mortes de crianças que nasciam, por cada grupo de 1.000, para 80, através de uma ação rigorosa da Secretaria de Saúde, sobretudo no setor da vacinação.

Na Educação, promovemos também uma outra revolução: dobramos o número de matrículas escolares em apenas dois anos e meio.

Encontramos o Estado com 1.200 quilômetros de asfalto, construídos ao longo de toda a história do Estado. E eu sozinho, em dois anos e meio, com os recursos exclusivamente do Estado, construí 700 quilômetros de estradas asfaltadas, de muito boa qualidade, as melhores do País, e as de custo mais baixo do Brasil.

Esse foi o Governo que procuramos realizar. Mas, como eu sabia que não mais contávamos com recursos externos e não contávamos com internos, por empréstimos, tive que lutar nessas duas frentes. A primeira delas foi a rearrumação da receita estadual, e a segunda, busca de recursos do Governo Federal, através do Orçamento, para nos ajudar nessa luta de recomposição da fisionomia econômica do Estado.

O que fiz em primeiro lugar: preparamos um formulário; contitui um grupo de trabalho e mandei para a Assembléia Legislativa -já agora estou entrando na parte do Orçamento -, pedindo que os Deputados Estaduais, que conhecem profundamente o interior do Estado, manifestassem as suas prioridades com o conhecimento que têm do interior e que ouvissem os prefeitos. Graças a esse trabalho, estabelecemos essa ficha; em cada ficha há o nome do Deputado Estadual. Esse aqui: René Alves Soares. Então, ele vai discriminando aqui o que ele acha que deve ser feito no interior do Estado. Isso foi um trabalho ingente, bem-feito, em que os Deputados foram ouvidos e muitos prefeitos também. Depois desse trabalho, constituímos um documento e procurei, pessoalmente, os Ministros de Estado e os Relatores da Comissão Mista de Orçamento. Procurei o Sr. João Alves; procurei o Deputado Ricardo Fiúza, e procurei o Senador Mansueto de Lavor. A todos pedia que nos ajudasse. E aos Ministros encaminhei todas as nossas propostas, por um lado, desejando ardentemente que os Ministros colocassem no próprio Orçamento, na sua proposta a ser enviada ao Congresso Nacional, recursos destinados ao Estado do Maranhão. E eu explicava que o Estado vivia esse drama de não ter recursos. E, por outro lado, trabalhávamos junto ao Relator e junto à nossa bancada federal, para que nos auxiliasse nisso.

Formulou-se um questionário padrão que pudesse refletir os principais indicadores de mensuração e priorização das ações, definindo-se, principalmente, os reais benefícios diretos e indiretos das intervenções, dentro de interesses das comunidades. De posse do questionário, acionou-se a Assembléia Legislativa do Estado, como disse. E através dos Deputados Estaduais, os questionários chegaram às prefeituras, onde as intervenções mais representativas foram devidamente definidas, a partir das aspirações dos municípios. As intervenções propostas pelos municípios foram triadas e classificadas com a participação da Assembléia e consolidadas, através do documento, o recurso a solicitar no Orçamento Geral da União, de 91 para 92, que condensou as propostas, segundo o seu objeto, dentro das esferas de ação institucional.

O documento acima citado contém as fichas técnicas das proposições, identificando: objeto; programa; município; microrregião; tipo de intervenção; situação física atual; responsabilidade institucional; entidade executiva; situação dos projetos necessários; população direta ou indiretamente beneficiada; principais dimensões da obra; resumo do impedimento; justificativas técnicas objetivas; programa de recursos enquadráveis; existência de recursos solicitados em outras fontes; benefícios complementares; recursos necessários anualmente, até 1994; grau de prioridades regionais; grau de prioridades estadual; Deputado Estadual responsável pela proposição e dados de acompanhamento.

As fichas técnicas foram agrupadas segundo os seus programas específicos, abrangendo: abastecimento; ação social; administração; agricultura; educação; eletrificação; esporte e lazer; estudos e projetos; habitação; infra-estrutura; proteção ambiental; reforma agrária; saúde; saneamento; transporte; turismo e urbanização.

Na sequência, dentro da pertinência de cada programa específico, encaminharam-se aos diversos Ministérios solicitação fundamentada de inclusão na proposta do Executivo ao Orçamento de 92 das intervenções formalizadas no documento referido no item 3 anterior. A partir de então, o Governo do Estado passou a aguardar inclusão de parte de suas proposições no Projeto de Lei Orçamentária da União. O que, de maneira geral, não se concretizou satisfatoriamente.

Tomando-se como base as fichas técnicas das proposições levantadas junto aos municípios do Estado, a cada ano, a partir de então, na época de formulação da proposta do exercício do Executivo, do EGU, o Governo do Estado envia aos Ministérios pertinentes solicitações fundamentadas de inclusão de seus programas prioritários, fornecendo as informações técnicas necessárias para que os Deputados Federais e Senadores possam, na ocasião oportuna, elaborar as suas correspondentes emendas ao Orçamento, visando, por um lado, tentar garantir a alocação de recursos financeiros imprescindíveis ao desenvolvimento do Maranhão; e, por outro, impedir que eventuais interesses alheios aos objetivos do Estado possam interferir na formulação de emendas que não se coadunem com as reais prioridades do Estado.

Emendas ao Orçamento de 93: no Orçamento para o Exercício financeiro de 93, foram apresentadas pelos parlamentares do Maranhão 489 emendas, representando o montante de 11 bilhões de cruzeiros, num total de aproximadamente 202 milhões de dólares.

Até o presente momento, foram liberados pelo Governo Federal recursos referentes a emendas, verbas previstas pelo Executivo, além de dotações orçamentárias, num montante quase que irrisório. Esse número é ainda mais inexpressivo se compararmos com o total fixado para os investimentos pela União, em 93. Ao comparar-se o volume de recursos liberados com a despesa total fixada no Orçamento Geral da União, chega-se a um percentual da ordem de 0,0027%. Outro indicador de como o Maranhão tem sido penalizado brutalmente pelos cortes orçamentários do Governo Federal no repasse de recursos do EGU está expresso nas quantidades de emendas incluídas no Orçamento e efetivamente liberadas. Das 489 emendas apresentadas e consideradas atendidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apenas 21 foram efetivamente atendidas, muitas delas parcialmente. Em termos simplesmente quantitativos, isso representa 4% do total de emendas apresentadas.

Aqui eu tenho o total de cada emenda de cada parlamentar, com o nome do parlamentar e o valor que ele apresentou. Gráficos sobre o assunto.

O Orçamento para o Exercício de 1994: a exemplo dos anos anteriores, o Governo do Estado enviou ofícios aos diversos Ministérios da República, solicitando ao Executivo a inserção de seus programas no Projeto de Lei do Orçamento Geral da União. Após a publicação do PL nº 23, constatou-se que também, a exemplo dos anos anteriores, a destinação de recursos para o Maranhão estava muito aquém das mínimas necessidades. Valeu-se da mesma estratégia de encaminhar fichas técnicas detalhadas dos projetos prioritários definidos, segundo metodologia já abordada no Capítulo 1, o Governo do Estado, através da SINFRA, Secretaria de Infra-Estrutura, procurou fornecer aos parlamentares da Bancada Maranhense subsídios que permitissem que os mesmos apresentassem, em sua maioria, emendas perfeitamente coadunantes com as prioridades definidas pelos municípios e integrados na política de desenvolvimento em recursos do atual Governo.

Quanto obtivemos com esse esforço todo bem feito? Aqui estão os expedientes que mandamos a todos os Ministérios: Alexandre Costa, Ministério da Integração Regional; Ministro Jutahy Magalhães Júnior, Ministério da Ação Social, onde tivemos recursos também; enfim, todos os Ministérios e os ofícios que encaminhamos a eles.

Apesar de todos esses esforços, qual foi o resultado que obtivemos ao longo de três anos? Apenas, aproximadamente, 16 milhões de dólares. O que denota uma marcação permanente, diria, quase bíblica em relação ao Maranhão, do Governo Federal. Do Governo anterior, Governo Collor, não recebemos praticamente nada e no outro Governo muito pouco; dezesseis milhões de dólares em três anos, para um Estado extremamente carente como é o Estado do Maranhão.

E, apesar de tudo isso, o Governador do Maranhão ingressa no noticiário da imprensa como tendo participado de eventuais irregularidades no Orçamento da União somente porque foi à residência de um Relator, Sr. João Alves, no cumprimento de seu dever. Entendo que se não tivesse procedido como procedi, com todo esse esforço gigantesco que fiz, seria um omissor e um negligente.

Quanto o Estado do Maranhão recebeu por proposta do Relator João Alves? Zero, o Maranhão não recebeu nenhum centavo do Orçamento da República por proposta do Relator João Alves.

Aqui está o quadro real da liberação de recursos: no período de 1991 a 1993, o comportamento da liberação de recursos do Orçamento Geral da União ao Estado do Maranhão tem apresentado resultados pouco expressivos, principalmente em função da ínfima quantidade de recursos referentes a emendas aprovadas e efetivamente liberadas. Em 1991, foram aprovadas no OGU para aquele exercício, um total de 133 emendas, das quais 69 pertinentes à intervenção da esfera estadual. Apenas uma única emenda teve seus recursos liberados naquele ano, representando cerca de meio milhão de dólares. Em 1991, o Estado recebeu apenas meio milhão de dólares do Orçamento da União.

Em 1992, foram aprovadas 374 emendas, das quais cerca de 150 referentes a intervenções diretamente executadas pelo Estado. Foram liberados recursos referentes a apenas 5 emendas, sendo 4 ordinárias e uma do Relator-Geral do Orçamento. Naquele ano, o Estado recebeu, ainda, recursos referente a 9 propostas do Executivo, tendo sido aportados, ao Maranhão, um montante global de 4 milhões e 300 mil dólares americanos, cerca de 0,059% do valor dos investimentos da União previstos para o ano.

Já em 1993, das 489 emendas aprovadas, foram liberados recursos referentes a apenas 21; das quais 3 haviam sido propostas pelo Relator-Geral; 5, pela Bancada do Estado e as outras 13 constituíam emendas prioritárias e ordinárias. Das propostas do Poder Executivo foram liberados recursos referentes a 7 projetos, alguns parcialmente.

O montante dos recursos destinados ao Estado, em 1993, foi de 11 milhões e 600 mil dólares, correspondendo a 0,049% dos recursos destinados a investimentos pela União Federal, naquele ano.

A conclusão óbvia que se obtém com base nos fatos é que o Governo do Maranhão, ao longo dos três últimos anos, não teve do Governo Federal recursos superiores à relação de 1 para cada 2 mil e 32 cruzeiros previstos para investimentos pela União em cada exercício, ou seja, nada, ridículo.

Guardando-se todas as proporcionalidades demográficas e econômicas, não se pode deixar de considerar que o tratamento dado ao Maranhão, dentro da Unidade Federativa, guarda nuances de profunda injustiça e desconsideração, que reúne enormes potenciais de desenvolvimento econômico.

Fora isso, os recursos que temos recebido são os necessários para os momentos de emergência como o do Cólera, que recebemos pequenos recursos, ainda assim com cancelamento de verbas orçamentárias destinadas ao Estado; campanhas de vacinação, onde o Maranhão tem estado na vanguarda, com grande êxito. Graças a essa vacinação, reduzimos a mortalidade, conforme índices a que me referi.

Recentemente, temos recebido alguns recursos para as frentes produtivas de trabalho da seca, são recursos entregues em estado de emergência. Afora estes, o Estado tem recebido os recursos obrigatórios da educação, com algumas suplementações, e os recursos obrigatórios do SUS, também, aqui e acolá, com suplementações como as da vacinação.

Temos aqui um quadro que demonstra a evolução das emendas. Em 1991, 133 emendas aprovadas para o Maranhão: da Bancada do Estado, 20 emendas; do Relator-Geral, 25; prioritárias e ordinárias, 88. Destas emendas, foram aprovadas um total de 73; medidas liberadas, apenas 1, recursos recebidos pelo Estado.

Em 1992: emendas aprovadas, 374; do Relator-Geral, 2 emendas apenas; prioritárias e ordinárias, 372. Emendas liberadas da Bancada, nenhuma; do Relator-Geral, 1 emenda; prioritárias e ordinárias, como digo, emendas de bancada, coletiva, 4; apenas 5 emendas foram liberadas, num total de 374.

Em 93, foram aprovadas 489 emendas; de bancada, 31; do Relator-Geral, 14; da própria Comissão, 3; prioritárias e ordinárias, 441. Emendas liberadas foram apenas 21; de bancada, 5; do Relator-Geral, 3; prioritárias e ordinárias, 13. Essa é mais ou menos a situação do Estado.

Emendas dos Deputados: do total de 16 milhões de dólares em três anos, 13 milhões e 700 mil dólares; iniciativa do Poder Executivo, 2 milhões e 700 mil dólares; o total é 16 milhões e meio de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Permita-me interromper, só para um esclarecimento. O número de emendas e esses valores se referem ao Estado do Maranhão como Estado ou ao conjunto dos municípios e ao Estado?

O SR. EDISON LOBÃO - Ao Estado como Estado, ao Governo do Estado, não às prefeituras municipais.

Sobre o Orçamento, Srs. Parlamentares, são essas as informações preliminares que eu poderia prestar. Aqui está a documentação: os ofícios encaminhados aos Ministros pedindo que fossem incluídos, na proposta orçamentária, os recursos que solicitávamos e, também, os ofícios solicitando liberação dos recursos previstos já no Orçamento da União Federal.

Coloco-me à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Governador, faço parte da Subcomissão de Bancos. Fizemos com todos aqueles que foram citados, sem nenhuma razão específica, o que não implica culpabilidade, a quebra de sigilo bancário, em que foram feitos levantamentos das contas bancárias nos últimos 5 anos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se confirma que suas contas estão exclusivamente nestes bancos: Banco Francês e Brasileiro, Banco Itaú, Banco de Brasília, em duas agências. Essas duas agências são de Brasília?

O SR. EDISON LOBÃO - São todas as duas de Brasília.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Banco do Estado do Maranhão, também com duas contas, agências 00040 e 0017; Banco do Brasil e Banco de Crédito Real. Existe mais alguma conta?

O SR. EDISON LOBÃO - Que eu me lembre, não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Temos um levantamento, que não é completo, com todas as dívidas apresentadas aqui, que mostra um demonstrativo sintético anual que V. Ex^a teve, nesses cinco anos, uma movimentação de 1 milhão, 141 mil e 970 dólares. Em 93 há uma queda muito acentuada - não sei bem qual a razão. Isso seria um movimento normal, pelos proventos que V. Ex^a deve receber. Não sei se, além dos proventos de parlamentar, anteriormente, e de Governador, hoje, tem outro tipo de receita.

V. Ex^a possui um outro tipo de receita?

O SR. EDISON LOBÃO - Eu gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Em 1989 V. Ex^a era Parlamentar e teve, só nesse ano, uma movimentação de 641 mil dólares. Pelo demonstrativo, mês a mês, vemos que há uma diferença muito intensa da média anual, porque nos outros anos a média era de 139 mil, 155 mil, 146 e, em 93, baixa para 58 mil. Então, gostaríamos de saber quais as razões para essa baixa. Pediríamos que V. Ex^a nos esclarecesse a razão para essa diferença de movimentação bancária no ano de 1989. Reconhece V. Ex^a que não podemos fazer o levantamento dessa movimentação. Para evitar termos que fazer esse levantamento, eu gostaria que V. Ex^a, inicialmente, nos desse a razão dessa diferença de movimentação bancária no ano de 1989.

O SR. EDISON LOBÃO - Senador, em primeiro lugar, o fato determinado da Comissão Parlamentar de Inquérito - e fui membro de tantas Comissões - é o Orçamento da União. Portanto, penso que nada tem a ver com essas questões de contas bancárias e outras semelhantes. O Presidente da CPI, quando me encaminhou seu expediente, convidando-me para prestar esclarecimentos, foi enfático ao estabelecer os limites da ação da Subcomissão no que diz respeito ao Orçamento da União. Portanto, devo-me ater ao problema do orçamento da União. Isso por um lado.

Por outro lado, eu não tive acesso a essas informações para poder estudá-las e respondê-las com segurança. Ainda mais, recentemente fui informado pelo próprio Governador João Alves, que, de alguma maneira, tomou conhecimento de informações a respeito de suas contas, pôde verificá-las - o que eu não pude fazer, porque não tomei conhecimento - e ele pôde examinar esses extratos e demonstrou que havia um erro enorme nos cálculos feitos pela subcomissão, onde aparecia um milhão e poucos mil dólares. Esse um milhão não existia. Quer dizer, houve um equívoco na assessoria da Comissão de Bancos quando elevou esse saldo bancário do Governador João Alves, ou algo do gênero.

Eu, se tivesse tido acesso a essa documentação, teria feito uma análise e, quem sabe, encontraria alguns defeitos. Não estou dizendo que haja defeito, poderia eventualmente haver alguns defeitos.

Por outro lado, as minhas contas bancárias correspondem aos subsídios que recebi como parlamentar, à movimentação de ações na bolsa de valores - com as quais trabalhei durante muito tempo -, aplicações, vendas de imóveis, enfim, eu não saberia dizer a razão disso hoje. Mas não quero entrar na intimidade do problema por essa razão. Quero ater-me às questões orçamentárias, segundo a Constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito e às recomendações do próprio Presidente da Comissão. E basicamente por esse fato de não ter tido conhecimento prévio, não tenho portanto segurança para dar uma resposta a estas questões.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É um direito de V. Ex^a não desejar dar qualquer informação a essa questão. Embora na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nós estejamos fazendo um levantamento dos últimos cinco anos para todas as pessoas citadas, porque pode ser que exista, através das contas, através das informações obtidas, essa complementação de que há qualquer coisa com o orçamento.

Não é o caso de V. Ex^a, e acredito piamente. Por essa razão, havendo essa diferença de quase quatro vezes a mais, penso que V. Ex^a poderia, se fosse o caso - mas, pelo que vejo, talvez não seja - dizer: "Eu vendi um imóvel próprio naquele ano, por isso há uma diferença muito grande. Eu vendi uma fazenda, vendi isso ou vendi aquilo."

Mas se V. Ex^a não se lembra, não deseja dar a informação, é um direito de V. Ex^a. Eu francamente lamento que V. Ex^a não queira dar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Senador Jutahy Magalhães, eu o interrompo para lembrar ao Governador que, concluídos os trabalhos, segundo combinamos ontem, eu transmitiria à imprensa - e transmitirei com absoluta fidelidade - aquilo que está sendo dito aqui. Nós somos homens públicos e sabemos das repercussões. E vou lhe confessar que terei dificuldade em contar que V. Ex^a começou dizendo que não responderia à pergunta porque não é objeto da CPI. Porque eu sei que esta será a manchete de amanhã.

Até sugeriria - nós temos uma Subcomissão de Bancos através da qual V. Ex^a pode tomar conhecimento de números, valores e dados - que V. Ex^a procurasse depois inclusive dar essa explicação. Mas é um direito de V. Ex^a, se não quiser, não responder. Agora, eu terei que dizer, quando transmitir, que V. Ex^a começou argumentando que a questão da movimentação bancária não é objeto da CPI e os outros depoentes todos têm respondido a respeito disso. Mas é um direito de V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO - Sim, Excelência. Correto como é V. Ex^a, ao longo da sua vida, sei que V. Ex^a dirá isso e certamente dirá também sobre as demais explicações que apresentei, ou seja, de que não fui informado previamente. Trata-se de 1989 e, neste ano, eu inclusive não estava no governo. Isso pode ter sido um equívoco da Comissão, pode decorrer de aplicações que se fez dos recursos ao longo desse tempo, pode decorrer de venda de ações. Enfim, eu estaria em condições de dar uma informação se tivesse recebido as informações previamente. Como não as recebi, não tenho condições de dizer. Não se trata de pura e simplesmente sonegar a informação.

Agora, como a informação é objetiva, posso dizer a V. Ex^a que todos os meus saldos bancários estão comunicados anualmente à Receita Federal. Sei que V. Ex^a me informa que foi feita uma quebra de sigilo bancário - aliás o Senador Jutahy Magalhães - que é uma coisa desusada no Brasil. Isso se fez, eu me lembro, com a Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD e foi uma luta enorme para que a Comissão pudesse fazer a quebra de sigilo bancário naquela ocasião. Hoje, com a maior facilidade...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Essa é posterior a 1988, à Constituição.

O SR. EDISON LOBÃO - ... suspende-se o sigilo bancário de todas as pessoas, inclusive das suas famílias. No caso, suspenderam o sigilo bancário da minha mulher e dos meus filhos, pediram as informações patrimoniais minhas, da minha mulher, dos meus filhos, da minha mãe e do meu pai, que faleceu há 30 anos. Até isso se fez. Enfim, acho que a Comissão conhece melhor a minha vida do que eu próprio, porque a Comissão possui informações que nem eu possuo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nobre Deputado Odacir Klein, que está presidindo nossa reunião, estão aqui as informações da Comissão de Bancos e todas são relacionadas a contas bancárias. Então, a resposta será idêntica para qualquer pergunta que eu venha a fazer. Eu teria aqui também perguntas sobre outras comissões, mas como estão aqui representantes de outras subcomissões, de patrimônio e de emendas, aguardarei que façam as indagações e, se achar conveniente, posteriormente farei também qualquer complementação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Governador, tendo em vista as conceituações emitidas pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, também quero aditar as minhas, para justificar o meu procedimento que se segue.

Realmente, as comissões têm extrapolado um pouco no exame incisivo sobre as questões das emendas e fazem análises sobre outros ângulos decorrentes do patrimônio, da quebra de sigilo bancário, para formar juízo de valores. Avaliam-se as questões dos parlamentares, e, aí, o juízo de valores é da competência da CPI, a quem cabe analisar, por exemplo, sobre a falta de ética, falta de decoro. No caso dos governadores, não será da nossa competência porque já está delineado que, caso ocorra, é das Assembleias Legislativas de cada Estado, em respeito aos princípios federativos. Daí por que talvez seja a circunstância diferente, porque se visa, junto aos parlamentares, apurar e fazer juízo de valores. O próprio Relator está anunciando a possibilidade de graduações de penalidades. Então, existe o juízo de valores. No caso de governadores, penso que não compete à CPI e aos parlamentares federais fazer juízo de valores, que pode decorrer exatamente dos exames ou bancários ou de patrimônios. Não é o caso da questão estritamente ligada ao Orçamento. Eu, por exemplo, estou na Comissão de Patrimônio e Fiscal, de onde, na verdade, tecnicamente me foram fornecidas as perguntas que eu deveria formular. Elas são retiradas das declarações de bens de V. Ex^a. Então, na verdade, o que se vai perguntar? O que eu deveria perguntar eu não vou deixar de perguntar. Só que vou encaminhá-la por escrito para que V. Ex^a, assim o desejando, possa explicar à Comissão, se achar por bem, ou aos órgãos fiscais competentes, se achar melhor. De qualquer forma, é meu dever trazê-las porque foram preparadas pelos técnicos. Verifico que são questões relativamente simplórias referentes a terrenos, a lotes, que constam ou não num ano, por que constam ou deixam de constar, o que, na verdade, é um assunto extraorçamentário.

Busca-se o que com isso? Buscam-se, nesses exames, indícios de que poderia estar havendo uma subtração de valores, enriquecimento ilícito, para dizer que houve escamoteação de subfaturamento e coisas do gênero.

No caso vertente, verifico que as perguntas que me foram formuladas pela assessoria técnica da Comissão a que pertencem são exatamente no sentido de saber por que consta ou deixa de constar determinado lote, por que saiu, por que não saiu. Para mim, está caracterizado como podendo ser omissão, ou imperfeição fiscal ou coisa do gênero, ou até erro de contador. Ontem, o nobre Deputado Luiz Salomão aconselhou ao Ministro Alexandre Costa que trocasse de contador porque ele estava fazendo o seu imposto de renda na suposição de que estava fazendo certo.

Então, vou me abster de formular verbalmente as quatro primeiras perguntas, mas vou passá-las ao Sr. Governador, solicitando que retire uma cópia e passe à Mesa da Presidência, para que veja exatamente as imperfeições alegadas pelos técnicos com referência às declarações de imposto de renda de V. Ex^a. Salvo se V. Ex^a quiser, agora, dizer alguma coisa. Talvez V. Ex^a prefira realmente ficar circunscrito a esse ponto de vista e apresentar as informações depois.

Superada essa fase, resta-me uma pergunta que acho que está estritamente ligada à questão orçamentária e vou formulá-la para V. Ex^a. Pelo Convênio nº 18/92, assinado em 5 de outubro de 1992, firmado por V. Ex^a entre a Secretaria do Desenvolvimento Regional, através da SUDAM, e o Governo do Estado do Maranhão, foram transferidos recursos para a execução e realização do projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Barra do Corda, no valor de 649.272 mil dólares. Como V. Ex^a pode explicar o ofício de priorização de recursos dirigidos ao Ministro do Bem-Estar Social, em 28/05/93, para o mesmo projeto?

O SR. EDISON LOBÃO - Em Barra do Corda foi iniciado um trabalho de ampliação do sistema de abastecimento d'água, ainda no Governo anterior. Trata-se de uma obra de elevado custo, que foi deixada sem conclusão, tendo sido realizado menos da metade do projeto. Esses pouco mais de 600 mil dólares foram recebidos e aplicados, sendo absolutamente insuficientes para a conclusão da obra; daí ter o Governo do Estado solicitado mais recursos, que não recebeu e pelos quais estamos lutando, os quais serão ainda insuficientes, esses a que diz respeito o ofício de priorização. Necessitamos de milhões de dólares a mais para a conclusão dessa obra em Barra do Corda.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Parece-me que, assim, V. Ex^a responde o que seria o segundo tópico, qual seja: nos documentos apreendidos na Construtora Odebrecht, há um expediente do Governo do Maranhão, datado de 14/07/93, uma solicitação no Orçamento de 1994, para o mesmo projeto. Então, V. Ex^a explica exatamente a insuficiência e daí o que foi requerido. Por que estaria isso lá na Construtora Odebrecht?

O SR. EDISON LOBÃO - Não tenho o menor conhecimento desse assunto dentro da Odebrecht, a não ser o fato de que a Odebrecht foi a empresa que, antes do meu Governo, iniciou essa obra, por ter ganho a licitação, e com ela prosseguiu também no meu Governo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É só, Sr. Presidente. As outras quatro perguntas solicitaria que, não tendo sido respondidas, não fossem divulgadas, porque foram feitas no sentido de que S. Ex^a as respondesse pelo melhor caminho que desejasse.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Governador, estou constrangido, confesso a V. Ex^a. Lamento muito ter que estar aqui em uma função como esta, mas o dever nos obriga. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para se apurar irregularidades na Comissão de Orçamento, naturalmente talvez nem V. Ex^a saiba explicar como e porque, mas eu lhe faria a pergunta: que opinião foi criada pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos ao denunciá-lo como tendo conhecimento ou participação, ou como estando envolvido, direta ou indiretamente, no objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. EDISON LOBÃO - Deputado Pedro Pavão, conheço a opinião do Sr. José Carlos Alves dos Santos pelo que li na revista *Veja* e o pelo que disse S. S^a. Perguntado se outras pessoas, se outras autoridades foram vistas por ele na residência do Relator, S. S^a teria respondido que havia visto lá também os Governadores tais e tais. Nada mais foi dito a não ser isto, ou seja, o fato de ter visto. Realmente estive lá, como estiveram lá tantos outros Governadores, tantos Ministros, tantas autoridades, fazendo o quê? Cumprindo com seu dever. Nem mais, nem menos. E aquilo que disse ainda há pouco: eu seria um omissor, como Governador de Estado, se eu não lutasse para obter recursos da União - e esse é um dos caminhos - para as necessidades tão profundas do povo pobre do Estado do Maranhão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nessa sua ida à casa de João Alves, o Sr. José Carlos Alves dos Santos também lá se encontrava?

O SR. EDISON LOBÃO - Também lá se encontrava.

O SR. PEDRO PAVÃO - Depois, puxando o fio da meada, se caracterizou um envolvimento entre os Deputados João Alves, Cid Carvalho, bem como de outros Parlamentares, no sentido de que existia - pelo menos a denúncia era de um esquema -, segundo alguns Parlamentares, uma máfia dentro dessa Comissão de Orçamento. Nessa sua ida lá, V. Ex^a pode dizer que isso se caracterizou? V. Ex^a pôde sentir alguma coisa?

O SR. EDISON LOBÃO - Não pude sentir absolutamente nada.

O SR. PEDRO PAVÃO - Vamos admitir que não tenha contribuído essa máfia para com os Estados, mas e entre esses Parlamentares que manipulavam a Comissão de Orçamento?

O SR. EDISON LOBÃO - Deputado Pedro Pavão, infelizmente, não posso dar nenhuma opinião sobre o assunto. Restrinjo-me ao que fui fazer lá, ou seja, solicitar a que nos ajudasse com a aprovação das emendas dos Parlamentares do Estado do Maranhão e que, na medida em que pudesse, ajudasse o Governo do Estado a obter os recursos de que tanto necessitava. Não pude observar nenhuma movimentação estranha na residência dele, até porque não encontrei ninguém mais lá a não ser o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Governador, naturalmente, para caracterizar - e até para inocentá-lo, é lógico -, a Subcomissão. A Subcomissão de Bancos já tem um relatório pronto. A Subcomissão de Patrimônio e Assunto Fiscal também já tem um relatório pronto, de que será dado conhecimento ao público após o Relator confeccioná-lo. Esses documentos que tenho aqui - e que o Senador Pedro Teixeira também encaminhou ao senhor... Enfim o trabalho de todas as Subcomissões, por meio dos relatórios dessas, será de conhecimento público; é muito natural.

A pergunta que estamos fazendo aqui ao senhor e que vou ter a liberdade de fazer é própria para que o senhor se defenda. Só há uma maneira de atingirmos o nosso objetivo. E por meio das Subcomissões de Bancos e de Patrimônio, ou seja, além da expectativa de ganho, os investimentos; além da expectativa de ganho, a movimentação bancária. Só temos esse artifício, só temos essa maneira de proceder e fazer com que o Relator possa efetivamente fazer um relatório. Como esse relatório ainda demanda um tempo e isso aqui já é fruto de um relatório da Subcomissão, portanto, se não fizer a pergunta ao senhor, estarei prejudicando o senhor. Existe aqui uma das perguntas que envolve o seu filho Edison Lobão Filho na participação de sete empresas, de duas salas e de escritório em Brasília, uma loja no *Shopping*, um terreno, duas garagens e tudo mais. Naturalmente, o senhor está tendo conhecimento disso apenas agora, mas é importante que eu passe às suas mãos e que o senhor providencie, o mais rápido possível, um acerto. Não sei qual o procedimento, mas existe um contador - é necessário que seja uma pessoa especializada no assunto -, para que justifique isso, que já é fruto de um sub-relatório.

A outra pergunta, aqui na sequência, é se o senhor poderia explicar o fato de que o Edison Lobão Filho receber três salários, que seriam do CETEMA, da SEMAR e do Governo do Estado do Maranhão. Isso apenas para ficar caracterizado.

Como se explicaria o ofício priorizando os recursos... Essa pergunta já foi feita a respeito da Construtora Odebrecht.

O SR. EDISON LOBÃO - Não quero que fique a impressão de que está havendo uma acumulação de cargos. Meu filho é meu secretário particular, portanto, não é do Governo. Ele é conselheiro da SEMAR e conselheiro do CETEMA. Esse é um procedimento que se usa muito no Estado. Ele recebe, como conselheiro de um, um *jeton* e, como conselheiro de outro, outro *jeton*, além do salário de Secretário de Estado, de secretário particular.

O SR. PEDRO PAVÃO - É naturalmente em função... É que, no ano base de 1989, a declaração dele era de poucos bens; já em 1992, declara todos esses imóveis que citei. Portanto, de 1989 a 1992, ele teria de ter um ganho que pudesse dar-lhe pleno direito de aquisição desses imóveis.

O SR. EDISON LOBÃO - Veja V. Ex^a: se está na declaração dele de bens, então está perfeitamente explicado dentro da declaração dele de bens.

O SR. PEDRO PAVÃO - Uma outra explicação, qual seja, a da doação de 116 mil UFIRs a dois filhos em 1992, quando os rendimentos, naturalmente declarados no seu Imposto de Renda, atingem a 152.580 UFIRs...

O SR. EDISON LOBÃO - Portanto, rendimentos superiores ao que foi doado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pouco mais.

O SR. EDISON LOBÃO - Pois é; situação perfeitamente compatível.

O SR. PEDRO PAVÃO - Há uma outra aqui também que está declarada, quer dizer, se está declarada, está xerocada tudo mais a respeito da movimentação da compra de ouro. Isso também será de conhecimento público. É importante que o senhor possa...

Consta da Subcomissão de Patrimônio e Assunto Fiscal que o Governador, em 21/11/89, comprou 749 gramas de ouro e não declarou ao Fisco. Esse é um problema fiscal, também importante, porque já está no sub-relatório. Essa relação foi subtraída hoje de manhã, ou essa madrugada, para que pudéssemos vir aqui cumprir o nosso dever, naturalmente dentro daquilo que o senhor possa contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que já é de conhecimento público nacional e já extrapolou, porque se teve a coragem... Está certo que por meio de uma denúncia que até hoje não está bem caracterizada, mas pelo aprofundamento da CPI, por aqueles fatos já de conhecimento público, também, caracterizando o envolvimento de alguns Parlamentares, é importante a contribuição do Governador.

Muito obrigado, Sr. Governador Edison Lobão. Era apenas isso.

O SR. IRAM SARAIVA - Pois bem; Governador Edison Lobão, não me sinto nada confortável, primeiro, porque somos colegas, um relacionamento que eu diria que extrapola até a nossa condição de colegas, porque foi uma amizade, realmente, que fizemos no Senado. Não desejaria nunca estar aqui como seu inquiridor; na realidade, vou ser apenas um interlocutor de uma subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Há perguntas que, inclusive, passei a V. Ex^a, não desejando perguntar como Coordenador da Subcomissão.

O SR. IRAM SARAIVA - Entenda, então, que a voz é do seu amigo, as perguntas não.

Quero dizer que sou membro da Subcomissão de Subvenções, e, até agora, nessa subcomissão, não há nada em relação ao Governador Edison Lobão.

No entanto, perguntaria ao ex-Senador, ao Governador, que tem acompanhado atentamente essas questões ligadas ao Orçamento, se tem conhecimento, se deseja comentar alguns desses desvios que possam ter acontecido, não só no Maranhão, mas a nível nacional; até porque, no relatório final, estaremos trabalhando no que diz respeito à mudança total do Orçamento. Fala-se, inclusive, em se extinguir a Comissão de Orçamento. Enfim, queremos achar subsídios, e a sua larga experiência leva-nos a curvar perante V. Ex^a e pedir até informações no que diz respeito às dotações orçamentárias de subvenções.

V. Ex^a acha que a forma com que vinha sendo feita, até aqui, era correta?

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Senador, desde logo, permita-me dizer-lhe que é uma grande honra para mim ser seu amigo, tê-lo como amigo. Sempre fomos realmente amigos, como todos os Parlamentares que estão aqui. Tenho essa alegria de dizer que sempre tivemos uma boa convivência. O Deputado Pedro Pavão eu não conhecia pessoalmente, apenas de nome e sei tratar-se de uma pessoa digna, decente, correta.

Pergunta-me objetivamente V. Ex^a, com a experiência que eu possa ter acumulado ao longo desses anos, sobre o desenvolvimento da Comissão de Orçamento.

Recordo-me de que, em dado momento do período chamado revolucionário, entenderam os Líderes revolucionários que a Comissão de Orçamento, que naquela época funcionava separadamente, na Câmara e no Senado, não poderia prosseguir com aquele sistema que adotava, em que os parlamentares alteravam profundamente o Orçamento, deformando-o, sem que sequer pudessem obrigar o Executivo a liberar tais recursos.

A Lei do Orçamento era meramente autorizativa - a Lei do Orçamento não é impositiva - e, por consequência, havia um esforço gigantesco dos parlamentares no sentido de aprovar dotações orçamentárias para seus estados e municípios, sem que o Governo Federal tivesse a obrigação de entregar esses recursos às autoridades dos estados e dos municípios.

Por conta disso, o Governo Federal, naquela época, resolveu, por medida de arbítrio, estabelecer que o Orçamento não poderia ser mais alterado livremente pelos parlamentares.

O Congresso viveu esse período até a Constituição de 1988.

A partir de 1988, foram retomados os procedimentos antigos, em que o Congresso Nacional intervém profundamente na formulação do Orçamento.

Recordo-me, Deputado Odacir Klein, de que, ainda no período revolucionário, o Líder do Governo, Deputado Raimundo Padilha, que certamente foi conhecido do Senador Jutahy Magalhães, concebeu, àquela época, uma fórmula que ajudaria a resolver a situação dos parlamentares, que não interfeririam mais no Orçamento. Era a criação da chamada Comissão do Plano.

A Comissão do Plano consistia, segundo a sua concepção, em que funcionasse no Ministério da Fazenda, com a presença de representantes das lideranças partidárias. Este Orçamento seria, então, formulado no Poder Executivo, com a participação de parlamentares indicados pelo Congresso Nacional. Não prosperou a idéia; voltou-se, então, ao sistema anterior.

Confesso que - com a minha experiência de parlamentar, antigamente e agora de Governador do Poder Executivo -, na verdade, o Congresso Nacional, a Assembléia Legislativa e a Câmara de Vereadores, muitas vezes, alteram profundamente o Orçamento, tumultuando a ação administrativa do Governo.

O Governo estuda um planejamento, e o Congresso Nacional - no caso do estado, a Assembléia Legislativa -, muitas vezes, sem acompanhar esses estudos, resolve alterar o Orçamento e provocar uma mudança de rumo na ação administrativa.

Pergunta-me V. Ex^a se, com a minha experiência, eu manteria essa situação atual ou proporia a sua preservação. Eu diria que não. É preciso haver uma reformulação - o mundo muda, tudo muda - dos procedimentos da Comissão do Orçamento, inclusive no que diz respeito ao poder imenso que têm os relatores.

Se não for feito assim, o Orçamento continuará sendo uma peça que não corresponde às intenções do Poder Executivo, sequer às intenções do Parlamento, e ainda abrirá um campo amplo, uma avenida larga para as distorções a que deploravelmente estamos assistindo.

O SR. IRAM SARAIVA - Quanto à parte específica das subvenções sociais, sabemos que são elas um dos ralos de maior gravidade no Orçamento. V. Exª acha que ainda deveríamos manter esse tipo de linha no Orçamento, ou deveríamos extingui-lo ou modificá-lo? Enfim, o que pensa V. Exª sobre isso?

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Iram Saraiva, hoje são tantas as instituições chamadas sociais no Brasil, que eu diria que são dezenas de milhares. Muitas delas - sabemos de ciência própria - são constituídas apenas com o objetivo de receber mais facilmente recursos do Orçamento da República.

Diria que essas instituições, muitas delas criadas, fundadas com excelente proposta, acabam apenas servindo de motivação para as outras que não têm nenhum propósito ou possuem apenas propósitos negativos.

Se dependesse de mim, se tivesse em mim a capacidade de decidir sobre isso, eu promoveria uma alteração profunda, extinguindo essas entidades por meio de uma lei ou impedindo que recursos do Orçamento da União fossem transferidos a elas.

O SR. IRAM SARAIVA - Muito obrigado, Governador.

Tenho aqui, agora, aquelas perguntas que me vêm à boca como fel, mas vou ser só o interlocutor.

É sabido que o Prefeito de Buriti-Bravo*, Wellington de Jesus Fonseca Coelho é cunhado de V. Exª. V. Exª confirma?

O SR. EDISON LOBÃO - Não.

O SR. IRAM SARAIVA - Então, já veio uma informação errada. Mas vou ainda continuar, segundo o que esta CPI me apresenta.

Considerando que o mesmo desviou todos os recursos de convênios formados em 1983 a 1988 e agora, retornando à gestão do município, a partir de 1º/01/93, voltou a malversar recursos, conforme relato em sessão do TCU, de 23/06/93, a pergunta encaminhada pela Assessoria Técnica é a seguinte: considerando que, naquela determinação publicada pelo DOU, de 21.07.93, o TCU decidiu comunicar a V. Exª a respeito de desvios de volumosos recursos, que apresenta na lista, qual a providência tomada por V. Exª como autoridade maior do Estado? Ressalvo que V. Exª já colocou claramente que o Sr. Wellington não é seu cunhado, conforme a informação que me é passada.

O SR. EDISON LOBÃO - Vejo que se trata de recursos da União.

Realmente, o Sr. Wellington não é meu cunhado; segundo, recebi, de fato, do Tribunal de Contas da União um documento, um ofício, fazendo referências a recursos da União que haviam sido, segundo o Tribunal de Contas, desviados ou que não foram suficientemente explicados.

Imediatamente, encaminhei essa documentação ao Prefeito Wellington, para que ele diligenciasse as suas explicações junto ao Tribunal de Contas. A notícia que tenho é a de que S. Exª já o fez diretamente, por intermédio de seus advogados e contadores, etc.

O SR. IRAM SARAIVA - Governador, pelo Convênio 34, assinado em 31/12/91, entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional, através da SUDAM, e o Governo do Estado do Maranhão, foram transferidos recursos para a total execução e realização do projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Açailândia*.

A pergunta dos técnicos é a seguinte: como V. Exª explica que, nos documentos apreendidos na Construtora Odebrecht, de 1º/09/92 e de 14/07/93, estiveram previstas emendas para o Orçamento de 1993/1994 para esse mesmo projeto?

O SR. EDISON LOBÃO - Sobre a questão dos documentos, não posso dar nenhuma explicação, não tenho como explicá-la; sobre os recursos recebidos pelo Governo do Estado para a total realização da obra em Açailândia, eu diria que a única coisa equivocada é a expressão total. Os recursos foram absolutamente insuficientes, escassos. Foram aplicados; a obra está a meio caminho e necessita de recursos vastíssimos ainda para ser concluída, não só em relação ao que estava previsto na formulação do projeto inicial, que há anos foi herdado por mim do Governo anterior, como porque se trata de uma das cidades ou municípios que mais crescem no Brasil, em que, por consequência, a demanda é permanente, crescente.

Mas ainda que não tivesse havido crescimento demográfico do município, esses recursos teriam sido apenas paliativos. Portanto, a expressão total é que, ao meu ver, está equivocada.

O SR. IRAM SARAIVA - A segunda pergunta estaria logicamente prejudicada, mas só reafirmo para que V. Exª possa enfatizar mais. Como V. Exª explica também o pedido de priorização para esse mesmo projeto, dirigido ao Ministério do Bem-Estar Social em 12/05/93?

O SR. EDISON LOBÃO - Fui um peregrino junto ao Ministério do Bem-Estar Social, assim como dos demais Ministérios, solicitando recursos não apenas para essa obra, mas para tantas outras. Só deploro que, a despeito da minha amizade com os respectivos Ministros, com quase todos - eu ressaltaria o caso do Ministro da Integração Regional, o Senador Alexandre Costa, e o do Ministro da Ação Social, Sr. Jutahy Magalhães Júnior, que é meu amigo -, não tenhamos obtido os recursos necessários à realização dessas obras. Compreendo que também eles estão a braços com enormes dificuldades financeiras e que, por sua vez, também não recebem recursos do Ministério da Fazenda para o atendimento dessas questões.

Para o abastecimento de água de Açailândia, chegamos a receber 302 mil dólares, por uma portaria do Ministério do Bem-Estar Social, e 58 mil dólares, por meio de um outro convênio. Foram esses os recursos recebidos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nobre Governador, verificou-se que foram celebrados vários convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SUDAR - no Estado do Maranhão, em 1991 e 1992, nos quais V. Ex.^a próprio assinou como executor. Considerando que as incumbências de um mandatário não deixam espaço para outros afazeres e que se tratavam de execução de obras de grande porte exigindo conhecimentos específicos, como pavimentação de estrada, sistema de abastecimento de água, construção de linha de transmissão urbana, dentre outros, não é estranho que V. Ex.^a tenha assumido as incumbências de executar convênios e movimentar as respectivas contas bancárias?

O SR. EDISON LOBÃO - Em primeiro lugar, é o Governador do Estado quem assina os convênios, tanto com a SUDAM quanto com a SUDENE e com os Ministérios. Não há nada de anormal nisso. Quando uma outra autoridade assina um convênio ou um documento de qualquer natureza pelo Estado, está a fazê-lo por delegação do Governador do Estado.

Em relação à movimentação bancária, não é exato. O Governador não faz nenhuma movimentação bancária de recursos do Governo do Estado.

O SR. PEDRO PAVÃO - De acordo com as informações fornecidas pelo Banco do Brasil, V. Ex.^a prestou o seu aval para que duas empresas, das quais V. Ex.^a é acionista, CAIMÁ e COPERGRAÇAS, obtivessem contratos de financiamento naquele órgão, sendo que a maioria desses contratos - senão todos - já se encontram na esfera judicial para cobrança.

Ocorre que, segundo a avaliação do Banco do Brasil, os avais prestados foram efetuados através de procuração cujo teor não outorga poderes para tal, tendo a assessoria jurídica daquele órgão se manifestado pela exclusão do nome de V. Ex.^a do processo de cobrança judicial.

Sr. Relator a forma como a pergunta está colocada aqui, eu não a faço, mas vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Ex.^a não precisa fazer a pergunta.

O SR. PEDRO PAVÃO - Posso, então, encaminhar ao Governador?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Exato.

O SR. PEDRO PAVÃO - Assim procederei. Estou satisfeito, Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto se algum Parlamentar deseja ainda fazer alguma indagação. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Vejo, não só no caso de hoje mas em várias oportunidades, que a preocupação dos Parlamentares é mostrar o constrangimento em que se encontram neste período de apurações da CPI. Isso é uma realidade, porque, afinal de contas, todos são colegas ou foram nossos colegas.

Todavia, mais do que isso, essa é a nossa obrigação, embora a maioria não tenha nenhuma preocupação de aparecer na mídia. Aqueles que querem aparecer na mídia talvez fiquem mais satisfeitos com o trabalho que estão executando. Por coincidência os que estão aqui não têm essa preocupação.

Não estamos procurando fatos, estamos procurando examinar a realidade desses fatos que são levantados. As injustiças que estão sendo cometidas no decorrer de nosso trabalho são imensas; várias delas não poderemos sanar, por mais que se assegure que a pessoa não tem responsabilidade sobre um determinado ato. A repercussão do noticiário da imprensa já implica, praticamente, numa condenação.

De todos esses fatos temos conhecimento. Por isso, continuo dando a V. Ex.^a a chance para mudar de opinião a respeito da primeira pergunta que lhe fiz. Se V. Ex.^a mantiver aquela posição, eu faria uma outra pergunta.

V. Ex.^a tem conhecimento, pela vivência que tem na política nacional, principalmente no Maranhão, V. Ex.^a tem conhecimento de fatos que ocorrem no seu Estado.

Sabemos que essas subvenções são encaminhadas para muitas fundações que não têm nenhum sentido de atendimento social à população, mas que servem para desviar recursos. V. Ex.^a, como Governador, como ex-parlamentar, como político do Maranhão, poderia apontar fundações daquele Estado que tenham que ter as suas contas examinadas e quais são os beneficiários desses recursos transferidos do orçamento da União e cujos recursos sejam desviados? V. Ex.^a tem conhecimento dessas fundações?

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Jutahy Magalhães, posso avaliar o constrangimento a que V. Ex.^a se refere, por ter que interpelar um companheiro. Também já o fiz como Deputado que fui, por duas legislaturas, em diversas comissões parlamentares de inquérito. Nem por isso eu, e agora V. Ex.^a, nenhum de nós, assim como os demais Srs. Parlamentares, deixaram de cumprir o seu dever.

Quanto a essa questão inicial da pergunta de V. Ex.^a a respeito das minhas contas bancárias, insisto em dizer que, em primeiro lugar, estou como que obrigado, não apenas pela lei que se refere ao fato determinado - e nós por tantos e tantos anos lidamos com esse princípio: ou se cumpre a lei ou não se cumpre a lei. A comissão parlamentar de inquérito é formada em decorrência de uma lei, por força de lei também deve ela funcionar, mas além disso recebo expediente do Sr. Presidente da Comissão que me comunica que eu estava sendo convidado: "Sobre a destinação de recursos do orçamento da União, tenho a honra de convidar V. Ex.^a para prestar esclarecimentos pertinentes à matéria sob exame."

Então, até para cumprir a lei, eu teria que ficar adstrito a essas questões do orçamento. Mas me perdoe voltar a insistir naquele ponto inicial: por que a Comissão não forneceu aos governadores e as demais pessoas, previamente, as informações a respeito das quais elas seriam inquiridas, para que pudessem trazer as informações solicitadas? Como posso eu me lembrar de movimentação bancária de 1989, quando eu não era governador e, portanto, nada tem a ver com a questão em pauta?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas era parlamentar.

O SR. EDISON LOBÃO - Sim, era parlamentar, mas não...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, haveria razão porque os parlamentares é que estão sendo examinados.

O SR. EDISON LOBÃO - Senador Jutahy Magalhães, o convite para que eu viesse decorre de uma declaração do Sr. José Carlos Alves dos Santos pelo fato de eu ter estado, como Governador do Estado, na residência do Relator. E eu já era Governador, não era Senador. Mas também vamos abstrair desse aspecto. O fato é que eu teria que examinar, primeiro para saber se esses números são exatos...

O SR. PEDRO PAVÃO - Pela ordem, Sr. Presidente, vou citar um fato até para ilustrar essa sua colocação, que tem fundamento, é natural. É que todos os parlamentares, todas as pessoas envolvidas que estão sendo inquiridas, e pela dimensão que alcançou a CPI, temos hoje quase duzentas pessoas com o sigilo bancário e fiscal quebrado, imposto de renda, etc; então, não está havendo a mínima condição, temos Deputado depondo sem que tenhamos o cheque dele, o imposto de renda, nada a declarar.

Recebemos, eles trabalharam à noite, até a madrugada, para que agora, às 10h da manhã, chegasse isso às nossas mãos. Existe um outro fato também que nenhum de nós aqui teve a capacidade de colocar: a partir de agora, V. Ex^a tem direito a todos os documentos que nós temos conhecimento.

É importante, como eu disse a V. Ex^a, que tenhamos condições de, num curto espaço de tempo, fazer um relatório prévio de V. Ex^a ao Relator-Geral, o Deputado Roberto Magalhães. Então, não há prevenção contra quem quer que seja. Foi a situação criada, quarenta e cinco dias na primeira convocação, depois mais 45 dias e, agora, mais uma semana, para que o Relator tenha capacidade e condição de fazer o relatório. Tudo aconteceu de uma forma constrangedora. Esta é a observação que eu faria sobre a impossibilidade de V. Ex^a ter os documentos ou ter acesso a esses documentos.

O SR. EDISON LOBÃO - O próprio Senador Jutahy Magalhães somente agora está tomando conhecimento das indagações que me fez. V. Ex^a encontrou aí, aproximadamente...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Recebi esses dados ontem à noite. Não é que eu tenha tomado conhecimento somente agora desses dados completos que me trouxeram, que, na realidade, não são completos...

Uma das razões pela qual insisti para que V. Ex^a desse informação - não era nem explicação - é porque quando se joga números assim perante a opinião pública, o que ela quer usar logo são esses números. Até no princípio eu disse que não podemos ficar falando em números, embora os tenhamos, porque não podemos afirmar se esses números estão corretos.

Se existe diferença entre créditos e movimentação bancária de um ano para outro, logicamente temos de saber o porquê. É do interesse da própria pessoa podermos dar as explicações - que, muitas vezes, são fáceis. Se V. Ex^a tivesse vendido qualquer um de seus patrimônios, seria fácil explicar.

O SR. EDISON LOBÃO - Estou tentando chegar a esse ponto.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quando há uma diferença de quatro vezes a média normal, é provável que haja uma certa facilidade. Não é que se vá querer saber em que dia V. Ex^a fez o depósito. Não é isso. Mas como são volumes grandes em determinados meses, V. Ex^a poderia se lembrar mais facilmente. É preciso ficar claro que não estamos sabendo somente hoje. Estamos acompanhando esse processo. É lógico que não temos ainda a segurança de afirmar: "Esses números são definitivos."

V. Ex^a verá que sempre que um membro da Comissão fala, diz: "Até hoje..." Ele não diz: "Estes números são definitivos."

O SR. IRAM SARAIVA - Sr. Governador, antes de V. Ex^a responder - e peço permissão ao Senador Jutahy Magalhães -, gostaria de dizer que estamos querendo preservar a fonte, V. Ex^a e tudo, porque os fatos estão sendo tão atropelados pela imprensa que estamos arguindo em cima de fatos de que a imprensa tem conhecimento e nós, não. A minha preocupação, aqui, é com isso, é ver se conseguimos isso, para quando o Relator conversar com a imprensa - ela já tenha esses dados, infelizmente -, poder ele fazer colocação a mais honesta possível.

Parece-me ter entendido o Senador Jutahy Magalhães nesse aspecto, não no sentido de apertar V. Ex^a. Quando sairmos da sala, seremos nós os arguidos.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Pelo menos pistas, porque, evidentemente, se me perguntarem por que razão há quatro anos tive uma conta maior do que a anterior, direi: "Acho que é porque, naquele ano, vendi uns quadros". Lembraria, pelo menos, de alguns dados. Agora, números exatos é impossível obter. Pelo menos pistas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Kleina) - A respeito desse assunto, e diante da posição do Governador, o que transmitirei à imprensa, como coordenador deste depoimento, é que S. Ex^a manifestou a sua indignação - e isso é natural, como cidadão brasileiro -, entendendo que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem um universo limitado de

atuação, investiga fatos específicos e, no que diz respeito à questão de ter de informar sobre contas bancárias, estava extrapolando (e me parece que isso confere exatamente); que o Governador não recebeu os elementos, não tinha condições de responder a respeito de números que não recebeu; e transmitirei também aquilo que transmito agora ao Governador, que se ele desejar, se entender oportuno, poderá encaminhar os esclarecimentos à Subcomissão de Bancos.

Como disse, com propriedade, o Deputado Pedro Pavão, vai haver um relatório final. E como no caso específico de alguns dos investigados era necessário saber da sua movimentação bancária e patrimonial, até para comprovar se houve rendimento inexplicado, e há colegas parlamentares - já sabemos -, que sofrerão sanções, porque na movimentação patrimonial e bancária ficou bem claro que não tinham rendimentos que comprovassem o que efetivamente ocorreu, diante disso, a CPI, a nosso juízo, não extrapolou quando investigou a situação bancária e a situação patrimonial; e é claro que a situação de todas as pessoas não é igual, há pessoas que atuavam na Comissão de Orçamento.

Mas pretendo transmitir que, como V. Ex^a não conhecia os elementos, se desejar, poderá informar à Subcomissão de Bancos a respeito desta questão. Como disse o Deputado Pedro Pavão, o Relator receberá relatórios das subcomissões a respeito de todos os investigados e, como o relatório deverá ser descritivo e com algumas sugestões, o Relator, possivelmente, comentará as situações bancária e patrimonial de cada um dos investigados.

Gostaria de fazer uma pergunta, para que não fiquemos mal esclarecidos.

O SR. EDISON LOBÃO - Deputado Odacir Klein, peço permissão a V. Ex^a para concluir a minha resposta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Pois não.

O SR. EDISON LOBÃO - O Senador Jutahy Magalhães me pediu que fizesse um esforço de memória para dar uma resposta à sua indagação inicial. Recordo-me que vendi, por exemplo, um avião Sêneca novo, zero, em 1987, se não me engano, por aproximadamente 300 mil dólares. São recursos que entraram na minha declaração de bens, parte dos quais certamente se transferiram para 1989. Recordo-me que, por esse período, foram vendidas algumas ações que eu possuía; não me lembro se em 1989 ou se nas proximidades do ano. O fato é que - peço ao Deputado Odacir Klein que atente para estas informações - não há dúvida de que todo o meu patrimônio, todas as minhas contas bancárias têm origem legítima e tenho explicações cabais para tudo. Apenas não tenho a precisão, de memória, porque não conhecia os fatos alegados antes, para dar uma resposta conclusiva e taxativa.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - E sobre as Fundações?

O SR. EDISON LOBÃO - Sobre as Fundações. Tenho visto no noticiário da imprensa que algumas Fundações, entre as quais a de Imperatriz, estão sendo objeto de investigação. Conheço a ação de uma dessas Fundações, lá, em Imperatriz e vejo que ela desenvolve um trabalho até, eu diria, razoável, porém, não sei o limite dos recursos por ela recebidos. Acho apenas que, por tratar-se de recursos vastos, de fato essa questão deve ser cuidadosamente examinada. Não conheço outras Fundações em semelhante situação.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Faltou agora a conclusão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Penso que temos condição de encaminhar bem essa questão.

Governador Edison Lobão, para ficarmos bem esclarecidos a respeito da questão do Prefeito Wellington, que não é seu cunhado: qual o relacionamento de V. Ex^a com o Prefeito Wellington?

O SR. EDISON LOBÃO - O relacionamento é bom; ele é meu correligionário há bastante tempo. Não é meu cunhado, é irmão de um cunhado meu, daí, talvez, a confusão. É prefeito de uma cidade do interior e foi diretor de uma empresa do estado, nomeado por mim, deixando essa empresa para ser candidato a Prefeito, pela segunda vez, reelegendo-se brilhantemente. São essas as informações.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto se algum dos parlamentares deseja fazer mais alguma pergunta. (Pausa)

Consulto o Governador se deseja fazer alguma manifestação. (Pausa)

O SR. EDISON LOBÃO - Gostaria de dizer algumas palavras finais.

Essa situação, que constrange os parlamentares, causa um trauma profundo às pessoas que são envolvidas inocentemente, como eu, neste caldeirão de dificuldades.

Durante dois meses e meio fiquei exposto à sanha dos adversários. Sei que muito do que ocorreu é resultado de denúncias anônimas, covardes, de adversários políticos impenitentes, que, pelo voto, nunca chegaram ao poder, no meu estado e que querem nos destruir pela ação deletéria, criminoso, covarde da denúncia anônima, muitos deles.

Antes da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu era detentor de uma grande popularidade, no Estado. Na capital, que é uma capital de ação política rebelde, eu possuía 70% de popularidade, em setembro. Depois desse episódio da Comissão Parlamentar de Inquérito, o povo, conhecendo-me como me conhece, que me fez o Deputado Federal mais votado do Estado, duas vezes, que me fez Senador da República e Governador do Estado, teve uma atitude de reação a essa ação dos meus adversários políticos - e não vejo aqui nenhum deles - do local. Consequência: em dezembro a minha popularidade foi a 85%, na capital do Estado, mas sei que, no plano federal, isto tem comprometido gravemente a minha imagem, sem que eu seja culpado de nada do que possam eventualmente alegar contra mim, apenas o noticiário de imprensa impenitente, permanente, iterativo, dando notícias, muitas vezes, que não existiam.

Srs. Parlamentares, ainda ontem eu assistia a um Deputado do PDT sendo publicamente inocentado, no que fez muito bem a Comissão Parlamentar de Inquérito, e

fiquei imaginando: aquele Parlamentar, tido como inocente - pareceu-me que de fato o é, - estava sendo ali inocentado de acusações que haviam sido levantadas contra ele. E os demais, que foram arrolados nesta sanha acusatória, muito menos da Comissão do que de instâncias externas, como ficarão? Que preço pagará cada um de nós por tudo quanto aconteceu?

É lastimável que a vida pública brasileira chegue a esse ponto. Eu fui jornalista político durante tantos anos; fui para a vida pública com todo o idealismo; fui Deputado Federal, pelo meu Estado, muito bem votado; tive a votação de cinco Deputados na minha reeleição; Senador; Governador agora, que realiza, modéstia à parte, uma obra gigantesca com recursos quase que exclusivamente do Estado, porque não tivemos nenhum centavo de empréstimo externo, nenhum centavo de empréstimo interno, apenas com os recursos do Estado, e não recebi quase nada do Orçamento da República, como demonstrei aqui, pouco mais de 16 milhões de dólares em três anos, ainda seja submetido a uma situação de constrangimento desta natureza.

Eu não era obrigado a vir depor. Os pareceres que possuo, de renomados juristas brasileiros, são no sentido de que nem como testemunha eu estava obrigado a depor, mas eu me propus a depor e fui o primeiro até. Como se dizia que o Governador Lobão resistia, no instante em que a revista publicou aquela reportagem, dei uma entrevista à Rede Globo, no Fantástico, no mesmo dia, dizendo que eu estava pronto para prestar os esclarecimentos. Agora, confesso que imaginava que, no cumprimento da lei, os esclarecimentos seriam solicitados por escrito, e não com uma convocação pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que dava a impressão de que o convocado era réu e que teria que comparecer como tal. Felizmente a Comissão preferiu convidar os Governadores, em vez de convocá-los.

Houve quem sugerisse que os Governadores recorressem ao Poder Judiciário. Eu me recusei a fazê-lo, apesar de estar seguro de que poderia recorrer ao Poder Judiciário, porque ele nos daria acolhimento. Eu preferi me submeter às indagações dos Srs. Parlamentares. Saio daqui como entrei, com a consciência de que nenhum delito cometi durante a minha vida pública, ou ao longo da minha vida de cidadão.

Se alguma coisa eu não pude responder, foi pelo fato de que, primeiro, não se tratava do fato determinado, e segundo, pelas razões que aqui expliquei exaustivamente. Mas agradeço as manifestações de cordialidade dos Srs. Parlamentares, e coloco-me à disposição para quaisquer outras indagações que queiram fazer, ainda que por escrito, daqui para a frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Governador Edison Lobão, eu conheci V. Ex^a como jornalista, aqui em Brasília, no meu primeiro mandato. Fui eleito Deputado Federal em 1974, e V. Ex^a foi eleito Deputado Federal, se não me engano, em 1978. Naquele período, conheci V. Ex^a como jornalista que defendia, com coragem, seus pontos de vista. O grupo político ao qual eu e o Senador Iram Saraiva pertencíamos era um grupo político com restrições aos seus pontos de vista. V. Ex^a tinha um posicionamento político e ideológico contrário aos nossos, mas sempre o reconheci um Parlamentar sério, um Parlamentar que agiu com correção; fiquei, depois, pelo fato de haver concorrido a duas eleições majoritárias, por um período fora daqui, e perdendo, em razão disso, o convívio com V. Ex^a; e quero lhe dizer que estou aqui coordenando esse grupo, não com a visão de quem esteja buscando incriminar pessoas.

Eu disse, numa das primeiras reuniões da nossa CPI, que, nesta investigação que estamos fazendo, temos que nos lembrar de Franklin Roosevelt e dizer que, neste momento, nós só podemos temer o medo. E um dos medos que não podemos ter é o de inocentar, porque é muito fácil, neste momento, para qualquer um condenar, porque a condenação é aplaudida. A condenação, por motivos emocionais, por motivos até talvez de bolso e de estômago de grande parcela da população, é aplaudida, pelo fato de pessoas com notoriedade serem punidas.

Nós pretendemos concluir os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito punindo efetivamente os que tenham que ser punidos e, para isso, tivemos necessidade de investigar situações bancárias e situações patrimoniais. Imagine, por exemplo, se um parlamentar dirigente de uma fundação que receba muitos recursos, não tem que ter a sua situação bancária ou patrimonial investigada, para que nós saibamos, dentro dos limites da Comissão de Orçamento, o que efetivamente ocorreu?

A vocação da grande maioria dos integrantes da Comissão é exatamente para que tenhamos condições de fazer justiça. A vocação não é de Torquemada, a vocação é de investigar com seriedade, é de investigar e demonstrar a verdade.

Eu quero agradecer a V. Ex^a o fato de estar depondo conosco. V. Ex^a efetivamente poderia ter se socorrido de medidas judiciais, se desejasse, para dizer que não viria; poderia dizer que não viria, e não vir mesmo, porque aí teríamos que informar apenas que V. Ex^a não quis vir, e V. Ex^a poderia até, como alguns levantaram, ter tentado se socorrer da Assembléia Legislativa do seu Estado.

(Falha na gravação)

Eu dizia, Governador, antes que nós interrompêssemos aqui para colocar a fita de gravação, que V. Ex^a poderia ter se socorrido de expedientes para não depor. A meu juízo, foi bom para V. Ex^a, para que não ficasse uma especulação a oportunidade de prestar os seus esclarecimentos.

Nós estamos encerrando esta nossa reunião em que viemos ouvi-lo. Quero, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, agradecer a V. Ex^a pela forma como se conduziu, e começarei registrando a informação que darei à imprensa, de que V. Ex^a disse

que tinha todas as condições jurídicas, se o desejasse, para não depor, mas desejou fazê-lo e veio prestar os esclarecimentos. Aí, fornecerei as outras informações a respeito do seu depoimento, inclusive informando também que, se V. Ex^a desejar, poderá prestar a qualquer das subcomissões os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO - Agradeceria se V. Ex^a pudesse acrescentar à sua fala à imprensa outras questões por mim relatadas aqui, entre as quais o fato de que, do Orçamento, recebi apenas 16 milhões e poucos dólares, em três anos, e que nenhum recurso foi decorrente de emenda do Sr. João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Até para tentar ser fiel, eu começarei falando a respeito dessa questão da obrigação de depor, dizendo que V. Ex^a admite que, como Governador, esteve com João Alves, e que lá estava o José Carlos dos Santos, mas esteve cumprindo o seu dever de Governador, buscando recursos para um Estado que, nos últimos três anos, recebeu apenas 16 milhões de dólares de recursos da União, que não os obrigatórios. Falarei que V. Ex^a não pôde informar sobre o funcionamento da Comissão de Orçamento; e, com relação à Fundação da Imperatriz, que V. Ex^a sabe que há, sabe que funciona, mas não sabe do volume de recursos, porque isso é uma questão nossa para efeito de investigação; e falarei a respeito também dessa questão bancária, com a colocação que já fiz anteriormente.

E penso que, agindo assim, estarei sendo fiel ao que foi dito aqui.

O SR. IRAM SARAIVA - No período do João Alves, zero.

O SR. ODACIR KLEIN - Eu fiquei com uma dúvida aí. O João Alves não chegou a ser Relator, naquele ano. Quem foi Relator foi o Ricardo Fiúza. O João Alves começou e saiu. Foi zero no período João Alves/relatório Fiúza.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Esses recursos transferidos para os Estados, normalmente não levantaram dúvidas maiores. Pode ser que tenha ouvido um caso, mas...(inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agora, com relação ao que levantou o Senador Iram Saraiva, eu não pretendo falar a respeito disso, porque João Alves não foi Relator, quem terminou sendo foi o Deputado Ricardo Fiúza, e ele deve ter incluído alguns recursos para o Maranhão.

Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a, agradeço aos nobres Senadores e ao nobre Deputado Pedro Pavão o fato de estarem aqui, conosco, cumprindo esta diligência.

V. Ex^a tenha a certeza de que a nossa vocação é para buscar a verdade, com o temor apenas de ter medo, mas sem medo de investigar profundamente e sem medo de inocentar.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)